



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 1

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 470, de 2025, para "apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor."

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão

RELATOR: Senador Alessandro Vieira

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Weverton, Izalci Lucas, Damares Alves, Nelsinho Trad e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e eleição. Finalidade:** Instalação e eleição da comissão. **Resultado:** Instalada a Comissão. Foram eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente os Senadores Fabiano Contarato e Hamilton Mourão, respectivamente. O Senador Alessandro Vieira foi designado relator do colegiado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Plano de Trabalho. Autoria:** Senador Alessandro Vieira (MDB/SE). **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho da Comissão. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2025** que : "Requer que sejam convidados os seguintes Governadores e Secretários: Sr. Clécio Luís, Governador do Estado do Amapá; Sr. César Vieira, Secretário de Justiça e Segurança Pública do Amapá; Sr. Jerônimo Rodrigues, Governador do Estado da Bahia; Sr. Marcelo Werner Derschum Filho, Secretário de Segurança Pública da Bahia; Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social de Pernambuco; Sr. Elmano de Freitas, Governador do Estado do Ceará; Sr. Antonio Roberto Cesário de Sá, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará; Sr. Paulo Dantas, Governador do Estado de Alagoas; Sr. Flávio Saraiva, Secretário de Segurança Pública de Alagoas; Sr. Jorginho Melo, Governador do Estado de Santa Catarina; Sr. Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina; Sr. Ratinho Júnior, Governador do Estado do Paraná; Sr. Hudson Leôncio Teixeira, Secretário de Segurança Pública do Paraná; Sr. Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul; Sr. Mario Ikeda, Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul; Sr. Ibaneis Rocha, Governador do Distrito Federal; Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal; Sr. Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Victor Cesar Carvalho dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; Sr. Tarcísio de Freitas, Governador do Estado de São Paulo; e Sr. Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Segurança Pública de São Paulo." **Autoria:**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2025** que : "Requer o envio de convite aos Srs. Ricardo Lewandowski, Ministro da Justiça e Segurança Pública; José Mucio Monteiro Filho, Ministro da Defesa; Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal; Leandro Almada da Costa, Diretor de Inteligência Policial da Polícia Federal; Antônio Glauter de Azevedo Moraes, Diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN); e Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2025** que : "Requer sejam convidados os especialistas Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça; Renato Sérgio de Lima, Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Joana da Costa Martins Monteiro, Professora e pesquisadora; e Leandro Piquet Carneiro, Professor e pesquisador." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2025** que : "Requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações constantes de dados, relatórios e documentos, em formato físico ou digital, de que dispõe o Ministério da Defesa, as Forças Armadas e seus órgãos vinculados, relativos ao tema do crime organizado no Brasil, e em especial, sobre o controle de armas, abrangendo o período dos últimos 05 (cinco) anos (2021-2025)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2025** que : "Requer seja sugerida ao Presidente da Câmara dos Deputados a urgência na tramitação das proposições legislativas aprovadas no Senado Federal, relativas ao endurecimento das sanções aplicadas a adolescentes infratores (PL 1.473/2025) e ao "Pacote Anticrimes Violentos" (PL 4.809/2024)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2025** que : "Requer, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, o envio de dados, relatórios e documentos de que dispõe o respectivo Ministério e seus órgãos vinculados, relativos ao tema do crime organizado no Brasil, abrangendo o período de 2021 a 2025." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2025** que : "Requer o envio de convite aos Senhores: Sr. Josmar Jozino, jornalista investigativo do portal UOL; Sr. Rafael Soares, jornalista investigativo do jornal O Globo; Sra Cecília Olliveira, jornalista investigativa e fundadora do Instituto Fogo Cruzado; Sr. Bruno Paes Manso, jornalista investigativo e pesquisador do NEV-USP; Sr. Allan de Abreu, jornalista investigativo da revista Piauí; Sr. Rodrigo Pimentel, articulista e consultor em segurança pública, para comparecerem a esta CPI." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano Contarato

Presidente Eventual da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/04>

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 470, de 2025, para apurar, no prazo de 120 dias, com limite de despesa de R\$30 mil, a atuação, a expansão e o funcionamento das organizações criminosas no território brasileiro, em especial das facções e milícias, investigando-se o *modus operandi* de cada qual, as condições de instalação e o desenvolvimento em cada região do Brasil, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação em vigor.

Esta reunião destina-se à instalação e eleição da Mesa.

Instalada a Comissão, consulto a Liderança sobre as indicações para o preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Eduardo Girão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, queria cumprimentá-lo. Mais uma vez, o senhor abrindo aqui uma CPI ou CPMI – Presidente da CCJ, com legitimidade. Mas eu queria, Presidente, manifestar a minha indignação, neste momento, perante o Brasil, os brasileiros, que esperam uma CPI que faça o trabalho aprofundado com relação ao narcotráfico no Brasil.

Existe uma expectativa enorme dos brasileiros com relação a este trabalho, e, desde ontem à noite, eu vi movimentações, que se consolidaram hoje pela manhã. Mais uma vez, o Governo Lula – mais uma vez o Governo Lula –, que não assinou, repito, não queria que esta CPMI existisse, toma de assalto esta Comissão, como fizeram em várias outras e tentaram fazer na CPI da roubalheira do INSS. A Oposição conseguiu uma reviravolta, mas depois se trocou os membros para blindar convocações importantes para descobrir o que é que está acontecendo com a lesão aí... com a fraude com os pensionistas, aposentados, órfãos, viúvas do Brasil.

E, agora, da mesma forma! Não assinaram esta CPI depois da tragédia humana que está acontecendo no Rio de Janeiro, no meu Ceará, em vários estados do Brasil. E o Governo Lula, incompetente... E diga-se de passagem: o Presidente da República veta uma aprovação que nós fizemos, por maioria ampla no Congresso Nacional, tanto Câmara como Senado, para o fim da saidinha temporária. E nós tivemos que derrubar o veto do Presidente, um Presidente da República, um Governo que flerta com terroristas como os do Hamas, que passa a mão na cabeça e dá sinais trocados com ditadores, narcoterroristas como Nicolás Maduro, Sr. Presidente, como Daniel Ortega. E a gente vê, mais uma vez, uma movimentação pela blindagem, querendo colocar, com todo o respeito, um Presidente da Comissão que seja do Partido dos Trabalhadores.

Quero manifestar este meu repúdio, esta minha frustração com essa manobra vergonhosa do Governo Lula, mais uma vez, mas nós não vamos desistir. O povo brasileiro vai saber exatamente essa manobra, daqui a pouco, no painel. E nós vamos aqui combater o bom combate, mesmo sendo minoria. Vamos combater, reunião a reunião, para que requerimentos sejam aprovados, quebras de sigilo sejam aprovadas, algo que a turma, a tropa de choque do Lula não deixa a gente fazer na CPMI do roubo dos aposentados do Brasil. Então, eu quero manifestar a minha indignação e esperar bom senso, porque o jogo não acabou. Que nós tenhamos bom senso para ter um equilíbrio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu peço, Sr. Presidente, é apenas um equilíbrio. Que o Governo Lula, que não assinou esta CPI, coloque, por exemplo, o Relator, mas deixe a Presidência desta Comissão com a Oposição, porque aí nós vamos ter independência, nós vamos ter autonomia. Esse é o bom senso de uma CPI.

Detalhe, Senador Marcio Bittar: CPI é um instrumento da minoria, que está sendo subvertido por este Governo Lula. Então, fica o meu sentimento de repúdio, de manifestar...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... a minha indignação, e eu espero ainda o bom senso nos minutos finais.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Girão, a palavra de V. Exa. não me passa lição, porque eu sempre procedi aqui dentro honrando o meu mandato, honrando o meu mandato, trabalhando. Inclusive, fui oposição responsável ao Governo que V. Exa. defendeu, o Governo de Jair Bolsonaro, e, na CPI da Covid, o Presidente interferiu várias vezes para que não se montasse a CPI da Covid. V. Exa. sabe perfeitamente disso!

Eu aqui presidindo, não haverá palanque para absolutamente nenhum Senador ou Senadora. Vamos ter que investigar plenamente quem cometeu os seus equívocos e os seus erros. Esse é o meu procedimento! Há 11 anos, nesta Casa, nunca dei o direito a nenhum Senador ou Senadora de me passar lição, até porque, ao longo da minha vida, sempre preservei a honra e a dignidade e o caráter que todo Senador deve ter.

Há pouco, eu conversava com o Presidente do Senado e disse a ele que ia participar de uma Comissão, para abrir esta Comissão, e ia conviver com pessoas com atos que eu nunca cometi na minha vida. Eu nunca menti para um Parlamentar, eu nunca passei minha vida mentindo e convivo com muita gente aqui que sobreviveu pela falta de abertura da Comissão de Ética do Senado Federal, para ver quantas pessoas cometeram crimes antiéticos dentro do Senado Federal.

Portanto, eu comandando aqui, vai ser a ordem, a decisão justa e correta que eu vou tomar por cada momento em que presidir esta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Jaques Wagner, pela ordem; depois, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, cumprimentando V. Exa., eu só queria dizer que não há nenhuma aberração aqui.

Estamos agora, numa sala, na tentativa de fazer uma composição entre o Senador Contarato e o Senador Mourão, com quem eu estou muito à vontade, porque eu liguei para ele desde quinta-feira passada, como Líder do Governo, convidando para participar desta CPI, por entender que, pela sua legitimidade, oriundo das Forças Armadas brasileiras e oriundo de uma Vice-Presidência da República, ele tem muito a contribuir, porque, querendo ou não, como esta CPI tem a natureza não necessariamente de inquirir João, Manoel, Joaquim ou fulana, é muito mais uma tentativa de construção idealizada pelo Senador Alessandro – e daí a legitimidade de ele ser o Relator. E nós propusemos o nome do Senador Contarato pelo mesmo motivo, Delegado de polícia há 27 anos no Estado do Espírito Santo, Professor de Direito Constitucional, um homem que tem uma postura e que tem uma integridade intelectual que eu considero invejáveis – a honestidade intelectual –, a ponto de, em vários momentos, ter posição até que contraria a recomendação de Governo e de partido, do Partido dos Trabalhadores – recentemente, numa discussão sobre a questão de jovens ou sobre a questão da saidinha, que foi referida aqui e que ele encaminhou a favor –; ou seja, eu acho que é uma pessoa insuspeita, como o Senador Mourão igualmente, que estão dispostos a fazer um trabalho de fundo, para fazer o que a sociedade brasileira quer: ofertar um caminho – é isto que é o objetivo desta CPI, ofertar um caminho –, sugestões, para que a gente consiga enfrentar essa chaga que virou o crime organizado no país, com as milícias mandando em vários territórios, com 10, 15% da população brasileira vivendo sob esse comando.

São vários os pensamentos, vários os pontos de vista, mas eu acho, Presidente, que a minha questão de ordem se resume a que esta sessão é chamada – V. Exa. abre a sessão pela legitimidade da idade – para convocar.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Não, mas eu estou perto de você.

Mas eu quero inclusive apresentar o nome do Senador Fabiano Contarato como candidato à Presidência, na medida em que a relatoria é indicada *a posteriori*, mas de antemão já acho que quem carrega essa legitimidade é o Senador Alessandro, exatamente por ser o proponente.

Muito obrigado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, bom dia a todos.

Em primeiro lugar, em homenagem à verdade, já que V. Exa. citou o Presidente Bolsonaro, como se tivesse feito algum movimento para inviabilizar a CPI: não, era um contexto completamente diferente, em que todos nós sabemos que ela seria politizada como foi – como foi politizada, né? O que era verdade na época hoje já não é mais e vice-versa. Hoje você tem vacina inclusive que saiu de circulação...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O meu Líder na época, Senador Flávio, era o Nelsinho Trad – Nelsinho Trad! Ele recebeu pressão do Presidente Jair Bolsonaro para me retirar da titularidade várias vezes, várias vezes! O seu pai, Presidente da República, pressionou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E outra coisa, além disso – além disso – foi a única vez na minha vida em que eu tive ameaça.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual o Presidente, qual o Presidente que quer uma CPI contra o seu Governo instaurado, Senador Otto? O ponto aqui não é esse, porque eu imagino, pelo menos, que essa não vai ser uma CPI politizada, que tem que ser uma CPI suprapartidária.

Eu, como Senador do Rio de Janeiro, estou aqui para isso, porque eu acho que eu posso colaborar muito aqui. Infelizmente, no estado, acontece o que está acontecendo por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interferência judicial, inclusive, do Supremo. Problemas políticos não são de agora. Então, não dá para comparar as CPIs, o ponto não é esse. O ponto que nós discutimos aqui é qual é a mensagem que passa para fora, e a nossa preocupação foi essa.

Ninguém... Todos os integrantes desta Comissão têm um perfil de segurança pública, entendem um pouquinho do assunto, têm interesse, têm legitimidade, todos têm legitimidade para estar aqui nesta Comissão! Agora, não dá – a gente deixou isso bem claro –, nós da oposição não temos nenhum conforto em votar em alguém do PT para presidir esta Comissão, até porque ninguém do Governo assinou esta CPI. Só quem assinou aqui foi o Senador Alessandro Vieira, que tem consenso; se ele quisesse ser Presidente, ele seria; se ele quisesse ser o Relator, ele seria, como será, com o nosso voto, porque tem legitimidade, é o autor desse requerimento. Assim como o PT teria dificuldade em votar em Flávio Bolsonaro se fosse o candidato a Presidente. É só esse o ponto, porque passa para fora – passa para fora – uma preocupação do Governo Lula com o tema desta CPI, que já causa estranheza, não era para ter; já começa mal, no meu ponto de vista. Por isso a sugestão de colocar o Senador General Mourão, em que eu acho que todos teriam conforto de votar, mas já que não foi possível o acordo, vamos para o voto.

O nosso voto vai ser no Senador Mourão para a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio, como seu colega de Senado, reconheço em V. Exa. equilíbrio, sensatez nas suas decisões.

Pela ordem de inscrição, Senador Marcio Bittar; depois Senador Kajuru; em seguida, Senador Angelo Coronel.

Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Pela ordem.) – Presidente, primeiro eu queria sugerir a V. Exa., que é o Presidente da CCJ... Eu acho que agora nós já fizemos a audiência pública sobre a limitação da liberdade provisória em audiência de custódia, então, já cumprimos a última etapa, e eu sugiro, nessa oportunidade, ao Presidente da CCJ também, que, na semana que vem ou no máximo na outra, a gente coloque já para votar na CCJ





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o projeto de autoria de um Deputado Federal do Acre o Coronel Ulysses, que propõe a limitação da liberdade provisória em audiência de custódia, que é um tema nacional; eu acho que já está maduro o suficiente para a gente votar, inclusive com o apoio de V. Exa. Essa é uma sugestão.

Mas veja, é normal – a gente não pode transformar o que é normal na política numa coisa anormal –, é do jogo que os governos, quaisquer que sejam eles, queiram ou não queiram instalação de apuração contra si mesmos. Então, é natural, isso não é para ser espanto de ninguém, isso é uma coisa natural! Agora, nós tínhamos, ali na oposição, dois encaminhamentos. E eu quero aqui, por dever de lealdade aos colegas, dizer que a minha opinião de encaminhamento era nos afastarmos desta Comissão – todos nós nos afastarmos dela –, porque é jogo político legítimo também para ficar claro à opinião pública quem não quis esta CPI. Quem não quis foi o Governo, foi o Governo do PT que não quis a instalação desta CPI, o que é legítimo; não é ilegítimo, não! Se o Governo Bolsonaro não queria a instalação da CPI da covid, porque sabia que era um instrumento contra si próprio e foi, também é legítimo e faz parte do jogo.

Então, o que eu acho mais importante é seguir, e eu acabei seguindo, a orientação do Senador Flávio Bolsonaro de participar da CPI. Até porque nós já sabemos que vamos lançar o General Mourão, porque faz parte da nossa legitimidade; mas depois eu vou dar um voto de confiança em você, Contarato, porque, entre outras coisas, já tem atitudes no Congresso Nacional que demonstram um grau de autonomia, que apontam para que o trabalho da CPI cumpra a sua razão de existir – como, por exemplo, na CPMI que apura a roubalheira no INSS, V. Exa. foi o único Senador da base do Governo do PT que assinou para ela existir –, como, naturalmente, sabemos que quem vai ser o Relator...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Eu também assinei.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – Do PT? Mas V. Exa. não é do PT.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Não, da base do Governo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC) – É, da base, desculpa. Do PT foi apenas o Senador Contarato que assinou.

E o Senador Alessandro, que será escolhido como Relator, também acumula, Alessandro, atitudes no Parlamento que demonstram que a finalidade vai ser aquela que nos move.

Então, eu acho assim, o Governo não quer, não quis, mas a CPI vai acontecer. E o que é fundamental nós vamos esclarecer. E o que é fundamental? Hoje a própria mídia dá conta de que 50 milhões de brasileiros, quase um quarto da população nacional deste país, estão submetidos ao mando de facções criminosas. Então, nesse caso, o Estado de direito está quebrado, porque ali não manda Estado, ali manda facção criminosa, que eu comparo com terroristas, sim. No Estado do Ceará, por exemplo, está noticiada fartamente – mas não é exclusividade do Ceará – a expulsão de famílias inteiras das suas moradias. Isso está muito caracterizado no Ceará, mas não é exclusividade do Ceará.

Portanto, eu entendo de acompanhar os meus pares, mas em seguida vou dar o meu voto de confiança, porque entendo que o comportamento do Senador Contarato e do Senador Alessandro garantem que esta CPI, com a nossa participação e com a nossa ajuda, vai mostrar à população brasileira e chegar àquilo que atormenta a todos nós, que é a insegurança pública do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e passo a palavra ao Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Inicialmente, Deus e saúde a todos e todas presentes e que nos acompanham.

Senador Otto Alencar, tenha a certeza de que, nesta vida, o único pecado que ninguém confessa é a inveja. E os seus exemplos, sempre comandando Comissões, sempre à frente de qualquer trabalho deste Senado Federal, tenha certeza de que causam inveja, com a maneira como o senhor age, a sua postura.

Então eu fico muito tranquilo neste momento, queria até que fosse o mais rápido possível para a votação. Porque eu troco as palavras "manobra" e "blindagem" por "inteligência", por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"capacidade", por "escolha correta". Numa CPI que tem um homem como Alessandro Vieira na relatoria, não tem como discutir. O próprio Bittar aqui agora disse que vai dar toda a força a ele e ao Contarato.

Assim como eu... O primeiro a me pedir voto foi o Contarato, e eu dei a minha palavra a ele. O General Hamilton Mourão conhece a minha palavra. Se ele tivesse pedido o meu voto, eu daria o meu voto a ele. Ele sabe da minha relação com ele, pessoal. E ninguém do Governo ligou para mim. Tem 20 dias que o Jaques Wagner nem telefona para mim – ele não telefona, eu também não telefono para ele. Ele está com um problema no pé, e eu estou com um problema em toda a minha saúde. Então, ninguém do Governo ligou para mim – é verdade –, ninguém ligou do Governo para mim para falar que aqui tem blindagem, que aqui tem que saber quem escolhe, até porque todo mundo tem medo de ligar para mim, porque sabe que eu posso estar gravando, né?

Então, nada mais a acrescentar. Vamos logo escolher e começar a trabalhar. Isto aqui é uma CPI espinhosa, em que se vai precisar de coragem, principalmente desta palavrinha mágica chamada coragem. E é isso que a gente vai fazer.

Eu, de acordo com o meu estado de saúde, trabalharei nela, para ser a minha última CPI; porque não é fácil trabalhar numa CPI, você tem que se dedicar realmente a ela. E a gente, que já participou... Com nove anos de vida pública, eu participei de quatro. Então, não vou, de forma alguma, deixar de colaborar com a sociedade brasileira, que espera de nós uma CPI independente, séria, e, como o senhor bem colocou no começo, sem palco e sem circo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Tem a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, estou vendo muito questionamento. Nada como dois Delegados de polícia experientes para assumir uma CPI de tamanha magnitude. Pena que o General Mourão também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não... talvez não queira ser o vice. Porque completaria aí uma tríade importantíssima: dois Delegados de polícia e um General das Forças Armadas.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Eu já sou acostumado a ser vice, Coronel. (*Risos.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agora, Presidente, eu estava aqui analisando as palavras...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Angelo Coronel, se o General Mourão fosse escolhido Presidente, eu indicaria V. Exa., como Coronel, para ser o Vice.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Seria um prazer muito grande. Eu sempre gosto de manter a hierarquia.

Mas, Presidente, eu estava ouvindo aqui atentamente a fala do Senador Girão. O Senador Girão usou um termo que eu acho que é muito desabonador. Disse que o Presidente Lula tomou isso aqui "de assalto". Ora, o Girão eu conheço, é um *gentleman*, e eu acho que ele exagerou nessa colocação, porque assalto é sinônimo de roubo. Eu não vi ninguém aqui entrar com uma arma ou com uma peixeira para roubar nada, Senador Girão. Então, eu acredito que V. Exa. deve ter se exacerbado, cometido aí um pecado, no excesso da emoção, e que o Senado merece as suas desculpas, porque eu me senti ofendido. E eu não vi... Olhei para um lado, olhei para outro, não vi revólver, não vi facada. Então, eu fiquei assim: como é que tomou isso aqui de assalto?

Era isso que eu tinha a falar, Senador Girão. Espero as suas reconsiderações.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu posso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Girão, para a réplica ao Senador Angelo Coronel.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Em primeiro lugar, eu queria dizer o seguinte: que não é a primeira vez, Senador Angelo Coronel,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que isso acontece. Não precisa de peixeira, não precisa de arma, não. É uma manobra mesmo, sabe?

Lá no meu estado, a gente tem sofrido, como colocou o Senador Marcio Bittar, com famílias inteiras sendo expulsas de casa. Tem bairros-fantasma, distritos do interior completamente abandonados. É um Estado paralelo. E o senhor é da Bahia. O senhor é da Bahia, como o nosso Presidente. Dos 12 municípios mais violentos do Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, dez estão entre a Bahia e o Ceará apenas – e ambos são administrados pelo PT.

Então, isso alguns podem dizer que é coincidência, mas, quando a gente começa a ver os sinais trocados deste Governo... Eu, com todo o respeito, quero fazer aqui uma homenagem ao Senador Fabiano Contarato, que realmente tem uma postura independente em muitos casos; assinou a CPMI da roubalheira, foi o único do PT que assinou.

Mas é como colocou o Senador Flávio Bolsonaro. E eu tenho uma postura independente – o senhor sabe disso –, muitas coisas...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... do Governo Bolsonaro eu critiquei, eu votei contra.

Agora, vai politizar. A partir do momento que se coloca o PT no comando de uma CPI que tem que investigar o próprio Governo Lula, a gente perde, no meu modo de entender – eu respeito quem pensa diferente –, a gente perde a legitimidade.

Então, da mesma forma que o Senador Flávio Bolsonaro, que está vendo o que está acontecendo no Rio de Janeiro – população apavorada, horrorizada, e não é de hoje, são décadas. E a gente tem a oportunidade de passar a limpo isso aqui. Não seria bom que fosse ele, porque politizaria. O que eu queria era apenas a independência desta Comissão...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... mas vamos dar o voto de confiança. Caso seja eleito o Fabiano Contarato, nós vamos estar aqui juntos para tentar fazer o nosso melhor.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Alessandro Vieira...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Com a tréplica, Senado Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu estou aguardando ainda as desculpas do Senador Girão, que disse que esta CPI foi tomada de assalto. Eu estava lendo aqui, na IA: "Assalto, tecnicamente chamado de roubo, é caracterizado pela subtração de um bem de uma outra pessoa com o uso de violência grave ou ameaça à vítima".

Eu estou procurando saber onde é que eu vou encaixar a palavra "assalto" aqui, nessa...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Tomaram a CPMI do INSS de assalto. Roubaram os aposentados, não teve arma, não teve peixeira.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu tenho certeza, Senador Girão, de que o Ceará está de olho em V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Coronel, V. Exa. não vai convencer o Senador Eduardo Girão. Até porque o Senador Eduardo Girão, lamentavelmente, se refere ao CNPJ, a um partido. No partido, quem ocupa o cargo é a pessoa física.

Eu, por exemplo, ocupo o cargo de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, como ocupei a Presidência de vários cargos, e vou me pautar dentro da ética. Não haverá nenhum momento em que eu vá deixar de prestigiar a oposição tanto quanto o Governo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depende de quem senta na cadeira: faz bem ou faz mal; faz errado ou faz certo; vai para a paz ou vai para a violência; vai para a tranquilidade ou vai para a inquietude; estimula a violência ou então a exaltação, ou faz também um comportamento correto, como eu sempre fiz nas minhas Presidências.

Eu sou Presidente pela quinta vez de Comissão aqui e também já presidi e já participei de várias Comissões de Constituição e Justiça, e sempre houve uma maneira correta de todos os Senadores se pautarem. Ninguém vai aqui, de maneira nenhuma, tomar decisões para proteger bandido, absolutamente. Não existe isso. Se tem na cabeça de V. Exa., pode ter certeza absoluta de que eu serei o primeiro a me insurgir contra isso.

Não haverá, sobretudo de um homem e um Senador da estatura do Senador Fabiano Contarato, que se preza e que se pauta aqui dentro com muita honradez, com muita dignidade, com muito conhecimento; que já discordou algumas vezes de posições governistas, como eu também já discordei.

Então, quem está sentado na cadeira não é a sigla, não é o CNPJ. Dentro do Colegiado, tem gente que o compõe de todas as formas: que age corretamente, incorretamente, que não cumpre a palavra, outro cumpre. Mas tem que ver quem é a pessoa que vai assumir.

E eu tenho certeza absoluta de que o Senador Fabiano Contarato, assumindo, vai se pautar com toda a dignidade. V. Exa. vai depois ver que ele vai honrar esse voto que o povo do Espírito Santo deu a ele, e que honra aqui dentro do Senado, com toda a capacidade de discernimento, coragem e ética, como eu conheço do Senador Fabiano Contarato. Portanto, se ele for eleito, vai se pautar muito dentro da lei e vai, sem dúvida nenhuma, dar uma grande contribuição ao Brasil, para investigar o crime organizado no Brasil – que é preciso investigar, até porque o que aconteceu no Rio de Janeiro foi o que chamou a atenção do Brasil, e lá já existia, como em outros estados também, essa convivência passiva, com o poder de Estado se rendendo à soberania do crime.

Até, por exemplo, como eu disse há pouco aqui, lamentavelmente, o Senador Flávio Bolsonaro, por cujo comportamento eu tenho uma estima e admiração... O Estado do Rio de Janeiro, Senador Eduardo Girão, teve, nos últimos anos, cinco Governadores presos. Eu não vou citar o nome, mas cinco Governadores presos. E um líder influencia para o mal, dá exemplo para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o mal. Se ele é estoico, é ético, ele dá exemplo para o bem, para o comportamento ético e correto. É por aí que se pautam as coisas.

Portanto, quero dizer a V. Exa. que nunca confunda o CNPJ com o CPF das pessoas. Cada homem tem o direito de sentar e se comportar de acordo com a sua consciência e com a sua história.

Eu jamais vou macular a minha história de vida numa CPI, querendo passar a mão na cabeça de um criminoso ou daquele que andou por fora da lei, se foi ao arrepio da lei. Portanto, eu tenho toda a confiança no Senador Fabiano Contarato, que vai fazer um ótimo trabalho.

Lamento que se vá para um confronto, como aconteceu na CPMI do INSS. Nós podemos escolher os colegas e confiar plenamente nos nossos colegas, como confiaria em V. Exa. também, se estivesse à frente, da mesma forma, ou no Kajuru, ou em qualquer outro que estivesse aqui.

Portanto, eu peço a V. Exa. que entenda a minha posição, como Presidente, para eleger um Presidente e um Relator, mas que seja dentro de um ambiente saudável. E que aquele que for Presidente cumpra as obrigações de acordo com a lei.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero agradecer as palavras dos colegas de oposição e de Governo reconhecendo a seriedade do meu trabalho e também reconhecendo a seriedade do trabalho do Fabiano.

Acho que a gente tem que ter uma reflexão aqui de que tem, sim, o espaço para discurso, para narrativa. Esta é uma Casa política. Está tudo no normal, como o Senador Bittar falou.

Mas a gente tem que botar o pé no chão e a mão na consciência, porque 40 dias atrás, mais ou menos, era assassinado, em via pública, o ex-Delegado-Geral de São Paulo, Ruy Ferraz, um assassinato cinematográfico – crime organizado. Há aproximadamente duas semanas, no Estado de São Paulo, se desbaratava um plano, mais um plano, para o assassinato de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades que investigam o crime organizado. Na semana seguinte, a Operação Contenção no Rio de Janeiro e, antes, a Operação Carbono Oculto em São Paulo, totalmente diferentes e incomparáveis entre elas, mostram a força do crime organizado, o tamanho do crime organizado. No dia de hoje, nos Estados da Bahia e do Ceará, nós temos duas operações em andamento contra facções do Rio de Janeiro, que estão enraizadas e causando mal naqueles estados.

Então, essa discussão que a gente vai fazer na CPI é urgente para que a gente possa definir prioridades e criar consensos técnicos acima da discussão política. A discussão política na democracia é saudável, é natural. E aí o encaminhamento que eu faço, Presidente Otto – e me direciono, especificamente ao Senador Hamilton Mourão, que é um homem de bem, que está aqui participando com a gente já nessa jornada há três anos, com muita seriedade, sempre com muita independência –, é para que se deixe o espaço da narrativa e da discussão política para o seu momento, e para que, agora, a gente dê consequência real ao que todos falaram. Ninguém desconfia da legitimidade e da seriedade do Fabiano para ser Presidente. Então, qual é o motivo de se fazer uma disputa de voto para retardar mais e para comunicar, de forma equivocada, para a população, que não há confiança?

Então, o apelo que faço a V. Exa. é que, racionalmente, se coloque para a Vice-Presidência – será um ganho imenso para a Comissão. É muito importante ter o senhor, com a experiência de General de quatro estrelas, ex-Vice-Presidente da República, Senador eleito, com legitimidade para estar aqui, na posição de mostrar também essa visão. Porque em algum momento a gente vai chegar na discussão do papel das Forças Armadas, que é fundamental, mas, na minha opinião, não patrulhando rua, mas, sim, patrulhando nossas fronteiras.

Então, o encaminhamento é este: que cheguem, agora, aqui, todas as opiniões externadas, todos os discursos políticos feitos, e a gente comece a fazer o nosso trabalho. Isto aqui tem que ser um trabalho sério. A gente tem que dar para o Brasil um retrato e um diagnóstico do que está acontecendo, daquilo que funciona e daquilo que não funciona em termos de segurança pública. Não tem segredo em segurança pública. A atividade é complexa, mas ela não tem segredo, desde que a gente tenha o espírito público suficiente para fazer o nosso trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, faço este apelo. Evidentemente, se não for atendido, está no jogo, é reconhecido e a gente vota, mas, se for possível, encaminhe-se para aclamação, com o registro da opinião contrária ao partido e não a pessoa – que é um troço esquisito, mas, enfim, é do direito, é da democracia, e a gente respeita –, porque ninguém manifestou uma opinião contrária à pessoa do Fabiano. Então, qual o motivo de não dar o voto de confiança?

É importante para a sociedade saber o que a gente faz aqui. É importante para a sociedade saber o que a gente faz aqui, porque senão a gente fica vítima de narrativas, de discurso vazio, palanqueiro, e nenhum de nós está aqui para isso. Todo mundo veio para cá para prestar um serviço. Vamos prestar o serviço?

Então, faço o apelo ao Senador Mourão, para que a gente possa caminhar, senão vai para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, reiterando os termos aqui colocados pelo autor desta CPI, o Senador Alessandro Vieira, veja, esta CPI não é para um tema de Governo ou oposição. Nós estamos debatendo, aqui, um problema central, um dos problemas mais graves que nós enfrentamos no país neste momento.

Eu fico assustado com dois aspectos, Presidente. O primeiro é o seguinte: acusação leviana. "O Governo Lula quer se blindar." Blindar-se de quê? O Governo Lula foi o responsável pela Operação Carbono Oculto, ainda há pouco, que desbaratou o esquema de financiamento de parte do crime organizado. Eu acho que esse tipo de leviandade não contribui com a qualidade do debate político que temos que fazer aqui.

A segunda contradição em si é que eu vejo vários colegas da oposição dizerem: "Senador Fabiano é independente, mas não é do nosso partido". Quem está partidalizando esta CPI? Será que somos nós, se há o reconhecimento da independência do Senador para assumir isso?

E o símbolo que este Senado, com esta CPI, pode dar à República neste momento, ao ter um Presidente desta CPI Delegado de polícia, ter um Relator Delegado de polícia e – reiterando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os termos da proposta do Senador Alessandro – incluindo um General de Exército na Vice-Presidência. Que composição mais adequada pode ter para uma CPI que se propõe a combater o crime?

Então, alguns vieram aqui com a intenção, claramente – e não fomos nós –, de politizar a CPI e de, na verdade, travar aqui um debate de Governo e oposição. E é uma argumentação que não se sustenta em si, porque, veja só, Presidente, na CPMI do INSS, nós perdemos a eleição do Presidente e a designação do Relator: nos curvamos ao resultado. Aí, depois, quando os requerimentos deles não são aprovados, ela foi cooptada pelo Governo. Eu até entendo, às vezes, por que alguns tentaram dar golpe de estado em 8 de janeiro de 2023: é porque não se curvam à vontade da maioria, seja lá fora na sociedade, seja aqui dentro quando o voto é colocado.

Está sendo apresentada aqui, na verdade acabou de ser apresentada por alguém incontestado, que é independente, que é o Senador Alessandro Vieira, uma proposta de composição para que a CPI fique acima de qualquer tipo de politização – porque o problema do crime organizado e do enfrentamento ao crime organizado não é um problema de direita, de esquerda, de Governo, de oposição; é um problema do Brasil, que nós temos que tratar com seriedade e enfrentar com a técnica que somente dois delegados de polícia podem ter para enfrentar uma questão gravíssima como essa.

Por fim, Presidente, neste momento que aqui nós estamos, foi citada agora pelo Senador Alessandro a Operação Freedom. Foram 90 mandados de busca e apreensão, entre outros. Temos mais de 33 presos do Comando Vermelho e de outras organizações criminosas. Operação que ocorreu em dois estados, no Ceará e na Bahia, com a cooperação das forças policiais desses estados. Foram 51 contas bancárias bloqueadas. Isso tem que ser homenageado. A isso temos que nos associar. E por isso temos que trabalhar com a independência e com a técnica que se exigem para derrotarmos o crime organizado – juntos e não com as tentativas de politização e com a leviandade.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e pergunto aos Srs. Líderes se haverá uma reunião para ter um... ou ir para a votação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de colocar em votação, devo dizer que cada candidato terá direito a cinco minutos para a sua exposição.

Senador Mourão, V. Exa. terá direito a cinco minutos para a sua exposição; depois, o Senador Fabiano Contarato.

Eu peço apenas aos Srs. Senadores e Senadoras que me permitam fazer uma homenagem póstuma, com toda a sinceridade, aos quatro policiais que tombaram no combate ao crime no Estado do Rio de Janeiro.

E passo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, ouvi atentamente aí as exposições dos meus colegas. E uma coisa eu quero deixar clara: esta aqui é uma Casa política. Qualquer decisão que a gente toma aqui é decisão política e sempre vai ter o embate político aqui dentro. Isso é uma realidade. A gente não vai fugir disso aqui nunca.

Agora, há muito tempo, eu, pessoalmente, tenho alertado para aquilo que eu chamo da "mexicanização" do crime organizado aqui no Brasil, com a evolução lenta e inexorável para nos tornarmos um narcoestado. A gente tem que lembrar os exemplos históricos que nós vimos em países vizinhos, como a Colômbia, que, na década de 90, conseguiu enfrentar grande parte do narcotráfico que lá havia. Isso se mudou para o México e se alastrou por outros países. Aqui, no Brasil, os nossos narcoterroristas hoje estão seguindo o mesmo processo que ocorreu lá na América Central: execuções públicas, assassinatos indiscriminados, exposição de corpos esquartejados – vamos nos lembrar do jornalista Tim Lopes, fritado no alto de um morro do Rio de Janeiro –, ataques a postos das forças de segurança.

Eu quero dizer aqui da minha experiência como comandante de tropa, seja no Complexo do Alemão e da Penha, seja no Complexo da Maré. Se aqui os colegas lerem os nossos relatórios ao longo de todo o ano de 2014 e parte de 2015, das ações dentro do Complexo da Maré, todos os dias teve enfrentamento e combate. É importante que se destaque isso aqui. O narcotráfico do Rio de Janeiro hoje parte para cima da força policial, parte para cima da força representada pelo Estado, que é o Exército Brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A esquerda, e digo aqui para os meus companheiros, meus colegas de esquerda, tem dificuldade de entender isso, tem dificuldade de aceitar que o bandido não é um desprovido social, é alguém que tem oportunidade de se tornar uma pessoa melhor, mas envereda pelo caminho do crime, e aí são questões sociológicas que têm que ser analisadas.

Além disso, temos o problema da Amazônia, que é a rota de infiltração da droga, é rota de infiltração de armamento, e aí nós temos garimpo ilegal, exploração de madeira ilegal, grilagem de terra. Então, nós temos todo tipo de crime acontecendo no Brasil. Lavagem de dinheiro, e aí? Quem lava dinheiro do Brasil? Lava para a bandidagem A e para a bandidagem B, que eu não vou precisar citar aqui e que nós vamos buscar investigar.

Então, Presidente, para não me estender muito e cumprindo o prazo que V. Exa. me deu...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – General, pode passar uma hora aí, tranquilo, não tenho nenhum problema. Pode ficar à vontade.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu me considero capaz de conduzir os trabalhos desta Comissão, não desmerecendo o meu colega Fabiano Contarato, com quem desde o começo aqui sempre tivemos uma empatia e um trabalho de, vamos dizer assim, afinidade nos temas que nos são comuns. Tem outros em que a gente tem visão diferente, o que é a natureza política desta Casa – são visões diferentes que são apresentadas.

Eu considero que a gente aqui tem que fazer um trabalho com seriedade, e vou dizer os pontos que eu considero principais que têm que ser atacados aqui dentro: envolvimento de organizações não governamentais que se infiltram e buscam explorar o crime organizado; a lavagem de dinheiro, que eu já citei; o armamento na posse desse narcotráfico; a infiltração no ambiente político, que vem avançando paulatinamente; como as Forças Armadas brasileiras podem trabalhar – vi o meu colega, Senador Alessandro Vieira, citando a questão da proteção das fronteiras, concordo com ele, nós temos que aí mudar a nossa forma de observar esse trabalho das Forças Armadas –; a integração dos esforços da segurança pública; o reconhecimento formal dessas facções como organização terrorista – na minha visão, isso é a quarta onda terrorista mundial, é a quarta onda, e quem estuda o assunto entende isso...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campanha.)

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – ... a legislação penal; e como armas estão sendo fabricadas no ambiente doméstico.

Essas são as minhas propostas, Presidente, e coloco o meu nome à disposição dos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço e parablenizo V. Exa.

Com a palavra o nobre Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, querido Presidente, eu quero manifestar publicamente aqui a minha admiração por V. Exa. Eu acho que... Platão falava que a sabedoria está na repetição, enquanto a gente tem que sistematicamente falar. O senhor inspira a todas as pessoas que almejam ser políticos, porque a boa política é essa.

Ao passo que quero também agradecer a confiança do meu Líder, Senador Jaques Wagner. Eu sempre falo para ele que uma das coisas boas que a política me deu foi nossa amizade, que transcende isso daqui. Quero agradecer também ao Senador Alessandro e parabenizá-lo pela iniciativa. E todos os colegas que aqui se dirigiram a mim, obviamente que eu entendo isso, as colocações do Senador Flávio com relação à sigla partidária, mas os atos falam mais que as palavras.

Eu sempre... Eu falei isso ao Senador Jaques Wagner, algumas vezes eu citei para ele que eu jamais renunciaria às minhas convicções. Eu tenho uma história de vida de 27 anos como delegado. Passei novo no concurso, dos 24 para os 25 anos. Minha mãe, quando passei no concurso, falou: "Fabianinho, você vai ser delegado, meu filho?". Eu lembro que disse para ela: "Mãe, a polícia precisa de pessoas boas". O policial é o primeiro garantidor de direitos, ele não pode ser visto como violador de direitos. Infelizmente, essa regra mudou. Infelizmente, esse rótulo está aí.

Agora, também eu fico muito triste quando alguém tenta, de alguma forma, macular a sua história de vida, com todo o respeito, por sigla partidária. Essa pauta de segurança pública está





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expressa na Constituição Federal desde o dia 5 de outubro de 1988. A segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. E ali ela elenca quais são as instituições que são corresponsáveis para dar efetividade à população. A polícia militar anda fardada, armada ostensivamente para evitar que o crime ocorra; com a competência estadual, a Polícia Federal, no residual daquelas infrações de competência da União; a polícia civil com a competência de polícia judiciária para coletar provas de natureza objetiva e subjetiva; e, ao final, o Ministério Público, titular da ação penal, vai deflagrá-la, e, assegurando o contraditório e a ampla defesa, a pessoa vai ser condenada ou absolvida.

Então, eu não quero que os senhores colegas tenham dúvida. Senti isso pela fala dos colegas, da minha consciência, porque o que me rege estar na política é o meu freio ético. Estou acima disso tudo.

E vou falar uma coisa aqui: lembro que eu estava dando uma entrevista no Governo Bolsonaro – no Roda Viva, salvo engano –, e começaram a querer falar de um partido político da base do Bolsonaro. Em rede nacional, eu defendi e falei: "Isso, em direito penal, se chama responsabilidade penal objetiva". Você condena todo mundo por estar fazendo parte de uma sigla partidária. Thomas Hobbes já falava, na obra *Leviatã*, que o ser humano é mau por natureza, é lobo do próprio homem. E onde tem ser humano tem desvio.

Agora, eu tenho minha consciência tranquila. Eu tenho a minha consciência tranquila enquanto delegado da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, que fui por 27 anos. Como professor, como vou olhar para os meus alunos? Hoje, quando eu encontro por aqui alunos meus de Direito Penal, de Processo Penal, como vou olhar para eles e falar que vou blindar determinadas pessoas, o Governo ou quem quer que seja? Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é.

Então, esse problema da criminalidade tem que ser enfrentado, mas sem pirotecnia, com responsabilidade. E, quando eu vejo o Senador Alessandro Vieira apresentando um plano de trabalho com a colaboração dos colegas, eu acho que é esse o comprometimento que nós temos que ter com a população brasileira, com a população que mais precisa, porque é fácil para a gente ficar com os nossos paletós e gravatas, com planos de saúde e boa alimentação, apontando erros ou falhas, mas vá viver sob o império do medo, como acontece lá no Comando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vermelho, ou no PCC, ou em qualquer outra facção criminosa! Quando o Estado está ausente, o medo...

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... se instala, e aí se legitima qualquer coisa.

Desculpem, para concluir, eu só queria pedir que não tenham dúvida do meu comprometimento com esta CPI, caso eu seja alçado à Presidência dela, porque o que me move estar na política é ter a capacidade de dialogar com os diferentes, de convergir com os antagônicos.

Foi citada aqui a minha independência, porque sempre falei dentro do partido que não posso renunciar àquela que é a história de minha vida. Eu trabalhei dentro da vara de execuções penais; fui Conselheiro do Conselho Penitenciário; trabalhei sempre na atividade como delegado de polícia, seja no interior, seja na capital, seja de plantão, seja na delegacia especializada; entrei nas salas de aula para falar na escola da magistratura, na Escola Superior do Ministério Público e na graduação. Então, o que me credencia é isso.

E, com certeza, ombreado com o meu colega Senador e com os colegas aqui Senadores e Senadoras, podem ter certeza do meu comprometimento para dar efetivação e solução para essa garantia constitucional de que segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa. e avalizo as palavras de V. Exa. pelo conhecimento que tem e pela maneira ética e correta no Senado Federal, nesse período em que V. Exa. representa o seu Estado do Espírito Santo.

A votação será na urna ali ao lado, será uma votação secreta, e as duas chapas que estão colocadas para Presidente: o Senador Fabiano Contarato contra o Presidente indicado pelos outros Senadores, Senador Hamilton Mourão. Então, os Senadores e Senadoras já podem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolher aquele que será o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o crime organizado no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está aberta ali. É votação secreta.

O Senador se dirige à urna, ali dentro, vai lá e vota. *(Pausa.)*

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente Otto... Presidente Otto...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Esta Comissão está tão linda, tão espetacular, eu acho que escolheram aí os melhores Senadores para esta Comissão. Eu estou muito feliz. Eu estou como os que sonham, sonhei com esta CPI, mas eu não sou membro, não consegui a vaga, mas a Soraya sabe que eu sou uma não membro atuante, estarei aqui ajudando.

Eu queria sugerir aos membros que o não eleito ali na urna agora, quem sabe, seja a figura do Vice-Presidente a ser instalada. Tem dado certo essa figura do Vice-Presidente em outras CPIs. E aí, Presidente Otto, eu sei que esta vai ser uma CPI de muitas diligências – não tem como trazer líder de facções o tempo todo para cá –, terão muitas diligências. Então, eu creio que um Vice-Presidente ajudaria muito na condução dos trabalhos. Fica aqui para os membros a minha sugestão: o não eleito automaticamente ser aclamado Vice-Presidente.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, V. Exa. faz uma colocação com que eu concordo, não sei se todos os Senadores e Senadoras vão concordar. Vamos aguardar a escolha do Presidente para, depois da escolha, eu passar, talvez, ou à votação ou à escolha do Vice-Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu faço das palavras da Senadora Damares as minhas, e eu não sei se eu não estou enxergando bem, mas eu não vi nenhuma mulher indicada para esta CPI. Senadora Damares, lamentável – nós temos conhecimento, somos formadas em Direito e temos condições, sim, de contribuir muito –, lamentável, mais uma vez excluídas! Mas, como aconteceu na CPI da covid, eu acredito que as mulheres poderão ajudar muito.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - BA) – Bom, eu assumi aqui a Presidência temporariamente, só porque o Senador Otto vai votar, mas, neste ato aqui de instalação desta CPI, eu tenho a alegria de dizer que hoje a Polícia Civil do Estado da Bahia e a Secretaria de Segurança Pública fizeram uma nova operação onde foi alcançado o casal que chefiava o Comando Vermelho na Bahia, que por acaso estava no Ceará – porque eles ficam trocando para se esconder. Então, prenderam mais de 30 pessoas. O Governo evita críticas diretas à operação de oposição ou de busca de prolongamento... Então, essa é a segunda operação. Realmente, nós não estamos em nenhum melhor dos mundos em nenhum estado, mas particularmente na Bahia. E essa é a segunda operação que fazemos em pouco tempo. A primeira redundou num bloqueio de R\$6,5 bilhões. E essa de hoje, que está em curso ainda com a prisão de 30 pessoas, se Deus quiser, é mais um passo para a gente devolver a tranquilidade não só à Bahia, mas ao Brasil, porque a questão do crime organizado se espalha por vários estados, inclusive no Nordeste. *(Pausa.)*

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, para comentar também com o senhor a operação que a Polícia Militar do Estado do Ceará fez nesse último final de semana.

Também uma operação de sucesso lá em Canindé, no Estado do Ceará. Parabênz os heróis de farda que fizeram esse trabalho e digo que é um sopro de esperança, porque os nossos estados, o do senhor e o meu, talvez, junto com o Rio de Janeiro, sejam os mais castigados – os números mostram isso – por essa questão da proliferação do crime organizado, que não está só em atividades ilegais. Ele hoje comanda a internet, comanda a água de coco no Estado do Ceará... Água de coco lá em Fortaleza é vendida já sob o domínio do crime





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizado! Nós temos um problema gravíssimo, Sr. Presidente, no Estado do Ceará de, como eu falei aqui há pouco, famílias inteiras estarem sendo expulsas. E dão hora: "Ó, dentro de quatro horas, o senhor tem que sair da sua casa". E aí uma cena que muito me marcou foi, numa das visitas que foram feitas pelos policiais, com a equipe de reportagem mostrando uma dessas residências, que estava lá livro das crianças. Não deu tempo de juntar os livros na mochila; foram caindo os livros da criança e ficaram. Então, isso é algo de partir realmente o coração.

Tem que ter política pública, claro – política pública de emprego, de renda; política pública da questão do próprio esporte na área do esporte para tirar as crianças do jugo do crime, de lazer –, mas também tem que ter um enfrentamento. O enfrentamento precisa ser feito. O Estado precisa recuperar certas áreas, porque lá é um estado paralelo que diz quem entra, quem sai, a que horas. Tem lá na Bahia, no Ceará, tem em vários locais, comunidades, que mostram, em bairros: "Ó, tira o capacete e tem que ter autorização aqui para entrar". E a pessoa, às vezes, vai visitar uma ONG, um trabalho social, meio-dia. Tem que ter autorização, o território ali já não é mais do Estado.

Então, infelizmente, se deixou chegar nesse ponto, e esta CPI tem essa oportunidade de passar a limpo isso, de buscar realmente fazer um trabalho com relação a esses terroristas, porque na verdade são terroristas. Alguns países já decretaram, já reconheceram facções criminosas como terrorismo: a Argentina, o Paraguai, vários outros países. Falta o Brasil, Senador Flávio – falta o Brasil.

Eu espero que a gente chegue nesse ponto, que já é um caminho realmente, para que haja uma coordenação, uma força-tarefa nesse sentido, porque preocupa muito agora, Presidente Otto, o que está acontecendo nos nossos estados, principalmente na Bahia e no Ceará. A gente está vendo aí realmente uma tragédia humana sem precedentes, que muito nos preocupa. Inclusive, com a questão das *bets*, é importante que se diga isto: nunca o crime organizado lavou tanto dinheiro. Manchetes dos grandes veículos de comunicação, os tradicionais, mostram isto: que nunca lavou, nunca lucrou tanto a partir das *bets* também o crime organizado.

Então, a gente tem que ter política nesse sentido. Por mim, não deveria nem existir. Já votei contra, já me posicionei, inclusive tem uma emenda minha para aumentar agora para 70%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a taxação das *bets*, né? Eu acho que tem que ser coisa de cigarro mesmo, coisa de campanha educativa, se é que deve existir, porque para mim deveria acabar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Concordo com V. Exa. O jogo só é bom para quem banca o jogo; para quem joga, realmente é uma traça. (*Pausa.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, pela ordem. Presidente Otto Alencar...

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Eu estava conversando com alguns companheiros. É só para avisar à sociedade brasileira que, exceto eu, nesta CPI, que quero distância oceânica do mundo político e, terminando o meu mandato, volto para a minha carreira artística, graças a Deus, todo o restante da CPI tem eleições no ano que vem. Então, a sociedade pode ficar tranquila porque ninguém aqui quer manchar a sua carreira: todo mundo quer fazer um belo trabalho aqui e quer deixar esse belo trabalho para ser julgado nas urnas, nas eleições no ano passado. Então, isso é muito óbvio. Qualquer pessoa desconfiar que não haverá o enfrentamento e que não haverá a liberdade, a independência de cada integrante desta CPI...

Creio que o Alessandro concorda comigo, creio que o Contarato concorda comigo e os demais companheiros também.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, pela ordem também, enquanto não conclui o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, eu quero agradecer aqui às mais de 15 mil pessoas que fizeram doações à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

campanha que a gente criou, a chamada Heróis do Rio: Apoio às Famílias dos Policiais Tombados. Até o momento, R\$1.066.215,48 foi arrecadado para as famílias desses quatro policiais tombados. Eu peço aqui, de público, à plataforma vakinha.com.br – que é onde nós fizemos, para dar toda a transparência, enfim, que se pudesse ter todo o acompanhamento sobre esses recursos –, porque eles cobram uma taxa de aproximadamente 7% desse valor, o que eles puderem ceder para que possa ser doado esse valor integralmente a essas famílias... O montante aqui, de taxa, já está ultrapassando os R\$84 mil.

Então, para agradecer as pessoas que doaram, assim que a plataforma finalizar todo o processo aqui de checagem, auditoria, imediatamente nós vamos transferir esse valor integralmente às famílias desses quatro policiais tombados no Rio.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo V. Exa., Senador Flávio Bolsonaro, pela iniciativa.

Todos os Senadores e Senadoras já votaram.

Determino à mesa que abra o painel para verificarmos o resultado da votação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Chegaram os votos da Bahia agora.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Hein?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Chegaram os votos da Bahia agora. (*Palmas.*)

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Fabiano Contarato foi eleito por margem muito apertada contra o Senador Hamilton Mourão, que, mais uma vez, demonstra ser bom de urna, porque vencer uma eleição contra o Fabiano é muito difícil aqui, no Senado Federal.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Parti em desvantagem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, concluindo o meu trabalho para aqui presidir esta eleição, eu quero passar a Presidência ao Senador Fabiano Contarato, para que ele possa presidir, e há uma proposta, Senador Fabiano Contarato, da Senadora Damares Alves, para que o Vice seja o Senador Hamilton Mourão.

Então, V. Exa. concorda? Os Senadores todos, Senadoras concordam? *(Pausa.)*

Então, está eleito, como Vice-Presidente, para uma grande contribuição, o Senador Hamilton Mourão, meu general. *(Palmas.)*

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Meu general de quatro estrelas, que honrou o Exército Brasileiro, honrou muito o Exército Brasileiro. Eu, como fui convocado certa feita, quando me formei para ser médico do Exército, toda vez que eu entro no Plenário, Senador Mourão, minha continência. Toda vez que eu entro lá, bato continência para ele. Não bato para Coronel, mas para o Senador Hamilton Mourão, eu bato continência.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Fabiano, venha ocupar a Presidência da Comissão.

Obrigado a todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Na verdade, Presidente, é para ocuparem os assentos do Presidente e o Vice. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Boa tarde.

Nos termos regimentais, designo o Senador Alessandro Vieira como Relator dos trabalhos desta Comissão, a quem convido para tomar assento nesta mesa e usar a palavra posteriormente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui, mais uma vez, Senador Alessandro, parabenizá-lo pela iniciativa. Tenho certeza de que, com serenidade, sobriedade, dentro da legalidade, os trabalhos desta Comissão serão conduzidos de forma muito tranquila, com a ajuda de todos os Senadores e Senadoras.

Ao passo que também aqui quero fazer um convite ao Senador Mourão, como Vice-Presidente, agradecer a todos os Senadores e Senadoras que, respeitando, obviamente, a diferença por questão ideológica, mas eu peço mais um pouquinho de paciência, para que eu possa fazer um singelo pronunciamento.

Senhoras e senhores colegas Senadores, assumo a Presidência desta CPI com o mesmo senso de dever que sempre guiou minha vida pública: não por vaidade, não por ambição, mas por responsabilidade. Responsabilidade para com as famílias que perderam filhos para o tráfico; responsabilidade para com os policiais que arriscam a vida diariamente; responsabilidade para com os jovens abandonados pelo Estado e, sobretudo, responsabilidade para com o povo brasileiro, que há muito tempo vive refém do medo.

A segurança pública não deve ser uma pauta apenas da direita nem uma bandeira exclusiva de conservadores; é uma obrigação de todos os que acreditam na vida, na justiça e na dignidade.

Votei contra as chamadas saidinhas, porque considero injustificável a quantidade de benefícios já concedidos aos condenados criminalmente, e aqui eu pontuo: um sexto de cumprimento, vai para o regime aberto; a cada três dias trabalhados, remissão de pena pelo trabalho; se lê um livro, remissão da pena pelo trabalho; um terço da pena, livramento condicional; no final do ano, indulto e comutação de pena. E, aí, você passa para as famílias não a sensação, mas a certeza da impunidade. Esses benefícios reforçam para muitas famílias o sentimento dessa impunidade.

Essa não é minha posição; é um posicionamento coerente com a ideia de que a justiça sem consequência não é justiça, mas descaso.

Também defendi e apresentei o projeto que amplia o período de internação para adolescentes em conflitos com a lei, que contou com a relatoria do querido Senador Flávio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bolsonaro e com quase a unanimidade de votos, ao qual eu acho que seria prudente esta Comissão, em conversa com o Relator, pedir uma celeridade para a aprovação.

Novamente, confesso aos colegas que eu fui muito mal interpretado por quem insiste em confundir progressismo com permissividade. Mas progressismo, para mim, é exatamente o oposto. É enfrentar a realidade de frente, não a ignorar.

Eu acredito sim na ressocialização, mas não acredito em impunidade disfarçada de compaixão.

O que me move é a defesa da vida, da justiça, da verdade, não conveniência política.

Agora, com a CPI em funcionamento, temos o dever de conduzi-la com serenidade, firmeza e transparência.

Não serei conivente com espetáculos, inverdades ou oportunismo. Da mesma forma, não permitirei que o debate sobre segurança pública seja sequestrado por discursos fáceis e populistas.

O combate ao crime organizado exige seriedade e inteligência, não pirotecnia; exige um Estado organizado e consistente, não ações improvisadas ou arbitrárias.

A última operação policial no Estado do Rio de Janeiro trouxe à tona tanto a necessidade quanto a complexidade do enfrentamento ao Comando Vermelho, especialmente no Complexo do Alemão e no Morro da Penha. Essas áreas são controladas por uma organização criminosa estruturada, mantida por centenas de criminosos armados com fuzis e altamente treinados.

A operação mais letal de todas, no contexto recente, resultou na morte de 121 pessoas. Dentre elas, quatro heróis policiais. E eu fico me colocando nas vezes em que eu saía de casa e minha mãe, com medo de se eu ia voltar ou não de determinada ação da delegacia de que eu estava à frente ou apurando determinado crime.

Quanto vale uma vida humana? Quanto valem todas essas dores que estão ali?

Isso representa uma tragédia que não podemos aceitar como normal. Além disso, essa operação escancarou uma realidade ainda mais difícil. Ela não foi a única operação que vitimou pessoas inocentes ou aprofundou o sofrimento de quem vive nas comunidades. Crianças





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuam morrendo em tiroteios, motoristas e passageiros são assassinados por entrarem nas comunidades sem saber das regras impostas e moradores vivem como reféns das facções que controlam o território.

Por mais que as operações sejam necessárias, jamais podemos comemorar a morte de qualquer pessoa. A morte, em todos os casos, evidencia um fracasso do poder público diante de todas as instituições que compõem o sistema de segurança pública previsto no art. 144 da Constituição Federal, o que significa que o Estado falhou antes, durante e depois de agir.

Essas facções ditam quem podem acessar determinadas ruas, cobram pedágios de moradores, forçam famílias inteiras a dividir o pouco que ganham para garantir a permanência nas próprias casas. É uma vida de opressão, marcada pela violência e pelo medo constante.

As pessoas nessas comunidades – mães, pais, trabalhadores – sabem o que é lutar para chegar em casa vivas. É por isso que tantas vezes apoiam as ações da polícia, porque quem realmente vive refém do crime organizado entende o que significa ser abandonado pelo Estado e ter que seguir regras do tráfico para sobreviver.

Que fique claro: eu não apoio barbárie, não acredito em soluções violentas ou desumanas, mas também não podemos, de dentro de nossas casas seguras, bem alimentados e distantes das balas, romantizar a vida de quem precisa seguir as leis de criminosos para se manter vivo.

Essa realidade exige um compromisso sério de enfrentamento. O enfrentamento ao crime organizado só será eficaz se for contínuo e progressivo. Ele não pode se basear em operações isoladas, mas sim em um planejamento integrado. O Estado precisa retomar, de forma permanente, o controle das comunidades e, ao mesmo tempo, implementar políticas públicas consistentes e inclusivas. Isso significa oferecer emprego, educação integral, saneamento básico, coleta adequada de lixo, pavimentação das ruas. É preciso criar segurança estável, não apenas policiamento ostensivo. E a segurança começa pelo desenvolvimento e pela dignidade.

Eu não acredito em políticas de extermínio, acredito em políticas de Estado que unam firmeza com humanidade, autoridade com respeito, disciplina com empatia. É preciso unir forças das polícias, dos ministérios, enfim, de todos os entes federativos, porque o crime é organizado e o poder público não pode continuar desorganizado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço aqui um apelo às lideranças progressistas: é hora de ocuparmos este espaço de debate com coragem, técnica e empatia, porque, enquanto hesitamos, o medo avança; enquanto o Estado recua, o tráfico cresce; e, enquanto a política se divide, vidas se perdem.

Assumo esta Presidência com a convicção de quem acredita no poder do Parlamento e na sua capacidade de transformar realidades.

Que essa CPI não seja palco para acusações vazias, mas uma oportunidade concreta de reconstruir a presença do Estado onde ele falhou: nas periferias, nas escolas, nas fronteiras, nas famílias que enfrentam uma guerra sem nunca ter empunhado uma arma.

Eu venho da polícia, mas também venho da fé. E a fé que me move é pela justiça e pela humanidade. Não acredito em pena de morte, mas acredito no cumprimento das penas. Não acredito no ódio, mas acredito na autoridade moral. E, sobretudo, não acredito em ações movidas pela conveniência; acredito na coerência. E é com essa fé, coragem e senso de justiça que assumo essa missão e reafirmo que segurança pública é um direito do povo e um dever do Estado. Enquanto eu estiver na Presidência dessa CPI, o medo não pautará o debate sobre o crime. A verdade será a protagonista.

Muito obrigado.

Eu queria aqui, antes de passar, fazer um registro: me dói quando eu vejo policiais mortos em confrontos, porque eu fico imaginando aquelas famílias. Às vezes você vê, Senador Marcio Bittar, um soldado da polícia militar que tem que conviver num local de alto índice de vulnerabilidade social e criminalidade, ganhando um pífio salário, sem nenhuma condição, às vezes, sem armamento, sem colete, sem nada. Eu queria aqui fazer uma singela homenagem a Marcus Vinícius Cardoso, Rodrigo Veloso, Cleiton Serafim e Heber Carvalho. Em nome deles, eu quero aqui estender minha solidariedade a todas as famílias de policiais que foram vítimas, mas não só àqueles que foram vítimas fatais, porque existem vários, dezenas, que ainda sofreram e estão nos hospitais.

Eu volto a falar: eu acredito na ressocialização, mas eu acredito em uma punição que seja contundente, de acordo com o mal praticado.

Então, eu quero agora passar a palavra ao Senador Alessandro Vieira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos fazer um minuto de silêncio em homenagem a eles.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pode ser. Perfeito.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado a todos e a todas.

Agora, com a palavra, o Relator Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela confiança sua e dos colegas.

Presidente, para além das falas políticas que são sempre necessárias, eu peço a V. Exa. autorização para que a gente possa, extrapauta, já dar conhecimento e apreciar o plano de trabalho, os primeiros requerimentos, para que a gente possa dar celeridade aos trabalhos e, em consequência, aos trabalhos que nós vamos fazer aqui. Então, se V. Exa. autorizar, já o farei.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se há alguma objeção.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Pode continuar, Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O plano de trabalho – evidentemente que ele está aberto a contribuições dos colegas, ele vai ter uma dinâmica.

A CPI para investigar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, foi criada por meio da deliberação do RQS nº 470, de 2025,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inicialmente de minha autoria. A finalidade da Comissão, segundo consta no requerimento em questão, servirá para:

apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "*modus operandi*" de cada uma delas, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

A leitura do requerimento foi feita no dia 17/06/2025, no Plenário do Senado, respeitando o procedimento previsto no Regimento Interno, que exige esse ato para criar a CPI.

Nos termos constitucionais, o art. 58, §3º, as CPIs serão criadas por prazo certo para investigar fato determinado. O requerimento de criação expressa que o prazo será de 120 dias, e que os fatos determinados são "atuação, expansão e funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro". Então, com efeito, os requisitos constitucionais foram plenamente preenchidos.

O Congresso Nacional já se debruçou sobre esse tema – ainda que de modo indireto – em outras oportunidades, apontando sua imensa importância para a segurança pública e a paz social. De fato, a atuação criminosa de grupos organizados, em suas diversas vertentes, é preocupação central dos brasileiros, conforme as mais recentes pesquisas de opinião pública, ao apontar violência e corrupção como as maiores preocupações nacionais.

Aí, faço citação aqui das pesquisas da Genial/Quaest e também da Ipsos, da AtlasIntel/Bloomberg, todas elas vão jogar acima de 50% a preocupação dos brasileiros com violência e corrupção.

As ações de prevenção e repressão, não obstante avanços pontuais que serão objeto de exposição ao longo dos trabalhos, se revelam absolutamente insuficientes, em particular no tocante à crescente ocupação territorial por milícias e facções, ao avanço exponencial dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crimes digitais, às formas sofisticadas de lavagem de dinheiro e à infiltração criminosa em todas as esferas do aparato estatal.

No ponto dos objetivos, esta Comissão Parlamentar de Inquérito se propõe a fazer um rigoroso diagnóstico da situação atual da criminalidade organizada no Brasil, da infraestrutura e arcabouço legal disponíveis para o combate ao crime e das experiências exitosas dentro e fora do país na prevenção e repressão à ação das Orcrim. Um ponto fundamental do presente plano de trabalho será dar voz aos profissionais que efetivamente atuam na prevenção e repressão aos crimes praticados por organizações criminosas, sem abrir mão do rigor técnico e sem abrir mão do conhecimento acadêmico.

Merecerá especial atenção o acelerado ingresso da criminalidade organizada nos mercados aparentemente lícitos. Esse fenômeno, que é conhecido academicamente como "novos ilegalismos", torna o combate à criminalidade algo muito mais complexo, considerando que a penetração do crime em setores econômicos lícitos envolve diversos atores, como contadores, advogados, bem como a criação de empresas de fachada para a lavagem de dinheiro. Essa roupagem empresarial que algumas facções criminosas vêm adotando, notadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC), exigirá novos e mais rigorosos mecanismos de controle, fiscalização e combate.

Para que seja possível organizar os trabalhos de forma mais eficiente, a fim de atingir os objetivos propostos, proponho a seguinte divisão de tópicos temáticos: no primeiro tópico, a ocupação territorial, que é executada pelo tráfico, pelas milícias e pelos autores de crimes ambientais.

No segundo tópico, a lavagem de dinheiro, com ênfase em *fintechs* e criptomoedas, patrimônio sem lastro, bancas de advocacia e segmentos econômicos lícitos, como combustíveis e lubrificantes, bebidas, garimpo, mercado imobiliário, cigarros e produtos fumígenos, e produções artísticas.

No terceiro eixo, vamos avaliar a questão do sistema prisional, que hoje funciona como depósito de gente e escritório do crime.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No quarto ponto, fundamental, a investigação das questões ligadas à corrupção ativa e passiva em todas as esferas e setores.

No quinto, o esclarecimento sobre as rotas utilizadas para transporte das mercadorias ilícitas.

E, no sexto, crimes praticados pelas facções, com destaque para tráfico de drogas e de armas, contrabando, sonegação, extorsão, roubo, furto, receptação, estelionato e crimes digitais. E faço sempre esse registro de crimes digitais, porque as facções vêm migrando fortemente para crime digital em razão do grande ganho e do baixo risco.

Sétimo ponto, e aí o nosso Vice-Presidente terá um papel fundamental para nos ajudar a elucidar esse caminho, a necessidade de integração entre os órgãos de segurança pública e as Forças Armadas, com destaque para atuação em fronteiras e nas rotas mais utilizadas pelas facções.

A droga e a arma não brotou no Morro da Penha ou no Complexo do Alemão. Lá não se produz droga, não se produz arma. Se é verdade, efetivamente, que, naquele complexo, se destina e se distribui dez toneladas de entorpecente por mês, essa droga chega lá todos os meses, todos os dias. Então, essa integração é fundamental.

No oitavo ponto, vamos tratar das experiências bem-sucedidas de prevenção e repressão ao crime organizado.

E, no nono, fundamental, vamos tratar de orçamento. Segurança pública e defesa são atividades caras. É uma escolha que o Brasil tem que ter conhecimento, informação e tem que fazer.

Quero registrar aqui a presença da Senadora Margareth. Que bom ter você aqui. É sempre importante sua contribuição, tão grande que você deu, especialmente na seara do Direito Penal e Processual Penal.

A Comissão buscará o aperfeiçoamento da legislação de regência para conferir-lhe a estrutura e a força necessárias para melhor orientar os agentes públicos da área de segurança pública, além de dimensionar a real demanda orçamentária para o enfrentamento efetivo da criminalidade organizada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse quadro, entendemos que as primeiras providências a serem tomadas por esta CPI deveriam ser a aprovação de requerimentos – e farei a leitura de alguns requerimentos em seguida – que contribuam com a elucidação dos fatos, inclusive com a convocação, o convite de autoridades que detenham conhecimentos profundos sobre o assunto, ou têm responsabilidade sobre o tema.

O intuito é que esta Relatoria funcione como um sistematizador e centralizador desse conhecimento difuso, adquirido por diversas autoridades Brasil afora. Ao concentrar as experiências teóricas e práticas desses diversos agentes, o nosso objetivo é angariar o maior número possível de ideias propositivas para melhorar o atual sistema de segurança pública, voltado, neste caso, especificamente ao combate às organizações criminosas.

No que couber a este Relator, procuraremos afastar qualquer discussão motivada por questões partidárias ou eleitoreiras. A atuação será voltada exclusivamente para o atendimento ao interesse público.

Concomitantemente, é importante reunir o maior número possível de informações institucionais, que são produzidas hoje por diferentes órgãos de segurança, dada a triste constatação de que um dos mais graves problemas que nós enfrentamos é justamente a ausência de comunicação entre os diversos órgãos e a falha nas trocas informacionais entre esses órgãos que já compõem hoje o Susp (Sistema Único de Segurança Pública), embora se tenha uma lei, do ano de 2018, que determina esse compartilhamento de dados.

Então, teremos no Plano de Trabalho duas linhas em paralelo: oitivas, audiências, e requerimentos de informações.

E a partir disso, como natural desdobramento, a investigação e elucidação dos fatos elencados no requerimento que embasou a instauração desta CPI.

Ao final, a CPI apresentará seu relatório, oportunidade em que espera averiguar e elucidar os fatos e, conforme o caso, apresentar propostas de alteração legislativa, incremento orçamentário e responsabilização de autoridades, encaminhando nossas conclusões às autoridades competentes, sem prejuízo de outras medidas previstas no âmbito da competência de uma CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o plano de trabalho, Sr. Presidente, que eu submeto à opinião de V. Exas.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pela ordem, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Quero parabenizar, aqui, o Senador Alessandro Vieira, pela organização dos trabalhos, e queria sugerir grupos de trabalhos, porque tem aqui algumas operações feitas contra o PCC, que estão junto à Polícia Federal brasileira, à Polícia Federal americana e à Polícia Federal europeia.

Então, tem setores em que eu acho que, se fizéssemos grupos de trabalho para cada plano do seu trabalho, seria interessante. É uma sugestão; e o parabenizo pelo projeto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Agradeço pela sugestão, Senador Marcos do Val, e sugiro também, em contrapartida, que se aguardem os requerimentos, e, a partir daí, a gente vai fazendo a definição dessas prioridades, porque a gente solicita, justamente, dentre outras coisas, informações com relação a essas atividades de colaboração, porque existe muita desinformação, aí falando para vocês e para quem nos acompanha.

O Brasil não precisa mudar a Constituição para ter integração entre as forças. Essa integração já existe; ela é falha, ela é malfeita, mas ela já é totalmente viável. E, segundo, já existe cooperação internacional constante entre as forças policiais, a Justiça e autoridades do exterior. Então, à medida que essas informações cheguem e que a gente escute, aqui, os profissionais da área, vai ficar cada vez mais claro que o que o Brasil enfrenta é a consequência de décadas de omissão, de equívocos e de corrupção.

Então, a gente aguarda. Você pode, inclusive, formular a sua sugestão, e a gente vai apreciar em conjunto nas próximas audiências.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Só para dar continuidade, Relator, agradeço o acolhimento da sugestão, e quero dizer que reafirmo a sua posição de que já há órgãos internacionais contribuindo. Inclusive, eu fui o Relator do pacote





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anticrime, que também colocou essa abertura de órgãos internacionais juntando as investigações ao PCC, e passou de 100 milhões de dinheiro sendo lavado para... Descobriram e apreenderam hoje cerca de R\$60 bilhões, com a ajuda dos órgãos internacionais.

Então, como V. Exa. falou, já há essa cooperação entre órgãos internacionais com o Brasil, e nós vamos fazer, então, a apresentação, a proposta de desmontagem desse grupo, após a apresentação das...

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Consulto as Sras. e Srs. Senadores se podemos votar, em votação simbólica, o plano de trabalho.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o plano de trabalho permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o plano de trabalho.

Concedo a palavra ao Senador, para a leitura dos requerimentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro requerimento. Eles estão em etapa de numeração pela Secretaria e serão numerados oportunamente.

Requerimento nº 1.

Requeiro, nos termos do art. 58 da Constituição Federal que sejam convidados a comparecer a esta Comissão – e nós vamos iniciar o trabalho com as autoridades utilizando a modalidade convite; caso seja necessário, serão convocados. Da mesma forma, estamos solicitando as informações; caso seja necessário, utilizaremos a força da CPI para ter acesso às informações –, para que colaborem com esta Comissão Parlamentar de inquérito, a partir da experiência dos cargos que ocupam atualmente, as pessoas abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- o Exmo. Sr. Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública;
- o Exmo. Sr. José Múcio Monteiro Filho, Ministro de Estado da Defesa;
- o Exmo. Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal;
- o Exmo. Sr. Leandro Almada da Costa, Diretor de Inteligência Policial da PF;
- o Exmo. Sr. Antônio Glautter de Azevedo Moraes, Diretor de Inteligência Penal do Senappen;
- e o Exmo. Sr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Abin.

Esse é o Requerimento nº 1, do qual peço a aprovação dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se há alguma objeção nesse requerimento.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só queria fazer uma sugestão aqui para organizar os trabalhos.

Se ele puder já ler os requerimentos todos, a gente já vota em bloco. Eu não acredito que haverá discordância.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só uma dúvida depois também, quando puder.

Os dias que nós vamos funcionar e que horários.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, rapidamente, pela ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Hoje pode sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Pode?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A Presidência autorizou fazer extrapauta para colocar o plano de trabalho e os requerimentos.

Não é isso?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Para cumprimentar o Senador Alessandro, pela relatoria, e o senhor, pela Presidência.

E aproveitar esses requerimentos que estão... Nós concordamos, sem nenhum problema com relação a esses requerimentos.

Eu só queria pedir para incluir outros que nós demos entrada, já que estamos votando esses. Eu acho que a gente não vai ter nenhuma dificuldade com relação a isso.

Então, nós entramos com requerimentos, e eu queria só pedir para incluir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Eduardo Girão, esta Presidência não vai... Vai indeferir esse pedido do senhor, porque hoje é para deliberação do plano de trabalho e os requerimentos do Relator.

O senhor apresenta, no tempo oportuno, os requerimentos...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, oportunamente, esta Presidência vai avaliar quais são os requerimentos que serão submetidos à apreciação desta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço a compreensão de V. Exa., mas hoje nós vamos votar os requerimentos do Relator e o plano de trabalho.

Está bom?

Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, o Requerimento 1, vocês observaram, fez o recorte da esfera federal.

Passamos à esfera estadual.

Requeiro, nos termos do art. 52, §2º, V, da Constituição, que sejam convidados a comparecer a esta Comissão, a fim de, em conjunto com a sua equipe técnica das áreas de inteligência, investigação e sistema prisional, apresentar sua visão sobre o crime organizado no Brasil e a sua experiência própria.

E o recorte que a gente fez foram os estados mais seguros e os estados menos seguros, levando em consideração os indicadores do Ministério da Justiça e do Fórum Nacional de Segurança Pública.

Nesse sentido, a gente convida o Sr. Clécio Luís, Governador do Estado do Amapá; o Sr. Cezar Vieira, Secretário de Justiça e Segurança Pública do Amapá; o Sr. Jerônimo Rodrigues, Governador do Estado da Bahia; o Sr. Marcelo Werner Derschum Filho, Secretário de Segurança Pública da Bahia; a Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; o Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social de Pernambuco; o Sr. Elmano de Freitas, Governador do Ceará; o Sr. Antonio Roberto Cesário de Sá, Secretário de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará; o Sr. Paulo Dantas, Governador do Estado de Alagoas; e o Sr. Flávio Saraiva, Secretário de Estado de Segurança Pública de Alagoas.

Esses que eu li agora são estados considerados os menos seguros pelos indicadores oficiais.

Em seguida, o Sr. Jorginho Mello, Governador do Estado de Santa Catarina; o Sr. Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina; o Sr. Ratinho Júnior, Governador do Estado do Paraná; o Sr. Hudson Leôncio Teixeira, Secretário de Segurança





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública do Paraná; o Sr. Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul; o Sr. Mario Ikeda, Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul; o Sr. Ibaneis Rocha, Governador do Distrito Federal; e o Sr. Sandro Torres Avelar, Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal.

E aí um recorte específico para os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que não são nem os mais violentos, nem os mais seguros, mas que são base original das principais facções criminosas do Brasil.

E, nesse sentido, convidamos o Sr. Cláudio Castro, Governador do Estado do Rio de Janeiro; o Sr. Victor Cesar Carvalho dos Santos, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro; o Sr. Tarcísio de Freitas, Governador do Estado de São Paulo; e o Sr. Guilherme Muraro Derrite, Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

É o Requerimento nº 2, Sr. Presidente.

No terceiro requerimento, nós tocamos na questão de notória experiência e estudos sobre o tema facções criminosas no Brasil.

E, num primeiro momento, eu tenho certeza de que cada colega vai ter sugestões específicas e todas serão apreciadas, serão levadas a termo aqui, mas a gente faz uma abertura com o Dr. Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, pela larga experiência na questão relacionada ao PCC; o Dr. Renato Sérgio de Lima, Diretor-Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública; a Dra. Joana da Costa Martins Monteiro, Professora e Pesquisadora; e o Dr. Leandro Piquet Carneiro, também Professor e Pesquisador.

E, se for interessante para os senhores, o Dr. Lincoln, Promotor de Justiça do Ministério Público, integrante do Gaeco, investiga PCC desde o início de 2020, é notoriamente um dos maiores conhecedores.

O Renato Sérgio de Lima é o Diretor-Presidente do Fórum Brasileiro, Professor da FGV, com pós-doutorado em Economia, doutorado na USP, aquela coisa toda, e, desde 2010, por aí, nós temos ele atuando na questão do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Durante muito tempo o Brasil sequer tinha estatísticas; as estatísticas eram produzidas e compiladas pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

academia. Hoje, graças a Deus, não é mais assim, mas lá atrás era, e eles têm um trabalho de longo prazo.

A Dra. Joana Monteiro, também, é Coordenadora do Centro de Ciência Aplicada à Segurança da FGV e cofundadora do Leme, que é um laboratório que estuda violência, Doutora e Mestre lá pela federal do Rio. Foi Diretora Presidente do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e Coordenadora do Centro de Pesquisas do Ministério Público do Rio de Janeiro também, de 19 a 20.

E o Leandro Piquet é Professor também, no Insper – é isso? –, no Instituto de Relações Internacionais, Coordenador da Escola de Segurança Multidimensional da Universidade de São Paulo; também tem uma atuação de longo prazo na área de estudo sobre segurança pública; integrou o Conselho Gestor de Segurança Pública do Estado de São Paulo e o Conselho Municipal também de Segurança Pública, e foi do Conselho Consultivo do Brasília Vida Segura.

Esses são os especialistas neste terceiro requerimento.

Passamos também...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Relator...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só um segundo, Senador Marcos do Val. Vou chegar aonde V. Exa. quer, pode ter certeza.

Também a gente faz o convite para profissionais que atuam na comunicação relacionada a crimes – jornalistas investigativos, comentaristas e consultores. Nessa linha, o Sr. Josmar Jozino, hoje jornalista investigativo do portal *UOL*; o Sr. Rafael Soares, jornalista investigativo do jornal *O Globo*; a Sra. Cecília Olliveira, jornalista investigativa do Instituto Fogo Cruzado; Bruno Paes Manso, que é pesquisador da USP e ex-jornalista; o Sr. Allan de Abreu, jornalista investigativo da *Revista Piauí*; e o Sr. Rodrigo Pimentel, que hoje é articulista e consultor em segurança pública, mas foi profissional das forças de segurança, foi Capitão do Bope no Estado do Rio de Janeiro.

E, por último, os requerimentos de informação. São requerimentos de informação direcionados ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, e ao Ministro da Defesa, José Mucio Monteiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Ministro Mucio e da Defesa, nós pedimos da Defesa e das Forças Armadas informações com relação a controle de armas, todas elas detalhadas; com relação a relatórios de inteligência, todos os produzidos pela pasta que mapeiem a atuação e estrutura hierárquica, áreas de influência e métodos de operação das facções em território nacional e em suas conexões internacionais; os dados estatísticos consolidados; as operações militares já realizadas, com relatórios circunstanciados de cada operação; e os planos estratégicos, caso existam, para o enfrentamento.

Da mesma sorte, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, todos os dados referentes a relatórios de inteligência policial; dados estatísticos consolidados, especialmente de apreensões de drogas, de armas de fogo – com distinção por calibre, origem e localização –, crimes patrimoniais ligados a organizações criminosas – como roubo de carga, roubo a banco, extorsão mediante sequestro – e conflitos em área de fronteira; dados da PRF e PF de operações policiais; dados do sistema prisional; dados de cooperação internacional realizada pelo Brasil; e os planos estratégicos que nós temos dessas forças vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública; e também os dados sobre controle de armas, uma vez que a gente tem um problema sério em controle de armas – nós falamos aqui várias vezes, ao longo dos últimos sete anos, da dificuldade que nós temos para identificar e rastrear armas de fogo e munições no Brasil.

E aí, por último, efetivamente, Sr. Presidente – eu peço especial atenção dos colegas para isto –, é o requerimento para que seja sugerido ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Hugo Motta, a urgência na tramitação das propostas legislativas aprovadas pelo Senado Federal relativas ao endurecimento das sanções aplicadas a adolescentes infratores – o PL 1.473, de 2025 – e ao pacote anticrimes violentos – que é o PL 4.809, de 2024.

O Senado aprovou recentemente esses dois projetos, eles têm muita qualidade na sua produção, foram objeto de exaustiva análise aqui. O pacote anticrimes propõe aumento geral para crimes graves, como homicídio, roubo qualificado e constituição de milícia, cria novos tipos penais, endurece o cumprimento da pena, reduz a margem para regimes iniciais alternativos e endurece a questão da progressão de regime para membros de organizações criminosas. E o Projeto 1.473, que altera o ECA, aumenta o tempo de internação para adolescentes infratores que tenham sido submetidos à medida de proteção por crimes cometidos com violência ou equiparados a crimes hediondos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são duas iniciativas legislativas que o Senado já apreciou e que, na Câmara dos Deputados, a gente sugere que deem prioridade à análise, na mesma medida em que vamos sugerir aqui ao Presidente Davi Alcolumbre que faça uma reunião dos vários projetos que a Câmara dos Deputados aprovou nas últimas duas ou três semanas, para que a gente possa entregar um resultado consistente, integrado, que faça sentido e que gere realmente o resultado.

São os requerimentos, Sr. Presidente, e peço aprovação.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, já que já vai ser aprovado por unanimidade, eu também fiz um requerimento para o convite do Sr. Rodrigo Pimentel. Se puder acrescentar o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador Marcos do Val, hoje eu só estou deliberando o plano de trabalho e os requerimentos do Relator. Na próxima reunião, eu apresento a pauta, o senhor apresenta os requerimentos e a gente aprecia.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu fiz um requerimento também, uma sugestão para o Relator, do Juiz Carlos Eduardo Lemos, lá do Espírito Santo, que combateu o crime organizado durante muitos anos, e o parceiro dele foi assassinado pelo crime organizado. Hoje escreveu o livro *Terrorismo à Brasileira*, e é um bom conhecedor de mais de 20 anos combatendo o crime organizado. Uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É, este fato chocou o Estado do Espírito Santo, que foi a morte do querido Juiz Alexandre Martins Castro Filho. Era meu colega, amigo pessoal meu, e teve esse homicídio que chocou o estado.

Mas, eu volto a frisar, hoje nós vamos deliberar os requerimentos.

Consulto os colegas Senadores e Senadoras sobre se concordam com os requerimentos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos do Relator Alessandro Vieira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra, pela ordem, Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Obrigado, Senador Contarato.

É, apenas para, além de todos os nomes aqui citados, cumprimentar o Relator Alessandro Vieira pelo nome de Hugo Motta, Presidente da Câmara. Por quê, Senador Alessandro? Eu fui o Relator – o Girão está lembrado – daquele projeto de lei do Capitão Styvenson Valentim. E ali a gente apresentou várias sugestões, apresentamos vários projetos neste meu relatório, aprovado por unanimidade aqui no Senado. E até hoje a Câmara não se pronunciou, nem com o Arthur Lira antes, nem agora com o Hugo Motta.

E apenas uma pergunta aqui, para ser objetivo: Presidente, a gente não pode, em função da experiência dele – para não dizer que é coisa pessoal –, da experiência dele como Secretário de Segurança Pública de São Paulo, como Ministro da Justiça, a gente não pode convidar Ministro do Supremo Tribunal Federal, como o caso de Alexandre de Moraes?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Acho que nesse caso... A resposta é do Presidente, não é minha, mas acho que é necessária uma consulta à Consultoria do Senado para ver a viabilidade técnica disso. Não vejo óbice, mas imagino que tenha alguma questão para se tratar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Conforme já adiantado pela Secretaria, os requerimentos somente poderão ser apresentados por Senadores membros da Comissão e deverão ser protocolizados por meio do Sedol.

Eu consultei o Senador Vice-Presidente, com muito orgulho... E eu quero deixar claro, Senador Mourão, que eu tenho uma admiração e um respeito muito grandes pelo senhor e que, para mim, o senhor é um exemplo de serenidade e sobriedade que eu tenho certeza de que vai





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuir muito para o andamento desta tão importante Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado.

Quero mais uma vez cumprimentar o Senador Alessandro e todos os Senadores e Senadoras e estender aqui meu abraço fraterno à Senadora Margareth Buzetti, enfim, a todos os colegas. E podem ter certeza, não tenham dúvida da minha honestidade intelectual na condução desse trabalho da CPI.

Faço um apelo aos colegas, porque hoje só foi deliberado... Nós já avançamos muito, porque aprovamos o plano de trabalho, aprovamos os requerimentos, vai ser lançada... Nós vamos definir quais são os dias para o procedimento normal, para a tramitação, para o bom andamento desta Comissão, e isso vai ser divulgado oportunamente.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e nove minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Angelo Coronel, Randolfe Rodrigues, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Jaques Wagner e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas e Damarens Alves, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A reunião é suspensa às onze horas e três minutos e reaberta às onze horas e dez minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Oitiva do Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues e do Sr. Leandro Almada da Costa. Finalidade: Depoimento do Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues e do Sr. Leandro Almada da Costa para colaborarem, como convidados, com os trabalhos da CPI do Crime Organizado. Oitiva do Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, em atendimento ao requerimento 2/2025; do Leandro Almada da Costa, Diretor de Inteligência da Polícia Federal, em atendimento ao requerimento 2/2025. Resultado: Oitiva realizada do Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues. O Sr. Leandro Almada da Costa justificou sua ausência. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2025 que: "Requer o envio de convite ao Sr. Andrei Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal, para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Angelo Coronel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da CPI do Crime Organizado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/11/18>

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião conta com a presença do Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues, Diretor-Geral da Polícia Federal.

O convite foi feito a fim de o depoente prestar colaboração a partir das experiências do cargo que atualmente ocupa, nos termos do Requerimento nº 2, de 2025, de autoria do Relator, Senador Alessandro Vieira.

Esta Presidência comunica ainda que, na mesma reunião em que foi aprovado o requerimento, foi recebido pela Secretaria da Comissão o Requerimento 20, de autoria do Senador Angelo Coronel, que também convida o Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues. Por essa razão, consulto o Plenário se podemos dar por aprovado o Requerimento 20.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O Requerimento 20 está aprovado.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 04/11/2025.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Presidência comunica aos Parlamentares que, nos termos do art. 89, I, do Risf, compete ao Presidente da Comissão ordenar e dirigir os trabalhos do Colegiado, e, com base neste dispositivo, apresento aos senhores as principais normas que orientarão as reuniões da CPI do Crime Organizado.

Devido à limitação física das salas de reunião e considerando as diretrizes de segurança que foram recomendadas pelo setor de inteligência da Polícia do Senado Federal, o acesso aos locais onde a Comissão se reunirá será limitado a Senadores, dois; três assessores para o Presidente; três assessores para o Relator; dois assessores para cada Senador membro da Comissão; dois assessores para cada Liderança de cada bancada/partido do Senado Federal, sempre respeitado o disposto no art. 62, §2º, do Risf – Bloco Parlamentar Democracia, Bloco Parlamentar Resistência Democrática, Bloco Parlamentar Vanguarda, Bloco Parlamentar Pelo Brasil e Bloco Parlamentar Aliança –; funcionários da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, da Polícia Legislativa do Senado Federal e da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, essenciais ao desempenho das atividades da Comissão.

A Secretaria de Comunicação Social do Senado será responsável por controlar o acesso de cinegrafistas, jornalistas e fotógrafos ligados a outros órgãos de imprensa ao Plenário onde ocorrem as reuniões, consultores legislativos de orçamento e advogados formalmente designados para assessorar trabalhos da Comissão e servidores requisitados de outros órgãos em virtude de requerimento aprovado pela Comissão, art. 89, IX, do Risf.

A Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal já emitiu as credenciais de acesso aos servidores especificados acima, cujos dados – matrícula, CPF e RG – foram encaminhados para o *e-mail* cpidocrime@senado.leg.br.

Uso da palavra em oitivas.

Haverá lista de inscrição distinta para titulares, suplentes e não membros, sendo que os Parlamentares poderão fazer uso da palavra de acordo com a ordem contida na respectiva lista de inscrição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As listas de inscrição serão disponibilizadas para assinatura exclusivamente no plenário em que será realizada a reunião da Comissão, com antecedência de uma hora do horário marcado para seu início.

Para assinatura da lista de inscrição, os Senadores deverão comparecer pessoalmente ao plenário, sendo vedada a assinatura por procuração assemelhada.

A lista de inscrição será encerrada uma hora após o início da reunião.

Nos depoimentos e inquirições, o Presidente franqueará inicialmente a palavra ao depoente por 15 minutos, prorrogáveis por, no máximo, cinco minutos. A seguir, o Relator interpelará o depoente pelo prazo que for necessário.

Após o Relator, os questionamentos terão a seguinte ordem: o Vice-Presidente desta Comissão terá prioridade após o Relator; dois, o autor do requerimento de convocação ou convite mais antigo que estiver presente; os titulares na ordem da respectiva de inscrição; os suplentes na ordem da respectiva inscrição; e os não membros na ordem da respectiva inscrição.

Os membros disporão do prazo para as interpelações de dez minutos, e os não membros de até três minutos, sem possibilidade de interpelar o depoente.

As demais normas com os procedimentos a serem observados por esta Comissão Parlamentar de inquérito encontram-se disponíveis nos computadores dos Senadores, na aba "Docs para Parlamentares".

Esta Presidência e a Secretaria da Comissão estamos à disposição para prestar esclarecimento sobre as normas da CPI e a condução dos seus trabalhos. *(Pausa.)*

Solicito que a Secretaria conduza à presença aqui o convidado Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues. *(Pausa.)*

Mais uma vez, bom dia, Sras. e Srs. Senadores, colegas Parlamentares, Sr. Diretor-Geral Andrei Rodrigues.

Hoje iniciamos um ciclo de oitivas que se estenderá pelas próximas semanas e meses, com um objetivo muito claro: entender, de maneira rigorosa e imparcial, como o crime organizado se estrutura, quem o financia, quem o protege e quem dele se beneficia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPI não tem lado, não tem preferência institucional e não tem compromisso com órgãos, governos ou figuras públicas. Nosso compromisso é com a verdade, com os fatos e com o interesse da população brasileira.

Por isso, começamos ouvindo o Diretor-Geral da Polícia Federal, o Sr. Andrei Rodrigues, não para enaltecer a instituição, mas para que ela própria apresente seu trabalho, seus dados, suas limitações, sua visão sobre o avanço das organizações criminosas no país.

A CPI não fará juízos prévios. Vamos ouvir, analisar e confrontar informações de todas as instituições envolvidas.

O Governo Federal apresentou um projeto de lei para enfrentar facções criminosas, que está tramitando na Câmara dos Deputados. É legítimo, é necessário, e dele esperamos um avanço no combate ao crime, somado às contribuições que também surgirão desta Comissão.

Nos últimos dias, tivemos várias versões do relatório, algumas corretamente criticadas, outras elogiadas, inclusive por mim, seja por aperfeiçoarem o texto, seja por endurecerem pontos essenciais.

Quero aqui fazer um destaque, que a pena passa de 20 a 40 anos para a tipificação do crime domínio social estruturado. Nós estamos aqui estabelecendo a não possibilidade de anistia, graça, indulto, fiança e livramento condicional, tornando-se também crime hediondo. Vai ser dificultada, inclusive, a progressão de regime de cumprimento de pena.

Eu sempre falo isto, não só enquanto delegado, mas enquanto professor, e de forma bem didática eu pontuo isto, Senador Alessandro, com todo o respeito: se você pegar um homicídio doloso, disparo de arma de fogo, que está no art. 121, a pena é reclusão de seis a vinte anos. A tendência do Direito Penal moderno é condenar à pena mínima, seis anos, Senador Moro, mas vamos supor que foi condenado a nove anos de reclusão. Com um sexto, aquele autor do homicídio, que violou o principal bem jurídico, já sai em regime aberto. A cada três dias trabalhados, remição de pena pelo trabalho. Se fez leitura de livro, remição de pena pelo trabalho. Um terço da pena, art. 83 do Código Penal: livramento condicional. No final do ano, indulto e comutação de pena.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como que você explica para uma mãe que perdeu o filho por disparo de arma de fogo, num homicídio intencional, que aquele autor do homicídio foi condenado a nove anos, e ele não vai ficar preso nem um ano e oito meses?

Passou da hora de a gente enfrentar o tema da segurança pública com os pés no chão. Por isso, eu quero aqui enaltecer essa iniciativa desse debate que está sendo feito lá na Câmara dos Deputados. Isso faz parte da construção legislativa, ajustes, tensões, consensos e dissensos, mas é preciso registrar um ponto fundamental: a CPI do Crime Organizado não está subordinada ao clima político nem às disputas em torno do PL antifacção. Aqui, nossa tarefa é técnica, investigativa e independente. Se o Congresso precisar ajustar a legislação ao final ou durante o nosso trabalho, que o faça com base em evidências, não impulsos, pressões externas ou conveniências momentâneas.

Esta CPI não foi criada para servir de escudo a quem quer que seja. Ninguém será poupado.

Se há instituições que falharam, vamos apontar. Se há agentes públicos envolvidos, vamos identificar. Se houver políticos, autoridades, empresários ou qualquer pessoa que tenha se associado ao crime, não importa o escalão, o cargo, o poder ou a visibilidade; esta Comissão irá investigar, expor e encaminhar.

Aqui não há espaço para covardia. Toda a pirâmide será desvendada, da base ao topo, do executor ao financiador, do operador ao protetor político.

O crime organizado só se torna poderoso quando encontra portas abertas na economia, na política, no poder, e esta CPI tem o dever constitucional e moral de mostrar onde essas portas estão, quem as abriu, quem lucrou com isso.

Hoje damos o primeiro passo. Não partimos de conclusões; partimos de perguntas. E esperamos que a oitiva do Diretor-Geral da Polícia Federal contribua para esclarecer como essas organizações cresceram tanto e onde precisamos atuar para quebrar esse ciclo.

Agradeço a presença de V. Exa., Sr. Andrei Rodrigues, e informo que esta Comissão seguirá trabalhando com independência absoluta, para entregar à população respostas verdadeiras, não respostas convenientes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

E eu quero aqui fazer um registro, publicamente, Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Andrei, de que esta Comissão aprovou requerimento do Relator, convidando V. Exa., bem como o diretor de inteligência, para aqui comparecer.

Esse requerimento foi aprovado por esta Presidência de forma simbólica e por unanimidade dos seus membros. Então, com todo o respeito, não é uma faculdade da direção-geral da instituição avaliar a conveniência e oportunidade do comparecimento do diretor, razão pela qual nós vamos insistir no comparecimento dele, e ele será convidado para, semana que vem, aqui comparecer, a esta Comissão, de acordo com a ata que será disponibilizada para os colegas Senadores.

Nesse contexto, concedo a palavra ao Diretor-Geral Andrei Augusto Passos Rodrigues, para, em 20 minutos, fazer sua exposição.

Em seguida, eu peço a urbanidade e a delicadeza...

Nós temos um decoro Parlamentar, nós temos divergências políticas, mas o respeito está acima de qualquer lugar. Eu tenho aqui, Senador Angelo Coronel, assim como o Senador Alessandro Vieira – que nós somos delegados... Eu poderia estar lidando com o pior criminoso, mas uma das coisas que eu aprendi, que está na Constituição, é o respeito na hora de fazer qualquer oitiva, qualquer interrogatório. Nós temos que ser muito mais inteligentes naqueles questionamentos do que ficar com bravatas e com ofensas que ferem o decoro. E não é isto que eu almejo, enquanto Presidente desta Comissão, que Parlamentares desta Comissão assim o façam. Espero que a urbanidade seja um norte aqui, o respeito, a serenidade e o equilíbrio.

Concedo a palavra ao Sr. Andrei Augusto Passos Rodrigues.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES (Para expor.) – Muito bom-dia a todas, bom dia a todos.

Presidente Fabiano Contarato, Relator Senador Alessandro Vieira, caros Senadores aqui presentes, meu colega Dr. William Murad, Diretor-Executivo da Polícia Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer, Presidente Contarato, que é uma satisfação para mim participar desta Comissão que, eu tenho certeza, será de altíssimo nível e que, de fato, enfrentará este desafio, que é de todos nós, de encontrar caminhos para enfrentamento ao crime organizado, haja vista o alto nível da sua composição e o seu propósito, que o senhor bem mencionou aqui nessa sua fala inicial.

Eu quero, em primeiro lugar, dizer que tenho o maior apreço e respeito por este Parlamento. Eu, pessoalmente, já estive aqui em várias Comissões, seja acompanhando ministro, seja participando, em nome da instituição, e, em momento algum, Presidente Contarato, é sinal de despreço ou desrespeito a esta instituição, a esta Comissão e a V. Exas. a não participação, aqui, do Diretor de Inteligência. Eu quero aqui dizer ao senhor que, estando presente, isso, de fato, traz até um certo embaraço para um colega subordinado também estar aqui à mesa, ainda mais sendo Diretor de Inteligência, com as limitações que a sua pasta lhe impõe – não é nem uma opção. A pasta da Diretoria de Inteligência traz severas limitações daquilo que se pode esclarecer, do que se pode opinar, de maneira que eu penso que a minha presença como representante da instituição supre essa ausência.

E eu aqui quero me colocar absolutamente à disposição para responder a toda e qualquer questão. Obviamente e seguramente, não serei perguntado de dados sigilosos e tal, que não possamos tratar neste ambiente público, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe, eu só quero deixar claro mais uma vez que a Comissão vai insistir na oitiva do Diretor de Inteligência. Tudo bem? Será marcada a data e o horário para ele comparecer a esta Comissão.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Presidente, é uma prerrogativa da Comissão. Eu só estou dizendo do apreço e do respeito que temos a ela e expondo aqui os motivos pelos quais, neste momento, o Dr. Almada não compareceu.

Mas eu, ao tempo em que faço esse registro elogioso à iniciativa, quero dizer que, obviamente, como dirigente da instituição, tenho também muitas preocupações com essa temática e, mais que preocupações, tenho a responsabilidade de trabalhar duramente, o que temos feito nesse contexto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é preciso algumas reflexões iniciais quando se fala sobre crime organizado. Isso virou, enfim, uma panaceia: tudo é crime organizado, toda a preocupação é crime organizado. E nós temos que... Inclusive, para fazer o enfrentamento qualificado, temos muito claramente que buscar as definições do que é o crime organizado, o que é esse fenômeno que nós estamos enfrentando. É a pessoa com um fuzil na mão lá numa periferia? É o pessoal da Faria Lima? É o pessoal que desvia recursos públicos? Do que nós estamos falando? Sem essa clareza do que é o crime organizado, é impossível a gente avançar no enfrentamento.

O crime organizado tem hoje uma definição legal. Inclusive, há projetos tramitando aqui neste Parlamento para que se tenha, enfim, um aprimoramento da legislação, mas hoje o crime organizado... Se define organização criminosa a associação de, pelo menos, quatro pessoas com objetivo comum, com hierarquia, com a pena máxima superior a quatro anos, enfim, todos os requisitos legais com que eu não vou ficar aqui importunando-os, mas que permitem que a gente tenha clareza daquilo que a gente está falando. E aqui também há diferença entre essa definição de crime organizado e de facção criminosa, porque aí, sim, nós temos que entrar no detalhe em que, há um bom tempo, o Parlamento está debruçado sobre isso. E, eu repito, tenho o maior respeito pelo Parlamento. Conversei, inclusive, com o Presidente Hugo Motta, conversei com o Deputado Derrite a respeito do projeto de lei que está em tramitação para que a gente tenha, de fato, o melhor caminho e a melhor legislação saída aqui desta Casa.

Agora, essa atribuição desenfreada de crime organizado a todo e qualquer evento termina, muitas vezes, distorcendo essa realidade e dificultando o enfrentamento a esse fenômeno. Nós não imaginávamos que crime organizado, ou muita gente não imaginava que crime organizado...

Por exemplo, hoje, estou, desde as cinco e pouco da manhã, acordado, nós estamos fazendo uma operação importante, numa integração, inclusive, com o Banco Central, com o Coaf, atuando em conjunto, para um crime contra o sistema financeiro, que leva à monta... Enfim, isso está sendo apurado, mas fala-se de cerca de R\$12 bilhões que envolvem esse crime que está sob investigação hoje, com várias prisões.

Então, é preciso, em primeiro lugar, isso, até para não glamorizar o crime organizado e tratar a organização criminosa como entidades que precisam ser muito respeitadas e supervalorizadas, que levam a distorções ou promoções pessoais ou apelo midiático de pessoas que não têm





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso com o interesse público, com a busca do enfrentamento à criminalidade. Então, eu sempre digo que é importante botar a bola no chão, separar aquilo que é relevante, o que é importante, para que a gente consiga fazer esse enfrentamento.

Tenho dito sempre também que o Brasil já tem uma agência que combate o crime organizado, que é a Polícia Federal, em âmbito nacional; também tem as polícias civis, as polícias militares, o Ministério Público... Tem muitas instituições que atuam, que eu chamo de sistema de Justiça criminal, e que precisam, obviamente, estar sempre atualizadas, adequadas ao momento atual, porque hoje temos – e aqui cito de passagem, por exemplo – uma nova realidade econômica dos criptoativos, de *fintechs*, de *blockchains*, de transferência instantânea, de pagamentos instantâneos, enfim, de várias novas modalidades, e nós precisamos sair daquele momento da economia tangível para o hoje, essa economia fluida, essa economia digital. E nós, muitas vezes, Estado, ainda estamos num momento analógico, enquanto o crime está num passo digital. Então, é importante esse avanço de todas as instituições para fazer esse enfrentamento.

E eu quero aqui, apenas para encerrar – e não pretendo nem usar os 20 minutos, para permitir a V. Exas. os questionamentos em que tiverem interesse –, falar daquilo que a Polícia Federal está fazendo e trazer algumas informações que eu acho que são relevantes desse trabalho que temos construído nesse período, não só da minha gestão, falarei dela, obviamente, mas acho que, historicamente, a Polícia Federal faz.

Nós temos, hoje, as Forças Integradas. Aqui falo da questão da integração tão propalada, tão exaltada e necessária, que a Polícia Federal já faz. A integração com os 27 estados, com acordos com as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado, que são ambientes onde estão lá policiais civis, policiais militares, policiais penais, policiais rodoviários, muitas vezes guardas municipais, com a coordenação e o financiamento do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, com a coordenação para esse enfrentamento mais qualificado. Só no ano passado, Senador Alessandro, nós fizemos cerca de 300 operações, quase R\$400 milhões apreendidos em mais de mil prisões; e, este ano, nós já superamos esses dados, esses números, com essa integração real, verdadeira e efetiva que nós temos. Também há integração com a Receita Federal, com o Coaf, com o Banco Central – citei essa operação de hoje –, com as secretarias de fazenda, que são essenciais para que o combate à criminalidade organizada seja extremamente qualificado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou falar da cooperação internacional também. Nós lançamos, no Brasil, pela primeira vez na história, um sistema de segurança para a Amazônia, onde nós temos o Centro de Cooperação Policial Internacional, na cidade de Manaus, reunindo os nove países amazônicos, policiais desses nove países amazônicos e dos nove estados brasileiros da Amazônia Legal, trabalhando em um ambiente com tecnologia, com sistemas, com sistema de satélites, inclusive de última geração, que nos permitem um avanço muito significativo nessa temática não só ambiental, mas no enfrentamento ao crime organizado em geral. E, por curiosidade, estávamos na inauguração solene lá do centro de cooperação, que já estava em funcionamento, Senador Contarato, e, naquele dia, prendemos 6 toneladas de drogas ali no Rio Solimões, numa operação conjunta com o centro de cooperação, com a Ficco, mostrando que esse centro enfrentará os crimes ambientais, mas também outras modalidades criminosas.

Temos um centro de cooperação internacional no Rio de Janeiro, que já funciona como um legado dos grandes eventos, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, onde estão, lá, onze países trabalhando. Ali o foco é o enfrentamento ao tráfico de drogas.

Participamos de organismos multilaterais: Ameripol, eu sou o Secretário-Executivo da Ameripol; Europol, temos três policiais na Europol, que é a associação de polícias da Europa – e somos, Senador Coronel, o único país latino-americano que tem acordo formal, acordo operacional com a Europol, só três países no mundo têm, Reino Unido, Austrália e Brasil, onde nós temos, lá, três policiais permanentemente colaborando –; e também a Interpol. Hoje – e eu vou enfatizar isto sempre –, é motivo de orgulho a todos os brasileiros sabermos que à frente da Interpol nós temos um Delegado de Polícia Federal, o Dr. Valdecy Urquiza, que recebeu a confiança dos seus pares. São 196 países que compõem a Interpol, e ele foi eleito pelo Comitê Executivo – e confirmada a sua eleição por esses 196 países –, mostrando o respeito que a Polícia Federal tem no cenário internacional e também a retomada do país nesse contexto internacional de que nós participamos.

Temos acordos com polícias do mundo inteiro, com universidades do Brasil, do exterior. Hoje temos policiais, por exemplo, fazendo mestrado na Espanha, na China; temos policiais estrangeiros aqui na nossa Academia Nacional de Polícia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive agora, há duas semanas, em Hanoi, no Vietnã, onde assinamos – eu assinei, representando o nosso país – a Convenção de Hanoi contra Crime Cibernético, que sucedeu à Convenção de Budapeste. Agora é uma convenção da ONU, de que o Brasil é signatário, foi um partícipe importante.

E também trago alguns resultados, para encerrar minha fala, Presidente Contarato, do que a Polícia Federal tem apresentado.

Nós somos uma polícia que resolve 85% dos nossos inquéritos policiais, das nossas investigações. Isso... Eu acho que pouquíssimas polícias do mundo conseguem esse indicador. E resolver quer dizer que se encontrou autoria ou que não houve crime. Então, esse é o indicador que nós temos: de 85%.

Nós estamos na primeira prateleira das polícias do mundo. Somos buscados por polícias de vários países, onde nós fazemos acordos, cooperações, trocas permanentemente. Ontem, uma apreensão, ainda a ser contabilizada, em Portugal, de cerca de 5 toneladas de cocaína, a partir de informações nossas aqui, da cooperação internacional com esse país com as nossas adidâncias, que estão em 34 países do mundo, nos cinco continentes, graças a um decreto publicado em dezembro do ano passado, que regulamentou as nossas adidâncias, as nossas unidades do exterior, que ainda não tínhamos.

Nós temos 49 mil inquéritos policiais em andamento. Só no ano passado, instauramos 45 mil inquéritos policiais, que duram em média 450 dias. Até a nossa assunção, eram 700 dias que o inquérito policial demorava. Indiciamos 35 mil pessoas e prendemos em flagrante 9 mil pessoas, além de apreendermos 70 toneladas de cocaína, 438 toneladas de maconha, 2 mil mandados de prisão expedidos, mais de 2,9 mil operações.

E aqui um item a que eu chamo a atenção: é a descapitalização do crime organizado. O crime organizado tem que ser enfrentado com descapitalização, tirando o poder econômico e prendendo lideranças, retirando lideranças de circulação. Nós, em 2023, apreendemos 3 bilhões – no ano anterior, foi menos de 1 bi –, 3 bilhões do crime organizado; em 2024, 6,4 bilhões; em 2025, só nessa operação, Senador Alessandro Vieira, da cadeia de combustíveis, foram quase R\$4 bilhões. Nós devemos chegar a cerca de R\$9 bilhões efetivamente apreendidos. Não é bloqueio de contas, em que nunca vai surgir o dinheiro, isso é dinheiro, são imóveis, são veículos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeronaves, embarcações efetivamente apreendidos. Nessa operação de hoje, a fraude é de R\$12 bilhões. Eu não sei quanto nós vamos conseguir bloquear, eu sei que, já em dinheiro, apreendemos, na residência de um investigado, R\$1,6 milhão em dinheiro nessa operação de hoje.

Então, é assim que nós temos trabalhado, mas eu não quero falar só do passado, não; eu quero falar de hoje. Eu recebo um resumo das minhas diretorias com as operações do dia seguinte, e, só no dia de hoje – e eu vou me permitir encerrar com isto –, nós fizemos ou estamos fazendo 16 operações policiais, cumprindo 219 mandados, sendo 48 mandados de prisão.

No Estado do Acre, investigação de associação criminosa, evasão de divisas, lavagem de dinheiro.

No Amazonas, movimentação irregular de valores, fluxos financeiros.

Na Bahia, operação da Ficco, desarticulação de facção criminosa violenta, com R\$52 milhões de apreensão, imóveis bloqueados, 21 investigados.

No Ceará, crimes financeiros e lavagem de dinheiro.

Espírito Santo, mais 12 mandados de combate ao tráfico de drogas. No Espírito Santo, migração ilegal e articulação logística para envio de pessoas aos Estados Unidos.

Em Goiás, também, tráfico de pessoas.

No Maranhão, novo cangaço de assalto a banco, à Caixa Econômica Federal, também com subtração de mais de R\$1,5 milhão.

Minas Gerais, quatro municípios com uma ação também de liderança de facção criminosa.

No Piauí, organização criminosa, também assalto a agências bancárias.

No Paraná, operação em 12 municípios... Na verdade, essa se estende por quatro estados. Organização criminosa especializada no descaminho e lavagem de dinheiro, com bloqueio de mais de R\$57 milhões. Em Foz do Iguaçu, também, resgate de carga roubada. Palotina, prisão de pessoas que têm um depósito com toneladas de maconha.

Rio de Janeiro, migração ilegal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santa Catarina, operadores financeiros.

São Paulo, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, roubo majorado, comercialização de produtos proibidos, e essa contra o sistema financeiro de que falei.

E aqui, em Sergipe, Senador Alessandro, em Itabaianinha, uma investigação nossa sobre venda irregular de área pública do Inmet, em que nós estamos também atuando.

Então, é isso que nós fazemos no dia a dia, esse esforço contínuo a partir de pilares estabelecidos, a partir da estabilidade da instituição, que nos permite fazer esses planejamentos, essa atuação integrada e concorrente – por concorrente eu quero dizer caminhando ao mesmo sentido com as forças estaduais de segurança.

Nós precisamos, Senador Contarato – o senhor foi muito preciso na sua fala inicial –, acabar com esse maniqueísmo de que atividade de inteligência, de investigação se contraponha a eventual ação que tenha que ser feita com mais energia. Nós precisamos entender que crime organizado tem que ser enfrentado em todas as suas frentes, temos que entender que o crime, em maneira geral, não é um problema só de polícia, é um problema do Estado brasileiro, dos três níveis federados, e que precisamos todos – e aí eu falo não só as polícias –, precisamos todos encontrar caminhos de construirmos alternativas para a melhoria do cenário. E penso que a Polícia Federal está cumprindo o seu papel e está também estimulando, participando, integrando, contribuindo e aprendendo muito com as nossas parceiras polícias de todos os estados.

Temos todos os dias, Senador Sergio Moro, apreensões importantíssimas no Paraná, em cooperação com a polícia civil, com a polícia militar, com o Secretário Hudson – um parceiro –, onde nós trabalhamos...

(Soa a campanha.)

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – ... com todos aqueles que têm papel nesse sistema de segurança, de Justiça criminal, para os melhores resultados.

Então, eu agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Dr. Andrei Augusto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu passo a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos, a todas.

Dr. Andrei, considerando que a gente tem limitação de estrutura e de recursos, eu peço de V. Exa. o retrato atual de quais são as prioridades da Polícia Federal no tocante ao enfrentamento das facções e milícias. Recordando: o objeto desta CPI, compreendendo evidentemente o alcance do que é crime organizado, o objeto desta CPI são as facções e milícias, notadamente a questão do domínio territorial que algumas delas vêm exercendo. Então, qual é o foco hoje de atuação da Polícia Federal na seara de combate a facções e milícias?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES (Para expor.) – Senador, o nosso foco no combate ao crime organizado tem estes pilares essenciais: descapitalização, prisão de lideranças e a cooperação interna e internacional.

O crime organizado, é sabido por todos... E eu vou tentar responder mais objetivamente, porque imagino que o senhor tenha mais perguntas, mas, se o senhor achar incompleto, a gente complementa. Dentro desses três eixos principais é que nós temos trabalhado e, veja, a toda investigação que a Polícia Federal faz, por exemplo, contra o tráfico de drogas, em paralelo ou concomitantemente, nós abrimos uma investigação patrimonial, para que também seja atacado o poder econômico. E os resultados, os números que nós temos apresentados acho que são suficientes para fundamentar isso que eu estou aqui asseverando.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Qual é o orçamento de que a Polícia Federal dispõe para esse tipo de enfrentamento? Infraestrutura e recursos humanos.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – O orçamento da polícia... E aqui, uma vez mais, eu não posso perder a oportunidade de contar com o Parlamento Brasileiro, considerando essa prioridade nacional da segurança pública, para que sejam destinados mais recursos para a segurança pública, e este é o foro onde precisa ser debatido esse orçamento e tomadas as decisões políticas e técnicas nesse sentido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O orçamento da Polícia Federal – eu vou falar aqui do orçamento discricionário, de custeio e investimento – foi, no ano passado, R\$1,8 bilhão, e isso engloba todas as despesas da polícia, desde aluguel de prédios, pagamentos de contratos de terceirizados, manutenção, compras de viatura, compra de armamento, operações, pagamentos de diárias, compras de passagens. Enfim, tudo o que a polícia tem de recurso é R\$1,8 bilhão, e eu entendo e já fiz esse apelo para que, na LOA que está aqui, sob apreciação desta Casa, nós tenhamos um aumento desse valor para ao menos 2,5 bilhões, para que a gente tenha melhores condições de fazer.

E isso passa pela ampliação das FICCOs; há pedidos de recurso para isso. Nós queremos lançar também, e há um projeto que está aqui, Senador, que é a estratégia nacional de enfrentamento ao crime organizado, de que nós estamos finalizando a discussão para apresentar, e uma das iniciativas é a expansão dessas FICCOs para fronteiras, portos, aeroportos, junto com todos os estados de fronteira.

Em relação ao efetivo, também nosso efetivo é diminuto. Nós somos menos de 13 mil policiais, temos cerca de 2 mil servidores administrativos também, que muito contribuem com a nossa instituição, mas penso que estamos fazendo isso, que se chama dimensionamento de força de trabalho. É um estudo técnico que a nossa equipe está fazendo para que a gente tenha esse cenário ideal.

Tivemos autorização para um concurso público, feito agora, pelo Presidente Lula, no começo desse ano. Dia 26 de janeiro, começamos a nova Academia Nacional de Polícia e vamos formar 2 mil policiais no ano que vem, para que a gente tenha o nosso efetivo todo completo até o final de 26.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, o senhor não tem um número específico de policiais demandados? O senhor ainda não tem um número de demanda de pessoal? O senhor está fazendo esse cálculo ainda?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Não, nós temos hoje, Senador... O quadro da polícia, que é definido por lei, é de 15 mil policiais, mais ou menos. Então, hoje nós pedimos todo o preenchimento de todo o quadro e estamos nesse estudo de dimensionamento de efetivo para chegarmos a um número ideal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje eu estimo que nós precisaríamos, para atender todas as demandas – aí pensando aqui a médio e longo prazos –, ter o dobro desse efetivo para que a gente consiga, de fato, atender com ainda mais eficiência tudo aquilo que a gente faz, lembrando que a Polícia Federal é polícia judiciária, que é o de que todos têm a visibilidade maior, mas também é a polícia administrativa, onde nós fazemos, por exemplo, controle de armas, fazemos emissão de passaporte, controle de produtos químicos, controle de segurança bancária, imigração. Só no ano passado, foram 40 milhões de movimentos migratórios no país inteiro. Então, são demandas que nós temos também nessa seara, além de controle de fronteiras, portos, aeroportos, que também são missões da instituição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Andrei, das propostas legislativas que tramitam nesta Casa, uma vertente aponta dificuldades de integração que justificariam alterações significativas na atribuição da Polícia Federal. Não me parece ser verdade, mas eu preciso fazer a pergunta para que o senhor possa me deixar claro e esclarecer para os colegas e para quem nos acompanha. Existe alguma restrição legal hoje para a atuação da Polícia Federal no combate ao crime organizado?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, nós atuamos no combate ao crime organizado, eu citei dezenas de investigações aqui, e nós, repito, não disputamos com nenhuma outra polícia essa primazia. Ao contrário, nós queremos que todas as polícias façam tantas quantas operações forem necessárias e precisas, assim como nós fazemos.

O que eu entendo, e essa é uma pauta, por exemplo, proposta na PEC que o Ministro Lewandowski redigiu, que vai permitir uma coordenação maior, vai permitir uma responsabilidade maior da União – e, portanto, da Polícia Federal – nesse enfrentamento à segurança, considerando que o Constituinte originário entendeu de demandar aos estados federados esse papel...

Então, hoje nós já atuamos, sim, com coordenação, com cooperação com os estados, e as FICCOs são um exemplo disso, mas eu penso que há oportunidades de melhoria tanto na PEC quanto no projeto antifacção.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor pode detalhar para a Comissão o modelo de funcionamento das FICCOs?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Posso.

As FICCOs (Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado) são um ambiente físico onde ali se reúnem policiais de todas as agências aqui já mencionadas: a Polícia Federal, as três polícias federais – a nossa, a polícia rodoviária e a polícia penal, cada uma trabalhando dentro da sua área de competência, de atribuição legal –, as polícias militares e as polícias civis, em um ambiente focado ao enfrentamento ao crime organizado, especialmente o crime organizado violento, que é aquele que mais assola e mais preocupa o dia a dia das pessoas.

Então, neste ambiente, nós fazemos investigações sensíveis, levando o nosso *know-how*, nossa *expertise* na área de polícia judiciária, os acessos às nossas bases de dados, aos nossos bancos de dados àquele conjunto de policiais que ali estão, que são selecionados em comum acordo com todos os estados, e nos permite uma troca maior de informações e um ganho, Senador – o senhor falava em efetivo –, um ganho importante para nós, Polícia Federal, de capilaridade e de material humano qualificadíssimo, que são os nossos colegas das polícias dos estados. Então, acho que esse somatório, onde nós levamos o nosso *know-how*, levamos equipamentos, levamos bases de dados, levamos informações e colhemos também conhecimento e capilaridade, é que traz os bons resultados, além dessa integração, em que temos feito muitas dessas operações das FICCOs com o Ministério Público, que tem a sua estrutura interna, os GAECOs, enfim, a sua organização, e que tem interagido com as FICCOs de maneira geral.

Então, esse é o conceito geral que nós temos da Ficco e que permite que a Polícia Federal, por exemplo – que é seu papel –, faça cooperação internacional nessas ações, que faça trocas com outras polícias dos outros Estados, enfim, permite usar a nossa rede para essa maior efetividade das ações que fazemos nas FICCOs.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A coordenação da Ficco cabe à Polícia Federal, correto?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Correto.

A coordenação da Ficco é da Polícia Federal. O custeio para as polícias dos estados, para os estados, o custo é zero. O custeio todo dessas Forças Integradas de Combate ao Crime





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Organizado é da Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e tem, enfim, no Ministério da Justiça, esse financiador das ações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Algum estado recusou a participação na Ficco?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Nenhum, Senador.

Isso é importante ressaltar, e o Presidente Contarato falou com muita propriedade também dessa necessária não contaminação de qualquer temática política ou político-partidária para as ações de Estado que nós temos de fazer. E eu não por acaso citei aqui o Paraná, mas poderia citar as outras 26 unidades da Federação, onde nós temos acordos firmados e bases estabelecidas, umas com maior desempenho, outras com menor, enfim, ajustando, como é normal de todo o processo que fazemos, mas de que, repito, todos os estados participam.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu faço a pergunta e esclareço aos colegas e quem nos acompanha, porque também uma outra mensagem equivocada que circula é de uma impossibilidade de cooperação, seria preciso uma PEC para que existisse cooperação, seria preciso uma mudança legislativa intensa para que nós tivéssemos a integração e a participação da coordenação da Polícia Federal. Isso não corresponde à verdade.

Infelizmente, por narrativas políticas, se faz uma divisão onde nós precisamos de união. Já existe em andamento, com a anuência de todos os Governadores, estruturas próprias para o combate ao crime organizado que integram as forças policiais estaduais e a federal.

Com relação ao Ministério da Defesa, Dr. Andrei, qual é o *status* atual de cooperação com as Forças Armadas?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, nós temos uma cooperação muito positiva com as Forças Armadas, especialmente com a Força Aérea Brasileira. Nós temos feito dezenas... Eu não tenho aqui o dado exato, mas nós temos dezenas de operações de interceptação de aeronaves – que é o modal do transporte de drogas – que têm trazido bons resultados, assim como com a Marinha do Brasil, também de embarcações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, há um fato, e foi feita recentemente uma operação com veleiros, um pouco uma mudança do perfil: em vez de grandes navios e nos portos com mais controle, embarcações menores, inclusive submersíveis, os submarinos, como nesse caso. Nesse caso, não; no anterior, de Lisboa também, de Portugal, na verdade. Não foi em Lisboa, foi num outro porto, um submersível, um submarino, que foi, a partir da informação nossa, apreendido lá em Lisboa.

Então, nós temos com as três Forças – e o Exército Brasileiro – também o apoio. E falo aqui, por exemplo, das ações ambientais na Amazônia, na atuação que tivemos na Terra Indígena Yanomami, enfim, nos garimpos ilegais, onde há uma interação nesse apoio logístico com o Exército Brasileiro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Andrei, é razoável afirmar que nós já temos plena ciência das principais rotas de entrada de armas e drogas no Brasil, em particular, a Rota Caipira, a Rota Solimões? Excede o conhecimento da polícia?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, as rotas, enfim, boa parte delas é conhecida, mas, à medida que se faz algum movimento, alguma operação, alguma atuação mais contundente em determinados modais, sempre há uma migração para outro. E aqui, por acaso – até antecipei aqui –, citei a questão dos portos. Nós temos identificado hoje mais apreensões em embarcações menores do que em grandes embarcações, como houve ainda aqui: ontem mesmo, apreendemos mais de 500kg de cocaína no Porto de Santos. Mas há esse mapeamento. E, sempre que fazemos as ações, e cito, por exemplo, ações do meio ambiente, e aí em cooperação com a Colômbia... Estive à sede da Ameripol, em Bogotá, e nós conversando com os colegas do Peru e Colômbia... E aí, entre aspas, a "reclamação" deles é de que a nossa atuação do lado brasileiro estava levando a criminalidade a atravessar a fronteira para os seus países. E aí nós coordenamos, fizemos, na Tríplice Fronteira – Peru, Brasil e Colômbia –, operações conjuntas com essa perspectiva.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor tem alguma estimativa de orçamento e de pessoal necessários para que a gente aumente o custo da circulação por essas rotas? Porque a gente sabe que o crime não vai acabar, né? O nosso trabalho, como policial, é reduzir a disponibilidade financeira e o interesse na atividade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual seria a projeção que nós temos para poder, por exemplo, fazer cessar ou reduzir o tráfego pela Rota do Solimões?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, nós temos 17 mil quilômetros. Eu queria dar um panorama geral aqui. Nós temos 17 mil quilômetros de fronteira. E aqui, o Dr. William, que me assessora aqui... Nós estamos falando nas FICCOs aqui, que são uma iniciativa de fronteira, que seriam um valor baixo de cerca de 50 milhões, e mais outras de fronteira nacional, que dá em torno de R\$800 milhões, que seriam uma ação imediata que poderíamos fazer com as FICCOs, além de questões estruturantes, que aí são investimentos em tecnologia, investimentos em equipamentos. Como nós estamos fazendo, inclusive, com parceria com o Estado do Mato Grosso do Sul, com o Estado do Paraná, nas regiões de fronteira, no Projeto Mitra, que é um projeto em que, inclusive, assinamos um acordo com a ABDI, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, semana passada, que nos permitirá ampliar esse projeto, que é um sistema que vai muito além de câmeras de reconhecimento facial, mas é de fato um sistema integrando bases de dados, bancos de dados, inclusive, o CNMP, do Conselho Nacional... O BNMP, perdão, o Banco Nacional de Mandados de Prisão, em que nós fazemos imediatamente esses cruzamentos de dados.

Nós temos, e isso é importante... Quando se fala de fronteiras, Senador, às vezes tem um discurso simplificado, eu diria, de alguns até simplista, achando que basta nós botarmos um policial a cada 100m da nossa fronteira, ou um soldado do Exército, que nós vamos resolver o problema.

Nós temos 17 mil quilômetros de fronteira; só, Senador Contarato, a nossa fronteira com a Bolívia tem 3,4 mil quilômetros. A fronteira, Senador Mourão, dos Estados Unidos com o México tem 3,1 mil quilômetros, então os Estados Unidos e o México têm uma fronteira menor que a nossa fronteira...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*)
– E não controlam.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – ... com o Peru, e não controlam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, é uma utopia se achar que a gente vai ter um controle absoluto; aliás, eu não conheço país nenhum do mundo que tenha controle absoluto das suas fronteiras. Nós temos que ter um maior controle – entendo que nós temos um controle bom –, temos que ter um maior controle, e sempre há oportunidades de melhoria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor entende que nós temos um controle bom das nossas fronteiras?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Nós temos uma atuação muito forte. Eu vou trazer alguns dados aqui para o senhor...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Atuação forte é diferente de controle bom.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – ... sobre isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor acha que é bom o nosso momento de controle de fronteiras?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Eu acho que com os meios e os recursos que, não só nós, mas também os estados, as polícias estaduais têm nas fronteiras, nós respondemos, em alguma medida, a esse enfrentamento.

Nós temos na Polícia Federal 11 superintendências de fronteira, mais 36 unidades, que são as nossas delegacias. Temos 8,9 mil inquéritos, Senador Vieira, em andamento nessas regiões e, em cinco anos, instauramos mais de 50 mil inquéritos: 7,7 mil de tráfico de drogas, com mais de 15,4 mil flagrantes e mais de 19,9 mil presos, isso nos cinco últimos anos; dá uma média de mil operações por ano, com mil mandados de prisão anuais.

E nós temos aqui o projeto de 2025-2026, que está em andamento. Citei aqui essa questão lá do Paraná e do Mato Grosso do Sul, onde nós temos a proposta de duas bases de aviação, a base norte já em funcionamento, com dois helicópteros e um Caravan, a sul é em Guaíra – não é, Dr. William, me corrija – a base de aviação.

Também...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Em Maringá. Em Maringá! Guaíra é o nosso Nepom, a base, enfim, fluvial.

Em Maringá, o projeto Mitra, que aqui citei, além do CCPI e a criação que está hoje em trâmite, creio que no Ministério da Gestão, para a criação da Coordenação-Geral de Fronteiras e a estrutura da Polícia Federal para fazer frente a essas fronteiras.

Então, quando eu falo dessa... E eu gosto de fazer esse comparativo da nossa fronteira e a dos Estados Unidos com o México porque estive em uma reunião onde – na Ameripol –, inclusive, estava um policial da DEA, que é a agência antidrogas dos Estados Unidos, falando exatamente dessa temática, de que nós, países latino-americanos, o nosso país aqui do continente, do sul, estávamos falhando na nossa atuação porque estava chegando muita droga lá nos portos, enfim, nos aeroportos dos Estados Unidos e estava entrando no país.

Então, enfim, há que se reconhecer que há falhas – e em todos os países do mundo há falhas. E eu disse para eles, então, na linha do que o Senador Mourão comentou, de que ninguém controla absolutamente: "Olha, se nós estamos falhando, não falhem vocês, não deixem a droga entrar no país de vocês, e aí está resolvido o problema".

Então, assim, o que nós não podemos fazer, Senadores, é essa transferência de responsabilidade, que eu não quero fazer com outros países. E que os estados têm que trabalhar nesse modelo que nós estamos trabalhando, de forma integrada. E aqui citei Paraná, Mato Grosso do Sul e Amazonas, onde nós já temos essas bases.

Nós já concluímos – e aqui finalizo esse plano – com a fronteira do Paraguai, com a fronteira da Colômbia e Peru, com os Estados do Acre e do Amazonas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Retomando a sua resposta anterior, Dr. Andrei.

O senhor afirma que o investimento na casa dos R\$800 milhões permitiria uma ação mais contundente e imediata nas nossas fronteiras?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Sim, não há dúvida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um projeto que é mais amplo que isso, enfim, que aí ultrapassa a casa de alguns bilhões. Projeto, enfim, periódico, que pode se estender pelo período de tempo em que há investimento e custeio. Enfim, um projeto mais amplo, mas eu entendo que com R\$800 milhões hoje a atuação nas FICCOs, porque nosso material humano é limitado, nós aí buscando a integração com os estados, ampliando essa iniciativa, nós poderíamos ampliar essa capacidade operacional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Apenas para registro aqui, o senhor já em alguns momentos citou, mas para afastar um outro mito, de que nós precisaríamos de uma mudança legislativa na linha da tipificação como terrorista das organizações criminosas violentas, para que tivéssemos cooperação internacional. Isso não procede, evidentemente, mas eu faço questão que o senhor verbalize.

Existe já cooperação suficiente na seara operacional de inteligência no combate às organizações criminosas com outros países?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito, Senador, não procede. É um erro técnico, inclusive, se falar de equiparação de institutos diferentes, de questões diferentes, que são o terrorismo com finalidade, propósito, meios diferentes do crime organizado, que são completamente cenários distintos. Nós entendemos um equívoco, para não falar de questões de soberania e de outras interferências que podem advir, inclusive para o sistema econômico, para as empresas brasileiras, dessa equivocada equiparação que alguns tentam fazer.

E há cooperação internacional, sim. Se o senhor me permitir, eu trago alguns dados aqui em relação a isso, porque eu acho que é importante, Senadores, não só ficar aqui trazendo os conceitos, as informações, mas, também, os dados concretos do que a Polícia Federal tem feito.

São dados que, de fato, merecem o registro: nós aqui – falo de 21 a 25 – prendemos, para fins de extradição, 842 foragidos da Justiça brasileira no exterior e 337 foragidos aqui no Brasil, estrangeiros aqui no Brasil; foram publicadas 2.997 difusões na Interpol a pedido do Brasil, 2.557 difusões vermelhas a outras modalidades de difusão; foram 14 mil, Senador Contarato – 14 mil – pedidos de cooperação policial internacional que nós fizemos nesse período, de 21 a 25. Temos o Centro de Cooperação no Rio, o Centro de Cooperação da Amazônia: fizemos 1.798 pedidos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de auxílio direto mútuo; 16 equipes conjuntas de investigação formalizadas; 528 operações de extradições ativas e passivas; 83 transferências de presos; capacitação com 25 edições em vários países; 51 atos internacionais de diferentes polícias e organismos internacionais; ampliação nas adidâncias – que aqui comentei –, novos oficiais de ligação em vários pontos, oficialatos de ligação, inclusive um agora em Santa Cruz de La Sierra em que nós estamos investindo muito, nessa parceria com os colegas da Bolívia.

Particpei, semana passada, do encontro dos chefes de polícia do Mercosul junto com os Ministros do Interior e Segurança do Mercosul aqui em Brasília. E, no final do mês passado, também motivo de alegria, de honra para nós brasileiros, policiais federais, eu fui convidado, Senador Vieira, a participar do encontro de chefes de polícia da Europa, e eu estava lá, enfim, como o único país, como eu já disse, aqui da região que tem esse acordo operacional com a Europol, onde, de fato, o que se vê é que a nossa polícia brasileira está no nível das melhores polícias do mundo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Andrei, é muito evidente – mas é preciso que a gente materialize isso na produção de evidências e coleta de dados que a CPI se propõe a fazer – que não há crime organizado, instalado, ramificado e com atuação regional ou nacional sem a existência da corrupção, não há como! A corrupção tem um papel fundamental na atuação de facções e milícias que se alastram pelos estados brasileiros. Então, eu pergunto diretamente com relação a operações de combate à corrupção: o número de operações em andamento e operações concluídas nos últimos cinco anos, sob o comando da Polícia Federal?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – O.k.

Relator, nós temos, aqui eu falo do período dos últimos dois anos, e aqui eu trago para o senhor uma dificuldade. O senhor até falou em corrupção, pediu para meus colegas pegarem os dados, só que aqui eu estou me limitando ao tipo penal de corrupção ativa e passiva. Veja que, nesse contexto de corrupção, por exemplo, fraude em licitação, peculato, concussão são também crimes que envolvem corrupção, e que eu trarei – já pedi para o Dr. William buscar esse dado –, trarei o dado ampliado de todos esses delitos que nós temos. Mas hoje nós temos mais de 130





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigações só com essa temática "corrupção" em trâmite na Polícia Federal, mas há outros milhares, com certeza, envolvendo todo esse bloco aqui de investigações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Qual é a avaliação institucional da Polícia Federal sobre o projeto de lei agora denominado marco legal de combate ao crime organizado, considerando a última versão, que foi a quarta, divulgada pelo Relator, Deputado Derrite, do PP, de São Paulo? Pontos positivos, pontos que podem ser melhorados e pontos inviáveis?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, primeiro é preciso se dizer que um projeto dessa envergadura, dessa magnitude, necessariamente precisa de um tempo de debate, precisa de um tempo de discussão, e tantas boas cabeças que há nesse Parlamento e na sociedade civil, nas polícias, no Ministério Público, no Judiciário, precisam ser ouvidas, precisam participar para que, de fato, a gente tenha uma legislação que atenda o interesse público, que atenda essa necessidade da melhora das ferramentas e dos instrumentos para o sistema de justiça criminal como um todo.

Eu, e aqui faço um registro também, recebi o contato do Presidente Hugo Motta, também do Deputado Derrite, de maneira muito cordata, de maneira muito gentil, abertos ao diálogo, em que eu também coloquei – e aí com muita clareza, como procuro sempre – os pontos em relação à Polícia Federal.

Em relação ao projeto como um todo, o Ministério da Justiça tem se posicionado. E, em relação à Polícia Federal, me posicionei diretamente a eles no sentido de que havia pontos na redação, e naquele momento talvez fosse a primeira e segunda versões do projeto, havia pontos que restringiam a atuação da Polícia Federal e que isso, de forma nenhuma, contribuiria para o enfrentamento ao crime organizado e que nós precisávamos, ao contrário, buscar mais formas e mais mecanismos de a Polícia Federal atuar, ainda mais no combate e no enfrentamento ao crime organizado, assim como a questão do terrorismo, que também estavam equiparando o terrorismo ao crime organizado, com o que eu discordo frontalmente, mas isso, pelo que vi na quarta versão, foi superado.

Remanescem alguns pontos que precisam de, entendo eu, uma melhor maturação. Por exemplo, estamos propondo uma legislação contra o crime organizado, ao passo que já existe





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma legislação contra o crime organizado, e isso poderia gerar um conflito de normas e que trará prejuízos – e aqui estou com dois juristas ao meu lado –, pode trazer prejuízos, pode trazer uma grande confusão processual, nulidades, trocas de foro, de competência, enfim, toda a sorte de prejuízos ao invés de ganhos para o sistema investigatório. Então, acho que esse seria um ponto importante também.

E há outro que, aí sim, afeta a Polícia Federal, e eu tenho certeza de que o Parlamento vai se debruçar sobre isso, encontrar uma solução – vejo que há diálogo; salvo engano, hoje ainda o Ministro Lewandowski também terá novas reuniões –, que é a questão dos recursos. Aqui estamos falando de recursos, nós não podemos... Nós estamos falando aqui de descapitalizar o crime organizado, nós não podemos fazer uma proposta, Presidente Contarato, que descapitalize a Polícia Federal, em que há a retirada de recursos dos fundos federais, inclusive do Funapol, que é um fundo da Polícia Federal, mas também do Fundo de Segurança Pública, do Fundo Antidrogas. E, de fato, isso traria um prejuízo, uma redução de recursos para a Polícia Federal, quando, penso eu, e aqui já fiz meu apelo a V. Exas., a gente busca o contrário, a gente busca ampliação do orçamento da Polícia Federal nesse contexto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Qual é a avaliação institucional da Polícia Federal sobre o PDL apresentado na Câmara dos Deputados pelo Deputado Federal Rodrigo Valadares, do União, de Sergipe, para sustar resoluções do Banco Central que regulamentam o mercado de cripto no Brasil?

Qual a relevância desse mercado de criptomoedas para lavagem de dinheiro do crime organizado atualmente?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, que oportuna a sua pergunta, porque falava, agora há pouco, exatamente desse novo mercado digital, onde nós temos esse novo momento, que não é do Brasil, é global.

Nessa reunião em que eu estive, na Europol, uma das pautas lá era o crime como um serviço, que é exatamente essa preocupação que hoje... E, quando se fala "olha aqui a estrutura de lavagem de dinheiro da organização X, do crime organizado Y", o que não é verdade... Por isso que eu falo da necessidade de separar essas coisas, porque hoje... E volto a insistir: isso foi discutido na Haia, nos Países Baixos, na sede da Europol, a prestação do serviço de ocultação de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrimônio, de lavagem de dinheiro, de obtenção de bases de dados, de envio de recursos ao exterior, enfim, de constituição de empresas de fachada, ou seja, o crime como um serviço.

Isso precisa ser enfrentado nesse contexto, porque a droga... O Brasil não produz droga, mas, infelizmente, é corredor de droga que, vamos supor, tenha sido produzida na Colômbia, que transita pelo Brasil, que vai para a África, que tem como destino final a Europa e que recebe o criptoativo na Ásia. Então, como que nós vamos pensar em enfrentar esse tipo de crime focados, ali, no nosso estado, no nosso município, na nossa região? Nós temos de trabalhar com a cooperação e com as regulações.

E veja que importância: o senhor fala na regulação das criptos, mas também eu falaria – e aqui eu preciso elogiar a gestão do Presidente Gabriel Galípolo, que tem feito várias medidas importantes – agora das contas-bolsão também, que ele regulamentou, a questão das *fintechs*... Enfim, são coisas que, depois que a gente se depara, verifica: "Olha, mas como que isso era assim?".

Então, eu penso, Senadores, que esse também é um efeito, reflexo de muitas investigações que nós fazemos.

Essa, por exemplo, de conta-bolsão, é uma investigação que nós fizemos, a questão lá do desvio de parte de PIX também, investigação que fizemos. Então é fundamental...

Por isso eu falo que segurança pública não é só questão de polícia, e aí entram as agências, entra o Coaf, entra o Banco Central, entra a Receita Federal, entra a CGU, que é uma grande parceira também, enfim, entra Ministério Público, para não falar do Estado, com serviço, com prestação de serviço, com educação, com saúde, saneamento, iluminação, todos aqueles vetores de que nós precisamos.

Então, eu vejo que a regulação de determinados setores é fundamental e ajuda no enfrentamento à lavagem de dinheiro, sobretudo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ainda no campo da lavagem de dinheiro, é razoável, no entendimento da Polícia Federal, que o Parlamento se debruce sobre regulamentação e maior fiscalização dos segmentos de advocacia e contabilidade?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, respeitadas as prerrogativas de cada categoria e do exercício das profissões, eu entendo que todos nós... E a nossa Constituição, feita nesse Parlamento, diz isto, que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Então, nós não podemos criar nenhum nicho, nenhum feudo, nenhum ambiente que seja intocável ao sistema, à persecução penal, às investigações – que sejam responsáveis, que sejam obviamente balizadas pela Constituição, com respeito a direitos fundamentais, com respeito à proteção das pessoas. Então, eu sou favorável.

Eu não conheço detalhes da iniciativa, não poderia entrar detalhadamente no mérito, mas, como conceito, eu me posiciono aqui favorável, para que a gente não tenha nenhum nicho intocável.

E trabalhando, Senador – isso é um outro ponto que eu gosto sempre de enfatizar –, com responsabilidade. Os senhores não veem, hoje, mais nenhum preso algemado sendo esculachado andando por aí; o senhor não vê imprensa na porta de nenhum investigado quando nós vamos fazer operações e prisões; o senhor não vê entrevista coletiva espalhafatosa quando há operações da Polícia Federal. Há uma comunicação institucional que é feita, mas que, em muito, diverge de outros momentos.

Então, eu acho que, respeitadas essas premissas, não há que se fazer nenhuma blindagem de nenhum segmento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A infiltração das organizações criminosas no poder público é profunda, amplamente disseminada. As operações, algumas que V. Exa. citou, demonstram isso com clareza.

É razoável afirmar que uma das mais relevantes portas de acesso se dá pelo financiamento ilegal de campanhas eleitorais. Pergunto sobre a atuação da Polícia Federal no combate a esta modalidade criminosa: o que é que falta para uma atuação mais incisiva e produtiva, na seara do combate à corrupção, no processo eleitoral brasileiro?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, de fato, eu concordo com o senhor. Acho que esse é um dos problemas também que estamos enfrentando, onde nós...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o senhor ter uma ideia, participamos, com um acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, de várias medidas que foram adotadas, no âmbito do TSE, e porque nós somos polícia judiciária eleitoral.

Só para o senhor ter uma ideia, e eu gosto sempre de trazer números, nós apreendemos em dinheiro, na campanha municipal, na última, R\$30 milhões. Só em uma apreensão no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, foram mais de R\$5 milhões; em outra, se não me engano, no Pará, também, R\$5 milhões de recursos que estavam desviados – e aí entra a corrupção e o crime eleitoral –, desviados, enfim, de pessoas vinculadas a Parlamentares que eram candidatos e que, claramente, fariam uso indevido desses valores.

Então, nós, sim, fizemos esse trabalho.

Desse trabalho, por exemplo, no Rio de Janeiro e no Ceará também, houve vários desdobramentos. Já fizemos várias ações que focaram exatamente nisto: em a gente, a partir dessas apreensões, buscar a cadeia e chegar aos responsáveis.

Então, esse já é um trabalho, Senador, que está em curso, voltado para as eleições do ano que vem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Andrei, respeitando os limites do sigilo das investigações em andamento, eu pergunto, sobre a atuação do Deputado Estadual do Rio de Janeiro, o TH Joias, que, supostamente, seria um representante direto de uma facção criminosa no Parlamento estadual: vídeos públicos apontam o diálogo dele com o Governo do estado, tratando de atuação policial, policiamento ostensivo, distribuição de polícias.

Até que ponto essa interação efetivamente ocorreu? E, de fato, é razoável afirmar que esse cidadão seria um representante de uma facção criminosa eleito no Estado do Rio de Janeiro?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Presidente, de fato, eu não posso entrar em muitos detalhes, mas posso aqui comentar aquilo que é público.

Esse cidadão que o senhor menciona já havia sido preso por tráfico de drogas. Ele foi eleito depois de ter cumprido pena, enfim, não sei qual a situação prisional dele no momento da eleição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero crer que não há dúvidas do envolvimento dessa pessoa, inclusive pelas imagens que circularam, onde havia, enfim, ele ali, junto com milhões, milhares, não sei, de reais e joias e tudo mais.

Então, o que eu posso garantir ao senhor é que nós, cumprindo a ADPF 635, temos uma equipe dedicada à investigação do crime organizado no Rio de Janeiro, onde, juntos uma vez mais, e seguindo a própria decisão do Supremo, com o Coaf e a Receita Federal, estamos atuando, estamos trabalhando.

Fizemos operações importantes – essa é uma que o senhor cita –, fizemos a operação que eu não recordo o nome, mas que identificou uma fábrica de fuzis em São Paulo, outra é a Operação Forja, uma fábrica de fuzis em São Paulo, outra fábrica de fuzis em Minas Gerais, que abasteciam o Estado do Rio de Janeiro.

Então, o que eu posso dizer é que estamos trabalhando, já fizemos algumas coisas, e eu tenho certeza de que o grupo que está lá dedicado apresentará resultados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vocês receberam mais atribuições no tocante à fiscalização de armas. Vocês já conseguiram atualizar o levantamento de acervo com CACs e com, enfim, possuidores, proprietários de armas registrados? Isso já está atualizado no cadastro?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Presidente, nós recebemos a migração do cadastro dos CACs, os colecionadores, atiradores e caçadores, que estavam com o Exército Brasileiro. Houve migração de sistemas, sistemas diferentes, mas, enfim, que se conectaram, e hoje a polícia já tem, já está prestando o serviço. E eu, inclusive, reuni, chamei na Polícia Federal...

Aliás, foi a primeira vez que isto foi feito, Senador Mourão: chamei, lá no nosso auditório, que ficou quase lotado de todos os representantes do segmento, não só dos CACs, dos clubes de tiro, das lojas, dos fornecedores. Parlamentares foram lá, o Presidente da Comissão de Segurança, enfim, e participaram desse diálogo, onde o que se viu, de fato, foi um registro elogioso. Ainda há melhorias, há processos a serem melhorados, mas um registro elogioso, inclusive, dos tempos de tramitação de documentos, da expedição de guias, de todo o processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos um grande desafio, que é, agora, no meio do ano, revalidar mais de... Quase 1 milhão de CACs, mais de 1,5 milhão de armas, enfim, que vencem praticamente na mesma data, em razão da regulação do decreto.

Mas isso nós estamos construindo junto com os usuários do serviço. Aqui a Polícia Federal é uma prestadora de serviço e, como tal... Assim como hoje nós temos, Senador Contarato, o menor tempo de emissão de passaporte da história da Polícia Federal... Se o senhor entrar no *site* da polícia hoje, dependendo da sua cidade, o senhor vai fazer o agendamento para hoje ainda e, daqui a três, quatro dias, o senhor vai receber o seu passaporte. Então, é uma prestação de serviço que nós fazemos, portanto, buscando a excelência também nesse serviço.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Andrei, respeitando também, nesse caso, os limites do sigilo de investigação em andamento, eu pergunto sobre a Operação Coffee Break.

A Operação Coffee Break foi mais uma demonstração de que a corrupção no Brasil não é uma questão partidária ou ideológica, pois que, nessa mesma ação, foram abordadas figuras ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, que é oposição ao Governo Federal, e figuras ligadas ao Governo Federal.

Qual é o foco dessa operação? Os responsáveis pela operação receberam algum tipo de pressão política?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Ótima pergunta, Senador, em que o senhor me permite trazer aqui uma informação, que é um fato. E eu falei, inclusive, isso na Comissão de Segurança Pública, onde estavam Parlamentares policiais federais.

A Polícia Federal – e falo por este momento, por esta gestão – é uma polícia que tem estabilidade. Eu sou o Diretor-Geral há quase três anos, e nós temos os 27 superintendentes da Polícia Federal e os 14 diretores da Polícia Federal indicados por mim, que são da minha confiança, que têm um currículo, que têm história, que têm trajetória na instituição e que têm a autonomia que eu recebi do Presidente Lula, que eu recebi do Ministro Flávio Dino, que eu recebo do Ministro Ricardo Lewandowski; eles têm para montar os seus times e fazer as investigações que precisarem fazer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu disse isso a eles, colegas que têm os contatos e as redes, e jornalistas que têm fontes na polícia, que, se em algum momento eu, alguém da minha equipe ou qualquer dirigente da polícia pediu para proteger ou para perseguir ou para fazer qualquer coisa que não seja cumprir a Constituição, cumprir a lei... E esse desafio segue de pé, e segue de pé até o fim, porque nós fazemos sim gestão, cobramos responsabilidade, mas damos autonomia.

Então, investigamos quem tivermos que investigar, com responsabilidade, com essa autonomia que o investigador precisa ter e focado na excelência da prova. Eu não quero achismo, eu não quero...

Eu entendo o quê? Nós temos que trabalhar com elementos. E o senhor falava bem aqui, Senador Vieira, de provas, de termos ali o elemento técnico das investigações. Então, com esse trinômio obedecido, nós o fazemos.

E o senhor cita esse caso, poderia citar inúmeros outros casos de investigação sem olhar para matiz político, partidário, ideológico, estado social, econômico, relações, enfim...

A polícia é uma polícia de Estado e que não se intimida e que não sofre pressões para que faça ou deixe de fazer.

E esse é um mote, e isso é muito caro, não só para mim.

Eu tenho 23 anos na Polícia Federal, tenho 35 anos já de atividade de serviço. Então, isso é muito caro, não só para mim, mas para todos os nossos dirigentes da polícia, para todos os nossos superintendentes, que estão, inclusive, agora aqui em Brasília, os 27, numa reunião anual que fazemos, presencial, para fazermos essa avaliação e traçarmos as perspectivas para o próximo ano.

Então, essa é a Polícia Federal atual, que atua com imparcialidade, com ética, com eficiência, com inovação, sem perseguir, sem proteger, e cumprindo o que diz a Constituição e a lei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Encerrando agora, Presidente Contarato, vamos falar um pouquinho da Operação Contenção, realizada no Estado do Rio de Janeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ficou em aberto, por conta da declaração que o senhor deu na coletiva, ao lado do Ministro Lewandowski, do limite da atuação da Polícia Federal no tocante a esta operação.

A Polícia Federal foi ou não foi convidada a participar, convocada a participar? Se foi convidada, por que decidiu não participar? Quais são as razões técnicas para isso, para que a gente possa entender esse ponto específico?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Bom, Senador Alessandro, na verdade, esse fato, eu inclusive expliquei na Comissão anterior em que estive, lá na Câmara, o próprio Governador já explicou, o Ministro já falou sobre isso também, e que não há absolutamente nada de anormal naquilo que aconteceu. E eu, mais uma vez, vou falar aqui.

Eu citei, nós temos 49 mil inquéritos, ou seja, 49 mil investigações em curso, e boa parte delas com operações e com interação entre as forças de segurança locais, o que é comum no nosso dia a dia. Todo santo dia, todas as nossas unidades recebem contato, interação. Os senhores são policiais, sabem bem como que isso funciona.

E, nesse caso do Rio, não foi diferente. A área operacional, a área de inteligência fez contato com a nossa equipe, sem entrar em tantos detalhes, de que haveria uma operação nos pontos A, B e C, perguntando se havia convergência de objetos, o que a nossa equipe analisou: "Olhe, nesse ponto aqui, não há uma convergência, e, portanto, nós não vamos atuar". É porque em regra atuamos nos nossos inquéritos policiais, cumprindo os nossos mandados e, eventualmente, em ações conjuntas, como no caso das FICCOs – essas, sim, já nascem em conjunto –, ou até conjuntamente com outra equipe.

Então, isso é, de maneira muito simples e objetiva, o que aconteceu. O colega lá do Rio, na verdade, me reportou só: "Chefe, vimos aqui, vai ter uma operação, mas não converge com os nossos objetivos aqui".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, a informação chegou até a V. Exa., na direção da Polícia Federal, e a tomada de decisão foi na seara estadual?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Foi no ambiente operacional lá do local.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O.k.

Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Senador Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Podia agregar uma pequena pergunta?

Se a PEC tivesse sido aprovada, qual seria o desenho? Seria diferente o desenho de uma operação como essa no Rio de Janeiro?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, a PEC vai permitir fundamentalmente um trabalho de coordenação ampliado do Governo Federal, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e, conseqüentemente, da Polícia Federal. Além do que, eu acho essencial trazer o que é o *core*, o que é a alma para fazer segurança pública, que é orçamento, é dinheiro, é recurso. E segurança pública custa caro, sim. Agora, mais caro custa a violência, custam os resultados nefastos que isso traz. Então, o que eu poderia dizer... Senador, não sei se nesse caso específico, mas, provavelmente com uma articulação maior, mais coordenada, nós pudéssemos fazer diferente, agregar as *expertises* e termos resultados diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado. Obrigado, Relator. Obrigado, Presidente.

Eu queria só alertar os colegas – pediria a gentileza – de que nós temos uma sequência de oradores inscritos... É para que isso não abra exceção para que outros também assim o façam. Então, só por gentileza, nós temos aqui o Senador Hamilton Mourão, que é o Vice-Presidente – e ele tem prioridade após o Relator –, Angelo Coronel, Marcos do Val, Senador Sergio Moro, Senador Rogério Carvalho, Senador Marcio Bittar, Senador Eduardo Girão.

Eu só pediria, antes de passar a palavra ao Presidente... É porque eu fiquei com algumas dúvidas, que eu quero que o Diretor me esclareça.

Além do Brasil, Diretor, o PCC e o Comando Vermelho têm atuação em quantos países?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES (Para expor.) – Senador, essa também é uma pergunta muito oportuna. Eu prefiro nem mencionar nenhuma sigla de nenhuma facção, mas dizer que é um dado que... Por exemplo, cito Portugal, porque estive recentemente lá, onde em algum momento alguém foi para lá e disse que determinada facção tinha mais de 40 mil pessoas lá, não sei o quê, e aquilo era um terror. E, quando eu sentei com meus colegas diretores-gerais da Polícia Judiciária e da Polícia de Segurança Pública (PSP), o que se viu foi um cenário totalmente diferente. Tem um pouco mais de quarenta e poucas facções que se dizem...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas ela tem atuação em outros países?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Então, esse é o ponto. A atuação em outros países depende do conceito. O fato de ter alguém que se autointitula integrante de uma organização criminosa e cometer, por exemplo, um furto ou um roubo em determinado país, na minha avaliação, não quer dizer que aquela facção esteja atuando de maneira orgânica no país.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, vou ser mais objetivo. Quantos inquéritos a Polícia Federal tem para apurar a atuação de milícia, especificamente, e PCC ou Comando Vermelho, aqui no Brasil? Porque, por força do art. 144, §1º, da Constituição Federal, compete à Polícia Federal apurar toda infração que tem um caráter interestadual e internacional. Então, eu fiz a pergunta com relação ao Comando Vermelho, especificamente, e ao PCC, que têm, sim – pelo menos pelo que eu tenho observado, e eu posso estar equivocado –, atuação em outros países. E é de fundamental importância que essa nomenclatura... Porque é uma nomenclatura que já faz parte do cotidiano da população brasileira, principalmente para a população que está lá subjugada. Então, o meu questionamento é: a Polícia Federal não tem um número, um número objetivo só para tratar de milícias, só para tratar de PCC, só para tratar de Comando Vermelho? E, em caso positivo, além do caráter interestadual, o caráter internacional não é objeto de constatação? Porque o senhor mesmo disse que nós temos acordo de cooperação mútuo com diversos países. Então, nós temos esses acordos, e, então, é razoável que haja essa interlocução de um caráter de inteligência para fazer esse mapeamento. Então, eu só queria saber, efetivamente, quantos inquéritos a Polícia Federal tem para apurar atuação de milícias, quantos de atuação de PCC, quantos de atuação do Comando Vermelho, e quantos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

países podem estar vinculados no caráter de conexão, seja com o PCC, seja com o Comando Vermelho ou qualquer facção criminosa?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, nós temos... Eu não sei o número exato aqui, até pela dificuldade de conceituação de dizer: "Olhe, isso aqui está investigando uma facção e tal". Porque a facção pode cometer várias modalidades de crime, sejam crimes ambientais, tráfico de drogas, tráfico de armas, em determinada região, e isso pode estar, e certamente está, dividido nas nossas várias investigações, que, como eu disse, são 49 mil investigações que estão em andamento.

Em relação aos crimes interestaduais, o senhor tem razão, é atribuição da Polícia Federal, e a própria Constituição remete aos termos da lei, que aí tem mais alguns requisitos para que a gente atue em todos os casos interestaduais. Então, nós atuamos em alguns casos interestaduais e, nos casos internacionais, com certeza, mas isso não remete automaticamente à Polícia Federal todas as investigações, porque, eventualmente, uma facção tenha uma conexão no exterior.

Nós temos dentro da nossa instituição e criamos, recentemente, a Divisão de Análise de Dados de Facções Criminosas e também o Setor de Repressão a Facções Criminosas, que se detêm não só na análise desse fenômeno, mas também se detêm em canalizar os dados coletados para as nossas unidades de investigação trabalharem.

Eu poderia citar um caso concreto, que aqui já foi citado pelo Senador Alessandro Vieira, do caso do Deputado Estadual do Rio de Janeiro que foi preso. Poderia citar, Senador, a prisão de um importante integrante de uma facção criminosa de São Paulo, que foi preso na Bolívia agora há uns dois meses e trazido aqui para o Brasil. Poderia citar a cooperação com o Paraguai, onde nós fizemos a identificação e prisão – alguns estavam no sistema carcerário paraguaio – e trouxemos para o Brasil 25 faccionados brasileiros; e a cooperação que temos – e tratei disto agora na reunião com os chefes de polícia do Mercosul – para o mapeamento do sistema prisional dos países do Mercosul. Nós vamos enviar policiais para lá e vamos receber dados do sistema prisional, para eventualmente identificar faccionados brasileiros nos outros países.

Então, separando essas coisas, nós temos feito essa atuação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria... Chegou ao meu conhecimento, enquanto Presidente, uma informação que eu tenho que confirmar posteriormente: que dentro do sistema prisional existe, principalmente no Rio de Janeiro e talvez em São Paulo também, um carimbo para triagem de presos. O preso entra e já é carimbado pelo próprio Estado como integrante de um comando: "Você é do Comando Vermelho, você é do PCC". E eu acho que seria razoável, tendo em vista a atribuição constitucional da Polícia Federal, por força, volto a falar, do art. 144, §1º, I, da Constituição Federal, ela fazer uma força-tarefa exclusiva para apurar milícia, facção, PCC, Comando Vermelho. E, aí sim, havendo os desdobramentos... Porque, senão, a gente fica, assim, naquele discurso de que "ah, não, tem que analisar cada caso concreto; se tem aquilo ali, é do Comando Vermelho ou não é do Comando Vermelho". Eu espero que esta Comissão chegue efetivamente a essa triagem dos presos, porque é o próprio Estado reconhecendo oficialmente a sua ineficiência e carimbando naquele preso que ele faz parte de uma facção criminosa da milícia, do Comando Vermelho ou do PCC. E eu acho que a Polícia Federal, como a instituição que tem a credibilidade que tem, com a seriedade que tem e com a competência constitucional que lhe é peculiar, ela deve, sim, fazer – fica aqui a minha humilde sugestão – uma força-tarefa só para isso.

E também eu não poderia deixar de perguntar quantos inquéritos envolvendo facção criminosa, Comando Vermelho, milícia têm o envolvimento de políticos sendo apurado na Polícia Federal. A pergunta é simples: existem inquéritos em tramitação na Polícia Federal ou que já foram concluídos, remetidos ao Poder Judiciário, ao Ministério Público Federal, para apurar, com o envolvimento de políticos, seja na esfera municipal, estadual ou federal, envolvidos em milícias, facções criminosas, Comando Vermelho ou PCC?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Presidente, o senhor traz um ponto, eu diria, central, em que também fica aqui a minha vontade de colaborar, de ajudar, e da instituição também de contribuir, que é em relação ao sistema prisional. O crime organizado... As duas principais facções que o senhor menciona nasceram, se criaram, se fortaleceram dentro do sistema prisional de dois dos maiores estados brasileiros.

Hoje, eu ouvi a notícia, agora pela manhã, de que o Rio de Janeiro está pedindo mais prazo para o Supremo, porque não vai conseguir cumprir a decisão de ter um mínimo de vagas disponíveis, tem um déficit de 17 mil vagas no sistema prisional carioca, ou seja, aquele já outrora falado estado inconstitucional de coisas me parece que permanece. E o estado precisa – e falo o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado como um todo, mas aqui o estado é a unidade da Federação – encontrar caminho, precisa encontrar solução. Nós não podemos assumir, a Polícia Federal, todas as atribuições de todas as outras entidades.

E tem sido feita também uma parceria muito grande com a Senappen, que é uma unidade do Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Políticas Penais, que atua em cooperação com os estados. Tem uma já tradicional operação, a Operação Mute, que, estarrecedoramente, cada vez que entra num presídio, sai de lá com centenas, milhares de aparelhos celulares de dentro dos presídios.

Então, isso, eu acho, Presidente, precisa ser uma pauta central.

Em relação ao número de inquéritos, dentro do possível, vou tentar trazer para o senhor a informação. Dentro desses 49 mil inquéritos, certamente alguns envolvem atores políticos e crime organizado; aqueles que não houver sigilo eu posso trazer aqui ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu acho de fundamental importância que haja informação de quantos inquéritos, em tramitação, envolvendo políticos, seja na esfera municipal, estadual, federal, que envolvam organização criminosa, seja com tráfico, seja com lavagem de dinheiro, seja com criptomoedas, para que a gente possa ter também.

Eu espero, assim como eu tenho plena convicção, Senador Mourão e Senador Alessandro, que esta CPI saia do andar de baixo e vá para o andar de cima. Passou da hora de esta CPI trazer aqui políticos envolvidos, políticos ou pessoas que ocupam poder que estão nesse famigerado braço institucional e, às vezes, oficial.

E, só para concluir – e, por favor, aqui eu não estou contaminado com campo ideológico nenhum, eu estou falando agora como Delegado de Polícia –, eu acho que quem tem que andar armada é a polícia. Polícia tem que andar armada. Recentemente, nós aprovamos aqui, no Senado, um projeto de lei que autorizava o porte de arma quase que automático para todos os advogados no Brasil – eram quase 1,5 milhão de advogados. E aí nós conseguimos colocar uma trava, porque ele tinha que fazer curso, etc., etc. Eu queria que o senhor também esclarecesse aqui se houve





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma proliferação de autorização de armas para os CACs. Em qual período? E o senhor tem o percentual de como era antes e como passou?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Vou buscar o dado aqui, Senador – nós temos esse dado.

E eu concordo com o senhor. Houve, de fato, uma proliferação de armas. Houve uma quantidade que cada CAC poderia ter: até 80 armas. Enfim, uma coisa que, de fato, me parece que fugiu do controle do que seja razoável. Eu conversei muito e reuni... Eu comentei isso, inclusive, com o Senador Mourão. Os CACs... Muitos chegaram... E eles mesmos disseram: "Olhe, Dr. Andrei, nós que somos CACs há 20, 30 anos gostamos disso aqui, é a nossa vida. Meu avô fazia isso, meu pai fazia isso, e eu continuo fazendo isso. E eu tenho, sei lá, cinco armas, seis, oito, porque têm calibres, enfim, tipos diferentes. E eu gosto disso e tal. Agora, de fato, houve esse derramamento". É mais de 1,5 milhão, Senador, de armas nas mãos dos CACs. E, muitas vezes, quando nós vamos fazer – já fizemos isto – operações, a pessoa tem 30 armas registradas no seu nome, quando se chega à residência dele para fazer busca e apreensão, por qualquer motivo, encontra-se uma. Isso é um caso concreto. Onde estão as outras 29 armas?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, só para eu ser mais claro, o senhor acha que o modelo de comercialização ou de fornecimento de arma, de fiscalização de porte de arma atual, que existe hoje, necessita de aprimoramento? E qual seria o aprimoramento ideal para que o Estado tivesse esse controle e pudesse até fazer rastreabilidade? Você tem hoje forma de rastrear munição; não é razoável que nós tenhamos lá a resposta de que as munições não têm mais o grau de rastreabilidade, porque da forma como elas são fabricadas... Então, o modelo que tem hoje para concessão de porte, de fiscalização é adequado, ou o senhor acha que merece um aprimoramento? E, caso seja necessário o aprimoramento, qual seria o melhor aprimoramento para que o Estado tivesse esse poder? Porque, já que o Estado avocou para si a *persecutio criminis*, estabelecendo no art. 144 quais são as funções das polícias, nós teríamos que ter a condição de que houve um homicídio por disparo de arma de fogo e como chegar à autoria através daquela concessão.

Só essa informação, por gentileza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, essa migração o senhor pode imaginar o quão trabalhosa foi, de sistemas, ou seja, de passar tarefa para a Polícia Federal, e aqui tem uma peculiaridade a que eu faço também um apelo: a tarefa veio para a Polícia Federal, Presidente Contarato, mas o recurso continua indo para o Exército, porque é uma lei que destina uma taxa para o Exército e a gente precisa que o recurso também vá para a Polícia Federal.

Então, hoje eu diria que nós precisamos... O conceito me parece que é mais restritivo, e isso, é uma avaliação que faço, é positivo, que nós não tenhamos mais essa quantidade desenfreada de armas, restrições de calibres, restrição a porte de arma. Concordo com o senhor: quem tem que andar armado é policial, é quem precisa da arma para o exercício da sua função, e hoje temos um sistema que precisa de aprimoramento.

Então, respondendo aqui objetivamente, eu acho que investimentos na melhoria de sistemas e na estrutura de fiscalização porque são milhares de clubes de tiro, são quase 1 milhão de CACs, mais de 1,5 milhão de armas, o que demanda um esforço muito grande da parte da Polícia Federal. Nós já tivemos a compra de equipamentos, de computadores, uma melhora do sistema, que precisa ainda ser aprimorado, e contratação de também digitadores, enfim, terceirizados que façam o trabalho braçal ali de alimentação de dados.

Então, eu acho que com essas melhorias... E a política pública... O que eu sempre digo, Senador, dou a minha opinião aqui, a política pública é o Estado que decide, é o Parlamento que decide, e nós somos cumpridores dela, mas deixo aqui a minha concordância com a sua visão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado pela sua resposta.

Eu só queria deixar mais uma vez registrada aqui a minha não concordância no sentido de que, em pleno século XXI, sabemos, todos nós aqui sabemos da atuação do Comando Vermelho, PCC, todas as facções, milícias, e infelizmente a Polícia Federal ainda não tem um grupo específico só para tratar desses temas, dessas comandos, dessas facções, porque eu não acho, com todo respeito... Porque, quando tem uma facção criminosa do PCC no Estado do Rio de Janeiro e ela tem atuação em Sergipe, tem aí um nexo causal e, se tem um nexo causal, se tem uma relação de causalidade, isso tem que ser mapeado pela Polícia Federal, fazendo essa interlocução. Porque, se fica só no campo de atuação de quem está *longa manus* do Estado ou das instituições quem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está lá executando um tráfico de entorpecentes ou um domínio daquela localidade, tendo uma visão, com todo respeito, simplista, de que ela só está tendo aquele foco naquele caso concreto, você perdeu a possibilidade de fazer o mapeamento de quem, de qualquer forma, concorreu para aquela organização criminosa, e aí, sim, teria o campo de atuação da Polícia Federal por força do art. 144, §1º, inciso I.

Concedo a palavra agora ao Vice-Presidente.

Muito obrigado por esses esclarecimentos.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Se o senhor me permite, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Só para... Talvez eu não tenha respondido suficientemente, Senador, mas nós temos, sim, grupos dedicados a isso. Nós temos, por exemplo, vou citar, o senhor falou de uma facção do Rio de Janeiro, nós temos lá a Operação Redentor 2, em que nós temos um grupo dedicado de policiais junto com Receita Federal e Coaf, porque o enfrentamento do andar de cima, como o senhor bem disse, precisa ser feito, e o andar de cima está aí com o dinheiro, e nós estamos, sim, fazendo essa investigação.

Nós temos os grupos que nós chamamos de Gise, que são os Grupos de Investigações Sensíveis. Temos 20 desses grupos no Brasil inteiro, focados, como o próprio nome sugere, em investigações sensíveis, envolvendo essas facções criminosas. Temos 34 FICCOs, que são esses já falados aqui grupos que também investigam a organização criminosa. E fizemos, em relação a São Paulo, uma operação recente, agora, que ficou conhecida como Operação Carbono Oculto, que, na verdade, foram três operações – uma, inclusive, no Paraná – e que enfrentou uma grande organização criminosa e apreendeu mais de R\$4 bilhões.

Então, talvez esse dado seria importante eu acrescentar aqui ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, perfeito.

Eu só acho que, de forma objetiva, a Polícia Federal deveria ter quantos inquéritos estão apurando a participação de milícias, Comando Vermelho e PCC, ou com potencial de ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrante do PCC e Comando Vermelho; não as ações esporádicas da Operação Carbono Oculto, operação X, Y e Z, mas, sim, com força-tarefa específica para essas facções criminosas.

Mas concedo a palavra agora ao Vice-Presidente, o meu querido Senador Hamilton Mourão, a quem eu tenho uma admiração e um respeito muito grande.

Muito obrigado.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos os colegas, ao nosso Relator, o Senador Alessandro Vieira, que quase, praticamente, esgotou o assunto aqui com as perguntas dele.

Dr. Andrei, eu tenho duas perguntas aqui para o senhor. A primeira delas trata do seguinte: as facções criminosas, hoje, ocupam território e, ao ocupar território, elas mantêm a população que lá vive sob uma situação de controle, impedindo o direito de ir e vir, extorquindo essa população, realizando justiçamentos, realizando assassinatos seletivos e, inclusive, atacando autoridades também. Estão fortemente armadas, não preciso descrever o tipo de armamento que hoje eles possuem, mas, com esse armamento, eles enfrentam a força da lei. Em qualquer momento, não se entra numa comunidade dessas sem combater. Isso é um verdadeiro absurdo dentro do nosso país.

E, na minha visão, essas organizações, hoje, constituem uma narcoguerrilha. E por que eu lhe digo isso? E aí eu vou perguntar a sua opinião, se o senhor concorda ou discorda da minha visão. É uma narcoguerrilha porque, hoje, elas têm a força de guerrilha, que é essa força que está armada de fuzil e que enfrenta a polícia; elas têm a força de sustentação, que é aquela turma que varre a rua depois do confronto para tirar qualquer marca daquele confronto que ocorreu, muda corpo de posição; e têm a força de apoio, que o Senador Contarato mencionou aqui nas perguntas dele, que é o advogado, que é o financista, etc.

Então, eu queria saber se o senhor concorda com essa minha visão.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES (Para expor.) – Senador, obrigado pela sua pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor traz um conceito, eu precisava entender melhor esse conceito de narcoguerrilha. De fato, o relato que o senhor faz, em algumas regiões do país, é verídico e precisa ser enfrentado como nós temos falado aqui, enfrentado sem esse maniqueísmo de que o eventual uso da força é oposto ao trabalho de investigação e inteligência. Até porque, no domínio de territórios, para a retomada de territórios, precisa-se fazer essa ação coordenada, essa ação conjunta em relação a isso.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu digo isso, Dr. Andrei, porque, durante o meu período na ativa do Exército, por duas vezes eu tive tropa a mim subordinada em operações no Rio de Janeiro, onde essa facção enfrentava o Exército, atacava o Exército. Nós tivemos um morto e 27 feridos em uma operação. Então, é algo muito preocupante.

E a segunda pergunta, Dr. Andrei, é se a Polícia Federal identificou cooperação entre as facções brasileiras e organizações terroristas internacionais, seja para tráfico de armas, lavagem de dinheiro ou algum outro tipo de delito?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, essa conexão nas nossas investigações... eu não tenho conhecimento de que tenha havido nenhuma relação.

E eu já comentei isso em relação a objetos distintos, o fim que busca uma organização criminosa e o fim que busca o terrorismo. Essa relação não basta eventualmente alguém falar, citar, para que a gente afirme categoricamente que há conexão entre esses dois fenômenos, seja terrorismo ou crime organizado. Então, nas investigações, de maneira concreta, eu não vejo esse cenário.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu pergunto isso porque, há muito tempo, se trabalha e se discute, naquela região da Tríplice Fronteira, ali no Paraná, a presença de organizações terroristas – eu não vou citar o nome – internacionais. E ali, até hoje, não identificaram nenhuma conexão com as nossas facções criminosas? É isso?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Não, Sr. Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, muitas vezes, essas investigações, quando aprofundadas, mostram que esse cenário não se confirma e é, muitas vezes, usado até como fator de pressão geopolítica, na qual nós não vamos entrar.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Mourão.

Agora, pela ordem de inscrição, concedo a palavra por dez minutos, esclarecendo, Senador Angelo Coronel, que são dez minutos para o senhor usar da forma em que o senhor se convencer, interagindo. O senhor pergunta, ele responde, o senhor cronometra o tempo lá, porque, às vezes, o convidado demora muito tempo para responder e o senhor vai perder os dez minutos.

É esse o tempo que nós...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – Fique tranquilo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou me esforçar para chegar até os nove.

Bom dia a todos.

Então, eu vou direto ao assunto.

Dr. Andrei, prazer em revê-lo.

Qual é a estatística hoje da entrada de drogas e armas por terra, por água e pelo ar?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES (Para expor.) – Senador Coronel, prazer em revê-lo também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho... Por modal, eu não tenho aqui, mas também me comprometo a trazer para o senhor.

Eu aqui tenho a anotação geral.

Nós, este ano, apreendemos 70 toneladas de cocaína, só no Porto de Santos foram 20 toneladas, e 438 toneladas de maconha no país.

E fazemos também a operação chamada Nova Aliança, que é uma parceria com o Paraguai na cooperação internacional, que é a erradicação de maconha em solo paraguaio, onde, a partir dessa cooperação com os nossos meios, com as polícias paraguaias, nós vamos nas plantações de maconha lá fazer a erradicação.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós temos um programa, e eu até visitei pessoalmente lá em Ponta Porã com o Exército, fui convidado, que é o sistema de monitoramento da Amazônia, que é o Sisfron.

Esse projeto foi concebido em 2008, foi implantado em 2012, já estamos aí há 13 anos sem esse projeto ter uma definição oficial. O que eu tenho sabido é que são torres inoperantes, as que foram instaladas, e roubo. E eu fico me perguntando: se estão roubando os equipamentos do próprio Exército, fica difícil até controlar esse tipo de operação.

E já se fala numa concessão, de uma conclusão de mais dez anos e já se fala à boca miúda que só vai ficar pronto em 2065.

V. Exa., como homem da segurança, na qual o próprio Sisfron também tem unidades da Polícia Federal, unidades da Receita Federal, não deveria tentar, com a sua força perante o Governo, priorizar esse programa, que é um programa que vai fiscalizar os 17 mil quilômetros de fronteiras secas com dez países, um verdadeiro queijo suíço onde entra, na verdade, a droga, onde entram os armamentos pesados que não são fabricados no Brasil? E a gente vê até o contrabando, o descaminho de mercadorias vendidas em grandes galerias em São Paulo, nas feiras livres famosas, Paraguai, Feiraguays e "uais" por aí afora, e a gente não vê uma ação de governo, ao longo dos últimos Governos e do atual também, uma ação concreta para dar uma solução definitiva ao término desse Sistema de Monitoramento de Fronteiras, porque eu acredito que, se a gente fecha as nossas fronteiras... Na verdade, é um verdadeiro muro virtual, porque é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

difícil você colocar homem em 17 mil quilômetros, mas, na verdade, se você coloca esse muro virtual com radares, inclusive tem satélites prontos à disposição para absorver o Sisfron... Eu não vejo, Dr. Andrei, uma prioridade do Governo para que esse sistema fique pronto de uma vez por todas. Com isso, vamos combater a entrada de drogas e de armas, porque é tanta arma pesada que a gente ouve nas reportagens, nos programas, nas matérias que, na verdade, deve ser uma facilitação muito grande para essas armas entrarem, porque eu vejo aqueles fuzis com quase 1m de comprimento, em que o general ali içava esses tamanhos desses fuzis. Então, como é que isso entra fácil assim? Por avião, acho difícil; só se for dentro de contêiner, ou, então, via terrestre nas nossas fronteiras.

Excelência, no caso da Polícia Federal – que faz parte também do Sisfron, porque tem unidades, repito –, existe alguma pressão paralela para que esse sistema realmente venha a ser concluído, para que a gente venha a ficar mais seguro sobre a entrada de drogas e armas no Brasil?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, em relação à fronteira, acho que o senhor traz dados importantes, cita a extensão, cita toda a dificuldade e cita também essa ferramenta, que, na verdade, é do Exército Brasileiro e de que nós, enfim, até em razão do estágio do sistema, temos pouco proveito para a segurança pública. Talvez, de fato, seja um caminho a ser dialogado no Governo para essa ampliação.

O que nós fazemos – e veja que curioso –, a maior apreensão de fuzis que a Polícia Federal fez foi no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, vindos de Miami...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Dentro de piscinas.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – ... dentro de aquecedor de piscina. O Senador lembra bem.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Armas ou drogas?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Arma, fuzil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Fuzil.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Fuzis, fuzis! A maior apreensão. Foram quase 200 fuzis, acho, não recordo o nome, ou mais de 200...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, na verdade, no embarque, não tem raio-X, não teve raio-X, né? (*Risos.*)

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Pois, então, aí no embarque lá nos Estados Unidos, em que aí passou.

Também fizemos uma apreensão grande na Barra da Tijuca. Nessas duas fábricas, uma delas, a de São Paulo, tinha capacidade de produzir 3,5 mil fuzis por mês, o que nós descobrimos, a Operação Forja, feita agora recentemente. Então... E a entrada, muitas vezes, a entrada vem com peças, não vem a arma inteira; em algumas delas, pode até ser que sim.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nessa fábrica do Rio, foram peças...?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Essa fabricava a arma, fabricava peças e montava a arma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – É, enfim, aí com material de metalúrgica, tal, com aço, enfim, com todo o acabamento, e montava armas, inclusive replicando armas de marca, enfim, já consagradas aí no mercado. Então, essa é uma das operações.

E nós estamos utilizando... E aqui eu citei rapidamente que já temos aqui, na fronteira com o Paraguai, parceria com o Mato Grosso do Sul e o Paraná, um projeto concluído; com a Colômbia, o Peru, Acre, Amazonas, também concluído; em elaboração com Amazonas e Roraima em relação à Venezuela, no projeto Mitra, que é um projeto alicerçado, e aí o senhor tem razão, nessa barreira eletrônica que pode ser feita, no uso da tecnologia para que a gente tenha essa tecnologia a nosso serviço, interconectada às nossas bases de dados. E aí, Senador Rogério, o papel da PEC de trazer essa necessária aglutinação de bases de dados dispersas no Brasil inteiro, em que a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenha a possibilidade da tecnologia com o material humano e com as bases de dados para que a gente tenha maior efetividade disso.

E nós usamos o Brasil Mais, um projeto nosso que tem o financiamento do Fundo Amazônia, por isso tem o foco na questão ambiental, que é um sistema de satélites, 24 horas por dia, que nós utilizamos no Centro de Cooperação da Amazônia para identificar áreas de garimpo, áreas de desmatamento e áreas de onde estão as balsas, as dragas de extração de ouro. Então nós já temos um sistema de satélite em funcionamento e que, com ampliação de investimentos, é possível canalizar para outras áreas para a gente atuar também.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir minha pergunta, porque o Presidente já está me olhando, qual é a sua concepção a respeito de as polícias municipais, no caso, as guardas municipais – nós estamos trocando o nome para polícia municipal agora –, agirem armadas? Por que eu digo isso? Porque tem interior, eu sou da Bahia, que, quando você coloca a guarda municipal, ele conhece quem é o bandido. Então é mais fácil a ele ir ao combate a isso. Quando chega, por exemplo, a própria polícia militar, que geralmente são os soldados fora daquele município, tem a dificuldade de detectar quem é o traficante. E não sei qual o parecer da Polícia Federal na montagem dessas guardas municipais, polícias municipais armadas para combater o tráfico.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Senador, já há uma decisão da Suprema Corte reconhecendo o papel das guardas municipais ou polícias municipais nesse contexto de segurança pública, o que eu acho um avanço. Eu fui adido policial na Espanha, onde há as polícias municipais muito atuantes. Agora, há que se pensar na formação desse policial, desse guarda municipal, há que se pensar no papel...

(Soa a campainha.)

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – ... para que a gente não tenha uma miniPM ou alguma instituição que vá conflitar com a polícia militar ou disputar espaço ou competências com as polícias civis.

Então eu tenho a preocupação, numa definição muito clara do papel dessas guardas municipais, na seleção desse profissional, na formação desse profissional, para que ele tenha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aptidão para o emprego de arma de fogo. E aí tem que ser muito cauteloso de acordo com as competências para ali estar esse guarda municipal armado ou não.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom. Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Vamos fazer um intervalo de cinco minutos, por solicitação do Diretor da PF.

(Suspensa às 11 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Antes de conceder a palavra ao Senador Marcos do Val, eu só queria aproveitar o gancho, Senador Alessandro, da última pergunta do Senador Angelo Coronel, e dar um testemunho aqui enquanto delegado.

Eu sempre parti... Um guarda municipal, um policial, um guarda municipal, um agente de trânsito que está na rua, quando uma vítima de um roubo o aborda, a população não quer saber se aquilo é competência da polícia civil, polícia militar ou Polícia Federal. O guarda municipal coloca aquela vítima dentro da viatura, sai em perseguição, dá voz de prisão, leva para a delegacia, e é autuado em flagrante. Por força do art. 301, qualquer do povo pode prender e a autoridade policial e seus agentes devem. Então, eu sou radicalmente favorável a que seja... Isso, claro, guardada a formação, a capacitação. Agora, eu tenho que partir da presunção de legitimidade dos atos praticados pela administração pública.

Apenas para deixar o registro aqui e agradecer e parabenizar a atuação de toda a guarda municipal e agentes de trânsito, que fazem, sim, um verdadeiro trabalho de polícia na proteção e na efetivação do art. 144: a segurança pública é direito de todos e dever do Estado.

Com a palavra, por dez minutos, o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dar as boas-vindas ao Diretor-Geral Dr. Andrei, ao chefe da área de inteligência, que não pode falar nada, a gente sabe disso, e dizer que eu tenho muito orgulho de ter sido instrutor da Polícia Federal por muitos anos, como o senhor se apresentou também. A instituição da Polícia Federal é intocável, não tem o que falar, tem um respeito muito grande, é uma instituição com muito respeito por parte da população brasileira.

Também já fui instrutor por outros países. E recebi agora um convite para dar uma aula na Universidade do Texas e também para dar uma palestra num congresso americano, mas, infelizmente, eu recebi uma decisão da IPU, considerando-me um perseguido político. Então, eu fui fazer aqui uma descrição, tinha umas tipificações de crime organizado, do que inclui: tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro, corrupção, obstrução de Justiça, violência intimidatória, extorsões, sequestro para resgate, contrabando e outros em mercados ilícitos, tráfico de espécies silvestres e recursos naturais, tráfico de bens culturais, artefatos, falsificação e pirataria, crimes ambientais, crimes cibernéticos em larga escala, jogos de azar e apostas ilegais e crime organizado institucional. Ai vem o cerne da questão.

Então, falo aqui, senhores e senhoras, Presidente, Presidente da Mesa, e aos que compõem a mesa, o que eu exponho aqui não é um caso pessoal isolado, é um sintoma do que nós estamos passando: o uso coordenado de estrutura do Estado, em especial, da Polícia Federal, para blindar aliados e intimidar opositores com investigações e medidas cautelares seletivas, vazamentos direcionados e comunicação oficial sem lastro técnico-profissional.

Esse *modus operandi* de captura de órgãos devido à sua finalidade e silenciamento de fiscalizadores repele a lógica da organização criminosa, controle de fluxo de informações, intimidação de testemunhas e manutenção de poder por meio de meios espúrios. Cabe a esta CPI mapear os elos institucionais e restaurar a governança e, assim, o nosso respeito à Polícia Federal.

Então, o que eu queria colocar é que eu discordo de alguns pontos do senhor ao falar que não tem imprensa, quando saiu essa matéria na *Veja*, dizendo que a prisão do Marcos do Val é a esperança da Polícia Federal. Isso aqui é um ato político, um ato que... Isso foi em julho de 2023. Então, eu acho que isso daqui já representa a posição da Polícia Federal a um Senador da República, que tem o art. 53 como a sua garantia de falar, de se expressar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor também deu uma entrevista para a jornalista Mônica Bergamo, da *Folha de S.Paulo*, dizendo o seguinte:

Segundo o Andrei Rodrigues, um dos episódios mais graves aconteceu quando o Senador Marcos do Val [...] publicou, na plataforma, fotos da filha de 5 anos e da esposa de um delegado da Polícia Federal, que fazia parte da equipe responsável por investigar o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados. A postagem trazia a legenda "Procura-se vivo ou morto" [...].

Rodrigues ainda afirmou que a Polícia Federal, diante da gravidade do caso, solicitou ao ministro Alexandre de Moraes que [retirasse] a postagem [...].

A postagem é esta aqui. Eu não sei onde está escrito vivo ou morto, nem foto da família. Então, isso aqui já tem anos, foi em 2023, não tem nada escrito vivo ou morto, porque ele estava na área de inteligência. A foto, a suposta foto da família... Eu fiz, com inteligência artificial, o rosto do Delegado Fabio Shor num corpo de criança. Isso aqui não é o filho dele, nem a filha dele, que eu não tenho nem ideia e nem acesso... Em nada que foi apreendido nos meus materiais, foi encontrado alguma coisa semelhante à família deles.

Então, outro ponto, eu não sei se isso daqui é considerado uma família. Eu gostaria que prestasse atenção, porque é importante... É importante pela função da Polícia Federal para o Brasil. Não sei se essa é a família. Então, em 2023, quando eu postei isso, foi considerada a família do Fabio Shor e o filho dele – filha. Eu nem sabia que ele tinha filha e nem filho. Então, em cima disso, o senhor deu um depoimento à Mônica Bergamo falando da gravidade da postagem. E não foi identificado absolutamente nada nos meus equipamentos eletrônicos que foram apreendidos e do Senado que foram furtados, porque não tinha autorização de tirar do gabinete. E a entrada no meu gabinete o senhor sabe que foi proibida pela PGR e, mesmo assim, a Polícia Federal cumpriu uma invasão, num outro Poder – um crime. Cometeram um crime e levaram equipamentos do Senado Federal, não os meus equipamentos.

Então, eu queria... É só para a gente poder acertar o rumo daqui para a frente, já que são coisas assim graves contra um Senador da República perseguido politicamente e reconhecido por um órgão internacional, exatamente por estar sendo perseguido por um Ministro e pela Polícia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. Isso aqui está na internet, pode entrar na instituição, é um órgão de 1880 oficializando o Senador Marcos do Val perseguido político.

E aqui o senhor também deu outra entrevista: "A PF indiciou Marcos do Val por obstrução e corrupção de menor". Você tem ideia do que é a minha família ler isso daqui? Corrupção de menor. Contarato... Senador Contarato, Sr. Presidente, o senhor tem ideia... Eu tenho uma filha também. Ler isso daqui... E sabe o que gerou essa posição da Polícia Federal, que o Doutor disse que nunca passa para imprensa, que as operações são sigilosas? Foi exatamente isso daqui, ó. Eu postei a imagem de uma criança, eu tampei o rosto, embacei, pedi autorização aos pais por escrito. Essa postagem já estava no ar em vários canais com o rosto da criança, mas eu fiz questão de tampar o rosto da criança, e isso está aqui como corrupção de menor. E essa criança estava dizendo como foi a operação da Polícia Federal na casa dela, como criança. Isso foi em julho de 2023. Aí, de novo, a *Veja* posta a sua foto, Doutor, e a frase de que o sonho é me prender.

Bom, isso daqui falar que é corrupção de menores?! Como é que eu explico isso? Como é que eu explico isso para minha família? A autorização aqui, ó. Essa é a autorização dos pais. E aí me vincularam a ele como se eu estivesse pertencendo a um grupo criminoso. Eu nunca estive com essa pessoa.

E interceder as investigações é por causa, de repente... Acho que a Polícia Federal não sabe: existe a Comissão representativa, aqui no Senado. Acho que o senhor, na área de inteligência, pode buscar informações da posição de Comissão representativa.

Nós temos o direito e a obrigação, eu assumindo essa posição, de interrogar e investigar ministros, todos, inclusive do Judiciário. E assim eu estava fazendo, e fui colocado como se eu estivesse impedindo as investigações. Sofri uma busca e apreensão na minha residência, no dia do meu aniversário.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – No dia do meu aniversário.

Já está acabando o tempo?

No dia do meu aniversário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, deixe-me correr.

Uma busca e apreensão. E tinha que, se eu descumprisse essa entrega do passaporte, prisão preventiva.

Onde que se cumpre... Senador da República ter prisão preventiva? Não existe prisão preventiva.

E tem também servidores públicos, que é importante falar, sujeitos ao regime jurídico estabelecido na Lei 8.112, de 1990, regime jurídico dos servidores públicos federais, e o art. 116 dessa lei estabelece os deveres dos servidores públicos, destacando-se o inciso IV, que prevê a obrigação de levar ao conhecimento das autoridades ou superior as irregularidades de que tiver ciência, em razão do cargo, ou o inciso V, que determina o cumprimento das ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais. Ou seja: quando é ilegal, ele não pode cumprir.

O princípio de desobediência legítima...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para concluir, Senador, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça já decidiram, em diversos casos, que a execução de ordens manifestamente ilegais não exime o agente público de responsabilidade.

Em decisões emblemáticas, como no Recurso Extraordinário 608.482, do STF, e no *habeas corpus* de número tal, do STF, ficou estabelecido que nenhum servidor público é obrigado a cumprir ordens manifestamente ilegais ou que o cumprimento dessa ordem pode configurar crime e abuso de autoridade.

Foi o que aconteceu comigo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Eu consulto o convidado, Sr. Andrei, se o senhor deseja fazer uso da palavra para se manifestar, de acordo com as considerações que o Senador Marcos do Val assim o fez?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma vez que ele não fez a pergunta diretamente, fique à vontade V. Exa..

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES (Para expor.) – Acho que, em consideração a esta Comissão, aos Senadores, ao Senador, acho que eu faço rápidos comentários aqui, Presidente.

Eu anotei algumas coisas aqui.

V. Exa. falou de questão de organização criminosa, citou algumas ações que são ações passíveis de serem cometidas por organizações criminosas, mas organização criminosa é pluralidade de agentes, mínimo de quatro pessoas, estrutura de hierarquia, divisão de tarefas, de funções, vantagem ilícita, pena máxima ou superior a quatro anos e outros requisitos que podem ser.

Então, eu não vou entrar no mérito aqui de processo a que, eventualmente, V. Exa. responda, porque esses argumentos devem ser levados...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu não respondo a nenhum processo. A PGR... Não tem denúncia nenhuma da PGR.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, não é um momento de réplica, por gentileza.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Processo em andamento que menciona V. Exa. e que, na verdade, acho que o foro adequado é o Supremo Tribunal Federal.

O senhor fala do uso da instituição.

Eu já falei aqui e desafio quem quer que seja a dizer e mostrar concretamente qualquer perseguição ou qualquer proteção que tenhamos feito. Aqui mesmo, pelos Senadores foram citadas operações que ora atingem um campo político, ora atingem outro, e em nenhum momento a Polícia Federal se desvirtua de ser uma polícia de Estado, de cumprir a sua missão.

O senhor fala também... Enfim, títulos de uma matéria jornalística, não tem aspas minhas, não sou eu que estou falando isso, até porque, Senador, prisão não é desejo, não é esperança de ninguém; prisão é resultado de uma atitude que se enquadra na lei e que tem os requisitos legais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

posto. Então, não adianta... E não quero... Ninguém tem desejo, ninguém tem desejo nem tem esperança de prisão nenhuma; o que nós temos é a técnica, é a lei, e que nós utilizamos todo dia.

O senhor fala de foto, vivo ou morto... A partir da sua postagem, Senador, houve várias postagens subsequentes – e, sim, incluíram a expressão "vivo ou morto" nos comentários da sua postagem –, que se seguiram a isso, com foto, sim, de uma criança de quatro anos – se não me equivoco –, foto da esposa do colega que estava à frente dessa ação e que expuseram...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, depois eu só queria...

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Por favor, Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Porque, senão, ele vai ficar com a última palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, com todo o respeito, a forma...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – É porque ele vai ficar com a última palavra, e eu não vou ter...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não, Senador, o senhor que deveria cronometrar o tempo para fazer a pergunta; ele responderia, e o senhor repetiria.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – (*Fora do microfone.*)... tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se o senhor utilizou os dez minutos para assim fazer, agora é o momento de ele fazer.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Então eu não vou ter direito à tréplica?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não vai ter direito à tréplica, senhor...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Então, a última palavra fica a dele. O que ele falar fica... *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor teria que usar o tempo da melhor forma, para o senhor ter a possibilidade de perguntar, ele responder, aí, sim, teria réplica, tréplica, e assim sucessivamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para concluir, convidado.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Só para concluir.

Obrigado, Presidente.

Então, acho que isso já ficou claro, e, em relação a eventual cumprimento de ordem judicial, seja no ambiente que for, nós só o fazemos mediante ordem judicial – então, quero crer que não houve nenhuma ilegalidade nesse cumprimento – e, também, da mesma forma, o indiciamento a que qualquer investigado está sujeito também respeita os limites legais e a autoridade do Presidente do inquérito policial, que tem essa autonomia para promover os atos de instrução do inquérito.

Eram só esses os comentários, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Concedo a palavra agora ao Senador Sergio Moro, para, por dez minutos, se ele assim desejar, fazer os questionamentos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Bem, primeiro, cumprimentar aqui o Diretor da Polícia Federal, Dr. Andrei.

Dr. Andrei, umas perguntas.

Existe uma certa percepção do Brasil inteiro de que há uma escalada do crime organizado no país. Aliás, isso que motivou, inclusive, a criação desta CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse domínio territorial já vem de longa data, no Rio de Janeiro, mas, aparentemente, consolidado – e foi ilustrado, inclusive, por essa enorme resistência nessa última operação policial.

Eu vejo, com preocupação, notícias cada vez mais frequentes lá do estado do meu colega aqui, o Senador Eduardo Girão, de moradores sendo expulsos de suas casas por facções criminosas no Ceará.

Eu gostaria de ouvir a sua opinião a esse respeito, se o senhor percebe essa escalada do crime organizado no país e quais são os motivos disso.

Além disso, existe uma certa percepção também, Dr. Andrei... E aqui eu quero dizer que eu tenho o máximo respeito pela Polícia Federal. Trabalhei com a Polícia Federal como juiz, trabalhei depois como Ministro da Justiça, e a gente sabe que ela é composta por homens e mulheres extremamente dedicados, que se arriscam, não só as suas, muitas vezes, reputações, as suas carreiras, mas até mesmo as suas vidas, no enfrentamento do crime organizado.

Mas, talvez por esse episódio do Rio de Janeiro, houve uma percepção de que a Polícia Federal não está fazendo o suficiente, ou pelo menos a direção da Polícia Federal não está agindo o suficiente, no enfrentamento do crime organizado. E, a quem eu empresto as considerações que foram feitas aqui pelo Senador Contarato, por que não há forças-tarefas específicas direcionadas ao desmantelamento dessas principais organizações?

Por exemplo, lá no Ceará, a Polícia Federal tomou alguma providência? Criou algum grupo específico para enfrentar essa questão dessas facções que estão expulsando os moradores de suas residências?

É claro que existe uma questão de competência a ser discutida, mas normalmente todas as facções estão envolvidas em tráfico internacional de drogas, o que dá um espaço para a Polícia Federal.

Eu coloco aqui um exemplo, uma notícia de 2023.

A PF criou o Gilp (Grupo de Investigação Operação Lesa-Pátria), uma força-tarefa ou grupo de trabalho envolvendo duas diretorias, para combater o crime organizado e inteligência policial, para investigar lá o 8 de janeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que iniciativas semelhantes não são adotadas em relação a, por exemplo, Comando Vermelho e PCC? Essa é a minha primeira pergunta.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Começo pelo fim dos apontamentos que eu fiz.

Na verdade, sim, nós fazemos vários grupos, inclusive, Presidente Contarato, o senhor falou, talvez eu tenha me expressado mal, não é um grupo para fazer uma operação específica, mas esses grupos Gise e Ficco que nós estamos tratando aqui, Senador Moro, são grupos permanentes de atuação da Polícia Federal. As FICCOs, creio que não são da sua gestão, mas, quando o senhor era Ministro, já existiam com certeza as bases Gise, que funcionavam.

Então, respondendo objetivamente, sim, existem, a exemplo do que foi feito para o crime organizado que tentou um golpe de Estado, nós também fazemos para o crime organizado nas bases Ficco, nas bases Gise, e agora, cumprindo a ADPF 635, também na Operação Redentor 2, que estamos atuando no Rio de Janeiro, em razão dessas organizações criminosas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas especificamente, Sr. Andrei, uma força-tarefa hoje direcionada... Por exemplo, quem são as principais... Quais são as principais lideranças do PCC hoje presas no país? E quais são as principais lideranças em liberdade? Existe um trabalho específico direcionado, por exemplo, à identificação dessas lideranças e à prisão deles?

Eu me lembro, por exemplo, da minha gestão, algo que nós fizemos. Fomos atrás do segundo em comando do PCC que era o Fuminho, foi preso inclusive lá em Moçambique, numa operação conjunta da Polícia Federal com a DEA.

Existem iniciativas equivalentes? Claro, havendo questões de sigilo aí a serem resguardadas, que sejam resguardadas, mas existe, por exemplo, uma lista? A polícia tem identificado as principais lideranças do PCC e do Comando Vermelho no país presas e em liberdade?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Ministro, o senhor cita um exemplo que é fruto de cooperação internacional, e eu citei outro, agora, feito recentemente, há – sei lá – dois





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meses talvez, em Santa Cruz de La Sierra, onde prendemos, a partir da mesma cooperação, um importante líder de uma facção criminosa e que foi já trazido para o Brasil.

Então, isso são ações permanentes que nós fazemos nesse enfrentamento.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Qual é a principal liderança do PCC em liberdade hoje, Sr. Andrei?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Se o senhor me permite, Senador, por favor...

Nós temos... O senhor perguntou se tem alguma unidade que consolida dados, que trabalha... Eu acho que citei anteriormente: nós temos uma divisão que é focada, a Divisão de Análise de Dados de Facções Criminosas – esse é o nome –, criada recentemente, que tem esse mapeamento de lideranças, de quem está preso, quem está solto, onde está, e isso é repassado para as nossas unidades operacionais e resulta em frutos como esse, do cidadão que foi preso.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Qual cidadão é esse, Dr. Andrei?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Eu não vou citar nome de nenhum faccionado, Senador, mas, em particular, eu posso conversar com o senhor. Mas foi publicamente noticiado isso, dessa prisão que foi feita lá, que ele era tido como o número dois de uma facção criminosa de São Paulo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu sei que a polícia às vezes tem essa questão de não citar PCC, não citar Comando Vermelho, o que sinceramente eu nunca entendi muito bem, mas aqui nós podemos citar nome de pessoas, de lideranças do crime organizado. Então, indago ao senhor, de novo: quais são as principais lideranças em liberdade do PCC hoje no Brasil, soltos? A não ser que prejudique alguma investigação em andamento, pediria que o senhor dissesse.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Eu não trouxe aqui os dados. Eu posso até lhe passar em termos quantitativos, a partir dessa análise de dados que é feita, para ajudar a instruir esta CPI aqui, mas eu não tenho os nomes aqui não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Nós tínhamos uma lista dos mais procurados no *site* do MJSP, de Segurança Pública. Nós criamos essa lista, essa página, em 2020.

Existe ainda essa lista dos mais procurados da PF ou pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – Eu desconheço, Senador. O que nós temos é o acesso às bases de dados, inclusive ao BNMP, que é o Banco Nacional de Mandados de Prisão, onde estão essas pessoas. E nós temos um grupo de capturas – eu vou pedir para o Dr. William me trazer os dados aqui –, um grupo de capturas que atua integradamente e interagindo com os estados, para fazer as prisões; os números eu vou lhe trazer agora. São importantes.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas o senhor não acha interessante que houvesse isso em transparência ativa? O FBI tem, a Interpol tem, a Polícia de Minas Gerais tem, a Polícia do Espírito Santo tem, todas as polícias têm lista dos mais procurados em transparência ativa. Por que não existe mais essa lista no âmbito do Ministério da Justiça?

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – A Polícia Federal, que eu me recordo, nunca teve. Talvez haja alguma política do Ministério da Justiça, mas eu desconheço a existência ou não dessa lista.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – A agência nacional antimáfia é uma discussão: há pessoas que defendem, para uma unificação coordenada contra as organizações criminosas no país. Eu li na imprensa, e não sei se é verdadeiro ou não, que V. Sa. seria contra. A sua opinião a respeito dessa...

Não seria interessante ter uma agência, um centro integrado, para poder ter a Polícia Federal...? É claro que tem as FICCOs, entendo muito bem, tem as iniciativas conjuntas, que merecem elogios, como a Operação Carbone, mas não seria interessante ter uma agência nacional antimáfia para o Brasil?

Indago se V. Sa. é realmente contra isso, se V. Sa. pudesse explicar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – O.k., obrigado pela pergunta, Senador.

Eu tenho dito, reiteradas vezes, que essa agência já existe, e essa agência é a Polícia Federal.

Nós não podemos aqui equiparar facções a máfias, em que tem muito a questão eu diria até cultural da Itália. E eu falo aqui como quem foi adido policial na Espanha e fez o mestrado na Espanha, e desconheço, Senador...

(Soa a campanha.)

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES – ... algum país no mundo que tenha agência antimáfia.

Só a Itália tem agência antimáfia, e essa agência antimáfia segue enfrentando os desafios contra a máfia, não resolveu o problema; pelo contrário, a máfia parece se espalhar para outras regiões.

E só seria mais um órgão público a ter mais gente, para ter mais dificuldade de integração. Então, não é por só uma questão de entender o papel da instituição Polícia Federal nesse contexto, mas é porque também entendo que mais um órgão público, com mais... Não sei quem ocuparia esse espaço, se seria uma nova polícia, se seria uma associação... Enfim, eu tenho dificuldade, inclusive, de compreender esse modelo, que iria na contramão daquilo de que se precisa, que é integração, investimento, inteligência, estratégia e atuação conjunta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Pedi só para a minha consideração final aqui, Senador Contarato.

Dr. Andrei, como disse, eu tenho um grande respeito pela Polícia Federal, acompanhei esse trabalho sério da Polícia Federal, mas existe, de fato, uma percepção de que a Polícia Federal poderia estar mais dedicada e trabalhando mais próxima às polícias estaduais no enfrentamento do crime organizado. É claro que não desconheço que tenha iniciativas nesse sentido, mas a percepção é de que não tem sido o suficiente essa atuação. E, quando V. Sa. disse que entende que já existe essa agência, no sentido figurativo, que é a Polícia Federal, o que se espera da Polícia Federal é uma atuação mais incisiva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós vimos aqui, nos últimos três anos, foi um foco muito presente na apuração do 8 de janeiro e uma dedicação da Polícia Federal extremamente intensa, com mobilização de pessoal, inclusive formação de forças-tarefas específicas com divulgação...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Para concluir, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e os fatos dessas investigações foram, sim, divulgados. Agora, nós gostaríamos de ver os mesmos esforços e as mesmas dedicações em relação ao crime organizado, sem desmerecer evidentemente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... o que foi feito no passado.

Só uma última questão também. Eu quero aqui também agradecer à operação C4, que foi feita pela Polícia Federal, que desmantelou aquele grupo que estava planejando ali o ataque à minha pessoa, mas eu não tive também – aqui uma reclamação, Dr. Andrei – informações sobre os desdobramentos disso depois em relação a mandantes.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Gostaria de ter essa informação após aqui a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – Bom, eu queria, inicialmente, Sr. Presidente, cumprimentar o Relator, o Senador Alessandro Vieira, e V. Exa. pela condução; agradecer a contribuição do Diretor-Geral da Polícia Federal; e cumprimentar também o nosso Vice-Presidente, o Senador Mourão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, no início de um trabalho como este, compreender qual é o nosso objeto... A gente sabe que... Eu sou médico, e, na medicina e na saúde pública, os conceitos que estruturaram a base tecnológica da saúde pública são conceitos que vêm da polícia – eram chamadas polícias sanitárias. E a gente tem que, obrigatoriamente, conhecer qual é o agente etiológico, onde ele acontece, qual é a presença territorial, como é que a gente controla a presença disso tudo no território, como se espalha, como se reproduzem, como agem, porque, se você não sabe como agem, você não sabe como intervir, qual é o mecanismo; ou seja, tudo isso, para mim, ouvindo aqui vocês, que são da área de segurança, na sua grande maioria, não me é nada estranho, porque parece óbvio que, se a gente quer fazer um trabalho sério de combate ao crime organizado, ao crime de uma maneira geral, a gente precisa saber como é que esse crime adquire suprimentos...

Vejam, para cometer crime, precisa usar força em alguns casos, principalmente quando a organização criminosa ocupa território, como quando ela tem uma ação miliciana ou quando ela explora ali aquele território, aquela população. Precisa de muito poder de fogo para subjugar. E obviamente uma organização criminosa como essa requer uma ação ostensiva maior, requer um combate mais físico até. Não dá para negar isso. Talvez, pela própria função da Polícia Federal, apesar de ter um setor da Polícia Federal que faz ação ostensiva também em alguns momentos, eu queria saber em que momentos a Polícia Federal usa essa força, quando é que ela é requisitada, quando é que ela é mobilizada, em que situações ela é mobilizada, mas, considerando isso... Mas isso não é suficiente. Além disso, essas organizações, para ter arma, para ter gente, precisam ter dinheiro. Como é que o dinheiro irrija? Quais são as fontes de recursos? Como é que...?

E, pelo visto, a gente tem percebido que a ação de inteligência e a sofisticação com que esses grupos criminosos, essas organizações criminosas têm atuado... Elas têm surpreendido. Então, por exemplo, a gente viu a maior operação contra uma organização criminosa com... Essa Carbono Oculto é uma operação... Uma das maiores já realizadas pela quantidade de mandados, pela quantidade de pontos que foram identificados, toda a inteligência e o tempo que levou, com toda a inteligência para desvendar os mecanismos, por onde passava o dinheiro, a sofisticação para a lavagem do dinheiro, para esquentar dinheiro, as *fintechs*...

A gente está vendo aqui: o Senador Alessandro levantou, vejam, como essas organizações criminosas chegam ao Parlamento. E coisas que parecem inocentes, mas, na verdade, a serviço do crime organizado, quando o Parlamentar propõe derrubar projetos, decretos que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentam determinadas *fintechs*, para poder garantir que o dinheiro circule de forma transparente, sabendo de quem veio, para onde vai, qual é a origem. Aí alguém tenta fazer um decreto legislativo para derrubar resoluções de uma instituição regulamentadora como o Banco Central. Vejam o grau de sofisticação e de embricamento dessas organizações criminosas.

Nós não estamos lidando com um mero ladrão ou alguém que ocupa um espaço físico territorial... E eu sei que essa é uma agonia, e essa agonia precisa que o Estado brasileiro se ocupe, é intolerável essa situação. Inclusive, tem um projeto de minha autoria que criminaliza, inclusive, a circunscrição e a ocupação de território, que é uma atividade criminosa, ou seja, impedir que as pessoas entrem, saiam. Isso tem que ser tipificado como um crime em si. É preciso que a gente dê essa resposta à sociedade. Essa me parece que é a maior demanda da sociedade, visível, mas, se a gente se prender a isso, a gente não vai... Se se prender só a isso, porque isso é fundamental... É porque como... E aí, falando como médico e como quem ajudou a criar o Samu no Brasil, eu tinha a percepção, e a população tinha a percepção, de que aquele atendimento de emergência era o que era referência de qualidade na saúde pública, porque estava atendendo na hora da emergência. É como a presença no território, a gente precisa ter essa preocupação e a gente precisa buscar caminhos. E eu acho que esta CPI pode jogar luz sobre isto: como integrar, para que a gente tire essa agonia ou diminua esse sofrimento da população, que é uma urgência, é uma emergência. Mas nós não podemos abrir mão de todo esse trabalho que tem sido feito, como foi feito na Operação Carbono Oculto, como precisa ser feito com outras organizações criminosas, como foi feito agora com relação ao Banco Master, porque por trás tem muita gente que se beneficiou, que, de alguma forma, lavou dinheiro e que fez tantas coisas a partir de instrumentos tão sofisticados como as instituições financeiras.

Então, aqui, eu sei que nós temos um desafio ao longo deste trabalho da CPI. E todas as questões que me passaram aqui, que eu li, que eu podia trazer aqui são coisas que a gente vai ter que discutir ao longo de toda a CPI. Não dá para a gente, na primeira sessão, esgotar, mas uma preocupação – e aí pensando como herdeiro da tradição policial na saúde pública, como é a minha especialidade – é a urgência. A gente precisa dar respostas à urgência da sociedade. E como nós vamos integrar tudo isso para dar urgência à sociedade?

Esse projeto de lei que o Presidente mandou para o Congresso, de alguma forma, era para dar conta dessa urgência que a sociedade clama por atenção ou por ação dos governos como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um todo, independentemente, como disse o Senador Fabiano Contarato, se é município, se é estado, se é União... Dos governos! Do Estado brasileiro, que não é um ente federado, o Estado brasileiro é o conjunto.

Eu não sei se eu tenho uma pergunta, eu tenho um questionamento para todos nós. Eu acho que nós temos um dever com o povo brasileiro. Nós precisamos dar conta de tudo que está no entorno, da inteligência...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... de desmontar esses esquemas mais sofisticados, de identificar as conexões da política com o crime organizado, do sistema financeiro com o crime organizado, do sistema de produção e de abastecimento desse crime organizado, mas a gente precisa atender e resolver a agonia do povo brasileiro, que é esse sentimento de premência, de urgência por se sentir seguro e de, efetivamente, não se sentir subjugado, não se sentir expulso do seu território, não se sentir humilhado, não se sentir abandonado! Eu acho que esse é o desafio que a gente tem ao final desta CPI.

Eu acho que com todo... Vamos tirar um pouco essa carga disso, vamos dar uma resposta efetiva para o povo brasileiro.

Eu tenho certeza de que V. Sa. trabalha nesse sentido, de que o Presidente Lula está trabalhando nesse sentido e de que os Governadores, na sua grande maioria, estão trabalhando nessa direção, mas nós precisamos, aqui, explicitar tudo isso e tentar encontrar caminhos, seja com a PEC, seja com o projeto de facção, seja com sugestões novas, de novas propostas legislativas que possam sair como resultado desta CPI.

No mais, eu queria agradecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado.

Eu consulto se V. Exa. quer fazer alguma manifestação, ou já posso passar para o último orador?

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão por dez minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos, cumprimentar o Relator e o nosso Vice-Presidente.

Seja muito bem-vindo aqui a esta Casa, Dr. Andrei, assim como o Dr. William.

Eu venho de um estado que está passando por uma tragédia humanitária sem precedentes. Eu confesso que fiquei horrorizado quando eu vi o nosso Ministro da Justiça no *day after*... No dia seguinte à operação lá no Rio de Janeiro, ele estava indo receber... Em vez de estar no Rio, ele estava indo receber um prêmio de Cidadão Cearense e soltou uma pérola que até agora eu não entendi: ele disse que o Estado do Ceará é uma referência na segurança pública, quando os dados do próprio ministério... Todo mundo sabe. Eu queria primeiro lhe perguntar – vou fazer uma série de perguntas aqui, se o senhor puder tomar nota, porque são várias – se o senhor tem passado os dados para o Ministro do que está acontecendo no Estado do Ceará. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública diz que dos doze municípios mais violentos do Brasil dez estão entre Ceará e Bahia, cinco no Ceará. O mais efetivo, o mais violento é o Município de Maracanaú, Dr. Andrei, em que até expulsão de líder religioso teve. E eu vou perguntar para o senhor aqui, porque este é um caso típico que pode ser enquadrado como terrorismo na nossa lei: expulsão de líder religioso de terreiro de Umbanda.

Eu queria lhe perguntar também o seguinte. Eu sou autor da PEC da autonomia da Polícia Federal, não sei se o senhor sabia disso. Em 2020, eu coletei as assinaturas aqui, quando teve aquele momento de discussão da autonomia, e eu tenho o maior respeito pela Polícia Federal, pelo conjunto da obra dela; é muito acreditada pela população brasileira. Agora, o senhor não pôde vir aqui a uma audiência do Senado Federal, em março, e enviou o Dr. Rodrigo, sobre aquele caso do português que foi parado no aeroporto. E teve um caso aqui que ficou... Eu fiquei muito preocupado, porque ele citou aqui, eu não sei se foi com a sua autorização... Ele colocou: "Quem flerta com criminalidade e ofende STF pode ser barrado ao entrar no Brasil", frase dele. E ele deu a entender aqui... Segundo o Diretor de Polícia Administrativa, 143 mil nomes constam na lista de alerta; 143 mil pessoas estão sendo monitoradas por suas opiniões políticas, Dr. Andrei? Eu queria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber sobre isso. Será que o foco da Polícia Federal, em vez de estar no crime organizado, está numa perseguição política? Porque eu vi o Senador Marcos do Val colocar o caso dele, que é escandaloso, em termos de flagrante perseguição, mas nós temos o Deputado Marcel van Hattem, que, por uma fala na tribuna, está aí indiciado, nós temos o Deputado Carlos Jordy e tantos outros que estão hoje, no Brasil, vivendo aí uma perseguição por suas ideias. Essa é a pergunta que eu queria fazer para o senhor.

A PF concorda com os *rankings* recentes que colocam várias cidades cearenses entre as mais violentas do Brasil? Ou isso é *fake news*?

Se sim, qual a análise da PF sobre as causas específicas do Ceará? Expansão de facções, disputa por rotas, corrupção local, fragilidade das polícias locais? Queria ver a sua análise sobre o caso dramático do Ceará e eu apelo para que o senhor tenha mais atenção para o nosso estado.

Quantas operações a Polícia Federal realizou no Ceará nos últimos 36 meses com foco em desarticular células de grandes facções? Queria saber o número.

Também não vou citar aqui o nome das facções do Ceará, são várias. A PF tem mapeado as prefeituras, câmaras municipais ou servidores que sofreram coação ou foram capturados por facções do Ceará?

Há indícios de uso de estrutura do governo municipal, contratos, licitações, concessões, para lavar recursos de facções? Quais esses indícios, quais estratégias as facções têm utilizado para cooptar lideranças políticas locais?

Ainda sobre a cooptação da parte política cearense pelo crime organizado, a PF abriu inquéritos que relacionam financiamento de campanhas, compra de votos ou pressão eleitoral com recursos de facções em 2022 e 2025? Nesse período entre 2022 e 2025? Quais inquéritos e quais resultados? A população do Ceará quer saber.

Tem um Prefeito foragido que todo mundo sabe onde anda lá, mas não foi preso ainda, já tem meses. É porque é aliado do Governo do PT? É isso? Essa é a pergunta que a população faz.

Como está a cooperação, Dr. Andrei, sobre o Ministério Público Federal, o Ministério Público estadual e o TRE nesse sentido dessas operações?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à absurda situação de famílias mencionada pelo colega Sergio Moro, sendo expulsas de suas casas pelas organizações criminosas do Ceará, que mecanismos emergenciais a PF recomenda para a proteção dessas famílias? Comunidades expulsas inteiras por traficantes, são bairros fantasmas. Convido-o a ir ao Município de Morada Nova, por exemplo, tem um bairro lá que não tem ninguém.

Que medidas de proteção, ações de polícia judiciária, quais ações foram tomadas?

Eu lhe pergunto também: qual a sua visão sobre o cadastro nacional de pessoas que estão sendo vítimas de remoção forçada de suas casas e locais de negócio?

Eu estou entrando com esse projeto de lei aqui para fazer esse cadastro, porque essas pessoas estão invisíveis. A cada três dias, Relator Alessandro Vieira, uma família está sendo expulsa de suas casas no Ceará, são 2 mil famílias. Onde é que nós vamos parar com relação a isso?

O tempo é muito curto, mas vou tentar concluir.

A PF identificou se houve falhas de ação ou de cooperação por parte das forças de segurança do Ceará na prevenção dessas expulsões?

Em caso em que o crime organizado ameaça ou despeja famílias inteiras, a PF foi acionada, ignorada ou impedida de atuar?

E qual seria, na visão técnica da Polícia Federal, o arranjo ideal de imigração para evitar que facções substituam o Estado na gestão de comunidades inteiras?

A Polícia Federal possui levantamentos atualizados sobre quantas famílias foram expulsas de sua casa por facções na disputa por território?

A PF considera que esse fenômeno configura uma forma de remoção forçada de famílias constante no Estatuto de Roma – Estatuto de Roma –, Dr. Andrei?

Quais ações federais vêm sendo adotadas ou deveriam ser adotadas para impedir que facções determinem quem pode ou não pode permanecer num bairro? Isso é ou não é terrorismo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que o Estatuto de Roma – peço atenção a todos os colegas, inclusive –, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, tipifica perseguição contra qualquer grupo identificável por motivos religiosos como crime contra a humanidade equiparado, sim, à prática de terrorismo, sob quais circunstâncias os ataques sistemáticos e forçados a terreiros de umbanda em Maracanaú poderiam ser enquadrados nessas categorias de crime, Dr. Andrei? Como a Polícia Federal pode atuar para punir responsáveis, uma vez que o Brasil é signatário desse estatuto? O senhor falou tanto em cooperação internacional. Já houve a instauração de alguma investigação por parte de instituição sozinha ou em parceria com as forças de segurança do Estado do Ceará?

Quais instrumentos a Polícia Federal tem usado para rastrear transações de casas de apostas – outro drama que a gente vive, as *bets* –, cooperação com bancos, *fintechs*, cripto, plataforma de pagamento? Há acordos internacionais em curso? Saiu, em manchetes de grandes veículos de comunicação, os tradicionais, que nunca essas casas de apostas lavaram tanto dinheiro...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... aumentaram tanto seus lucros a partir dessa regulamentação que foi feita agora, durante o Governo Lula, penalizando os mais pobres.

E aí a Polícia Federal entende que a legislação atual sobre jogos e apostas facilita a lavagem de dinheiro? Que recomendações legislativas a PF encaminhou ao Ministério da Justiça, à Receita Federal, para o fechamento dessas brechas?

Então, aqui são os casos do Ceará: "Facção [...] [X] ameaça terreiros de umbanda, e quatro centros religiosos fecham as portas em Maracanaú, na Grande Fortaleza", a cidade mais violenta do nosso país, do Brasil. Olhe, aqui, Sr. Presidente: "Outubro de 2025 é o mês com o maior número de mortes em ações policiais na série histórica do Ceará". Nós temos... Estão acontecendo lá 18 homicídios em um só dia. Final de semana, você chega a números aí próximos de 30, nós estamos vendo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – "Cinco bairros de Fortaleza registram expulsões de moradores e prisões de envolvidos". São só matérias recentes, só para complementar.

Eu faço essas perguntas ao senhor. Se puder responder, eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Antes de passar a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um minuto.

Antes de passar a palavra ao convidado, eu só queria pedir aos colegas aqui que nós tenhamos... Temos que ter responsabilidade com qualquer informação que a gente passa. Eu não acho razoável, independente de partido político, você atribuir que a polícia A, B ou C não está agindo, porque é do Governo, é da oposição ou do Governo de um campo progressista. Eu me sinto ofendido com isso, porque eu sou Delegado de polícia com muito orgulho, e eu tenho a plena convicção da Polícia Federal, de que ela faz atuação observando os princípios que regem a administração pública lá do art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Então, por favor, Senador, com todo o respeito, falar que não está sendo cumprido o mandado de prisão porque é do Governo atual? Não, não é isso. Nós tivemos, num passado recente, um Ministro da Justiça que saiu denunciando interferência na Polícia Federal, que não tinha autonomia.

Então, por favor, eu, enquanto Presidente, não vou admitir que, em nenhuma hipótese, nem para o lado A, nem para o lado B, caia...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com todo o respeito, não vou conceder a tréplica, porque isso me incomoda enquanto Delegado, porque





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu fico me colocando no local da Polícia Federal falando que não foi cumprido o mandado de prisão porque é uma aquiescência ou que vai atender o Governo que está de plantão. Isso não existe – isso não existe. Mesmo porque o Código de Processo Penal é claro – é claro – no art. 301, quando diz, qualquer do povo poderá prender e a autoridade policial e seus agentes devem prender quem quer que se encontre em estado flagrancial. E lá, ainda no 302, ele vai falar que constitui em flagrante delito: quem está praticando a infração; quem acaba de cometê-la; quem é perseguido; quem é encontrado. E a Polícia Federal cumpre ordem judicial, e toda ordem judicial tem que ser fundamentada. Agora, pode não agradar a A, B ou C.

Eu consulto e faço uma provocação: quantos mandados de prisão nós temos em aberto na Polinter do Estado do Sergipe? Quantos mandados de prisão há na Delegacia Especializada de Vigilância e Captura?

Então, eu só pediria assim, por gentileza, vamos manter a serenidade. Eu tenho muito orgulho de fazer parte do Senado, porque nós temos aqui um tratamento cordial, cortês. Então, quando há esse tipo de manifestação, eu, com todo o respeito, tenho certeza de que o Senador Alessandro também, porque é muito ruim a gente fazer parte... Porque as instituições são de Estado; as pessoas passam, mas as instituições são permanentes. Então, eu quero aqui fazer mais uma ressalva da minha admiração, do meu respeito, da minha consideração e acredito piamente que a Polícia Federal, como instituição de Estado que é, com as atribuições constantes no art. 144, sempre cumpre com os princípios que regem a administração pública, expressos no art. 37 da Constituição Federal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um segundo.

Eu concedo a palavra ao...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Presidente, é um rápido...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente, rapidamente também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – É um rápido pela ordem.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu também gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pois não, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Após a resposta, obviamente, do Dr. Andrei, eu solicito a palavra pela Liderança, segundo o 14.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Será concedida a V. Exa., por cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Apenas o esclarecimento de que, conforme eu estou sendo orientado aqui, a manifestação de V. Exa. como Líder não comporta inquirição ou questionamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor vai se manifestar por cinco minutos na qualidade de Líder...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... pela Liderança do Congresso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – O senhor fez um questionamento aqui, uma ponderação. Só quero – dez segundos – lhe dizer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte: eu respeito a sua opinião, mas eu peço que respeite a minha também. Eu estou aqui para fazer meu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, o senhor tem que falar com fatos, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perguntar não ofende.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com todo o respeito...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perguntar não ofende. Eu vou continuar perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Por favor.

Com a palavra o convidado Andrei Augusto Passos Rodrigues, se quiser se manifestar sobre as colocações que o Senador Eduardo Girão assim procedeu.

O SR. ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES (Para expor.) – O.k. Obrigado, Presidente.

Mais uma vez, por respeito e deferência a esta Comissão, algumas questões, por óbvio, não me cabe aqui comentar. E essa, Senador Girão, eu já enfaticamente falei aqui a respeito do papel de uma polícia de Estado que cumpre a sua missão constitucional, e eu já falei que tenho 23 anos na instituição e eu tenho certeza... Inclusive, esse mandado de que o senhor fala foi um mandado fruto de uma operação da Polícia Federal. Então, não é sequer razoável que nós façamos o pedido de prisão e não tenhamos interesse por qualquer motivo de cumprir.

E, se o senhor tem informação de que alguém está prevaricando, está deixando de cumprir por razões políticas, eu sou o maior interessado em que o senhor me forneça esses dados, essas informações, porque eu sou o maior interessado, dentro dessa instituição, da correção e da conduta exemplar que todo policial federal precisa ter e que eu cobro diariamente para que tenha. Então, é um pedido, inclusive, que eu lhe faço, Senador, com todo o respeito a sua posição.

Para falar em prisões, em 2022, o setor de capturas da Polícia Federal, Senador Alessandro Vieira, prendeu 4.084 pessoas. Ano passado, prendeu 16.079 pessoas. Este ano, 12,4 mil pessoas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até outubro agora passado. No Ceará, nós fizemos, nas FICCOs (Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado), 11 operações e mais 18 operações só da Polícia Federal em relação ao crime organizado. E nas FICCOs, as Forças Integradas, 230 prisões e 469 mandados de busca e apreensão.

Então, o que eu digo... E aqui o senhor relata várias situações que, obviamente, nos impacientam a todos, mas precisamos saber que a Polícia Federal não substitui as polícias estaduais em várias ações que têm que ser feitas por todos e nos 27 estados. Esse é um problema de segurança pública que não tem cor partidária, estados governados por diferentes correntes políticas têm problemas de segurança pública, e o nosso esforço tem sido para atuar conjuntamente.

O que nós temos feito, e aqui eu trouxe alguns dados rapidamente... O senhor fala do sistema de alertas, esse sistema de alertas nos permite prender, como prendemos essa noite no Aeroporto de Guarulhos um importante banqueiro, a partir do sistema de alertas que nós temos para várias situações que envolvem as nossas bases de dados, inclusive a Difusão Vermelha, da Interpol. E citei aqui os dados de prisões: foram mais de 300 prisões que nós fizemos aqui no Brasil este ano.

O senhor fala também da questão do enfrentamento e quais são os caminhos. Os caminhos eu acho que nós estamos dialogando aqui, Senador, que são o da integração doméstica e internacional, com a cooperação que nós temos. E aqui relato essa prisão que fizemos na Bolívia e ontem, ou anteontem – saiu no noticiário também –, de um importante procurado de uma organização criminosa de São Paulo, que foi feita em Portugal, numa decisão do Tribunal de Justiça, uma operação, portanto, da Polícia Civil e do Ministério Público de São Paulo e com a cooperação internacional, conosco, com a Polícia Federal, e Interpol, que permitiu a prisão desse cidadão agora, não sei se foi ontem ou anteontem, mas eu acompanhei pelo noticiário.

E, por fim, na questão da lavagem de dinheiro, do Sistema Financeiro, nós temos acordos com a Febraban, com a Zetta, com a Associação Brasileira de Bancos, com a Caixa Federal, com o Banco do Brasil, onde nós... E com o BNDES firmamos semana passada. Inclusive, agora, com a Interpol, que tem um brasileiro à frente, nós vamos... já propusemos as tratativas iniciais de fazermos um acordo do Sistema Financeiro brasileiro com a Interpol, com a Polícia Federal, para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o sistema, Presidente Contarato, tenha um acesso, obviamente regrado, mas para que o Sistema Financeiro tenha acesso às bases de dados da Polícia Federal e da Interpol, dentro daquela lógica de conhecer o seu cliente, para que a gente tenha melhoras no Sistema Financeiro.

Então, estamos trabalhando muito, não vamos substituir as polícias regionais, mas vamos cooperar muito e integrar com todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado. Obrigado, Sr. Andrei.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o Estatuto de Roma? Não vai comentar?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, como Líder do Governo, por cinco minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela Liderança.) – Presidente, meus cumprimentos ao Dr. Andrei, ao Dr. William, meus cumprimentos ao Relator, ao nosso Vice-Presidente, ao senhor, Presidente Fabiano Contarato, sobretudo pela demonstração feita ainda há pouco, porque deixa claro qual é o sentido desta CPI: colaborar com uma guerra que é de todos os brasileiros, que é uma guerra contra o crime organizado, contra as facções. Nesta guerra, nós vimos aqui, no curso do depoimento do Dr. Andrei, o papel que a Polícia Federal tem que cumprir e está cumprindo.

Neste momento em que nós estamos aqui nesta reunião, no dia de hoje, Dr. Andrei, a Polícia Federal, junto com a Polícia Civil do meu estado, fez também uma operação de combate às facções criminosas do meu estado, com mais de 20 presos.

A cooperação entre as polícias é o primeiro dos passos. Nós temos uma circunstância hoje do crime organizado no Brasil. Segundo dados, são 50 milhões de brasileiros, 24% da população, os que estão vivendo em territórios dominados pelas facções criminosas. Ao que me parece, o combate ao crime se dá, primeiro, pela inteligência policial. Inteligência, quem tem com maior eficácia, meu caríssimo Senador Hamilton Mourão? É a Polícia Federal. Junto com isso, a coordenação entre as polícias. É por isso que tem uma PEC de segurança pública que está lá na Câmara dos Deputados desde abril, que busca coordenação e cooperação entre polícia civil,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal, polícias militares, dando à Polícia Rodoviária Federal um patamar de polícia viária federal para também policiar as fronteiras e as divisas entre os estados federados, por onde o crime, onde as facções criminosas, onde o crime organizado, onde o PCC, onde o Comando Vermelho passam.

Agora, para isso, é necessário aperfeiçoar os instrumentos da própria Polícia Federal. Foi por isso que o Governo do Presidente Lula encaminhou o PL antifacção. Mas, lamentavelmente, o que nós estamos assistindo, lá na Câmara dos Deputados, é ao enfraquecer da Polícia Federal não sei a serviço de quem, porque o crime organizado está no morro, está na favela, mas, vamos combinar, o crime organizado também está na Faria Lima, e a Operação Carbono Oculto apontou concretamente isso. O crime organizado, nas diferentes facetas, também está entre os banqueiros. Hoje teve uma ação da Polícia Federal que indicou isso.

Eu acabo de receber... Eu saí daqui, Senador Fabiano, porque fui para mais um debate sobre a quinta versão – a quinta versão – do relatório que saiu lá da Câmara dos Deputados. Nessa versão, entre outros aspectos, se enfraquecem os fundos destinados à Polícia Federal. Agora, eu pergunto: como é que se vai combater o crime neste país enfraquecendo a instituição mais respeitada deste país, que é a Polícia Federal? Essa quinta versão aqui, por exemplo, traz uma novidade. Ela não equipara a pena de milícia, prevista no art. 288-A do Código Penal – essa quinta versão do projeto lá alivia para os milicianos –, à do crime organizado. São duas faces da mesma moeda: a atuação de milícia nos morros, nas favelas, nas áreas de periferia das cidades e a atuação do Comando Vermelho, e a atuação do PCC, e a atuação do tráfico de drogas. São duas faces da mesma moeda que aterrorizam os brasileiros.

Eu não sei por que essa obsessão de alguns no enfraquecimento da atuação da Polícia Federal. E isso tem que ser dito com todas as letras nesta Comissão, porque, veja, me parece que está tendo um desvirtuamento do debate. Estão buscando fazer uma partidarização do debate, enfraquecer a Polícia Federal, retirar recursos da União para uma ação...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP) – ... essa sim que, no meu entender, só favorece o crime. Olha, ao enfraquecer a Polícia Federal, o crime organizado, o PCC, o Comando Vermelho, as milícias estarão a bater palmas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dr. Andrei, quero cumprimentá-lo, assim como cumprimentar o Ministro Lewandowski, pela atuação que a Polícia Federal tem feito neste Governo independente, sem tutela. É importante lembrar que, em outros tempos, teve até Ministro da Justiça que pediu demissão por conta da interferência na Polícia Federal. Isso não existe neste Governo. A atuação de V. Exa. e de vossa instituição é a prova mais cabal disto: que ela atua seja para Chico, seja para Francisco, seja para quem quer que seja, atua com a independência que se quer de uma instituição do Estado brasileiro.

E eu acho que todos nós aqui temos que nos unir, inclusive os colegas da oposição, para evitar que esse PL antifacção se torne um PL de enfraquecimento da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Eu consulto o Relator se ele deseja fazer as suas considerações finais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer pela presença dos representantes da Polícia Federal e fazer um apanhado daquilo que aqui foi dito objetivamente: o cenário que é grave no Brasil todo de avanço de facções e milícias; a demanda apresentada também objetivamente por parte da Polícia Federal, que estima em R\$800 milhões o investimento necessário para uma ação contundente em fronteiras – apenas uma ação inicial e contundente –; e aí, em casa de bilhão, o investimento necessário para uma estruturação permanente.

Ao longo do trabalho da CPI, a gente vai juntar esses números com os números da defesa, porque é do nosso entendimento que essa integração é fundamental.

Esse volume de armas, esse volume de drogas não chegam picotados ao Brasil. Ninguém traz isso na mochila. Não se vão transportar toneladas e toneladas de entorpecentes como se fosse um nada. Evidentemente, você tem corrupção, você tem falhas, você tem uma série de problemas aí.

E é para noticiar ao senhor, Presidente, e pedir prioridade para, na nossa próxima sessão deliberativa, quando o senhor demarcar, requerimento, de minha autoria, convocando o Dr.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thiego Raimundo, conhecido como TH Joias, ex-Deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. É fundamental que a gente tenha o contato aqui com esse senhor para que ele possa verbalizar a participação.

E faço um registro a mais. A denúncia do Ministério Público Federal contra este senhor traz, na mesma petição, mais 14 indivíduos, entre eles assessores parlamentares, policiais militares do Estado do Rio de Janeiro e um delegado da Polícia Federal. É dessa forma que o crime organizado atua. Não é uma coisa pontual, isolada. É sempre uma atuação global, integrada e com infiltração no poder público.

Então, vamos fazer o nosso trabalho aqui do começo ao fim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Relator.

Eu também almejo nesse mesmo sentido. Eu acho e volto a falar: passou da hora de esta CPI ser propositiva e subir o andar para pegar toda e qualquer pessoa, principalmente agentes políticos, pessoas que exercem poder, para que passem... São braços efetivos que dão efetividade a essas facções, milícias, Comando Vermelho, PCC, organizações criminosas como um todo.

Eu quero agradecer a todos pela maneira séria, respeitosa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, o requerimento proposto pelo Sr. Relator vamos votar agora ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Não.

Agradeço a todos pela maneira séria, respeitosa, civilizada como conduzimos os debates de hoje. Essa é a postura que fortalece o trabalho desta CPI.

Agradeço ao Sr. Andrei Rodrigues pelo comparecimento e pelas informações prestadas, ao Relator, ao Vice-Presidente, aos colegas Parlamentares pelas contribuições qualificadas. Agradeço também ao Secretário da Comissão e a toda a equipe, assim como aos servidores terceirizados,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nos apoiam e fazem um trabalho excelente, garantindo um bom andamento dos nossos trabalhos.

Faço apenas um registro: não admitirei acusações vazias, insinuações ou ataques infundados a instituições de Estado. As divergências são legítimas; desrespeito, não. Seguiremos trabalhando com serenidade e responsabilidade.

Ressalto ainda que esta Comissão ouvirá o Sr. Leandro Almada, Diretor de Inteligência da Polícia Federal, na próxima semana. Ele não pôde estar hoje, mas terá uma contribuição importante a oferecer ao nosso trabalho.

Amanhã seguiremos nessa mesma linha, ouvindo o Diretor da Senappen, para aprofundar a compreensão sobre a atuação das facções dentro e fora do sistema.

Nada mais a havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, 19/11, às 9h, no plenário 2 da Ala Senador Nilo Coelho, para ouvirmos o Sr. Antônio Glautter de Azevedo Moraes, Diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Eduardo Girão, Rogério Carvalho e Hamilton Mourão, e ainda da Senadora Professora Dorinha Seabra, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva do Sr. Antônio Glautter de Azevedo Moraes e do Sr. Lincoln Gakiya. Finalidade: Depoimento do Sr. Antônio Glautter de Azevedo Moraes e do Sr. Lincoln Gakiya para colaborarem, como convidados, com os trabalhos da CPI do Crime Organizado. Oitiva do Antônio Glautter de Azevedo Moraes, Diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), em atendimento ao requerimento 2/2025; do Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, em atendimento ao requerimento 3/2025. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/19>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião conta com a presença do Sr. Antônio Glautter de Azevedo Moraes, Diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen).

O convite foi feito a fim de se obter colaboração do depoente a partir da experiência do cargo que atualmente ocupa, nos termos do Requerimento 2, de 2025, de autoria do Relator, Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 2ª Reunião, realizada ontem, em 18/11/2025.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu pediria...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para questão de ordem.) – Queria solicitar aqui, por questão de ordem, à Presidência, que adote, provisoriamente o formato 5x5x5, ou seja, o Senador faz a pergunta, o depoente responde e o Senador fecha a pergunta, com base no art. 89 do Regimento Interno do Senado Federal, que fala sobre CPIs.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A questão de ordem de V. Exa. será analisada e, durante a sessão, assim o responderei.

Eu pediria à Secretaria que chamasse à presença da CPI o convidado. (*Pausa.*)

Bom dia.

Hoje, esta CPI recebe o Sr. Antônio Glautter de Azevedo Moraes para tratar de algo que o Brasil já não pode mais aceitar calado: as penitenciárias deixaram de ser instrumentos do Estado e passaram a ser instrumentos do crime. Eu digo isso com a gravidade que o tema exige e com a responsabilidade que o cargo me impõe.

Presídio não é escritório de facção, não é quartel de ataque, não é banco de dados do crime, não é tribunal clandestino que decreta vida ou morte, mas, infelizmente, é o que vem acontecendo, e isso precisa ser dito, sem medo, sem verniz e sem meia palavra.

Onde o Estado não controla, o crime controla. Onde o Estado não coordena, o crime comanda. Onde o Estado não ocupa, o crime recruta. São as rimas amargas da realidade brasileira, rimas duras, rimas tristes, mas rimas verdadeiras.

É inadmissível que, atrás das grades, nasça uma justiça paralela que distribua sentenças de vida e de morte. É inadmissível que ordens de ataque circulem com mais velocidade do que informações oficiais. É inadmissível que o cárcere, que deveria ser instrumento de contenção, se torne centro de comando, de comunicação e de coordenação do crime organizado.

Isso não é acaso. Isso não é destino. Isso é fragilidade institucional, fragilidade que o Brasil não pode mais varrer para debaixo da mesa.

E fragilidade tem nome: falta de estandarte, falta de integração, falta de inteligência, falta de controle. Cada presídio funciona de um jeito, cada estado adota um método, cada sistema fala uma língua, e o crime organizado escuta todas. Enquanto o Estado se fragmenta, as facções se conectam. Enquanto o Estado se divide, as facções se expandem. Enquanto o Estado improvisa, as facções se profissionalizam. E o resultado é este: presídios frágeis, servidores expostos, comunidades aterrorizadas, famílias inteiras vivendo sob sentenças que não saem do Judiciário, saem de dentro das celas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso, colegas, não é falha pontual, isso é colapso de coordenação. Por isso esta CPI precisa ir à raiz, não ao verniz. Não estamos aqui para enxugar gelo, para reagir depois do dano, para aplaudir remendo como se fosse solução; estamos aqui para exigir governança, integridade, padrão, investimento, integração, inteligência, comando e responsabilidade, porque só assim vamos romper o ciclo perverso em que o Estado prende, mas o crime comanda; o Estado vigia, mas o crime recruta; o Estado pune, mas o crime sentencia.

E é por isso que afirmo: ou o Brasil transforma o sistema prisional, ou o sistema prisional continuará transformando o Brasil, e não é para melhor.

Hoje eu queria aqui também comunicar aos colegas que semana que vem nós teremos oitivas, na quarta-feira teremos deliberação de requerimentos e, na primeira semana de dezembro, já vamos expedir, ainda essa semana, convites para Governadores e secretários de segurança, para, já na primeira semana de dezembro, aqui comparecerem, para fornecer as colaborações.

Muito obrigado, Sr. Antônio Glautter, e com a palavra, por 20 minutos, para sua exposição.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Exmo. Senador Fabiano Contarato, Presidente desta Comissão Parlamentar de inquérito; Exmo. Senador Alessandro Vieira, Relator da Comissão Parlamentar de inquérito; Exmo. Senador Hamilton Mourão, Vice-Presidente desta Comissão.

Estendo os cumprimentos aos demais Senadores e demais autoridades presentes nesta Comissão e trago também, Senador Contarato, os cumprimentos também da Secretaria Nacional de Políticas Penais, do nosso Secretário Nacional de Políticas Penais, Dr. André de Albuquerque Garcia.

É uma satisfação e uma alegria estar aqui, receber esse convite. É uma oportunidade para a Polícia Penal, para a inteligência penitenciária. Enxergo isso como uma vitrine de trazer a este debate, para esta Comissão, que discuta um tema importantíssimo para o nosso país, que é justamente a repressão e o enfrentamento a essas organizações criminosas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O trabalho que é feito pela inteligência penitenciária é um trabalho árduo, pesado, e dor à polícia, que sofre de um problema muito grave, que é a invisibilidade.

Normalmente, a polícia penal está nas manchetes dos jornais quando há algum fato negativo, uma rebelião, uma fuga, e é um trabalho que é feito pelos policiais penais federais, pelos policiais penais estaduais de forma sigilosa, pouco vista pela sociedade. Então, em condições muitas vezes precárias.

Então, a questão prisional brasileira é uma questão com problemas históricos, problemas orgânicos, problemas que não são deste Governo ou do Governo anterior, mas de longa data. E hoje... E é importante estar aqui, enquanto inteligência penitenciária, e tratar do tema "organizações criminosas", porque aqui, no Brasil, essas organizações surgiram justamente em ambiente prisional. Dentro do ambiente prisional... Pelo menos as duas principais facções criminosas brasileiras surgiram no ambiente criminal, no ambiente prisional, uma na década de 70, no Rio de Janeiro, a outra na década de 90, em São Paulo, uma época em que o mundo era um mundo analógico, não era o mundo digital em que hoje vivemos.

E aí foi um ambiente propício ali para esses presos se associarem e se unirem, com um ideal de liberdade, de justiça, de paz, para fazer frente ao Estado, o Estado opressor, o Estado que não cumpria as normas que estavam previstas. Este é o ideal, este é o lema que essas facções na época carregavam: de assistência mútua frente ao Estado opressor, que não cumpria a Lei de Execução Penal.

E essas uniões que ocorreram inicialmente ali, no ambiente prisional, tomaram as ruas, e hoje a gente tem esse problema que, como digo, surgiu no ambiente prisional, diante desse contexto histórico, de problemas históricos, de problemas estruturais que o sistema prisional tem e carrega até hoje, tanto que, na ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental) 347, a nossa Suprema Corte declarou o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional.

Então, enxergo hoje, ao estar aqui e poder trazer o que é feito pela inteligência prisional, pela inteligência penitenciária brasileira, uma vitrine importante do que esses guerreiros, os policiais penais, federais e estaduais, realizam em condições muitas vezes precárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é importante trazer esse contexto das facções criminosas aqui no Brasil, esse cenário dessas organizações que se instalaram e se criaram e surgiram nesse ambiente prisional.

A inteligência penitenciária foi forjada nesse ambiente. Então, à medida que essas facções que surgiram no ambiente prisional começaram a impactar o sistema prisional, surgiu a necessidade da produção de conhecimento, uma produção de conhecimento que hoje assessora e subsidia os órgãos de persecução penal, Ministério Público, Polícia Federal, as polícias judiciária, civil e militar, os gestores de segurança pública.

Então, todo conhecimento que é produzido pela inteligência penitenciária, pela inteligência prisional, é para subsidiar esses órgãos, os gestores, as autoridades, os secretários; é para subsidiar a gestão prisional e os órgãos de persecução penal e, também e principalmente, salvaguardar os ativos do sistema prisional.

Então, essa inteligência foi forjada e iniciou ali, no final da década de 90, anos 2000, com essa necessidade de produzir conhecimento e assessorar os gestores, os secretários, os órgãos de persecução penal.

E, aí, é importante registrar fatos que ocorreram no ano de 2006, principalmente, que foi a grande crise que ocorreu principalmente no Estado de São Paulo, envolvendo a facção que opera e que impacta aquele estado e o Brasil inteiro.

Os senhores talvez se recordem dos salvos que ocorreram a partir de unidades prisionais, de toques de recolher, ataques a viaturas, ataques a ônibus, ataques a delegacias, que não se restringiram àquele Estado de São Paulo, mas a outros estados, e, a partir dali, o sistema prisional começou a produzir conhecimento, produzir conhecimento para assessorar e subsidiar os órgãos de persecução penal, a gestão pública e também salvaguardar seus ativos, a proteção dos policiais, a proteção dos juízes de execução penal, proteção dos promotores de justiça que atuam no sistema prisional e proteção também das demais autoridades que trabalham e que enfrentam essas organizações criminosas.

Dito isso, a ADPF 347, a Suprema Corte, decretou esse estado de coisas inconstitucional, determinou que fosse elaborado um plano para rever e mudar esse cenário de coisas inconstitucionais, de inconstitucionalidade e de violação massiva dos direitos no sistema





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prisional, e, com isso, veio o plano Pena Justa, que trabalha com quatro eixos, são 307 metas e 366 indicadores que têm um propósito muito claro de trazer esse controle e retomar essa rigidez do sistema prisional.

No ano de 2019, a polícia penal passou a integrar, na nossa Constituição Federal, como órgão de segurança pública.

Vejam só, uma atividade que é milenar, apenas no ano, de 2019, passou a integrar a polícia penal como órgão de segurança pública, deixando um recado muito claro de que esse profissional que trabalha na linha de frente, que sofre dessa invisibilidade, embora esteja, talvez seja a polícia que mais se expõe à criminalidade, e da importância desse profissional no enfrentamento do crime organizado.

E, nesse mesmo ano de 2019, foi criada a Diretoria de Inteligência Penitenciária, hoje denominada Diretoria de Inteligência Penal, como Agência Central de Inteligência Penitenciária.

Então, temos uma doutrina de inteligência penitenciária consolidada, a Agência Central de Inteligência... E, aí, é importante destacar que a execução penal, embora temos a lei nacional, a Lei de Execução Penal, que é uma lei nacional, a execução penal está afeta aos estados, e são os estados que executam e fazem o serviço de execução de pena e produzem, ali, através de suas agências de inteligência, os conhecimentos que são necessários, mas, enquanto Ministério da Justiça, Diretoria de Inteligência Penitenciária da Senappen, enquanto Agência Central de Inteligência, a nossa missão precípua, Senador Contarato, é realizar a integração. Além de estruturar, fomentar, capacitar, a nossa missão precípua é promover a integração, porque o crime não se restringe ao estado X, A, B ou C.

Então, hoje temos, no Brasil, pelo nosso último mapa, mapa deste ano, 90 organizações criminosas que atuam em nosso país.

Grande parte delas, 74, nós classificamos como facções locais que atuam em nível estadual. Duas, em nível nacional e transnacional, e outras 14, em nível regional, que impactam ali dois, três.

É um mapa que é um produto da inteligência penitenciária, coordenado pela Diretoria de Inteligência Penitenciária, que, como produto da inteligência penitenciária, subsidia todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

órgãos de inteligência da Secretaria de Segurança Pública, das secretarias de administração penitenciária, da Polícia Federal, polícia civil, todos, Abin... Então, esse é um dos produtos da diretoria da inteligência penitenciária.

Então, como missão precípua de integrar, nós realizamos, além das capacitações, realizamos também os nossos eventos de integração, que são eventos importantes, porque é uma forma de trazer a comunidade de inteligência, não só da inteligência penitenciária, mas de outros órgãos, para conhecer o trabalho que a polícia penal realiza, principalmente a inteligência penitenciária.

Além das capacitações dos nossos eventos, realizamos operações conjuntas também, coordenadas pela Diretoria de Inteligência Penitenciária, pela Senappen. Então, temos algumas operações.

As duas principais: a Operação Mute, que é uma operação nacional, em que, em uma mesma semana, junto com as polícias penais dos estados, realizamos revistas em unidades prisionais de todos os estados brasileiros.

Nas oitavas, oito fases da Operação Mute, já foram retirados 6.924 aparelhos telefônicos dessas unidades prisionais.

É uma operação nacional, é uma forma de enfrentar o crime organizado, de cortar essas comunicações que ocorrem entre o interno e o mundo exterior, mas também de trazer um pouco a visibilidade desse trabalho que a polícia penal realiza e já realiza ordinariamente. Esse trabalho de revista é realizado de forma ordinária.

Temos também outra operação modelada pela Diretoria de Inteligência Penitenciária, que é a Operação Modo Avião. Utilizamos um equipamento tático de revista eletrônica e, por meio desse equipamento, conseguimos identificar aparelhos telefônicos dentro de unidades prisionais e, inclusive, se necessário, bloquear esses aparelhos.

Além da questão da integração com as agências de inteligência, com os profissionais de inteligência da polícia penal, realizamos também um trabalho de inovação, prospectando produtos novos para a inteligência. Então, este ano, já modelamos alguns equipamentos que acreditamos ser de interesse e estamos adquirindo esses equipamentos, como o georradar, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um equipamento normalmente utilizado na construção civil, para a identificação de tubulações. Então, é um equipamento que está em processo de aquisição para que possamos operar em conjunto com os estados para a identificação de túneis e cavidades em paredes, raios X portáteis, equipamentos que nós utilizamos também para a revista eletrônica.

Temos uma divisão de integração, temos policiais penais federais da inteligência, da Senappen, da Diretoria de Inteligência, nas principais regiões do país, em São Paulo, no Rio de Janeiro. São pontos focais que nos ajudam.

Temos a participação da Senappen, por meio da Polícia Penal Federal, nas FICCOs (Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado). É um projeto estratégico do Ministério da Justiça, coordenado pela Polícia Federal.

Então, no ano passado, estávamos com 11 policiais penais federais nas FICCOs e conseguimos aumentar para 18.

Então, estamos em 17 unidades da Federação e em 18 FICCOs. Eu acredito que já foi comentado ontem pelo Diretor-Geral da Polícia Federal: a FICCO é um time de investigação em que você tem ali no mesmo ambiente policiais de várias forças, policial civil, policial militar, em algumas FICCOs há guardas municipais também, a polícia penal estadual também compõe as FICCOs, e pelo menos nas 18 FICCOs temos também os policiais penais federais.

No âmbito da Diretoria de Inteligência Penitenciária, temos o Peaipen, que é um programa de estruturação em que aportamos recursos para os estados, para a estruturação das agências de inteligência penitenciária. Então, ano passado fizemos um reforço de R\$10 milhões, dando um total de R\$44 milhões destinados pela Senappen para essas agências de inteligência penitenciária.

E temos também – e considero talvez o produto mais importante da nossa inteligência penitenciária brasileira – a nossa Renipen, a nossa Rede Nacional de Inteligência Penitenciária. Então, por meio desses eventos, dessas capacitações, integrando essas FICCOs, essas forças-tarefas, conseguimos manter uma Rede Nacional de Inteligência Penitenciária que funciona e, quando necessário, é ativada de forma a manter essa higidez, esse controle do sistema prisional.

Então – eu acredito que o tempo já está se acabando –, mas, por parte da...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Não se preocupe, que você tem tempo disponível.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Por parte da Diretoria de Inteligência Penitenciária, é importante destacar o nosso papel como inteligência estratégica. É uma inteligência estratégica que atua como agência central, atua integrando os estados – os estados e a polícia penal estadual, a inteligência penitenciária estadual é quem realiza essa inteligência mais operativa, porque nós temos aqui no Brasil 1.380 unidades prisionais. Dessas 1.380, cinco são unidades federais. São 1.375 unidades penitenciárias estaduais, são 702 mil pessoas presas e encarceradas, é a terceira população carcerária do planeta – estamos atrás da China e dos Estados Unidos.

E aí, só para os senhores terem ideia, são 27 unidades federativas, 26 estados e o Distrito Federal, e cada estado é um estado diferente, é quase que um país. Então, se você pegar o Estado de São Paulo, que tem pouco mais de 200 mil presos, se o Estado de São Paulo, Senador Contarato, fosse um país, nesse *ranking* ele ocuparia a 10ª posição, em termos de população carcerária.

Então, é um problema que não é um problema simples, é um problema complexo; não é de hoje, não é de ontem, é de longa data; e estar aqui hoje e falar um pouco sobre o sistema prisional tem uma simbologia para a Secretaria Nacional de Polícias Penais, para a polícia penal brasileira, muito importante, porque essas organizações criminosas surgiram e nasceram diante de um contexto de problemas estruturais, orgânicos, do sistema prisional. E isso é importante dizer, porque sofre e afeta a sociedade, afeta o preso que está lá, afeta o familiar de preso e afeta principalmente o policial penal, que trabalha em um ambiente hostil e sem as condições adequadas para desempenhar sua função.

Então, dito isso, agradeço mais uma vez o convite e estou à disposição.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Antônio Glautter, pelas suas colaborações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Marcos do Val, para questão de ordem.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para questão de ordem.) – É até de interesse do Relator, porque aqui no Regimento Interno fala, nos arts. 109 e 110, que as Comissões também podem ser deliberadas de forma sigilosa, mantendo o sigilo da informação na área de inteligência, sem expor o agente público que está ainda em atividade. E isso é uma decisão feita pelo próprio Presidente, por natureza sigilosa. Tem a Lei 1.579/1952, art. 3º, §2º, que reconhece a reunião secreta e garante ao depoente o direito a advogado, inclusive nesse ambiente.

Eu aconselho que, para a gente ter mais liberdade e o Relator ter bastante liberdade nas perguntas, que esta sessão possa ser sigilosa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Consulto o Relator se há necessidade. Eu particularmente, como Presidente, não vejo necessidade, mas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Não, no momento não há necessidade. E, efetivamente, a gente milita nessa área, com formação adequada na área de inteligência policial e de segurança pública. Caso a gente chegue ao ponto de demanda...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... de informação sensível, de investigação em andamento, naturalmente a gente vai fazer sigilosa ou solicitar como sigilosa, e a Comissão vai deliberar. Mas no momento não.

Eu acho que a gente tem que avançar, na verdade, em informações públicas. Como expressou muito bem o Dr. Antônio Glautter, a polícia penal por muito tempo foi invisível. O presídio é um depósito de gente. E não funciona assim, não deve funcionar assim. Então justamente o que a gente vai fazer nesta sessão é dar uma máxima visibilidade ao trabalho desses homens e mulheres que estão, eles sim, numa linha de frente de confronto extremamente difícil. E a gente precisa ter este momento de visibilidade. Mas se chegarmos a esse ponto, certamente vamos ter o cuidado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para responder questão de ordem.) – Perfeitamente. Esta Presidência entende da mesma forma.

Agora concedo a palavra ao Relator para seus questionamentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Antônio Glautter, o senhor tocou rapidamente, mas eu preciso da repetição dos dados: particularmente, vagas disponíveis no Brasil, número de vagas necessárias, considerando os apenados brasileiros.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS (Para expor.) – Sr. Relator, no sistema prisional brasileiro, nós temos 702 mil pessoas encarceradas. As vagas, a capacidade é de 500.381 vagas. Isso são dados que são públicos. Inclusive, me faltou falar que essa parte de dados, concentração de dados, nós temos SISDEPENs estatísticos, são dados agregados e são ciclos semestrais em que realizamos esses levantamentos das informações penitenciárias, o que fica a cargo também da Diretoria de Inteligência Penitenciária. Então, temos em torno de 500 mil vagas para 702 mil presos, o que dá uma superpopulação carcerária aí, um déficit de vagas, em torno de 40%.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor tem uma dinâmica de circulação desse preso, tempo de permanência? Como é que flutua a população carcerária? O senhor tem esse dado levantado?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não, esses dados são dados agregados, não são dados individualizados. Então, essa questão de quanto tempo a pessoa está encarcerada...

Nós temos dados em relação ao perfil, crimes praticados... Isso aí tem no nosso Sisdepen estatístico. É importante até acrescentar também – eu não sei se o senhor vai perguntar isso, mas é um levantamento que foi feito já – que, para suprir esse déficit de vagas, de mais de 200 mil vagas, precisaria em torno de R\$14 bilhões, R\$14 bilhões para a construção de unidades. Veja só que recursos para investimento, para construção de unidades, para suprir esse déficit de 200 mil vagas... E aí, por óbvio, precisaria de mais um tanto de recursos para custeio dessas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

unidades, porque vamos precisar de policiais penais, de contratos, de pagar energia, alimentação...

Então, assim, o plano Pena Justa foi construído sob quatro eixos. E o primeiro eixo, que é muito importante, trata justamente dessa questão de racionalizar a entrada. E aí não é soltar preso, não é encarcerar ou segregar a liberdade de quem precisa estar encarcerado, mas de trazer também outras alternativas ao cárcere para suprir... Porque tudo é uma questão também de custo, não é? De custo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Só já avançando então, o programa Pena Justa teve seu custo definido?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Temos um comitê gestor, acredito que não tenha hoje essa definição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É justamente esse ponto. Me permita só, Presidente, fazer essa observação para que a gente possa direcionar este debate.

O Congresso Nacional, respondendo ao desejo da sociedade brasileira, vem reiteradamente aprovando legislações que vão aumentar o tempo de encarceramento e o número de encarcerados. Essa é uma escolha política. Escolhas políticas cabem aos representantes eleitos pelo povo numa democracia – não cabem ao Judiciário e não cabem aos técnicos, cabem aos representantes eleitos.

Dito isso, é preciso fazer o passo seguinte, que tem um custo e esse custo não é pequeno. O senhor ventilou aí o número de R\$14 bilhões para a construção de unidades, o Governo do Rio de Janeiro alega que precisa de 1,4 bilhão para suprir uma lacuna de cerca de 20 mil vagas no Estado do Rio de Janeiro, mas, de fato, nós temos uma decisão política tomada que vai levar a um aumento de encarceramento.

E programas como esse, que já há muito tempo o CNJ pilota, levam a esse desvio, porque eu faço a construção de um plano sem cuidar do custo. É bonito, né? O papel aceita tudo, a gente faz qualquer coisa. A gente quer que, na CPI, a gente consiga trazer para um centro de realidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o senhor fala dos 702 mil indivíduos sujeitos a... A gente está falando apenas de regime fechado ou estamos falando de também indivíduos submetidos a algum outro tipo de cautelar?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Os 702 mil que estão encarcerados, de acordo com o nosso levantamento, entram em qualquer regime, presos provisórios ou em cumprimento de pena também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Tornozeleira?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Tornozeleira não. Em tornozeleira, a gente tem um outro dado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Nós temos uma população em cumprimento de pena de 942 mil pessoas. De acordo com o último levantamento, temos em prisão domiciliar, sem monitoramento eletrônico, 113.991 pessoas e, em monitoramento eletrônico, 121.889 pessoas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A inteligência penitenciária tem algum apontamento estatístico em relação à eficiência do monitoramento eletrônico?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não, não tem esse levantamento. No âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Penais, nós temos uma Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais, que cuida... E as ações dela e a política são voltadas para o egresso. Então...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor não entende que é relevante ter esse dado para fins de inteligência, uma vez que esse cidadão ainda está em cumprimento, está circulando, interagindo na sociedade e não tem um dado agregado sobre isso?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Esse levantamento, Senador, possivelmente os estados, as inteligências estaduais têm. Nós não levantamos ou não despertamos ainda para tentar fazer uma centralização desses dados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Existe algum tipo de dificuldade no processo de integração com os estados ou ela funciona sem restrições?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não, a integração, pelo menos da inteligência penitenciária... A integração de que o senhor fala é a integração de interlocução mesmo?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Isso. Exato.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – É, funciona bem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Mas ela está baseada em relações pessoais ou ela funciona de forma institucional? Porque nós sabemos que a comunidade de inteligência tem essa característica de uma proximidade horizontal – em qualquer lugar do mundo funciona assim –, mas, para acima disso, para além disso, você tem institucionalmente esse compartilhamento de dados entre estados e Governo Federal?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – É institucional. Temos um problema – isso aí na polícia penal, na inteligência penal – de uma rotatividade considerável. E daí a importância de sempre ter os pontos focais nos estados, dos eventos de integração para que essas pessoas se conheçam, porque, embora seja institucional, mas o conhecer é muito importante, o *network* é muito importante.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Eu entendo que existe uma restrição, enfim, em parte da doutrina de inteligência, de verbalizar o nome das facções na intenção justa de não glamorizar o crime. Mas aqui nessa seara de Comissão Parlamentar vai ser necessário ter esses dados, e esses dados se tornarão públicos. Então, se o senhor se sentir constrangido em falar, o senhor não fala, mas passa os dados para quem faz o trabalho, mas a gente precisa elencar pelo menos as 14 facções que, na visão da inteligência penal, têm atuação regional. As duas nacionais são públicas e notórias, Comando Vermelho e PCC, mas as regionais... Até porque a gente quer direcionar o tratamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de combate à ação delas e isso vai exigir medidas customizadas, região por região. Então, se o senhor puder verbalizar, facilita o nosso trabalho, senão o senhor passa os dados.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Eu preferia passar, de forma escrita, os dados. As 14... não vou recordar as 14 de cor, lembro de algumas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – ... das principais, mas se eu puder encaminhar isso de forma escrita...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E é fato, já constatado, que no nosso sistema prisional, em geral, nós temos as unidades, na sua parte interna, divididas por facções. Essa informação procede?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Senador, isso inclusive foi pauta de uma audiência pública na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados agora, no mês de outubro. Isso não é uma regra. A regra... a regra... a regra, nos estados, é realmente alocar os presos, separar os presos por facção. Temos algumas exceções. O Estado do Espírito Santo, por exemplo, é um estado que não faz divisão. O preso comum fica alocado com o preso faccionado, o faccionado da facção X está na cela com o faccionado da facção Y.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Passa a fazer parte, depois, dessa facção.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Existe um trabalho que é feito... Existe um trabalho que é feito no sentido de... E acredito que lá funciona bem. O que é feito lá no Espírito Santo, a divisão é da liderança. As lideranças não permanecem na mesma unidade, na mesma vivência do preso comum com os faccionados. E essas lideranças permanecem em uma unidade, e nessa unidade as lideranças são misturadas também. Há outros exemplos. Eu acredito que no Goiás também eles não separam.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Existe algum dado estatístico agregado pela inteligência que aponte o sucesso ou o insucesso dessa providência?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Nós não temos esse dado estatístico. Na verdade, deixamos que o estado, que é responsável pelo serviço, pela execução penal, que decida, porque isso vai muito das condições do estado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não, eu não questiono a decisão. A decisão, federativamente, é do estado. Eu questiono o dado, a análise de inteligência do dado. O que funciona melhor para custodiar o preso: separá-los por facção ou integrá-los em conjunto?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não, nós não temos. Tem prós e contras nas duas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor pode elencar os prós e contras, por favor?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Você segregar por facção e deixar o preso por facção X numa determinada ala e separá-lo do preso comum, você evita que o preso comum seja cooptado, seja obrigado a aderir àquela facção. Então, isso aí é uma vantagem. Você separar por facção, você consegue manter o controle da unidade prisional, evitando que haja ali um enfrentamento ou aliança também – ou aliança também –, que é possível. Então, no Sistema Penitenciário Federal, que é um sistema que foi criado no ano de 2006 e é um sistema de isolamento e monitoramento dessas lideranças, a estratégia utilizada, e existe todo um trabalho de inteligência, é de não manter determinados presos, determinadas facções juntas, justamente para não promover essa aliança.

Os que promovem e que colocam todos juntos entendem que você, ao mantê-los juntos ali, não apodera a facção, você não gera aquele sentimento de pertencimento do faccionado à facção. Gera também... E aí do ponto de vista das facções e dos movimentos, eles não gostam disso, eles preferem ficar alocados separados, porque gera um desconforto para os presos estarem todos ali, numa mesma célula, no mesmo ambiente de facções rivais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Você tem algum indicativo de maior incidência de confrontos ou casos de violência nas unidades do Espírito Santo e Goiás, que o senhor cita como dia de integração dos faccionados?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não tenho esse dado, se há um indicativo de que há mais confronto envolvendo presos dessas unidades. Eu não tenho esse dado levantado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Questão orçamentária, Dr. Antônio Glautter, qual é o orçamento disponível hoje para o sistema penitenciário? Se o senhor tiver o número nacional, ótimo; se não, pelo menos o federal. E qual seria o número desejável?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – A secretaria e o Sistema Penitenciário Federal são mantidos pelo Funpen. Neste ano de 2025, para o Funpen foram destinados R\$532 milhões. E esse recurso do Funpen é para custeio da secretaria, do Sistema Penitenciário Federal e também para fomentar as políticas públicas.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – Doutor, o senhor pode repetir o número?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – São 530 milhões para este ano de 2025; salvo engano, em 2024, foram 425 milhões.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E qual seria o número desejável para manutenção?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Excelência, não tenho dado do quanto seria necessário, mas seria bem mais do que isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Veja, evidentemente, com todo respeito, eu sei da dificuldade da atividade que o senhor exerce, a alta complexidade e a falta de atenção política tradicional no Brasil, mas a gente está percebendo uma carência de dados que são fundamentais. Não é possível se imaginar que eu faço planejamento de inteligência e eu não sei quanto vão custar esses presos. O senhor me deu um número aqui: "Eu preciso de R\$14 bilhões para construir presídio". E esse tem que ser um alvo. Se, de fato, nós vamos encarcerar essas pessoas, tem que ter vaga para eles, se for a decisão política. Eu preciso saber quanto custa, eu preciso saber qual o orçamento que o senhor tem no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano e se esse orçamento é suficiente para a manutenção das unidades que o senhor, de alguma forma, dirige.

O senhor tem uma noção de se esse valor de R\$530 milhões é suficiente para atender as demandas concretas do Sistema Federal?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não é suficiente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E o senhor não tem nenhuma estimativa do que seria suficiente?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – No âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Penais, a gente teria que fazer esse levantamento, porque a Diretoria da Inteligência é uma diretoria de outras cinco. Temos a Diretoria de Políticas Penitenciárias, que fomenta as assistências de trabalho, de saúde; temos a Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais, que cuida do regresso, o monitoramento; temos a Diretoria da Polícia Penal Federal, que cuida do custeio da Polícia Penal Federal. Então, teria que fazer esse levantamento no âmbito da secretaria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos fazer a solicitação formal, então, dos dados, para que a gente chegue a esse ponto.

No tocante à tecnologia, Dr. Antônio Glautter, o senhor mencionou que, enfim, tem avançado bastante nessa seara, nos últimos cinco, seis anos, mas eu gostaria que o senhor apontasse para o Colegiado aqui, para quem nos acompanha, quais são as dificuldades concretas para que a gente faça um efetivo bloqueio de sinal de celular e efetiva vedação do acesso do criminoso à comunicação com o mundo externo.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Bom, como dito inicialmente, temos problemas, Senador, no sistema prisional, que são problemas de longa data, problemas de estrutura mesmo, estrutura física. Então, quando a gente fala na questão do controle da unidade, a gente trabalha sempre no tripé que é ter uma estrutura física adequada, ter efetivo suficiente capacitado e ter uma inteligência penitenciária fortalecida. Então, vou utilizar como exemplo o Sistema Penitenciário Federal, que consideramos como uma referência em termos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de... E aí já deixo aqui o convite, se a Comissão entender conveniente conhecer a unidade da penitenciária federal aqui em Brasília.

No Sistema Penitenciário Federal, as cinco penitenciárias federais não têm bloqueador de celular porque têm uma estrutura adequada, eficiente, temos policiais capacitados com protocolos de segurança que impedem a entrada desses equipamentos com as revistas, com a revista das visitas, e temos uma inteligência forte. Então, para que a gente consiga alcançar e não tenha essa entrada de telefones dentro das unidades, nós precisamos ter esse tripé, uma estrutura adequada, polícia suficiente para que faça as revistas, realize as revistas nas celas, dos visitantes, dos familiares.

Seria uma solução talvez cômoda você instalar os bloqueadores fixos de celular nas 1.375 unidades penitenciárias, só que isso tem um custo que não é barato, é algo em torno aí de R\$120 a R\$150 mil ao mês por unidade. Então, por isso que eu ressalto: a solução, talvez, que seja mais eficiente é você ter unidades adequadas, estrutura física adequada, e aí a Secretaria Nacional de Políticas Penais, pela sua Diretoria-Executiva, tem um grupo de engenharia, uma coordenação de engenharia que tem esses modelos estruturais, esses projetos, presta esse apoio técnico aos estados, com seus engenheiros, e também tem uma polícia penal suficiente, capacitada para desempenhar suas funções.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – As unidades federais todas já estão com estrutura física adequada?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – As unidades federais, das cinco, a mais nova é a de Brasília. Ela tem a muralha, consideramos que é um incremento aí na questão da segurança física; as outras quatro não têm a muralha, mas são... As penitenciárias federais, o modelo delas é o modelo americano supermax, que tem uma estrutura adequada. Para as outras quatro, há projetos de construção das muralhas: em Mossoró e Porto Velho, já se iniciou a construção das muralhas; em seguida, Catanduvas e Campo Grande devem iniciar também o processo para a construção das muralhas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Quando teve o evento da fuga em Mossoró, foi constatado que os presos estavam custodiados em uma área





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que sequer tinha laje. Eles saíram pelo forro. Aí uma penitenciária federal. Isso foi corrigido? O senhor sabe dizer? Parece que era um problema arquitetônico no projeto original.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Isso, essa foi uma unidade... Na verdade, a cela é lajeada. Eles conseguiram ali, pela luminária, eles conseguiram sair pela luminária, tiraram a luminária, tiraram um pouco ali para poder sair pela luminária e entraram no *shaft*. Esse *shaft*, nessa unidade de Mossoró, nas outras tem, não tem laje, mas isso aí já foi resolvido, já foi fechado. Inclusive foi feito reforço também nas luminárias por fora, de forma que impeça que os outros presos consigam sair dessa forma.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Que medidas a inteligência penal sugere, para que a gente possa aumentar a segurança dos profissionais da polícia penal brasileira?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Na inteligência penitenciária, nós temos, no âmbito da diretoria, uma coordenação de inovação. Então essa coordenação está sempre prospectando soluções para a atividade do policial penal, não só da inteligência. Então hoje, e isso aí é um mal que afeta não só a polícia penal e a inteligência penitenciária, mas todos os órgãos que trabalham com análise, é você ter muitos dados – e o sistema prisional é um celeiro de informações – e não ter as ferramentas adequadas ali para poder analisar esses dados.

Então equipamentos são interessantes, soluções tecnológicas, ter mais policiais penais nas inteligências. Eu sei que já é sofrido você ter unidades prisionais com um efetivo baixo e tirar para a inteligência, mas a inteligência é salvaguardar a vida desses profissionais. Então entendemos que, sim, equipamentos, soluções tecnológicas e mais profissionais, ter uma inteligência prisional, inteligência penitenciária, ter os núcleos próximos do meu insumo, que são as unidades prisionais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor tem algum tipo de projeto já estabelecido, criado, com custos, ou ainda está em fase de prospecção?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não, não temos esse projeto. Isso aí é fruto de debates. Nós temos, no plano Pena Justa, um indicador que traz, sim, uma nota técnica sobre o modelo de inteligência prisional, e isso aí está sendo desenhado. Temos até o ano que vem para estabelecer isso. Então acreditamos que, nesse indicador, possamos trazer alguma ideia, algumas soluções para estruturar e para engrandecer a inteligência prisional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Relator.

Eu confesso que estou, assim, um tanto quanto perplexo com a fala do convidado, porque hoje o senhor traz para a gente uma coisa de que a CPI suspeita, mas que o país precisa entender. Nós não temos dados do que funciona e do que não funciona, nós não temos dados de qual o impacto se você separa os presos por facção ou não separa por facção, nós não temos dados de que percentual de incidência ou de reincidência dessa interlocução entre os presídios, então eu acho que são muitos pontos... Um Estado que não tem informação e não tem dados é um Estado com os olhos vedados, é um Estado que está tateando, cego.

Então, como que você fala em política penitenciária...

Vou fazer uma pergunta: hoje a população carcerária no Brasil está em 950 mil pessoas...

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS (*Fora do microfone.*) – Só de encarcerados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Presos provisórios e definitivos?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS (Para expor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Você tem uma divisão por incidência penal dentro dos presídios? Por exemplo, nesse presídio: naquela ala ficam os crimes contra o patrimônio – furto, roubo, estelionato e assim





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sucessivamente –; naquela ala ficam os crimes contra a pessoa – homicídio, induzimento ou instigação ao suicídio, infanticídio e aborto –; naquela ali ficam crimes contra a dignidade sexual – estupro. Existe isso?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Sim. No âmbito do Sisdepen Estatística, nós temos esses dados por incidência criminal, faixa etária... São dados agregados, mas que trazem também em relação à incidência criminal, faixa etária, sexo, estrangeiros. Temos esses dados, sim, no âmbito do Sisdepen Estatística, mas são dados agregados, não são dados individualizados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas olha só: se a gente tem aqui – como o Relator muito bem disse que nós temos – uma decisão política de fazer um endurecimento, o agravamento de apenamento de acordo com a gravidade do ato praticado, porque isso é uma opção do legislador, isso tem um impacto na economia, isso tem um impacto no fator de orçamento, isso tem um impacto lá na ponta, porque você vai aumentar a população carcerária.

Então, se a gente não tem esse estudo e se não há... Eu fico assim, um tanto quanto preocupado, porque como que o Estado não tem...

Há uma política de articulação e de sintonia com as demais unidades da Federação? Qual o percentual da população carcerária que volta para a reincidência? O senhor tem?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não. O que temos... Além do Sisdepen Estatística, que traz esses dados agregados, nós temos outra base de dados, que é o Indivíduos, uma base de interoperabilidade, em que temos os dados individualizados da massa carcerária, das pessoas.

E, no âmbito do Pena Justa – é importante o senhor falar, entendo a preocupação do senhor com relação a ter esses dados, até porque, se eu estou falando de política pública, eu tenho que ter política pública baseada em evidências, em dados –, nós temos um projeto, um indicador do Pena Justa, que é o nosso dicionário de dados, de trazer esses dados, que hoje estão no Sisdepen Estatística, de forma individualizada. É justamente o que o senhor questionou.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas cada presídio, então, funciona de um jeito? Cada um... É, porque o senhor deu o exemplo do Espírito Santo, deu o exemplo de Goiás, em que há uma opção, e que você não tem um estudo de um setor de inteligência falando: "Olha, é razoável que a gente, por exemplo, coloque de forma seletiva aquelas pessoas que fazem parte de facção criminosa".

Eu vou fazer uma pergunta mais objetiva. Existe... O senhor tem conhecimento, no Brasil, se existe algum presídio que tem o reconhecimento, para o próprio Estado, de que aquele preso faz parte de uma facção criminosa, tipo Comando Vermelho, PCC ou qualquer outra que seja?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – O reconhecimento por parte da autoridade, pelo servidor, de que a pessoa pertence a determinada facção?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Claro! Sim. Entrou uma pessoa, um cidadão A de que foi cumprido mandado de prisão. Está lá, ele entra no sistema prisional, naquela unidade prisional. O Estado sabe se ele faz parte de uma facção?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Isso aí, Senador, quando...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Porque, quando eu vi aqui... Com todo o respeito, desculpe-me interromper o senhor, mas eu tenho conhecimento de que, por exemplo, no Rio de Janeiro, a pessoa é carimbada, tem um carimbo falando: "Você pertence ao Comando Vermelho". E isso gera um problema muito grave porque, às vezes, a pessoa entra no sistema e fala: "Não, eu não pertenço a comando nenhum". E aí como é que fica essa situação? Porque é o Estado, o próprio Estado, reconhecendo isso. Isso é muito grave. Então, se o Estado não se articula, se cada presídio faz do seu jeito, se eles não têm essa interlocução, não têm um *modus operandi*, não têm uma dinâmica do que funciona e do que não funciona, não sabem qual o percentual da população carcerária volta à reincidência... Se eu tenho...

Vou fazer uma pergunta, então, mais voltada para o aspecto social. Qual o percentual da população carcerária, hoje, no Brasil, que tem uma vinculação com a educação formal ou com o trabalho?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Vou responder à primeira pergunta do senhor com relação a... A pessoa, quando ingressa no sistema, se ela é taxada como faccionada ou não é uma previsão da Lei de Execução Penal. É feita a triagem. Então, essa pessoa, quando é incluída dentro do sistema, é feito o levantamento, o perfil desse interno, se trabalha, se tem alguma habilidade, se estuda, se tem alguma doença, se precisa de um tratamento especial. E, por óbvio, se integra alguma facção, também é feito esse levantamento. Porque, no âmbito da inteligência...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor tem conhecimento... A inteligência do sistema penitenciário do Brasil tem a inteligência de quantas facções criminosas existem, hoje, atuando no Brasil?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – No nosso último mapa, o mapa deste ano, que tem uma metodologia própria, nós temos 90 facções.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Dessas 90, todas têm um caráter interestadual?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Dessas 90, 74 atuam em âmbito local.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Quantas têm conexão no âmbito internacional?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Duas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Apenas duas?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Eu volto a falar aqui da minha perplexidade com relação a... Com todo o respeito, não há nada pessoal ao senhor, longe de mim. Eu só acho que o Estado tem que saber de quem está restringindo a liberdade, fazer essa triagem. Os presídios têm que ter uma interlocução entre eles para ter o mesmo modo padrão de procedimento, padrão de segurança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E falo isso com bastante tranquilidade, porque eu trabalhei dentro... Por exemplo, vou dar um exemplo simples. Eu trabalhei em uma unidade de internação de adolescente em conflito com a lei onde o agente socioeducativo não pode portar uma arma – não pode portar uma arma. Daí nós aprovamos aqui e vamos conceder. E acho que isso... É claro, com todo o rigor. Não vai ser de forma ostensiva etc. Mas eu vejo que não há uma padronização de procedimentos nem interlocução. Parece-me que os presídios, ou cada unidade da Federação, fala ou faz, tem um modo operacional, de acordo com o seu, sei lá, o seu livre arbítrio ou o que acha que é adequado.

Eu apenas queria fazer essas ponderações.

Desculpa, Relator. Peço desculpa a todos os colegas. Só quis fazer essa interlocução.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Presidente, me permita.

É só para ter a confirmação do Dr. Antônio Glautter. Nessa divisão de facções, o que o senhor chama de facção de alcance nacional são as que estão presentes em praticamente todas as unidades da Federação; nas regionais, o senhor não está descartando a interação delas com facções criminosas de outros países, porque nós sabemos dessa interação no norte e no sul do país, por exemplo.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS (Para expor.) – Essa classificação em locais: regionais, nacionais e transnacionais – e as duas que são nacionais são transnacionais – é justamente pelo impacto que geram. E aí a visão, é importante deixar, é da inteligência penitenciária, é do especialista, do profissional que está ali. E ele trabalha com isso, o insumo está ali no ambiente prisional, é a percepção dele dessas facções que impactam ali o ambiente prisional e, por óbvio, também impactam nas ruas.

Então, quando a gente fala em local, é que atua localmente ali num estado e, regional, em três estados. É toda uma abrangência um pouco maior.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Para mim só ficou claro que cada presídio funciona de um jeito, cada estado adota um método, cada sistema fala uma língua.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Vice-Presidente, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Dr. Antônio, são duas perguntas só para o senhor. Obrigado aí pela sua apresentação, eu sei que a missão da inteligência não é simples.

Em relação à segurança, nós temos visto diversas notícias, por meio da imprensa, do uso de *drones*, rádios clandestinos e sistemas de comunicação criptografados por parte das facções, inclusive dentro dos presídios. O senhor confirma isso?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS (Para expor.) – Em algumas unidades há registro, sim, em alguns estados, de uso de *drones* para não só levar drogas, mas telefones celulares, *smartwatches*, então esses equipamentos de comunicação. Há esses registros.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Existe, vamos dizer assim, a intenção de compra de equipamento antidrone ou já existe esse equipamento distribuído para algum dos presídios?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Sim. Aí, no âmbito da Diretoria de Inteligência, na nossa Coordenação de Inovação, a gente já está prospectando soluções. Aí, tem que fazer uma análise de mercado, porque tem que ser um equipamento que atenda à realidade da inteligência do ambiente prisional.

Então, já temos, já estamos prospectando a compra desses equipamentos. O sistema penitenciário federal já está com uma compra bem avançada para o uso desses equipamentos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Em relação aos escâneres: os escâneres são os mais avançados ou ainda estão com escâneres que permitem que passem qualquer tipo de material porque estão obsoletos?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não, nós temos os *body scanners*, e aí já passei por um, é um equipamento bem interessante, porque faz a revista completa. De 2018 para cá, a Senappen investiu 200 milhões nesses equipamentos, não só os *body scanners*,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas os escâneres de 100cm por 100cm e 60cm por 40cm. Então, tem equipamentos, sim, modernos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E o outro assunto que eu quero abordar, Dr. Antônio, é a questão da transferência de presos de presídio, porque era uma política adotada, até então, de não permitir que aqueles líderes das principais facções permanecessem muito tempo no local, para não estabelecer uma nova rede naquele lugar.

Os senhores continuam a adotar essa política?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – O senhor menciona em relação ao sistema penitenciário federal, né?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Exatamente.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Sim, sim. Isso aí é uma... Esses rodízios são realizados. Isso aí é, inclusive, uma orientação, salvo engano, do Conselho da Justiça Federal, para que esses rodízios ocorram de forma periódica.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para responder questão de ordem.) – Obrigado, muito obrigado, obrigado ao convidado.

Agora inicia a... Antes de conceder a palavra ao Senador inscrito, que é o Senador Marcos do Val, eu quero deixar claro que essa Presidência decide por rejeitar a questão de ordem do Senador, tendo em vista que já foi isso deliberado e vai ser objeto da forma como nós já direcionamos todas as linhas administrativas e aqui de procedimentos, conforme determina o art. 89: "Ao Presidente de comissão compete: I – ordenar e dirigir os trabalhos da comissão; [...]".

Então, eu mantenho aquilo que já foi decidido por essa Presidência, que é o tempo de dez minutos, e você tem que utilizar com o questionamento, ficando atento ao tempo de dez minutos para que o convidado proceda à resposta e o Senador continue na interpelação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Marcos do Val, por dez minutos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para interpelar.)
– Presidente, eu só vou ser bem objetivo, já com a sua decisão. Eu tinha perguntas bem sensíveis a fazer ao Presidente Antônio Glautter...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Desculpa, desculpa.

Então, como eram perguntas bem sensíveis, eu não vou expô-lo a isso. Não era nem parte de questionamento, não; eram assuntos realmente do crime organizado, porque a gente sabe como acontece lá nos bastidores dos presídios.

E quero dizer para o Relator que a minha experiência pode ser até igualada, porque eu também fui instrutor de delegados, de formação de delegados durante muitos anos, delegados da Polícia Civil e da Polícia Federal. Então, o senhor colocou como se eu não tivesse conhecimento e que por isso estava pedindo sigilo, mas era para a preservação dele, porque ele está ainda em atividade. Mas eu encerro aqui o meu...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Foi apenas tranquilizando o senhor e pedindo ao Presidente que lhe restitua um minuto, para que o senhor não tenha novamente o prejuízo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Não. Eu encerro aqui porque eu não vou expor, por conta que ele está em função ainda, mas eu não quero publicidade, eu quero efetividade. Então, eu passo a palavra para o próximo Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Dr. Glautter, umas perguntas muito pontuais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, lembrar que foi criada em 2019, na minha gestão, a Diretoria de Inteligência do Sistema Penitenciário, para somar que já existia a Inteligência do Sistema Penitenciário Federal.

Eu quero primeiro aqui render minhas homenagens a todos os policiais penais do Brasil e mesmo aqueles também, como é o caso de V. Sa., que trabalham na área, embora sem ser policial penal, porque a gente sabe da atividade de risco aqui envolvida nesse trabalho.

Em particular aqui, eu quero render minhas homenagens, e isso é sempre necessário destacar, a três policiais penais ou pessoas que trabalhavam no Sistema Penitenciário Federal, que infelizmente foram assassinadas por ordem do crime organizado: o Alex Belarmino, o Henri Charle e a Melissa de Almeida.

Aliás, para quem não sabe, nós mudamos as regras de visitação dos presídios federais, em 2019, exatamente porque estavam vindo ordens de dentro dos presídios federais para assassinato de policiais penais federais. Foi naquele mesmo momento que fizemos a transferência dos líderes do PCC para os presídios federais aqui do nosso Brasil.

Eu queria indagar o senhor – aqui, se tiver alguma questão sensível, aí eu pediria que isso fosse respondido depois separadamente – mas como está o regime de monitoramento dessas visitas nos presídios federais? Se tem sido efetivo, se tem sido acompanhado? Porque é essencial para manter o controle sobre a atividade desses criminosos.

O pessoal às vezes fica preocupado: "Ah, mas toda visita é monitorada e tal". Não, mas olha, para estar lá no presídio federal, fez por merecer. São pessoas perigosas, são líderes de organização criminosa e toda comunicação com o mundo exterior tem que ser monitorada.

Digo isso porque a gente colocou também na legislação, na 11.671, depois, com a modificação do pacote de lei anticrime, mas volta e meia nós assistimos a iniciativas para tentar modificar essas regras.

Agora, nesse PL antifacção, que foi aprovado na Câmara e está vindo para o Senado – vai estar nas mãos, inclusive, do Relator da CPI, que é uma pessoa competente para essa matéria –, tem regras também sobre essa visitação. Eu pedi – e até uma sugestão – que fossem mantidas as regras separadas dos presídios federais. E o Relator lá, o Capitão Derrite, acabou aceitando. A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meu ver, isso foi muito positivo. Mas prevê também essa possibilidade de monitoramento mais amplo nos estados.

E aqui vem uma questão que foi colocada aqui de passagem: como controlar os presídios estaduais da mesma forma como a gente tem controlado os presídios federais de segurança máxima? É claro que o gasto nos presídios federais de segurança máxima e a estrutura não são reproduzíveis nos presídios estaduais, porque é realmente um regime especial ali. Mas que passos nós poderíamos tomar em relação... para ter um controle maior, por exemplo, de entrada, de visitas? Nós temos algo aqui no Brasil, que é a tal da visita íntima dos presos, que é um problema, porque dificulta muito o controle do material que ingressa dentro dos presídios. Qual é a sua avaliação sobre essa questão?

Então são, pelo menos aqui, duas perguntas: como o monitoramento está funcionando – se tiver uma questão reservada, a gente pode falar em separado – e essa questão de como a gente pode reforçar os controles sobre os presídios estaduais, fazer algo um pouco mais parecido com os presídios federais, ou se, talvez, o senhor recomendaria que tivessem os estados presídios estaduais de segurança máxima.

No meu Estado do Paraná, por exemplo, não tem. Eu acho que é uma falha. Nós precisamos ter presídios estaduais de segurança máxima que sigam o modelo das penitenciárias federais. Claro que continuaremos usando as penitenciárias federais, mas nós precisamos também ter os nossos presídios estaduais para nós utilizarmos. Inclusive, Goiás, por exemplo, aqui perto, tem um presídio estadual de segurança máxima.

Em relação aos dados estatísticos, estão todos no Sisdepen realmente. Eu entrei aqui. Celas físicas, 705 mil presos. Prisão domiciliar, 235 mil. A meu ver, um número muito expressivo, que causa uma série de preocupações.

Agora, uma questão que eu gostaria de colocar para o senhor, que me causa muita preocupação, é esse plano Pena Justa, porque esse plano Pena Justa, para mim, soa muitas vezes como um "plano celas abertas", porque o foco principal da preocupação é a superlotação carcerária. Tudo bem, nós nos preocupamos com isso; mas, no entanto, nós temos, a meu ver, prisão de menos no Brasil e não prisão de mais. E, se nós formos perguntar para a população se eles concordam em resolver o problema da superlotação abrindo as portas das cadeias, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vamos ver uma discordância absoluta. É claro que não devemos vulgarizar a prisão, seja a preventiva, seja a prisão em definitivo, mas toda legislação, por exemplo, que nós temos aprovado aqui, nesta Casa, tem sido para um endurecimento. E a gente vê, no entanto, o CNJ, aí trabalhando junto com o Ministério da Justiça... Eu não sei quem teve a preeminência na construção desse plano Pena Justa, mas vai no sentido exatamente oposto, inclusive defendendo a progressão automática de regime sem avaliação do mérito do apenado.

E aqui nós aprovamos a lei que deu fim às saídas temporárias nos feriados. E, tudo bem, ali é um tema controvertido e tal, embora eu defenda o fim dessa saída temporária, mas nós colocamos algo naquela lei que foi a volta do exame criminológico para a progressão de regime. E o que eu ouço, Senador Contarato, é que não está sendo aplicado, que o que está se defendendo por aí é progressão automática de regime.

Olha, eu fui juiz corregedor do presídio federal de Catanduvas, que foi o primeiro presídio federal de segurança máxima, e em diversas ocasiões chegava às nossas mãos lá pedido de progressão de regime dos piores criminosos possíveis: Fernandinho Beira-Mar, Elias Maluco, Marcinho VP... E se a gente fosse ver o requisito objetivo, normalmente eles tinham tempo de progressão. O que a gente fazia? Baseados na jurisprudência do STF, nós mandávamos fazer o exame criminológico, que não estava mais previsto na lei, mas o Supremo dizia que poderia ser feito, para avaliar se a pessoa tem condições de progredir de regime e se ressocializar, para voltar ao convívio social. E normalmente o exame vinha negativo, e nós negávamos esses benefícios prisionais.

Agora me causa, porém, preocupação, pelo menos é essa notícia que a gente tem do plano Pena Justa, essa defesa, o foco da preocupação na superlotação carcerária para evitar a entrada de preso e para facilitar a saída. Então, eu queria entender como é que a secretaria de políticas penitenciárias está trabalhando esse tema e se o exame criminológico vem sendo aplicado também nos presídios estaduais. Aqui eu peço até uma escusa à V. Sa., porque V. Sa. é da inteligência, então não sei se vai ter essa informação específica, mas, como isso está lá também, pelo menos no Sistema Penitenciário, talvez possa nos prestar essas informações, e qual é a sua opinião sobre essa progressão automática de regime prisional, se isso realmente é algo benéfico ou não para o nosso país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há o monitoramento, a questão relacionada a como a gente melhora o sistema prisional estadual para ter mais rigor e mais controle, e esse plano Pena Justa, com que eu sinceramente não concordo, nos termos como ele foi ventilado. Pode ser que eu esteja mal-informado sobre alguns detalhes dele, e claro que eu entendo também que nós precisamos ter condições carcerárias dignas para que os presos possam ali, inclusive, buscar a reabilitação, até por uma questão de dignidade da pessoa humana, mas essa política de progressão automática de regime é algo que contraria a legislação que nós aprovamos no Congresso Nacional...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e em relação ao qual eu tenho certeza aqui de que a maior parte dos Parlamentares não concorda.

É caro fazer exame criminológico, avaliar o mérito? É caro, mas é melhor do que botar um Elias Maluco, depois de cumprir aí um sexto de pena na rua, ou colocar uma liderança do crime organizado – o Elias Maluco já faleceu, mas, enfim, tem vários por aí que estão na mesma condição –, que é o que nós temos feito... Nós não, o sistema tem feito, em geral, com esses presos perigosos nos presídios federais de segurança máxima.

E só para finalizar aqui, mais uma vez, quero reiterar aqui a minha homenagem aos policiais penais federais e estaduais deste país, porque a gente elogia muito polícia civil, polícia militar, Polícia Federal, Rodoviária Federal, que merecem realmente todos os elogios, mas a atividade do policial penal é extremamente difícil, ilustrada pelos riscos, e nós temos infelizmente heróis do Sistema Penitenciário Federal que foram assassinados por ordem de lideranças criminosas.

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS (Para expor.) – Senador Moro, agradeço pelas perguntas. Não sei se vou me lembrar de todas, mas vou desenvolver aqui. Se faltar alguma resposta, o senhor pode me interpelar, por favor.

Como o senhor bem disse, o Sistema Penitenciário Federal foi criado no ano 2006, com a missão e o propósito muito claros de isolar e monitorar essas lideranças criminosas mais relevantes aqui, no nosso país. Inicialmente o sistema previa a possibilidade, inclusive, da visita íntima. Com os "salves" que foram dados pelo crime organizado, que culminaram com a morte





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do policial penal federal Belarmino, da especialista Melissa, em 2016 e 2017, a visita íntima foi cancelada, e foi permitida, sim, a visita social, e, a partir, de 2019, o contato físico foi encerrado.

Então, o contato do interno do SPF com o visitante, do interno do SPF com o seu advogado é por meio de parlatório; não tem mais contato físico do interno com o visitante por lei. Por força de lei, autoriza-se, sim, porque essas conversas são monitoradas em tempo real e gravadas, e o advogado por meio de decisão judicial.

Então, há, sim. Esse monitoramento continua. Hoje isso aí não é só afeto à inteligência penitenciária, mas os órgãos de perseguição penal, a Polícia Federal hoje sofrem muito com a questão da análise. Então, são muitas horas de áudios ali, mas hoje temos soluções, inteligências artificiais, soluções tecnológicas que nos permitem, sim, processar esses dados, e o Sistema Penitenciário Federal está avançando nisso.

Com relação às unidades de segurança máxima no âmbito dos estados, do sistema prisional estadual, isso é algo que inclusive o nosso Secretário Nacional defende, de você ter em cada estado uma unidade de segurança máxima. Seria um degrau a mais antes de chegar a uma penitenciária federal e que siga os moldes, similar aos moldes do que é o SPF. O estado é quem é responsável pela execução penal, quem executa a execução penal, ele ter essa unidade de segurança máxima, com regime similar ao SPF, de monitoramento e isolamento, de modo que ele possa, ali, aquelas lideranças locais, mantê-las naquela unidade, e, aí sim, precisaria de investimento, de recursos para você ter uma unidade adequada para fazer esse isolamento, como é o SPF: são penitenciárias federais em que presos... são celas individuais, tem o horário do banho de sol, tem toda a estratégia que é feita para que esses presos não se comuniquem e não mantenham ali contato.

A terceira pergunta que o senhor fez foi em relação ao plano Pena Justa. Esse plano foi construído com base em quatro eixos. Eu acredito que há, talvez, uma desinformação em relação ao plano Pena Justa, o que foi construído. Foram várias audiências públicas, vários órgãos; salvo engano, mais de 60 órgãos envolvidos ali. Foi com um olhar para o passado. Então, pegaram o nosso sistema prisional e verificaram onde erramos, onde falhamos e o que precisa ser feito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente fala e trata da questão do primeiro eixo, que é a porta de entrada, de racionalizar a porta de entrada, não é com o propósito, com condão de soltar; não, mas é de realmente colocar no sistema carcerário quem precisa ingressar, porque há, existem outras alternativas à prisão que são... e que atendem e têm um custo menor, tudo relacionado com custo.

A gente tem um outro painel, Senador Contarato, que é o custo do preso, então, no Brasil, a média do custo do preso brasileiro... Isso aí varia de estado para estado, mas a média nacional é de R\$2,5 mil por mês. Uma monitoração eletrônica: uma média de R\$200, R\$250 por mês. A pessoa que praticou um crime, dependendo da situação, do contexto e do perfil, necessariamente tem que ir para a prisão? Ou eu posso usar outra medida que às vezes atende? Questão de custo.

Então, o Pena Justa foi construído com esse olhar, olhar para o passado, onde erramos, onde falhamos e em que é que precisamos melhorar. E há outras medidas no âmbito do Pena Justa... E a gente, quando fala da ambiência, de trazer melhoria para o preso, não é trazer melhoria para o preso, não, é trazer melhoria também para o policial penal, que está ali submetido a condições de trabalho... O ambiente que aflige o preso aflige também o policial penal, aflige o visitante, que muitas vezes vai lá visitar o interno, e tem crianças, tem esposas, então você submete ali pessoas que não praticaram o crime a uma situação também difícil.

Com relação à progressão e ao exame toxicológico, salvo engano, tem a lei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Criminológico, perdão. Tem a lei e, salvo engano, houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal para que essa lei passe ser aplicada a partir dos novos internos, das novas pessoas que forem incluídas no sistema, então eu acredito que, para quem já estava incluído no sistema e já estava em cumprimento de pena, salvo engano, há essa decisão do Supremo Tribunal Federal que afastou a aplicação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma questão aqui, se me permite, ao Presidente e ao Relator: eu sugeriria que fossem colhidas informações sobre se está sendo feito o exame criminológico para a progressão de regime. A informação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu tenho é de que não está sendo feita e a progressão automática é a regra que está sendo colocada no âmbito do CNJ.

O plano Pena Justa – até na própria página do CNJ – aborda problemas como a superlotação carcerária e o uso excessivo da pena privativa de liberdade. Em abstrato eu concordo, agora, a gente tem que ver na prática, porque essa parece ser uma política de celas abertas e, assim como muitas vezes não... se coloca gente que talvez não precise no sistema carcerário, pessoas perigosas que deveriam ser ali colocadas ou não são ou eventualmente são liberadas mais cedo. Veja as estatísticas: 705 mil presos em celas físicas, 235 mil "tornozelados". Para mim, esse número de 235 mil "tornozelados" é um número muito expressivo.

O Supremo, até onde eu tenho presente, decidiu que, para saídas temporárias, não se aplica retroativamente a lei – e aqui eu concordo com a interpretação do Supremo, por mais que a gente quisesse acabar com a saidinha –, agora, o exame criminológico, como na verdade o direito ali envolvido é a progressão de regime – a gente não está cortando o direito, a gente está apenas colocando a demanda de fazer um exame porque o mérito já era avaliado antes, embora sem o exame criminológico –, então a meu ver se aplica de imediato, e, ao que me consta, o Supremo não tem decisão a esse respeito.

Mas fica uma sugestão de diligência a esta Comissão para que provoque talvez o CNJ, solicitando informações sobre se a lei que nós aprovamos no Congresso está sendo cumprida ou se está sendo aplicado entendimento, com todo o respeito, do âmbito administrativo – não estou dizendo que é de V. Sa. – ou do CNJ, que nesse ponto está atuando como órgão administrativo, em sobreposição ao que nós determinamos na lei.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Perfeito. Será acolhido e terá o encaminhamento.

Antes de passar ao Senador Rogério, por favor, eu só queria fazer uma provocação, num bom sentido, assim: qual o percentual da população carcerária hoje, no Brasil, que está cumprindo pena na cadeia por corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, crimes contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS (Para expor.) – Esse dado nós temos nos SISDEPENs estatísticos, não tenho aqui de cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O senhor sabe se – de 0 a 100% – é 10%, 1%, 0,5%, 0,3%?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não, mas nos SISDEPENs estatísticos – e é informação pública – tem esse dado por crime praticado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mas o senhor não tem esse dado aqui para me informar?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Não, de cabeça eu não tenho, mas está nos...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria fazer aqui e concordar com o Senador Sergio Moro que, esse comportamento de progressão automática, isso fere a própria Lei de Execução Penal, que é a Lei 7.210, isso fere até os institutos dentro do Código Penal. Se você pegar o livramento condicional que está regido lá no art. 83, você tem que fazer isto: se ele tem um comportamento adequado para voltar e cumprir o requisito de readaptação ao convívio sociofamiliar.

Mas eu também tenho que fazer uma crítica ao Judiciário e ao Ministério Público. Por quê, Senador Moro? Porque, infelizmente, no Brasil você tem os prazos processuais dentro do Código de Processo Penal: 10 dias indiciado preso; 30 dias solto; e aí, se você vai somando os prazos processuais e se você dentro da data da prisão até o proferimento da sentença condenatória ou até o acórdão, não poderiam passar seis meses. Então, é muito mais cômodo para o Ministério Público e o Poder Judiciário colocarem em liberdade aquele preso provisório que praticou qualquer crime, independentemente da gravidade dele, porque aí ficariam com a situação confortável para arrastar um processo que dura 8, 10, 12 ou mais anos e que vai incidir futuramente o instituto da prescrição, que é perda do direito de punir do Estado causado em virtude do tempo.

Então, é muito mais cômodo você falar: "Não, vamos fazer uma progressão automática, vamos sobre o discurso de que o preso tem um custo elevado". Olha, ele tem que pagar pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grau de reprovabilidade que ele fez. Tenho minha consciência tranquila com relação à saída temporária. Eu lutei para derrubar aquela saidinha, porque não é razoável: um sexto da pena, regime aberto; um terço, livramento condicional, indulto e comutação de pena; ler o livro, remição de pena; pelo trabalho, três dias trabalhados, remição de pena pelo trabalho. Ele não fica nem um ano e oito meses preso praticando um homicídio doloso com nove anos de cadeia. Essa é a realidade.

Então, eu concordo que eu acho que esse exame criminológico... A Presidência vai provocar essa busca de informação junto ao CNJ, mas eu acho que também passou da hora de o Poder Judiciário e o Ministério Público também terem condições efetivamente de cumprirem os prazos processuais, que aí a gente teria uma resposta rápida sobre aquele ato praticado.

E, mais uma vez, eu quero aqui parabenizar todos os policiais. Quero que estenda o meu abraço, porque eu sei que são invisibilizados, vivem muitas vezes nos locais de alto índice de criminalidade, expostos ali, muito mal remunerados e, infelizmente, sem condições e sem segurança.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Só uma questão aqui rapidinho, só para concordar com V. Exa. Nesse ponto estamos na mesma página, inclusive, mas o sistema é tão surreal que, se tem alguém que cumpriu o requisito objetivo da pena, mas com todo indicativo de que vai ser solto na rua e vai delinquir novamente, roubar, matar, traficar, é colocado em liberdade. Então, a gente vê muito o custo do preso...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... mas e o custo do criminoso solto? E acho que a gente tem uma missão aqui de buscar esse equacionamento.

Desculpe, Sr. Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpe, Senador Rogério.

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para interpelar.) – As desculpas estão aceitas, mas espero que isso não seja uma regra. (*Risos.*)

Eu quero, primeiro, dizer que, quando a gente não dá atenção devida ao sistema prisional brasileiro, o resultado é o que a gente vive hoje. O que nós temos hoje é uma fábrica de organizações criminosas. Todas as organizações criminosas nascem dentro dos presídios, segundo estudos que são apresentados, teses de doutorado, teses de mestrado, ou seja, os estudos acadêmicos que se debruçam sobre os dados do sistema prisional apontam o modo como os nossos presídios produziram e vêm produzindo essas organizações criminosas, essas facções. E eu acho que isso é algo a que a gente precisa ficar atento. Então, quando a gente fala de aumento de pena, quando a gente não se dispõe a discutir o que é que deve ser criminalizado ou não, porque a gente tem uma visão extremamente punitivista, a gente pode estar simplesmente alimentando e fornecendo mão de obra para o crime organizado. Ficou difícil falar disso hoje no Brasil, porque quem fala disso está passando a mão na cabeça de bandido. Não é verdade! Nós estamos passando a mão na cabeça das facções toda vez que a gente coloca pessoas que cometeram delitos de menor gravidade nesses ambientes e que acabam sendo cooptados para o crime organizado. Então, eu acho que a gente precisa fazer um debate honesto sobre essas questões.

Eu ontem falei da emergência na saúde. Nós não fazemos saúde só com Samu, com atendimento pré-hospitalar, com atendimento de rua. É muito simples a gente focar nisso, porque é o que o povo está vendo, está sentindo que está sendo assistido naquela hora. É como o combate do crime na rua, da violência na rua, que é fundamental, e isso dialoga com o sentimento de insegurança da sociedade, mas a segurança pública não se encerra nisso. Quando a gente busca isso, a gente está buscando só atender o senso comum e não é eficaz. A gente vai estar enganando e sendo... A gente está enganando e sendo desonesto com a população quando a gente se propõe a enfrentar o crime organizado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, nesse sentido, eu quero cumprimentar os dirigentes da CPI, porque está colocando luz sobre questões fundamentais. Uma delas é a questão do sistema prisional. E aqui, Senador Fabiano Contarato, o senhor sabe – e eu quero só trazer isto – que quem legisla sobre sistema prisional no Brasil não é a União, são os estados. É legislação estadual.

Por isso é que a PEC prevê esta possibilidade de ser unificada a legislação com autorização constitucional. Isso está na PEC, está na PEC, percebe? E essa PEC não anda, essa PEC não anda. Tem coisas importantes que deveriam estar sendo discutidas para a gente uniformizar, para a gente ter base de dados melhor, para a gente ter uma gestão integrada.

Outra questão fundamental que a gente precisa discutir aqui: por que o Susp hoje não funciona? Por que a gente não tem a concorrência cooperativa entre estados, municípios e União, complementar e cooperativa? Não é nem complementar, é muito cooperativa, muito mais pela ação técnica do que mesmo política, de financiamento – de financiamento até tem cooperação, mas é muito tímida. Acho que o nosso sistema precisa ter mais recursos e precisa, além de ter mais recursos, equalizar melhor o gasto desse recurso. Nós temos um sistema judiciário que talvez fique com a maior parte do recurso, e o sistema de execução judiciária, com a menor parte do recurso, em termos de responsabilidade, ou seja..

E aí nós estamos vendo que não adianta... Adianta punir; adianta julgar, punir, resolver os inquéritos... A gente não presta atenção, mas qual o percentual de resolução dos inquéritos? Qual o percentual? A Polícia Federal tem mais de 80% de resolução, é excelente comparado com outras polícias eficientes no mundo, mas e as outras polícias? Qual o percentual? Porque vejam, se isso a gente resolve, como é que está sendo a execução disso?

Nós criamos uma chocadeira. Todo mundo sabe o que é chocadeira? Chocadeira antigamente era onde a gente botava os ovos para nascer os pintos, sem galinha. Eu sou do interior e eu tinha chocadeira. Sabem o que é o sistema penitenciário brasileiro? Uma grande chocadeira de criminosos.

A gente precisa olhar para isso de forma honesta, sem resvalar nessa sanha midiática de querer aparecer, de querer lacrar. Pelo amor de Deus! Requer muita honestidade intelectual este debate. E eu fico muito feliz de esta CPI estar começando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, eu fui questionado sobre se está morno o trabalho da CPI. Sim, o trabalho da CPI está indo no caminho da honestidade intelectual. Se isso vai ser morno ou quente, o tempo vai definir. E toda aproximação sobre um objeto tem uma certa... É morno! Você vai aproximando, você vai explicitando para a gente saber que temos problemas em todas as frentes. Nós temos problemas no sistema prisional, que é uma grande chocadeira. Nós temos problemas das corporações, que têm envolvimento hoje com o crime. Nós temos problemas na execução judicial, porque, vejam, ao mesmo tempo em que a gente reclama que tem muita gente que sai antes da hora, tem gente que sequer foi julgado. Qual é a quantidade de presos provisórios? Qual é a quantidade de pessoas com crimes de menor gravidade presas, porque não conseguem ter agilidade na evolução dos seus processos no âmbito da Justiça? Então, vejam que aqui nós estamos diante...

Por isso, eu quero cumprimentar vocês por conta de estar olhando... Porque "ah, não, é a rua", "ah, não, é..." É tudo isso, mas a chocadeira está em análise neste momento, que é o sistema prisional brasileiro. Não olhar para isso, não buscar alternativas e soluções efetivas para isso, inclusive com a PEC, é não resolver ou não querer resolver de fato ou dar uma contribuição efetiva para resolver o problema do crime organizado no Brasil.

É óbvio... E eu vou finalizar. Não vou fazer pergunta, porque V. Sa. já respondeu muitas coisas, e as perguntas que me antecederam dos três, dos colegas Senadores aqui presentes já escarafuncharam o tema, mas tem uma questão que eu acho que é fundamental.

Vejam, com a telefonia celular...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... acabou o isolamento, a privação da liberdade. O que é a liberdade? Física? Mas, se você não isola, aquela pessoa pode estar cometendo crime de forma continuada mesmo isolado. Então, eu não acho caro o bloqueio de sinal de telefonia. Isso deveria ser uma condição: todo presídio devia ter sinal de telefonia bloqueado num raio. É possível isso? É possível. Qual o custo disso? É o custo de a gente conseguir impedir a comunicação e a prática continuada do mesmo crime e de crimes até mais gravosos por quem está preso.

Então, eu acho que a gente está no caminho certo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero concluir dizendo, Sr. Presidente, que estamos no caminho certo, ou seja, com serenidade, com seriedade e com honestidade, a gente pode fazer um grande trabalho nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Consulto se o Sr. Relator deseja fazer o uso da palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sim, por favor, Sr. Presidente.

É apenas para checar um dado aqui com o Dr. Antônio Glautter, atendendo aqui uma observação da Consultoria. O senhor referiu, no tocante à população carcerária, que nós somos a sétima maior população carcerária do mundo. É isso?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS (Para expor.) – Terceira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Terceira maior, mas, quando se faz o cálculo por 100 mil habitantes ou o cálculo baseado apenas em quem está no regime fechado, esse número cai bastante. Correto?

O SR. ANTÔNIO GLAUTTER DE AZEVEDO MORAIS – Cai, sim. Cai, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Nós estaríamos ali da 15ª à 26ª posição. E, se a gente for tratar só de regime fechado, a gente está na 100ª posição, Mourão.

Só para não deixar assim uma narrativa de que nós temos um abuso e um excedente de presos. Na verdade, a gente tem muito bandido que deveria estar preso e não o contrário.

Obrigado, Sr. Presidente.

Estou satisfeito com esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Eu quero agradecer, mais uma vez, ao Dr. Antônio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, mais uma vez, externar a minha gratidão e meu apreço por todos os policiais penais, aliás por todos os agentes de segurança pública, porque só quem trabalha na segurança pública sabe. Agora, a gente também tem uma forma em que você tem um tratamento diferenciado, com todo respeito... Vá olhar o delegado, vá olhar o delegado da Polícia Federal, da polícia civil, mas vá se colocar no lugar daquele soldado da polícia militar, daquele agente socioeducativo, daquele agente penitenciário, daquele policial penal... Então, eu quero fazer o agradecimento público, porque ele se expõe ali, correndo risco, para proteger, num tema tão sensível, que a própria população efetivamente corre. Então, eu quero agradecer.

E, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada no dia 25/11, às 9h, no Plenário 3.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos e todas.

(Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e oito minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Hamilton Mourão, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Jaques Wagner e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Wilder Moraes, Augusta Brito, Sérgio Petecão, Carlos Portinho, Jorge Seif, Izalci Lucas e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar, Flávio Bolsonaro, Magno Malta e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitivas dos Srs. Leandro Almada da Costa e Lincoln Gakiya. Finalidade: Depoimentos de Leandro Almada da Costa, Diretor de Inteligência da Polícia Federal, e de Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo. Oitiva do Leandro Almada da Costa, Diretor de Inteligência da Polícia Federal, em atendimento ao requerimento 2/2025; do Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, em atendimento ao requerimento 3/2025. Resultado: Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/25>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião conta com a presença do Sr. Leandro Almada da Costa, Diretor de Inteligência da Polícia Federal, e Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Os convites foram feitos a fim de se obter colaboração dos depoentes a partir da experiência dos cargos que atualmente ocupam, nos termos da aprovação do Requerimento nº 2, Sr. Leandro Almada da Costa, e do Requerimento nº 3, Lincoln Gakiya, ambos de autoria do Relator, Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 3ª Reunião, realizada em 19 de novembro de 2025.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O Brasil acompanha atentamente os trabalhos desta CPI, não por curiosidade, mas por saber que o crime organizado não é mais apenas um fenômeno policial; é um problema de Estado capaz de corromper políticas públicas, capturar instituições, colocar em risco a vida e a democracia. Se estamos aqui, é porque o Parlamento não pode se omitir.

Recebemos hoje dois atores essenciais para compreender esse cenário.

O Sr. Leandro Almada da Costa, Diretor de inteligência da Polícia Federal, representa a instituição responsável por produzir, integrar e qualificar informações estratégicas em nível nacional. Esta CPI precisa saber se o aparato de inteligência do Estado brasileiro está preparado para enfrentar organizações cada vez mais sofisticadas, financeiramente estruturadas e conectadas internacionalmente. Queremos entender onde estão os gargalos, quem não está conversando com quem e o que precisa mudar para que a inteligência se transforme, de fato, em prevenção, ação e resultados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, traz a experiência de quem vê o crime organizado do ponto de vista da responsabilização judicial e da proteção da sociedade. Sua trajetória nos permitirá avaliar se o ordenamento jurídico, os procedimentos investigativos e a atuação institucional estão à altura da ameaça que enfrentamos e, se não estiverem, que reformas precisamos propor.

E há um ponto que o Brasil já intui, mas que esta CPI precisa demonstrar: organizações criminosas não crescem apenas pela força da violência; elas prosperam quando encontram brechas, conveniências e cumplicidades, formais ou informais, dentro das próprias estruturas estatais e financeiras. Quando servidores, gestores públicos, políticos ou mecanismos de controle que deveriam proteger o interesse público passam a funcionar como atalhos, escudos ou facilitadores, rompe-se o pacto republicano. É esse terreno fértil, muitas vezes silencioso, sofisticado e bem remunerado, que precisamos expor, compreender e interromper.

Vou repetir o que tenho dito sempre nesta Presidência: esta CPI não é palco nem palanque; é instrumento constitucional de controle político. O nosso papel é identificar falhas, responsabilidades, distorções e omissões, para que o Parlamento, ao final, entregue soluções concretas – legislativas, administrativas e estruturantes.

Não basta descrever o problema, é preciso enfrentá-lo. Por isso, atuaremos com rigor técnico, independência política, respeito ao devido processo legal e absoluta transparência com a sociedade. O Brasil não suporta mais imprevisto, guerra institucional ou competição entre órgãos públicos. O crime agradece quando o Estado se fragmenta.

A expectativa desta Comissão é simples e republicana: colaborar para reconstruir a capacidade de o Estado proteger seu povo.

Declaro aberta esta reunião e iniciamos nossos trabalhos.

Quero convidar o Sr. Lincoln Gakiya, que já está aqui, a quem eu concedo o tempo de 20 minutos para sua manifestação. E muito obrigado por fazer parte desta tão importante Comissão.

O SR. LINCOLN GAKIYA (Para expor.) – Bom dia a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de cumprimentar o Senador Fabiano Contarato, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito; o Senador Alessandro Vieira, nobre Relator desta CPI, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores e autoridades aqui presentes; e dizer que é uma honra comparecer aqui nesta Casa Legislativa para falar um pouco sobre o crime organizado no Brasil, em especial, em São Paulo, onde eu tenho uma atuação profissional de 34 anos, sendo que os últimos 20 foram dedicados ao combate ao crime organizado, a organizações criminosas, atuando sempre no Gaeco, o nosso grupo de atuação especial e repressão ao crime organizado, mas também eu nunca estive afastado de minhas funções originais na promotoria de justiça de execuções criminais. Talvez esse tenha sido um diferencial da minha carreira, porque eu pude viver de perto – e vivo ainda, porque não estou afastado da função original – os dois mundos: o mundo da investigação, o mundo que trata do combate às organizações criminosas, mas também o mundo da execução criminal, de como é que essas penas são cumpridas, das questões de progressão, das questões que afligem o sistema prisional. Ontem, inclusive, nós tínhamos uma penitenciária em São Paulo em rebelião. Os detentos não fizeram reféns, mas destruíram boa parte da penitenciária de Hortolândia, na região de Campinas.

Então, eu queria passar algumas considerações para os senhores nesse tempo que me foi dado.

A primeira delas é que não há nenhuma espécie de crime organizado em qualquer país do mundo (*Fora do microfone.*) que possa florescer, que possa crescer e existir se não houver absoluta ausência do Estado. Então, nós estamos diante de uma premissa de que o Estado brasileiro falhou na gestão da segurança pública, e isso há décadas, o que levou a esse desmando que nós temos visto hoje país afora.

Eu acredito que praticamente todos os estados da Federação apresentam graves problemas de segurança pública, principalmente de perda de território para organizações criminosas. O Estado de São Paulo não está livre disso. Aliás, a maior organização criminosa do Brasil, a maior organização criminosa da América do Sul foi exportada pelo Estado de São Paulo. Foi uma criação paulista, em 1993, em que, também ali, décadas de abandono, por conta do estado na gestão do sistema prisional e também na gestão da segurança pública, levaram ao crescimento desordenado dessa pequena facção. E aí, esse é o entendimento pessoal meu e de alguns colegas, eu entendo facção como uma das modalidades de organização criminosa, mas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, uma modalidade menos grave do que as próprias organizações criminosas. Hoje o PCC, por exemplo, na minha opinião, já está num estágio de organização criminosa mafiosa se nós formos observar os critérios internacionais de classificação de organizações criminosas. E eu penso que isso tudo, como eu disse, foi devido à absoluta ausência do Estado.

Então, num primeiro momento, Senadores, a ausência do Estado dentro do sistema prisional, porque a maioria ou se não todas as nossas facções ou organizações criminosas, como queiram, são de origem prisional... Então, o PCC começou lá com meia dúzia ou um pouco mais de integrantes que idealizaram, criaram o partido do crime, e isso foi se alastrando para fora do sistema prisional, ganhando as comunidades, sobretudo as comunidades carentes.

O PCC, no Estado de São Paulo, se tornou hegemônico no decorrer dessas décadas. Nós não temos, no Estado de São Paulo, nenhuma outra facção que faça frente a essa organização criminosa. O PCC hoje está num estágio, como eu disse, na minha opinião, já considerado um estágio mafioso. Ele difere de outras facções e organizações criminosas do Brasil porque já atingiu uma evolução na lavagem de dinheiro. A lavagem de dinheiro que o PCC tem hoje... Eu desconheço qualquer outra organização criminosa, sobretudo aqui na América do Sul, que tenha essa sofisticação.

O PCC hoje está presente em todos os estados da Federação, mais aqui o Distrito Federal, está presente em 28 países e é a organização criminosa que mais cresce no mundo hoje, com estreitos laços com organizações criminosas europeias, por exemplo, as máfias italianas, sobretudo a 'Ndrangheta e a Camorra, com quem eles têm negócios bastante estreitos, mas também com outras organizações criminosas europeias. E eu falo aí máfias da Sérvia, dos Balcãs, da África, criminosos aqui da América do Sul também. O PCC já tinha, já na primeira década de atuação, contatos estreitos com as Farc na Colômbia. Quando as Farc estavam se desmobilizando, o PCC fez contatos estreitos com as Farc, que implicariam fornecimento de cocaína e treinamento paramilitar. Isso também ocorreu no Paraguai, com o EPP, que é o Exército do Povo Paraguaio, em que também forneceram drogas e armamentos e treinamento paramilitar para o PCC.

E hoje a gente está diante de uma organização criminosa extremamente capitalizada. Uma arrecadação que, em 2010, Senador, eu contabilizava, com os apontamentos que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreendemos na Penitenciária II de Venceslau, um faturamento que não passava de R\$10 milhões ao ano. E hoje a gente calcula, no mínimo, US\$2 bilhões, né? Por volta, talvez, de R\$10 bilhões a R\$12 bilhões por ano. Então, em 15 anos, o crescimento foi assustador, foi exponencial, o que demonstra que o Estado ficou à deriva desse crescimento. E agora a gente percebe, com a Operação Carbono Oculto, por exemplo, do Ministério Público de São Paulo, da Receita, da Polícia Federal e de outros órgãos, uma sofisticada infiltração na economia formal, inclusive no sistema financeiro. Então, isso tudo, como eu disse, diferencia o PCC de outras organizações criminosas do país.

E aqui já faço uma observação: os italianos têm uma frase que eu costumo repetir – ouvi de vários magistrados antimáfia na Itália, nas cinco vezes em que estive lá, nos últimos dois anos, pesquisando e conversando com os colegas italianos –, é que, se tudo é máfia, nada é máfia. Então, nós temos que ter – e era uma defesa minha, pessoal inclusive – uma classificação diferente para algumas organizações criminosas do Brasil, como o PCC, como o Comando Vermelho, algumas milícias. Por quê? Porque essas têm não só atuação interestadual, ou seja, elas atuam, no Brasil inteiro, associadas com outras facções locais, mas têm também atuação internacional. Então, eu não vejo com bons olhos compararmos todas as organizações criminosas do Brasil, inclusive aquela que atua numa comunidade ou num bairro. Eu acho que isso precisa ser bastante dimensionado para que nós não tenhamos depois algum revés no sistema judiciário, quando formos aplicar a lei, se nós unificarmos a atuação de combate, de punição, de execução de pena para aquela pequena facção que, às vezes, tem atuação numa cidade ou numa comunidade apenas, e há outras que estão presentes em vários países do mundo e no Brasil todo. Então, essa é uma observação que eu precisava fazer.

Gostaria de dizer também que, com relação a esse crescimento desordenado, evidentemente que isso se dá, quando a gente fala em ausência do Estado, a gente percebe que o crime organizado procura zonas de opacidade, seja de regulamentação legal, seja de fiscalização. Então, se o crime organizado migrou, por exemplo, e constituiu algumas *fintechs*, nós percebemos que havia e há ainda deficiência de regulamentação e deficiência de fiscalização. Veja que, até na Operação Carbono Oculto, o Banco Central não fiscalizava as *fintechs*, o Coaf não tinha informação das *fintechs* e eles estavam ali numa zona cinzenta entre empresas de pagamento – que não eram, porque de fato funcionavam e funcionam como banco





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

–, mas sem a contraprestação que as outras instituições financeiras regulares têm, que é de prestar contas ao Banco Central, ao Coaf, aos órgãos de fiscalização. Então, isso é uma questão muito perigosa. E o crime organizado, com uma assessoria jurídica muito boa que tem hoje, uma assessoria contábil e tributária excelente, com os melhores escritórios trabalhando... E aí não há nenhuma crítica, infelizmente, porque a OAB, o advogado pode prestar seu serviço, defender um criminoso, não há problema nenhum nisso, numa democracia e num Estado de direito como nós vivemos, e o mesmo se diga com relação a essas... Como é que se fala? Não são auditorias, me falhou o nome, mas, enfim, a essas orientações contábeis e tributárias, porque eles estão agindo aí, às vezes, em alguma brecha da lei. Então, isso é algo de que a gente precisa cuidar, com que nós precisamos tomar cuidado, porque senão nós vamos ter um problema muito grave.

No Estado de São Paulo, a gente tem 219 mil presos, Senador, hoje, em regime fechado. Então, é o estado da Federação que mais presos tem evidentemente. Nós temos aí quase 40% talvez do sistema prisional em regime fechado, mas temos uma situação até, vamos dizer, de tranquilidade prisional no Estado de São Paulo. A gente tem um sistema de inteligência que é integrado entre Ministério Público, entre a administração penitenciária do Estado de São Paulo, a Secretaria de Segurança, através da Polícia Civil e Polícia Militar, os GAECOs, evidentemente, também com o apoio da Polícia Federal em certa medida. Isso a gente já faz há pelo menos duas décadas. Isso tem colaborado para manter o nosso sistema prisional de pé depois dos ataques de 2006. Nós não tivemos nenhum episódio tão grave assim no Estado de São Paulo.

E, por fim, para depois abrir aos questionamentos, o que eu queria observar é que nós não temos... Embora eu acredite que nós precisamos, de fato, de uma atuação legislativa... Eu defendo que as penas sejam majoradas para essas organizações como o PCC, Comando Vermelho, milícias, etc., defendo que nós tenhamos um cumprimento de pena mais severo do que nós temos hoje, porque o Brasil adota o sistema progressivo, copiado e malcopiado de outros países que já não adotam mais. Então, é difícil explicar até para os estrangeiros que o indivíduo que é condenado, às vezes, num júri a 30 anos de reclusão, fique um sexto da pena preso em regime fechado, às vezes, cinco, seis anos, e depois já consegue progredir para o semiaberto, do semiaberto, direito a saidinha temporária, depois disso vai para o aberto... Alguns estados, como o Paraná, Senador Moro, já adotam o regime semiaberto humanizado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é uma espécie de farsa, desculpem, porque não existe vaga para o semiaberto, e o preso vai direto para o aberto. Então, é esse o sistema que nós temos no Brasil. Eu, aliás, sou contra o sistema semiaberto desde que comecei a trabalhar com execução penal. É uma fantasia dizer que o preso vai vivenciar ali o trabalho durante o dia e o recolhimento noturno, sendo que mais de 90% não vão ter acesso a trabalho, eles vão ficar em barracões ali, cumprindo pena, o dia inteiro, soltos dentro de um barracão, aguardando dar mais um sexto de pena para que eles tenham progressão. Talvez se deva pensar num sistema em que ele fique mais tempo em regime fechado e, depois, já progrida para o regime aberto, claro, sempre observando os requisitos subjetivos. Eu também sou contra liberação de presos apenas por conta de déficit de vagas no sistema prisional, sem levar em conta nenhum aspecto subjetivo. Esse é um ponto.

E outro ponto importante que eu gostaria de dizer... E este é um desabafo de alguém, como eu disse, que já está há 34 anos na ponta, como operador do direito no Ministério Público. Dizer que talvez, Senadores, não haja um problema crucial de falta de legislação no país... É claro que a legislação precisa ser aperfeiçoada, mas o Estado, por enquanto, tem e tinha instrumentos para combater as organizações criminosas. Eu não vejo nenhuma alteração, claro, tirando aquelas que vão majorar a pena e as medidas, sim, cautelares, que são de natureza a descapitalizar o crime organizado, essas precisam ser melhoradas no Brasil; mas o que eu percebo – e eu sei que os dois Senadores aqui presentes na mesa são do sistema de segurança pública, são delegados – é uma absoluta falta de coordenação, de integração, de cooperação interna. A gente tem hoje uma Polícia Federal que tem pouco mais de 13 mil policiais, e eu sou um defensor de que tenhamos um fortalecimento da Polícia Federal. Não é recomendável, não é admissível que um Brasil, um país continental, tenha apenas 13 mil policiais federais. Só a Polícia Militar do Estado de São Paulo tem 90 mil policiais; a Polícia Civil, quase 40 mil policiais; a Polícia Penal, mais de 30 mil policiais.

Então acho que isto precisa ser revisto neste país, que é essa divisão de competências e de atribuição.

Mas, por outro lado, a gente não deve desprezar, Senadores, a força dos estados, porque a gente está falando de mais de 600 mil policiais estaduais, isso sem contar as guardas municipais agora que se tornam polícias também, já contando com os policiais penais. Então eu penso que a gente precisa, de alguma maneira, coisa que eu não vi nesses últimos 34 anos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrar uma forma de que essas forças de segurança atuem de maneira coordenada, de maneira integrada, cooperativa e com sinergia. O que eu vejo hoje são, infelizmente, disputas institucionais entre as polícias, entre o Ministério Público.

Eu faço sempre uma brincadeira quando dou minhas aulas nas academias, por aí, palestras. Falei: "Não, vamos brigar, porque tem ladrão para todo mundo e vai sobrar ainda". A gente pode... Se nós reunirmos todas as forças, tem ladrão para todo mundo.

Mas, de qualquer forma, eu faço essa observação porque não é apenas, na minha opinião, na minha humilde opinião, uma alteração legislativa com majoração das penas que resolverá do dia para a noite o grave problema de flagelo a que mais de 30 a 40 milhões de brasileiros estão submetidos, ao julgo, infelizmente, dominados em territórios, dominados, ocupados por organizações criminosas. Então, a gente precisa entender que a mera alteração legislativa vai fornecer ferramentas, mas não nos dirá como vamos fazer e quem vai fazer. E me parece que a polarização política que tomou conta deste país, infelizmente, ela acaba prejudicando ainda mais essa integração.

Eu ousar dizer que dificilmente teríamos a Operação Carbono Oculto hoje: as forças federais teriam cooperação – e eu estou falando em nível de instituição, de chefia de instituição – com forças estaduais se são governos opostos politicamente? Então é algo que me preocupa bastante.

E outra coisa: quando a gente fala em forças-tarefa, quando a gente fala nessa integração como houve, eu tenho agido de maneira integrada durante esses 20 anos, até porque o Ministério Público não tem recursos materiais para fazer frente sozinho às investigações. Eu sempre trabalhei em agência, em sistema de força-tarefa, contando com apoio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que me fornece os analistas, que me fornece as equipes ostensivas, contando com o apoio da Polícia Civil quando precisamos instaurar os inquéritos que não correm pela promotoria de justiça, também contando com o apoio da Polícia Federal e, sobretudo, com o valioso apoio do sistema prisional.

Eu faço essa observação, que, se não houver essa comunhão de esforços, a gente não consegue agir. E o que eu percebo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Senador. Graças a Deus, tudo bem. (*Fora do microfone.*)

O que eu percebo é que nós não temos efetivamente forças-tarefa ou ação integrada. O que a gente tem, Senadores, na verdade, é mais a boa vontade dos policiais, dos promotores, dos agentes da Receita, que estão à frente de cada operação e que se unem em algum momento para determinada operação.

A Operação Carbono Oculto – que me perdoem todas as chefias de instituição que, por certo, colaboraram –, ela foi mais obra virtuosa da proatividade dos colegas do Ministério Público, dos colegas da Receita Federal, da própria Polícia Federal, que se uniram e resolveram, cada um, juntar um pouco de uma investigação que era ligada, inclusive, intimamente ligada, por conexão, mas, se não houvesse essa proatividade, nós não temos, no Brasil, nada e nenhuma legislação que nos determine, que nos obrigue ou mesmo que nos estimule a agir de forma integrada e coordenada. Então, eu acho que não é possível que se use a Operação Carbono Oculto como o exemplo, e ela é um bom exemplo de operação no Brasil.

Eu tenho tantas outras, pelo menos do Ministério Público de São Paulo, para elencar. Nós tivemos a Operação Fim de Linha, que eu coordenei, em que nós demonstramos a participação e a infiltração do PCC nas empresas de ônibus que prestam transporte coletivo urbano em São Paulo, disputando licitações, no serviço essencial, transportando mais de 25 milhões de passageiros por mês.

Então, tudo isso agindo de maneira coordenada e cooperada, mas sempre contando com a boa vontade e com o esforço pessoal de cada um de nós.

Vou dar mais um exemplo aqui. Eu também coordenei a ação da cracolândia, a ação Saúde e Dignidade. Claro, não dá para comparar, evidentemente, quando fizeram comparação com o Rio de Janeiro, porque nós estamos falando de territórios absolutamente dominados por facções criminosas, por organizações criminosas e fortemente armadas, mas nós tínhamos ali um universo de 2 mil a 2,5 mil usuários há décadas na mesma região, e nós fizemos uma operação integrada, contando com todas as forças, inclusive com a PRF.

A PRF nos prestou um apoio essencial na Operação Saúde e Dignidade. Eu diria até... E agradeço a direção da PRF. Eu diria até que talvez a nossa operação não teria sido tão exitosa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se não tivéssemos apoio da PRF. E aí eu não estou falando em desvio de função, porque, infelizmente, depois da operação, os agentes da PRF foram retirados dos GAECOs. Essa é uma crítica que eu faço. E chegou-se a acusar a PRF de desvio de função. Por que a PRF foi chamada, Senadores? Porque a PRF tem uma *expertise* de anos no combate à prostituição em hotéis, porque eles trabalham nas rodovias, e também nos desmanches de veículos e motos. E nós tínhamos, na região central de São Paulo, mais de cem desmanches. Então, por isso que eles foram chamados para nos ajudar, até porque essas peças, depois de desmontadas, passam pelas rodovias.

Então, ali não havia, eu repito, nenhum desvio de finalidade ou de função. Havia, sim, uma força de integração, junto com a Polícia Federal, que atuou também.

Então, é isso. Eu acho que, se eu puder deixar alguma mensagem aqui, a mensagem é que precisamos, sim, recrudescer, precisamos de ferramentas modernas e eficientes para combater o crime organizado, mas nós precisamos pensar em quem vai executar essa tarefa. E, para isso, a gente precisa ter, realmente, profissionalização nessas forças-tarefas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Sr. Lincoln Gakiya.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Dr. Lincoln.

Primeiro, fazer um registro, Presidente e colegas, e um agradecimento como brasileiro, como profissional de segurança pública, como Senador da República, porque – e vamos chegar nesse ponto um pouco mais adiante –, porque o trabalho dedicado de V. Exa. e de sua equipe tem repercussão nacional e tem um custo pessoal incalculável. Porque é muito fácil a valentia no WhatsApp, no Instagram, nas redes sociais – é muito bonito – ou na tribuna. Na tribuna também é uma maravilha. Na vida real, custa um preço que quem paga é o profissional da segurança, o profissional do Ministério Público ou da Justiça, quem paga é a sua família, seus amigos. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

faço de logo o meu agradecimento público a V. Exa. e, na sua pessoa, a tantos outros profissionais que passam por esse tipo de dificuldade.

E agradeço também porque o senhor me ajuda muito em avançar num ponto de esclarecimento que é fundamental para o Brasil e para o Congresso. A falta de legislação não é justificativa para a inércia estatal. Um exemplo, coronel, muito simples. O Marcola – famoso Marcola, do PCC – já é hoje condenado a 330 anos de cadeia, com a lei atual, 330. Resolveu? Acabou o PCC? Não acabou.

Então, o que nós temos no Brasil é uma ausência de vontade política muito clara, falta vontade política, falta conhecimento, ouvir os técnicos com respeito, com cuidado e, a partir daí, sim, estruturação, que é o orçamento. A gente vai ter que chegar no ponto de orçamento: quanto custa? Porque, quando você pega os dados de São Paulo, ainda que São Paulo carregue esse pecado original de ter sido o berço do PCC, ainda assim, os números no Estado de São Paulo são números de segurança pública, para um país como o Brasil, aceitáveis. Qual o custo que São Paulo paga para isso? O Dr. Lincoln adiantou um pouco o número de policiais empregados, o número de unidades prisionais que nós temos lá.

Então, esses registros são importantes porque, ao mesmo tempo em que a gente tem essa CPI, a gente tem em tramitação o PL Antifacções. Eu sou Relator desse projeto também. E é uma grande oportunidade para o Brasil enfrentar essa questão de forma técnica, séria, sem politicagem, sem palanque, sério. E, para ser sério, e vai ser talvez... A gente vai inverter, Senador Mourão, a lógica do projeto, porque a gente vai cuidar do orçamento. A gente tem que tratar de orçamento para a segurança pública no Brasil com seriedade, senão a gente fica o tempo inteiro brincando, apagando incêndio, enxugando gelo e sobrecarregando os profissionais. Porque um outro ponto tocado pelo nosso colaborador aqui, o Dr. Lincoln, é a questão da dependência do sacrifício pessoal dos profissionais. O institucional falha, e o que sustenta é o cara na ponta, a ferro e fogo, muitas vezes num limite muito estreito de confronto com a lei, porque é inadmissível que você imagine que o policial sai de casa para matar, sai de casa para praticar crime; é o contrário: ele sai de casa para evitar o crime, mas ele é colocado numa situação tão difícil, que, muitas vezes, esse limite fica ali quase que apagado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí rendo homenagem... Não tenho aqui o nome dele, mas mais um policial faleceu ainda em decorrência do confronto na Operação Contenção, no Rio de Janeiro – mais um policial civil, foi o quinto policial que faleceu em decorrência daquele confronto. E quem acha que é possível subir naquela área e tentar retomar aquele território sem ter confronto está vivendo em um mundo de ficção, e eu recomendo um psiquiatra, porque não é possível se imaginar que você vai conseguir chegar àquela região onde você tem 500, 700 faccionados armados com fuzil, e você vai ter um passeio no parque. Não tem.

Então, rendo minhas homenagens também à família, mas mais adiante a gente recupera o nome dele, para lembrar aqui, porque é mais um que, num sacrifício pessoal, deixou sua vida, deixou sua família e, pela falha institucional, não mudou absolutamente nada na realidade do crime.

Dr. Lincoln, a gente tocou aí, o senhor na sua fala falou sobre a questão da integração.

Nós temos dois modelos hoje em andamento, duas estruturas em andamento, razoavelmente reguladas, legisladas, que são os GAECOs, no Ministério Público, e são as FICCOs, as forças integradas, que estão em andamento nos 27 estados da Federação, e existe uma discussão, e o projeto antifacção tocou um pouco nisso, sobre como se dá, qual é o melhor formato de participação do Ministério Público nessas forças-tarefas. E a pergunta de 1 milhão: quem coordena a força-tarefa? Porque a gente tem que chegar a esse ponto, e as instituições brigam por atenção e por orçamento o tempo inteiro.

Então, eu queria ouvir do senhor como o senhor vê o melhor sistema de atuação integrada, partindo de FICCOs e GAECOs.

O SR. LINCOLN GAKIYA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu penso que, realmente, essa é a pergunta de milhões, é o desafio.

Se o senhor me permite, Senador, eu fui voto vencido, né? Na verdade, eu fiz parte do grupo de trabalho que elaborou o texto inicial do PL antifacção, que foi mandado para o Ministro da Justiça – estava lá representando os Ministérios Públicos. E eu sempre defendi, porque tenho visto, nesses 20 anos, assim, como eu já falei, a evolução extraordinária de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas organizações criminosas, que não são mais aquelas que estavam previstas, em 2013, na Lei 12.850.

Há que se diferenciar uma organização que tenha quatro, cinco indivíduos, aqui em Brasília, que tenha uma estabilidade, que tenha funções definidas e que resolva, por exemplo, praticar o crime de tráfico de entorpecentes, ali naquele bairro, e uma lavagem de dinheiro também decorrente dos proventos desse tráfico, de uma organização como o PCC, por exemplo, como o Comando Vermelho, que tem atuação transnacional. Acho que a gente precisa ter isso em mente.

Feitas essas observações, eu defendia já, desde o início da primeira formação do grupo de trabalho, que nós tínhamos organizações mafiosas no Brasil, pelo menos duas delas, Comando Vermelho e PCC, e que essas organizações precisam ser tratadas de maneiras diferentes, com ferramentas processuais que são realmente mais intrusivas do ponto de vista das liberdades individuais, mas elas são necessárias em casos extremamente graves. Isso ocorre na Itália, quando a gente trata de máfia e terrorismo – apenas nesses dois casos.

A legislação italiana é flexível para máfia e terrorismo. Nenhuma outra organização criminosa pode ter, por exemplo, o que eles chamam lá de investigação preventiva ou preditiva. Isso tem na Itália. Só serve para máfia e terrorismo, inclusive com a utilização de ferramentas, como o Pegasus, por exemplo, e outros meios de interceptação de conversas criptografadas, que são autorizadas por lei na Itália, já foram referendadas pela Suprema Corte italiana e já foram referendadas também pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Então, já está muito – vamos dizer – testada.

Então, esse é um ponto, mas eu fui, como eu disse, voto vencido.

E qual era... Além de a gente classificar essas organizações como mafiosas ou algumas delas, estabelecendo claramente quais são os requisitos que permitem ser denominadas como organizações mafiosas, que seriam a dominação territorial armada, a corrupção de agentes públicos, a atuação transnacional, a lavagem de dinheiro estruturada, enfim, a participação e infiltração nos Poderes do Estado e na política – são alguns requisitos. E, aí, a gente precisaria de meios, Senador – e aí eu chego à sua resposta –, para poder fazer frente a essas organizações criminosas mafiosas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, a nossa sugestão foi a criação da autoridade nacional antimáfia ou antiorganização criminosa violenta, como queiram. Por quê? Porque seria, no nosso modo de ver e no de alguns outros especialistas, a maneira de superar essas diferenças institucionais e essas disputas entre polícias e Ministério Público, porque a Polícia Federal, com todo o respeito, é uma das melhores polícias do mundo, a polícia melhor remunerada no Brasil, melhor qualificada no Brasil, embora tenha uma deficiência, como eu disse, muito grande nos seus quadros, mas a Polícia Federal não poderia, na minha opinião, coordenar essas forças-tarefas, porque haveria um embate com os estados.

Não dá para você colocar polícias que são de mesmo nível – e não é porque a Polícia Federal tem, pela legislação, uma atuação apenas, vamos dizer assim, supletiva das polícias estaduais, ou residual, como queiram, na sua atribuição – e deixar à Polícia Federal, como é no caso das FICCOs, a coordenação dessas forças-tarefas.

Então, o modelo Ficco do Brasil é um bom modelo, mas ele não tem, por exemplo, participação do Ministério Público.

O Ministério Público nunca foi convidado para participar das FICCOs, provavelmente porque há um embate entre as polícias, sobretudo a Polícia Federal, com o poder investigatório do Ministério Público, que já foi muito ratificado em dezenas de decisões no Supremo Tribunal Federal. Eu acho que esse é um problema que nós deveríamos deixar de lado.

Esse é o primeiro ponto. O Ministério Público não participa.

Eu não vejo participação da Receita Federal nas FICCOs.

A Receita Federal é um dos órgãos, hoje, mais importantes para o combate ao crime organizado, porque a gente está falando, Senadores, de asfixia financeira, e é a única instituição que consegue fazer esse cruzamento de dados. Então, precisaria ter a participação da Receita Federal e precisaria ter a participação do Coaf.

E aqui eu já faço uma observação: precisa ter a participação do Coaf, mas o Coaf precisa ser estruturado. O Coaf, como está funcionando hoje, não tem a mínima condição – a mínima condição – de dar conta das suas atribuições.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Coaf está hoje com poucos analistas, que são cedidos pelo sistema bancário – e eu não sei se isso foi de propósito ou foi ocasional, não é? Se todas as instituições financeiras encaminharem as operações que são suspeitas, o Coaf não tem condição de resolução nem de 40% dessa demanda. Então, a gente precisa ter isso em mente também, e, aí, os órgãos de controle, como controladorias, também poderiam atuar.

Por isso que eu falo em autoridade nacional antimáfia. Então, seria, na minha opinião, um órgão criado com independência, ligado ao Ministério de Justiça, mas com independência e autonomia; uma autoridade que seja nomeada pelo Presidente da República, sabatinada aqui pelo Senado, que tenha mandato; que o mandato não seja coincidente com o mandato do Presidente da República, até para não ser, vamos dizer assim, um instrumento do poder do governo – meio a exemplo do Banco Central, por exemplo, que acaba funcionando muito bem.

E, aí, não é uma criação de uma nova polícia, nem enfraquecimento das polícias existentes, sobretudo da Polícia Federal. Todas as polícias vão participar dessa agência ou desse modelo de autoridade: as polícias no âmbito federal, estaduais e os ministérios públicos, mais Receita e órgãos de controle.

Acho que seria uma maneira – foi a maneira como a Itália encontrou, a maneira semelhante talvez no Reino Unido, o FBI também trabalha desta forma, com coordenação e com integração entre as instituições – de a gente afastar esse problema grave de disputa institucional, porque o desenho atual – eu vi, inclusive, a última versão do projeto, que foi relatado pelo Deputado Derrite e foi encaminhado aqui para esta Casa – prevê lá as forças-tarefas. Eu vi com bastante satisfação: poderão ser criadas as forças-tarefas, o Ministério Público poderá participar das forças-tarefas, e aí dependerá... E o instrumento formal é um acordo ou um termo de cooperação.

Vejam bem, se houver uma disputa política, se a direção da Polícia Federal ou mesmo a Secretaria da Receita Federal, ou mesmo a Secretaria de Segurança de um estadopositor ao Governo Federal, vão assinar um termo de cooperação.

Na verdade, estaremos engessando as forças-tarefas, porque hoje elas, vamos dizer assim, dependem da proatividade, da boa vontade dos integrantes, mas elas não estão limitadas por nada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que é bom que tenha um termo de cooperação; agora, um termo de cooperação que seja republicano, que não esteja ligado a interesses políticos.

Então me parece assim: se a gente pegar estados polarizados, dificilmente o Governador ou o secretário vai autorizar a assinatura de um termo para a formação de determinada força-tarefa.

E, aí, tem outro desafio: e quando a força-tarefa tiver que investigar autoridades estaduais, por exemplo? Nós teremos um problema, porque fica também condicionada à autorização da cúpula.

Então, por isso que eu acho que nós precisaríamos evoluir.

Claro que isso... E aí eu fui voto vencido, mas, em um primeiro momento, o Ministério da Justiça aceitou a criação da autoridade nacional, mas houve alguma pressão interna, e eles recuaram. Acho isso, dentro do sistema democrático, perfeitamente possível.

Na Itália funciona muito bem. A DIR, que é a Direção de Investigação Antimáfia, formada pelos *carabinieri*, que são uma polícia federal ostensiva, atua em toda a Itália, formada pela Guardia di Finanza, que é uma polícia também de natureza federal, mas mais ligada a fronteiras e à questão da lavagem de dinheiro, e as polícias estaduais.

E cada uma delas, Senadores, se reveza na chefia dessa direção, na Direção de Investigação Antimáfia.

Temos também lá a Direção Nacional Antimáfia. Essa é formada pelos magistrados, pelos juízes antimáfia, que são os procuradores, porque todas as investigações na Itália – é claro que o sistema deles é diferente do nosso – são coordenadas pela Procuradoria Nacional Antimáfia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Assim, só para registrar, nós temos hoje FICCOs estabelecidas nos 27 estados, 26 mais DF, e todas elas passaram pelo processo de termo de cooperação. Então, as FICCOs são estruturas permanentes. Elas não são forças-tarefas criadas para uma investigação. Elas são permanentes, e me parece que tem prazo de um ano, renovável, e a gente está trabalhando... Foi uma sugestão que dei ao Derrite, que a gente tivesse isso já previsto, durante a tramitação na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara dos Deputados, com a presença do Ministério Público. Então, esse pode ser um bom formato, e a gente traz isso para cá.

Outro ponto, Dr. Lincoln, para a gente tratar: a importância da regulamentação das ferramentas utilizadas, dos instrumentos utilizados para lavagem de dinheiro – eu falo particularmente de *fintechs* e criptos.

Hoje, nós temos uma regulamentação relativamente incipiente do Banco Central, pós-Operação Carbono Oculto, e nós temos já reação no Parlamento, já temos a tentativa de derrubada da regulamentação de cripto feita pelo Parlamento.

Eu queria que o senhor registrasse sua opinião com relação à urgência dessa regulamentação e a importância para evitar a capitalização dos criminosos organizados.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Pois não.

Muito bem observado, Senador.

Realmente, para nós é crucial, crucial, que tenhamos... Como eu disse, quando falta regulamentação e falta fiscalização, nós temos essa brecha, que é ocupada pelas organizações criminosas.

No caso das *fintechs*, houve uma regulamentação parcial agora, por parte da Receita, que ia iniciar só em 2029. Quer dizer... Então, isso já é decorrência da Operação Carbono Oculto e de outras que tivemos em São Paulo, mas a questão das criptos precisa ser urgentemente regulamentada, porque realmente é uma brecha legal, é algo que permite aí diversas camadas de anonimato, que fazem com que nós tenhamos a utilização dessa ferramenta – antigamente, nós utilizávamos... Eu acho até, eu sempre falo... Quando a questão do dólar-cabo – não é, Senador Moro? – foi muito utilizada na Lava Jato, chegou a ser utilizada pelas organizações criminosas, como Comando Vermelho e PCC, para questão de remessa de numerário, de vinda de dinheiro da Europa para cá e daqui para a América do Sul, porém, hoje tudo isso está superado pelas criptos. Então, são transações em criptomoedas, não há nenhuma movimentação física de dinheiro. Então, não temos mais a pressão de dinheiro como a gente tinha, até porque é algo que nem nós utilizamos – na verdade, a gente não utiliza mais o dinheiro em espécie. Então, é algo que precisa ser regulamentado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também, se o senhor me permite ainda uma observação, as *bets*.

Eu não vou aqui dar *spoiler*, mas eu posso dizer para vocês que muitas dessas empresas estão sendo utilizadas pelo crime organizado, para lavagem de dinheiro, principalmente através de contrato com influenciadores digitais. Então, usam alguns influenciadores digitais, que conseguem fazer fortuna em poucos anos e têm contrato com essas *bets*, mas que estão intimamente ligadas à lavagem de dinheiro do crime organizado. Isso logo, logo, vai vir à tona.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E todo esse assunto foi objeto de discussão aqui na época, né? Foi alertada pela Polícia Federal, Receita e Ministério Público Federal a consequência da legalização dos jogos para lavagem de dinheiro. Isso aí foi tudo, infelizmente, discutido aqui e, nesse ponto, fomos nós também votos vencidos.

Com relação às lideranças, Dr. Lincoln, a gente está passando por um processo de decisão política, refletindo o sentimento da sociedade, que vai passar para o endurecimento nas penas e no regime de cumprimento de penas. Isso me parece que tem um grande consenso nacional, mas é preciso que a gente não caia numa armadilha – o senhor tocou tangencialmente nisso – de definir qualquer indivíduo faccionado como liderança, qualquer indivíduo faccionado como de altíssima periculosidade, porque isso vai levar a uma sobrecarga e um desvirtuamento do sistema, né?

Então, eu pergunto que critérios o senhor sugere para que a gente possa ter a definição de quem, de fato, é a liderança e quem, de fato, precisa ir para um regime diferenciado de isolamento. E também uma avaliação do senhor com relação à qualidade do isolamento que hoje a gente consegue impor ao criminoso no sistema brasileiro.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Eu acho que a questão da individualização das condutas, principalmente a legislação, na minha opinião, precisa ser o menos aberta possível. Previsão de condutas muito abertas acaba gerando dificuldade na interpretação e na aplicação da lei, que acaba sendo solucionada pelos tribunais superiores, provavelmente sempre a favor do réu, em detrimento das forças policiais e da sociedade.

Então, isso precisa ser muito bem analisado na discussão desses projetos de lei. Eu defendo que nós tenhamos definição de lideranças, o que pode ser considerado um líder, quais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as funções de cada, por exemplo, setor dentro da organização, que tenha alguma espécie de autonomia, de gestão, que possa ser classificado de maneira diferente do mero integrante.

Se eu pegar, por exemplo, o PCC, a gente está falando de 40 mil integrantes, fora os colaboradores, porque aí esse número aumenta e muito. Então, por exemplo, o sistema prisional tem 220 mil presos no Estado de São Paulo. E 85% do sistema prisional, eu não vou dizer que é dominado, mas ele tem a ascendência e tem a predominância do PCC, o.k.?

Então, 85% do sistema prisional paulista tem essa predominância do PCC. Não quer dizer que nós tenhamos lá mais de, vamos dizer assim, 140 mil integrantes. Tem cadeias, por exemplo, Senador, que têm 10, 15 integrantes, mas o que rege lá é o estatuto do PCC, e aí todos os demais que estão convivendo naquela cadeia vão viver sob as determinações, as normas do PCC, sob liderança dessas pessoas.

É preciso que a gente saiba diferenciar, separar mesmo, aqueles criminosos que são integrantes, recém-ingressos, que têm uma participação de menor importância dentro da facção – são um pouco mais do que soldados –, daqueles que são considerados lideranças, que tenham, por exemplo, a função de estar à frente de setores como o tráfico, como a lavagem de dinheiro, como o armamento. E todas as organizações, as facções têm uma direção – o PCC é a sintonia final. Então, a gente precisa classificar isso melhor.

Da maneira como está no PL, se o senhor me permite uma observação, a gente não tem essa diferenciação. Qualquer um dos 40 mil integrantes – e aí eu faria coro até das 88 facções; eu não sei nem quantos integrantes nós teríamos –, se considerarmos os colaboradores, nós iríamos encher os presídios de presos, às vezes, de menor importância, com penas que se iniciam em 20 anos. Mas se a gente considerar que a organização criminosa é armada – a organização PCC é armada, o CV é armado –, ela tem dominação de território, então, já haveria um agravamento da pena, que partiria para 30, podendo chegar até 65 anos. Então, esse é um problema sobre que a gente precisa... que nós precisamos nos debruçar.

E eu faço sempre o exemplo, uso sempre o exemplo do feminicídio, que o Congresso, há bom tempo, aumentou as penas – as mais graves aí do Código Penal, de 20 a 40 anos –, e foi de pouca eficácia para a diminuição do número de feminicídios no Brasil. O aumento das penas é desejável, é importante e necessário, mas o rigor no cumprimento também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando eu falo rigor no cumprimento... Por exemplo, indivíduos que tenham funções de liderança deverão cumprir penas, sim, em estabelecimento prisional federal ou equivalente nos estados. Eu defendo, inclusive, que cada estado tenha a sua penitenciária de segurança máxima, aos moldes do sistema penitenciário federal: um preso por cela, isolamento, etc. Então, isso eu acho que seria o ideal. E aí só manda para o sistema federal quando o estado realmente não tiver condições de assumir.

E, por fim, a questão do isolamento não é um problema só do Brasil, é um problema mundial. Nem mesmo na Itália, no cárcere duro, é possível fazer um isolamento total, já que o preso tem contato com advogado e tem contato com familiares – não tem contato físico, mas tem contato. Então, de várias maneiras eles conseguem transmitir, receber ordens.

Eu falo que tem um *delay*. Quando você está no sistema penitenciário federal, a administração dos negócios do dia a dia não funciona, mas as decisões estratégicas obrigatoriamente passam pelas cúpulas que já estão internadas no sistema penitenciário federal. E aí, quando eu disse isso na Câmara, eu me lembro de que alguém falou: "Mas lá não tem mais celular". Eu falei: "Não, nunca teve". O problema não é o celular; não tem como você fazer o isolamento total em nenhum lugar do mundo em que o preso não tenha acesso a advogado e acesso a familiar. Isso é impossível!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – ... mensageiros.

O SR. LINCOLN GAKIYA – É, e aí acabam tendo os mensageiros.

Agora, de qualquer forma, eu penso que, para que a gente possa dissuadir... Porque, hoje, o que o integrante quer? Ele quer crescer na organização, porque ele vai ter *status*, vai ter dinheiro, vai ter uma série de facilidades.

E qual é o ponto negativo para ele? Nenhum, porque hoje, da maneira como está, ele vai entrar pela mesma porta e vai sair pela mesma porta daquele que recém-ingressou. Então, eu acho que aí cabe aos senhores, Senadores, diferenciar bastante essa situação e agravar a questão de execução de pena desses indivíduos: estabelecimento prisional de segurança máxima, federal ou equivalente estadual; o prazo de isolamento para o RDD precisa ser alterado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– precisa ser, inclusive, ampliado para esses casos. E não se preocupem porque não vai aumentar o número de presos nem no sistema penitenciário federal nem no RDD, porque a gente conta, às vezes... Por exemplo, vamos imaginar, numa facção aí de 40 mil integrantes, a gente não vai ter 100 integrantes que tenham funções expressas, relativas, com importância dentro dessas organizações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Era justamente esse ponto.

Agora, é o seguinte, Dr. Lincoln: uma estimativa que o senhor possa fazer – claro que não é um número travado, mas uma estimativa –, considerando o universo de São Paulo, PCC em São Paulo, no Estado de São Paulo, quantos indivíduos faccionados poderiam ser considerados lideranças, que demandariam um tratamento diferenciado?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Na verdade, é subjetivo, mas eu posso fazer, sim, uma observação, porque eu fui o responsável pelo pedido de isolamento de 23 lideranças do PCC, em 2018. E como é que eu cheguei a esse número de 23 líderes – o Marcola e mais 22 –, que foram removidos? Porque, junto com a administração penitenciária, nós fizemos... Como já sabíamos que haveria um... que estava em andamento um plano de resgate do Marcola e quem ficaria nos lugares, nos postos-chaves na Sintonia Final, então, primeiro, nós delimitamos a Sintonia Final, que eram seis indivíduos, sete indivíduos, e depois os setores abaixo, e a gente foi mapeando isso. Isso dá para ser feito tanto no PCC como no Comando Vermelho, porque cada um tem as suas estruturas já definidas. Então, ali, a gente... quando a gente isolou 23 líderes, nós isolamos o primeiro, o segundo e o terceiro escalões do PCC. "Ah, mas o PCC continuou existindo, o tráfico nunca parou!". Eu falava: "Isso não vai diminuir, porque os setores estão muito bem já azeitados, distribuídos para funcionar – a engrenagem funciona sem a presença da cúpula".

E eu sempre também faço uma brincadeira, fazendo uma comparação: no mundo corporativo, as decisões que são estratégicas, essas precisam ser tomadas pela "sintonia final", pelo comando das organizações. E vou dar dois exemplos. Primeiro, a guerra entre o PCC e o Comando Vermelho; nenhum outro escalão inferior pode interferir e tem autonomia para interferir nisso. Então, quando foi decretada a guerra, a guerra foi decretada pela Sintonia Final





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do PCC e pelo comando do conselho, que é o do Comando Vermelho, no caso, o Marcinho VP; no caso do PCC, o Marcola e outros, porque em São Paulo a decisão é colegiada. E, porventura, se for cessar a guerra, que também é uma decisão estratégica... Por exemplo: "Nós vamos fazer uma trégua, que foi definida poucos meses atrás, este ano, para combater o Estado, para que a gente possa, juntos, Comando Vermelho e PCC, entrar com ações para diminuir os rigores do Sistema Penitenciário Federal, como a proibição de visitas íntimas, por exemplo, e outras definições de cumprimento de pena lá". Então, aí, só para fazer a observação, se nós prendermos, eu falo isso sempre, se prendermos toda a diretoria da Coca-Cola, nós vamos continuar comprando Coca-Cola no mundo inteiro no dia seguinte. Porém, se houver uma fusão da Coca-Cola com a Pepsi, só esses CEOs é que vão poder definir se isso vai poder ser feito ou não, quer dizer, aqueles gerentes que estão em função de administração local não têm atribuição e nem autonomia para isso. Então, fazendo um paralelo, eu acho que não seriam muitos – viu, Senador? Não seriam muitos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

Só para fim de registro aqui, hoje a Sintonia Final do PCC tem quantos integrantes mapeados?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Todos estão mapeados, todos os que estão em liberdade e os que estão presos. Inclusive, houve um racha, a partir do ano passado, em que alguns integrantes da Sintonia Final foram afastados – o Roberto Soriano, por exemplo, o Abel Pacheco de Andrade, o próprio Daniel Vinícius Canônico – e foram substituídos por outros que são mais ligados ao Marcola. Mas a gente tem, infelizmente... Parte da cúpula do PCC está em liberdade, está na Bolívia. Então, a gente tem lá o Patrick Velinton Salomão – o Forjado –, que é o integrante da Sintonia Final que tem autonomia para tomar decisões estratégicas; nós temos lá o Pedro Luiz da Silva, que é o Chacal, que também está na Bolívia; e nós temos outros integrantes lá que não são da Sintonia Final, mas estão em setores estratégicos. E aí, através de um *smartphone*, eles conseguem comandar o crime organizado aqui no Brasil com bastante tranquilidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Lincoln, também foi tocada, tangencialmente, na sua fala inicial, a infiltração do crime organizado na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política. Me parece muito natural que isso aconteça pelo encontro de interesses na lavagem de dinheiro e também no financiamento de campanhas, mas eu queria ouvir do senhor, pela experiência já de tantos anos.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Eu vou fazer um *merchandising* aqui. Nós estamos lançando, no dia 26 – eu e o colega advogado do Iree, o Walfrido Warde... nós estamos lançando um livro que será uma contribuição para os senhores, para o Brasil – só não trouxe o exemplar porque não chegou ainda da editora, está sendo lançado no dia 26 –, que é *O Brasil Livre das Máfias*. E ali a gente faz... Inclusive, um dos pontos que nós colocamos é a questão da infiltração na política, e a infiltração se dá, evidentemente, pelo financiamento de campanhas.

Nós tivemos, de maneira bem clara, isso no Estado de São Paulo, já nessas últimas eleições para Prefeitos e Vereadores. Então, em vários municípios, a gente percebeu que tinha ali influência, no financiamento de campanha, do crime organizado, do PCC. Por quê? "Ah, porque o PCC quer participar da prefeitura municipal ou da câmara." Não! O PCC quer ter negócios com o poder público, e, para isso, ele precisa dominar uma parte desse poder público.

Eu costumo dizer, quando falam: "Ah, mas o PCC está pagando um advogado para fazer concurso – um estudante para fazer concurso – e se tornar um delegado, um promotor, um juiz". Isso não ocorre mais, porque eles têm o poder de corromper quem já está pronto e está numa função que interessa a eles. Em 2010, tentaram financiar alguns Deputados ligados – eram advogados, na verdade, ligados – ao PCC. Tentaram um financiamento através do Marcola e outros integrantes, para que eles disputassem uma cadeira na Câmara dos Deputados. E o que o Marcola disse na época, e eu sei porque eu tinha gravações disso, é: "O que nos interessam dois ou três Deputados, para que nós precisamos de dois ou três Deputados?".

Então, me parece que a visão deles é mais estratégica e principalmente voltada, Senador, para os municípios, porque eu costumo dizer também, quando dou aula, que a gente vive no município, não vivemos na Federação, e é ali que os negócios acontecem. Veja, São Paulo, a maior capital do Brasil, ter duas empresas de ônibus cuja direção foi capturada pelo PCC, e, pasmem, uma dessas empresas, eu preendi – digo eu porque era uma ação controlada, operação minha e do Gaeco, em Presidente Prudente; foi a Rota que prendeu em São Paulo – um criminoso na sede de uma empresa de ônibus. Na época, era um micro-ônibus ainda, era uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cooperativa, e chamou a atenção porque ali havia um fundo falso com 600kg de droga, dinheiro, etc. O indivíduo, alcunhado pelo apelido de Cebola, que é o Silvio de Almeida, Silvio Luiz, se não me engano, que está foragido até hoje, foi preso lá por nós, com 600kg de droga, no pátio de uma cooperativa. E aí nós deflagramos – eu também coordenei em São Paulo – a Operação Sharks, em que a gente descobriu que o PCC mandou R\$1,2 bilhão para o Paraguai. Toda a arrecadação praticamente interna era mandada para o Paraguai, aí sim, através de dólar-cabo, usando doleiros. E ali a gente foi investigar a lavagem de dinheiro dos criminosos que estavam envolvidos na Sharks e nós descobrimos, para a nossa surpresa – e aí veio a Operação Fim da Linha –, que uma empresa de ônibus em São Paulo denominada UpBus nada mais é do que a Qualibus, onde o Cebola foi preso. E, pasmem, o Cebola, depois de 15 anos, era diretor da empresa, era acionista da empresa; o Anselmo Santa Fausta, que é o Cara Preta, era acionista da empresa; o Buiú, ladrão de banco, acionista da empresa. Então, veja, isso tudo passou pelos setores de controle interno da Prefeitura Municipal de São Paulo, das controladorias, do Tribunal de Contas. Só a SPTrans tem quase 2 mil servidores. E eu, dando uma entrevista... O Prefeito até ficou chateado comigo e falou: "Doutor, mas não dava para descobrir". Eu até inventei um verbo, Senador. Eu falei: "Dava, era só dar uma 'googlada'". Era só digitar o nome desses diretores em fonte aberta que iria verificar que são procurados, inclusive, em lista de difusão vermelha da Interpol. Então, é um escárnio.

E detalhe: a UpBus era a empresa melhor avaliada em São Paulo, prestava um serviço muito bom para a população. Os motoristas não tinham nada a ver com isso nem mesmo os servidores, mas toda a diretoria foi capturada pelo PCC. O mesmo aconteceu com a Transwólf, a TW, e 14 anos – 14 anos – de prorrogação de contratos, sem licitação. Esses contratos foram prorrogados aí emergencialmente, etc., com aditivos. Essas empresas faturavam mais de R\$1 bilhão por ano da prefeitura só em subvenção. A Prefeitura de São Paulo paga R\$50 mil por cada ônibus rodado. Por isso que é um ótimo negócio.

Então, qual o problema do crime organizado também hoje, Senador? É a infiltração na economia formal. São empresas que não são empresas de fachada mais, são empresas que estão atuando, que estão prestando um serviço, às vezes um bom serviço. É claro que estão fraudando a concorrência, porque ali também há a injeção de capital que é a oriunda do tráfico internacional e a participação nas licitações públicas. Tivemos e temos em andamento também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação do PCC em licitações de saúde e de lixo. Então, isso precisa ser também muito bem avaliado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Lincoln, com relação ao tópico seguinte aqui de ameaça a autoridades, esse enfrentamento do Estado, nós tivemos o episódio trágico com o Dr. Ruy Ferraz, enfim, o senhor já foi alvo de alguns planos, o Senador Moro também da mesma forma foi alvo de planejamento para homicídio, sequestro e homicídio, o que é uma coisa de uma gravidade incrível. E a gente tem que encontrar caminhos para fazer cessar, ou pelo menos colocar isso num patamar suportável.

Eu queria ouvir do senhor, primeiro, o relato dos fatos e, segundo, as sugestões de encaminhamento de reforço de proteção ou desestímulo desse tipo de conduta.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Bom, essa também é uma das características das máfias, infelizmente, que é essa intimidação dos policiais, das autoridades. Isso ocorreu também na Colômbia na época do Pablo Escobar, ou prata ou chumbo. O servidor que não aceitava ser corrompido acabava sendo morto ou tendo um familiar morto. A Itália perdeu mais de mil policiais, perdeu vários políticos, Senadores, Prefeitos, coronéis da polícia militar, e aí culminou com a morte do Falcone e, depois, logo em seguida, três meses depois, do Borsellino, os dois magistrados que levaram à alteração da legislação na Itália. A sociedade não aguentava mais.

E a gente tem visto isso no Brasil, porque, assim como uma máfia, não é uma situação – eu acho que isso precisa ser entendido pelo Congresso – que vai se resolver quando a autoridade sair daquele caso, por exemplo, ou quando o policial se aposentar. Antes do Dr. Ruy – que foi um amigo pessoal, trabalhei muito tempo com o Ruy; para mim é uma das pessoas que mais entendia de PCC no Brasil, aprendi muito com o Dr. Ruy –, nós já tivemos o caso do Pedrosa. O Pedrosa era o Diretor da Casa de Detenção de São Paulo, do Carandiru, na época do massacre. Então, ele ficou marcado por aquilo. E ele também era o Diretor, em 93, da casa de custódia e tratamento de Tremembé, que era apelidada de Piranhão, que era uma casa de castigo onde os criminosos que praticavam crimes dentro do sistema ou participavam de rebeliões iam para lá, e também criminosos com problemas, às vezes, de saúde mental. E o Pedrosa também era Diretor, um diretor bastante rigoroso, e ele ficou marcado por isso. Ele foi morto sete anos depois da aposentadoria, com quase 70 anos, foi fuzilado em São José dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Campos. Então, quando há um "salve", esse "salve" será cumprido. É uma questão de honra. Por quê? Inclusive um delator, um colaborador do PCC me disse, falou: "Olha, Doutor, porque o que a gente quer não é só a vingança pessoal, a gente quer fazer com que outros promotores, juízes, policiais não se atrevam a agir da mesma maneira, como, por exemplo, o senhor tem agido". Então, eles não perdoam, não vão esquecer.

E aí, quando nós elaboramos o texto que foi para o Ministro da Justiça, eu inclusive, vamos dizer assim, fui o redator de uma parte do texto que tratava de proteção a testemunhas, vítimas, autoridades e policiais. Inclusive o projeto do Senador Moro, que foi já sancionado, não havia, ainda estava tramitando, mas havia algumas observações importantes que a gente precisa fazer e que a gente previu lá. Veja que a gente previa lá a possibilidade de remoção de um policial de um estado para o outro, que é perfeitamente possível. Veja, se nós temos um policial militar em São Paulo que mora, por exemplo, infelizmente em Paraisópolis, que é uma favela, uma comunidade dominada pelo PCC, mora lá, não é porque ele quer, ele mora lá porque ele ganha pouco, ele ganha mal. E, às vezes – em São Paulo é comum, acho que no Rio de Janeiro também –, os policiais não vão fardados para o trabalho. Eles levam uma mochilinha e levam a farda dentro da mochila para não serem reconhecidos. Então, às vezes, acontece de o policial ser plotado, de ele estar em uma ocorrência envolvendo aí mortes, às vezes, confronto, e ele é jurado de morte. Como é que nós resolveríamos essa situação? Vai colocar uma escolta para o policial? Dificilmente vai ser feito isto de um policial militar ter uma escolta – mesmo um delegado. Agora, eu acho que era plenamente possível você remover esse policial para outro estado da Federação, outra unidade, instituição policial que vai acolher esse policial lá. Eu não vejo problema nenhum de que isso ocorra, tanto em termos policiais quanto no Ministério Público, enfim, na magistratura. Então, a gente precisa prever...

E mesmo a questão da proteção a testemunhas e vítimas precisa ser melhor definida. Nós não temos hoje... Nós temos o Provita, mas ele não é um instrumento ainda que consiga fazer frente a esse novo tipo de delação.

E vou fazer mais um exemplo. Isso existe nos Estados Unidos e existe na Itália. Se nós pegarmos crimes financeiros, por exemplo, Senador... Vamos imaginar que um banqueiro vá fazer uma delação. Difícil... E a delação é importante para a gente entender e desestruturar toda a organização criminosa. Dificilmente o banqueiro ou uma pessoa que tenha uma situação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

social melhor vá se sujeitar a entrar no programa de proteção das testemunhas, mudar de estado, mudar de vida, tirar os filhos de uma escola particular... Enfim, isso aconteceu no caso do Antônio Vinícius Gritzbach. Ele falou: "Doutor, isso para mim não dá. E eu vou fazer o quê? Eu mesmo vou pagar a minha segurança". E aí ele contratou policiais militares para fazer a segurança pessoal. Deu no que deu, ele foi assassinado. Então, são coisas que a gente precisa entender, regulamentar.

A questão de quem define quando a autoridade precisa ou não de segurança, Senador Moro, é muito importante. Acredito que têm que ser as polícias, que fazem realmente uma análise de risco, mas isso precisa passar pelas instituições, porque a gente pode ter disputas políticas, pode ter situações como, por exemplo, a do juiz lá de Campo Grande... O Odilon. O Odilon me liga quase toda semana. Ele falou: "Dr. Lincoln, não se preocupe, o senhor vai ser abandonado na sua aposentadoria, como eu fui". Porque... Ah, eu tenho direito, Senador, à escolta na aposentadoria, perfeito, mas nada impede que, paulatinamente, os relatórios de análise de risco digam que não há risco nenhum e que não precisa mais de escolta, porque é algo que é caro para o Estado. Mas caro quanto? É o preço que o Estado tem que pagar, o mínimo, para oferecer a quem está na ponta, de fato, executando as políticas públicas de segurança, combatendo o crime organizado no dia a dia, para que a gente possa executar isso com alguma tranquilidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Por fim, Dr. Lincoln, já agradecendo a colaboração do senhor, quero reforçar um ponto sobre o qual nós já tocamos: a importância da construção da legislação com tipos fechados e com toda a cautela, uma vez que nós tratamos de organizações criminosas com alta infiltração em todos os Poderes, com grande poder financeiro e com aptidão para trabalhar nos tribunais superiores por interpretações favoráveis. Eu não tenho muito hábito de ter muito cuidado com palavras, eu falo as coisas sempre da forma mais objetiva para que todo mundo entenda. O tratamento que sempre se deu no Brasil para o corrupto hoje se dá para o faccionado, porque o corrupto e o faccionado cada vez mais estão lado a lado, em organizações, em atuações, em cooptação do Estado e em sequestro de recurso que são dos brasileiros.

Então, eu queria deixar isso bem assentado e gostaria de ouvir isso pela sua voz.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINCOLN GAKIYA – Olha, eu acho que o ponto fundamental é que, no Congresso, em que pese haver a urgência, eu entendo que há uma urgência. A questão da segurança pública hoje é o primeiro assunto em nível de importância para o brasileiro, e, em que pese haver essa urgência, os senhores precisam entregar uma ferramenta que será útil para todos nós nos próximos 20, 30 anos. A gente não pode ter uma premência de entregar um resultado que a população espera, fornecer algo que vai ser debatido, discutido nos tribunais. Vou dar alguns exemplos para os senhores – e claro que eu ainda não me debrucei, nós tivemos pouco tempo para nos debruçarmos sobre essa legislação.

Os colegas do Ministério Público, por exemplo, na sua grande maioria, são contra a mudança na competência do júri. Nós entendemos que a competência do júri precisa permanecer com o cidadão como é hoje, com os jurados do povo. Então, inclusive, os Ministérios Públicos, os promotores do júri do Brasil estão preparando um documento que vão encaminhar, Senador, para esta Casa, para pedir essa modificação. Eu entendo a justificativa: "Olha, o jurado pode sofrer uma pressão maior", mas saibam que os juízes sofrem também – saibam que os juízes sofrem também –, e às vezes a gente tem mais saídas para o garantismo que acabam liberando esses indivíduos do que uma decisão leiga tomada por um juiz do povo.

Então, essa é uma das observações.

A questão das condutas extremamente abertas apresentam algum risco. Por quê? Nós teríamos, pelo menos, *a prima facie*, analisando e com todo o respeito ao relatório do Deputado Derrite, que inclusive é um amigo pessoal... Aliás, só uma observação: quando houve o primeiro plano para matar o Dr. Ruy Ferraz, em 2012, foi também a ação controlada minha que evitou a morte dele, e quem atendeu a ocorrência foi o Tenente Derrite na Rota, que evitou a morte do Ruy. Então, ele estava ali iniciando o seu trabalho na Rota. Mas eu também tinha objeções ao texto que foi apresentado pelo PL do Governo fazendo essa referência, que também precisava de várias alterações que me parecem importantes. Mas, se a gente tem hoje duas classes de organizações criminosas, a organização criminosa da Lei 12.850, que todos nós conhecemos, na qual nós já estamos acostumados a enquadrar o PCC e o Comando Vermelho, e teremos a organização criminosa ultraviolenta desse marco legal aí, desse PL novo, nós poderemos ter alguma dificuldade em enquadrar o integrante, porque, primeiro, o integrante não se autotransforma como integrante. Nenhum integrante do PCC que eu atendi até hoje diz que é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrante do PCC, inclusive o Marcola. O Marcola nega até hoje ser líder do PCC. Ele fala é que ele é um líder nato do sistema prisional, mas que nunca fez parte de nenhuma facção.

Então, nós teríamos um problema em identificar esse indivíduo e, aí, em capitulá-lo como indivíduo integrante de uma organização criminosa ultraviolenta. E o receio que nós temos é que, pela severidade das penas, os tribunais superiores possam tender a fazer aí um juízo, vamos dizer, de proporcionalidade e acabar enquadrando alguns casos ou desclassificando para a organização criminosa da Lei nº 12.850. Se pegarmos o voto do Ministro Fux, em que pese ser voto vencido, ele observa que o indivíduo x não faria parte de organização armada, porque ele não estava armado. Então, vejam, essa é uma interpretação possível.

Então, se nós temos lá 11 condutas, se o indivíduo não praticou nenhuma daquelas condutas, ele está lá só com o quê? Com droga do PCC, mas não praticou nenhuma daquelas condutas. Será que os tribunais e mesmo os juízes de primeiro grau vão enquadrar essa conduta como organização criminosa ultraviolenta? Esse é um ponto com que nós precisamos nos preocupar.

E o que mais me preocupa são as sanções, aliás, as medidas cautelares, essas, sim, nós ajudamos a colocar num projeto do Governo, e não foram retiradas, o Derrite manteve todas as medidas assecuratórias de descapitalização das organizações criminosas – ele manteve na íntegra. E mais, ele adicionou o que o Ministério da Justiça suprimiu, porque a parte de ação civil autônoma de perdimento de bens foi uma contribuição do Ministério Público de São Paulo, que entregou o capítulo inteiro para o Ministro, para que fosse colacionado ao projeto de lei, e acabou sendo suprimido. Então, o Derrite aceitou do Procurador-Geral esse capítulo e ele inseriu.

Então, as medidas são boas, mas pensa o seguinte, Senador: essas medidas só são aplicáveis, na minha modesta opinião, para as organizações criminosas ultraviolentas. Elas não seriam aplicáveis para as organizações criminosas da Lei 12.850. Então, nós não teríamos, por exemplo, um instrumento muito importante que é o confisco extraordinário, que me parece que é uma das medidas mais interessantes da lei, além da infiltração da pessoa jurídica e da intervenção.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A intervenção da pessoa jurídica foi uma sugestão nossa, por conta das duas empresas de ônibus. Nós tivemos que usar a lei de licitações, que não é uma lei criminal, para obrigar a Prefeitura a intervir nas duas empresas, e hoje já tem a previsão legal, que é muito importante.

Mas é importante que isso se aplique para as outras organizações criminosas, Senador, porque, senão... Eu vou dar um exemplo: a Operação Carbono Oculto não seria abrangida pela legislação nova. E mais: não houve nenhuma alteração no que tange à lavagem de dinheiro e à associação com aquele indivíduo que está lavando dinheiro para o crime organizado.

O crime organizado só existe dessa maneira, comprando fuzis, armamentos, comprando e corrompendo agentes públicos, policiais, etc., porque ele é financiado, ele tem uma lavagem de dinheiro estruturada. A pena para lavagem de dinheiro continua a mesma, e não seria abrangida na legislação.

Por isso que eu falo: precisamos ter em mente que os senhores têm a responsabilidade, sim, de fazer uma legislação que seja inovadora, que sirva para os próximos 20, 30 anos do Brasil, mas que abranja todas as circunstâncias que financiam o crime organizado. Me parece que aí há um problema, porque nós só vamos ter se nós conseguimos enquadrar nas organizações ultraviolentas. E, no caso da Carbono Oculto, não é toda a cadeia de combustíveis que era do PCC. Os empresários não eram integrantes do PCC, mas eles se associam ao PCC. Por quê? Porque o PCC estava na ponta dos postos de combustíveis. Então, há uma espécie de simbiose, um ecossistema e uma convergência criminal. Mas se a gente for pegar à *prima facie* – veja, eu posso estar equivocado – o texto do projeto de lei, não estaria abrangido – não estaria abrangido. Então, assim: "Olha, vamos acabar definitivamente com essa infiltração", nós não vamos. A gente vai pegar criminosos realmente, bastantes criminosos, é até fácil pegar se entrar hoje numa comunidade que você identificar e, né? Agora, precisamos ter essa medida de melhor classificar, individualizar essas condutas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado.

Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Lincoln. Para mim foi de extrema importância e quero parabenizar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho de V. Exa. Eu só queria fazer uma reflexão com o senhor aqui, que nós ouvimos aqui o Diretor da Polícia Federal e eu lembro que eu fiz uma pergunta a ele: que o PCC, ou Comando Vermelho, em quantos países têm atuação? E ele não me deu esse número, ele não tinha essa resposta. Você teria como ter uma resposta para essa pergunta, por gentileza?

O SR. LINCOLN GAKIYA (Para expor.) – Do Comando Vermelho, infelizmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Do PCC, sim, e eu explico por que.

Tudo que a gente fala e a gente acaba compartilhando, inclusive com outros países, é fruto de investigação que nós temos no Gaeco. Então, durante essas investigações, para o senhor tem uma ideia – é que não daria tempo de eu fazer uma apresentação aqui –, mas o PCC, dividido entre setores, tem a sintonia dos estados e países. Então, o indivíduo que está nessa função, por vezes, precisa fazer contato com os integrantes do PCC fora do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Hum-hum.

O SR. LINCOLN GAKIYA – ... tá? –, e aí anotar quem são os integrantes, os vulgos, os telefones e qual a função. Então vem daí essa informação nossa, que já não é tão atual, ela é de janeiro de 2024, de que o PCC estava presente em 28 países, porque eu, nas minhas investigações, através de análise de nuvem, de iCloud, nós pegamos essa troca de informação, inclusive compartilhamos, e eu acho que saiu uma reportagem num jornal português recentemente. Portugal hoje, até pela questão da língua, mas na presença grande de brasileiros, é o país da Europa com mais integrantes do PCC. E vejam, Senador, que eles estão espelhando todas as funções que ele tem aqui no Brasil, fora do Brasil. E eu alertei os portugueses de que isso me parece ser uma presença com caráter definitivo, de permanência, e não uma presença eventual só para uma logística de tráfico de drogas que desce naquele país. Então, eles têm um setor lá, por exemplo: Sintonia dos Presídios Femininos, Sintonia dos Presídios Masculinos, Setor de Paiol – isso em Portugal –, Sintonia do Progresso – que é o tráfico do PCC, não é um tráfico internacional, interno – e Sintonia Disciplinar, ou seja, quando você tem a Sintonia Disciplinar? É uma espécie de corregedoria. Quando há problema entre integrantes, é resolvido por aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é por isso, são 28 países.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Eu só queria também que o senhor me esclarecesse, por gentileza... Eu lembro que, quando surgiu a delação premiada no Brasil, ela foi inspirada na operação da Cosa Nostra, na máfia italiana, com Tommaso Buscetta, e ela entra no Brasil como causa de diminuição de pena, mais precisamente no art. 8º da Lei 8.072/90, que, quando na Lei dos Crimes Hediondos, no crime de formação de bando ou quadrilha, um dos integrantes delatava.

O que foi de fundamental importância para que a Itália fizesse uma operação e que acabasse efetivamente com – acabasse, se é que eu posso utilizar esse termo –... com a máfia italiana lá? Que a gente pudesse, de alguma forma, aplicar aqui.

O SR. LINCOLN GAKIYA – É basicamente o que aconteceu também com a máfia italiana nos Estados Unidos. Essas estruturas criminosas extremamente sofisticadas, com um poder financeiro e uma infiltração, às vezes, até política muito grande, na maioria das vezes o instrumento principal para você desestruturar, para você conseguir investigar é a cooperação, aliás, a delação premiada. Então, essa é uma constatação.

Por isso que eu falo que a gente precisa ter mecanismos que assegurem, de fato, uma colaboração, uma delação premiada eficiente, porque é só o indivíduo que esteja numa função de comando, às vezes, de liderança, um *capo*, por exemplo, de uma máfia, tem condição de entregar os demais. Isso foi feito nos Estados Unidos, mas vejam só como é sofisticado. O Tommaso Buscetta foi exilado nos Estados Unidos através de acordo de cooperação que a Itália tinha com os Estados Unidos. Então, hoje nós não temos; até temos, mas isso não é utilizado no Brasil.

E mais: se a gente pensar que quase todas as facções, organizações criminosas são de origem prisional, nós não temos delação e colaboração premiada dentro do sistema prisional, porque o Provita não atua. O programa de proteção de testemunhas e réus-colaboradores não atua quando o indivíduo está preso. E, se o indivíduo está preso, como é que nós conseguiríamos protegê-lo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um preso, que é o Orlando Mota Júnior, o Macarrão, ele é o meu primeiro réu-colaborador, a esposa dele foi assassinada por conta da colaboração em São José dos Campos. E aí eu só mantenho ele preso porque eu sou Promotor, corregedor de execução, e ele está numa cadeia de oposição ao PCC, que eu tenho a correição dela e a gente mantém ele meio que isolado lá. Mas essa é uma atitude minha. Nós não temos legislação para isso e a gente não vai conseguir fomentar que outros colaboradores possam surgir. Por exemplo, houve um racha no PCC. O que a gente pode oferecer para esses líderes que estão contra o Marcola? Porque nós não temos nenhum tipo de proteção ou mesmo... Claro, você poderia até negociar a pena, mas não tem proteção para quem está dentro do sistema prisional. Então, isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E o próprio Estado, com relação ao PCC, oficialmente, faz esse sistema de triagem para rotular, para carimbar o preso dentro do sistema prisional como integrante do PCC? O senhor tem conhecimento disso? Porque isso eu acho muito sério, né? Quando o próprio Estado reconhece...

O SR. LINCOLN GAKIYA – É, mas eu acho, Senador, que isso é uma necessidade, inclusive, de sobrevivência do preso. Vou dar um exemplo para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, mas isso ocorre?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Ocorre. Ocorre assim... Na verdade, a pergunta "você é faccionado"? A maioria vai dizer que não – a maioria vai dizer que não –: "Não sou faccionado". Está bom. "Então, você pode ir lá para a Penitenciária II de Presidente?" Ele fala: "Não, senhor. Lá eu não posso, eu não tenho convivência". Ele já sabe, quando o sujeito é reincidente, inclusive, qual a unidade prisional que ele pode ir.

Então, o que acontece? Se, de fato – isso falando por São Paulo – a administração penitenciária tem elementos lá, seja de investigação interna, seja mesmo de denúncias que o Ministério Público já ofereceu e que aquele indivíduo foi, por exemplo, condenado por participar do PCC, ele vai ser rotulado lá, inclusive, no BI dele vai constar; se não, não consta. Mas essa classificação é feita até pela sobrevivência do preso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Eu queria também... Aqui eu concordo com o senhor que, no Brasil, dentro da execução penal, tanto a Lei 7.210, que é a Lei de Execução Penal, como o Código Penal, com os benefícios que são dados após a condenação, eu acho, assim... e volto a falar que não é razoável você explicar que uma pessoa que praticou, por exemplo, um homicídio doloso por disparo de arma de fogo pegue uma, a tendência a condenar no mínimo, pega nove anos e não fica nem um ano e oito meses presa, porque você tem aí um sexto de regime aberto, um terço de livramento condicional, três dias trabalhados dão remissão de pena pelo trabalho, no final do ano, indulto e comutação de pena e, no final, ele vai ficar, efetivamente, não é nem com a sensação, é com a certeza da impunidade.

Eu só quero, aqui, no bom sentido... O senhor atuou muito na vara de execuções penais.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Qual o percentual da população carcerária, hoje, no Estado de São Paulo, que está cumprindo pena em regime fechado – se o senhor tiver –, por crimes, por exemplo, de corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, crimes contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro?

O SR. LINCOLN GAKIYA (*Fora do microfone.*) – Só um minutinho, porque eu tenho aqui um...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu acho que esta CPI tem que prestar um serviço de grande valor à população, quando ela... Eu volto a falar aqui, Senador Alessandro, quando a gente subir a esse andar, quando a gente chegar e alcançar as instituições financeiras, os agentes políticos envolvidos em organização criminosa, ou facções, ou milícias, ou PCC, ou Comando Vermelho...

O SR. LINCOLN GAKIYA – Como eu vi que o senhor fez essa pergunta para outro colega da Senappen, que foi ouvido aqui, o Glautter, eu falei: "Vou providenciar uma colinha, porque o Senador vai me perguntar".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu até posso passar isso para o senhor depois, mas a Secretaria de Administração Penitenciária me passou os seguintes dados... Só um minutinho aqui.

É claro que o maior volume de presos no sistema prisional – isso no Brasil – é por tráfico de drogas e condutas afins – associação, tráfico de drogas, etc. Isso já levando em conta que naquele tráfico privilegiado, às vezes, ele já nem preso está, mas geralmente são reincidentes na prática do tráfico.

Então, são 26,6% de presos no Estado de São Paulo cumprindo penas por tráfico de drogas e afins; 23 por roubo – 23,6 –; 9,9 por furto; 8,9 por homicídio; 1,5 por apropriação indébita, estelionato e receptação; sequestro, cárcere privado e extorsão, 1,7; crimes contra a dignidade sexual, 6,1%; porte ilegal de arma, 0,9%; Lei Maria da Penha, 1,7%, que é bem baixo – na verdade, muito poucas pessoas vão presas pela Lei Maria da Penha –; falsificação, 0,01%; crimes contra a administração pública, 0,0004%; crimes contra a administração da Justiça, 0,0006%; dano ao patrimônio, 0,003%; latrocínio, 0,03%; crimes contra o meio ambiente, então, é bem menor – 0,0008%. Basicamente é isso.

Então, esses crimes aos quais o senhor se referiu são uma quantia ínfima do sistema prisional.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Lembrando que, por exemplo, para corrupção ativa, no 333, a pena é de dois a doze, peculato, dois a doze, e que nós temos essa realidade, que eu acho que também é um outro tema que tem que se enfrentar com relação a essa conduta. E, mais uma vez, eu acho que tem que se fazer...

Um dos princípios que regem a administração pública é transparência, eficiência – a gente sabe disso, não é?

Rastreabilidade de emendas, financiamento de campanha... Acho que isso tudo tinha que vir à tona, para, efetivamente, a gente fazer essa faxina moral.

Eu só queria aqui falar para o senhor também que eu fiquei muito contente de ouvir a opinião do senhor, porque há um movimento aqui dentro do Senado, por vezes, falando assim: "Vamos tirar a competência do tribunal popular do júri".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, a coisa não pode ser tão simplista assim, porque essa competência é constitucional: compete ao tribunal popular do júri julgar os crimes dolorosos contra a vida, tentados ou consumados.

Então, no projeto de lei antifacção, há a previsibilidade de que esses homicídios, ocorrendo em nível de PCC, Comando Vermelho, saíria da via da competência que é hoje pelo tribunal popular do júri e passaria para o juiz singular, e o senhor já expôs a opinião do senhor...

O SR. LINCOLN GAKIYA – Minha e do Ministério Público de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... com a qual eu concordo em gênero, número e grau.

Eu tenho um projeto, de minha autoria – eu agradeço até –, que foi aprovado aqui, Dr. Lincoln... Eu fui delegado, por 27 anos, e trabalhei dentro também do sistema socioeducativo. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente só permite a internação por, no máximo, até três anos de internação. Nós aprovamos aqui um projeto de minha autoria – e eu fiz uma pesquisa no G20 –, podendo chegar a dez anos, se for equiparado a hediondo, praticado com violência ou grave ameaça.

Eu queria saber a opinião do senhor: hoje, o atual Estatuto da Criança e do Adolescente, permitindo a internação por até três anos, é suficiente para dar um grau de reprovabilidade? – claro, assegurando toda a função pedagógica de uma medida socioeducativa. Qual a opinião do senhor com relação ao período de internação para adolescente?

Pergunto porque, em muitas das facções criminosas, sejam milícias, Comando Vermelho, PCC, há participação de adolescente em conflito com a lei, porque tem a certeza de que ele, no máximo três anos... Eu tive, na minha vida profissional como delegado, um homicídio qualificado em que a juíza estabeleceu apenas um ano de internação para um rapaz de 17 anos de idade.

Então, qual é a opinião do senhor sobre esse período de internação, que, hoje, é de até três anos?

O SR. LINCOLN GAKIYA – É, eu fui promotor da infância também, em varas cumulativas, até 2008. Trabalhei bastante na área da infância e já percebia isso. Antes mesmo de o prazo ter





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido aumentado para três anos, eu já achava que era muito pouco, até porque é "até três anos". E, quando se estabelece um ano, nos casos do Estatuto da Infância e do Adolescente, esse prazo pode ser revisto durante o cumprimento da medida de privação de liberdade, e normalmente é. Vêm aí relatórios favoráveis, e esses indivíduos são desencarcerados, desinternados.

Eu acredito que deva se aumentar sim. Eu sou favorável. Claro, em estabelecimento previsto para adolescentes, separado de adultos, como há nos Estados Unidos, como há em outros países desenvolvidos do mundo.

Eu acho que, infelizmente, a gente tem hoje uma gama muito grande de adolescentes, às vezes de 16, 17 anos, praticando latrocínio e mesmo servindo de mulas para o tráfico, porque eles sabem que, se forem pegos, não ficarão três anos. Muito dificilmente – viu, Senador? – ficarão três anos internados; no máximo um ano, e ele estará de volta às ruas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só para concluir aqui, Dr. Lincoln...

Eu acho que o Congresso Nacional tem que dar uma resposta imediata, e esse sistema de integração e de coordenação tem que existir.

Às vezes, as instituições se deparam com vaidade, a polícia civil com relação à polícia militar, com relação ao ministério público, controle externo, investigação, e quem perde com isso é a própria população.

Então, eu acho que esse sistema, por exemplo, a lei de proteção de testemunha e réu colaborador, quando há a possibilidade...

Eu trabalhei, por exemplo, eu presenciei isso de investigador de polícia ou soldado da polícia militar morando no local em que efetivamente atua, e aí você vai ter uma consequência muito ruim na vida dele e da família, e o Estado não tem como dar essa resposta.

A lei orgânica da polícia civil e da polícia militar, que passou aqui e foi aprovada, já foi sancionada, acho que a gente tinha que buscar também mecanismo para que essa movimentação ocorresse com maior facilidade, de forma mais... Sem tanta burocracia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria, mais uma vez, agradecer o comparecimento do senhor, parabenizar pela atuação, pela atuação do Ministério Público.

Eu acho que também essa constatação, essas operações, por vezes isoladas, não têm uma sintonia, uma forma, um comportamento metodológico. Eu acho que falar em segurança pública, concordo com o Relator, tem que se falar em orçamento, segurança pública sem orçamento não tem a menor possibilidade. Então, agradeço o comparecimento do senhor.

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Dr. Lincoln, cumprimentando o senhor, desculpe o meu atraso aqui; eu estava em outra reunião.

Vou tocar aqui, inicialmente, num tema que tem sido bastante controverso no atual momento, mas nós vemos, então, o assassinato de autoridades sendo cometido pelas facções. O senhor considera que isso é terrorismo seletivo?

O SR. LINCOLN GAKIYA (Para expor.) – Bom, o senhor me colocou numa saia justa aqui – hein, Senador? –, mas vamos lá.

Eu considero...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dr. Lincoln, eu sempre vou dizer uma coisa para o senhor: a opinião é um estado entre a dúvida e a certeza. Então, o senhor pode emitir sua opinião.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Não, eu tenho essa característica. Eu realmente tenho dado minhas opiniões. Por vezes, até não são bem aceitas, mas eu acho que é um direito que nós temos.

Eu tenho considerado, Senador, que o PCC, por exemplo, que é o que eu conheço de perto, pratica atos de natureza terrorista. Atos de natureza terrorista. Disso, eu não tenho dúvida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente pegar, por exemplo, a morte do meu amigo, do Machado Dias, do Juiz Machadinho, em Presidente Prudente, a duas quadras de onde eu morava, ele foi assassinado a mando do Marcola e do PCC... Aquilo já era para produzir um efeito intimidativo em todo o Judiciário do Brasil, não só do Estado de São Paulo, e produz até hoje, porque, infelizmente, promotores, magistrados, acabam se esquivando de trabalhar contra o crime organizado, por receio de ter sua vida ceifada. Esse é um ponto. E, às vezes, acabam dando até decisões ultragarantistas, para disfarçar, às vezes, um medo mesmo de atuar em determinada área – incluo o Ministério Público e a polícia nisso também.

De qualquer forma, não é isso, na minha opinião, Senador, que faz do PCC ou do Comando Vermelho uma organização terrorista.

Eu sou daqueles, essa é a minha opinião... Adoto o mesmo conceito da ONU de que, por exemplo, as máfias praticam condutas terroristas: explodiram inclusive estação de trem na Itália, mataram milhares de pessoas. Mas isso não faz delas uma organização terrorista. É claro que eles praticam atos de natureza terrorista, mas eles não têm intenção política, não têm intenção de disseminar ódio com religião, de etnia, etc. Então, essa é a minha opinião.

Agora, que essas condutas precisam, sim, ser classificadas e ter rigor, eu não tenho dúvida nisso.

Acho que até o próprio PL faz isso até com bastante propriedade, mas eu não considero essas organizações como organizações terroristas.

E não vejo também, na minha análise comparada da legislação que nós já temos, qualquer benefício em termos de investigação ou de persecução penal. Todos os instrumentos que nós temos na Lei 12.850 e nós temos na lei de drogas, por exemplo, são os mesmos que nós temos na lei de terrorismo.

Então, não vejo, do ponto de vista legal, algum benefício para que nós passássemos a classificar essas organizações como terroristas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Me permite só complementar aqui...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINCOLN GAKIYA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... porque eu concordo com isso. Se você dá o tratamento, por exemplo, tornando inafiançável, imprescritível, insuscetível de anistia, graça e indulto, e você dificulta a progressão do regime, qual é a justificativa de você fazer esse rótulo efetivamente?

Agora, eu queria só – desculpa, Senador –, fazendo aqui outra reflexão, que o senhor tocou num ponto, com o Relator, que me chamou a atenção, que foi sobre o princípio da especialidade.

Nós sabemos que, dentro do Direito Penal, a lei especial derroga a lei geral, mas nós temos a lei de organização criminosa, e pode vir essa que vai vir aí.

Nós também temos como premissa a regra, lá na codelinquência ou concurso de pessoas, no concurso de agentes, no art. 29, o parágrafo 2º, quando diz: "Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste".

Essa preocupação que o senhor tem eu também tenho, se, dentro das descrições ali elencadas no PL antifacção, não estiver uma delas, se vai ter aplicação das outras 11 condutas, não vai ter a adequação típica na lei mais rigorosa, e, aí, todas as medidas cautelares estão previstas dentro do PL.

Eu acho que essa é uma reflexão que merece...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, prosseguindo aqui, Dr. Lincoln, o PCC se apresenta, então, com um modelo de expansão de negócio internacional, diversificado. O que é que o senhor considera o núcleo mais perigoso dessa transformação? O Estado brasileiro está preparado para enfrentar isso ou se está reagindo segundo um modelo ultrapassado?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Olha, eu acho que o mais preocupante hoje é o poder financeiro. O mais preocupante hoje, Senador, é a participação na economia formal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu costumo dizer, e tenho sido criticado por isso, mas, como eu não sou integrante de governo nem de oposição, eu sou apenas um promotor do interior do Estado de São Paulo, eu tenho dito que o Brasil caminha a passos largos para se tornar um narcoestado – se nada for feito. Se nada for feito. Por quê?

Quando é que nós temos um narcoestado? Quando essas organizações criminosas, como o PCC, como o Comando Vermelho, por exemplo, elas se infiltram, elas começam a participar da economia formal, elas começam a participar da vida política, com infiltração na política, por exemplo, com influência na política, com influência na vida do cidadão, com a dominação de território, de tal modo que chega uma hora, Senador, que o Estado não consegue mais sobreviver sem a presença dessas organizações na economia.

Isso aconteceu na Colômbia. Tira a economia da cocaína na época do Escobar, na Colômbia, e vê se a Colômbia parava de pé se não houvesse lá intervenção dos Estados Unidos no Plano Colômbia. Eu sei que o senhor é um estudioso disso, eu acompanhei o seu currículo.

Então, a gente precisa entender isto, que, se nada for feito, nós nos tornaremos, sim, um narcoestado.

Porém, nós temos instituições capazes de fazer frente a isso, mas aí eu volto a dizer: as disputas institucionais, internas, corporativas, as disputas políticas têm atrapalhado isso, porque eu observo que há uma absoluta falta de coordenação, como eu disse, de integração e de cooperação.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Dr. Lincoln, eu lhe agradeço as perguntas... As respostas – perdão – e, principalmente, agora, as duas colocações que o senhor colocou, muito importantes.

Vou passar a palavra para o próximo debatedor aqui, que é o nosso querido Senador, da grande Bahia, meu subordinado Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Para interpelar.) – O estrelato, meu querido Senador, nunca se apaga; a sua luz é inapagável neste Brasil. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a todos, cumprimentar o Dr. Lincoln, referência hoje, no Estado de São Paulo, no combate ao narcotráfico, ao crime organizado.

E aqui, Dr. Lincoln, eu fiz, alinharei aqui umas perguntas, sem muita técnica, mas, talvez, para o nosso telespectador, que está nos ouvindo, sejam até mais diretas para compreender.

Uma das perguntas seria: o Brasil não produz drogas; o MP tem atuado com inteligência para combater a entrada dessas drogas via terrestre, aérea ou pelas nossas fronteiras secas?

O senhor falou que os chefões do mundo da droga fazem a comercialização todos com *smartphones*. Hoje, bloquear, grampear um *smartphone*, acredito, não seja uma coisa difícil, até para se promover uma escuta. Hoje, o Ministério Público também tem agido para tentar ter essas escutas, para, com isso, tentar evitar que campeie o narcotráfico.

O senhor acha que há convivência no setor prisional com os chefões do tráfico presos? Exige uma corrupção interna do setor prisional, para que flexibilize a conversação externa? Tem como combater isso?

Eu vejo, quando tem uma operação grande, sempre há uma disputa de aparecer na televisão do Ministério Público com a Polícia Federal. O senhor acha salutar essa concorrência, para ver de quem é o protagonismo desse combate?

O senhor citou que as *bets* são possíveis canais de lavagem. O senhor se referiu também às *bets* legalizadas recentemente? O MP tem agido para combater as ilegais, que, segundo informação de uma pesquisa que saiu na semana passada, tem 82 *bets* legalizadas e tem mais de 10 mil ilegais sem o poder do Estado controlá-las.

O senhor acredita que os chefões são realmente os senhores do tráfico internacional de droga? O senhor acredita que aqueles que são tidos como chefões, de bermuda, que a gente não vê, assim, nenhuma pinta de um grande empresário, podem controlar o império da droga, como é hoje classificado?

E, para encerrar as minhas perguntas, aguardando a sua resposta, o senhor considera a Venezuela um narcoestado?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINCOLN GAKIYA (Para expor.) – Bom, eu iria precisar de uma colinha para responder todas essas questões aí.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, se quiser, eu pergunto uma por uma.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Senador Coronel, vamos lá.

O Ministério Público tem procurado... Eu, pelo menos, tenho procurado agir junto com os colegas, coordeno várias investigações no Ministério Público de São Paulo, todas elas, ou a maioria delas, inclusive, em concurso com a Polícia Federal.

Nós não estamos lá em São Paulo, por exemplo, disputando, pelo menos nas operações de que eu tenho participado, holofotes com a Polícia Federal. Eu daria aí vários exemplos, todas elas integradas com a Polícia Federal.

A gente tem procurado – eu tenho procurado, Senador – agir de maneira disruptiva. Eu acho que o Ministério Público e as polícias também, se me permitem, precisam entender que o crime organizado mudou. Como eu disse, não é mais aquele de quadrilha ou bando, de 1940, do nosso Código Penal; não é mais o mesmo de 2013, Senador, da Lei de Organizações Criminosas. Hoje ele está ultrassofisticado. A gente está falando em lavagens utilizando fundos de investimento, utilizando *fintechs*, utilizando criptoativos, moedas, etc. Então, eu imagino que nós precisamos agir, como eu disse, de maneira a não só fazer as investigações e a persecução penal, que vai gerar, sim, uma condenação que às vezes pode durar décadas, pode demorar décadas, mas a gente precisa, na verdade, expor essas fragilidades, demonstrar para o Congresso, demonstrar para a população o que precisa ser mudado para que essas mudanças tenham esse aspecto disruptivo.

Então, eu vou dar um exemplo. Na Operação Fim de Linha em que nós trabalhamos e em que a Polícia Federal também trabalhou, que tratou do transporte público metropolitano em São Paulo, o processo está correndo ainda, mas nós tivemos a intervenção nas duas empresas, nós obrigamos a prefeitura a intervir, e, com a intervenção, ficou provado que elas não tinham condição de prosseguir. Portanto, houve um processo de caducidade dessas duas empresas, depois de 14 anos foram afastadas dessa prestação de serviço; os diretores estão presos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

afastados, não podem praticar atos de direção; nós fizemos lá o sequestro de mais de R\$1 bilhão entre dinheiro e imóveis e bens desses dirigentes. Mas vejam só: quando nós deflagramos a operação, o Banco Mundial entrou em contato conosco, com o Ministério Público de São Paulo, porque eles tinham, e têm ainda, um projeto de financiamento de troca de todos os ônibus de São Paulo de diesel para elétricos, e quem vai financiar é o Banco Mundial, e as duas empresas eram também signatárias desse grande empréstimo que estava sendo feito pelo BID e pelo Banco Mundial. Fizemos então, Senador... firmamos um contrato de cooperação com o Banco Mundial e com o BID, e, portanto, o Ministério Público de São Paulo vai fiscalizar a execução desse contrato, que não é só para São Paulo, é para a América Latina toda. Então, eu acho que essas ações têm o poder, sim, de mudar a regulamentação, a fiscalização interna.

Se o senhor pegar a Operação Carbono Oculto também, de certa maneira, ela fez com que a Receita Federal entendesse que haveria a necessidade de adiantar uma mudança de legislação ou de fiscalização das *fintechs* de 2029 para agora, e o que já está acontecendo. Então, acho que isso é importante.

Com relação aos portos e aeroportos, eu tenho um trabalho em andamento com alguns colegas, também em cooperação com a Polícia Federal e outros órgãos, em que a gente tende a verificar, Senador, a teoria das facilidades, dos incentivos. Por que se utiliza, por exemplo, o Porto de Santos como principal porto de saída de tráfico de cocaína para a Europa? Sessenta por cento da cocaína que saem do Brasil sai do Porto de Santos. Então, por certo, com todo o respeito à administração portuária, alguma coisa está produzindo incentivos e facilidades para que o crime atue nesse setor.

O mesmo posso dizer com relação ao minério ilegal, que já está sendo explorado por facções e organizações como o PCC e o Comando Vermelho porque há uma deficiência de regulamentação e fiscalização, e à extração de madeira, quer dizer, o ramo de atividades é muito extenso, por quê? Em todo setor em que houver opacidade, em que houver dificuldade de fiscalização, deficiência de regulamentação e baixo risco... Porque se verificarem aqui quantos estão presos por esse tipo de infração, vão verificar que são quase nada, muito poucos desses criminosos. E talvez o senhor queira dizer que são aqueles que não estão de bermuda e chinelo no presídio, que eles estão, às vezes, na Faria Lima ou estão em outro centro econômico





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante do país. Isso precisa ser visto, mas uma andorinha só não faz verão. A gente precisa, como eu disse, agir de maneira integrada com a Polícia Federal, com as polícias estaduais, com a Receita Federal e com o Coaf. Se não ocorrer isso neste país, se cada instituição brigar por holofote, nós só vamos ver o crime organizado avançar.

Com relação ao sistema prisional, veja, eu acho que já melhorou bastante – já melhorou bastante. Por exemplo, em São Paulo, nós temos bloqueadores de celular em praticamente todos os presídios do estado, e funcionam. A comunicação, Senador, não é mais por telefone. Porém, pela nossa legislação, e aí não é só uma deficiência do Brasil, nós não temos como evitar que o preso receba visita dos seus parentes e receba visita de advogados. Às vezes, maus profissionais travestidos, na função de advogado, servem de pombo-correio para o crime organizado. Mas, como eu disse, isso ocorre na Itália também, ocorre nos Estados Unidos, ocorre em vários países desenvolvidos.

Com relação ao Sistema Penitenciário Federal, e eu o conheço bem, bem mesmo, porque eu o acompanho desde a sua fundação...

(Soa a campainha.)

O SR. LINCOLN GAKIYA – ... do seu início, em 2006. Acho que não há problema e nunca houve problema de comunicação através de celulares no Sistema prisional Federal, não há troca de bilhetes entre preso e advogado, até porque não dá, é tudo monitorado. Mas é preciso que se passe lá, às vezes, uma semana, Senador, um mês, acompanhando o trabalho desses heróis, porque as conversas são codificadas, são quase criptografadas, são gestos, é algum código que eles passam e, para quem está recebendo do outro lado, já faz todo sentido. Portanto, cortar totalmente a comunicação é praticamente impossível. Eu não vejo como isso poderia ocorrer nem no Brasil, nem em outro país do mundo que tentou.

Tinha mais uma que o senhor falou aí, que eu acho que foi...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu falei: os chefões mesmo do PCC são esses que estão presos ou tem realmente uma figura de proa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINCOLN GAKIYA – Olha, eu não vou falar em relação ao Comando Vermelho, porque, de fato, eu não conheço...

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Do PCC então.

O SR. LINCOLN GAKIYA – O PCC eu conheço bem. O poder – o poder, Senador – é o que impulsiona, o que move esses líderes, porque eles não usufruem – eles, pessoalmente – de nada do que é produzido por essas grandes organizações que eu já classifico como mafiosas. O Marcola não vai andar num carro importado, ele não vai ter nenhum outro benefício que outro preso que esteja no Sistema prisional Federal tenha. Os seus familiares até que pensam ser investigados por lavagem de dinheiro, mas é o poder. São presos, às vezes... O Marcola já vai fazer 30 anos que está preso e ele é o líder máximo do PCC ainda. Então, ele criou uma engrenagem que hoje funciona, inclusive, sem a presença dele, mas que esses indivíduos que estão em liberdade, infelizmente, na Bolívia, alguns no Paraguai, mas principalmente na Bolívia, consigam gerir todo esse lado financeiro.

Mas, de fato, o crime organizado prisional, como o PCC, de origem prisional, está se afastando cada vez mais das suas origens, Senador. Ele está esquecendo, inclusive, o sistema prisional. Eu, como Promotor de Execução, não vi, nos últimos dez anos, rebeliões que tenham sido motivadas por reivindicações que o PCC tenha feito, e era comum isso. Eles chegaram a fazer rebelião até pela cor do uniforme. "Ah, não gostamos dessa cor de uniforme", rebelião no sistema paulista, assassinato de agentes penitenciários, hoje policiais penais. Por quê? Porque hoje há um exército de jovens de 20, 25, 30 anos, que nem passagem tem pelo sistema prisional, que está em função de comando na rua, que está atuando no tráfico internacional, que dá muito dinheiro – dá muito dinheiro. Então, esses aí não vão estar de bermuda. Eu falo que é a nova cara do PCC. Aquele criminoso da operação da Polícia Federal, lá de Santa Catarina, não esteve no sistema prisional e levava uma tonelada de cocaína, em jato próprio, para a Europa todo mês, associado com o PCC. É a nova cara do PCC. Esse não vai estar de bermuda, de *short*. Estava numa mansão lá em Florianópolis, andando de Porsche, de carro importado, com jato particular.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tudo precisa ser investigado. Eu concordo com o senhor, é uma deficiência, mas tudo tem solução. Eu acredito que o Brasil tenha instituições que possam fazer frente para isso, mas reputo que a Polícia Federal precisa ser melhor aparelhada. Não dá para a gente trabalhar hoje com a criminalidade desse tamanho, com uma Polícia Federal com 13 mil homens. Eu acredito que nós precisamos melhorar isso aí. Os senhores têm, na questão do orçamento, uma responsabilidade muito grande nisso.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ficaram duas.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Ficaram duas? Então, vamos lá. Eu tinha que ter anotado aqui.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Uma: o que o MP de São Paulo tem feito para combater as *bets* ilegais, que representam em faturamento, segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, mais do que as legalizadas? Se o Ministério Público tem alguma ação diretamente...

E a outra, um pouco curiosa, porque eu vi aqui uma matéria de que o Donald Trump teria decretado hoje ou vai decretar amanhã a Venezuela como um país narcotraficante. Então, eu queria saber a sua opinião, como um dos grandes combatadores do narcotráfico brasileiro e como nós estamos falando de um país fronteiro, se o senhor vê a Venezuela também como um Estado narcotráfico, um “narcoestado”, no caso.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Bom, começando pela última, acho que a classificação do Trump é mais política e ideológica do que uma classificação, de fato, vamos dizer assim, jurídica e doutrinária. O termo “narcoestado” foi produzido na época do Peru, porque nós tínhamos lá o Sendero Luminoso e outros grupos terroristas. E a maioria dos grupos terroristas, em grande parte, utiliza o tráfico para autofinanciamento. As Farc mesmo fizeram isso na Colômbia. As Farc eram uma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINCOLN GAKIYA – Isso. E o ELN. Eram organizações narcoterroristas porque eram organizações terroristas, com ideais terroristas, mas que utilizavam o narcotráfico para financiamento das suas ações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à Venezuela, para dizer a verdade, o que eu conheço da Venezuela é o Tren de Aragua. O Tren de Aragua é uma organização criminosa, hoje, infinitamente menor do que o PCC. Ela é associada ao PCC, está agindo ali em Roraima, na fronteira do Brasil, ali na selva, mas ela é infinitamente menor que o PCC e já foi classificada pelo Trump como organização narcoterrorista – essa é uma definição que os Estados Unidos dão. Agora, a Venezuela, Senador, não é produtora de cocaína. A cocaína é basicamente produzida na Bolívia, no Peru e na Colômbia. A Venezuela, sim, é importante, porque está ali, tem uma Floresta Amazônica, ela é um ponto de passagem importante, mas ela não é uma grande produtora de droga. Nesse aspecto, eu acho que é mais a questão logística.

A outra questão é o que o Ministério Público está fazendo com relação às *bets*.

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – As ilegais.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Ilegais e legais. O que eu posso dizer para o senhor, isso é uma opinião pessoal minha, com relação às legais, também ainda a regulamentação ficou, na minha opinião – a regulamentação, não estou dizendo a legislação ou o marco regulatório –, a regulamentação ainda ficou aquém do que se precisa, porque nós precisamos ter formas de auditoria eficientes para a gente saber efetivamente se o sujeito está jogando, se alguém jogou de fato, quem é que jogou e se ganhou realmente, se não ganhou, porque isso, Senador, acaba sendo, se a gente tem... Aí, eu volto a frisar, se a gente tem aquele setor de opacidade, há a possibilidade de ser manipulado, mesmo nas legais; nas ilegais, então, nem se fala.

Agora, o Ministério Público age – a gente tem agido, infelizmente, até por falta de recursos humanos, a gente não tem perna para isso – de maneira reativa. Eu tenho investigações que vão atingir *bets*, mas não quer dizer que nós estamos atuando contra as *bets*, até porque a competência nem seria nossa...

(Soa a campainha.)

O SR. LINCOLN GAKIYA – ... a competência seria do Ministério Público Federal. A gente teria competência, sim, no caso das *bets* de lavagem de dinheiro, que aí é um crime estadual,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvendo as *bets*, mas, no caso da administração das *bets* em geral, não, não seria atribuição nossa. Mas a gente tem procurado agir.

O senhor pode esperar que, daqui a um espaço de tempo, não muito longo, o senhor vai ter novidades. Eu não posso falar, senão eu acabo dando *spoiler*, né? (*Risos.*)

O SR. ANGELO CORONEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Dr. Lincoln, eu acho que o senhor devia fazer *workshop* neste Brasil todo, para mostrar a sua *expertise*, a sua experiência no combate. (*Risos.*)

O SR. LINCOLN GAKIYA – Obrigado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Posso fazer um aparte sobre o tema?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – É porque o próximo orador é o Senador Sergio Moro para...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, é só uma pergunta, é muito breve. É só para não perder o fio, se me permite, Presidente. Desculpe-me, interromper.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito, perfeito!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Dr. Lincoln, no caso das *bets* ilegais, você falou uma coisa interessante: quando você as encontra, é possível ter acesso aos apostadores? Porque a gente deve pensar assim, a *bet* ilegal tem em todo lugar do mundo, o que é proibido é apostar em *bet* ilegal. Então, talvez se a gente inverter o vértice da questão para o apostador, porque ele pode usar as *bets* legais hoje, né? Por que ele está usando as ilegais? Então, talvez como uma ação educativa, dar um calorzinho aos apostadores... É possível chegar aos apostadores ou isso fica em computadores fora do mundo? Eu não sei, como é que é a dinâmica?

O SR. LINCOLN GAKIYA (Para expor.) – A sede dessas *bets* não é no Brasil, que eu saiba, de todas elas, inclusive as legais, a grande maioria não tem sede aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De qualquer forma, eu acho que o grande problema hoje da fiscalização – e não é um problema só do Brasil, mas precisa se chegar a um meio-termo – é a falta de controle em quem aposta. A gente não tem uma auditoria fidedigna de saber se realmente houve aquela aposta. Vamos imaginar que a *bet* fala que teve uma aposta, várias apostas de vários apostadores no Brasil no valor de – sei lá – R\$10 milhões. Aquilo também poderia ser que não houve uma aposta de fato, que aquele prêmio não foi pago, mas que alguém lavou dinheiro: "Ó eu peguei meu dinheiro dos 10 milhões do tráfico e estou internalizando que eu ganhei na *bet*". Antigamente, Senador, isso acontecia – e eu vi isto muito em São Paulo – na Mega-Sena, quando se compravam os bilhetes premiados na Mega-Sena. O Anselmo Becheli Santa Fausta, o tal do Cara Preta, ganhou 26 vezes na Mega-Sena – 26 vezes! Inclusive, com esse prêmio, ele comprou as cotas na empresa de ônibus, que eu... Ele fez esta transação: "Ó eu ganhei o dinheiro na Mega-Sena e eu estou comprando umas cotas de participação na empresa de ônibus". Só que ele gastou dez vezes mais ou até muito mais do que ele ganhou – ele teria gastado para comprar esses bilhetes. Então, é claro... O que eu acho que precisa, então, é uma tipificação legal punindo quem estiver fazendo aposta também, não só a *bet*. E a gente precisa trabalhar nesse sentido, mas, de fato, precisa ter uma auditoria que seja minimamente aceitável.

E as empresas também, pelo menos as sérias que estão legalizadas e que querem permanecer no mercado, precisam ter os seus controles internos de *compliance* também funcionando. Esse é um problema. E isso serve para *bets*, mas serve para os fundos de investimento privados, serve para as *fintechs*... Porque todo mundo ali abriu mão do *compliance*, a verdade é essa. Sob o pretexto de ganhar muito dinheiro com aplicação, você pode até suspeitar que seja lavagem de dinheiro, mas você abre mão do seu *compliance* interno para uma lucratividade maior. Isso precisa ser revisto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Primeiro, quero elogiar aqui o trabalho do Promotor Lincoln Gakiya, que realmente é um trabalho destacado, importante no país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já conheço V. Exa. faz um bom tempo. Inclusive, naquela transferência dos 23 líderes do PCC, isso foi requerido pelo Ministério Público de São Paulo, por V. Exa., e no Ministério da Justiça nós operacionalizamos. Não foi uma medida muito simples. Aliás, também naquela oportunidade, acabamos atualizando o regime de visitação dos presídios federais para tentar coibir o máximo possível a transmissão de "salves" para fora dos presídios federais.

Eu digo isso até porque não são muitos os promotores ou mesmo juízes ou policiais também que têm a ousadia e a coragem de enfrentamento do crime organizado. Então, tem que se reconhecer realmente esse trabalho de V. Exa., que se tornou uma referência nacional.

Eu queria fazer perguntas e pedir para V. Exa. ir respondendo.

Foi mencionado aqui o Juiz Odilon de Oliveira. Ele, de fato, teve uma carreira destacada no Judiciário, em Campo Grande, em Ponta Porã também. Foi meu colega. Decretou a prisão de vários traficantes. Eu já ouvi até de traficantes de que ele acabou decretando a prisão que havia um rancor, de fato, e uma ordem de retaliação. Ele se aposentou, e em 2018 cortaram a escolta dele, sob um pretexto, a meu ver, equivocado de que ele teria se candidatado a um cargo eletivo, como se isso fosse uma falta moral ou uma falta funcional – ele já havia se aposentado. E há pedido no CNJ de revisão para que seja restabelecida a escolta dele.

Eu gostaria de perguntar a opinião de V. Exa.: qual é a sua opinião sobre essa pretensão, sobre essa necessidade da escolta do Juiz Odilon?

O SR. LINCOLN GAKIYA (Para expor.) – Olha, Senador, eu sou favorável a que se restitua a escolta ao Juiz Odilon. Ele, de fato, determinou o confisco, o sequestro de bens de inúmeros traficantes internacionais, inclusive do Fernandinho Beira-Mar, do Rafaat e outros, que o juraram de morte. O Juiz Odilon chegou a morar no fórum em Campo Grande, ele teve que fazer isso, ele abdicou da sua vida familiar para poder se dedicar a essa função.

E eu penso assim: eu também já critiquei, inclusive abertamente, o fato de a escolta ter sido retirada porque o Juiz Odilon, na sua aposentadoria, decidiu disputar uma campanha eleitoral. Se eu me aposentar no ano que vem, Senadores, se eu quiser advogar, eu acho que é um direito meu, e, se eu quiser me candidatar a algum cargo, já adianto que não o farei, não é o meu perfil, mas, se eu quiser me candidatar a algum cargo, eu tenho o direito, não é verdade?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho hoje 34, vou completar 35 anos de serviço público, fora os 14 anos de iniciativa privada que eu já tenho, em carteira registrada. Então não é o fato de eu ter uma outra função particular depois da aposentadoria que vai diminuir o meu risco e que vai deixar o Estado sem oferecer essa proteção. Eu acho que a proteção independe da função que o Dr. Odilon queira exercer: se ele quiser advogar, ele precisa de proteção; se ele quiser seguir a carreira política, também precisaria de proteção.

Essa é a minha opinião.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu quero fazer aqui um breve parêntese: já que existe um pedido de revisão dessa escolta junto ao CNJ; e já que essa suspensão da escolta foi feita por uma outra gestão do CNJ; e já que o Ministro Fachin é um Ministro sensível a essas necessidades da magistratura, eu vou fazer um requerimento e pedir até para incluir em pauta amanhã, para que esta Comissão possa recomendar, ou sugerir, ou pelo menos opinar no sentido favorável ao restabelecimento da escolta do Juiz Odilon de Oliveira, junto ao CNJ – e claro que vai ter uma avaliação lá de mérito em relação a isso.

Mas eu compartilho do entendimento do Promotor Lincoln Gakiya, porque o que não dá é o juiz, é o promotor, é o policial... Aí ele se envolve no enfrentamento do crime organizado, aí de repente ele se aposenta, e é dado um tchauzinho para ele, e simplesmente ele se vira? Enfim, eu acho que é uma injustiça, é algo que foi feito em 2018 e, então, eu não estou criticando o CNJ atual. A meu ver há uma avaliação equivocada, e nós poderíamos nos manifestar nesse sentido junto ao CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, o senhor providencie o requerimento, que será deliberado na pauta.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não garanto amanhã, mas no momento oportuno vamos colocar.

E eu concordo em gênero, número e grau que deve ser restabelecida essa escolta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINCOLN GAKIYA – Só tem uma observação, se o senhor me permite, Senador, que eu me esqueci de dizer: o Odilon se aposentou aos 70 anos de idade, que era já o que a gente chama de "expulsória".

Nós não tínhamos uma modificação ainda para 75, e ele ficou até os 70 anos porque ele sabia que ele teria escolta enquanto estivesse na ativa. Então, ele saiu da magistratura porque ele foi expulso. Não havia a lei dos 75 anos, que foi para atender os Ministros do Supremo, na verdade.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Agora também, como nós aprovamos essa Lei 15.245, que foi um projeto da minha autoria, aprovado aqui até, no Senado, por unanimidade, nós colocamos lá a previsão da possibilidade de ter escolta para o agente da lei aposentado em situação de risco. Então, tem uma mudança normativa que a meu ver também facilita. Não que, a meu ver, ela fosse absolutamente necessária, mas ela também facilita esse pleito.

Foi mencionada aqui a questão da integração – e acompanho as críticas de V. Exa. Nós tínhamos uma política de criação de centro de comando e controle, de centro de fusões; me parece que isso foi deixado um pouco de lado. Nós tínhamos criado, no Ministério da Justiça, uma Secretaria de Operações Integradas, depois voltou a ser diretoria, que é uma *capitis diminutio*.

E eu concordo com a ideia de talvez nós evoluirmos para uma agência nacional antimáfia, anticrime organizado, para coordenar esses esforços, porque, de fato, existe uma questão de disputa institucional, às vezes, até mesmo de vaidade pessoal que impede uma integração melhor entre as forças. Mas nós temos que desenvolver uma cultura de cooperação, e uma experiência que se faz muito nos Estados Unidos e outros países é aquela criação de *fusion centers*. Gostaria de ouvir a opinião de V. Exa. sobre isso.

Outra questão: nós falamos de integração, mas, às vezes, tem questões muito práticas. Uma disputa judicial que se alonga sobre o acesso ao Coaf pelas autoridades de investigação. É um absurdo, o Supremo já decidiu sobre isso, inclusive em 2019, admitindo a validade de a autoridade policial ter acesso ao Coaf, independentemente da decisão judicial, mas, volta e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meia, aparece uma decisão, às vezes do STJ, anulando várias operações com o entendimento absolutamente errado e contrário até à posição do Supremo Tribunal Federal a esse respeito.

Então, assim: sim, forças integradas, forças-tarefas são importantes, mas precisa também o Judiciário ter uma postura, um entendimento da facilitação de acesso. E, claro, precisa ter uma investigação formalizada, não pode ser algo arbitrário, tem que ter algo ali estruturado. Gostaria de ouvir a opinião de V. Exa. a respeito.

Um instrumento que se utiliza muito no exterior, com eficácia, contra organizações criminosas são aquelas chamadas operações disfarçadas, ou mesmo infiltração de agentes aqui. A gente tem a previsão legal na 2.850, infiltração de agentes, mas vamos reconhecer que é um método de investigação muito pouco utilizado no Brasil. Eu conheço talvez um ou outro exemplo e muito periférico, muito... não infiltração profunda. O que nós poderíamos fazer para impulsionar a utilização desse método? O que está faltando eventualmente na legislação ou na nossa prática? E claro, se também V. Exa. concorda com esse diagnóstico, nós poderíamos utilizar mais esse instrumento específico.

Inclusive no projeto de lei antifacção, no texto originário tinha algumas regras que acho que seria importante que fossem restabelecidas no projeto que veio ao Senado. Vamos buscar o melhor de cada um desses textos. Acho que esse tem que ser o objetivo aqui específico.

Eu queria também, por último, ouvir aqui essa questão da Bolívia, que V. Exa. mencionou, e se há dificuldades a nível de cooperação. Se há essas dificuldades, em que eventualmente nós poderíamos ajudar, o Congresso, o Senado, que inclusive tem uma responsabilidade em relação à parte diplomática também – existe a diplomacia parlamentar –, se nós poderíamos fazer algo para melhorar essa cooperação com a Bolívia, já que há lideranças do crime organizado lá?

E V. Exa. me parece ter bastante seguro um retrato do PCC, inclusive das lideranças presas. Mas, sobre as lideranças soltas, hoje existe um esforço nacional, vamos dizer assim, no sentido de identificar, localizar essas lideranças e promover a prisão delas? Eu lembro que em 2020, quando eu era Ministro da Justiça, nós fizemos muitos esforços para prender o Fuminho, que era uma liderança do PCC que se encontrava em Moçambique, inclusive fizemos cooperação jurídica internacional. E claro que eu não quero entrar em detalhes de investigação, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de saber se existe esse esforço atual, coordenado nacionalmente – Polícia Federal, eventualmente Ministério Público –, em relação a essa atividade.

E, por fim, eu acho que houve uma demonização das forças-tarefas, algo que foi muito negativo para o país. É um modelo que funciona para a criação dessas forças-tarefas. A polarização dificulta, também a força-tarefa Lava Jato, que foi muito exitosa no que se refere à condenação de criminosos, de colarinho-branco, acabou sendo um subterfúgio depois para tentarem coibir esse tipo de cooperação. O que falta para nós criarmos, por exemplo, forças-tarefas com o Ministério Público estadual, Federal, Receita Federal, Polícia Federal, polícias estaduais, trabalhando em conjunto? O Gaeco, que, por exemplo, V. Exa. comanda lá... existe uma participação permanente da Polícia Federal, da Receita Federal no Gaeco de São Paulo?

O SR. LINCOLN GAKIYA – Deixe-me começar pela última, porque eu já esqueci as primeiras, depois o senhor me lembra de novo, por gentileza.

Eu acho que um bom modelo de Gaeco, Senador Moro, é o modelo de Gaeco do Paraná. O modelo de Gaeco do Paraná não é no Ministério Público, o Ministério Público participa do Gaeco. Ele é composto lá pela Polícia Civil e pela Polícia Militar também, dentro de um prédio próprio do Gaeco, mas não é um prédio do Ministério Público e não é uma ação coordenada pelo Ministério Público. Então, há ali uma divisão de funções muito boas, que, na verdade, tudo isso – e o senhor conhece bem, eu tenho certeza, até porque começou a aplicar isso na sua gestão no Ministério da Justiça –, que é a inspiração nos Fusion Centers, que para mim é talvez o melhor formato de atuação integrada e cooperativa entre forças distintas, levando em consideração que os Estados Unidos têm quase 2 mil polícias. Então, seria impensável você ter um Fusion Center que funcionasse. Só que ele só funciona, Senador, e o senhor sabe bem disso, porque nós tivemos os ataques de 2001. Teve que haver uma tragédia nos Estados Unidos, lá das Torres Gêmeas, para que efetivamente essa cooperação interna dos Estados Unidos passasse a funcionar, e hoje funciona muito bem.

Eu tive uma reunião, há dois meses, com policiais do FBI, em São Paulo, da DEA, do Departamento de Estado, de várias organizações policiais. E, quando eu fui falar das forças-tarefas e da dificuldade nessa atuação em conjunto, aí um olhou para o outro, porque eram policiais mais jovens, e falou: "Mas a gente não tem isso nos Estados Unidos". "Por quê?" Ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falou: "Eu entrei na polícia em 2003". Então, ele já entrou fazendo, por exemplo, um patrulhamento policial do FBI junto com o DEA, o FBI fazer relatório para o DEA e vice-versa. Então, eles já estão com uma cultura institucional de integração que vem desde os ataques, porque cada um tinha uma notícia de uma fração, ninguém se comunicou, não houve integração, não houve cooperação e deu no que deu. Então, houve uma obrigatoriedade de que houvesse uma postura, uma mudança institucional.

E os *fusion centers*, Ministro e Senador, têm uma característica importante, porque não têm uma liderança, é uma administração absolutamente horizontal. Cada instituição tem um assento ali, sem que nenhuma tenha preponderância sobre outra. Claro que alguém vai coordenar, evidentemente, mas não há, por exemplo, uma polícia federal mandando nas polícias estaduais, ou vice-versa, ou o Ministério Público mandando nas polícias. Esse formato nunca dará certo – nunca dará certo. Tem tudo para não dar certo.

É claro que as forças-tarefas... Eu sou, como eu disse, um defensor das forças-tarefas, mas, para isso, a gente precisa se despir das diferenças institucionais, das vaidades pessoais de liderar um determinado grupo, sabendo que o resultado será compartilhado por todos. Essa é a finalidade das forças-tarefas.

Então, acho que a gente tem que buscar uma fórmula de que isso, de fato, aconteça; se não, Senador, de pouca valia será a contribuição que os senhores iriam dar com relação à reforma da lei de organizações criminosas, porque vocês vão apresentar as ferramentas, mas não vão entregar para o país como é que nós vamos aplicá-las, de fato. Vai haver essas disputas institucionais que vão favorecer, e a fragmentação, também, das investigações que vão favorecer o crime organizado.

E uma coisa muito importante que o senhor falou...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Lincoln, o senhor me permite só uma breve intervenção para orientar.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Claro. Pois não.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Na condição de Relator do projeto antifacção aqui no Senado, eu posso garantir ao senhor que a gente vai apresentar as ferramentas de atuação, de integração e de financiamento. Esse é um trabalho que tem que ser feito com a seriedade devida, e a gente vai fazer.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Perfeito. E, se o senhor me permite uma observação, Senador Alessandro, o que o Ministro, aliás, o Senador Sergio Moro falou vem atender um anseio não só meu, de todo o Ministério Público e das polícias, de que nós tenhamos uma legislação que, de fato, de maneira expressa, preveja a troca de informações entre o Coaf, as autoridades policiais e o Ministério Público, as comunicações diretas. Claro, com a obrigatoriedade de termos as investigações em andamento, o que já é, hoje, cobrado. O Coaf não fornece informações ao Ministério Público e nem à polícia se não tiver um PIC ou um inquérito instaurado relativo àquele caso. Isso já ocorre hoje na prática.

Agora, essa indefinição jurídica faz com que dezenas, centenas de operações estejam sobrestadas ou tenham a possibilidade de anulação. Então, acho que precisa ser colocado isso na legislação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só queria complementar, porque é muito...

Eu concordo plenamente com o Senador Sergio Moro e com o Relator, quando falam do compartilhamento de dados, porque a presunção é de legitimidade dos atos praticados pela administração pública. Eu não posso inverter essa lógica.

Então, é claro que se a pessoa fizer de forma ilícita, ela vai ser responsável penal, civil e administrativamente, mas a gente tem que correr contra o tempo para partilhar esses dados, e aí, sim, tendo um PIC ou tendo um inquérito policial em tramitação, não vejo problema nenhum em você fazer esse compartilhamento. Só queria fazer a minha manifestação nesse sentido.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Ficou faltando alguma, Senador?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Infiltração e extradição, extradição na Bolívia, e se teve algumas dificuldades (*Fora do microfone.*) para obter extradições ou identificação ou cooperação com a polícia na Bolívia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINCOLN GAKIYA – Bom, a infiltração...

Entendi.

Nós temos o seguinte problema, que eu acho que é diferente de todos os países, na maioria que eu conheço: como essas organizações são de origem prisional e são organizações violentas, como o PCC e o Comando Vermelho, eu acho muito difícil que nós consigamos preparar e infiltrar um policial, sem que ele corra risco, de fato, dentro dessas organizações. Talvez, se fosse mais na ponta, por exemplo, de fazer negócio com as organizações, infiltrado na compra e venda de cocaína ou no favorecimento ao tráfico internacional, o.k., mas a infiltração, propriamente dita, profunda, eu acho bem difícil que isso ocorra, porque esse indivíduo será facilmente identificado.

A primeira coisa, quando o sujeito entra no sistema prisional... Claro, ele não vai falar para a administração que ele é integrante do PCC, mas ele chega lá, o preso chega: "Você veio de onde, qual é o seu crime?", e tal; ele tem que passar todo o seu passado para alguém, e algum preso vai fazer esse questionamento. Ele fala: "Não, eu sou integrante, eu sou irmão, eu fui batizado pelo fulano ou sicrano"; e tudo isso é checado – tudo isso é checado. Então, o risco é muito grande; agora, existem outras modalidades no sistema financeiro em que eu acho possível.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu acho que essa é a questão, porque a gente pensa em operação e infiltração, e aí pensa lá no Donnie Brasco...

O SR. LINCOLN GAKIYA – Sim.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... e o Joe Pistone, mas existem interações mais superficiais...

O SR. LINCOLN GAKIYA – Claro, claro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... compra e venda de droga...

O SR. LINCOLN GAKIYA – Sim, perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – ... que envolve menos risco.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Exato.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ou até operação de lavagem de dinheiro disfarçada, que é algo comum, mas mesmo nessas, normalmente, aqui, no Brasil, não se faz.

Então, a minha percepção aqui é que falta, às vezes, às polícias estaduais e às polícias federais...

O SR. LINCOLN GAKIYA – Mas falta capacitação também.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Deveriam investir nisso e nessa capacitação e trabalhar nisso.

O SR. LINCOLN GAKIYA – Falta capacitação – qualificação e capacitação.

Eu creio que sim.

Eu acho que a qualificação também das polícias e dos ministérios públicos em técnicas investigativas modernas como essa, Senador, são primordiais. Investir no ser humano – eu acho isso importante.

Agora, a questão da Bolívia é um caso à parte. Eu sabia, por exemplo, até pouco tempo atrás, quem eram os líderes. Você perguntou da liderança, e nós temos uma piada – temos todos ou quase todos. Agora, com qual situação? Alguns são egressos, não têm mandado de prisão contra si, não pegam no armamento, não pegam em droga e só fazem contatos pessoais.

Então, precisaria fazer uma investigação sobre eles de longo prazo, para que a gente pudesse produzir provas, no sentido de que eles fazem parte, realmente, de liderança da organização criminosa. Seria mais ou menos como o combate à máfia de Nova York, em que os chefões da máfia não cometiam homicídios, etc., e a Lei Rico, nesse caso, foi muito importante. Mas isso eu não vejo, pelo menos não tenho conhecimento... É muito difícil, Senador, a gente conseguir fazer investigações desse tipo no Brasil, porque o senhor sabe que nós temos regramento; nós temos prazo; nós temos que ter fundamento legal para pedir uma abertura de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma investigação, de medidas cautelares; o sujeito não pode ser rotulado, porque ele é egresso do sistema prisional; qualquer tribunal vai trancar a investigação se não houver uma razoabilidade. Então, a gente tem essa dificuldade.

Agora, nós temos criminosos procurados – procurados –, em difusão na lista vermelha da Interpol, que estão na Bolívia. Eu indiquei inclusive, já havia apresentado para a Polícia Federal, apresentei para a Abin, apresentei até para a Rede Globo. Se o senhor quiser saber, a reportagem no Fantástico que foi passada, com aquelas casas todas em condomínios, é relatório de inteligência meu. Por quê? Chegou num ponto de revolta em que você sabe que os indivíduos moram em Santa Cruz de la Sierra, em condomínios extremamente luxuosos, levando vida de milionários, com documento falso, com proteção de autoridades da Bolívia, proteção policial, e às vezes até das Forças Armadas, e nada disso reflete, por exemplo, uma extradição ou mesmo uma prisão.

Normalmente, quando há prisão lá – se o senhor me permite –, como foi o caso agora do Tuta, do Marcos Roberto de Almeida, que é réu meu da Operação Sharks, inclusive está na P2 de Venceslau, foi um desacerto dentro da Bolívia. Ele não pagou alguém a quem deveria pagar; tanto é que, quando ele foi renovar o seu documento – foi um pouco de casualidade –, ele acabou sendo preso. Ele estava renovando o seu documento na Bolívia e estava com proteção de um major da polícia da Bolívia.

Então, o que eu acho? Com a mudança de governo agora na Bolívia, a partir deste ano, talvez... Pelo menos o novo Presidente – eu tenho acompanhado pela imprensa – disse que vai abrir a Bolívia para as autoridades internacionais e vai combater, de fato, o narcotráfico. Então, eu acho que o Brasil precisa cobrar isso, estreitar esse relacionamento, esse intercâmbio, e exigir o cumprimento de mandados de prisão, que estão reabertos há décadas, às vezes. O Fuminho ficou 20 anos na Bolívia, Senador – 20 anos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Eu quero agradecer, mais uma vez, ao Dr. Lincoln pelas suas colaborações. Parabéns pelo trabalho, parabéns ao Ministério Público.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que esta CPI, ao término, dê uma prestação de serviço a toda a população para a garantia desse direito constitucional, porque segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

Muito obrigado.

E, neste momento, agora, vamos ouvir o Sr. Leandro Almada da Costa, que é Diretor de Inteligência da Polícia Federal, por 20 minutos. *(Pausa.)*

Muito obrigado pela compreensão do horário, Sr. Leandro Almada da Costa, que é Diretor de inteligência da Polícia Federal. O senhor tem 20 minutos para fazer a sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA (Para expor.) – Por nada, Excelência. Eu agradeço por estar aqui, por ter sido convidado.

Vou iniciar com umas palavras em relação aos eixos extraídos aqui, que li no plano de trabalho da CPI, isso e algumas ações preliminares; na sequência, eu me colocarei à disposição de todos os senhores.

Sr. Presidente, Senador Fabiano Contarato, Senador Alessandro Vieira, Relator, demais membros da Comissão, Sras. e Srs. Parlamentares e presentes, é um prazer, como já disse, estar aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito cujo objetivo principal é elaborar o diagnóstico da situação atual da criminalidade organizada, em especial com foco na atuação de facções e milícias, de forma a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu enfrentamento efetivo, à medida que vem ao encontro da preocupação central e atual de todos os brasileiros.

Nós vemos a CPI em curso como uma excelente oportunidade de união de esforços, num debate profícuo entre os operadores do sistema de segurança pública, tanto do Poder Executivo estadual, a quem cabe a implementação de políticas de comando das forças, da nossa parte, do Executivo Federal, Parlamentares, a quem compete o aperfeiçoamento da atual legislação em vigor, e a academia, com a contribuição de estudos e pesquisas, sempre importantes, que permitam a compreensão do complexo fenômeno com toda a sua extensão, causas, reflexos, pois que não se trata, a toda vista, de um problema exclusivo de segurança pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós comungamos das opiniões já expressas pelos Exmos. Srs. Senadores Presidente e Relator desta CPI, no sentido de que a centralidade desse debate no país e o seu natural apelo perante a opinião pública não permitam enveredar por diagnósticos rasos, que levem a soluções simplistas, ciclicamente adotadas por décadas em nosso país e que nos trouxeram até aqui, bem como que sejam impregnadas por interesses outros que não o efetivo republicano interesse em fazer o real diagnóstico do problema e, ao fim, apresentar soluções factíveis, exequíveis, que nos permitam a todos iniciar o processo de inflexão desse cenário, o que pode e deve ser feito.

A Polícia Federal atua sobre diversos tipos de grupos criminosos, crime organizado, criminosos que agem no Brasil em diversos segmentos, desde o combate de desvio de recursos públicos, crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, previdenciários, fazendários, contrabando, descaminho, crimes contra o patrimônio, meio ambiente, entre outros, mas o foco, especificamente no que se refere ao foco desta CPI, ou seja, o combate a facções criminosas e milícias, a Polícia Federal atua com algumas unidades e grupos específicos, que já foram citados aqui, nas suas 27 unidades descentralizadas, sob comando e supervisão das superintendências regionais e sob coordenação de diretorias e coordenações gerais específicas no órgão central, de acordo com a matéria, notadamente a Decor (Diretoria de Combate ao Crime Organizado), na parte, tanto também a parte de Damaz, meio ambiente e Amazônia, crimes cibernéticos, no que tange às atividades de PJ, de Polícia Judiciária da Polícia Federal, e a DIP, a diretoria a qual eu coordeno, dirijo, no que tange ao fluxo de dados de inteligência.

A estratégia da PF de atuação sobre esses grupos se dá em três eixos principais. Dr. Andrei, naquele dia, citou, nosso Diretor-Geral, que é descapitalização, o foco principal da PF em cima desses grupos é descapitalização, retirando o poder econômico que sustenta a sua expansão, capacidade de corrupção, de corromper estruturas; prisão e isolamento das suas lideranças, visando a desarticulação de núcleos de comando, redução da capacidade de articulação interna e externa; e, como meio, hoje imprescindível na atuação contra esses grupos, a cooperação nacional, a nossa integração com outras forças policiais de todo o Brasil, que fazemos, e também internacional.

Temos a capacidade também... Na nossa diretoria, especificamente, diante desse quadro, na atual gestão, criamos uma divisão de análise de dados e facções criminosas, assim como na Dicor, na Diretoria de Combate ao Crime Organizado. Também temos um setor específico de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repressão a facções, no âmbito da CGPre, que é a nossa Coordenação de Repressão a Entorpecentes.

E, derivando, nas pontas, nós temos várias unidades que atuam sobre esse mote específico no país todo, que são as delegacias de repressão a entorpecentes, crime contra o patrimônio, os nossos grupos de investigação sensível e as nossas FICCOs, as nossas Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado, em que atuamos em coordenação com várias forças de segurança de todo o país e já são uma realidade e um exemplo de integração.

Os três citados eixos são suportados também por inteligência, tecnologia e integração da Polícia Federal. Então, a Ficco tem um destaque.

Hoje, são 34 FICCOs ativas em todo o país e sem nenhuma recusa de estado da Federação. Fizemos tantos ACTs quantos foram necessários com as 27 unidades da Federação, e eles são hoje uma realidade.

Importa ressaltar ainda a atuação da PF, no âmbito das atribuições, que, como já foi visto e dito, é residual. A gente atua no âmbito das nossas atribuições, de acordo com o previsto no art. 144, e também em algumas legislações extravagantes, como a Lei 10.446, que disciplina a extensão de atribuições concorrentes da Polícia Federal, junto com outras polícias judiciárias dos estados, nos crimes de repercussão interestadual internacional, que exigem a repressão uniforme.

Temos ainda também a Lei 12.850, que trata das Ocrims, organização criminosa, e que nos permite também a cooperação expressamente entre instituições dos órgãos federais, distritais, estaduais, inclusive municipais também, que é a presença e o crescimento das guardas municipais, o que também já é uma realidade que se impõe no país.

Alguns exemplos em relação a Polícia Federal ter sido muito cobrada, e é importante que o seja sempre, mas a gente tem atuação específica, e é só um rol exemplificativo que eu traria aqui hoje para todos os senhores e senhoras, um combate específico à ocupação territorial.

Temos um exemplo de enfrentamentos a milícias no Rio de Janeiro, diferentemente das facções de narcotraficantes, que iniciaram o seu processo de organização nos cárceres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As milícias são, inicialmente, produto direto do desvio de conduta de policiais, e tiveram sua expansão alavancada historicamente pela corrupção ativa e passiva, buscando e alcançando respaldo político em todos os setores e esferas. Tais grupos paramilitares tiveram seu embrião em grupos de extermínio, esquadrões da morte na Baixada Fluminense, entre meados da década de 60 e 70, evoluindo para a denominada "Polícia Mineira", no final da década de 70, em Rio das Pedras, berço da milícia carioca.

A pretexto de impedir a atuação do narcotráfico no local, ganhar apoio da população, de autoridades da década de 80 a 90, expandiram o lucro do domínio territorial para toda a economia local e chegaram, com a sua tipificação, no ano de 2012, no Código Penal, expressamente, até se tornarem o que são hoje, com domínio em parte considerável do território fluminense.

Eu gostaria de destacar algumas operações.

Eu tive o prazer de ser superintendente no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2023 e no ano de 24, e nós fizemos e fomos, fizemos esse enfrentamento, através da Operação Dinastia, na maior milícia da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Dinastia, porque já estava na terceira para a quarta geração, terceira geração de mesmo comando familiar nessa milícia. Aquela que se deve recordar, determinada operação, houve uma sequência de 37 ônibus queimados na Zona Oeste do Rio de Janeiro, após uma ação da polícia civil em cima de muitos de seus membros.

Na sequência, a Operação Embryo, que foi sobre a milícia, a primeira milícia carioca, essa fundada em Rio das Pedras, também sobre familiares dali, já na sua terceira geração.

Na sequência, a Operação Batismo, contra o apoio político de uma Parlamentar estadual que atuava em prol dessa milícia, enfim, e representava os seus interesses na Assembleia Legislativa.

Então, é um exemplo que eu trago só aqui, à baila de trabalho da Polícia Federal.

Em relação ao enfrentamento de facções de narcotraficantes também, e aí com foco já no Rio de Janeiro, nas principais, CV, TCP.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente fez diversas operações lá, especificamente, e a gente atua de forma diferente, um pouco das outras instituições nesse enfrentamento, e a gente colabora com elas, com ações de inteligência pontuais, como foi no caso do desmantelamento de dois grupos que atuavam com a aquisição, treinamento e uso de *drones* com *dispensers* de granada, que começou a ser usado no Rio de Janeiro.

Uma das operações mirou uma facção, o CV, e, outra, o TCP. Conseguimos desarticular. Numa delas tivemos, infelizmente, um militar envolvido da força, e a força nos apoiou no campo da inteligência, para que a gente pudesse fazer a segregação desse cidadão.

Tráfico de armas.

A Polícia Federal também é muito cobrada em relação ao tráfico de armas de fogo. Eu tenho dois exemplos aqui bem importantes e gostaria de citar, em relação, para ver que a Polícia Federal faz a sua parte, em que pese a deficiência de efetivo.

A gente tem a Dakovo, e eu também tive a honra de, antes de ir para o Rio de Janeiro e na gestão passada, ser superintendente também na Polícia Federal da Bahia.

Essa é uma operação que a gente começou em Vitória da Conquista. Com base numa apreensão da PRF de armas de fogo, nós conseguimos desenvolver essa operação, trazendo para o Gise (Grupo de Investigações Sensíveis de Salvador), trouxemos essa operação, foi a maior operação já realizada no país contra o tráfico internacional de armas.

Foram identificadas 16.669 armas, entre fuzis e pistolas, importadas do leste europeu e Turquia, com corrupção de militares paraguaios de alta patente, que foram presos, e o uso de empresas de fachada, lavagem de dinheiro.

Esses militares são da Dimabel (Diretoria de Material Bélico do Exército Paraguai), que participavam, infelizmente, dessas fraudes.

Então, é um exemplo de operação de tráfico internacional de armas.

Delas derivaram várias outras operações.

Outra operação, na verdade um par de operações que fizemos sobre o mesmo grupo criminoso... E aí eu faço uma observação importante aos senhores também, um dos pontos que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho bem relevante, em que as instituições policiais precisam ser ajudadas e auxiliadas pelo Poder Judiciário.

Tivemos a Operação War Dogs, quando, à época que eu era superintendente, coincidentemente, em 2023, final de 2023, apreendemos 47 fuzis dentro de uma mansão na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, fizemos as prisões...

No dia seguinte, estouramos a fábrica desses fuzis, montagem em Belo Horizonte.

Na sequência, a Operação Forja, já agora neste ano, com o apoio no estouro da Polícia Militar de São Paulo, que nos apoiou bastante no estouro dessa última fábrica, e essa Orcrim foi desarticulada. É responsável pela instalação e operação de fábrica de montagem em alto nível de fuzis, em Belo Horizonte, no final de 2023, como eu disse, e, em São Paulo agora, em 2025.

Capacidade dessa fábrica de São Paulo de montagem dentro do país – e aí não é tráfico internacional de armas; é montagem aqui dentro: 3,5 mil fuzis por ano, equipada com maquinários de alta tecnologia, arquivos digitais, peças para AR-15 e M-16.

Os parênteses que eu queria abrir para todos os senhores, Senadores, é que, para se tomar uma decisão do Poder Judiciário no caso específico, demonstrando que – ressalvadas sempre as instituições, mas que, pontualmente, não são imunes a críticas –, por vezes, esse poder se afasta da realidade da sociedade, e tem faltado esse enfrentamento ao crime organizado, que é dever do Estado, mas é direito e responsabilidade de todos.

Nesse caso específico, após a descoberta da primeira fábrica, o alvo principal, mesmo preso – e aí vamos entrar na questão das comunicações, depois no sistema prisional –, conseguiu reestruturar a nova fábrica de fuzis, inicialmente do cárcere. Logo na sequência, ele teve rapidamente concedida prisão domiciliar e continuou coordenando, *in loco*, em São Paulo, a fabricação de armamento, impedindo o nosso objetivo do isolamento dessa liderança, em que pese a gravidade.

E temos filmagem deles dentro dessa fábrica, pelo circuito interno, que ele operava. A pretexto das alegações de problemas de saúde para a prisão domiciliar ter sido concedida, ele estava em perfeita saúde no domínio físico e na coordenação dos trabalhos dessa fábrica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Operação Zargun também, operação de desdobramento da Dakovo, que é aquela operação internacional que começou na Bahia, nós conseguimos atingir o núcleo político-financeiro do Comando Vermelho no Rio de Janeiro, apreendendo fuzis AR-10 contrabandeados do Paraguai, dispositivos *anti-drones* e bloqueadores de sinal.

Essa operação identificou um esquema de corrupção envolvendo a liderança do CV no Complexo do Alemão, agentes políticos e públicos, incluindo um delegado da Polícia Federal, policiais militares, ex-secretário municipal e estadual, um Deputado Estadual empossado em 2024, saído da suplência, mesmo após ter sido condenado a 17 anos por lavagem de dinheiro da facção criminosa em questão.

Então, a gente só demonstra, de forma exemplificativa, os trabalhos da Polícia Federal nessa seara.

O combate à lavagem de dinheiro também, só no alinhamento dos tópicos do plano de trabalho da CPI, fazemos.

Já foi citada a Operação Carbono Oculto, que foi em conjunto com forças estaduais em São Paulo...

Mais recentemente, a Compliance Zero, que não tem muito a ver com a questão das facções e tal, mas é um exemplo de como um prejuízo da ordem de R\$12 bilhões... É também um exemplo da atuação da Polícia Federal no combate ao crime organizado, numa modalidade que, embora não se relacione a facções em relação a milícias, atua, com o apoio de alguns governantes, em todas as esferas, na dilapidação de fundos de pensão de servidores públicos que trabalham, às vezes, por toda uma vida.

Além das infiltrações das facções no poder público, outro tópico proposto no plano de trabalho da CPI é o combate à corrupção ativa e passiva em todos os setores. A Polícia Federal, além de cortar na própria carne... E é um dado muito relevante e característico de todos esses grupos criminosos a efetiva capacidade financeira de infiltração nos Poderes ou nas forças públicas. Nós também trabalhamos em cima disso.

Esse cenário é bem difícil no Rio de Janeiro também. Infelizmente, como eu disse, a gente várias vezes tem que cortar na própria carne e também em operações lá, via de regra, tanto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atingindo as facções de narcotraficantes, como também outro grupo criminoso organizado muito forte no Rio de Janeiro, que é a Contravenção, que às vezes é tida e relegada a segundo plano, mas, quando se fala num cenário, como a gente tem visto aí, de máfia, talvez seja que mais se aproxima disso, pela sua capacidade de corrupção das forças policiais, capacidade de impregnação no estamento político, e eu gostaria de chamar a atenção para isso também, que a gente vivenciou isso no Rio de Janeiro e que hoje já expande: começou como o ingênuo jogo na contravenção, depois foram para máquinas caça-níqueis, hoje já domina todo o mercado de cigarro falsificado no Rio de Janeiro, com capacidade financeira muito grande, e agora, finalmente, migrou para as *bets*. Também já explora esse segmento, que tem um potencial de lavagem financeira e corrupção imenso, como já estamos vendo aí.

Talvez depois, até mais na frente, seria uma forma de conseguir recursos para o combate ao crime organizado, Senadores, a gente aumentar bastante a taxa em cima desses que arrecadam de uma forma bastante facilitada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Dr. Almada, eu vou dizer que o senhor trabalha mesmo com inteligência, porque é justamente o que a gente está preparando para o relatório.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Que bom! Vejo que a gente veio ao lugar certo e vejo, sinceramente, Senadores...

A gente acompanha a vida e a carreira pública de vocês também, e é um alento a gente estar aqui e com espaço para poder falar de forma franca, buscar realmente resultados, sem ser com aquele discurso superficial, e, como o senhor bem disse e vem dizendo, fazer o diagnóstico correto. A gente faz, francamente, um diálogo franco e aberto, o diagnóstico correto. De uma forma republicana, a gente consegue chamar as inteligências certas, os servidores certos, os senhores, com a experiência que vocês têm, e a academia, como eu falei, para fazer esse debate, porque eu acho que a hora chegou.

Eu sou um otimista por natureza. Não tenho utopia, eu tenho otimismo, porque eu tenho certeza de que, se for feita a coisa que precisa ser feita, a certa, a alocação de recursos como tem que ser feita, de uma forma firme... Também não dá para ficar no discurso da importância,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e, na hora do orçamento, ele não chegar, porque aí a gente não está colocando em prática aquilo que a gente está pleiteando.

Então, são outros números os que eu tenho também em relação à atuação nossa em fronteiras.

Eu também tive a honra e o prazer de ser superintendente no Amazonas.

No Amazonas, tem uma parte muito bonita da minha vida lá. Eu fiquei 13 anos atuando no Amazonas, conheço a Rota Solimões profundamente, atuei nela, fui chefe de delegacia de repressão a entorpecente lá, 13 anos dedicando a minha vida lá.

Eu acompanhei essa situação dos enfrentamentos de combate, acompanhei o recrudescimento da violência na calha do Solimões, e ela foi gerada por fruto da corrupção também policial na calha do Solimões, no Médio Solimões, quando foram iniciados, com corrupção policial, os famigerados grupos lá, conhecidos como piratas.

Aí, passaram a fazer a abordagem dos carregamentos de narcotraficantes, e isso recrudescceu a violência de uma forma muito grande. Começaram a descer os carregamentos com escolta de antigos paramilitares das Farc, que já buscavam outra atividade, e gerou enfrentamentos.

Essa tragédia eu conheço de perto, porque eu perdi homens em combate ali. A gente teve que fazer esse enfrentamento. Então, eu tenho bem em mente também qual é o custo, às vezes, do enfrentamento que se tem que fazer e como é difícil você, às vezes, não conseguir que um colega retorne para cá depois do trabalho dele.

Então, a gente segue.

Depois, se quiser falar mais especificamente dessa rota, a gente pode falar, e de realizarem o garimpo também como forma de lavagem de dinheiro e aquisição.

Lá, na Região Norte, já está bem posto. Ele é combatido pela PF, tanto através da diretoria da Damaz nossa, como das unidades de lá do Amazonas, com toda a dificuldade logística, e depois a gente vai falar de recurso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe a dificuldade e como é caro operar na Amazônia. O General Mourão sabe disso perfeitamente. A gente não consegue trabalhar sozinho de forma nenhuma. Tem que contar com o Exército, com a Marinha, com a Aeronáutica, dividir despesas, a conta é cara, e a gente faz integração lá na Amazônia por uma necessidade de sobrevivência, de poder fazer o serviço.

Cooperação internacional.

O Dr. Andrei já falou bastante disso. Também é um mote nosso. A gente não consegue fazer nada, nenhuma prisão de liderança fora, nenhuma operação, nenhuma investigação bem feita, se a gente não tiver a cooperação internacional...

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – ... também bem posta.

Só para finalizar, Senadores, eu queria também, em relação às discussões que estão postas hoje em dia em relação ao PL das facções, só pedir... Desse cenário também que a gente vê hoje em dia, a Polícia Federal está sendo chamada cada vez mais a participar. O nosso efetivo é pequeno, mas a gente se desdobra para poder dar os resultados, mas é importante que esse chamamento também tenha coerência com a questão dos recursos. Não é razoável que a Polícia Federal seja chamada cada dia mais a colaborar no enfrentamento ao crime organizado como um todo, no país – não só a facções e milícias, mas como um todo –, ao mesmo tempo que, quando se coloca um pleito, uma nova proposta de alteração legislativa, o que, às vezes, aparece ali é que vão ser retirados alguns meios ou formas de financiamento. Seria uma espécie de "desfinanciamento" da operação.

Então, a gente não vê razoabilidade, mas a gente sabe e já ouviu também as posições dos senhores – e agradeço ao senhor, Relator – no sentido de proteção também dos nossos meios de financiamento da Polícia Federal.

Então, eu me coloco... Não vou me estender.

Na questão de orçamento – ao Dr. Andrei, naquele dia, o senhor perguntou e ele falou bem rapidamente também –, a gente tem uma estratégia nacional, a gente tem proposta para tudo quanto precisa: precisa comprar, quanto custa... Isso a gente tem bem posto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só agradeço e me coloco à disposição de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Com a palavra o Relator Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Almada, parabéns pela exposição.

No tocante a compartilhamento de informações, existe alguma restrição, dificuldade ou demanda por alteração legislativa no que tange a compartilhamento de informações de inteligência entre a federal e os estados e entre a federal e outros países?

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA (Para expor.) – Nenhuma, Excelência.

A gente tem – obviamente aí vai depender do caso concreto – situações eventualmente em andamento. Fora isso, o compartilhamento é a tônica. A gente pede muito compartilhamento de investigações, às vezes, dos estados ou do Ministério Público. A gente não tem nenhuma trava em relação a compartilhar os dados já postos dentro de investigações, em que a gente possa fazê-lo. A gente também faz com outras forças de outros países, tanto no canal de inteligência como também, se for o caso, na própria cooperação policial em esfera de investigações. Então, não tem restrição.

A diretriz hoje da Polícia Federal é integrar, é efetivamente trocar informação com as polícias estaduais, inclusive com as polícias militares também, no campo da inteligência. Então, não há nenhuma restrição a isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

No tocante à segurança de dados, nesse compartilhamento inclusive de ferramentas, nós vimos recentemente uma sequência de casos de uso indevido da CórteX, por exemplo – o mais recente agora, no Estado do Rio de Janeiro, também com essa ferramenta. Qual o investimento, enfim, e o tamanho da demanda de investimento para a segurança de dados, considerando cada vez mais o trabalho no ambiente digital?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – O caso específico é um sistema de gerenciamento do Ministério da Justiça. Eu até acho que a gente tem que buscar...

Já são vários sistemas, são 27 polícias. Na verdade, 27 civis, 27 militares, todas têm os seus sistemas. E eu acho que, muito mais do que criar sistema, a gente tem que fazer com que... Ali já tem um recurso público investido naquele sistema. Eu sempre vejo de uma forma muito prática: não é muito lógico replicá-los ou criar outros, mas sim buscar que esses dados sejam integrados de uma forma que seja acessível.

A gente tem um cuidado muito grande em relação a essa questão. Dessa vulnerabilidade especificamente da CórteX, eu não poderia falar porque não está sob gerência nossa. A parte dos sistemas de inteligência de dados nossos e de investigações está sob nossa coordenação na DIP. E a gente tem um cuidado muito grande com ele, porque a gente parte da... Mesmo quando a gente faz os ACTs... E nós temos centenas de ACTs com os estados, inclusive troca de banco de dados, nossa parte de migração, nossa parte de segurança privada, nossa parte de cadastro de vigilante, nossa parte...

Sim, a gente está aberto a isso, é a tônica e a diretriz da nossa direção geral. E a gente parte do pressuposto de que, quando esse ACT for assinado e for disponibilizado em determinados setores do outro órgão, exista esse controle. A gente não pode... Se a gente for partir do pressuposto de que aquilo vai ser usado ou desviado, a gente não vai celebrar nunca nenhum acordo de cooperação para troca de dados. O que a gente faz é um controle de auditoria firme. A gente audita, a gente sabe quem está acessando. Nós temos esse controle. Na TI, nós temos ferramental para isso.

Então, o importante é que se tenha um controle da ferramenta e que se possa depois, se for o caso, responsabilizar aqueles que fizeram mau uso, mas isso não pode, na nossa vista e num ambiente de integração com esse viés que a gente tem atualmente, obstar ou obstaculizar essa constante troca de bancos de dados.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Com relação a estrutura e investimentos de inteligência – a gente já tocou tangencialmente nisso, mas eu gostaria de descer mais ao detalhe –, qual é o investimento feito hoje e qual é a demanda para um atendimento razoável da necessidade brasileira?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Na parte de inteligência, a gente conhece... Assim, a gente tem o nosso planejamento para vários: o investimento sem fronteiras, que é no que mais hoje se toca; a ampliação da Ficco. Tudo isso transpassa a atividade de inteligência, porque, na verdade, para todos os recursos que estão desdobrados ou estão nesses projetos da ponta, o que a inteligência faz é buscar o dado. Então, do ponto de vista de investimento mesmo, Senador, não são tão altos.

A gente precisa de uma boa ferramenta de Osint de qualidade; as eleições estão se avizinando, nós precisamos ter uma tecnologia de qualidade para fazer raspagem e ver quem está cometendo crimes, sejam eleitorais ou outros, diariamente, e a gente só consegue fazer isso hoje com robôs, não tem como, a gente vive num ambiente de *big data* em que você não consegue... Às vezes, num aparelho, você tem trocentos gigas de... Então, isso tudo tem que ser automatizado hoje, essa busca.

Então, na nossa parte de inteligência, investimentos são basicamente em ferramental, em que a gente já tem o nosso parque, por exemplo, de extração de dados. Ele é muito bom, com um investimento da ordem de mais de R\$120 milhões para o último que foi feito. A gente já está partindo para novas ferramentas. A gente tem inteligência artificial também.

E o que eu falo, o *software* é uma coisa, mas o banco de dados dos estados é caríssimo para nós. Assim como a gente tem acordos no Abis – o sistema que começou como Afis, *fingerprint*, que era digital, depois virou biométrico, o do Abis –, é fundamental que os estados, que a Polícia Federal disponibilize, torne isso um repositório também de dados.

O nosso sonho de consumo na polícia de investigação, desde quando eu estava... Eu também tive, Senadores, a honra também de ser... Daqui a pouco eu vou dar a minha idade. Eu fui Delegado da Polícia Civil de Minas Gerais por dez anos, eu entrei na polícia em Minas Gerais, em 97, na minha academia, e fiquei dez anos lá dentro; cinco no interior e cinco na capital, Belo Horizonte – na delegacia de homicídios, basicamente em BH, cinco anos, e por último na coordenação de operações. E eu conheço a dificuldade de uma cena de crime dentro da delegacia de interior, onde eu tinha um carcereiro, um detetive, um escrivão, a gente sabe a dificuldade daquilo. Ainda tive que gerenciar uma cadeia pública com 35 presos, em que a gente nunca tinha feito um dia de treinamento para poder coordenar aquilo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nosso sonho de consumo é chegar a uma digital bem colocada numa cena de crime e chegar à autoria. Para isso, a gente tem que ter tecnologia, a gente tem que ter todos os estados agregando os seus bancos de dados ali dentro, uma legislação que nos seja um pouco mais permissiva e não restritiva em relação ao que a gente pode colocar lá para dentro de impressão digital, e, para mim, isso podia ser cobrado de qualquer criança de 14 ou 15 anos que tenha acesso à escola pública, para a gente seria um dado relevante, isso também podia ser alterado.

Então, eu não sei se eu respondi, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu vou querer só que o senhor depois apresente a documentação em que o senhor está amparado aí; me parece que tem um plano de investimentos ou coisa parecida, não é?

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Tem, tem, tem aqui!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu vou solicitar que seja encaminhado aqui.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – É a estratégia nacional de enfrentamento ao crime organizado, um rol de investimentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ótimo!

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Naquele dia, o Dr. Andrei falou rapidamente, mas a gente colocando item por item e qual é o custo de cada um. É lógico que aqui a gente está pedindo o melhor cenário orçamentário possível do que a gente puder. Aqui, desde aeronaves, passagens, diárias, custeio, a gente fala quanto custa; Ficco fronteiras, uma expansão para a Ficco fronteiras, e isso a gente já está fazendo com o projeto Mitra, que é lá Oiapoque, Pacaraima, Tabatinga, Cruzeiro do Sul, Guajará-Mirim, Cáceres, Corumbá, Guaíra, Dionísio Cerqueira.

É um projeto que se tem; havendo recurso, a gente expande. Tem também portos, que é a nossa Amazônia Azul que está para o outro lado, mas que também é um gargalo grande de saída de entorpecentes...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, a gente tem tudo, polícia marítima, incrementação... Tem todo um projeto aqui, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ótimo.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – E todos os números, para não tomar o tempo do senhor, estão todos disponíveis, e eu posso fornecê-los.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Eu agradeço.

Com relação às FICCOs, novamente eu vou reiterar este questionamento que a gente tem feito para todos os colaboradores aqui, porque se criou uma narrativa de que era preciso mudar a Constituição para ter integração entre as forças policiais, que era preciso criar uma nova legislação para poder ter atuação conjunta, quando ela existe há décadas com efetividade. Então, eu queria que o senhor descrevesse, de forma sucinta, o modelo das FICCOs e se o senhor vê alguma coisa que pode ser alterada ou ampliada sob o ponto de vista da legislação.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – O que o senhor falou é a mais absoluta verdade: a gente não precisa mudar legislação nenhuma. Eu acho que é muito mais uma questão de boa vontade, vontade política e vontade das instituições, de promover esse encontro do que qualquer outra coisa.

Eu brinco que, como... Eu contei a minha história do início da carreira, que foi bem difícil numa cidade do interior do Vale do Jequitinhonha, lá em Minas Gerais, em que a gente não tinha absolutamente nada, o primeiro computador quem levou lá, e a impressora, fui eu que levei. E integrar ali era uma questão de sobrevivência. Eu tinha um pelotão com trinta e poucos policiais militares, e eu com quatro, três policiais...

(Soa a campainha.)

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – ... integrava ou acabava.

A Ficco... Qual é o diferencial da Ficco? A Ficco chama para o mesmo ambiente de trabalho vários atores de várias instituições, sem muita burocracia, cada um tem acesso ao seu sistema, tem acesso ao seu banco de dados, entende a investigação, faz parte da investigação, cada um no seu quadrado... Às vezes, você tem PRF ali dentro, você tem até guarda municipal em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas – acho que o Espírito Santo é um bom exemplo disso –, que está lá dentro. Então, todos operando ali, participam das investigações... Você tem um delegado da polícia civil, você tem um delegado da Polícia Federal... Se for atribuição da PC, o inquérito vai ser tombado e instaurado na polícia civil. Então, é uma estrutura toda montada que permite agilidade.

E o interessante, Senador... Eu acompanhei a criação das FICCOs, um dos colegas que foi um dos mentores... A Ficco foi, inicialmente, direcionada... Foi necessidade que os próprios policiais federais viram, porque não adiantava pegar uma carreta com 1 tonelada de cocaína; isso não tinha quase impacto nenhum naquela sociedade menor ali, do bairro ou da cidade, que está sendo vítima, na verdade, da agressividade ou da violência, do impacto do pequeno ou do médio criminoso, ele é reflexo daquilo, é um produto daquilo. Então, inicialmente, as FICCOs foram para combater esse tipo de violência, que é o que, às vezes, as polícias civis...

Tendo sido policial civil dez anos, eu falo que uma das coisas que mais tem que ter atenção hoje, porque a gente não consegue fazer... A atividade da PF é residual, nós temos 13 mil homens. Ou a gente estrutura, capacita e investe nas polícias judiciárias do estado ou não tem saída. Hoje, basicamente, é muito cômodo às vezes para um governante pegar um dinheiro, alocar em viatura, em arma, em algema e isso, fazer uma solenidade na frente do palácio e entregar. Investimento... Isso tem uma saída muito rápida, isso gera uma visibilidade rápida... Isso tem que ser feito, porque é o básico que os policiais militares têm que ter, e todo policial tem que ter, inclusive o civil. Agora, investimento em investigação é estrutura. Você tem que semear hoje para plantar amanhã. A Polícia Federal não chegou ao que é do nada... Foi um processo, inclusive de higidez institucional, de controle de desvio de conduta... Aí isso é um processo de gerações, o que a gente está herdando hoje na Polícia Federal é um trabalho de gerações. O que a gente tem que olhar e fazer... Não é possível que uma polícia como a Polícia Civil – e eu cito aqui – de São Paulo tenha o pior salário do país. Isso tem que ser visto, a estrutura que se tem... Isso vale para Minas Gerais, onde eu trabalhei, vale para o Amazonas, onde eu trabalhei, vale para a Bahia, onde eu trabalhei. A força de trabalho, inclusive em efetivo... Eu tenho um mapa do efetivo. São quase 780 mil policiais de forças de segurança do país todo. Nós temos 12 mil, 13 mil. Boa parte disso está na capacidade das forças do estado, da polícia civil do estado. Então, ou a gente incrementa e robustece a capacidade de investigação das polícias judiciárias do estado, ou nada feito em relação a esse combate. E a Ficco se insere





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nisto: foi uma forma de você direcionar e captar esforços para você tirar dali um homicida contumaz, porque ele está matando. E eu fui da homicídios, e você, às vezes, parava tudo o que estava fazendo para ir no setor tal e achar, porque, se você não parar, os inquéritos continuam chegando à sua mesa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É verdade.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Eram brigas de gangue, na época, nos anos 2000, lá em Belo Horizonte, homicidas contumazes. Ou você vai atrás da prioridade daquele cidadão... E é mais tranquilo, porque são 30 anos, 20 anos de cadeia, e você tem um regramento depois de investigação, de temporária, de 30 mais 30. Então, você vê mais resultado efetivo nesses crimes.

Mas, enfim, não sei se eu respondi.

A Ficco é uma excelente demonstração de como a integração e a cooperação... As vaidades postas de lado, objetivo comum, o resultado vem e a sociedade aproveita.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A coordenação da Ficco fica a cargo da Polícia Federal, mas ela é meramente administrativa, correto?

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Meramente administrativa. Isso é porque, às vezes, é até para a questão do financiamento, e a gente busca financiamento com o MJ para poder financiar – financiar, às vezes, as diárias, as passagens, financiar o local, pagar...

Então, por uma questão até administrativa, tem que ter alguém na coordenação daquilo. Mas, na verdade, nas decisões de investigação, não existe nenhum tipo de hierarquia entre os colegas da polícia civil que estão lá dentro, da polícia militar, não existe. É quase que um colegiado em que, inclusive, a eleição das investigações, que aí é um outro dado também que a gente tem, a Polícia Federal sempre teve, e a polícia civil nunca teve, porque os crimes são colocados no balcão da polícia civil... A polícia civil é muito exigida, porque você não para um dia ali, você não tem muita eleição de onde você vai mexer. A Ficco é uma forma de trazer uma turma boa junto com a gente, para estar em um local onde você possa fazer uma eleição, de acordo com onde você vai mexer no seu território, de ações estratégicas e táticas para estancar ou parar determinados grupos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – No tocante à atuação das facções no segmento da lavagem de dinheiro, eu queria ouvir o senhor com relação a duas lacunas, enfim, ainda lacunas que nós temos legislativas, que é a questão de *fintechs* e criptos, hoje ferramentas muito usadas. Eu queria ouvir sobre isso.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Sim, na parte de *fintechs*, já era um cenário que a gente estava observando, tanto é que nós criamos... Depois que eu saí do Rio de Janeiro, eu assumi no começo desse ano, final de dezembro do ano passado, a diretoria e nós nos ressentimos de uma unidade de inteligência financeira. E nós buscamos, nós criamos, o diretor autorizou, e nós buscamos contato imediato com o mercado financeiro em São Paulo, e no canal da inteligência. Foi colocada a questão do RIF, mas muito mais do que isso: canal de inteligência efetivo com estabelecimentos do mercado financeiro, gente séria, que tem preocupação com o que está acontecendo, estava visualizando o problema, e já tinha sido identificada a questão das contas-bolsão, o que era um absurdo, porque o mercado financeiro lícito, dos grandes bancos, das grandes financeiras, das *fintechs* sérias, ele é completamente... Ele era completamente controlado, ele é controlado, mas entra um monte de picareta que abre uma *fintech* de qualquer forma, entra, e a gente estava acompanhando isso desde o início do ano, porque eles vendem, na verdade, o anonimato, as contas-bolsão. O que estava sendo vendido na cara dura, na internet, para quem quisesse ver, era o anonimato: "Você coloca o seu dinheiro aqui, e a gente garante que você não vai ser visto, não vai ser encontrado".

Então, felizmente, a gente conseguiu fazer uma operação na sequência, com o apoio de outras instituições, e a gente conseguiu que agora esse mercado tenha tido o seu primeiro movimento de regulação, que é a regra que vale para todos os bancos, que gastam dinheiro com isso, gastam com *compliance* e acham que tem que valer essa regra.

Então, em relação a *fintech*, a gente está melhorando, e isso, por exemplo, pode melhorar, Senador, mas já demos um passo.

E a outra que o senhor falou...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Cripto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Cripto. A cripto, hoje é muito mais difícil. A gente precisa ter esse ferramental. A gente ainda não tem; está em processo de aquisição, que é a relação, que é o que a gente precisa de tecnologia para poder fazer o controle efetivo dessas tecnologias.

O que tinha antigamente, que era a questão do dinheiro daqui para lá, dos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Doleiros.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – ... doleiros, do dólar-cabo, que hoje se faz com muito mais facilidade, você consegue colocar a cripto onde você quiser, dependendo de como, sem muito rastro.

É até interessante o senhor ter tocado nesse assunto, porque, às vezes, alguma... Existem empresas hoje, grupos criminosos, que vendem serviços, eles vendem o serviço de lavagem. Por isso que aconteceu até uma confusão recentemente, a gente recebeu relatório de inteligência, houve alguma sinalização nesse sentido, mas nós fomos lá e verificamos, na investigação, que não procedia, que é o mesmo grupo financeiro, o mesmo grupo de criminosos lavando dinheiro, usando cripto, usando contas sancionadas, às vezes, por Israel e Estados Unidos, porque Hezbollah... Estou citando o nome de um aqui, mas eventualmente tem passado um dinheiro por lá, mas, na verdade, era um grupo à parte que operava para um. Ele opera para um comerciante corrupto, para um político corrupto, para um policial corrupto, ele opera para todo mundo, mas o serviço dele é esse. Eu não queria dizer que tivesse relações entre facções daqui e grupos terroristas.

É uma preocupação, mas é mais uma, Senador, que exige investimento. É tecnologia, investimento, e a gente ainda está em vias de aquisição. Para o senhor ter uma ideia, ainda não temos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Com relação ainda a essa migração da atuação de facções para o digital, os crimes digitais, fraudes, furtos, vocês têm uma percepção de quanto isso hoje representa no faturamento das facções?

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Olha, hoje em dia... E aí também entrou... A polícia teve que se modernizar para isso. Essas fraudes, assim que eu entrei na Polícia Federal, 18





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos atrás, essas fraudes nos determinavam uma instalação de centenas de milhares de inquéritos, porque, basicamente, a gente tinha que instalar um inquérito por fraude, quando essa fraude era feita de uma forma quase que mecânica, nos bancos, sem essa tecnologia que a gente tem hoje. A gente viu um aumento imenso de inquéritos em relação a isso, e, lá na frente, a gente entendeu que a gente estava partindo da forma errada, que era buscando da fraude específica ou da vítima da fraude um inquérito para tentar depois achar. Não achávamos praticamente nunca, porque era muito difícil.

Aí foi o surgimento do Projeto Tentáculos, que depois teve uma evolução parecida, em outra matéria, para o Prometheus, que é exatamente a gente ter acesso aos bancos. E aí foi um acordo até com a Febraban para a gente ter uma efetividade nesse combate, dando o exemplo dessas fraudes, que se tornaram massivas, e a gente tem que enfrentá-la também com inteligência da forma massiva. Então, a gente passou a buscar esses dados de inteligência, compilar, fazer análise, a partir daí, usando parâmetros de investigação, identificar não as vítimas, que pouca relevância têm, mas grupos com determinados parâmetros, e aí, sim, a gente continua. A gente conseguiu, em várias operações, sim, parar esses determinados grupos.

Agora eu confesso, Senador, que é quase impossível, porque são vários, desde agora uns que fazem fraudes de centenas de milhões, às vezes numa noite, com uma mera infiltração de um servidor administrativo de uma empresa, e aqueles que estão especialistas nisso. E aí a nossa previdência é vítima disso, vários bancos são vítimas disso. Não tem... Hoje, infelizmente, a fraude é digital, e a gente está sempre correndo atrás.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dr. Leandro, o modelo de ação criminosa que a gente descreve como milícia, além do Estado do Rio de Janeiro, o senhor identifica outro estado da Federação com esse problema?

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Senador, eu já vi... Eu vi um início disso, milícia, milícia, até pelos dados que a gente buscou na ponta e jogou no nosso BI, a única reconhecida atividade de milícia é no Rio de Janeiro. Mas a gente identifica embriões disso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – ... e eles têm que ser atacados agora para não chegar no cenário do Rio de Janeiro.

Como eu estava falando historicamente, da análise histórica desses grupos, são grupos que tiveram o seu início em desvio de conduta, esquadrões da morte lá atrás, tolerância, a sociedade achava bonito e tolerava isso. Isso virou o que virou. Então eu vejo... e instituições policiais híidas. Eu falo, eu tenho profunda admiração pela Polícia Militar de Minas Gerais, que eu conheço bem, tenho vários amigos lá dentro, a linha, a forma como eles atuam, a formação que eles têm, o controle que eles têm – eu estou dando um exemplo, tem várias outras –, é bem importante e, quando você bate o olho – eu trabalhei na Região Norte, Nordeste, Centro-Oeste e só não trabalhei na Região Sul –, a gente circula e a gente vê a diferença que faz uma instituição híida, bem formada, que tenha controle em relação a esses desvios de conduta. Em Belo Horizonte, se um sargento ou um tenente tiver a ideia mirabolante de botar uma milícia lá, Senador, ele vai tomar chumbo na asa, ele não vai botar uma milícia lá. Ele pode ter essa ideia lá, mas ele não vai para frente, não vai vingar.

Então, eu vi no Amazonas acontecer, eu me especializei na investigação de homicídios, eu fui demandado várias vezes pela PF a trabalhar nessa seara e em várias investigações de grupo de extermínio, uma operação específica lá no Amazonas. Isso é o embrião de milícia. Quando você tolera esse tipo de coisa, questão de respeito ao direito humano, acha que pode fazer tudo da sua mão e isso não é reprimido pela própria instituição, pela sociedade e pelo Poder Judiciário, esse é o embrião da milícia. Então tem que ser atacado com fortalecimento das instituições, formação... Mas aí vai o pacote inteiro, Senadores, porque o policial tem que ser reconhecido, e o reconhecimento passa pela formação, capacitação e passa pela remuneração. É um absurdo que a gente tenha que... hoje em dia, isso faz parte do enfrentamento do crime organizado, as milícias e facções. O policial não pode querer, no objetivo dele, meter uma firma de segurança no bairro onde ele mora, para ele poder ganhar um dinheiro, ele tem que ser bem remunerado.

Eu, uma vez, tenho até uma questão, um policial meu, que eu nunca imaginei que fizesse bico e fazia um bico corretíssimo dele lá em Belo Horizonte. Meu filho tinha um ano de idade, eu fui comprar uma fralda meia-noite lá com a minha esposa, eu cheguei num supermercado grande lá, o Extra, estava ele de terno e gravata fazendo o bico dele. Ele falou: "Ô, Doutor, me





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desculpa". Falei: "Desculpa, não, você está trabalhando". Mas depois eu voltei e falei se ele chegava na Homicídios cansado ou às vezes não rendia bem numa cena de crime e tudo, mas porque ele depende daquilo para poder colocar o pão em casa...

Enfim, é um sistema que a gente tem que ver o todo, Senadores, porque, para fazer esse enfrentamento, a gente vai ter que ter despesa e investimento inclusive nisso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, vai ter que tirar os incentivos perversos, não é?

O senhor identifica uma possibilidade, uma viabilidade, um interesse em uma espécie de corregedoria nacional?

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Eu acho que as instituições... Aí, eu tiro um exemplo do Rio de Janeiro, que a gente viu acontecer e não foi nada bom. Eu acho que tem que ter uma corregedoria forte, se as instituições de *per si* puderem, a polícia militar, a polícia civil, a Polícia Federal têm... A Polícia Federal acho que é o órgão mais controlado que existe, tanto internamente nosso como nos órgãos de controle externo, Ministério Público. Enfim, se em determinadas situações a questão estiver tão difícil, talvez seja o caminho.

Na época em que o Dr. Beltrame teve uma longa passagem pelo Rio de Janeiro, todos conhecem, foi a questão dos projetos de UPP, e ele teve, ele criou a Corregedoria Geral Unificada na estrutura da SSP, fora, porque tinha um problema muito sério ali e continuou fora. E, durante esse processo, isso é uma coisa que a gente tem que também ter atenção, durante esse processo, vários policiais... E no Rio de Janeiro, o problema do Rio de Janeiro é demanda. A gente não sabe porque tem mil fuzis lá. Para cada mil fuzis, 900 vão para o Rio de Janeiro porque a questão é demanda. São várias organizações criminosas lá sobrepostas em atuação, contravenção pesadíssima de tudo que aqui a gente já falou, milícias, facções, enfim. De todas, o poder financeiro delas todas, o que faz de uma forma muito forte, especialmente ali, é infiltração nas forças policiais. Não tem uma operação, isso é uma tragédia... Eu estou dando um exemplo aqui, mas tem outros estados também. É uma tragédia que qualquer operação que a gente faça que aprofunde um pouco, a gente esbarre nessa situação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que é uma questão que tem que ser atacada e firme. Se for esse o modelo, Senador, talvez a gente tenha que investir nele de uma forma grande, porque depois que extinguiram a Corregedoria-Geral Unificada no Rio de Janeiro, e elas voltaram para dentro e criaram duas secretarias, que é um modelo que só tem lá...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só tem lá.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – ... e que eu nunca vi dar certo em canto nenhum, é uma jabuticaba específica de lá, isso tudo piorou.

E aí é interessante também, a gente tem que apontar, Senador, que ao mesmo tempo em que alguns discursos se colocam de uma forma na retórica contra o crime organizado, o que se vê nos bastidores não é isso. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Beltrame e a equipe dele tiveram trabalho sete, oito anos para colocar centenas de policiais ligados a jogo de bicho, milícia, facção, tudo para fora da instituição – trabalho do Ministério Público, trabalho do Poder Judiciário, trabalho das corregedorias, enfim. E o que a gente vê depois, naturalmente se coloca e se cria, por iniciativa do Poder Executivo, uma comissão para revisão de todas essas questões. E eu tenho 144 policiais que retornaram, trabalho de juizes, de promotores, gente da polícia civil e militar que arriscou sua vida, que cortou na própria carne... Nunca é uma situação favorável você, ainda mais num cenário hostil como o Rio de Janeiro, fazer esse tipo de enfrentamento. Faz a troca de quê? Sabendo-se lá em nome de quê? E para agradar a quem? Essas pessoas estão sistematicamente retornando numa espécie de refis da banda podre, porque o único trato que é feito ali é o seguinte: "Não me cobre os últimos sete, oito, nove anos que você ficou sem trabalho, sem receber, expulso da corporação". Está lá, para quem quiser ver.

Teve uma matéria agora no final de setembro, do Rafael, em *O Globo*, que fala isso nitidamente e está posto ali. Não é só para a gente ver quais as distâncias, às vezes, entre a retórica do combate ao crime organizado e a efetividade da prática.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É fato.

No tocante ainda, especificamente lá do Rio de Janeiro, a essa aba da corrupção e infiltração, a gente tem o episódio do Deputado Estadual TH Joias. A gente vai apreciar amanhã aqui o requerimento convocando o TH Joias para, se quiser, prestar aqui o depoimento; uma vez





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele é investigado, ele tem direito ao silêncio. A gente tem, na atuação dele e na denúncia feita pelo MPF, o apontamento de que ele conseguiu, em alguma medida, interferir, inclusive, na distribuição do policiamento ostensivo do Rio de Janeiro. Eu quero entender se isso... E hoje uma operação também no Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, um Vereador oferecia o serviço das máquinas da Prefeitura para fazer barricada para milícia e facção. Chegamos nesse nível no Rio de Janeiro. Então, eu quero entender esse processo de manipulação do policiamento por interferência direta de um faccionado, no caso, o Deputado TH Joias.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Isso é fato, Excelência. Tem esse e tem um outro caso para dar de outra Parlamentar. Mas no caso específico desse cidadão, desse Deputado – ex-Deputado, porque ele era suplente e assumiu –, o que chama a atenção é que ele era notoriamente condenado a 17 anos por tráfico de entorpecentes, já de sentença condenatória de pena, e conseguiu uma suplência nitidamente ligada a um grupo criminoso; no entanto, houve um movimento político de retirada do titular para assumir uma secretaria e para colocá-lo ali – de forma desavisada acredito que não tenha sido, porque era tudo público.

E, de fato, eu vi a investigação, uma investigação muito bem feita pela Delegacia de Repressão a Entorpecentes lá do Rio de Janeiro, e, de fato, tentativa, não só aquela fotografia deitado em R\$5 milhões, que só corrobora a primeira sentença em que ele havia sido condenado, mas, de fato, ele tentando usar da sua influência como Parlamentar, para decisões no campo da segurança pública.

Isso aconteceu também... Eu citei a Operação Batismo, da famosa madrinha da milícia lá do Zinho, na Zona Oeste, em que, durante a operação, e aí a tragédia de lá – eu estou dando o exemplo do Rio, porque eu lá estava, como Superintendente –, a tragédia é que ela está lá até hoje. Eles colocaram ela no mesmo lugar. Então, ela continua fazendo o que fazia, representando pauta das milícias.

Nós pegamos e interceptamos comunicações telefônicas pedindo para soltar alguns meninos da milícia que tinham sido presos, e isso foi feito. Na foto seguinte, a gente tem a apreensão só das armas, e essas pessoas fugiram. Ela intervindo para a retirada de um comandante de batalhão, a toda vista um colega correto, que estava incomodando a atividade da milícia, e ela fez essa tentativa expressa, depois pedindo para ser pautada como que deveria





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votar na questão do transporte de vans na região, e foi até curioso porque eu falei: "Não, eu imaginei que vocês quisessem que só vocês operassem aqui, e não gente da Zona Norte". "Não, Zona Norte pode operar aqui." Porque aí você entende como é que funciona a questão das vans.

O miliciano não sabe quanto custa um pneu de van, quanto custa o litro da gasolina e quanto custa a hora do motorista; ele taxa. Pode vir da Zona Norte, Zona Leste; circulou ali, ele taxa – essa que é a economia do mercado da milícia.

Então, o exemplo que o senhor falou é correto e tem outros exemplos e tantos outros dos quais a gente ainda não tem conhecimento, né, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, com certeza.

Também, eu gostaria de ouvir do senhor um pouco mais falando sobre isso, tangencialmente: o papel do jogo do bicho nesse processo de infiltração, porque aqui, circunstancialmente, estamos presentes fisicamente apenas Parlamentares de pequeno tempo na política e todos egressos de carreiras, mas quem está há mais tempo na política sabe que o dinheiro vivo é uma demanda de cada eleição – o financiamento ilegal de campanhas e a corrupção eleitoral. E esse papel de fornecer o dinheiro vivo era exercido pelo jogo do bicho largamente pelo Brasil afora. Falo isso porque eu comande operações de combate ao jogo do bicho no meu estado, também inéditas naquele momento.

E esse papel foi mudando, porque essa "convivência legítima", entre aspas, foi sendo emprestada para outras modalidades criminosas, que hoje estão integradas.

Eu queria entender até que ponto a gente tem integração hoje – bicho, tráfico, milícia –, no ambiente particularmente do Rio de Janeiro, mas o bicho está presente no Brasil inteiro.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Eles coexistem em sinergia.

Quando a gente fala em domínio territorial, a gente pensa logo nos faccionados e naqueles que exercem, de fato, o controle com as armas e com a violência, como é o caso do Comando Vermelho. O PCC também tem domínio territorial e só não o faz de forma acintosa,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o PCC faz. E nós temos a contravenção, o jogo do bicho, que hoje já evoluiu bastante no seu mercado, que também é territorial; ele tem homicídios, tem séries...

E não é segredo para ninguém, Senador. As coisas acontecem, como a gente brinca, na cara da freguesia. Tem documentário sobre isso, de 10, 12, 15 homicídios, de *capos* de ligação. A pergunta que se faz, ao final delas, é: quem está preso por esse crime? Sistemáticamente isso acontece, e aí há a tragédia da cooptação. O que acontece... E aí a questão da cooptação e infiltração nas forças é muito grande, porque são atividades criminosas – eu me refiro aos três níveis: milícia, tráfico e jogo do bicho – que rendem muito dinheiro, transformam alguns postos. E, se você tem, ou atua, ou é líder, ou faz parte de facções em que matar faz parte do negócio, então você tem um interesse muito grande em determinadas posições de servidores do estado, em delegacia de homicídio, em delegacia de combate ao crime organizado, porque você precisa dominar isso aqui. E, se você tem recurso para isso, você gera um empoderamento político das pessoas que vão colocar essas pessoas, e aí está o ciclo vicioso que a gente tem que enfrentar e quebrar. E, infelizmente, ou felizmente – felizmente –, eu falo: é uma questão também de a população começar a escolher as pessoas que colocam lá, que possam efetivamente combater.

O senhor... Eu acompanho a carreira do senhor, Senador, e eu sei que o senhor sabe exatamente do que eu estou falando, que é quando você faz as coisas certas que tem que fazer, enfrenta o que tem que enfrentar, e é triste que você não consiga chegar ao final, exatamente porque tem influências e forças muito maiores do que a gente, que estão empoderadas democraticamente pelo estado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Vamos trabalhar para mudar isso.

Nesse ponto específico, eu tenho uma demanda que já chegou ao 7º ano.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Eu esqueci a questão do jogo do bicho. O senhor tinha me perguntado um especificamente, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É, a participação deles.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – E aí eu queria só fazer um parêntese aqui, Senador, Presidente, Relator, General Mourão.

Falou-se, eu ouvi um pedaço do que o Gakiya falou – é uma figura pela qual eu tenho o maior respeito, ele conhece muito do PCC lá em São Paulo –, em que ele cita a questão da máfia. A gente tem um ponto de vista respeitosamente diferente nesse ponto, porque, se tem alguma máfia no Brasil em atuação, é a contravenção. Não fui eu que falei. Um dos próprios *capos* falou no documentário que o maior partido que tem no Brasil é o partido da contraversão do jogo do bicho no Rio de Janeiro. Tem interface com a cultura popular do Rio de Janeiro, onde ele quebra a questão e parece... E aí é a tragédia do Rio de Janeiro. Todo carnaval, está todo mundo acenando, um camarote cheio de autoridades e tudo, fingindo que não estão vendo que lá embaixo estão acenando para a gente que, infelizmente, faz parte do problema no Rio de Janeiro: o crime organizado.

E aqui nada é pessoal, a questão é profissional. A gente tem que fazer esse enfrentamento, porque, se não for fazer o enfrentamento, a gente não tira o Rio de Janeiro, nem o país... Lembrando que o Rio de Janeiro é um celeiro, ele exportou – diferentemente do PCC, que é outro tipo de empresa, com núcleos específicos, mas parte de uma mesma coisa –, o CV praticamente exportou... E aí eu dou um exemplo: é uma grife, é um nome. Ele não tem comando especificamente no Pará – a gente tem dado inteligência disso. Marcinho VP e outras lideranças não comandam as facções que estão no Pará ou no Amazonas. Eles exportaram, exportam uma série de... Proteção, mas não exatamente atuam lá. A gente já teve dado de inteligência e de interceptação que mostra exatamente isso. Ali não é problema meu, eles resolvem lá. Eles vão ter que resolver lá, porque ali eu não tenho nada a ver com aquilo, mas estão usando a grife do mesmo jeito.

Não sei se eu fui claro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito, foi claríssimo. Já me aproximando do fim, Sr. Presidente: a questão das rotas. Eu não preciso entrar em detalhamento de rotas, acho que apenas consolidar algumas informações importantes para a Comissão, para a sociedade que nos acompanha.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As rotas de entrada de armas e drogas no Brasil são muito suficientemente já identificadas, e as rotas de saída de drogas também, se é correta essa informação. E, a partir dessa informação, o que a gente tem que fazer em termos de investimento para aumentar o custo? – porque a gente tem que ser honesto com a sociedade. A gente não vai acabar com o crime, porque a demanda pelo consumo não desaparece, então vai ter a vida inteira. É por isso que a droga na Europa é 10, 15, 50 vezes mais cara do que aqui, porque lá é mais difícil, mas sempre vai ter.

As rotas são suficientemente identificadas. E, em termos de investimento, o que a gente precisa fazer?

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Olha, é um dos maiores desafios do Brasil, com as dimensões que tem, tratar e combater todo tipo de ilícito, porque, quando a gente fala do ilícito, a gente fala de fronteiras, a gente está falando de uma parte ínfima, pequena, de mercado ilícito e de crime, seja contrabando, descaminho, tráfico de drogas, tráfico de armas. E a gente está falando de modais que atendem 90%, 99% do comércio brasileiro, no modal aéreo, no modal marítimo, no modal terrestre. Então é muito difícil, você não faz isso com barreiras físicas ou com aquela ingenuidade de colocação de números e postos especificamente; o que se faz é com inteligência, troca de informações, inteligência, ações em cima, por exemplo, de carregamentos. Uma das rotas de saída é o Porto de Santos; rota de entrada, a gente tem toda aquela rota caipira, a gente tem a divisa com Bolívia, a Bolívia está um país terrível para a gente trabalhar hoje. Vi também quando o Gakiya falou disso aí, a gente tem dados de lideranças grandes, dados concretos e firmes de localização e, no entanto, a gente não consegue virar operações lá, porque 90% vazam e a gente é colocado... espero que mude o cenário lá, enfim, mas a gente está tendo muita dificuldade de atuar lá. O exemplo que ele deu foi um exemplo que partiu da gente, da Diretoria de Inteligência, a prisão do Tuta lá, que a gente conseguiu e usou a tática rapidamente de, assim que botou a mão lá, uma pessoa de confiança, e a gente pediu para soltar logo e divulgar internacionalmente a captura, para não dar tempo de acontecer nada, e no dia seguinte as câmeras mostravam para a gente que tinha total apoio de militares de patente alta lá do país.

O desafio da fronteira, e aí, Senadores, também eu tenho que pontuar: a gente tem que sair dessa armadilha da terceirização de responsabilidade, porque o Brasil também não é um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, não é uma questão unicelular, com 16 mil quilômetros de membrana em que entra uma coisa só. Nós temos 700 mil policiais, 780 mil policiais espalhados no país, os estados fronteiriços fazem parte dessa luta com a gente, a gente também, a gente tem atribuições inclusive administrativas na parte de fronteira, de imigração, não temos efetivo para fazer frente a isso tudo, as próprias Forças Armadas também, e vi atuar bastante na Região Norte, são nossas parceiras, no raio de 150 quilômetros da faixa de fronteira, têm esse poder de atuação legal e legítimo da área. O fato é que a gente sempre vai partir atrás; os modais a gente conhece, a entrada pela Rota Solimões, a entrada pela Rota do Rio Negro, depois do surgimento da *marijuana creepy* na Colômbia, o deságue ali também por Maraã, no médio Solimões, ali em Coari, Tefé, a gente viu acontecer, a gente sabe a rota de saída para o mercado europeu. Mas, assim, não tem mágica, Senador, não tem mágica: é investimento em capacidade investigativa, troca de informações, cooperação. Eu não acredito em solução simplória, o desafio é gigantesco, eu acho que as instituições procuram fazer o que de melhor podem, mas a gente tem que ter muito mais suporte, muito mais recurso e tem que realmente entender que isso é um problema de todos.

A questão da arma, aquele discurso que eu falo da terceirização de responsabilidade, que é comum, já estava bastante em voga "Ah, o Estado tal não fabrica arma, o Estado tal não fabrica cocaína, vem tudo de fora", isso é uma coisa meio simplista. É a mesma coisa que eu também não entender a tragédia que é o Rio de Janeiro e achar que você não pode fechar um perímetro de 25km de um complexo, não é assim que funciona. Vai fechar um perímetro de 25, 27km de um complexo, pessoas entrando, saindo, estudando, você vai mexendo. Então, assim como eu entendo que é humanamente impossível o governante que lá está e as forças policiais que lá estão fazerem isso, é também preciso que se entenda que uma fronteira que a gente tem é humanamente possível a Federal fazer isso. Então a verdade é colaboração, se todo mundo puder atingir a demanda, já facilita demais para a gente.

Eu converso, e eu conheci bem Belo Horizonte, fui delegado lá, fui dez anos da Polícia Civil lá, e falo: BH fica a 440km de asfalto bom do Rio de Janeiro, por que, de cada mil fuzis, novecentos vão para o Rio de Janeiro... Então, assim, controle a sua demanda, você ajuda bastante a gente controlando a demanda, e você não consegue fazer isso sem empoderar, capacitar, formar e remunerar bem forças policiais militares, policiais civis e dar estrutura. Não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem, na minha visão como policial, eu estou há 30 e... Tenho quatro de exército também, fui honrosamente tenente de infantaria do Exército Brasileiro, 34 anos de atividade e eu não vejo solução mágica – eu vejo é trabalho. Eu só acredito em trabalho, é o básico bem-feito; se a gente fizer o básico bem-feito, a gente consegue, num processo, semear aqui e colher lá na frente, porque nesses momentos também a gente tem que ter cuidado com as ideias mirabolantes, que ciclicamente elas saem da gaveta, gastam rios de dinheiro – e não funcionam.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito. Eu estou satisfeito, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu agradeço, eu me sinto contemplado também com os questionamentos do Relator, e concedo a palavra e a Presidência, neste momento, devido a um procedimento que eu tenho que fazer agora... E agradeço o comparecimento do Sr. Leandro Almada que, para mim, complementou o Diretor Dr. Andrei esteve aqui na semana passada.

Então, muito obrigado, concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Contarato.

Dr. Almada, só, apenas um questionamento aí, só para aprofundar um pouquinho, a questão da sua capacidade de obter inteligência internacional. Se o senhor tem tido muita dificuldade para isso; se o senhor se ressentir aí de ter mais uma base operacional que lhe dê esse monitoramento; e se países que dificultam, o senhor citou um, mas se tem algum outro.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA (Para expor.) – Sim, sim, Senador, a gente tem alguns países, a gente já tem uma relação mais histórica, a gente tem uma relação excelente com os americanos, tanto na área de inteligência... A nossa diretoria também, embaixo dela, na nossa árvore, lá está a questão de enfrentamento ao antiterrorismo. A gente tem décadas de relação com eles, com países europeus, em alguns flui muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente não tem muita dificuldade; às vezes, pontualmente aqui e ali. Em alguns outros países, dependendo do cenário, a gente historicamente tem mais dificuldade na obtenção de informações até mesmo básicas.

E alguns, historicamente, a gente tem essa dificuldade, outros, às vezes, a gente procura sempre institucionalizar. A gente tem uma excelente relação com Colômbia, com Peru. Com a Venezuela, por exemplo, a gente já não tem um acesso muito forte das informações, isso historicamente, não é nem de agora, desde que eu conheço.

Eu trabalhava no grupo de investigações sensíveis, no Amazonas, e dependia de uma informação de uma avioneta que foi abatida com 400kg de cocaína lá na cidade, e a gente passa meses e meses... Não tinha uma informação básica.

Então, a gente tem muita informação, a gente tem muita qualidade de informação. A PF também, depois dos grandes eventos, a gente incorporou o CCPI lá no Rio de Janeiro, que é o Centro de Cooperação Policial Internacional, é muito bom. A gente faz uma cooperação expedita, todos os países da América do Sul estão ali, mais a Espanha.

Então, a gente tem alocada na nossa superintendência no Rio de Janeiro uma força formidável, que serve para todo mundo. Cada policial tem um acesso ao seu sistema, a gente tem de pronto o acesso ao sistema dele via o servidor que lá está, então ali é um exemplo.

E agora foi difundido agora também, replicado no CCPI Amazônia, com os países da Pan-Amazônia, que fazem divisa, que têm interesse também na Amazônia.

Então, a gente tem dificuldade pontuais, Senador, sim, mas, no geral, ela tem sido boa. A PF é uma instituição reconhecida e respeitada fora, a gente tem tido bons relacionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Agradeço aí, Dr. Almada.

Dr. Sergio Moro, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Cumprimento o Diretor Leandro. Diretor, também registro aqui o meu respeito ao trabalho da Polícia Federal, e concordo com as palavras de V. Sa., quando diz que não existe um coelho da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cartola que se tira e resolve os problemas. Por mais que se busque, inclusive, aprimorar a legislação, e a nossa legislação é muito falha, ela precisa ser executada, precisa ser operacionalizada.

Gostaria de fazer algumas perguntas muito pontuais.

Foi mencionado aqui pelo Promotor Gakiya anteriormente, até em resposta a uma indagação minha, da experiência dos *fusion centers* nos norte-americanos, em que você fomenta uma cultura de cooperação, e aí você tem tanto o *fusion center* operacional, mas principalmente você tem o *fusion center* de inteligência.

Temos algo equivalente aqui no Brasil? E, se negativo, essa estratégia não deveria ser mais fomentada?

Eu me recordo que, na época do Ministério da Justiça, eu criei lá o Ciof (Centro Integrado de Operações de Fronteira). Gostaria de também ouvir de V. Sa. como ele está funcionando, ou se está funcionando ou não – claro que do conhecimento que V. Sa. tiver a esse respeito – e se essa experiência não poderia ser replicada em outros centros, na criação de outros centros regionais, às vezes focado em missões ali específicas.

Em relação ao Ficco, que foi mencionado por V. Sa. Por que não fomentar, por exemplo, uma integração desses FICCOs com os GAECOs? Porque foram criados os GAECOs federais, no âmbito do Ministério Público Federal, não seria interessante tentar reproduzir em parte a experiência do Ministério Público estadual com os GAECOs, de colocar esses agentes trabalhando em conjunto também, polícia e Ministério Público Federal?

E se nesses FICCOs existe uma participação também permanente ou como funciona a participação, por exemplo, de órgãos como a Receita Federal ou eventualmente, não o Coaf, que tem uma estrutura enxuta, mas o contato com o Coaf? Como é que isso está funcionando na prática?

E já que V. Sa. está aqui narrando a sua experiência e tal, etc., qual a mudança legislativa que V. Sa. entenderia pertinente para fomentar mais integração entre as várias agências encarregadas de aplicação da lei, seja a nível de inteligência ou seja operacional? Algo que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderia eventualmente facilitar o trabalho das polícias, do enfrentamento ao criminal organizado – até aproveitando a presença do Relator aqui do PL antifacção.

E uma questão que acaba sendo recorrente é essa ideia ou não de criação de uma agência anticrime organizado em nível nacional para fomentar a integração. Na época do Ministério da Justiça, a gente tinha a Secretaria de Operações Integradas, que atuava para gerar essa cultura de integração e tal. Depois ela foi transformada, na atual gestão, em uma diretoria, acho que perdeu um pouquinho, levou um *downgrade*, sem desmerecer o trabalho efetuado, mas transformá-la em uma diretoria não foi a melhor saída, na minha opinião. Mas se eventualmente uma agência nacional antimáfia não poderia ser um ambiente para fomentar essa integração entre as diversas polícias e esses outros órgãos, a Receita, o Ministério Público? Qual seria a sua opinião a respeito?

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA (Para expor.) – Obrigado, Senador Sergio Moro, pelas perguntas.

Vou pontuar aqui em relação ao *fusion center*. Eu estive lá em Itaipu, visitei o *fusion center*, conheço, sei que foi uma iniciativa do senhor quando Ministro da Justiça.

Eu acho que é uma iniciativa excelente, inclusive hoje em dia a gente busca, vou explicar um pouco mais à frente para o senhor.

O problema do *fusion center* é que ele pressupõe várias agências trabalhando, cada uma no seu mister, de forma que você congregue, num espaço, facilitadores para o seu objetivo final, que é a investigação. Enfim, cada um buscando o seu objetivo.

Então, para mim, a ideia e o conceito são excelentes. Eu acho que é por aí. A gente tem que buscar, e a gente está, agora, nesse exato momento, buscando, e eu vou explicar para o senhor que o escopo é até maior na nossa Diretoria de Inteligência, dentro daquele cenário em que eu falei que a gente está buscando aproximação com o mercado financeiro, com agentes financeiros e com a empresa, inclusive do setor privado. A nossa... E a gente tem também o parâmetro em algumas formações nos Estados Unidos, que são muito importantes, em relação a operadoras. Há várias situações que têm dados bem relevantes para a gente e que, talvez a gente comungando do mesmo espaço e do mesmo ambiente, a gente consiga tornar mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

céleres as nossas prioridades com essas agências, não só governamentais, mas inclusive de atividades privadas.

O que eu vejo... E não saberia, Senador Moro, falar para o senhor como que está atualmente lá o processo, como está operando esse *fusion center*. O que eu acho mais importante no *fusion center*, além da criação, é o estabelecimento de protocolos, do fluxo das informações, do que vai sair dali, como é que é o procedimento...

Eu já vi... Às vezes, não dão certo determinados grupos, exatamente porque não se tem um protocolo, as pessoas simplesmente sentam. E aí vai daqueles também: botam um monte de computador na frente, porque às vezes, numa foto, parece até bonito, que está tendo uma integração, e, no fundo, no fundo, não está tendo.

Então, acho que a ideia é excelente, eu acho que é por aí que a gente caminha, mas acho que, sempre que a gente montar *fusion center*, a gente tem que trabalhar nos protocolos, e é o que a gente vai estar fazendo.

Essa ideia que o senhor teve de *fusion center* a gente vai aproveitar, agora, dentro da própria PF, da diretoria, e estimular um outro grupo nesse cenário, mais focado no âmbito da inteligência, mas também com repercussão em investigações que sejam mais relevantes.

Em relação ao Gaeco na Ficco, na verdade, Senador, o Gaeco já trabalha com a Ficco. O Gaeco já trabalha. O Gaeco pertence ao Ministério Público. A gente tem o Gaeco federal, o Geco estadual... O Gaeco já trabalha. Não tem uma única investigação, seja tocada por um delegado da polícia civil lá dentro ou por um delegado da Polícia Federal, que não esteja submetida ao controle externo do Ministério Público, seja um Gaeco estadual ou seja um Gaeco federal. É lógico que, no caso da Ficco, 99% são do Gaeco estadual, o que não faz muito sentido, e a gente trabalha com atribuições.

Tenho um profundo respeito pelo Gaeco. O Gaeco surgiu também muito em função do que eu falo, Senador, do problema das polícias civis não terem atuado tão fortemente... E, aí, a polícia civil é malvista, porque ela não tem, como eu falei, aquela capacidade de selecionar muito, de atuar, de carrear meios para aquilo. Então, acabou que o Gaeco ocupou esse cenário, é uma realidade. Eu tenho total respeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cansamos de fazer operações com o Gaeco federal e estadual. Portanto, são parceiros nossos.

Só que eu entendo que, num ambiente de investigação, onde você tem ali já a Polícia Federal, você tem uma polícia civil, você tem forças policiais, ali é uma execução de um trabalho de investigação, que está sob supervisão do Gaeco.

O Gaeco, acho, é uma excelente ferramenta, no âmbito interno do Ministério Público Federal ou estadual, de você carrear, dentro dos seus quadros, aqui especificamente, com determinado perfil, esse quadro, para fazer, dar suporte às investigações da Polícia Federal ou da polícia civil naquele *métier* específico em que a gente tem que ter um pouco mais de firmeza, de coragem, de perfil, para fazer o enfrentamento ao crime organizado.

Então, o Gaeco já está. Com todo o respeito ao posicionamento do Dr. Gakiya, o Gaeco já está com a gente; não tem necessidade de que o integre como uma base de investigação, até porque eu acho que o foco é outro.

Receita Federal e Coaf nas FICCOs.

Como o senhor falou, Ministro Sergio Moro, a Receita também padece de um efetivo, como a gente. O que a gente tem, na verdade, é que ter acesso aos ESPEIs, ao Nupei. A gente tem que ter dados, tem que ter informações desses colegas. Talvez eles não tenham a capacidade de colocar...

O Coaf, nem pensar! Hoje o colega lá, o companheiro Saadi, que era Diretor, companheiro nosso, do crime organizado, está com esse enfrentamento, e uma das maiores dificuldades dele é exatamente a estrutura.

O Coaf não tem uma estrutura própria. O senhor sabe bem disso – o senhor foi Ministro da Justiça –, da dificuldade que é. Você tem que levar servidores de outros órgãos, você não tem ainda um pessoal capacitado, você tem uma gama imensa de informações que têm que ser processadas, e a sua equipe não dá conta... Para o Coaf, realmente, como o senhor próprio citou, seria muito difícil.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – E, com a Receita, a gente também tem essa dificuldade, mas a gente conta com apoio.

Medida legislativa para mais integração.

Aí, Senador, eu acredito, como os próprios Senadores falaram aqui também, eu acho que não tem uma legislação específica. Eu acho que basta... A gente já tem um cabedal de legislação que nos permite fazer essa integração. Ficco é só um exemplo dela.

Legislação, mudança legislativa.

Eu vou... Tem uma que o senhor propôs agora a que eu sou extremamente favorável e em que todo policial quer ver algumas limitações, que é na audiência de custódia.

Há uma soltura de um preso que a gente coloca duas, três, quatro, cinco vezes na cadeia. A gente é sensível. Só represento a pauta nossa, dos policiais, de todas as áreas que trabalham, e, às vezes, acham que a gente, realmente, está enxugando gelo, porque... O Poder Judiciário eu acho que, com todo o respeito ao Poder, tem que ter uma certa limitação, um balizamento. Não pode ser uma questão aberta, em que a gente tem... E eu dei o caso aqui de traficantes de armas de fogo que foram colocados naquela situação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só uma observação: está em sanção presidencial.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Maravilha.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Em tese, é para vetar ou sancionar esta semana. Até sexta-feira, espero que sancione.

O SR. LEANDRO ALMADA DA COSTA – Estou torcendo para que a iniciativa do senhor seja ouvida, porque nos ajuda muito nas polícias como um todo.

Na agência antimáfia, Senador, eu me alinho também com a questão...

Eu falei da questão da máfia do jogo do bicho no Rio de Janeiro. Eu acho que... E, aí, eu sempre fui muito prático. Eu acho que a gente tem, dentro daquela linha de que eu acho que não tem mágica, eu não vejo sentido em você... As polícias, as instituições estão aí. Nós temos a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal, nós temos o Ministério Público estadual e federal, nós temos as polícias civis. O grande problema que a gente tem é reforçar esses meios que a gente tem, e não criar outros sobrepostos.

Eu teria dificuldade em saber, Senador, como atuaria uma agência. Quem iria ser o diretor dessa agência? Aí você dá azo, margem a disputas que não têm o menor sentido. Quem vai coordenar a agência antimáfia? Nós temos máfia aqui no Brasil? Máfia, para mim, no Brasil, é o jogo do bicho no Rio de Janeiro, não é? Então, quem vai coordenar isso? E a troco do quê?

As instituições já estão aí, as atribuições estão postas na Constituição, na lei. Eu acho que cumpre a nós, operadores nessa área, e aos Srs. Parlamentares propor, mas eu não acredito em invenções, eu não acredito nessas coisas, com toda franqueza, por mais que eu veja atrás delas o mesmo objetivo comum que a gente tem, e é ótimo que assim seja, de mudar e de enfrentar, mas eu acho que a solução mais prática e mais simples é sempre a mais acertada. Eu não vejo por que abrir uma outra agência no Brasil para tratar de crimes.

E sobre a Seop e a cultura da integração, realmente, a Seop foi uma excelente unidade.

Eu acho que ali, no Ministério, também, é papel do Ministério da Justiça fomentar essa integração, ou seja, através de uma secretaria. O fato é que o Ministério tem um poder grande de fazer, de promover sempre essa integração entre as instituições.

Não sei se eu respondi a tudo.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Fala da Presidência.) – Bom, eu queria agradecer ao Dr. Almada por todas as informações aqui prestadas, importantes para o trabalho da nossa CPI.

Com isso, nós vamos encerrar a nossa atividade.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a 5ª Reunião da CPI, a ser realizada amanhã, dia 26, às 9h da manhã, no Plenário 6.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e dez minutos do dia vinte e seis de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Flávio Bolsonaro, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Eliziane Gama, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Styvenson Valentim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Deliberação de requerimentos. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 19 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Angelo Coronel. Resultado: Aprovado. ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 35 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. Ricardo Andrade Saadi, Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 52 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. Ricardo Andrade Saadi, Diretor do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 32 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político, para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 36 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 54 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 50 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno, Comandante da Aeronáutica, para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 51 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, Comandante da Marinha do Brasil, para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 53 de 2025 que : "Requer o envio de convite





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Sr. Antônio Fernando Souza Oliveira, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. Mário Luiz Sarrubbo, Secretário Nacional de Segurança Pública, para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais, para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 64 de 2025 que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Nacional de Políticas Penais, André de Albuquerque Garcia, informações sobre as políticas públicas, planos e ações implementadas nos últimos cinco anos voltadas ao enfrentamento e monitoramento da atuação de organizações criminosas no sistema penitenciário nacional, bem como relatórios, estudos ou levantamentos internos que tratem da presença e articulação de facções criminosas nos estabelecimentos prisionais federais e estaduais, além de informações sobre práticas de torturas dentro do sistema carcerário brasileiro." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 63 de 2025 que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre relatórios, estudos ou avaliações internas sobre as medidas e a cooperação com outros órgãos de segurança pública e inteligência vigente, bem como outras medidas no sentido de promover o enfrentamento às organizações criminosas dentro e fora do Brasil, além de políticas de cooperação com entidades de segurança pública de outros países." Autoria: Senador Eduardo Girão. Resultado: Aprovado. ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 66 de 2025 que : "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo.Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, o encaminhamento de informações sobre o crime organizado na região amazônica." Autoria: Senador Marcio Bittar. Resultado: Aprovado. ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 65 de 2025 que : "Requer o envio de convite ao Sr. Luiz Gonzaga Viana Filho, Comandante Militar da Amazônia, para comparecer a esta CPI." Autoria: Senador Marcio Bittar. Resultado: Aprovado. ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 104 de 2025 que : "Requer a convocação do Senhor Thiego Raimundo dos Santos Silva, Deputado Estadual, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 105 de 2025 que : "Requer a disponibilização de um servidor do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) para prestar apoio técnico-investigativo a esta Comissão até o encerramento de suas atividades." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 106 de 2025 que : "Requer a disponibilização de dois servidores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para prestarem apoio técnico-investigativo a esta Comissão até o encerramento de suas atividades." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 107 de 2025 que : "Requer a disponibilização de servidor (Auditor) do Banco Central do Brasil (BACEN) para prestar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 108 de 2025 que : "Requer a disponibilização de dois Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 109 de 2025 que : "Requer a disponibilização de três servidores (um delegado de polícia, um agente de polícia e um perito) do Departamento de Polícia Federal (DPF) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 110 de 2025 que : "Requer a disponibilização de um servidor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para prestar apoio técnico-investigativo a esta Comissão até o encerramento de suas atividades." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 111 de 2025 que : "Requer, ao Ministério Público Federal (MPF), a disponibilização de dois Procuradores da República para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 112 de 2025 que : "Requer a disponibilização de servidor do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 113 de 2025 que : "Requer a disponibilização de servidor (Auditor Federal de Controle Externo) do Tribunal de Contas da União (TCU) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 114 de 2025 que: "Requer a disponibilização de dois servidores (Auditores Federais de Finanças e Controle) da Controladoria-Geral da União (CGU) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 115 de 2025 que: "Requer a convocação do Senhor Conrado Leister, diretor geral da Meta no Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 116 de 2025 que : "Requer que seja convidada a Senhora Camila Nunes Dias, professora do Bacharelado em Políticas Públicas da UFABC." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 117 de 2025 que : "Requer que seja convidada a senhora Letícia Cruxen Godinho, especialista no setor de segurança na América Latina." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 118 de 2025 que: "Requer que seja convidado o senhor Maurício Stegeman Dieter, Professor Doutor do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo" Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 119 de 2025 que : "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Edson Fachin, informações acerca do efetivo cumprimento da nova exigência da Lei nº 14.843, de 11 de abril de 2024, no âmbito do Judiciário e do Plano Pena Justa, relativa à obrigatoriedade de realização de exame criminológico para fins de progressão de regime prisional." Autoria: Senador Sergio Moro. Resultado: Aprovado. ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 120 de 2025 que : "Requer o envio de convite à Sra. Vanessa Cavalieri, Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro." Autoria: Senador Rogério Carvalho. Resultado: Aprovado. ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 83 de 2025 que : "Requer que sejam prestada pelo Exmo. Sr. Comandante da Força Aérea Brasileira, por intermédio do Ministério da Defesa, informações em caráter sigiloso." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 84 de 2025 que : "Requer que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, informações de caráter sigiloso." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 85 de 2025 que : "Requer que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, informações de caráter sigiloso." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 86 de 2025 que : "Requer que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, informações de caráter sigiloso sobre operações dos últimos cinco anos." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 88 de 2025 que : "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, informações em caráter sigiloso." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 97 de 2025 que : "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Força Aérea, por intermédio do Ministério da Defesa, informações em caráter sigiloso." Autoria: Senador Jorge Kajuru. Resultado: Aprovado. 2ª Parte - Oitivas dos Srs. Bruno Paes Manso e Renato Sérgio de Lima. Finalidade: Depoimento do Sr. Bruno Paes Manso, Jornalista Investigativo e Pesquisador do NEV-USP, e do Sr. Renato Sérgio de Lima, Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Oitiva do Bruno Paes Manso, Jornalista Investigativo e Pesquisador do NEV-USP, em atendimento ao requerimento 7/2025; do Renato Sérgio de Lima, Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em atendimento ao requerimento 3/2025. Resultado: Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da CPI do Crime Organizado



Assinado eletronicamente, por Sen. Fabiano Contarato

275

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8370701863>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/11/26>

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião divide-se em duas partes. Na primeira, teremos a deliberação dos requerimentos constantes da pauta, os itens de 1 a 38. Na segunda parte, teremos as oitivas do Sr. Bruno Paes Manso, jornalista investigativo e pesquisador do NEV-USP (Núcleo de Estudos da Violência), da USP, e Renato Sérgio de Lima, Diretor Presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ressalto que os convites foram feitos a fim de se obter colaboração dos depoentes a partir da experiência das atividades que atualmente desempenham, nos termos da aprovação do Requerimento 7 e do Requerimento 3, de 2025, ambos de autoria do Relator, Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa leitura e aprovação da Ata da 4ª Reunião, realizada no dia 25/11/2025.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nos termos do art. 235, III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em globo dos requerimentos constantes da pauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores que concordam com a proposta de votação em globo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de colocar em votação os requerimentos, consulto se algum Senador gostaria de usar palavra para discutir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu gostaria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discutir.) – Não é para discutir exatamente a questão dos requerimentos, porque vai ser consenso, e aí tudo bem. O que eu queria aproveitar, não sei se esse é o momento – já cumprimentando o senhor, cumprimentando o Relator, o nosso Vice-Presidente –, é que tem outros requerimentos aqui – nºs 39, 49, 56, 89, 93, 121 e 129 – que não entraram na pauta. Eu gostaria de saber se o senhor está atento a isso, se pretende colocar na próxima semana; enfim, é só para saber como é que vai ser o encaminhamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeitamente, Senador Eduardo Girão.

Esta Presidência comunica que nós estamos avaliando todos os requerimentos, como já foi aprovado no dia da instalação, inclusive, requerimentos do Relator. Nós já temos um número de pessoas que serão ouvidas, inclusive Governadores e secretários de segurança. Essa pauta de hoje...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É só para dizer que não são apenas convocações, são requerimentos de informações que prescindiam...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. No momento oportuno, a Presidência vai colocar na pauta os requerimentos para apreciação desta Comissão.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação os requerimentos constantes da pauta, de 1 a 38. Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Os requerimentos são aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

1ª PARTE

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 50/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Marcelo Kanitz Damasceno, Comandante da Aeronáutica, para comparecer a esta CPI.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 51/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Almirante de Esquadra Marcos Sampaio Olsen, Comandante da Marinha do Brasil, para comparecer a esta CPI.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 9





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 53/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Antônio Fernando Souza Oliveira, Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), para comparecer a esta CPI.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 59/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Mário Luiz Sarrubbo, Secretário Nacional de Segurança Pública, para comparecer a esta CPI.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 60/2025

Requer o envio de convite ao Sr. André de Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais, para comparecer a esta CPI.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 12

REQUERIMENTO Nº 64/2025





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Secretário Nacional de Políticas Penais, André de Albuquerque Garcia, informações sobre as políticas públicas, planos e ações implementadas nos últimos cinco anos voltadas ao enfrentamento e monitoramento da atuação de organizações criminosas no sistema penitenciário nacional, bem como relatórios, estudos ou levantamentos internos que tratem da presença e articulação de facções criminosas nos estabelecimentos prisionais federais e estaduais, além de informações sobre práticas de torturas dentro do sistema carcerário brasileiro.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 63/2025

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, informações sobre relatórios, estudos ou avaliações internas sobre as medidas e a cooperação com outros órgãos de segurança pública e inteligência vigente, bem como outras medidas no sentido de promover o enfrentamento às organizações criminosas dentro e fora do Brasil, além de políticas de cooperação com entidades de segurança pública de outros países.

Autoria: Senador Eduardo Girão

1ª PARTE

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 66/2025

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, o encaminhamento de informações sobre o crime organizado na região amazônica.

Autoria: Senador Marcio Bittar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 65/2025

Requer o envio de convite ao Sr. Luiz Gonzaga Viana Filho, Comandante Militar da Amazônia, para comparecer a esta CPI.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 104/2025

Requer a convocação do Senhor Thiego Raimundo dos Santos Silva, Deputado Estadual, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 105/2025

Requer a disponibilização de um servidor do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) para prestar apoio técnico-investigativo a esta Comissão até o encerramento de suas atividades.

Autoria: Senador Alessandro Vieira





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 106/2025

Requer a disponibilização de dois servidores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para prestarem apoio técnico-investigativo a esta Comissão até o encerramento de suas atividades.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 107/2025

Requer a disponibilização de servidor (Auditor) do Banco Central do Brasil (BACEN) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 108/2025

Requer a disponibilização de dois Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 109/2025

Requer a disponibilização de três servidores (um delegado de polícia, um agente de polícia e um perito) do Departamento de Polícia Federal (DPF) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 110/2025

Requer a disponibilização de um servidor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para prestar apoio técnico-investigativo a esta Comissão até o encerramento de suas atividades.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 23

REQUERIMENTO Nº 111/2025

Requer, ao Ministério Público Federal (MPF), a disponibilização de dois Procuradores da República para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 24

REQUERIMENTO Nº 112/2025

Requer a disponibilização de servidor do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão, até o encerramento das atividades.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 25

REQUERIMENTO Nº 113/2025

Requer a disponibilização de servidor (Auditor Federal de Controle Externo) do Tribunal de Contas da União (TCU) para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 26

REQUERIMENTO Nº 114/2025

Requer a disponibilização de dois servidores (Auditores Federais de Finanças e Controle) da Controladoria-Geral da União (CGU) para prestarem apoio técnico investigativo a esta Comissão até o encerramento das atividades.

Autoria: Senador Alessandro Vieira





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 27

REQUERIMENTO Nº 115/2025

Requer a convocação do Senhor Conrado Leister, diretor geral da Meta no Brasil, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

1ª PARTE

ITEM 28

REQUERIMENTO Nº 116/2025

Requer que seja convidada a Senhora Camila Nunes Dias, Requeiro, professora do Bacharelado em Políticas Públicas da UFABC.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

1ª PARTE

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 117/2025

Requer que seja convidada a senhora Letícia Cruxen Godinho, especialista no setor de segurança na América Latina.

Autoria: Senador Rogério Carvalho

1ª PARTE





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 118/2025

Requer que seja convidado o senhor Maurício Stegeman Dieter, Professor Doutor do Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Autoria: Senador Rogério Carvalho

1ª PARTE

ITEM 31

REQUERIMENTO Nº 119/2025

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministro Edson Fachin, informações acerca do efetivo cumprimento da nova exigência da Lei nº 14.843, de 11 de abril de 2024, no âmbito do Judiciário e do Plano Pena Justa, relativa à obrigatoriedade de realização de exame criminológico para fins de progressão de regime prisional.

Autoria: Senador Sergio Moro

1ª PARTE

ITEM 32

REQUERIMENTO Nº 120/2025

Requer o envio de convite à Sra. Vanessa Cavalieri, Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Rogério Carvalho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 33

REQUERIMENTO Nº 83/2025

Requer que sejam prestada pelo Exmo. Sr. Comandante da Força Aérea Brasileira, por intermédio do Ministério da Defesa, informações em caráter sigiloso.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

1ª PARTE

ITEM 34

REQUERIMENTO Nº 84/2025

Requer que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, informações de caráter sigiloso.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

1ª PARTE

ITEM 35

REQUERIMENTO Nº 85/2025

Requer que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, informações de caráter sigiloso.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

1ª PARTE

ITEM 36





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 86/2025

Requer que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Comandante do Exército Brasileiro, por intermédio do Ministério da Defesa, informações de caráter sigiloso sobre operações dos últimos cinco anos.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

1ª PARTE

ITEM 37

REQUERIMENTO Nº 88/2025

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Marinha do Brasil, por intermédio do Ministério da Defesa, informações em caráter sigiloso.

Autoria: Senador Jorge Kajuru

1ª PARTE

ITEM 38

REQUERIMENTO Nº 97/2025

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Comandante da Força Aérea, por intermédio do Ministério da Defesa, informações em caráter sigiloso.

Autoria: Senador Jorge Kajuru).

Recebemos hoje o Sr. Bruno Paes Manso, Pesquisador da USP, cuja produção tem documentado formação, expansão e transformação das facções criminosas no Brasil, com foco nas dinâmicas territoriais, econômicas e sociais. Também recebemos hoje Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, responsável por consolidar e analisar dados nacionais sobre violência, políticas de segurança, estrutura institucional e desempenho estatal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem, com o Promotor Lincoln Gakiya e o Diretor Leandro Almada, ficou evidente um ponto em comum: a falta de integração, coordenação e compartilhamento de informações entre órgãos públicos, além de disputas institucionais que impactam investigações e operações. Esse diagnóstico precisa ser aprofundado. A audiência de hoje dá continuidade a esse trabalho – compreender como as facções se organizam, se financiam, disputam territórios, influenciam economias locais e conseguem penetrar em contratos e estruturas do Estado. A partir desse entendimento, buscamos identificar quais políticas públicas podem interromper esse ciclo, com inteligência, cooperação federativa, transparência, controle e proteção das populações mais vulneráveis.

E, por isso, a próxima etapa será ouvir Governadores e secretários de segurança. São eles que comandam as polícias civis, militares e demais institutos estatais responsáveis pela prevenção, investigação, policiamento ostensivo, gestão do sistema prisional e formulação das políticas de segurança pública. Entender decisões, prioridades, limitações orçamentárias e desafios de coordenação federativa é imprescindível para construir recomendações viáveis. A CPI convidará esses gestores para um diálogo institucional, técnico, responsável e comprometido com resultados. Esta CPI trabalha com escuta qualificada, evidências e responsabilização. Nosso objetivo é fortalecer o Estado brasileiro, preservar vidas e desenvolver segurança e confiança na sociedade.

Concedo a palavra agora ao Sr. Bruno Paes Manso, por 20 minutos.

O SR. BRUNO PAES MANSO (Para expor.) – Bom dia. Bom dia, Senadores. Bom dia a todos. Bom dia a todas.

São 20 minutos? Essa fala é de só 20 minutos?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BRUNO PAES MANSO – Tá.

Bom, é um prazer e uma honra estar aqui debatendo com vocês essa história que a gente está testemunhando, né? E eu acho que talvez uma forma de entrar no assunto e abordar o assunto é abordar do ponto de vista histórico desses 20 anos, em que, no final das contas, como jornalista e como pesquisador, eu acabei testemunhando essa transformação profunda na cena





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criminal em São Paulo e no Brasil, no Rio de Janeiro e no Brasil de uma forma geral, que foi muito rápida e muito acelerada e muito profunda ao mesmo tempo, sem que as pessoas percebessem. Eu acho que isso é algo que para a gente – eu, que estava testemunhando, que estava acompanhando como jornalista e como pesquisador – foi muito relevante.

Eu acho que, primeiro, vale situar o papel do tráfico de drogas, a história do tráfico de drogas aqui no Brasil e na América Latina, porque, se a gente for pensar, a cocaína, que é um produto com grande aceitação no mercado internacional, começou a ser negociada a partir de 1975, final dos anos 70, começo dos anos 80, com os cartéis de Cali e Medellín, que começaram a vender o produto para o mercado internacional.

São Paulo e Rio de Janeiro eram um corredor importante de passagem e começaram a construir um mercado varejista nas capitais, que foi muito importante. O Brasil se tornou o segundo maior mercado consumidor de drogas, da cocaína, na América Latina. E, nesse princípio, anos 80 e 90, quando a droga passou a ser vendida no varejo de São Paulo e Rio de Janeiro principalmente, eles começaram a criar modelos de negócios próprios daquela época: no Rio de Janeiro, já nos anos 80, a partir do controle territorial armado, com o surgimento do Comando Vermelho no final dos anos 70, nos morros, porque o mercado consumidor de drogas no Rio era muito próximo dos pontos de venda, então o controle territorial armado acabava sendo muito estratégico; e, em São Paulo, você teve a venda de uma forma mais disseminada, não dependendo do controle territorial armado, porque os traficantes iam até o ponto de consumo. Os consumidores de drogas em São Paulo não se deslocavam dez quilômetros para ir comprar a droga, ligavam e os traficantes vendiam nas baladas, vendiam nas festas, e era um outro tipo de dinâmica criminal. Mas isso gerou muita violência nos anos 80 e 90. Era um tipo de tráfico varejista muito violento, porque você tinha facções, no Rio de Janeiro, disputando territórios que significavam mercados, e, em São Paulo, você tinha pequenos grupos em conflitos territoriais de honra e de grupos que levavam a taxas de homicídios acima de 50 casos, 50 homicídios por 100 mil habitantes. Em São Paulo, quando eu comecei a pesquisar, em 1999, havia mais de 50 homicídios por 100 mil habitantes e cerca de 100 chacinas por ano, o que era uma coisa impensável.

E, nessa época, a gente discutia... E, para mim, que entrevistava os homicidas e investigava a cena dos homicídios naquela época, parecia uma coisa sem solução, porque eram 40 anos de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crescimento de homicídios em São Paulo. Cada homicídio gerava um ciclo de vingança e um efeito multiplicador, com novos homicídios acontecendo em decorrência de homicídios, porque matavam uma pessoa, os amigos e os vizinhos se articulavam para matar quem tinha matado e iniciavam esses ciclos de vingança que geravam efeitos multiplicadores, e parecia um cenário caótico, fadado a não ter solução. E foi a partir dos anos 2000 que as coisas começaram a se transformar, e eu acho que, a partir daí, a gente começa a entender um pouco mais a cena do crime organizado, né?

Em São Paulo, o PCC surge em 1993. Ele surge depois do Massacre do Carandiru, que acontece em 1992, nesse contexto de desordem e de caos, e de muitos homicídios. E o PCC surge numa penitenciária de segurança máxima, que é a penitenciária de Taubaté, e os presos falam o seguinte: "Olha, mataram 111 lá no Carandiru, agora, o que vai acontecer? O sistema está contra a gente, a gente precisa se juntar, se fortalecer", e passou a propagar uma ideologia criminal, que começou a arregimentar presos no Estado de São Paulo.

Foi um momento muito único, porque, em 1994, o Covas estava assumindo o Governo do Estado, com o compromisso de implodir o Carandiru e construir novos presídios ao longo do Estado de São Paulo. São Paulo passa de 40 presídios para 180 presídios. Ao mesmo tempo, as polícias militares estavam com novas tecnologias de comunicação, que permitiam o aprisionamento em flagrante de forma mais efetiva, e os aprisionamentos em flagrante começaram a encher os presídios de São Paulo. E o PCC, nesse momento, com essa ideologia de "o crime fortalece o crime, nosso inimigo é a polícia, nosso inimigo é o sistema", estava se espraiando pelo sistema penitenciário em construção, por novos presídios em construção.

Então, esse modelo é interessante. Entre os anos 90 e 2020, passaram cerca de um milhão de presos por São Paulo, nesse entra e sai, pelo sistema penitenciário de São Paulo. São Paulo passa de 40 mil presos para 230 mil presos. Só que esses novos presídios que são construídos exigem um custo pela alimentação, pela progressão penal e tudo que envolve a punição, o custo que envolve a punição. E sempre havia o dobro de presos, quase, em relação à quantidade de vagas, mais presos do que vagas à disposição.

E o que isso começa a gerar? Começa a gerar autogestão dos presos no interior dos presídios. E o PCC se fortalece no sistema penitenciário e passa, no final dos anos 90, começo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos anos 2000, a controlar 90% do sistema penitenciário. E isso serve como um mecanismo de gestão muito importante, porque eles começam a estabelecer uma série de regras no crime, definem condutas no crime que interrompem esses ciclos de vingança, profissionalizam o crime, o crime passa a ser menos imprevisível, mais lucrativo e mais profissional e permite, a partir daí, o PCC dar os primeiros passos em relação ao mercado atacadista, que é a partir daí que ele vai ganhar mais dinheiro. O PCC e o Comando Vermelho – eu acho que esse é um divisor de águas importante – percebem que o mercado varejista de drogas é muito custoso e muito violento e muito imprevisível e dão os saltos para os mercados atacadistas nas fronteiras da América do Sul para vender droga no atacado, que é menos arriscado e muito mais lucrativo. Isso eles conseguem fazer, principalmente a partir dos anos 2000, com a construção dessa nova ordem criminal, principalmente pelo PCC, a partir dos anos 2000.

Em meados de 2005, 2006, quando eu comecei a pesquisar, havia quatro facções no Brasil, era: Comando Vermelho, Terceiro Comando Puro, Amigos dos Amigos e PCC em São Paulo. Hoje são 90. Começam a crescer principalmente a partir dos meados dos anos 10, começo dos anos 10, depois dos presídios federais – eu acho que é um ponto marcante –, dos dilemas das políticas públicas que muitas vezes acontecem. Porque o presídio federal, de fato, tinha um papel importante no sistema de você punir as facções criminosas, os líderes das facções criminosas, para interromper as cadeias de comando de dentro dos presídios. Faziam sentido os presídios federais, mas, ao mesmo tempo, a partir dos presídios federais, você teve um *trade-off*, que é você começar a colocar os presos de diferentes estados conversando entre si. Inclusive, parentes de presos que vêm de São Paulo oferecem uma pousada para parentes de presos que vêm de outros estados, e começa a ter um tipo de conversa, a partir de um modelo de negócio bem-sucedido, que era o modelo das gangues prisionais do PCC, que começam a se espalhar por outros estados do Brasil. E, a partir daí, o modelo das gangues prisionais passa a fazer parte do sistema criminal brasileiro ao longo desses anos.

Então, um contexto muito semelhante que acontecia em São Paulo também acontecia no Brasil. O Brasil tinha 90 mil presos em 1999; passou a mais de 800 mil presos antes da pandemia. Hoje está com 700 mil presos, mas houve um crescimento muito grande.

Ao mesmo tempo que há esse crescimento e aprisionamento em flagrante, o modelo de segurança pública de São Paulo é replicado em outros estados, você tem um descontrole das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prisões, você tem a dificuldade de pagar a custódia do preso diante de todos os limites fiscais que existem. E o que começa a acontecer? Você começa a incentivar a autogestão dos presídios e o fortalecimento das gangues prisionais, que chegam a 90 nos dias de hoje.

E, sempre com esse *trade-off* – porque a gente que pensa em políticas públicas, muitas vezes, vive esses dilemas –, chega um determinado momento em que, quanto mais você prende, maior é a massa de manobra das facções, e, muitas vezes, mais você fortalece os chefes dessas gangues com bases prisionais, que são dilemas que, muitas vezes, a gente, pensando em política pública, vive.

E, diante disso – eu acho que esse é o quadro atual –, o que começa a acontecer é que a gente tem um mercado bilionário, um mercado bilionário, e a cocaína é um produto muito aceito nos mercados internacionais, porque tem uma característica muito ligada à cultura urbana da Europa, à cultura urbana das baladas, de você aproveitar a vida, de você ficar a noite inteira bebendo, você ter uma produtividade elevada no trabalho. É um tipo de droga que tem uma aceitação e um valor muito alto no mercado de drogas. Sai a US\$1 mil dos países produtores, chega até US\$85 mil nos mercados consumidores. Por ser ilegal, tem um lucro muito alto, e as facções com bases prisionais começaram a ser um *player* importante nesse mercado distribuidor de drogas, afinal, a cocaína é um produto que só é e só nasce na Cordilheira dos Andes, por causa da temperatura e por causa da altitude específica em que nasce a planta. O PCC descobriu uma forma de você construir um corredor de transporte dos Andes e dos países produtores para os mercados consumidores a partir de uma rede horizontal, que não necessariamente é formada por pessoas filiadas ou irmãos do PCC, filiadas ao partido, mas por uma série de parceiros que têm o mesmo interesse, que é o lucro proporcionado pela droga. Então, essa horizontalidade, e essa capilaridade, e essa compartimentalização da produção faz com que a facção seja muito ágil. Então, você tem acesso a aviões, você tem acesso a fazendas com aeroportos, você tem acesso a laboratórios. Toda essa divisão de trabalho não é de uma única facção; é uma rede horizontal que age por seus próprios interesses e busca os seus próprios lucros. Então, essa inteligência é que torna muito difícil você atuar contra um único inimigo, um único bode expiatório, porque tudo é muito capilarizado e você tem a divisão de trabalho, a compartimentalização das tarefas de uma forma que, quando um cai, outro surge no lugar para suprir a oferta do serviço, o que torna isso muito desafiador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora, diante de uma nova fase do crime, eu acho que talvez esse seja um dos grandes desafios, porque o PCC e o mercado atacadista de drogas crescem no meio de uma tempestade perfeita, que é uma tempestade perfeita no sentido de que você tem novas tecnologias, e as tecnologias muitas vezes, quando elas surgem, são fundamentais para a transformação do crime. O PCC, o crescimento do PCC e o espraiamento do PCC no final dos anos 90 tem muito a ver com o surgimento dos celulares e a popularização dos celulares. Os celulares simplesmente transformaram a prisão. A partir do momento que os celulares entraram nas prisões, as prisões se transformaram em escritórios. E eles podiam ligar de uma prisão para outra, podiam ligar daqui para outro país, podiam costurar essa rede a partir do surgimento de uma nova tecnologia que facilitou a costura dessa rede.

Hoje em dia você tem novas tecnologias que são a criptomoeda, que surge em 2008 e permite hoje que você leve US\$5 bilhões para um outro país e saque num outro país com um *pen drive* no bolso. Inclusive, os doleiros deixam de ter uma função nesse esquema, porque, com a criptomoeda, você tem todo um mercado paralelo de financiamento imenso. Sem falar na questão do dinheiro virtual e do mundo virtual, que passa a ter um mercado que depende dos meios de pagamentos como as *fintechs*, que também abrem brecha para um outro tipo de negociação e para um outro tipo de forma de esconder dinheiro e de lavar dinheiro. Junto com isso você tem o surgimento das casas de aposta em 2018, que surgem em grande quantidade com muitas *fintechs* também junto com elas, que permitem outras possibilidades de lavagem de dinheiro. Sem falar na questão do Starlink, por exemplo, que é mais um *trade-off* que a gente observa nessa cena. O Starlink permite você se comunicar na Amazônia como antes você não conseguia, era impossível. Hoje você consegue por satélite se comunicar, mas isso também facilita a vida das quadrilhas que passam a comunicar entre si e dá um novo salto na cena e nas possibilidades da cena criminal.

Então, por isso, o desafio é grande. Eu acho que por isso o desafio é grande. O desafio é grande e o desafio, ao que me parece, passa por um diálogo nacional e por uma junção das instituições nacionais, porque o crime se nacionalizou, o crime está conectado nos diversos estados. O crime age de forma nacional e por causa disso ele consegue chegar ao mercado internacional. Então, ao contrário do que aconteceu nesse tempo, na época do varejo e na época em que realmente o crime de rua apavorava as pessoas nas cidades por causa do varejo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das drogas, etc., hoje é uma outra cena, hoje é uma cena de uma indústria nacionalizada, de uma indústria que tem acesso ao mercado internacional, que coloca novos desafios para as instituições, para pensar de forma nacional. Então, eu acho que, mais do que nunca, se tornou urgente este debate diante de todas as transformações que aconteceram.

Bom, eu acho que é isso, para começar. E agradeço a oportunidade do diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Sr. Bruno, pela forma bem didática. Parabéns pela exposição.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, uma sugestão de encaminhamento.

Talvez seja interessante abrir espaço já para a fala do Renato e, a partir daí, a gente faz essa troca de uma forma mais dinâmica.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Concedo agora a palavra ao Sr. Renato Sérgio de Lima para sua exposição, por até 20 minutos. Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone.*) – Me parece que tem uma apresentação.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA (Para expor.) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Se tiver apresentação...

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA – Vou pedir apoio. Vocês é que vão passando? Tá.

Bom dia, Senador Fabiano Contarato, Senador Alessandro Vieira, Senador Hamilton Mourão, obrigado pela oportunidade, aos demais.

É sempre bom falar depois do Bruno, porque ele, de forma didática, deu esse panorama e aí ajuda. E é muito bom ouvir o Senador Contarato quando ele diz que a Comissão vai trabalhar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com evidências, porque é isto que eu vou tentar trazer aqui: alguns elementos, claro que parciais, dentro do que uma organização como o Fórum consegue acessar. É positivo que também seja logo após as falas do Lincoln Gakiya e do Almada ontem, porque acho que vai ajudar a complementar.

E eu vou trazer a partir da experiência do Fórum e também de algumas parcerias que nós estamos em andamento, de que em breve eu acho que a gente terá como enviar os resultados, mas uma com o BID e com o CNJ, que é estimar o custo de implementação do Pena Justa, que eu acho que tem aqui, e acho que esse é um valor que eu não trouxe aqui, mas eu vou fazer um *spoiler* para vocês em relação a isso. E a outra, junto com a Abin, um mapa das organizações criminosas, que de certa forma já monta um período, uma fase seguinte ao que o Bruno disse, que é o momento da consolidação. As grandes organizações estão absorvendo as menores. Então, é uma fase, pelo que a gente está vendo, a gente está na casa ali de 50 organizações nacionais. A gente já caiu de 88, que a Senappen disse, para 50, mas esse número que ainda está em processo de validação. Então, acho que depois... Mas eu vou trazer um pouco um retrato nacional.

Vou pedir até para pular um pouco. O primeiro seria só o que é o Fórum, assim, que vocês já conhecem, a importância dos dados e das evidências.

Na sequência, por favor, eu só queria... E o Senador Contarato já fez essa discussão, mas eu acho que é interessante trazer um dado da empresa de dados Timelens, que mostra que o debate que a gente está fazendo aqui precisa ser feito de forma técnica, porque, no dia a dia, falar de violência mobiliza os três elementos fundamentais das redes sociais, que são raiva, medo e indignação, fazendo com que – por favor, o seguinte – qualquer notícia do que a gente fale aqui gere quatro vezes mais mobilização do que qualquer outro tipo de informação, do que futebol, do que cultura, do que política. Falar de crime e violência gera quatro vezes mais engajamento nas redes sociais, só que não necessariamente o engajamento é para pensar soluções. Então, acho que por isso que é importante a gente trabalhar com evidências.

Mas, como o Bruno já antecipou um pouco – na sequência, por favor –, a gente tem um processo de redução desde 2017 ali na sequência, que foi o auge, de 25% entre 2012 e 2024 nas mortes violentas intencionais. Esse número chama muito a atenção, porque os crimes de rua





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e se a gente pegasse os números de roubos, os números de outros crimes tradicionais, as lentes das instituições policiais normalmente trabalham com essas taxas como indicadores de produtividade –, todos estão caindo. Então, gera uma...

Mas o que está acontecendo no Brasil se os números estão caindo e todo mundo está apavorado? A gente vai entender um pouco esse processo – por favor, na seguinte –, em que a gente vai perceber que as cidades mais violentas são exatamente os lugares onde há confrontos entre facções, pelo controle, pela hegemonia de pontos de venda ou de pontos estratégicos da logística da economia do crime: portos, aeroportos e assim por diante. Então, os locais onde nós temos muita violência são os locais onde as disputas estão acontecendo.

Nós perdemos... O que aconteceu em 2017, que era o confronto aberto entre o PCC e o Comando Vermelho, agora, nós estamos tendo confronto sobre pontos estratégicos do Brasil em relação à violência e há esse ponto da questão da violência da rua. E é sempre bom lembrar: nós estamos falando de crime organizado, mas em termos de segurança pública tem duas outras dimensões que, ao contrário de cair, estão crescendo, que são os crimes dentro da esfera privada, violência sexual... Por que da esfera privada? Porque a maioria é feita por parentes, parceiros. Então, explode o número de violência sexual, explode o número de violência contra a mulher, explode o número de crianças e adolescentes. Acho que esse é um ponto que também ajuda a explicar.

E, na sequência, aqui antes uma coisa importante, que é: quando a gente fala do debate – e falando da história da operação do Rio de Janeiro –, a gente sempre fala das instituições policiais. E aqui é importante fazer um reconhecimento: o problema da violência policial não é um problema brasileiro, é um problema circunscrito a alguns estados que têm ali taxas muito altas. Então, quando a gente fala da discussão, da participação das instituições policiais na composição das mortes violentas intencionais, a gente pode falar de 12 estados dividindo com seis principais que mantêm taxas muito altas por muito tempo. São padrões – padrões – operacionais, enquanto em outros estados as taxas são mais ou menos dentro das referências internacionais. Isso é importante, porque a gente não tem uma solução única e a gente não pode simplesmente tratar as instituições policiais da mesma forma em todos os estados. Acho que isso é uma ressalva importante. Tem, sim, que pensar o que está acontecendo nesses estados, onde, por exemplo, mesmo com a redução das taxas de homicídios, essas taxas estão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentando nessas localidades específicas, nesses estados específicos. Acho que essa é uma ressalva importante, e a gente tem tentado pautar este debate.

Por favor.

Este é o grande segredo, talvez, da máquina que mostra a economia do crime: uma inversão completa dos roubos de rua pelos estelionatos. E o estelionato é um dos crimes mais invisíveis para a máquina pública, porque, a partir da mudança da lei do estelionato, passou a ser ação penal condicionada. Então, não basta só o BO, eu preciso dizer que eu quero que vá adiante, e a população não sabe disso. Além disso, é uma ação que pode ser feita, a ação de persecução penal... O acordo de não persecução penal. Se a gente somasse todos os acordos no Brasil – deram mais ou menos 70 mil, no ano passado –, mesmo assim, nós teríamos uma redução bastante significativa. Nós temos só 50 mil casos na Justiça em 2024; de 2 milhões e quase 200 mil registros, só 50 mil chegam ao conhecimento da Justiça brasileira. Então, esse é um problema.

E o que são esses estelionatos? Os golpes, os golpes da internet – por favor –, que foram a partir do celular. Em 97%, só 3% chegam; 33% da população, de junho deste ano a julho do ano passado, declarou que foi vítima de fraude por meio digital com prejuízo financeiro direto. Então, caíram os crimes de rua, mas um terço da população sofreu algum tipo de golpe com prejuízo financeiro, e sofreram um crime patrimonial tradicional só 22%.

Então, aqui tem uma mudança de lente e enfoque e que tem muito a ver também com a dinâmica do crime organizado, a partir do celular. O celular teve esse papel nas prisões e agora, com os *smartphones*, ele tem um papel na própria governança do crime, porque ele é a porta de entrada para golpes, para fraudes e para todas as outras questões. Isso virou um grande negócio que começou a ser capturado pelas organizações criminosas. Golpista sempre existiu, mas agora as organizações estão criando plataformas para controlar exatamente isso.

Por favor.

Esses são alguns dados de vitimização, mas só o prejuízo gerado com o roubo de celulares significa que nós tivemos, de junho a julho do ano passado – junho deste ano, julho do ano passado –, quase R\$27 bilhões de prejuízo para a população. Esse dinheiro não é receita do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crime, porque aí as pessoas substituíram o seu celular, isso é prejuízo, mas mostra uma dinâmica do crime atual que vai ajudando a explicar o contexto por que as organizações criminosas de base prisional foram se fortalecendo.

Por favor.

E, entrando – ontem, provavelmente, o Leandro Almada e o Lincoln Gakiya falaram mais sobre isso – em outros mercados, mercados de baixa regulação – tabaco, ouro, bebidas e combustível –, que nós levantamos, chega a R\$147 bilhões de receita. Isso é importante, porque a lucratividade, a rentabilidade da cocaína continua sendo imbatível, mas, para poder lavar essa rentabilidade, precisa ocupar outros mercados e vai ocupar mercados que são baixamente regulados. Então, isso aqui é uma receita, e a gente está falando de um volume de 147 bilhões. Pega o prejuízo financeiro dos golpes, duplica esse valor. A economia do crime é quase R\$300 bilhões por ano. É disso que a gente está pensando quando a gente vai enfrentar o crime, em termos dessa questão.

Por favor.

Acho que pulou uma? Não, exatamente.

Nós mapeamos 21 fluxos transnacionais de mercadorias, algumas, inclusive, lícitas, mas que são apropriadas pelo crime organizado, como madeira, ouro e, inclusive, produtos agropecuários, como, por exemplo, o alho, que passa, que entra pela Guiana, porque nós temos um único fiscal agropecuário na Região Norte do país. Então, o crime organizado percebeu que era fácil lavar dinheiro com produtos agropecuários: traz e importa. Esses são exemplos. Então, 22 fluxos transnacionais; como disse o Bruno, deixou de ser a questão federativa.

Por favor.

Senador Alessandro Vieira, esses dados foram atualizados há 15 dias, por isso que essa questão a gente pegou do BI, da diferença. Se a gente fosse pensar o déficit de vagas em regime fechado, em que as pessoas ficam efetivamente presas, são 123,6 mil vagas. Se a gente fosse construir novas vagas para dar conta disso, custaria 10,6 bilhões. Esse é o *spoiler*. Se a gente aplicar o Pena Justa, que é a sentença do STF de fevereiro, mais ou menos 12,3 bi. Agora, se a gente somar o Pena Justa, otimiza as vagas, isso cai para 15,8, não duplica; ou seja, tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito espaço para fazer gestão prisional que não passa só pela questão de construir novas vagas. Então, a discussão central aqui é um pouco a gestão prisional como elemento de sucesso.

Por favor.

E aí, a gente chega nessas duas grandes, que eu tenho chamado de holdings, para não entrar no debate se é máfia, o que é, então a gente tem chamado de... E, pelo mapa que nós estamos produzindo com a Abin, elas estão presentes nas 27 unidades da Federação, elas já estão presentes em todas as unidades da Federação do país.

Porém, o Comando Vermelho está presente em seis unidades da Federação, de forma hegemônica, manda e controla essas unidades da Federação, que são o Acre, o Amazonas, o Mato Grosso, o Pará, o Rio de Janeiro, compartilhado com a milícia, isso é importante dizer, e Tocantins. E a presença, no estudo de caso que nós publicamos semana passada, mostrou que o CV pulou de 128 cidades na Amazônia para 286 cidades em três anos, então, em termos de uma estratégia bastante agressiva. O Primeiro Comando da Capital (PCC), em sete unidades: Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rondônia, Roraima, São Paulo e Piauí. E, mais ou menos no estudo da Amazônia, ele fica estável em 90 cidades, porque a opção, a estratégia é outra, é de controle da infraestrutura crítica do sistema, dos pontos estratégicos.

Por favor.

Aqui só para ilustrar o controle compartilhado do Comando Vermelho com a milícia, esse mapa do fogo cruzado é conhecido, mas mostrando que existe uma divisão clara dentro do Rio de Janeiro, dentro da cidade do Rio de Janeiro, mostrando isso.

Por favor.

E aqui inclusive tem algumas questões. O Comando Vermelho opera como uma rede colaborativa, descentralizada, então, não tem um chefe, não tem um Marcola do Comando Vermelho, enquanto o PCC tem um modelo de governança empresarial e hierárquico. O Gakiya ontem, provavelmente, falou mais dessa questão aqui, mas existem outros promotores em São Paulo que acreditam que nós estamos numa fase posterior a essa, inclusive, porque é impossível pensar que a Sintonia Final, que está quase toda presa, consegue pensar, por exemplo, as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operações dos fundos da Faria Lima. Tem muito mais a ver com essas associações entre essas parcerias que vão sendo firmadas do que pensar que o grupo é altamente hierarquizado, e o Comando Vermelho trabalha dessa forma mais horizontal, uma expansão de fora para dentro; e o PCC de fora... Ali eu acho que está de dentro para fora, de fora para dentro. Então, o PCC vai ocupando lugares estratégicos, enquanto o Comando Vermelho tem por tática expansão agressiva de controle de rotas.

Por favor.

Com essas rotas identificadas, o Comando Vermelho alcança, em três países na América do Sul, inclusive com algumas suspeitas de que já começa a dominar o ciclo de produção no Peru e na Bolívia, a partir da produção de cocaína; expansão regional amazônica; cartéis peruanos e colombianos; e controle das rotas fluviais do Alto Solimões, como a segunda maior rota de entrada de cocaína do Brasil. A primeira, controlada pelo PCC, que é a Rota Caipira, que daqui a pouquinho eu falo.

O PCC é presente em mais de 15 países, em quatro continentes, é o modelo de uma *holding* multinacional, com parcerias com máfias, cartéis e redes, tanto holandesas como dos Balcãs. E aí a exportação é via, principalmente, Porto de Santos, e um enorme problema de lavagem de dinheiro, porque muito do dinheiro gerado precisa ser lavado, precisa ser esquentado para a economia formal. Então, acho que essa é a questão.

Por favor.

Nós temos quatro principais rotas que alimentam o tráfico brasileiro:

- a Rota Caipira, que foi dominada pelo PCC a partir da morte do atacadista Rafaat e que, de certa forma, explica a expansão do Comando Vermelho para a Amazônia, porque precisou, ele, encontrar novos fornecimentos e aí se associou com a Família do Norte, num primeiro momento, e depois a absorveu. Provavelmente nós teremos um problema breve de um confronto mais forte porque uma das lideranças da Família do Norte que o Comando Vermelho, mais ou menos, matou a família inteira está quase sendo liberada porque já cumpriu pena. Então, provavelmente, em breve, a gente vai ter um momento de crise, de repique, porque provavelmente vai querer vingar;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- a Rota do Alto Solimões, que foi absorvida pelo Comando Vermelho, e aí ajuda a explicar essa dinâmica a partir do confronto da tomada da Rota Caipira pelo PCC;

- a Rota da Bolívia; e

- a Rota do Vale do Juruá, que vem ganhando grandes espaços.

E uma das grandes áreas prováveis dos novos confrontos é a Terra Indígena Sararé, no Mato Grosso, com fronteira com a Bolívia, que tem crescido e, inclusive, o Comando Vermelho assumindo os garimpos porque, se antes... E essa é uma questão importante que a gente tem, porque o garimpo antes... O crime ambiental sempre existiu na Amazônia, o problema é que, agora, quando as facções precisam controlar rotas, elas se aliam ao crime ambiental, inclusive aprendem estratégias de lavagem de dinheiro, ou seja, não é: vai à Amazônia e impõe à Amazônia; pelo contrário, o crime ambiental da Amazônia ensinou para as facções de base prisional como lavar dinheiro, como esquentar mercadorias. E, nesse amálgama, nós temos um problema novo, que é essa força das facções.

Mais um, por favor.

Então, nós temos uma tendência de consolidação, de internacionalização acelerada, a expansão global com parcerias internacionais e a profissionalização operacional – o Bruno já falou um pouco disso.

Por favor.

Uma consolidação de equilíbrio estratégico hoje. A convergência criminal é o maior desafio, ou seja, de várias atividades sendo controladas pelo crime organizado de base faccional, e a urgência de uma resposta multidimensional.

Por favor.

Eu ia falar um pouco da Amazônia, mas, para ganhar tempo – eu deixei, já, aqui –, eu queria ir mais adiante, por favor.

Mais um. Mais um, então.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui uma questão importante: e como o Estado tem respondido? De 1988 para cá, nós tivemos 151 operações de GLO, a última durante a COP, agora, na semana passada; 24 iniciativas federais de segurança – planos, programas, estratégias –, dando mais ou menos três ou quatro por gestão presidencial, todas as gestões têm três ou quatro iniciativas; e só duas emendas constitucionais sobre segurança para incluir organizações no 144, polícia penal e agentes de trânsito. Nós não tivemos uma mudança no arranjo federativo que ajude a gente a enfrentar, de forma coordenada, um problema que se transformou em transnacional e ainda é tratado de forma local. Acho que essa é a grande questão.

Por favor.

Ah, e uma coisa importante. Então, não é falta de sistema. Nós temos o Sisbin, o Sisfron, o Sinesp, não falta sistema; o problema é como a gente coordena, como a gente cria cooperação em relação a isso. E a gente, então, trouxe aqui algumas ideias que têm a ver com inteligência integrada, o que provavelmente já foi falado, controle efetivo de fronteiras...

Uma questão importante... O Senador Mourão saiu um pouco agora, mas não é falta de operações das Forças Armadas lá, mas nós temos, por exemplo, uma atividade de ausência de fiscalização. Letícia, com Tabatinga, tem quase mil efetivos do Exército e mais alguns da Marinha que não exercem, por exemplo, um papel fundamental, que é fazer fiscalização de entrada, exigir documentos, algo simples, que já seria como dissuasão.

A retomada prisional, a fiscalização, sistemas, mas eu estou chamando de negação de territórios aqui, porque não é a retomada, porque tem muitos territórios que ainda não foram ocupados pela cidadania, que são com políticas sociais, urbanas. E essa discussão é velha, antiga, mas é importante. A gente tem que negar território, que as facções aproveitem desses territórios para poder fazer refém as populações.

Por favor.

E aí, a Receita Federal tem um papel importante, mas eu queria ir para o final, que é... Aqui é importante. Não sei se os senhores e as senhoras todos sabem, mas, por exemplo, nós temos ainda várias áreas não reguladas para cumprir as determinações do Gafi, que é o Grupo de Atividade Financeira Internacional, que controla, por exemplo, o Coaf e a Unidade de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inteligência Financeira. E aí, desculpa a provocação, uma das entidades que não tem nenhum tipo de controle ainda regulamentado são os escritórios de advocacia, que precisariam informar o Coaf de qualquer atividade suspeita. Quando a gente tem agora o Banco Central decretando a falência de um banco, a gente mostra a importância que os escritórios de advocacia teriam, por exemplo, na prevenção da atividade criminosa, inclusive da lavagem de dinheiro, da abertura de empresas ou das próprias *fintechs* e assim por diante.

Então aqui é importante, porque a gente, a CPI pode inclusive recomendar que algum órgão cumpra essas determinações que hoje caíram no vazio, caíram num hiato. A OAB fez um cadastro, mas não está regulamentado. O Coaf tem uma estrutura muito pequena, e a gente pode ir vendo de formas muito diferentes.

Por favor, o último.

E aí, gente, o fórum defende a criação do Ministério da Segurança Pública, não uma agência, porque eu acho que federativamente o Ministério da Segurança é o espaço adequado, mas eu acho que, assim, todas essas discussões são para o futuro, são arranjos federativos. O que tem dado certo? A Ficco. Hoje basicamente, se a gente tiver orçamento, as FICCOs têm dado certo. Na Amazônia, que nós documentamos, elas funcionam.

Então, se existir vontade e acordo de cooperação, a gente acha que é possível pensar três FICCOs nacionais: uma Ficco PCC, uma Ficco Comando Vermelho e uma Ficco Milícias. A Polícia Federal – e eu não sou jurista, mas, enfim, conversando muito com os outros integrantes do fórum –, a competência dela não é exclusiva da Justiça Federal; tem um pedaço que tem a ver com a Justiça Estadual, que é exatamente as organizações criminosas. Então não precisa mudar e deslocar competência; é fazer parceria com as investigações, seja com os GAECOs ou seja com as polícias locais, ou seja, não precisa mudar muita coisa no momento, mas se as FICCOs forem conduzidas com o foco em torno, por exemplo, de como é que uma força vai tirar o poder do PCC com a sua forma de trabalho, a Ficco Comando Vermelho, com a sua forma de trabalho, com as suas implicações, e as milícias.

E aí, também de forma a provocar o debate, eu acho que esse é um problema de urgência nacional. Tem que entrar na discussão sobre o financiamento dessas três FICCOs, sem dúvida nenhuma, o Poder Executivo, mas também o Poder Legislativo pode, num gesto, mesmo que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja simbólico, em termos de valor, destinar emendas de Comissão para essas FICCOs nacionais, como o Judiciário pode, por exemplo, destinar parte do percentual dos emolumentos das taxas da área dos processos penais. Porque eu acho que, para além da questão atual e disponível, nós temos uma sinalização de que o Estado está junto, tentando enfrentar esse problema com o que já existe, e, ao mesmo tempo, fazer os ajustes que têm sido destacados ao longo do tempo, que têm muito a ver com o arranjo federativo, com a coordenação de mais de 1,6 mil agências de aplicação da lei, que, de certa forma, não estão articuladas e coordenadas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Sr. Renato Sérgio, pela exposição.

Com a palavra o Relator, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero parabenizar o Bruno e o Renato pela apresentação – muito didática. Espero que seja bem aproveitada pelos colegas.

Bruno, com relação à dinâmica das milícias – a gente acabou só falando sobre isso muito tangencialmente e você tem estudos sobre o tema –, eu gostaria que você fizesse a descrição, focando em dois pontos: como ela surge, como ela se desenvolve, como ela opera hoje; e se nós temos esse fenômeno em outros estados além do Rio de Janeiro, de forma estruturada.

O SR. BRUNO PAES MANSO (Para expor.) – Bom, as milícias surgem no Rio de Janeiro e são um tipo de organização criminal muito próprio do Rio de Janeiro, relacionado à história do Rio de Janeiro.

Eu pesquisava muito o PCC, pesquisava muito São Paulo, e fui pesquisar o Rio de Janeiro. E, para mim, chamaram a atenção duas características do crime no Rio, que eram bem diferentes no Rio de Janeiro, e caracterizam, de alguma forma, a história do crime no Rio.

Primeiro, é uma antiga ligação com uma das máfias mais estruturadas do Brasil, da polícia com o jogo do bicho, que vem desde os anos 40, anos 50, desde a época em que o Rio de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Janeiro era a capital federal. Não havia ainda polícias militares, e a polícia... O delegado era o chefe da polícia, a Polícia Federal, e, para ter informações dos subúrbios, dos territórios mais distantes, muitas vezes os informantes do jogo do bicho eram muito estratégicos para a apuração criminal. E era, ao mesmo tempo, uma relação promíscua, porque o jogo do bicho sempre foi visto como uma contravenção mais leve e, por causa disso, tinha um relacionamento próximo, muito antigo, que fez a máfia do jogo do bicho crescer muito rapidamente no Rio de Janeiro.

A segunda característica, além dessa relação da contravenção com a polícia – muito antiga –, é o papel do território e do controle territorial que o crime do Rio de Janeiro exerce. Então, isto, inclusive, é uma das características – né, Renato? – que diferencia muito o Rio de Janeiro e o modelo criminal do Comando Vermelho do modelo criminal do PCC: justamente o papel que eles exercem no caos das cidades quando eles chegam. Como eles apostam no controle territorial armado como modelo de negócio, quando eles chegam em outros estados, em outras cidades, muitas vezes tem muitos conflitos entre territórios. Por causa disso, causa muita confusão.

Então, o modelo de negócio do Rio de Janeiro é focado no controle territorial armado. Até os anos 80 e 90, o tráfico de drogas causou um pânico na população, por causa dos confrontos no meio da cidade, balas traçantes, no Jornal Nacional, passando durante a noite, traumatizando a cidade. A Zona Oeste era um lugar mais afastado e que não tinha a presença do crime organizado e das facções como tinham a Zona Norte, Sul e Centro do Rio, porque você tem o Maciço da Tijuca e, até os anos 70, Jacarepaguá era afastado, era uma parte da cidade com praias quase desertas. Quando se constrói o túnel, você acelera a urbanização, começa a urbanização da Barra da Tijuca e tudo que vai acontecer por lá, e os bairros que surgem no entorno começam a promover uma autodefesa – para que as facções não viessem das Zonas Norte, Sul e Centro para a Zona Oeste – formada por policiais, principalmente Rio das Pedras, que é um dos berços dessas milícias.

E Campo Grande e Santa Cruz, que ficam um pouco mais afastados da linha do trem, também começam a fazer essa articulação, principalmente a partir – aí num modelo de financiamento – do controle do transporte alternativo. Se começa o financiamento das autodefesas comunitárias a partir da dominação dos transportes alternativos, que eram muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intensos, porque o Estado não levou o transporte para essas regiões. Elas começam a tomar o transporte alternativo, tem muita violência na tomada dessa cena, e aí ganham o estigma... Matam gente no meio da rua, ao meio-dia. É aquela fase de mostrar poder e mostrar força pela violência. A partir daí, ganham o estigma de facções, com a CPI das Milícias, que o Deputado Marcelo Freixo estabelece.

Mas o fato é que as milícias, no Rio de Janeiro, também exercem esse modelo de negócio, a partir do controle territorial armado, para disputar poder com as outras facções. E isso é uma característica muito própria do Rio de Janeiro. São grupos policiais que também conseguem votos e ascensão nas assembleias legislativas e influência política, e que acabam, de alguma forma, tendo uma ascendência no estado muito mais forte, até diante dessa capacidade eleitoral que eles têm.

Isso é bem diferente dos modelos e do problema das milícias nos outros estados brasileiros. Uma das coisas que a gente conversa – é uma coisa que aconteceu no Rio de Janeiro e um problema que a gente vive no Brasil – é que a letalidade policial, e hoje já são mais de 6 mil homicídios no Brasil, muitas vezes é um sintoma do descontrole das polícias. Quando você tem um policial que tem carta branca para matar, muitas vezes ele usa esse poder para vender no mercado criminal e acaba, dessa forma, empurrando a polícia para o crime. Porque esse poder de matar ou não, de decidir pela vida e pela morte, numa cena criminal, com cada vez maior capacidade de corrupção, acaba empurrando o policial para o crime nessas circunstâncias.

E é isso o que a gente vê acontecer no processo de milicianização nos outros estados. Não é igual ao do Rio de Janeiro, que tem o controle territorial armado para exploração de negócios, como venda de gás, não é isso. Na verdade, é justamente trabalhando com esse poder de venda de vida e morte, de controle sobre o crime que a tolerância aos assassinatos e o descontrole da polícia muitas vezes exercem. Então é um outro tipo de influência, é um outro tipo de processo de milicianização, com a polícia entrando, controlando e exercendo regras em outros mercados criminais, justamente por essa carta branca para matar, por essa carta branca e a ascendência que tem no poder político, que acaba, muitas vezes, empurrando integrantes das forças policiais para a cena criminal. Mas é bem diferente, o Rio de Janeiro é muito específico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Nos outros estados é um modelo mais parecido com os esquadrões da morte, Scuderie Le Cocq, aquela coisa mais...

O SR. BRUNO PAES MANSO – Só que agora eles são empreendedores também. Você tem um policial banqueiro em São Paulo que tem parceria com o PCC, um outro que organiza o roubo de carga, que participa do roubo de carga, que exerce o controle. O que me parece é que, cada vez mais, é o modelo de negócio que as facções, as polícias e as milícias estão exercendo: um mercado criminal muito lucrativo, que pode ser no combustível, no roubo de cigarro, e as facções exercendo o papel armado, dando suporte armado para esses grupos econômicos e financeiros. Tanto milícia como PCC e CV oferecendo suporte armado para esse mercado ilegal, cada vez mais empoderado e endinheirado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Aí, para os dois, por favor, Bruno e Renato: esse desenho do vínculo que você tem entre as facções... Lembrando: o escopo desta CPI é facções e milícias, não são todas as modalidades de crime organizado, mas, particularmente, facções e milícias, pelo tamanho do temor social que vem gerando. Eu queria desenhar para os colegas aqui, para quem acompanha, o vínculo estreito da ação das facções e milícias com contrabando e jogo do bicho, porque me parece que existe uma vinculação muito clara.

Então, começando pelo Renato, por favor.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA – Num estudo que nós divulgamos no começo deste ano, isso ficou muito claro, por exemplo, no controle de alguns mercados, como o do tabaco. Do tabaco, a partir dos cigarros, a gente muitas vezes ouviu falar do "cigarro que vem do Paraguai"; hoje em dia a marca paraguaia é produzida no Brasil pelas milícias e pelo PCC, ou seja, não precisa nem ir para a fronteira e voltar e correr o risco de apreensão. Então, começou a ter uma falsificação da falsificação.

E isso tem se inserido exatamente nesta lógica, que respeita um pouco as distribuições entre milícias e facções. No caso de São Paulo, o mercado do tabaco é controlado de forma bastante – do tabaco ilegal, do ilícito... pelo PCC. No caso do Rio de Janeiro, pelas milícias, a partir não só do controle das rotas de distribuição, mas de uma questão fundamental que tem a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ver com para o que a Receita tem chamado atenção, mais a área fiscal do que a área de segurança, a enorme capacidade da lavagem de dinheiro e da sonegação fiscal, da criação, do baixo controle que nós temos dos mercados, dos cadastros fiscais, por exemplo, com o problema da pendência em relação aos devedores contumazes.

Então, facções e milícias têm se aproveitado dessa brecha na legislação para poder fazer... para faturar. Lembrando que o mais rentável é o tráfico de drogas, mas esse dinheiro vai alimentando... E hoje em dia eu diria que esses mercados formais que estão ali na transição entre lícito e ilícito começam a ser capturados pela lógica faccional e miliciania, porque o dinheiro que está vindo é muito grande e não tem nenhum tipo de controle. E aí compensa competir com a economia formal.

O SR. BRUNO PAES MANSO – Só para complementar o que o Renato falou. É um pouco isso. E, no Rio de Janeiro, por exemplo, o mercado de cigarros... O jogo do bicho tem um papel fundamental no contrabando de cigarros ilegais, inclusive na distribuição. Então, o interessante, eu acho, para a gente entender o desafio atual, é que essa nova governança e essas regras que foram criadas pelo crime a partir das facções permitem um mercado muito mais lucrativo e muito mais previsível. Então, por exemplo, você tem um bicheiro que tem uma ascendência grande na distribuição de cigarros e vai ter contato com o Terceiro Comando e com o Comando Vermelho, para que ele permita, autorize e participe da distribuição de cigarros falsificados no território que eles dominam. Da mesma forma, você já tem uma nova rota de cigarro importado e contrabandeado indo pelo Suriname, entrando pelo Norte, chegando no Nordeste e no Norte do Brasil, que, a partir do domínio que o Comando Vermelho exerce nos territórios, também tem uma penetração, a partir dessa rota que é construída pelo bicho no Rio de Janeiro. Então, você tem uma possibilidade de novas parcerias, porque todos têm um interesse pelo lucro ilegal.

E aí, eu acho que isto é interessante, o que o Renato mostrou dessa diminuição do número de facções e dessas novas parcerias que são criadas ao longo do estado, porque é o caminho óbvio. Conflitos reduzem os lucros, conflitos geram prejuízos, e eles começam a se associar e perceber que a parceria permite grandes possibilidades de lucro. E aí, mais uma vez, esse mercado vai ficando cada vez mais viável, com pontos de distribuição nos territórios, grandes rotas de importação e tudo mais, com a possibilidade de você ter o suporte armado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses grupos que têm arma à disposição em grande quantidade, que são as milícias, o CV e o PCC, que oferecem o respaldo armado para esses mercados, cada vez mais endinheirados.

Eu acho que, ao que me parece, a tendência das facções, com a quantidade de armas que elas têm, é cada vez mais prestar esses serviços para aqueles que estão... Por exemplo, se você está concorrendo no mercado de combustível, você sonega imposto, você vai lá e bota fogo em uma fazenda, vamos supor, você usa artifícios da violência para ganhar cada vez mais mercado nessas competições.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – No tocante a soluções, a enfrentamento desses problemas, o Congresso vem, ao longo dos últimos, pelo menos, quatro anos, avançando no tocante ao aumento de penas, endurecimento do cumprimento de penas, retardo na progressão de regime. Essa tem sido a solução apresentada pelo Congresso Nacional. O Governo Federal não tem apresentado nenhuma solução. Os governos estaduais têm, cada um a seu modo, construído caminhos, alguns mais eficientes, outros menos, e uma boa parte deles é baseada no confronto. Eu queria ouvir de vocês sugestões no tocante a soluções para esse dilema que nós vivemos, partindo da definição de qual seria o ponto central de iniciativas, que, na minha visão, passa pelo sistema prisional. Mas eu quero ouvir a visão de vocês.

Bruno, por favor.

O SR. BRUNO PAES MANSO – Quer começar, Renato? (*Pausa.*) É? Tá.

Bom, eu acho que o sistema prisional é estratégico. Eu vou pincelar rapidamente, porque eu acho que... eu quero até ouvir o Renato, que está debruçado nesse debate. O sistema prisional é estratégico. A questão de nacionalização e compartilhamento de informações das instituições é fundamental, porque realmente tem uma nova cena no crime. O crime se nacionalizou, e a segurança pública ainda não. E eu acho que você tem também essa questão da emergência do dia a dia das cidades, que é a questão dos homicídios e da violência policial, que também são um pronto-socorro necessário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que redução de homicídios e redução da letalidade policial são uma forma de você libertar as comunidades das tiranias das facções e de você parar de empurrar a polícia para o crime.

Então, eu veria do ponto de vista estratégico a questão da nacionalização e do compartilhamento de informações; a questão do trabalho de inteligência e do controle e retomada do controle dos presídios; a emergência da redução de homicídios para libertar as comunidades das facções; e a redução da letalidade policial, para que a polícia deixe de ser empurrada, incentivada a ir para o crime.

Eu diria esses quatro pontos como importantes, mas queria ouvir o Renato.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA – Na minha apresentação eu detalhei um pouquinho mais, mas eu acho que, concordando com o Bruno e com o Senador, um dos eixos centrais tem a ver com redução, enfim, controle da violência urbana, mas, na verdade, com questão do território, como é que o poder público repasse a regular o território no lugar da facção ou da milícia. Vamos tratar com isso.

Mas uma outra questão importante tem a ver com o sistema prisional, sim. E a gente já tem um programa bem estruturado e que, por mais caro que seja, é mais econômico do que simplesmente construir vagas, que é o Pena Justa, e que, de certa forma, os governos precisariam implementá-lo agora, que é, inclusive, uma sentença judicial. Então, acho que aqui tem uma questão que é valorizar a dimensão da gestão prisional para que a gente não fique tendo que construir 200 mil vagas de tempos em tempos, porque, de fato, a gente precisa pensar a punição de lideranças de facções e milícias de forma diferenciada das demais, e isso é indiscutível.

Agora, como fazer isso? E acho que esse é um dos problemas, por exemplo, que a gente vê na proposta do PL antifacção, porque, no limite, da forma como está redigido, quem vai ficar preso é o chefe local do tráfico e vai aumentar demais a quantidade de gente, e o do andar de cima, como diz o Elio Gaspari, continuará sem ser punido. Então, a gente tem que, em termos de técnica legislativa – um desafio do Senador Alessandro –, pensar um pouco como fechar essa porta para quem realmente precisa ficar preso, para resolver este problema, pensando o crime organizado faccional de milícia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu acho que o conceito-chave aqui, que tem a ver com a questão federativa, é que nós não vamos conseguir mudar a PEC, pelo... Eu estive na Comissão Especial da PEC na semana passada, não será uma tarefa simples mexer no arranjo federativo das competências. Mas eu acho que uma das discussões fundamentais... E eu estava, em 2000, no Ministério da Justiça, na ideia da criação do Sinesp, do Infoseg, enfim, dos sistemas... Por isso é que eu digo que sistema não falta; não é falta de sistema, é a interoperabilidade. Então, acho que a regra básica é como, em termos da capacidade de o Congresso brasileiro estabelecer regras gerais de interoperabilidade, porque aí, com as culturas organizacionais, com – vamos chamar aqui e simplificar – as manias de cada organização, que não serão mudadas tão facilmente... A regra é que tem que ter interoperabilidade, tem que cooperar entre si, porque, quando são casos específicos, já tem integração, já funciona – a Ficco é um exemplo –, mas, na regra geral, não funciona, porque a gente está falando de milhões de casos. Então, é, em termos de um projeto de reconstrução do sistema da gestão prisional, a questão da retomada territorial, do controle territorial, e, em termos do arranjo federativo, a coordenação e a interoperabilidade, porque, do contrário, a gente vai gastar mais 37 anos tentando mudar o arranjo federativo e a gente não vai conseguir.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Eu acho que é razoável reiterar aqui que, com o atual arranjo federativo, nós já temos Ficco funcionando em todos os estados, com a presença de unidades federais e estaduais, sem nenhuma notícia de problemas de funcionamento, de falha na coordenação, tudo rodando normal. Provavelmente tem Governador que aceitou e assinou a cooperação técnica sem saber o que estava assinando, porque é incompatível com o que verbalizam nos seus planos.

A definição é de quem efetivamente ou quem ocupa um papel de liderança nesse processo, para que a gente possa definir quem efetivamente precisa de isolamento e quem é apenas mais um preso que vai ser colocado no sistema comum, é um desafio importante para essa legislação.

Eu queria ouvir de vocês sugestões neste sentido: o que diferencia, o que caracteriza um líder, para que a gente possa fazer isso. A gente vem perguntando, perguntamos ontem para o Gakiya e para o Almada e perguntamos agora para vocês.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Renato está com os papéis na mão e vou passar para ele...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Permita, Relator, só uma complementação, por gentileza.

Eu acho de fundamental importância esse questionamento do Senador Alessandro, porque eu acho que o grande desafio, num processo legislativo, é você individualizar a conduta, porque você tem que dar um tratamento de acordo com a reprovabilidade social e o grau de lesividade. Então, como estabelecer... Por exemplo, no projeto antifacção há possibilidade de esse apenamento chegar a 65 anos. Há essa possibilidade, mas como você vai fazer para fazer a individualização de quem efetivamente está no comando, ou quem tem as funções ali, para que você tenha um processo legislativo que tenha uma tipicidade plena: de acordo com o comportamento da conduta, a adequação da norma penal incriminadora?

Eu acho que eu também estou... Eu tinha até anotado isso como... Desculpa voltar, Relator.

E eu só também queria fazer, assim, uma provocação no bom sentido, é porque eu ouço muito falar também em privatização do sistema prisional. Como que vocês também conseguem observar essa questão da privatização dos presídios, se isso seria uma forma positiva.

E também, só complementando aqui, para eu não perder o raciocínio, é essa regionalização dos COAFs. Eu acho que as FICCOs teriam que ter em todas as unidades da Federação, como tem, mas com a participação do Coaf em todas elas, porque não dá para você fazer isso sem essa regionalização, na minha humilde opinião.

Desculpa ter interrompido.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA (Para expor.) – Eu acho que, assim, aproveitando a deixa do uso de evidências, a melhor forma, por exemplo, que tem sido internacionalmente reconhecida, avaliada, atestada como válida, é o modelo de dissuasão focada, que internacionalmente é reconhecido como uma prática que tem a ver não só com a responsabilização, como com a comunicação.

Então, por exemplo, lideranças dentro de presídios que ordenam a morte de pessoas na rua vão ter um tratamento penal diferenciado. Mas isso fica claro, por exemplo, a partir, não só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de um controle prisional específico – e depois eu posso encaminhar toda a metodologia... O Rio Grande do Sul está tentando aplicar essa metodologia que os bancos, as agências multilaterais têm testado no mundo todo, que é exatamente identificar a partir de quem, de fato, no sistema prisional, a partir das inteligências, tem papel de mando, de liderança, de ordem de homicídios, de controle territorial, e capacidade de determinar fluxos financeiros, ou seja, quem é que dá a ordem para uma operação, para encerrar uma operação, para fazer ou vender uma determinada... Ou seja, em termos de... Então, nós temos que... E a ideia que foi proposta inicialmente, do cadastro, ela é, a princípio, interessante, mas ela tem uma questão fundamental, que é: como é que você coloca uma pessoa e como é que você tira essa pessoa também, em termos de devido processo legal.

Mas eu acho que dos parâmetros fundamentais, a gente já tem experiências internacionais, que é a dissuasão focada, que é exatamente falar: "Olha, se você, como liderança, se alguém cometer um crime em seu nome na rua, você vai ser penalizado, por exemplo, com agravamento ou vai evitar a progressão do sistema prisional, ou terá uma prisão priorizada". Então, essa é uma experiência que já existe, que talvez valha colher mais opiniões acerca dela.

Em relação aos presídios, a gente não tem no fórum uma grande discussão, mas essa é uma grande polêmica, Senador, porque tem a ver... Cada vaga prisional custa R\$30 mil, e, em termos de... Se a gente puder otimizar a política da gestão prisional, esse valor pode cair. De certa forma, há uma contradição em termos de receita, mas não necessariamente é um tabu; acho que precisa ser enfrentado, sim.

E, em relação ao Coaf, eu concordo que a regionalização seria perfeita. O problema é que o nosso Coaf nacional, na prática, tem menos de 40 técnicos para atender o Brasil inteiro. Como é que a gente vai criar 27 COAFs regionais?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Daí a importância, com todo o respeito, desta Comissão, não é isso, Senador?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Exato. Algumas soluções parecem muito simples quando você olha para o problema e vai para solução. A lógica é muito simples; você tem que contratar mais gente. Não tem outra mágica.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tem robô. Uso de inteligência artificial, evidentemente, mas vai ter que contratar mais gente.

A gente tem mantido contato com o Governo Federal, pontuando essa questão de contratação. Receita, Coaf, Banco Central precisam fortalecer suas estruturas; a Polícia Federal, da mesma forma, precisa fortalecer suas estruturas. Senão, a gente vai ficar só aqui brincando de fazer lei – isso não resolve.

Essa individualização das lideranças, Bruno, você tem alguma sugestão?

O SR. BRUNO PAES MANSO (Para expor. *Fora do microfone.*) – Eu concordo com o Renato. (*Fora do microfone.*) Eu acho que depende da capacidade de decisão, da capacidade de determinação da ação e da capacidade de liderança que pode, muitas vezes, ser exercida a partir das inteligências dos presídios. Eu acho que hoje tem tido um papel fundamental na estrutura de segurança pública.

E eu concordo com o Renato, eu acho que tem o desafio. E isso é uma discussão de segurança pública que é um estágio posterior, mas hoje me parece que o grande debate, principalmente que afeta as cidades e principalmente o entorno das comunidades que são tiranizadas por esses grupos, é um trabalho de redução de danos dos problemas que o tráfico exerce nas cidades.

Então, um traficante que mata tem que ser punido prioritariamente. Como aconteceu nas UPPs e como aconteceu nas operações de saturação, que é a situação focada que o Renato mencionou. Então, se você...

Em São Paulo, no começo dos anos 2000, tinha muitos assassinatos. Quando acontecia uma chacina de seis, sete pessoas na Zona Norte, por exemplo, você tinha uma operação de saturação que ficava três meses nesse lugar, às vezes ia até cabeleireiro junto com as polícias e dentista, ficava pegando informação do tráfico, mas o tráfico tomava um prejuízo de três meses e sabia que, quando ele matava, ele atraía a polícia. Então, aí acontecia um outro homicídio, um grande homicídio em outro bairro, e você fazia a sua operação nos outros lugares. Você começa a impor uma outra forma e uma outra cultura na cena criminal que é: matar atrai polícia, matar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai nos trazer prejuízo; vamos parar de matar aqui. E você induz um novo tipo de comportamento nesses bairros.

Da mesma forma, em vez de você fazer uma operação letal com 121 mortes, se você começar a agir com a operação da seguinte forma: quem colocar barreira de entrada do Estado numa comunidade vai ter uma operação que vai ter prejuízo de três meses; a gente vai fazer um tipo de uma UPP temporal, temporânea aqui e vai ter prejuízo para quem impediu o Estado de entrar, para quem não deixar política pública entrar, para quem colocar barragem. E você começa a estabelecer limites na forma de o tráfico agir: se alguém ostentar fuzil e der tiro na polícia, vocês vão ter prejuízo.

Você começa a trabalhar na racionalidade econômica desses grupos, que é muito mais determinante na transformação do comportamento do que a força, porque eles gostam de enfrentar, gostam de se ver na guerra; também faz isso, você estimula os hormônios masculinos todos nesses confrontos. Se você trabalhar na racionalidade, aí se fala: "Não, não vale a pena pôr barragem, barreira de entrada, porque a gente vai perder dinheiro, vai ter prejuízo". Você tem um foco muito claro de redução de danos da tirania do tráfico, e, vendo quem determina, quem é estratégico nesses comandos, eu acho que é a melhor forma de você identificar as hierarquias e quem deve ou não ser punido.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não só a estruturação do combate à lavagem, mas a majoração de penas para a lavagem de dinheiro, que foi um capítulo que ficou, de certa forma, deixado de lado nos últimos anos.

Entendendo que a lavagem de dinheiro hoje é um serviço prestado – você tem organizações criminosas que prestam serviço de lavagem de dinheiro, prestam serviço para corrupto, prestam serviço para grupo de extermínio, para traficante, tanto faz –, vocês entendem que é um caminho interessante a gente fazer esse endurecimento, não só para o faccionado violento, mas para o lavador que presta serviço para a facção?

Bruno.

O SR. BRUNO PAES MANSO – Sim, eu acho que esse é o grande desafio, mas eu acho que tem um caminho todo a seguir, desde regulamentação do setor financeiro, porque a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sempre correndo atrás, tem surgido muitas novidades. Então, você começa do princípio de não ter normas para regulamentar as *fintechs*, os trabalhos das *fintechs*, está-se tentando entender esse processo. Então, eu acho que a questão de você se apropriar dos bens dos que estão fazendo esse tipo de lavagem é importante.

Para mim, no aumento de pena, eu fico sempre com o pé atrás diante de todos os efeitos colaterais que eu mencionei e, às vezes, eu acho que, nesses casos, há formas mais efetivas de você dissuadir a pessoa a não agir no crime, até se apropriar dos recursos de forma legal, mais do que você botar a pessoa dentro da prisão. E eu acho que existem formas mais efetivas de você dissuadir essas pessoas, além de todo o desafio das novas regulamentações desse sistema financeiro, que fica à margem. Criptomoeda é um exemplo, é um sistema à margem do sistema financeiro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Da cripto tem uma iniciativa de regulamentação do Banco Central, e já teve uma iniciativa de PDL para derrubar a regulamentação na Câmara dos Deputados.

Nesse viés aí do combate à lavagem, sugestões, Renato, por favor.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA (Para expor.) – Uma coisa importante na lavagem, que o Bruno destacou, por exemplo, é o simbolismo do perdimento antecipado. A questão do perdimento antecipado talvez doa mais no sistema financeiro do que exatamente a majoração de penas. Talvez a questão, na verdade, seja inclusive tirar do foco. O sistema financeiro tem a sua própria regulação e engenharia. Então, por exemplo, alguém cometeu uma falha, paga uma multa e tudo bem, é não persecução penal. Então, a CVM cobra uma multa; você falhou, você fica um ano inabilitado para operar. Eu acho que, em casos de lavagem de dinheiro, tem que sair, tem que ter uma regra de exclusão para ter tratamento penal, não necessariamente o *quantum* da pena, mas talvez a punição seja: "Se você lavar dinheiro, não será via regulamentação do sistema financeiro; na verdade, você vai ter tratamento penal como outro qualquer e com o perdimento antecipado". Então, na verdade, não é a dose da pena, mas é dizer: "Olha, você não vai pagar a multa, inclusive que o seguro te garante, mas você vai ter um tratamento penal como qualquer liderança criminoso". Só essa mudança eu acho que vai ter mais efetividade do que a dosimetria de uma pena eventual.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito.

Nesse viés da retomada de território, e aí partindo do princípio que são territórios ocupados por facções armadas, você tem essa estratégia da invasão e confronto que se repete pelo Brasil afora, mais notadamente no Estado do Rio de Janeiro, e gera sempre um questionamento que precisa de uma resposta técnica – a gente vai ter a oportunidade de falar aqui com o Governador do Estado do Rio de Janeiro e sua equipe técnica –, mas um ponto chama a atenção, que é a aparente incapacidade do estado em sufocar esse processo comercial, porque é uma atividade econômica. E, se é fato... Vocês podem até, enfim, trazer algum dado diferente desse, mas, se é fato a notícia que o Governo do Rio de Janeiro aponta de que no Complexo do Alemão e Penha eu tenho alguma coisa em torno de dez toneladas de entorpecentes rodando por mês, isso evidentemente não sobe na mochila de ninguém. Se eu tenho lá 700 fuzis, da mesma forma, isso não entrou desmontado na garupa de uma moto. E eu tenho um fluxo de comércio ali, de usuários, que na logística do Rio de Janeiro ele vai até a boca, né? A viabilidade de fazer o bloqueio disso, a restrição desse acesso, para aumentar o custo do crime, é uma coisa factível na visão de vocês ou está fora de centro?

Renato, por favor.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA – Eu acho que, na verdade, funcionou em São Paulo e em outros estados, que é a saturação. Não necessariamente eu vou entrar, porque aí eu vou ter o confronto armado, existe um... Mas é dizer: "Olha, a gente vai ficar no entorno aqui até vocês...". Enfim, em termos de tática de guerra, é historicamente assim. Nesse momento, por exemplo, poderia ser um uso mais racional das Forças Armadas que estão, por exemplo... "Não, a gente não está dizendo que vocês não vão entrar em confronto, mas vocês vão fazer o cerco, vão fazer o cerco marítimo e vão fiscalizar todo dia quem entra, quem sai, qual caminhão, qual a carga, vão poder fazer barricada...", em termos de um exercício, inclusive, do poder de polícia da área de fronteira, que já tem poder de polícia na área de fronteira no caso do Rio de Janeiro, por exemplo, como em Tabatinga, ali em todas as regiões. A efetiva fiscalização, não necessariamente uma operação, uma GLO, mas atividade de fiscalização das Forças Armadas, talvez, se desenhada de forma articulada, os efetivos disponíveis podem ser utilizados para saturação, e aí deixando lá mesmo, ou seja, fazendo dar prejuízo, que é essa lógica que o Bruno falou, não através de uma GLO, mas a partir da função de poder de polícia que já existe na faixa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fronteira. E isso talvez, dentro de uma articulação nacional, funcione, claro, com as devidas dotações orçamentárias, tudo isso, mas eu acho que aí tem uma mudança de paradigma.

Nós tivemos uma atividade recente com o General Vendramin, eu falei uma questão, talvez, da modernização da doutrina de emprego das Forças Armadas, que não seja só por GLO, seja em área de fronteira ou usado o poder fiscalizatório do poder de polícia, que os efetivos estão ali, porque fazer uma operação de 2,5 mil significou que nos dois dias seguintes nós não tínhamos polícia no Rio de Janeiro, só conseguíamos fazer nas rodovias para mostrar que a polícia não estava ausente, porque as pessoas precisavam de folga, precisavam descansar, além das vítimas, obviamente, porque você mobiliza muito mais recursos do que você tem à disposição em termos de policial, mas a gente já tem efetivo, poder de polícia, você só precisa ajustar a doutrina.

O SR. BRUNO PAES MANSO – Sim, eu concordo com o Renato, e, na verdade, a questão dessas dez toneladas, eu acho que também é sempre importante pensar um pouco na lógica da distribuição, porque é um mercado. O Complexo do Alemão tinha esse papel de distribuidor para as outras bocas. Se não for o Complexo do Alemão, vai ser um outro lugar, porque você tem a venda da cocaína que chega no atacado; a partir de um determinado lugar, você distribui para as pequenas que passam a vender no varejo. Quando o Complexo do Alemão foi tomado e houve as UPPs, ele foi para o Chapadão, foi para outros lugares que passam a exercer esse papel. Então, por isso que, no final das contas, me parece mais factível e mais real justamente o trabalho de redução de danos que esses grupos exercem no dia a dia das cidades do Rio e da violência que eles exercem. Então, as UPPs, por mais que elas tivessem problemas e por mais que fossem insustentáveis em determinado momento, elas trouxeram algumas lições importantes para a gente e trouxeram qualidades e avanços efetivos, como a redução dos homicídios no Rio. Houve uma grande redução dos homicídios, do roubo de carga, da criminalidade de uma forma geral, porque o estado, a partir das UPPs, mostrou uma institucionalidade e uma força de Estado de direito que ruiu quando o Sérgio Cabral foi preso – você teve um derretimento dessa institucionalidade –, mas, quando essa institucionalidade era considerada e era vistosa, você teve uma nova forma de o crime se comportar na cidade. Então, eu acho que as UPPs trouxeram essa lição, claro que com todas as críticas, e isso permite a gente pensar políticas públicas de uma outra forma, mas você mostrar institucionalidade,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mostrar regras e mostrar limites para o tráfico: "O estado tem que entrar aqui, não pode ter barreira, não pode andar com fuzil armado, senão você vai quebrar".

Isso foi pego num grampo. No livro que eu escrevi, com a Camila, sobre o PCC, um cara do PCC liga para um cara do Comando Vermelho e fala: "Pô, vocês têm que fazer um acordo aí no Rio, porque vocês estão entrando em guerra, vocês estão perdendo muito dinheiro". E o cara do Comando Vermelho fala: "Não, eu não vou perdoar os meus inimigos, porque a gente tem inimizade há muitos anos, mas a gente parou de entrar em guerra, porque, se a gente fizer guerra, os caras vêm aqui e tomam o nosso morro com as UPPs. Então, a gente parou de fazer isso, porque não dá, a política vem". Então, você tinha uma compreensão dos efeitos das suas decisões violentas.

Então, essa dissuasão focada permite você trabalhar na redução de danos, o que me parece mais importante e mais urgente para população do Rio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só aproveitando o gancho do *case* das UPPs e do Governo Sérgio Cabral, um ponto que aqui na nossa atuação gerou uma dúvida entre alguns é o porquê de chamar Governadores para falar sobre o tema, a gente teve essa discussão aqui dentro. E eu particularmente entendo que a decisão política é central nesse processo. Sem a liderança política que tenha a aceitação do ônus e do bônus de fazer o enfrentamento, você não vai para lugar nenhum, porque os técnicos sabem o que tem que fazer há décadas e não executam, porque não têm orçamento adequado, não têm respaldo político adequado. Então, só para reforçar esse ponto da necessidade e da urgência da compreensão do papel do político nesse processo, porque o político tem usado segurança pública como plataforma eleitoreira, porque o medo – o Renato mostrou isso didaticamente –, o medo gera engajamento, gera voto e é um sentimento altamente manipulável; é muito fácil manipular o medo das pessoas e apresentar uma solução mágica. E a gente tem que enfrentar isso com informação, com dados e com liderança política qualificada.

O ponto da corrupção nesse processo, porque, retomando de novo o exemplo das 10 toneladas: se eu tenho 10 toneladas de entorpecente que chegam a uma comunidade todos os meses, se eu tenho lá 700 fuzis, isso não é viável sem a corrupção enraizada em vários níveis, não há como acontecer. E aí o enfrentamento dessa corrupção, que é o passo seguinte, porque





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Presidente Fabiano sempre coloca isso, a gente está aqui para traçar soluções: o desenho, o eventual desenho de uma corregedoria nacional ou algum organismo que lembre o CNJ, o CNMP, que fazem um pouco esse papel, seria um caminho de solução? Porque, sem o combate à corrupção, a gente também – novamente, vamos fazer legislação – vai ficar bonito, mas não vai dar em nada. Então, eu queria ouvir a opinião de vocês com relação a estratégias para combate à corrupção. Num primeiro momento, a gente está falando da corrupção nas forças policiais, por isso a sugestão ou o pensamento sobre uma corregedoria nacional ou algum conselho nacional, e, em seguida, a corrupção infiltrada nos outros níveis. Então, eu queria ouvir vocês: caminhos para o enfrentamento da corrupção no que tange a essa dificuldade na lida com as facções e milícias.

Renato, por favor.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA – Na questão da corrupção... Na verdade, o processo de fortalecimento das facções e das milícias não ocorreu sem a questão da corrupção. Acho que esse é o elo central. Um cientista político que é bastante antigo e que fala isso é o Guaracy Mingardi; sempre ele diz que não existe facção sem a participação do Estado, mesmo de base prisional, como os efeitos que o Bruno já contou.

Em relação ao combate à corrupção policial, a gente não pode ter... Sempre a gente pensa: "Ah, corrupção é um problema sistêmico do país", mas aqui, na questão do crime organizado, a gente tem que focar que a gente está falando de corrupção policial, outras esferas precisam ser pensadas, senão a gente fica parecendo: "Ah, a gente só está falando de corrupção policial?". Não, aqui, nesse caso, é corrupção policial, das agências de segurança, porque tem guardas, tem as outras instituições.

Eu, Senador, tenho muita dúvida sobre um Conselho Nacional de Polícia ou algo do gênero, porque inclusive o Supremo já considerou, de forma, na minha opinião, correta, que polícias são instituições baseadas na hierarquia e na disciplina, mesmo as polícias civis – foi um julgado, inclusive, da Polícia Civil do Espírito Santo –, e um conselho daria autonomia, porque as carreiras jurídicas – CNJ, CNMP – são autonomia e independência, ou seja, do livre convencimento. Então, aí a gente estaria esvaziando a capacidade política de segurança. Então, nesses 37 anos, nós investimos demais na esfera tático-operacional, como se as polícias não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soubessem trabalhar, e elas sabem trabalhar, e a gente tem dado menos atenção para a dimensão político-estratégica. Então, como é que a gente faz isso? E eu acho que isso foi... E é importante, inclusive, isso estar na PEC, das ouvidorias e das corregedorias independentes em cada estado, porque, se uma é nacional, a gente talvez consiga capturar o debate e trazer um problema que vai dificultar, porque, para ter corregedoria nacional, é preciso ter pessoal, é preciso ter uma força de investigação própria, e aí começa o problema. Então, acho que a questão é a independência e a autonomia das corregedorias estaduais.

E, para dizer uma questão fundamental, a questão da corrupção policial, no esquadrão da morte, o Espírito Santo é um *case*, com Scuderie Le Cocq, com Gratz, ou seja, a gente olhava para aquela época e achava: "O Espírito Santo não tão saída". E conseguiu. Como? Com uma ação articulada sem federalização entre Ministério Público Federal e Ministério Público estadual. E aí a gente tem que cobrar do Ministério Público uma coisa que é muito resistente, que é fazer: não é só fazer controle concentrado dentro dos inquéritos, é o controle da atividade policial como uma atividade autônoma de tutela coletiva. Aí o Ministério Público tem que ser chamado a dizer como é que vai fazer isso de forma a combater a corrupção policial. Não é só eu individualizar, falar que é desvio de conduta, mas é como é que a instituição fiscaliza, quando quer fiscalizar, para poder cobrar, então, maior transparência, maior *accountability* e assim por diante.

Então, acho que, nesse caso, mais do que uma corregedoria nacional, é: Ministério Público, como é que você melhor... ou aperfeiçoa a atividade de controle externo da atividade policial, para além do controle concentrado em cada inquérito? Porque, aí, sim, o policial foi identificado, ele tem que ser responsabilizado. Mas e as práticas, e os protocolos, e essas estratégias para fazer *compliance*? Acho que isso é fundamental.

O SR. BRUNO PAES MANSO – Eu acho ótimo, fecho com a fala (*Fora do microfone.*) do Renato. Só concordo e acho importante ressaltar que de fato é necessário cortar na própria carne. Eu acho que, hoje em dia, isso é fundamental. É um tipo de discussão muito delicada, ao mesmo tempo, muito difícil. E existem casos que deram resultado. Por exemplo, o caso do assassinato da Marielle Franco, a forma como o Ministério Público trabalhou junto com a Polícia Federal, que também teve um papel importante, foi fundamental para destampar uma caixa de Pandora, um caldeirão de barbaridades que existiam há 10, 15 anos no Rio de Janeiro e em que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém prestava atenção, mas que às vezes a gente percebe depende, muitas vezes, Senador, disso que o senhor mencionou, de vontade política, de uma decisão política, de uma clareza do papel disso para a segurança pública. E claro que não é para perseguir nenhuma instituição, porque tem toda essa delicadeza de você parecer que está perseguindo uma instituição, que você está contra a polícia. Então, muitas vezes, essa articulação que é o grande desafio, mas como fazer isso em grande escala e pensar numa forma de operacionalizar isso? Ministério Público Federal, Ministério Público estadual, Polícia Federal, mas cortar na carne acaba sendo hoje estratégico, sem dúvida.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A gente não esquece que aqui eu sou Delegado de Polícia da ativa, o Fabiano é aposentado, então a gente sabe bem da realidade das polícias e somos defensores das polícias muito abertamente.

Para finalizar a participação, Presidente, estou dividindo duas funções, Relator e autor desta CPI e Relator do antifacção. O antifacção teve uma etapa de grande debate e disputa política com relação ao financiamento, um debate que, na minha leitura, se desvirtuou completamente, perdeu o eixo, porque deixou a evidência de lado e ficou nas narrativas. A evidência concreta, o projeto que foi apresentado lá pelo Relator, Deputado Derrite, aprovado pelos Deputados, por uma imensa margem de votos, modifica a distribuição de dois fundos, Funad e Funapol, mas numa proporção muito pequena, coisa de 5%, eventualmente 10% de cada um deles, o que não muda a vida de ninguém, nem os estados vão resolver esse problema, nem a federal vai quebrar por conta disso.

Só que as nossas demandas são muito grandes, então o que estou desenhando, ontem compartilhei com o Presidente e estou compartilhando com alguns Líderes e Ministros, é a criação de um novo fundo focado no combate ao crime organizado, com a definição em lei do rol de aplicações viáveis desse fundo, para que a gente não tenha a captura do fundo para pagamento de vantagens pessoais, a gente tem que fugir dessa armadilha que é tão comum na burocracia brasileira, mas que permitam dar uma destinação. Ontem eu conversei com o Ministro Fachin sobre isso objetivamente, se você tem o Pena Justa e não tem orçamento, você não tem nada aqui; você tem uma bela carta de intenções com 300 itens de meta, mas não tem orçamento. Então a ideia é criar esse novo fundo, aproveitando o antifacção, com dinheiro novo, criando uma contribuição, uma Cide focada em *bets*, colocar a lavanderia para pagar o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

custo que a gente tem para combater o crime organizado, sintetizando em uma frase é isso. Tem aceitação total. Estou vendo aqui meu amigo Girão, que, cada vez que a gente fala em taxar *bet*, se pudesse a gente proibia, não é Girão? A gente tentou, mas perdemos, mas taxar a gente... Tentamos, né. As *bets* foram regularizadas no Brasil contra a opinião da Receita, da Polícia Federal e do Ministério do Público Federal, e contra o voto de vários de nós aqui.

Então eu queria colher de vocês colaborações no sentido de: que desenho esse fundo deve ter? Como ele está pensado neste momento? Gestão compartilhada entre estados e União, uma composição razoavelmente paritária, uma gestão administrativa com a União, naturalmente, e uma restrição na possibilidade de emprego, focada na criação de vagas e reestruturação do sistema prisional, e no financiamento de operações integradas de combate ao crime organizado, em particular, nas nossas fronteiras. Então eu queria ver, enfim, partindo aqui do Bruno, depois o Renato, que contribuições vocês têm para essa construção do novo fundo?

O SR. BRUNO PAES MANSO – Senador, para mim, é uma ótima notícia. Tudo que o senhor relatou aqui, todas as possibilidades e tudo que vocês já têm pensado, para mim é novidade. E eu fico muito feliz de ouvir essa notícia.

Eu acho que não tenho muito a acrescentar, só fico satisfeito com a informação e com essa possibilidade de acontecer.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA (Para expor.) – Senador, de fato a gente... Inclusive, até deixei, depois vou entregar ao senhor, uma opinião nossa sobre a lei antifacção, e a gente até tinha fugido dos temas que foram polemizados, mais de técnica jurídica, e um dos temas fundamentais é o do financiamento porque a discussão foi muito no sentido de: "Ah, a PF perdeu e os estados ganharam", mas não acho que é isso, a gente precisa de mais dinheiro.

Então, a ideia de um novo fundo é fundamental, só que aí tem um problema adicional que a gente tem que pensar. Alguns anos atrás, a solução em finanças públicas era a transferência fundo a fundo, que resolvia tudo. A gente foi descobrir que municípios e estados não têm fundos e não sabem fazer gestão de projetos, e aí o dinheiro fica parado em gestão disso. Então, o desenho desse fundo tem que ser original para que o dinheiro, de fato, seja executado rapidamente, seja com a gestão prisional, que é fundamental, a construção de novas vagas, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também a gestão prisional, seja com operações, na ideia de modificar os nacionais, porque isso é que vai viabilizar.

E tem um problema adicional, o Fundo Nacional de Segurança Pública... Em 2018, teve alteração para que ele aumentasse o percentual das loterias. Naquela época, nós tínhamos um orçamento do fundo na casa dos 400 milhões vindo do Tesouro e pulou para 2,5 bi das loterias, da Caixa, antes das *bets*. Com a aprovação, em 2019, da lei das *bets*, a projeção é de que subiria para cerca de 8 bi, 9 bi. A regulamentação das *bets* só aconteceu muito recentemente, então o dinheiro ainda não entrou, mas o que aconteceu? No final do ano passado, o Congresso aprovou uma PEC que aumentou a Cide, e os 2,4 bi caíram para 1 bi, porque você permitiu... Não a Cide, desculpa, a DRU. Você deslocou para a formação do déficit fiscal. Então, mesmo o dinheiro das loterias, que era extraorçamentário, que poderia ir direto para as polícias, em função da DRU, você deslocou o dinheiro.

Então, o segredo de um novo fundo é: como é que eu fujo da regra do fundo a fundo, que não necessariamente é uma solução, e como é que eu fujo da DRU? Porque eu não vou fazer... É a minha opinião pessoal: a vinculação orçamentária não é saída; o orçamento público brasileiro não aguenta mais. Mas como é que eu garanto o fluxo constante de financiamento se, nesses momentos de ajuste fiscal, eu tenho que fazer DRU e tenho que empossar o valor correspondente?

Então, acho que o desafio de vocês é fazer essa fórmula nova, inovadora.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Vamos trabalhar nisso e, da melhor forma, já antecipo que a gente vai estar institucionalizando as FICCOs. O Deputado Derrite já fez a inclusão, ainda que muito simples, e a gente vai detalhar mais a governança e a forma de atuação e composição das FICCOs, que é um modelo que está testado, está funcionando, que tem acordo federativo, aí não precisa inventar a roda, a gente só tem que botar ela para rodar com mais facilidade.

Presidente, eu estou satisfeito e agradeço aos dois pela enorme colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Alessandro Vieira. Obrigado aos convidados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer aqui algumas ponderações que eu reputo também importantes. Eu acho que o problema, também, do crime organizado, milícias, PCC, Comando Vermelho, é muito complexo, todos nós sabemos disso e vocês expuseram, sim, com bastante propriedade, mas, se você fizer uma retrospectiva, por exemplo, no Rio de Janeiro, cinco ex-Governadores foram presos, com o envolvimento de membros do Tribunal de Contas do estado, Poder Judiciário, Ministério Público, polícias, quer dizer, políticos de todos os níveis e esferas. Isso é um problema muito sério.

Por isso que eu acho que esta CPI tem que jogar luz nesse andar de cima. Não tenham dúvida disso. Porque quem está lá na ponta, que está sofrendo... E aí, eu acho, eu fico, assim... No Espírito Santo, por exemplo, nós tivemos o Estado Presente, que foi um programa muito exitoso lá. Nós tivemos a polícia comunitária, a polícia de proximidade, que está mais próxima da população. Agora, deixar chegar como chegou...

E agora você tem toda essa complexidade, porque não é fácil. Dentro do direito penal, e aí, eu falo aqui, com toda humildade, é minha área, como professor, você fazer adequação típica de um comportamento humano em uma norma penal, se você dá margem a qualquer dúvida, você vai beneficiar. E eu não concordo, com todo o respeito a quem pensa o contrário, quando fala assim, e olha que eu não sou punitivista não, mas eu sou favorável a que tenha um rigor no apenamento. Por quê? Porque hoje os benefícios que tem na Lei de Execução Penal e no Código Penal são inúmeros. Não tem como, não tem como você explicar que uma mãe perdeu um filho por disparo de arma de fogo, a pessoa foi condenada a nove anos, ele não vai ficar nem um ano e oito meses preso, porque tem inúmeros benefícios dentro do ordenamento jurídico brasileiro, seja na Lei de Execução Penal, seja no Código Penal brasileiro.

Então eu acho que esse desafio de a gente fazer essa faxina moral dentro do próprio Estado, nessas instituições; há envolvimento de políticos com crime organizado, envolvimento de político com lavagem de dinheiro, envolvimento de político com emenda parlamentar, entre outras coisas que a gente tem essa percepção. Isso tem que ser enfrentado, porque, senão, a gente só fica transferindo para a população, coitada, a população subjugada... Por que é que a população aplaude uma operação que vitima 122 pessoas? Porque, naquele momento, é um momento de catarse, é um momento em que ela fala: "Olha, eu sofro isso diuturnamente, eu sou vítima de extorsão, eu sou vítima, eu tenho que pagar para viver, eu tenho que pagar para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

me locomover, eu tenho que pagar pela internet, eu tenho que pagar pelo gás, eu tenho que pagar por tudo". Então, naquele momento, o Estado é tão ausente que, naquele momento, ela assim faz.

Então você vê acordo de não persecução penal... Poxa, quando cabe o acordo de não persecução penal? Quando a pena mínima não for superior a quatro anos. São inúmeros os tipos penais. Eu fiz uma consulta aqui na Consultoria, Senador Girão, quantos crimes tem no Brasil. Eu fiz essa pergunta. Pega o Código Penal, a legislação penal especial, todas as leis penais extravagantes, 1.763 crimes, quer dizer, olha... E desse percentual, se você for pegar de forma residual, e eu não estou falando isso por causa de Governo, não, por favor, mas se você pegar, Senador Girão, a competência, em nível constitucional, a grande massa, o grande percentual desses 1.763, a competência, quer queira ou não, é estadual. Então você tem lá a Polícia Militar, com policiamento ostensivo para evitar o crime, a Polícia Civil, o trabalho de Polícia Judiciária, que entra depois, a Polícia Federal, naquelas infrações de interesse da União, ou em tráfico internacional ou interestadual, e aí, você tem um percentual extremamente pequeno.

Agora, eu volto a bater na tecla: eu acho que nós vamos ter que propor essa regionalização do Coaf, nós vamos ter que exigir do Governo Federal que tenha um aporte maior de pessoal no Coaf, para que haja essas FICCOs em todas as unidades, mas com Receita Federal, Polícia Federal, Ministério Público, com o Coaf. Nós teremos que ter todos os órgãos de fiscalização e controle, porque você vai cruzar os dados e você vai ter a possibilidade de você combater o crime e a criminalidade.

E outra coisa que a população também tem que entender: você acha... O colega deu o exemplo do crime de estelionato, que está previsto no art. 171, que é um crime de ação penal pública condicionada a representação, mas eu vou além – o meu colega, que foi delegado, hoje Senador, sabe muito bem disso –: você acha que, de toda ocorrência em que uma pessoa vai lá na delegacia, de bairro, e fala assim: "Eu fui vítima de um crime de roubo" – o 157, previsto no Código Penal, em que a ação penal pública é incondicionada – é instaurado inquérito? Não é. Então, quer dizer, de mil condutas criminosas – só de roubo – em que foi feito o boletim de ocorrência, um percentual ínfimo é instaurado inquérito policial. E, desse, um percentual ínfimo vai ao Poder Judiciário, e, desse, menor ainda são condenados. Então, você tem uma cifra aí que é nem uma sensação, é uma certeza da impunidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, assim... Eu queria, mais uma vez... Eu acho que eu não ouvi a opinião do colega, ou ele não se manifestou, sobre a privatização dos presídios. Se puder me falar sobre isso, porque vira e mexe as pessoas comentam sobre isso. Você acha que não seria uma possibilidade? Como essa droga entra dentro dos presídios? O tráfico de entorpecentes, como que o senhor vê isso?

O SR. BRUNO PAES MANSO (Para expor.) – Olha, Senador, eu não... Sinceramente, eu acho que não tem... Como o senhor mencionou, eu acho que a gente não tem que tratar temas como tabus. Eu acho que é possível discutir, eu acho que é possível conversar a respeito dessas alternativas de financiamento do sistema prisional. A minha grande preocupação é mais estrutural...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Entendi.

O SR. BRUNO PAES MANSO – ... do ponto de vista como isso se tornar uma solução e virar uma forma de financiamento e abrir uma brecha para mais um esquema de ganhos e de relação do Estado com a iniciativa privada, e um monte de gente ganhar com isso, sendo que é algo muito fundamental, que é a liberdade do indivíduo, que é responsabilidade do Estado, em tese.

Então, eu acho que não deve ser tabu. Eu acho que existem casos possíveis de serem analisados, mas eu só me preocupo quando há um discurso de uma solução estrutural, e aí você coloca a iniciativa privada, a liberdade dos outros vira uma *commodity* e você começa a precificar isso. Isso é realmente bastante preocupante.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Muito obrigado.

Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero agradecer a presença aqui do Dr. Bruno Manso e do Sr. Renato Lima. Seja muito bem-vindos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos vivendo... Sou do Estado do Ceará, e nós estamos vivendo lá uma tragédia humanitária sem precedentes na nossa história – e uma história recente, diga-se de passagem. Eu tenho usado muito os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública porque expõem algo que pode ser coincidência, mas eu queria ouvir do senhor. Por exemplo, no último relatório, dos 12 municípios mais violentos do Brasil, nós temos 10 em apenas dois estados: a Bahia e o Ceará.

Inclusive, na terra do Chico Anysio – grande Chico Anysio, uma referência do nosso humor –, infelizmente, lá o povo está chorando muito, não tem nada para rir. Nós estamos vendo lá a cidade de Maranguape, a mais violenta do Brasil. E a do Renato Aragão – parece um contrassenso tudo isso – está entre as 10, que é Sobral.

Então, segundo esse relatório, isso expõe... Nós estamos numa Casa política, eu sei que o debate é técnico, mas eu preciso ouvir: é mera coincidência que de 12 municípios, 10 municípios estão em estados administrados pelo PT? Tem alguma relação isso aí? O senhor pode traçar algum paralelo, por exemplo, com alguns sinais trocados que este Governo tem dado, com relação, por exemplo, ao fim da saidinha, da chamada saidinha temporária, que nós aqui no Congresso aprovamos, o Presidente Lula foi lá e vetou? Nós derrubamos o veto dele. E a tantos outros sinais trocados que a gente tem visto em relação a falas que chegam a flertar com a impunidade no Brasil.

Então, eu pergunto para o senhor: quais fatores estruturais, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública... O senhor já explicou muito aqui, mas essa questão especificamente é sobre o Ceará, essa expansão demasiada no Estado do Ceará. Tem algum fator fora da curva em relação ao Brasil? Como esses elementos diferem do padrão observado em outros estados do país? Esse é um questionamento que eu queria fazer.

O outro é o seguinte: com base nos levantamentos do Fórum, que diagnóstico o senhor apresenta sobre os episódios de expulsão de famílias de suas casas, por facções, no Ceará? Inclusive, no Estatuto de Roma está lá como crime de humanidade a expulsão de famílias de seu território, e está acontecendo a cada três dias. É a média no Ceará, a cada três dias tem uma família expulsa. Você imagina a pessoa que tem um sonho, Presidente, Relator, de ter uma casa própria e receber horas para sair – horas. Tem uma cena lá, mostrada, de livros caindo no chão,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque não deu tempo de a criança tirar a mochila e sair. A roupa... Ficou tudo, só levou a roupa do corpo. E o pior é que o Governo do Estado do Ceará faz a escolta da família para ir embora. Estamos vendo isso. Olha que inversão! Será que é o fundo do poço, Dr. Bruno Manso, ao que nós chegamos, no Brasil, ou ainda dá para ir mais fundo? O que fazer? Então, eu queria saber com relação a essas expulsões no Ceará, se o Fórum tem algum diagnóstico sobre esse caso que acontece muito mais no Ceará em relação aos outros estados. E que políticas públicas deveriam ser imediatamente priorizadas para interromper esse ciclo de terror territorial?

Eu entrei com um projeto, semana retrasada, aqui para que nós tenhamos um cadastro nacional de pessoas expulsas de casa. Pelo menos para essas pessoas não ficarem invisíveis, para que elas tenham prioridades em certos acessos ao Minha Casa, Minha Vida e a algumas outras iniciativas de cunho social.

Outro questionamento que eu faço é o seguinte: como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública avalia o processo de infiltração das facções em estruturas políticas? O Senador Fabiano Contarato sempre faz questão de enfatizar, e eu acho importante isso: qual é a participação política que está lá atrás? O que dá cobertura a isso?

Esta CPI tem que chegar nisso, e eu estou ansioso para que chegue. Inclusive tem requerimentos para a gente trazer aqui o presidente do tribunal, que, lá atrás, dois anos atrás, do Tribunal Regional Eleitoral, disse que as facções já estão na política, infiltradas, em dezenas de municípios. E, especialmente no Ceará, qual controle institucional deve ser reforçado para impedir a captura do Estado por organizações criminosas?

E aí eu faço, para os dois agora, duas últimas perguntas que eu gostaria de entender. O Senador Fabiano falou sobre a privatização de presídios. É outra coisa em que eu gostaria de me aprofundar para entender, porque já vi muito escândalo de corrupção. O que o senhor falou aí, a sua preocupação é a minha. Alguns que – não sei se ainda existem no Amazonas... Há uns esquemas poderosos de corrupção. Mas tem algum de sucesso no Brasil? Eu queria me aprofundar. Tem algum caso que...

Outro: as APACs, não sei se o Presidente conhece, que são Associação de Proteção e Assistência ao Condenado, são presídios de um método em que o próprio condenado participa da administração. E é um *case* de sucesso, pelo menos... A gente fez uma audiência pública aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e trouxe representantes da Apac, o Governo de Minas, porque em Minas Gerais tem muitas APACs. A redução de reincidência, enquanto no sistema comum, no sistema tradicional, chega a 80%, sabem de quanto é lá? Chega a 13,9%. E o custo dessas APACs em relação ao sistema tradicional: cinco vezes menor, sem superlotação, porque cada instituição tem cerca de 200, e uma efetividade, uma eficiência muito grande. Eu queria uma leitura de vocês sobre as APACs. Por que elas não se expandiram no Brasil, ficaram isoladas em alguns estados? E o que a gente pode fazer? É uma solução até para um tratamento mais humanizado, para buscar a ressocialização?

E, por último, eu queria perguntar sobre a questão de bloqueadores em presídios de sinais de celulares. Essa é uma discussão que já vem de muito tempo e eu queria entender a opinião de vocês, que são especialistas no tema: por que isso não está totalmente implementado? O que é que falta? O que é que a gente pode fazer para que essas comunicações não aconteçam ali na região do presídio, dentro do presídio, para a sociedade? Porque, hoje, me parece que existe... Em tantas buscas que são feitas, internas, são achados dezenas, centenas, toda vez que tem esse tipo de trabalho de fiscalização. Então, eu gostaria de saber da efetividade disso, o que é que a gente poderia fazer.

Muito obrigado.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA (Para expor.) – Senador Girão, são várias questões. Vou tentar responder a todas. Vamos lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA – Eu acho assim, de forma até a recuperar alguns pontos da minha intervenção inicial, que o Ceará tem um problema central, porque ele se tornou um *hub*, principalmente a partir da construção do Porto do Pecém, na lógica da distribuição das drogas e das mercadorias ilícitas, inclusive de mercadorias ambientais que vêm da Amazônia, que são transferidas ali. Então, o Ceará passou a ocupar um lugar estratégico, para usar a expressão de que o Bruno gosta, da cena do crime na conexão do Norte e do Nordeste.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que isso é um problema estrutural que é um pouco também resposta ao que ele já disse, que é: da mesma forma como eu trago desenvolvimento, eu trago crime, porque eu atraio um porto... E daí a importância, por exemplo, da participação da Receita Federal na segurança pública, com as suas regras de alfandegamento. Então, por exemplo, o Porto de Tabatinga não era alfandegado, e vai ser alfandegado agora. Então, a gente também tem que ver como é que isso, a prevenção, pode ser feito de forma articulada, não só pelo Governo do estado.

Então, o Ceará tem esta característica. E tem uma característica adicional, que são duas facções locais muito violentas, a Guardiões do Estado e a Tudo Neutro, que, de certa forma, operam numa convergência com o Comando Vermelho e com o PCC, mas são duas facções locais muito violentas. A Guardiões do Estado foi criada quase como uma Mara centro-americana, de identidade de jovens extremamente violentos. Isso aconteceu também no Mato Grosso, se a gente pensar, com a Tropa do Castelar, que são muito menos facções e muito mais grupos, gangues de jovens – no começo, jovens, mas, claro, isso vai se ampliando –, com extrema violência.

Então, por isso é que a gente tem que tomar cuidado, inclusive no projeto de lei antifacção, do que a gente está considerando, porque esse caso precisa de um tratamento especial. São duas facções locais que têm características de uso extremo da violência, inclusive de expulsão, o que exige, aí sim, uma articulação, por exemplo, como esta dissuasão focada – começar a prender liderança e falar para cada pessoa expulsa: "Você vai ter a sua sentença majorada ou algum benefício cortado". Mas isso depende, inclusive, de uma articulação com o Tribunal de Justiça e, eventualmente, no nível federal, inclusive para deslocar para o presídio federal.

Então, eu acho que essa é uma questão importante sobre o Ceará.

No caso da Bahia, eu não tenho nenhum problema em dizer que o problema aqui também faz parte do estado, porque a Bahia, historicamente, junto com o Amapá, é onde nós temos as maiores taxas de letalidade policial, independentemente de os crimes estarem caindo. Então, aqui nós temos... Como eu disse no começo, a gente não pode jamais generalizar as instituições policiais e desqualificá-las, mas as opções político-institucionais de fazer o uso da força para resolver todos os problemas... No caso da Bahia, historicamente, nos últimos 20 anos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente tem chamado a polícia para tentar – vou usar este neologismo agora – neutralizar os oponentes. E não tem funcionado, porque na Bahia nós temos uma característica que não é a incidência central do PCC ou do Comando Vermelho, mas é uma pulverização de facções, que estão operando, muitas vezes em aliança, em consórcio, mas, no total das mortes, as polícias têm uma participação relevante.

Então, no caso da Bahia e do Amapá, nós temos que pensar que essa participação precisa ser resolvida, por exemplo, como eu respondi na questão do Ministério Público, do controle externo.

Então, é mais do que a questão política, são as opções político-institucionais que são tomadas; e, inclusive, a lógica e o papel, que são muito diferentes, mas, no caso do Ceará, de ser um *hub* hoje central para a governança do crime organizado, das facções de distribuição de drogas, e a intercorrência de, além do PCC e do Comando Vermelho, duas outras facções que são quase que gangues, muito violentas, e o tratamento jurídico não tem dado conta desse trabalho.

Então, temos um problema grave, sim, que tem a ver com como a gente consegue lidar com essas duas outras organizações, que até têm menos poder financeiro que as duas nacionais, mas elas... Eu não estou querendo usar as palavras "tocar o terror", porque aqui, na Casa, teve a discussão de terrorismo, mas é uma outra modalidade de terrorismo, né? Então... Porque esse tema é uma outra questão, que é impor o medo, expulsão e assim por diante. Então, acho que essa é a minha primeira questão.

Em relação à discussão dos presídios, nós tivemos, nos anos 90, a experiência de Ribeirão das Neves, Minas Gerais, como o presídio privatizado que melhor funcionava. Mas tem uma discussão, que é a mesma das APACs, porque realmente as APACs são uma iniciativa muito interessante, que é: com o processo de domínio das prisões por parte das facções, é muito difícil você pensar tanto... Você acaba tendo que selecionar os presos que vão para o presídio privado e que vão para as APACs, porque a massa principal foi capturada para esse escritório do crime organizado que o Bruno comentou. Então, você não consegue fazer política prisional alternativa, porque, se você mandar para a Apac uma liderança de facção, eventualmente que você não saiba, você acabou com o projeto da Apac. E a mesma coisa, se você levar liderança para um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presídio privado, também você tem esse problema. Então, acabam sendo respostas pontuais que precisam ser pensadas, a gente não pode ter tabu. De fato, as APACs funcionam para determinados perfis de preso, mas, quando a gente está falando de liderança faccional, a gente tem que pensar, como o Senador Contarato falou de pensar... Tem que ter um tratamento diferenciado, não necessariamente presídio federal.

Tem um caso que é anedótico, então não posso dizer que é verdade, mas posso contar aqui, que circula entre muitas polícias, em que, por exemplo, quando foram construídos os presídios federais... E a gente foi... se eu não me engano, as lideranças do Pará foram... O antigo Depen perguntou para o Governo do Pará: "Vocês têm lideranças que vocês querem isolar?". "Ah, temos aqui dez". E pegaram na hora, fizeram uma operação e mandaram as dez para Catanduvas. O.k., Paraná. Só que quem mora no Pará não tem roupa de frio, e aí chegou a Catanduvas. Aí eu não lembro agora se foi Fernandinho Beira-Mar ou Marcinho VP que estava lá e falou: "Não. Não tem problema, não. A gente comprou colchão, comprou tudo", distribuiu entre eles. Criou-se o laço do Comando Vermelho do Pará com o Comando Vermelho do Rio, ou seja, esses elos de solidariedade. Então, eventualmente o tratamento federal pode ter um efeito colateral que são os laços de solidariedade que foram nacionalizando as facções. Não estou dizendo que não precisa, mas, muitas vezes, as respostas são locais. Então, também a gente tem que entender que há efeitos colaterais. Então, nesse caso...

E é a mesma coisa com relação aos bloqueios dos celulares. A tecnologia avança, muda, agora é 5G, tem que fazer uma nova licitação para comprar um novo bloqueador, porque o bloqueador provavelmente que a licitação comprou é para 2G. Agora eu faço licitação para comprar as armas *anti-drone*. Então, a gente tem que pensar em como isolar... Na verdade, é muito difícil, e aí temos problemas que tem a ver com a informação que chega regulada pela Anatel ou pela Agência Nacional de Proteção de Dados. A depender: se ela está circulando no cabo, é da Anatel; ou, se ela está circulando em outra esfera, é da Agência Nacional de Proteção de Dados, que é a discussão da baixa regulação.

Então, é um desafio, Senador, porque a gente tem que entender aqui – e talvez a CPI consiga –, dar um pouco de direcionamento, porque não é, como eu disse, falta de sistemas e de políticas, mas alguém precisa ter uma condução de opção política institucional para enfrentar o problema. E aí entra na questão da corrupção generalizada, que é da política.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos hoje a prisão de um Vereador, se eu não me engano, no Rio de Janeiro, irmão de uma liderança do crime organizado, e a gente tem sinais, que a gente ainda está produzindo evidências para poder trazer de forma mais explícita... E aí tem uma questão fundamental com que talvez a gente tenha que tomar cuidado, que é a atividade legítima de *lobby* – advoca-se que a Casa precisaria regulamentar – e o que é a influência de organizações criminosas, de interesses criminosos.

(Soa a campanha.)

O SR. RENATO SÉRGIO DE LIMA – Então, acho que essa é uma outra questão importante, porque você tem legislações locais que estão capturadas. A gente viu ali na região de Tabatinga, em que a gente fez campo, a gente mostrou muitas vezes lideranças que são capturadas pela lógica... Porque o tráfico, o crime organizado, não só o tráfico, leva dinheiro para as regiões. Então, o modelo de desenvolvimento que o crime gera está levando mais dinheiro do que a economia formal.

Tem uma pesquisa recente, que saiu na revista *Science*, que mostra, por exemplo, que, no México, não no Brasil, o principal empregador do país são os cartéis. Então, como é que a gente compete com esse poder do crime organizado? E aí, na política, sem dúvida nenhuma.

E aqui tem alguns jabutis que a gente não consegue enfrentar, que, por exemplo, é a lei do devedor contumaz, que tem a ver... não é o faccionado, mas é, eventualmente, como a gente está vendo aqui, que são, lógico, de lavagem de dinheiro poderosíssimas. Se a CPI tem essa coragem, eu parabeno os Srs. Senadores por essa coragem.

O SR. BRUNO PAES MANSO – Senador, eu gostaria de comentar brevemente. O senhor perguntou para o Renato, mas eu acho que essa questão do Ceará e da Bahia é muito gritante.

O senhor sabe que eu fui, recentemente, para a Bahia, conversar com algumas pessoas, muitos moradores de comunidades de lá, de Salvador, e eu perguntava: "De que comunidade você é, me explica um pouco da sua comunidade" e tal. Eles falavam e a primeira coisa que eles perguntavam era: "A sua comunidade é unificada ou não é unificada?". "Ah, minha comunidade é unificada". Aí o outro falava: "A minha comunidade tem duas facções". "A minha comunidade, não, não é unificada, tem três facções". E, para mim, isso já foi uma novidade interessante, porque a primeira característica que você descreve sobre o seu bairro é se é ou não unificado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para você dar um pouco a dimensão da tensão que existe. Se existem duas facções, três facções, você tem um potencial de confronto muito grande e tal.

E isso é uma realidade em alguns estados brasileiros: na Bahia, no Ceará é muito forte também justamente essa divisão, muitas vezes, no mesmo bairro, mais de uma facção, Rio Grande do Norte... Inclusive, uma lógica do Comando Vermelho, que faz parte do modelo de negócio do Comando Vermelho, porque daí vende internet, vende... O controle territorial armado produz todo esse tipo de coisa.

Mas tudo isso para dizer que essa estratégia de dissuasão focada é emergencial, é pronto-socorro – é pronto-socorro. Porque, se alguém manda a população para fora do bairro, se alguém desapropria a casa, isso é intolerável, isso o Estado não admite. E a gente vai ficar aqui três meses e a facção que faz isso vai quebrar, vai perder dinheiro. E isso é um limite que a gente não vai... Então é um tipo de compreensão e de decisão política para atuar no pronto-socorro, emergencial, para mudar comportamentos e estabelecer limites para redução de danos nesse quadro de emergência, que realmente é dramático.

Isso exige vontade política, exige autoridade política, exige uma clareza do papel da segurança pública, de se comunicar com o crime até. É assim: "Até aqui você não vai; até aqui o Estado não admite, porque a gente não vai acabar com o tráfico de drogas aqui – já entendemos –, mas isso você não vai fazer. Se fizer, vocês vão quebrar". É mais nesse sentido.

Em relação às respostas do Renato, são sempre ótimas. É sempre difícil falar depois dele, porque são sempre ótimas. Eu mas aprendo e ouço do que...

Eu acho que eu conheço as APACs, acho também... Gosto muito, conheço os coordenadores das APACs, mas é isso que o Renato falou, que exerce justamente esse papel para um tipo de apenado. Ela não pode... Inclusive, isso é um incentivo para você respeitar as regras da Apac, porque, dependendo do tipo de comportamento que você tem em uma Apac, você é transferido para um presídio muito pior. Então, você favorece até a gestão do presídio em decorrência desse risco de você ir para uma unidade muito mais mal administrada, com facções e tudo mais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acaba sendo um remédio pontual, mas não estrutural, de você pensar como é que você vai organizar todo o sistema a partir de uma colaboração com a sociedade civil, que fica muito mais difícil, mas eu acho que tem muita coisa que a gente precisa aprender com eles. Por exemplo, hoje existe um debate da fragilização das coordenadorias de saúde e de educação no sistema penitenciário, que se transformaram em divisões e têm um peso hoje menor no Governo do que existia até alguns anos atrás, o que acabou esvaziando algumas políticas educacionais e de trabalho a partir desse esvaziamento das coordenadorias. E isso é fundamental do ponto de vista mais estrutural do que é feito nos presídios e tudo mais.

Do ponto de vista em relação à questão das tecnologias, também é isso que o Renato falou. E uma coisa que a gente acompanha na dinâmica das facções é justamente essa sagacidade – é até uma gíria do crime que eles têm para novas tecnologias e para driblar e estar sempre dois passos à frente dos controles que o Estado exerce. A gente está controlando o WhatsApp, e eles já estão com uma tecnologia chinesa que comprou não sei onde, e você fica alguns passos atrás, e eles sempre conseguem estar alguns passos à frente, para permitir essa capacidade de articulação, e sabem as brechas do sistema. Isso é uma frase feita das facções, mas que é muito real: eles crescem nas brechas do sistema, eles aprenderam que, em vez de bater de frente com o sistema, é melhor crescer nas brechas do sistema, e eles aproveitam justamente essas novidades tecnológicas.

Mas eu acredito que cada vez também é mais difícil e desafiadora essa comunicação do que já foi 20 anos atrás. Hoje o Estado está atento a isso, e o que acaba sendo feito é você aproveitar dessa comunicação para as inteligências prisionais captarem o que é conversado a partir dos presídios, para você entender melhor as facções. Então, é um pouco usar o limão para fazer uma limonada também. Existem dificuldades, mas, então, os sistemas de inteligência dos presídios podem trabalhar com isso para obter informação também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, só para eu entender melhor o que o senhor colocou – agradecendo já ao Dr. Renato –, o senhor falou agora dessa questão emergencial. Expulsão de família é intolerável; não vejo outra palavra, é terrorismo. Aí o senhor falou que tem que estabelecer o limite, que a política, que o Estado tem que chegar a estabelecer um limite: "Daqui vocês vão quebrar, aqui não aceita", é o limite emergencial. Mas como isso é na prática operacional? Porque acordo que a gente ouve





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governos estarem fazendo, acordos com facções, "isso aqui é o limite", isso é o Estado baixar a cabeça e ceder. Eu lhe pergunto, exatamente, nós estamos aqui com o Relator do PL antifacção, que sugestão o senhor daria para dizer: "Olha, isso aqui é intolerável e nós vamos fazer isso, isso e isso"? Só para entender que tipo de ação é efetiva para sufocar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Só aqui um comentário para exemplificar isso, para você ver, Girão. Eu sou Delegado de Polícia. E uma das coisas que eu fiz na minha vida, eu fui Delegado da região que era mais violenta e mais pobre da cidade de Aracaju. Quando eu cheguei à delegacia, ao lado tinha um batalhão da polícia militar, nos fundos tinha uma favela que tinha o nome do traficante. E isso para mim era uma coisa tão absurda e inaceitável, que a gente entrava lá, respeitando o direito todo mundo, três, quatro vezes por dia; a consequência é que a favela mudou de nome, o traficante foi preso, primeiro ele fugiu, depois acabou preso e você recuperou. A presença do Estado inibe o crime.

E não há justificativa – o Governador do Ceará foi convidado, estará aqui presente mais adiante para esclarecer – para o Estado não fazer essa ocupação do território, porque, ao contrário do Rio de Janeiro, o Ceará não tem a dificuldade topográfica que justifique dizendo: "Olha, não posso posicionar o policial ostensivamente, porque tem um risco no cidadão estar lá em cima com um fuzil". Essa não é a realidade do Ceará, até onde eu tenho conhecimento. Então acho que tem uma dose grande, talvez, de surpresa, com a ação da facção; essa mudança do perfil do crime no Ceará, muito rápida, talvez tenha uma coisa de elemento surpresa, mas a surpresa já passou, e o Estado do Ceará tem que reagir.

Bruno, por favor.

O SR. BRUNO PAES MANSO – É isso, Senador. Aconteceu a expulsão de alguns moradores, o Estado se articula para falar: "Olha, vamos ficar três meses aqui, vamos ocupar nos moldes das operações de saturação e nos moldes das unidades de polícia pacificadora. Quem expulsar vai quebrar", por três meses. Isso é o limite que a gente estabelece: quem expulsar vai ter seu território durante algum tempo ocupado para a gente saber quem são os traficantes daqui, pegar informação com a população, a gente vai levar dentista também, vai levar cabeleireiro, mas a gente vai mostrar que aqui esse limite a gente não vai admitir ultrapassar. E aí você vai fazendo com que o próprio crime fale: "Olha, expulsar morador vai dar muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejuízo, vamos parar de expulsar, porque isso aqui prejudica o dia a dia de todo mundo da facção". É você lidar com a racionalidade do crime, porque eles estão muito preocupados em perder dinheiro e que os negócios dele parem de ocorrer. Então, você passa a agir com o objetivo de mostrar: "Com isso, você vai quebrar, vai ter prejuízo. A gente vai ficar três meses aqui, quatro meses aqui. Vocês expulsaram, a gente vai saber quem foi, quem que deu a ordem, de onde vem, até descobrir". Então, você começa a produzir um outro tipo de comportamento no crime para evitar que isso aconteça, porque você estabelece esse padrão de operação, a partir de quem expulsa moradores de casa: "Então, vamos parar". É essa emergência, esse pronto-socorro que eu estava mencionando.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Eu quero, antes de terminar, agradecer ao Bruno e ao Renato, ao Relator, aos Senadores e a todos os presentes, mas eu quero aqui, mais uma vez, reafirmar uma coisa enquanto Presidente: eu não vou permitir nesta Presidência polarização política para fazer de um tema tão complexo como um discurso de que determinado estado, porque é do Governo A ou do Governo B, isso tem correlação com crime e criminalidade. Com todo o respeito, isso é uma desonestidade intelectual.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – O crime é um fenômeno social, e todos nós temos interesse na redução desse fenômeno. Ele pressupõe aí a desigualdade social. Você tem que ter educação pública de qualidade, saneamento público, saúde pública de qualidade, oportunidade de emprego. E nós temos que ter um rigor, mesmo porque o Estado do Rio de Janeiro, que é um governo de direita, e o Estado de São Paulo não são exemplos de combate ao crime e criminalidade.

Então, eu só queria, por gentileza, porque é muito ruim você estar e falar... Eu era Líder do PT no Senado e lutei para derrubar o veto da saída temporária e especifiquei os motivos. Eu faço parte do Partido dos Trabalhadores e apresentei o projeto de lei para aumentar o período de internação para adolescentes em conflito com a lei. Eu tenho lutado aqui para transformar, como transformei, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, crimes contra a ordem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tributária e contra o sistema financeiro como crimes hediondos, dificultando a progressão de regime de cumprimento de pena, entre outras coisas.

Agora, a gente não pode cair... Eu não quero aqui, com todo respeito, é que essa discussão tenha um viés para o aspecto político-partidário, porque eu não posso entender como razoável você falar que determinado estado, porque é do governo de um campo progressista ou do governo de direita ou do governo de centro, tem relação com o elevado índice de criminalidade. A gente tem que... Volto a falar: o crime é um fenômeno social. e todos nós temos interesse na redução desse fenômeno...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... independente de partido político.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Nada mais havendo a tratar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... agradeço a presença de todos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor está me censurando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Convidamos para a próxima reunião...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso que dá o PT assumir esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... a ser realizada na próxima quarta-feira, 3 de ...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor sequer assinou esta CPMI. O senhor sequer assinou, É isso que dá, é isso que dá.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... presença de todos, com o Governador Cláudio Castro...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É exatamente o que eu disse que iria acontecer: censura.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... Governador do Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e nove minutos do dia nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcos do Val, Veneziano Vital do Rêgo, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Eduardo Girão, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Hamilton Mourão e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jorge Kajuru e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Oitiva de Ricardo Lewandowski - Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. Finalidade: Oitiva do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Oitiva do Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, em atendimento ao requerimento 2/2025. Resultado: Oitiva realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 137 de 2025 que: "Requer que seja convidado o Senhor Anthony Garotinho, ex-governador e ex-secretário de segurança do Rio de Janeiro, a comparecer a esta Comissão." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 138 de 2025 que: "Requer a convocação do Senhor Rodrigo Bacellar, Deputado estadual do Rio de Janeiro." Autoria: Senador Alessandro Vieira. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da CPI do Crime Organizado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/12/09>

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à oitiva do Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. Ressalto que o convite foi feito a fim de se obter colaboração do depoente a partir da experiência do cargo que atualmente ocupa, nos termos da aprovação do Requerimento nº 2, de autoria do Relator, Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião realizada no dia 26/11.

Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar nosso nobre Relator, o Senador Alessandro Vieira; o senhor; o nosso Vice-Presidente, o Senador Hamilton Mourão; também o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

Sr. Presidente, a última sessão nós terminamos aqui, e eu queria, em primeiro lugar, demonstrar o respeito que eu tenho a V. Exa. Nós entramos juntos aqui no Senado Federal, e, inclusive, nós quatro que aqui estamos, porque o Senador Hamilton Mourão entrou há pouco tempo, e, inclusive, nós fizemos juntos aquele treinamento lá em São Paulo, no Insper. Foi muito importante ali a gente se conhecer, os ideais de cada um, e eu sei da sua boa intenção – eu não tenho a menor dúvida com relação a isso –, mas nós terminamos mal a última sessão. E como a regra da boa convivência, eu aprendi na vida, é o respeito, eu queria fazer uma ponderação a V. Exa. porque esta CPI é fruto, e o senhor se lembra disso, de muito trabalho nosso.

Desde o início aqui eu propus esta CPI, lá atrás, quando cheguei. O meu estado vive uma tragédia humanitária sem precedentes e só tem se agravado, e infelizmente foi engavetado. Eu tentei com um Deputado fazer uma mista, nós conseguimos as assinaturas do Senado, e lá na Câmara não se conseguiram, e o Senador Alessandro Vieira, com a liderança dele, conseguiu emplacar esta CPI. Eu sou muito grato, porque é algo por que a gente anseia bastante.

Então, eu fui um dos primeiros a assinar esta CPI. Participei de todas, praticamente todas, as CPIs e CPMLs, desde que assumi o mandato – acho importante esse instrumento parlamentar de investigação.

Agora, o que nós não podemos, Sr. Presidente – eu lhe faço aqui um pedido –, é o seguinte. Nós já vivemos um momento no Brasil – no meu modo de entender, respeito quem pensa diferente – de censura, de intimidação dos poderosos. E eu fiz perguntas super-respeitosas aqui, no clima mais harmônico possível, ao Diretor do Fórum de Segurança Pública e ao especialista que aqui estava, de segurança, na última sessão, e óbvio que eu fiz questionamento – e vou fazer de novo ao Ministro Lewandowski hoje, para ouvir o ponto de vista dele – sobre o que está acontecendo no Ceará, onde... é o meu estado, eu fui eleito, eu estou aqui para representar. E nós vivemos lá... para o senhor ter uma ideia, a cada três dias tem uma família que é expulsa de sua casa, e isso é inadmissível. E, segundo o Fórum de Segurança Pública, dos doze municípios mais violentos do Brasil – foi esse o questionamento que eu fiz, e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perguntei para o diretor se era coincidência ou se não era, e eu vou fazer essa pergunta para o Dr. Ricardo Lewandowski, já estou até aqui antecipando –, dez dos doze municípios mais violentos, dez estão, cinco no Ceará e cinco na Bahia, coincidência ou não, administrados pelo PT. Eu quero saber se isso tem alguma relação.

Então o senhor – eu acredito que de uma forma infeliz – criticou minha fala, e não me deu direito ao contraponto, encerrou a sessão. Então, aquela posição não é do Fabiano Contarato, que eu conheço – o Senador Fabiano Contarato. Mas, naquela atitude – eu não sei se o senhor não estava num dia tranquilo, às vezes a gente sai da frequência, faz parte do ambiente que a gente vive, quase que um ambiente aqui, com a energia um pouco pesada, a gente sabe disso, quase insalubre –, o senhor me cortou, encerrou a sessão, e demonstrou uma atitude ali de ditador, que eu sei que o senhor não é.

Então eu queria apenas pontuar isso, porque essa CPI você vê que é uma CPI que está esvaziada. Por que está acontecendo isso? Eu tenho vários requerimentos para serem votados aí, não foram votados, eu espero que o senhor marque, antes que a gente vá para o recesso, os requerimentos que aí estão. O senhor mesmo fez um discurso – e eu concordo com o senhor –, de que nós temos que chegar na questão de eventuais políticos envolvidos com o crime. No Estado do Ceará, tem um desembargador – não sei se o Ministro conheceu – que disse textualmente que o estado paralelo tomou conta e a questão política é muito forte em relação a isso.

Então, eu queria pedir ao senhor que, por favor, não me censure. Eu vou continuar fazendo as perguntas, é o meu trabalho aqui, aqui é uma Casa política, sim...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e a gente tem responsabilidade com relação a isso.

Nós estamos com sessões esvaziadas. O senhor teve que ir à COP, eu entendo, cancelou, logo no início da instalação – nós não tivemos sessões. Semana passada, também não tivemos. Então eu espero que a gente possa... porque existe uma expectativa do brasileiro de que essa CPI vá no ponto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então só fazer esse pedido, desejando um ótimo trabalho para todos, de harmonia, que a gente possa aqui trazer informações importantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão. Quero aqui deixar claro...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Só um minuto, por favor.

Eu quero deixar claro para o senhor o respeito que eu tenho, o carinho com os Senadores – com o Senador Marcos do Val, com o Senador Eduardo Girão. Vocês estão convivendo comigo há algum tempo, sabem da minha índole, da minha personalidade. Eu só tentei, e aí eu espero que... Talvez eu tenha sido efetivamente mal compreendido na minha condução, mas é porque eu tento evitar, tanto de um lado como para o outro, esse sistema de vinculação a partido político em uma pauta tão delicada que é a segurança pública.

Eu sou egresso da segurança pública, fui delegado por 27 anos. A gente sabe que a competência constitucional... por exemplo, tem, no art. 144, quais são as atribuições dos órgãos de segurança pública. Então, às vezes, você tentar fazer uma vinculação em determinado estado, porque é governado pelo partido A ou pelo partido B, com o aumento da criminalidade... por isso que naquele momento eu não quis que a CPI fosse contaminada, mas aqui pode ter certeza de que esse fato não se repetirá, e V. Exa. continuará com a palavra.

Eu só espero que V. Exa. tenha a percepção de que o objetivo, naquele momento, foi não tentar, nem para um lado nem para o outro, fazer uma vinculação em um tema muito complexo, que é a segurança pública. Segurança pública não se faz assim com uma medida pontual, ali ou lá, o Ministro sabe muito bem disso, o Relator também sabe muito bem disso. Então, pode ter certeza de que da parte desta Presidência a forma vai continuar, e V. Exa. terá todo o direito de fazer a inquirição da forma que V. Exa. entender, porque eu acredito que V. Exa., ao contrário de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros locais que a gente vê por aí, tem a percepção de que, pelo menos, a hombridade, o respeito...

Eu fui delegado por 27 anos, eu podia estar atuando o pior criminoso, mas eu nunca perdia o respeito ali – uma coisa é você ser respeitado, outra coisa é você ser temido. Então eu teria que ser mais inteligente para tratar com urbanidade e, por isso, que eu faço esse apelo: de que trate todas as pessoas que vão vir aqui com urbanidade, com respeito, claro, fazendo as inquirições incisivas, na forma como deve ser feita. Mas obrigado pela intervenção e, mais uma vez, aqui, de alguma forma, se eu tenha o ofendido, não foi essa a minha intenção.

Com a palavra o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para questão de ordem.) – Obrigado, Presidente.

É questão de ordem, até pelo início dos trabalhos. O senhor deixou que faria uma seleção das matérias repautadas, e aí eu estava lendo aqui o Regimento Interno, que diz o seguinte: o art. 89, II e V, que o Presidente deve dar conhecimento de toda a matéria recebida e conduzir os trabalhos, não podendo vetar, por conta própria, requerimentos de membros da Comissão, porque, no início dos trabalhos, o senhor disse que faria uma... iria decidir quais que iriam ser pautados para votação.

No art. 108, §1º: pauta das reuniões deve ser disponibilizada, com antecedência mínima de dois dias úteis, garantindo visibilidade a todos os requerimentos. Art. 109: as decisões das Comissões são colegiadas, por maioria de votos, com a presença da maioria dos membros. Art. 143: até para arquivar documentos é necessária a deliberação da Comissão, não há arquivamento tácito por ato exclusivo do Presidente. Arts. 145 a 148 definem a competência das Comissões, especificamente das CPIs, incluindo convocações, diligências e requisições feitas pela Comissão, não somente pelo Presidente isoladamente. E arts. 412 e 413: princípios do processo legislativo, decisões colegiadas, preservação dos direitos das minorias, pautas públicas e controle das decisões por questões de ordem.

Então, eu queria só fazer essas colocações, porque nenhum requerimento meu está sendo botado em pauta, como também do Senador Girão, que aqui me antecedeu na fala e fez o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo questionamento. E o Regimento impede que o Presidente tome a iniciativa de fazer ele mesmo as decisões dos requerimentos que vão ser pautados ou não.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Eu acolho a questão de ordem de V. Exa. Só quero ressaltar mais uma vez que o Regimento Interno, no art. 89, determina que ao Presidente da Comissão compete ordenar e dirigir os trabalhos desta Comissão. É óbvio que aqui não há... Nós aprovamos o plano de trabalho, aprovamos uma sequência de requerimentos, tem uma ordem de oitivas e as pautas serão deliberadas, e esses requerimentos serão pautados no momento oportuno. Pode ficar tranquilo que – todos esses requerimentos – nós vamos ter uma pauta para deliberar sobre esses requerimentos. E é claro que aí nós sabemos, todos aqui participamos já de CPI e CPMI, que nem com todos os requerimentos aprovados você tem a possibilidade, até mesmo pela exiguidade do tempo, de você ouvir todo mundo. Então compete à Presidência, juntamente com o Relator, saber a forma como vai conduzir isso. Mas é acolhida a questão de ordem.

Senhoras e senhores, colegas Parlamentares, abrimos esta reunião recebendo o Ministro da Justiça e de Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, cuja presença é essencial para o esclarecimento de questões que preocupam o país.

Agradeço, Ministro, por atender ao chamado desta Comissão, um chamado que nasce não de conveniências políticas, mas do dever republicano de prestar contas e dialogar com o Parlamento. Essa CPI não é um campo de guerra, nem um abrigo de confortos, é um espaço de verdade. E a verdade, quando toca o Estado, precisa ser tratada com coragem, sobriedade e humanidade. Ministro, esta Casa o recebe com respeito, o respeito que se deve a qualquer autoridade que comparece para esclarecer fatos e contribuir com transparência. Mas o respeito não anula a firmeza, a cordialidade não diminui a independência e a disposição para ouvir não enfraquece a responsabilidade de questionar. Vivemos tempos em que segurança pública não é uma pauta distante, ela atravessa a rotina das famílias brasileiras, define destinos, alimenta medos e molda esperanças. E, diante disso, não há espaço para discursos meramente formais. Este momento exige clareza, objetividade e compromisso com o país real, aquele que sente na pele o impacto das escolhas do Estado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falo aqui sem alinhamentos automáticos e sem hostilidades estéreis. Falo guiado por um compromisso inegociável com a dignidade humana, com a segurança da nossa gente e com a proteção dos direitos fundamentais, entre eles, o direito de cada cidadã e de cada cidadão viver sem medo, circular livremente, trabalhar, criar seus filhos e contar com a presença do Estado onde ele mais falta. É desse lugar de defesa da vida, em todas as suas dimensões, que conduziremos essa oitiva.

Sua presença aqui, Ministro, é parte do pacto republicano que sustenta a democracia: quando há dúvida, esclarece; quando há inquietação, responde-se; quando há sombras, ilumina.

Este Colegiado lhe oferece escuta atenta, serenidade e respeito institucional; em troca, espera sinceridade, precisão e transparência. Não buscamos antecipar conclusões nem construir narrativas. Buscamos fatos e, com eles, soluções capazes de proteger vidas, fortalecer instituições e reafirmar o Estado democrático de direito. Que este diálogo seja franco e responsável, à altura dos desafios que enfrentamos.

Ministro Ricardo Lewandowski, seja muito bem-vindo a esta Casa, ao Senado Federal. Concedo-lhe a palavra para a sua exposição.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (Para expor.) – Exmo. Senador Fabiano Contarato, cumprimento V. Exa. e, na sua pessoa, cumprimento todos os Senadores, Parlamentares porventura presentes aqui neste auditório seletíssimo. Cumprimento o Vice-Presidente da Comissão do Crime Organizado, Senador Hamilton Mourão; cumprimento o Relator da Comissão do Crime Organizado, Senador Alessandro Vieira; cumprimento os servidores da Casa, jornalistas e demais presentes.

Eu quero dizer, Senador, que é um grande prazer, uma satisfação e uma honra para mim estar mais uma vez diante de tão ilustres Parlamentares e diante desta Comissão Parlamentar de Inquérito que estuda o crime organizado, que é um flagelo – direi daqui a pouco – não apenas nacional, mas é um flagelo global, verdadeiramente um fenômeno novo sobre o qual nós agora estamos nos debruçando, não apenas com curiosidade intelectual e acadêmica, mas também como homens públicos, no sentido de tentar uma solução para esse grave problema.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que sempre tive muito respeito pelos políticos. Esse respeito que eu tenho pelos políticos não é apenas retórico, mas é um respeito que sempre procurei colocar em prática, especialmente na minha atuação como magistrado, desde os tempos em que fui Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Militei em várias câmaras: direito criminal, direito civil, privado, também direito administrativo. Desde aquela época sempre entendi que aquilo que era próprio da política devia ser decidido pela política, e não pelo Poder Judiciário.

Assim procedi também no Supremo Tribunal Federal, como integrante daquela corte, buscando sempre autocontenção, buscando sempre evitar um avanço sobre as prerrogativas do Parlamento. Jamais me abalancei a decidir, seja liminarmente, seja levando ao colegiado, algo que estivesse em discussão no Congresso Nacional. Entendo que, quando um Poder está examinando uma questão, os demais devem, de forma reverente, aguardar o pronunciamento do Poder que está, num determinado momento, com a iniciativa para decidir sobre uma questão.

Dessa maneira, Senador, estou aqui, enfim, muito empenhado em trazer os esclarecimentos que, porventura, possam ilustrar este problema.

V. Exa. me concedeu alguns minutos, não vou abusar da paciência dos eminentes Senadores, mas o que eu queria dizer... E ontem eu estive, inclusive, no Espírito Santo, fazendo uma palestra no Tribunal de Justiça sobre esta questão, sobre a segurança pública e o crime organizado. Eu queria, respeitosamente, pontuar a V. Exas. que nós estamos diante de um fenômeno absolutamente novo: a criminalidade é uma criminalidade que ultrapassou todos os limites da compreensão, seja daqueles que estudam esse fenômeno academicamente, seja daqueles que se dedicam profissionalmente ao tema, como o eminente Senador Fabiano Contarato, também o Senador Alessandro Vieira, que foram honrados integrantes das forças de segurança dos respectivos estados; penso que o Senador Hamilton Mourão, ex-integrante das Forças Armadas, também teve a oportunidade de se debruçar sobre o tema. Mas a verdade é que o crime, no mundo contemporâneo, sobretudo o crime organizado, é um fenômeno novo, não tem nada a ver com aquilo que estávamos habituados a conhecer, a enfrentar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lembro que, quando ingressei no Tribunal de Alçada Criminal, nos anos... em São Paulo, em 1970... em 1990 – perdão, em 1990 ingressei no Tribunal de Alçada Criminal –, já era um tribunal que tinha competência para, obviamente, como diz o próprio nome, examinar e decidir sobre matérias criminais. São Paulo já era uma metrópole, então, violenta naquela época, mas nós lidávamos com crimes relativamente simples, do ponto de vista daquilo que, enfim, a humanidade estava acostumada a conhecer ao longo da história. Roubos: roubo simples, que é desapossar alguém de sua propriedade com violência; quando era o roubo qualificado – o Senador Contarato certamente se lembra disso –, era roubo com concurso de agentes ou roubo à mão armada, que era uma qualificadora. Qual era a arma? Qual era a arma? Era um revólver 38, era uma arma branca, um punhal, uma faca, um canivete. O furto era um furto simples também, era desapossar sem violência a propriedade de alguém ou um bem pertencente a alguém. O furto qualificado era, no máximo, um rompimento de obstáculo: arrebentar uma cerca, arrombar uma porta. E julgávamos também estelionato. O que era estelionato? Enganar alguém, uma fraude, mas era emissão de cheque sem fundo, era uma duplicata sem o lastro adequado em termos de venda de bens ou serviços. Ainda tínhamos – me lembro – crimes contra a economia popular: naquele tempo, certos produtos de primeira necessidade eram tabelados e alguns comerciantes vendiam isto fora do preço tabelado pelas autoridades competentes. Então essa era a criminalidade.

Nós estávamos no local – naquela época e ainda é –, no local do país onde o índice de criminalidade era o maior possível com relação aos demais. Mas hoje a criminalidade se tornou um fenômeno extremamente complexo. A criminalidade não é mais local, não é mais nem mesmo nacional – e me refiro ao crime organizado –, mas é global, é global! Então esse é um fenômeno absolutamente preocupante, eu diria, Senador Alessandra Vieira, é um fenômeno, eu diria, do ponto de vista da preocupação global, que preocupa tanto como o aquecimento global, como as guerras regionais, a corrida armamentista, que inclusive é corrida por armas nucleares; preocupa tanto como as migrações que fugiram do controle, sobretudo na Europa, porque os migrantes hoje são aqueles refugiados, não só das guerras regionais, mas também das catástrofes climáticas. O crime organizado hoje é um problema tão grave como as crises econômicas recorrentes, como aquela que assolou o mundo a partir de 2008; como as epidemias que fogem do controle, como aquelas que vivemos com a pandemia da covid-19; como o terrorismo, embora o crime organizado não tenha, na minha aceção, nada a ver com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terrorismo, são fenômenos diferentes. Então, é um problema muito sério. Hoje, nós ouvimos falar em máfia chinesa, máfia russa, máfia do Sudeste Asiático, máfia latino-americana, facções que transbordam os limites territoriais... Então, hoje, é um fenômeno global – é um fenômeno global.

Me lembro que, recentemente, eu estive em Lyon, na sede da Interpol, onde nós elegemos o Valdecy Urquiza, que é o Delegado da Polícia Federal, um jovem brilhante, que ocupa hoje o cargo de Secretário-Geral. Foi uma luta muito intensa do Governo brasileiro, conseguimos esse posto importantíssimo nessa associação policial. Cheguei lá e tomei conhecimento de que havia lá – pasme, Presidente Fabiano Contarato – um índice de roubo de automóveis na segunda maior cidade da França do ponto de vista industrial, do ponto de vista comercial, perto dos maiores centros, das maiores capitais europeias... Eu falei: "Como é possível, onde é a sede da Interpol, numa cidade altamente desenvolvida, policiada?". Não, é a máfia do Leste Europeu que rouba carros no centro da França e exporta para o norte da África. Então, vejam V. Exas. que hoje o crime é global, é um fenômeno que transcendeu as fronteiras nacionais.

E mais do que isso: do ponto de vista ontológico, de sua natureza, ele mudou completamente, não é mais um crime – o crime organizado sobretudo, mas o crime mais sofisticado – que se dá no... Ele não é mais... ele não ocorre mais no mundo fático, no mundo fenomenológico, no mundo físico. Antigamente – o Senador Alessandro Vieira sabe, o Senador Fabiano Contarato sabe –, o crime implicava sangue, lesão corporal, vestígios, documentos que eram examinados, sobretudo pelas perícias; hoje os crimes se dão – sobretudo o crime mais sofisticado – basicamente no mundo virtual, no mundo digital, especialmente na *dark web*, na *deep web*, usando criptomoedas, onde ocorrem as grandes fraudes bancárias, as grandes lavagens de dinheiro. O tráfico de armas, de drogas, de pessoas ocorre hoje no mundo virtual. Portanto, o crime migrou do mundo fenomenológico, do mundo físico para o mundo virtual.

O crime hoje é um crime que está, lamentavelmente, Senador Alessandro Vieira, Senador Fabiano Contarato, migrando da ilegalidade para legalidade. Nós sabemos hoje... Não é um fenômeno de agora, nem do passado recente. Isso paulatinamente veio ocorrendo, quer dizer, ele está se infiltrando no setor de combustíveis, no setor de coleta de lixo, no setor da construção civil, enfim, no setor até de *streaming*, como se diz aí, de fornecimento de ligações de internet... É um crime que hoje, lamentavelmente, está infiltrado até no setor político. Nas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimas eleições, juntamente com o TSE, com a Ministra Cármen Lúcia e os demais integrantes daquela corte, a Polícia Federal, nós fizemos um esforço muito grande para evitar, impedir que o crime se infiltrasse nas eleições municipais, uma preocupação também que temos. Já fiz, Senador Girão, um apelo aos presidentes dos partidos. Só uma atitude repressiva policial, só os cuidados da Justiça Eleitoral não são suficientes. Os presidentes dos partidos políticos têm a responsabilidade de fazer a triagem.

Então, eu queria dizer para V. Exas.: nós estamos diante de um fenômeno absolutamente novo, inusitado, que merece, como disse na minha breve introdução, um estudo não apenas acadêmico, mas um estudo muito sério por parte de todos os Poderes da República, sobretudo dos membros da segurança pública, dos integrantes das forças de segurança pública. Quero dizer a V. Exas. que nós estamos, na verdade, quer dizer, aprendendo com esse fenômeno, conhecendo esse novo adversário com o qual nós nos defrontamos.

E é por isso – e vou encerrar aqui, Senador Fabiano Contarato –, é por isso que – depois direi, oportunamente, se for o caso, em resposta a alguma pergunta que vier nesse sentido – hoje a guerra, o combate, o enfrentamento ao crime, sobretudo ao crime organizado, exige uma visão holística, uma visão abrangente, uma visão estrutural. Então, nós temos uma sólida, uma firme atuação no plano internacional, mediante acordos com outros partidos, sobretudo outros países, sobretudo um país com fronteiras, como nós temos, vastíssimas, recobertas por selvas e rios caudalosos. Nós só podemos combater a criminalidade transnacional e defender nossas fronteiras com uma atitude colaborativa com os demais países. Então, acordos bilaterais, acordos multilaterais: só neste ano, nós fizemos mais de 12 com a França, na fronteira da Guiana Francesa com o Amapá. Nós instalamos em Manaus o Centro de Cooperação Policial Internacional, integrado por nove países limítrofes da Amazônia e nove estados-membros da Federação. Nós fizemos, duas semanas atrás, um encontro de Ministros da Justiça e Segurança Pública e do Interior do Mercosul e instalamos uma Comissão do Mercosul de combate ao Crime Organizado. Nós integramos agora, de forma pioneira – é o terceiro país de fora da Europa que integra, Senadora Damares –, a Europol; já somos membro da Ameripol, da Interpol, agora da Europol. Então, nós temos uma atuação fortíssima no plano internacional, na Tríplice Fronteira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós propusemos, e está em boníssimas mãos com o Relator Mendonça Filho, uma PEC da segurança pública, porque nós entendemos que, como esse é um fenômeno novo, diferente, distinto do ponto de vista ontológico, do ponto de vista de sua natureza, nós precisamos de um combate nacional, do ponto de vista federativo, em que as diferentes forças federais de segurança pública – Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Penal Federal, Força Nacional –, a polícia civil, a polícia militar, os corpos de bombeiros, as guardas municipais, todos se integrem, tenham um banco único de dados, ações coordenadas, nos moldes das FICCOs (Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado), que tão bons resultados têm trazido.

Além disso, nós temos também uma atuação no plano infraconstitucional. Apresentamos agora um projeto de lei antifacção, que buscou unificar as várias propostas apresentadas no Parlamento e no Senado numa proposta única, holística, que está agora em excelentes mãos, sendo apreciada pelo nosso Relator Alessandro Vieira.

Temos outras propostas infraconstitucionais, como, por exemplo, o aumento das penas relativas à receptação. A receptação, desde tempos em que o Código Penal foi instituído entre nós, era de um a quatro anos. O roubo de cargas, o roubo de fios, de combustíveis, de produtos farmacêuticos, de eletrodomésticos, todos eles são instigados pelos comerciantes inescrupulosos que se beneficiam. Em boa hora também, o Parlamento, esta Casa, a Câmara dos Deputados, aprovou por unanimidade e por aclamação esse nosso projeto.

Temos vários outros projetos em andamento, pontuais, como o Território Seguro. Agora, estivemos, quinta-feira, em Natal, onde nós fizemos uma recuperação pioneira do plano piloto de um território, onde primeiro entraram as forças de segurança. Foram presas mais de 150 pessoas, sem uma morte, sem um ferido. Agora vão entrar os serviços públicos, inclusive o Judiciário, com equipes de mediação e conciliação.

Temos vários outros projetos importantíssimos, que estamos tocando, neste sentido, nas várias áreas, como o Município Mais Seguro. Estamos treinando as guardas municipais, que agora foram dotadas, pelo Supremo Tribunal Federal, com a competência de atuar no planejamento, no policiamento urbano e no policiamento comunitário.

Portanto, queria dizer a V. Exas. que nós estamos diante de um fenômeno novo. Ninguém tem uma solução mágica, uma poção mágica, uma bala de prata. O combate ao crime





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizado, sobretudo, é um combate que se faz por meio de várias iniciativas: no plano internacional, no plano federal, no plano local, com iniciativas pontuais, e, obviamente, é necessário que o Parlamento, cada vez mais, como está fazendo agora, neste momento e nos últimos tempos, se debruce sobre essa magna questão.

Senador, muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Ministro Ricardo Lewandowski.

Agora concedo a palavra ao Relator, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Permita-me só fazer um registro, ou, enfim, manifestar minha opinião sobre o tema específico da evolução das organizações criminosas.

Na mesma medida em que eu concordo que nós temos uma evolução acentuada, em essência, o crime não muda; o crime busca um resultado, o resultado é patrimonial. Como a sociedade e a economia avançaram, o crime, muito naturalmente, segue esse ritmo. Tal qual o rio busca o oceano, o crime sempre vai estar buscando o resultado econômico e aproveitando as lacunas do Estado, as falhas do Estado, as omissões e as brechas criadas pela corrupção.

E, ao mesmo tempo, Presidente e meu amigo Senador Eduardo Girão, para tranquilizar V. Exa. com relação ao andamento da CPI – V. Exa. reiteradamente diz, "uma CPI esvaziada" –, esta é uma CPI com uma característica diferente de outras. Esta é uma CPI que busca respostas para construir alguma coisa. Não nos interessa aqui o efeito midiático, e não faremos aqui situações que beiram o abuso de autoridade e o ridículo sem nenhum tipo de resultado efetivo. Eu não vou chamar ninguém aqui como testemunha para prender depois, alegando que é um falso testemunho, quando são investigados, por exemplo.

Já aprovamos aqui a convocação do Deputado Estadual do Rio de Janeiro, o TH Joias, que é um faccionado do Comando Vermelho. Ele foi convocado para vir para cá. Ele vem na condição de investigado. Se ele se omitir, se ele se calar, por mais que a gente queira, a gente





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pode prender esse cidadão. Isso só serve para tirar uma foto e render uma manchete em um jornal de baixa qualidade, mas não resolve. Por outro lado, quando a gente busca informações consistentes, que nos mostrem onde está acontecendo, de que forma está acontecendo essa infiltração do crime organizado no poder público, aí sim, nós estamos dando passos para chegar a algum resultado.

Então, tranquilizo V. Exa. e já peço, Presidente, que antes do encerramento desta reunião o senhor me permita uma sugestão brevíssima de dois requerimentos extrapauta. Ao final... A equipe está preparando; ao final, se o senhor me permitir a abertura da hipótese, eu acho que são bastante relevantes para o momento.

Ministro Lewandowski, eu gostaria, nesse início de diálogo nosso – primeiro, agradeço pela sua presença, evidentemente, pela interação –, de que o senhor pudesse nos situar em que *status* se dá, nesse momento, a integração entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Defesa e as nossas Forças Armadas no tocante à integração para as ações em fronteiras? Em que *status* nós estamos? Quais são os obstáculos para que isso funcione melhor? Porque claramente não funciona. Acho que esse diagnóstico tem que ser muito claro.

As nossas fronteiras são imensas, são porosas. Então, seria muito relevante entender quais são os eventuais gargalos, para que a gente possa aqui, Congresso, encaminhar soluções.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (Para expor.) – Senador, muito obrigado por essa questão, uma questão relevante.

Sei que há um anseio, por parte de certos setores da sociedade, inclusive por parte deste Parlamento, absolutamente legítimo, no sentido de que as Forças Armadas se integrem no combate à criminalidade.

Eu tenho um grande respeito pelas Forças Armadas – eu mesmo sou oficial da reserva do Exército Brasileiro – e penso que as Forças Armadas têm a sua missão constitucional muito bem caracterizada, nossa Carta Magna de 1988, e as forças de segurança também o tem – a sua missão caracterizada –, sobretudo a partir da leitura do art. 144 da nossa Lei Maior.

Então, o que nós sabemos hoje, do ponto de vista constitucional, é que as Forças Armadas têm, sim, poder de polícia: nas fronteiras, o Exército; no mar territorial, a Marinha; e, no espaço





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aéreo, a Aeronáutica. Portanto, elas têm um papel relevante, atuam nas fronteiras brasileiras, em conjunto com a Polícia Federal, com a Polícia Rodoviária Federal, juntamente com as FICOs, que inclusive incluem forças municipais, as guardas municipais, de maneira que elas atuam de forma bastante integrada, coordenada, quando possível, no policiamento das nossas fronteiras, do espaço aéreo, do mar territorial...

Atuam também nas GLOs, nas operações de Garantia da Lei e da Ordem, em que a ordem ordinária é substituída por uma ordem extraordinária. Então, as Forças Armadas intervêm, pontualmente, como nós tivemos, recentemente, as operações de GLO nos portos e aeroportos, com um sucesso relativo, do ponto de vista de sua efetividade. Digo "relativo" porque, quando se instala uma GLO num determinado porto, aeroporto, o crime organizado que faz... Ele não vai persistir em utilizar aquela via de ingresso e de saída do país; ele vai para outro porto, outro aeroporto...

De maneira que é isto, Senador: nós temos missões constitucionais bem claras das forças de segurança e das Forças Armadas, que não se confundem.

As Forças Armadas podem ser utilizadas também, excepcionalmente, em outras circunstâncias, em que há uma atuação mais incisiva por parte do Governo central, do Governo da União, como no caso da intervenção federal, do estado de defesa... Então, são graduações diferentes que autorizam, em caráter excepcional, dentro do quadro da institucionalidade normal, a atuação das Forças Armadas.

Mas quero dizer que nós temos, evidentemente, falta de efetivos. Nós temos tão somente 13 mil homens na Polícia Federal, aproximadamente o mesmo número de integrantes na Polícia Rodoviária Federal, para cuidar de um país continental como este. Quer dizer, só a fronteira do Brasil com a Bolívia é maior do que a fronteira dos Estados Unidos com o México.

Os Estados Unidos, que possuem as maiores Forças Armadas do mundo, reconhecidamente, têm dificuldades para segurar os migrantes ilegais naquela vasta fronteira. Imaginem as senhoras e os senhores nós brasileiros, com esse efetivo pequeno que nós temos, com essas florestas que recobrem as nossas fronteiras, esses rios caudalosos?! Como disse, nós estamos fazendo o possível, mas sem uma integração federativa com todas as forças não é possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para responder ao senhor, Exmo. Senador Alessandro Vieira, eu penso que as Forças Armadas têm uma missão constitucional, as forças de segurança têm outra missão constitucional e não devem ser confundidas. Cada uma dessas forças atua no momento apropriado, constitucionalmente autorizado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Ministro.

Assim, do ponto de vista formal, de técnica legislativa, todos nós estamos a par. Eu pergunto mais sobre o viés operacional, de gestão, considerando V. Exa. como o responsável, no Governo Federal, pela Segurança Pública, na condição de Ministro da Justiça e Segurança Pública. Quais são os pontos pendentes? Precisamos de uma alteração constitucional? Precisamos de uma alteração legislativa? Qual é o quantitativo ideal desenhado? O que falta em termos de investimento para que a gente possa, em conjunto, dar esses passos urgentes e necessários?

Com todo o respeito à realidade fática de que existe um grande esforço estatal brasileiro, as nossas fronteiras são porosas, são imensas, mas esse volume de drogas e de armas não entra na sacola de alguém pelas costas, caminhando pela floresta. A gente está falando de toneladas. Toneladas exigem infraestrutura, logística para deslocamento e segue esse deslocamento por rotas que já são conhecidas pelas polícias brasileiras. Então, evidentemente, falta alguma coisa em termos de investimento, de integração.

E este é o ponto que questiono a V. Exa.: do que nós precisamos? Então, se nós temos hoje 13 mil homens na Polícia Federal, o Governo Federal está capacitando mais 2 mil, o quadro total previsto em lei é de cerca de 15 mil homens, precisamos de quantos mil homens? De 30 mil homens? De 45 mil homens? É para que a gente possa dar passos mais efetivos para a solução que o brasileiro espera.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Pois não. Eu agradeço a pergunta, Senador Alessandro Vieira, como sempre, com o pé na realidade. O senhor foi um operador do direito, operador das forças de segurança pública. V. Exa. resumiu tudo na sua pergunta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A resposta para essa questão é – me perdoem o modo mais incisivo de colocar –: dinheiro, dinheiro, dinheiro e mais dinheiro. Sem dinheiro não se faz segurança pública. V. Exas. sabem disso. Inclusive, uma das propostas do Governo foi constitucionalizar o Fundo Nacional de Segurança Pública, o fundo de políticas penitenciárias, constitucionalizar, para que essas verbas sejam perenes, não sejam contingenciáveis e possam irrigar todo o sistema, não apenas as forças federais, mas também as forças locais.

Então, Senador Relator, quero dizer a V. Exa.: veja qual é a verba que nós temos para esse nosso fundo. Em 2022, tínhamos 2,003 bilhões no Fundo Nacional de Segurança Pública. É um fundo que irriga não só as forças federais, mas também as forças estaduais e também até municipais. Em 2025, tivemos, sim, um ligeiro aumento: de 2 bilhões para 2,439 bilhões, um aumento de meio bilhão. Isso não é nada. O Fundo Penitenciário, que cuida das cinco penitenciárias de alta segurança nacionais... Nós temos 1,4 mil estabelecimentos prisionais diversos nos estados, 700 mil presos, 702 mil presos; é a terceira população prisional mais elevada do mundo, depois dos Estados Unidos e da antiga União Soviética, hoje Rússia. Esse fundo tem hoje, em 2025, R\$897,2 milhões. Não é nada!

E o Governo... O Governo... Enfim, as autoridades fazendárias houveram por bem nos contingenciar 100 milhões do Fundo Penitenciário e quatrocentos e poucos milhões do Fundo de Segurança Pública, ou seja, quase meio bilhão de contingenciamento. Estamos de mãos amarradas, Senador – estamos de mãos absolutamente amarradas!

Outro dia, numa discussão ministerial no Governo, mostrando esses dados pífios do ponto de vista de investimento na segurança – mas é algo que não é deste Governo, vem de muito tempo atrás, porque segurança sempre foi um tabu, ninguém quer investir em segurança, não dá votos, lamentavelmente, não dá prestígio, segurança, sobretudo, em presídio –, um Ministro que foi ex-Governador da Bahia falou: "Como assim? Só a Bahia tem 8 bilhões destinados à segurança, como é que o Brasil tem no seu Fundo Nacional dois bilhões e quatrocentos e poucos, tendo sido contingenciados 400?". Então, sem uma verba perene e substantiva para a segurança pública não é possível enfrentar o crime organizado, que está organizado e o Estado não está organizado, lamentavelmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso desejo, a nossa expectativa... E que não é nossa, veio do Governo passado. O Presidente Michel Temer e esse grande brasileiro, que infelizmente está gravemente enfermo, que é o ex-Ministro Raul Jungmann, merece todo o nosso respeito, foi Parlamentar, subscreveu, juntamente com o Presidente Michel Temer, uma lei de 2018, criando o Susp (Sistema Único de Segurança Pública). É um sistema que deveria ser semelhante ao SUS da saúde, ao sistema de educação, que é um sistema federalizado, com verbas próprias, mas, como era uma lei ordinária, não teve, a meu ver, enfim, poder normativo suficiente para promover essa integração que nós estamos querendo fazer agora por meio da PEC.

De maneira que, sem dinheiro não se faz segurança.

Obrigado, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado.

Nesse ponto, Ministro, se o senhor me permite, a gente já avança para uma análise daquilo que a gente está trabalhando aqui em paralelo, que é o projeto de lei antifacção e, lá com os Deputados, a PEC da segurança.

Nesse ponto do PL antifacção, a gente sugere, como Relator, a criação de uma espécie de novo fundo, na verdade um subfundo, vamos chamar assim, com financiamento específico, captando recurso da tributação das *bets*, sem competir com o tanto que a gente já tem de disputa orçamentária, uma fonte que me parece bastante efetiva e volumosa, mas, ao mesmo tempo também, a gente discute a governança do Fundo Nacional.

A integração tem que se dar também nesse ponto e sugerimos aí a abertura da gestão do fundo para a participação dos estados representados, enfim, cada região representada. Da mesma forma Ministério Público e Poder Judiciário, porque a gente parte do entendimento de que segurança pública, e a Constituição já vai nessa linha, é dever de todos e tem que ser compartilhada essa gestão, inclusive a gestão orçamentária, porque é uma reclamação consistente dos estados o empossamento de recursos nos fundos por dificuldades de lado a lado.

E aí, também, nesse ponto, pergunto: a estrutura de pessoal e a própria infraestrutura física do ministério é suficiente para dar vazão a isso? Porque, imagine, se hoje nós temos uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade de cerca de R\$2 bilhões que ficam ali circulando em projetos que são mais do mesmo em regra: é muita viatura, é muita arma, pouca coisa de inteligência, mais alguma coisa e nada mais. E agora a gente passa a ter uma expectativa de um volume talvez dez vezes maior de recursos.

O ministério está capacitado para receber esse volume de dinheiro e, em conjunto com estados, Ministério Público e Justiça, dar destinação efetiva para isso, ou a gente precisa fazer algum investimento prévio no ministério?

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Não... Obrigado pela pergunta.

A característica de todos os fundos, seja o fundo de segurança pública, seja o fundo de políticas penitenciárias, o fundo antidrogas, o fundo de direitos difusos, que arrecada verbas que são resultantes de condenações judiciais no âmbito do meio ambiente, no âmbito do direito consumidor, todos têm administrações próprias, independentes, com representantes da sociedade civil e de outras áreas.

Eu não vejo nenhum problema em que um novo fundo seja criado com uma gestão compartilhada, inclusive integrando representantes dos municípios e, sobretudo, dos estados, para repartir essas verbas. Eu acho que é um modelo que já existe, nós não precisamos mais de pessoas no Ministério da Justiça, nós temos pessoas altamente qualificadas. É que o Ministério da Justiça e Segurança Pública são cinco ministérios, desde o direito consumidor, demarcação de terras indígenas; é um grande ministério, mas o pessoal é altissimamente qualificado.

Aliás, eu louvo V. Exa., eu disse isso pessoalmente a V. Exa., pela inventividade, no sentido positivo da palavra, de ter proposto a criação deste fundo como uma aba, foi a expressão de V. Exa. do Fundo de Segurança Pública. E V. Exa. foi buscar dinheiro novo, porque... claro que as fontes de receita estão todas já comprometidíssimas, então nós precisamos de fontes novas.

V. Exa., salvo melhor juízo, não conheço ainda o seu projeto, o seu relatório, mas sugere que uma parcela dos tributos das *bets* venha para a segurança pública. Eu acho que isso é uma proposta extremamente benfazeja, positiva – apoio integralmente.

E acho, estou convencido desta necessidade da integração, até porque a Constituição de 1988 institui entre nós o federalismo cooperativo, em que os entes federados cooperam. Isso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é uma novidade, cooperam na área da saúde, na área da educação. Há o compartilhamento dos fundos tributários do Imposto de Renda, do IPI; no âmbito estadual, o ICMS compartilhado com os municípios, de maneira que os fundos todos são compartilhados.

Eu não sou especialista, não me debrucei assim mais profundamente, mas a reforma tributária que foi aprovada já pelo Congresso Nacional prevê também um conselho para gerir os fundos para redistribuir para os estados e municípios. Acho uma coisa positiva, está dentro do espírito do federalismo cooperativo e acho que V. Exa., com o devido respeito, está no caminho correto para solucionar, ou para começar a solucionar essa questão, do ponto de vista dos recursos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito, Ministro.

Com relação ainda à questão de recursos, o formato da partilha. Esse foi um ponto de grande disputa na Câmara dos Deputados na tramitação do projeto antifacção. A carência de financiamento faz com que Polícia Federal, estados, cada um tente esticar esse cobertor que é flagrantemente curto.

E, nesse ponto, a sugestão que a gente está encaminhando no projeto antifacção é que se dê um prazo ao Executivo de 180 dias para um redesenho de todos esses fundos, porque muito claramente existe sobreposição, existe empossamento, existem problemas na definição de prioridades e me parece um caminho razoável, mas eu gostaria de ouvir de V. Exa. se esse é um bom caminho para que a gente caminhe, para que a gente avance.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Mais uma vez agradeço a pergunta.

Acho que o que acontece é o seguinte, Senador: todos os fundos que lidam com verbas destinadas à segurança pública têm a sua destinação. A origem dos recursos, a destinação dos recursos e o modo de gestão desses fundos são estabelecidos por leis próprias. Então, o fundo nacional de interesse difuso, o fundo de combate ao tráfico de drogas, o Funpol, o fundo da Polícia Federal, os distintos fundos, todos estão previstos em lei: como é que vêm os recursos, onde eles são empregados, como são geridos etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com o devido respeito, talvez esse prazo de 120 dias, se depender de uma alteração legislativa, podemos até propor, mas teríamos dificuldades porque estaríamos trabalhando com vários projetos de lei para alterar os fundos, talvez unificar num único fundo, porque, dependendo da operação policial, os recursos arrecadados vão para um determinado fundo. Então, teríamos que pensar em uma sistemática de financiamento da segurança pública completamente inovadora. Mas estamos abertos a isso, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Parece-me fundamental, porque eu não quero ter, mais ainda, a disputa institucional, como se estivéssemos ainda no tempo da pirataria, em que cada um faz seu saque lá, leva um montinho para casa e aí é estimulado a fazer operações isoladas, sem compartilhamento de dados e sem... A gente já tem um problema de ego, se a gente colocar o problema do dinheiro também na mesa, aí é que nada anda mesmo.

Ministro, o senhor tem uma estimativa de investimentos necessários para que a gente possa ter um grande impacto, uma virada de página na atuação de combate ao crime organizado, em particular no que tange ao sistema prisional, a ações integradas e a ações de inteligência? O senhor tem algum número já desenhado no Ministério?

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Não, não temos números desenhados, mas nós temos, por exemplo, na área prisional... V. Exas. se lembram disso e eu até participei do início do julgamento da ADPF 635, no Supremo Tribunal Federal, que considerou o sistema prisional brasileiro um estado inconstitucional de coisas.

Terminado o julgamento, o Supremo Tribunal Federal determinou ao Governo Federal e aos governos estaduais que, no prazo de seis meses, apresentasse uma proposta para retirar o sistema prisional desse estado inconstitucional de coisas. Então, nós fizemos um *tour de force*, uma comissão. Eu nomeei, em comum acordo com o Ministro, então Presidente, Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal. Ele indicou o Desembargador Luiz Manfredi, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e nós indicamos o nosso Secretário Nacional de Políticas Penitenciárias. Depois de ouvir a sociedade, de ouvir os ministérios, enfim, a academia, estruturou-se um plano chamado Pena Justa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez o nome não seja o mais adequado, mas foi um nome que, de consenso, foi tirado. Esse plano tem uma duração de três anos e prevê intervenções do Governo Federal e depois dos estados para tirar o sistema prisional desse estado inconstitucional de coisas, intervindo desde a entrada do detento no sistema prisional, durante a sua manutenção, inclusive envolvendo um olhar especial para os guardas, para polícia penal, os servidores e, depois, na sua saída, para reintegrá-lo na sociedade.

Então, são mais de 300 ações com objetivos próprios. Há uma verba estipulada para isso, até se criou um *frisson* no Governo Federal, porque nós temos até uma estratégia nacional de combate às facções criminosas. Cada ação tem a previsão de investimentos – depois, se for o caso, deixarei a V. Exas. –, mas há um número, sim, de um investimento bastante substantivo, que causou, como eu disse, um certo *frisson* no Governo Federal, porque havia um aumento de gastos, etc., mas passou. Para cada projeto, nós temos, sim, Sr. Relator, verbas adequadas, mas o dinheiro nunca é suficiente para atender às necessidades.

Nós temos aqui, também, um sistema de gestão de ativos bastante sofisticado. Eu tenho um dado aqui, para V. Exa., de que, no período de 2024 a 2025, nós repassamos R\$7.397.525,72 aos estados para modernização só de suas perícias. Então, nós não estamos apenas distribuindo armas, veículos, mas também equipamentos, *kits* para melhorar – os senhores que foram delegados de polícia –, a elucidação de crimes, sobretudo de homicídios. E isso se faz através de um incremento do banco de DNA, enfim de instrumentos que possam auxiliar a perícia.

Nós entregamos, agora, no Rio Grande do Norte, em Natal, o imenso centro, maravilhoso – um investimento de R\$25 milhões –; eu fui inaugurar, agora, na quinta-feira, um centro da polícia científica, com todos os equipamentos de primeiro mundo. Então, nós estamos trabalhando nisso.

E por falar em... V. Exa. disse que é muito dinheiro empossado. Realmente era uma preocupação, porque o dinheiro que vai de fundo a fundo, do Fundo Nacional de Segurança Pública para os estados, não é dado gratuitamente; não se dá dinheiro vivo na mão dos estados. É preciso que executem projetos, projetos de um rol de projetos previamente determinados, que se enquadrem na política pública mais ampla do Governo Federal, no combate à criminalidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havia dificuldades, sim, porque o processo era muito burocratizado. Nós desburocratizamos esse processo, aumentamos o prazo de resgate, que cessaria em 2024, e o dinheiro empossado voltaria para os cofres da União – nós prorrogamos a utilização desse fundo até 2026 –, temos equipes técnicas para auxiliar os Governadores, os governos dos estados a resgatar esse dinheiro; e os Governadores têm reconhecido que agora está muito mais fácil. Eu diria, de cabeça, que nós conseguimos já executar 75% do fundo a fundo, e antes, praticamente, talvez 80% ficavam sem execução.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito, Ministro.

Ainda nessa questão de integração federativa, relação com os estados, eu peço que V. Exa. nos informe o *status* atual dessa integração, dessa colaboração, que vem enfrentando dificuldades muito por conta já do clima eleitoral. É muito clara uma contaminação do debate pela disputa eleitoral, e na democracia, enfim, isso é do jogo. Mas eu gostaria de compreender se V. Exa. tem identificado, no plano concreto, algum tipo de obstáculo à atuação integrada entre as forças federais e forças estaduais no combate ao crime organizado.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Sr. Relator, pelo contrário, há uma sede de integração muito grande, e o exemplo são essas FICOs. Só nessas FICOs, que são as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado, em 2025, investimos R\$48 milhões – um pouco mais –; em 2026, a previsão é mais 43 milhões. Nas FICOs nos portos investimos 57 milhões em 2025; em 2026, 77 milhões. Estamos prevendo mais 74 milhões de investimentos – estamos atrás desse dinheiro.

Esse projeto das FICOs – na verdade, não é um projeto, é uma ação coordenada – é algo muito bem-sucedido e benfazejo. Os estados fazem questão de trabalhar integradamente conosco; nós cobrimos as despesas, pagamos as diárias às polícias. Tem sido extremamente eficaz, e esse é o modelo que pode ser, digamos assim, perseguido. Acho que essa é uma fórmula de sucesso.

Eu não sei ainda... O Deputado Mendonça Filho disse que pretende encontrar-se comigo. Terei grande prazer em recebê-lo, em ir ao seu encontro. Parece-me que, nesse projeto da PEC que está sob análise de S. Exa., ele prevê a institucionalização das FICOs. Não sei como, mas, se vier essa ideia, acho que é uma ideia que merece ser examinada com bastante verticalidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – A gente fará isso no antifacção. Eu não sei se, na Constituição Federal...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... você colocar um modelo de cooperação estático seja a melhor forma técnica, mas, enfim...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Eu não quero também entrar nesse mérito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ministro, existe uma percepção... E aí o senhor tocou no Plano Pena Justa. Eu fiz questão de me reunir com o Ministro Fachin e sua equipe, para tratar justamente do Pena Justa, uma vez que este Congresso está aprovando reiteradas iniciativas de endurecimento penal...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... de aumento de pena, de restrição na progressão, seguindo o sentimento e a percepção da sociedade brasileira.

E aí vão dois pontos que eu acho muito relevantes: primeiro, a compreensão do papel de cada um no nosso arranjo constitucional. A definição das políticas, a definição das estratégias, das linhas a se seguir cabem ao Legislativo. Cabe ao Judiciário, evidentemente, interpretar tudo isso à luz da Constituição e criar uma harmonia. O Pena Justa é um belo trabalho feito, e são 300 – trezentos e alguma coisa – indicadores diferentes, mas me chamou atenção – e eu questionei o Ministro Fachin sobre isso, eu quero tratar da superlotação e da má qualidade dos presídios sem criar nenhuma vaga –: o projeto não tem nenhuma linha de criação de vaga.

Então, eu tenho um Congresso Nacional endurecendo penas e aumentando o tempo de permanência desse preso no sistema. Eu tenho um Judiciário que quer tratar disso soltando – é o único caminho que o Judiciário pode ter; ele não tem outro caminho mesmo para ter, ele só pode soltar; ele prende ou solta, ele não tem uma terceira alternativa. E tenho um Executivo que se omite no orçamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é apenas para deixar esse registro, para que não se fique nesse eterno jogo de empurra de responsabilidades constitucionais, que é um carma brasileiro. A Praça dos Três Poderes serve quase como um pingue-pongue. Eu jogo para lá, "a culpa não é minha, a culpa é sua". Nesse caso, a culpa é de todos. E aí o Congresso... Eu espero, nesta Legislatura, se Deus nos atender neste ano, colocar de pé alguma coisa que faça sentido e dizer: "Olha, estou endurecendo a pena, mas, ao mesmo tempo, estou dando dinheiro para criar as vagas e requalificar as vagas nos presídios, e estou dando dinheiro também para que vocês possam ter as atuações integradas". Então, só para pontuar isso.

Mas, em particular, tocando ainda na questão desse nosso trabalho aqui, cotidiano, que vai na linha do aumento de penas, porque é o sentimento da população brasileira... E aí, mais um registro, Ministra Damare: algumas pessoas... E eu entendo, tecnicamente falando. Algumas pessoas questionam o tamanho das penas que nós estamos apresentando. As penas... Enfim, o teto de cumprimento passou para 40 anos nesta legislatura, estamos aumentando progressivamente feminicídio, abuso sexual de crianças e adolescentes, aumentando penas. A sociedade brasileira hoje legitima até a execução, Ministro. Essa é a realidade – essa é a realidade do Brasil. O desamparo, o volume de erros do Governo Federal e dos Governos estaduais foi tão grande que a sociedade brasileira passou a legitimar até a barbárie. Então, o que o Congresso faz como mediador político é trazer isso para um ponto de equilíbrio.

Mas eu questiono o senhor com relação a um ponto específico, que eu sei que é pauta permanente e muito valorosa da Ministra Senadora Damare, que é o uso das crianças e adolescentes nas organizações criminosas e como isso deve ser tratado. Temos um projeto, já aprovado pelo Senado, que foi da autoria do Senador Fabiano, foi relatado pelo Senador Flávio Bolsonaro, está hoje na Câmara dos Deputados, que aumenta o tempo de internação desse adolescente infrator; e, pelo outro lado, agora trabalhamos duramente na majoração da pena daquele que faz a cooptação desse adolescente, aquele que traz o adolescente para um ambiente de crime vai ser objeto, neste projeto que vamos relatar amanhã na CCJ, de um duro tratamento penal.

Mas, eu quero ouvir V. Exa. com relação a isso, a visão do Governo com relação a essa situação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Obrigado pela pergunta, Senador Relator, eminente Alessandro Vieira.

Eu queria começar ao fazer uma constatação de que o direito é uma ciência, a ciência do direito. Então, o direito, com o devido respeito, não comporta achismos, não comporta palpites. É uma ciência, é um sistema. Então, se nós pegarmos, por exemplo, a Lei de Execução Penal, que entrou em vigor em 1984, assinada pelo então Presidente, General Figueiredo, com o Abi-Ackel, que era o Ministro da Justiça, de linha duríssima... era um sistema: um sistema de prisão, um sistema de progressão de regime, de reinserção paulatina na sociedade, inclusive por intermédio das tão vergastadas saidinhas, mas é um sistema. Tem o sistema penal, o sistema processual penal, a Lei de Organizações Criminosas, enfim, a Lei dos Crimes Hediondos, tudo isso conforma um sistema, são partes que conversam entre si. V. Exa., em boníssima hora, de forma muito técnica, muito pertinente, está fazendo com que o projeto antifacção volte novamente ao espírito original.

Quando nós concebemos, depois de seis meses de debate com a sociedade civil, com a academia, com os técnicos, com a Secretaria de Segurança... nós fizemos um projeto abrangente, holístico, de combate às facções, mas alterando pontualmente o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal, a Lei de Organizações Criminosas, a Lei de Crimes Hediondos, a Lei de Prisão Temporária... Então, me parece que é tudo um todo integrado, é um sistema de repressão penal.

Então, aumentar a pena, eu acho que pode ser e, para determinados crimes, tem que mesmo aumentar, dificultar o regime de progressão. O que não pode ser é impedir totalmente, porque o Supremo já decidiu que não é possível, mesmo nos crimes hediondos, impedir totalmente a progressão de regime, porque isso é um direito do preso. Ainda que ele seja um parricida, um matricida, um dia ele tem direito de reintegrar-se na sociedade. Isso, enfim, faz parte do sistema.

Nós temos que ter, com relação a essa questão, uma visão muito clara do custo de um preso hoje mantido nas prisões estaduais – sobretudo nas federais é um pouco mais caro o custo do preso. O custo de um preso hoje mensal oscila de R\$3,5 mil a R\$4 mil, é muito dinheiro para manter um preso, muito mais do que manter uma criança na escola ou eventualmente até





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um enfermeiro na rede do Sistema Único de Saúde, custa caríssimo. Então, na medida em que nós prendemos aqueles que não oferecem periculosidade para a sociedade e que podem ceder lugar para os presos perigosos... Aquele que pode pagar a sua dívida com a sociedade, por intermédio de medidas alternativas que a lei permite, por que trancafiá-lo na prisão quando ele pode ser tratado – e o sistema de execução penal fala em tratamento, em reinserção – através de outros métodos?

Eu me lembro, Senador Alessandro Vieira, quando fui Presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e do Supremo Tribunal Federal, de que eu me deparei com uma população prisional de 850 mil presos no Brasil. Um absurdo! Como dizia o José Eduardo Martins Cardozo, meu antecessor no Ministério da Justiça e Segurança Pública, são verdadeiras masmorras medievais. Hoje, quem chega a centenas de metros de uma prisão qualquer já sente aquele cheiro nauseabundo de urina, fezes, suor, uma coisa indigna, absolutamente indigna para os seres humanos, para o século XXI. É claro que aqueles que cometem crimes têm que ser rigorosamente punidos e, quanto mais grave o crime, mais rigorosamente têm que ser punidos.

A questão das crianças, dos menores: eu sei que há projetos de que o tempo de internamento deve se manter por mais tempo. Eu acho que isso é uma solução que pode ser pensada, não sei se há compatibilidade. Quando ele atinge a maioridade penal, é preciso ver se há compatibilidade constitucional jurídica em manter alguém numa prisão com relação à qual ele não foi condenado e mantê-lo, enfim, privado da sua liberdade, em função de uma decisão que ele recebeu, judicial, quando era menor.

Mas talvez a gente pudesse caminhar, Senador. Ontem até no Nordeste, aliás, no Espírito Santo, eu vi um caso de um menor que cometeu assassinatos bárbaros, venceu o prazo dele e foi liberado, mas era claramente um psicopata, alguém que tinha problemas mentais sérios. Talvez impor alguma medida de segurança para ele, ao invés de liberar, e ele passe por uma junta médica e ele vá para a segurança.

Mas eu penso que a questão dos menores, muito mais... É claro que aquele que usa o menor para cometer um crime tem que ser rigorosamente apenado, mas os menores que são recrutados pelo crime, sobretudo pelo crime organizado, para tráfico de drogas, são vítimas, infelizmente. É preciso, talvez, empregar ou trilhar um outro caminho, o das escolas em tempo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integral, onde a criança possa ter alimentação, o café da manhã, o almoço, eventualmente o jantar, esportes, lazer, e não ser recrutada pelo crime organizado.

O que diz respeito, finalmente... Aí, mais um desabafo: na verdade não há – com todo respeito, Senador – uma omissão do Poder Executivo com relação ao orçamento. Nós distribuímos as verbas orçamentárias do jeito que podemos. Aliás, o projeto de lei que aprova o orçamento é um trabalho conjunto entre o Executivo e o Legislativo e também o Judiciário, é um diálogo. O Congresso Nacional houve por bem estabelecer um teto de gastos, eu acho que o Congresso é soberano para isso. Então dentro dessas limitações orçamentárias nós temos que nos haver.

Obrigado pela pergunta, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Apenas só trazendo um dado estatístico com relação aos adolescentes infratores. O dado do Estado do Rio de Janeiro, que, infelizmente hoje é uma grande vitrine e laboratório do crime no Brasil. Dos adolescentes infratores que estão lá em cumprimento de medidas socioeducativas, apenas me parece que 4% não são faccionados, 79% são faccionados com o Comando Vermelho, os outros estão distribuídos nas demais facções. E a reincidência é altíssima.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone.*) – É.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Então, de fato, esse processo de cooptação da infância, de destruição da infância pela omissão do Estado e pela atuação do crime é um fenômeno sociológico que tem que ser avaliado, mas, por outro lado, ao adentrar numa facção, ao passar a ser faccionado, é importante que a medida socioeducativa tenha a proporcionalidade razoável, porque não é razoável um triplo homicídio praticado ou a atuação como soldado no confronto armado com fuzil contra as forças de segurança pública possa ser meramente traduzido em três anos máximos de internação.

Para encerrar, Ministro, aqui a minha participação e garantir aos colegas tempo, a gente tem tratado sempre a questão do crime organizado, na minha visão, da forma correta. O crime organizado não é o pobre preto armado na favela. O pobre preto armado na favela é um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sintoma do crime organizado, é um sintoma da falência do Estado. O crime organizado é aquilo que a gente vê aqui em Brasília, infiltrado em gabinetes, em escritórios, em várias atuações.

E aí eu me socorro da larga experiência que o senhor tem como magistrado, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, advogado muito bem relacionado. Nós temos pontos de infiltração muito claros, muito estabelecidos e notórios do crime organizado em relação aos Poderes brasileiros, e se dão, essencialmente, através do *lobby* e da advocacia, que vende acesso à advocacia no Brasil, em especial aqui na capital da República, e em parte – óbvio que eu não estou acusando a advocacia, mas em parte – se sustenta na venda de acesso a gabinetes. Temos investigações em andamento seríssimas no Superior Tribunal de Justiça. E a pergunta que lhe encaminho é: que soluções nós temos para esse cenário? Seria o código de ética, que o Ministro Fachin, novamente, traz à tona como uma possibilidade e foi rechaçado pelo Ministro Barroso, que disse que os Ministros não têm problemas de ética, então não precisam de código de ética. Obviamente, não concordo com o Ministro Barroso, embora seja uma pessoa muito querida de todos nós, mas, evidentemente, não reflete a realidade.

Nós temos Ministros que acham normal, cotidiano, caronas em jatinho, jatinho pago pelo crime organizado, notoriamente pelo crime organizado, não é surpresa. "Descobri hoje que era crime organizado", não, o cara sabe que é crime organizado, entra no jatinho, vai para uma viagem paga pelo crime organizado, acessa um evento de luxo pago pelo crime organizado, se hospeda, come, bebe, pago pelo crime organizado, e retorna a Brasília para julgar na nossa Corte Superior. E é um desafio muito grande – sabe, Ministro –, porque isso eu falo de experiência própria. Desde 2019 que eu entro nesta Casa, eu tento enfrentar esse problema e não consigo ainda encontrar um caminho adequado, mas gostaria de ouvir V. Exa. se existe esse caminho e que caminho nós podemos seguir para reduzir essa infiltração nos Poderes. Eu usei o exemplo, evidentemente, da Suprema Corte, mas poderia usar do Senado da República, onde nós temos campanhas financiadas pelo crime organizado; na Câmara dos Deputados, da mesma forma; nas Assembleias Legislativas...

Este é um país que já teve Presidente preso, que já teve ministro preso, Senador preso, Deputado preso, Governador preso, Prefeito, Vereador, mas ainda não teve ministro dos tribunais superiores. E me parece que este momento se avizinha, então eu gostaria de ouvir V. Exa. sobre o tema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Bem, Senador, claro que eu condeno veementemente qualquer infração ética e qualquer infração, não precisa nem condenar, porque isso é um crime à legislação penal. Eu acho que nós temos um corpo normativo suficiente para poder coibir atividades que sejam contrárias ao código de ética e deontologia, sejam da magistratura, sejam da advocacia, e sobretudo quando determinados comportamentos possam eventualmente transgredir os limites da legislação penal. O que é preciso é colocar em prática essa legislação e a fiscalização realmente ser redobrada.

Com relação ao financiamento de campanhas, isso é uma coisa muito séria. Eu acho que a Justiça Eleitoral deve aperfeiçoar os seus mecanismos de controle. Eu passei muitos anos na Justiça Eleitoral, presidi o TSE, acho que há uma carência no que diz respeito a um controle mais efetivo dos gastos, sobretudo agora com esses fundos milionários ou bilionários do fundo eleitoral e do fundo partidário. É preciso um controle maior dessas verbas. Eu até cheguei a aventar, talvez, uma espécie de um tribunal de contas para fazer o controle nessas verbas eleitorais e verbas partidárias.

Então eu acho que lei nós temos. O brasileiro tem esse fenômeno curioso que é o bacharelismo. Toda vez que se apresenta um problema quer se modificar a lei.

V. Exa. mesmo, no início, fazendo uma espécie de réplica a uma intervenção minha, dizia: "Olha, não quero ficar no plano formal, quero ficar no plano material, no plano concreto". Então leis temos, códigos temos, é preciso colocá-los em prática.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, até para poder tirar um deslize acidental do Relator, até para blindá-lo e deixar claro, quando V. Exa. disse que no Senado tem candidatos que foram eleitos, Senadores, por crime organizado, acabou que colocou os 81 Senadores numa posição de suspeitos. E eu sei que essa não é a sua intenção, mas é só fazer uma revisão na fala para que os 81 Senadores não fiquem, "então é você, é você, é você..." É só essa correção, para te blindar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Agradeço, Senador Marcos do Val.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A frase utilizada foi "campanhas financiadas pelo crime organizado". Quem trabalha para *bet* é financiado pelo crime organizado. Quem trabalha para *lobby* em banco que rouba dinheiro de aposentado é financiado pelo crime organizado, e cada um que vista a sua carapuça. Tem um negócio chamado Conselho de Ética, estou à disposição, mas é muito evidente a realidade. A gente não vai mudar o Brasil se a gente não colocar o dedo na ferida e mostrar a realidade. Nós temos um país que está doente e nós naturalizamos a doença.

Eu não posso me conformar em naturalizar a contratação reiterada de esposas de ministro como se advogadas fossem na prática, porque são advogadas, devidamente registradas na ordem respectiva, mas você não consegue achar um ato processual que justifique os pagamentos do volume que recebem, e isso foi naturalizado. Não cabe. Assim, acho que a gente tem...

E me disponho a fazer esse enfrentamento literalmente desde 2019, desde fevereiro de 2019, quando botei o pé aqui, e vou persistir nesse enfrentamento enquanto aqui estiver. Porque há um ponto de realidade: este país não muda enquanto a sociedade não compreender que o nosso problema não se resume ao pobre armado na favela. É um problema grave, aquela comunidade está sequestrada, mas o Estado brasileiro está sendo sequestrado também pelo crime organizado. A gente vai ter que fazer esse enfrentamento. E vou me fiar nas palavras do Ministro Lewandowski, que diz que nós já temos lei para enfrentar isso, então vamos tentar utilizar as leis que já existem para enfrentar esse fenômeno.

Presidente, da minha parte, estou satisfeito, só relembro que ao final da oitiva eu gostaria de apresentar dois requerimentos extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado. Obrigado, Relator.

Eu só queria aqui fazer umas considerações também, Ministro, primeiro porque eu acho que a gente tem que tratar da segurança pública com os pés no chão. Eu não acho razoável a gente aquiescer ou romantizar que um rapaz hoje no Brasil, de 17 anos de idade, que pratica um latrocínio, previsto no art. 157, §3º, que é roubo qualificado pelo resultado morte, cuja pena, se fosse com 18 anos, seria de 20 a 40 anos, vai ficar no máximo internado por até três anos. Até porque o juiz pode, pelo poder discricionário dele, dar seis meses, um ano, dois anos ou três





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos. Então não é uma questão de você fazer uma criminalização ou acabar com a infância. Não. Nós temos que tratar igualmente os iguais, na medida em que essas pessoas se desigualem. Então não acho razoável isso, eu acho que o Governo tem que ter uma postura, com todo o respeito, mais incisiva para dar um tratamento adequado a todas essas pessoas.

E eu concordo, *ipsis litteris*, com o Relator, quando fala que a atuação da organização criminosa subiu o andar. E eu espero, assim como o Relator, que nós aqui cheguemos nesse andar. Doa a quem doer. Então político que efetivamente tem convivência ou participação com organização criminosa não tem que estar aqui representando o povo, não, ele tem que estar dentro do sistema prisional, ele tem que ser cassado.

Agora aqui também nós temos que fazer uma mea-culpa, no Senado. O Conselho de Ética aqui do Senado, com todo o respeito, tem que funcionar. O Supremo Tribunal Federal deve ter um conselho de ética, mas está funcionando o conselho de ética? Quantos ministros... Nem tem. Então quantos ministros foram censurados ou tiveram qualquer advertência ou penalidade sobre qualquer desvio? Eu não acho... Um dos princípios que regem a administração pública – não sou eu que estou dizendo, está no art. 37 – é a moralidade.

É moralmente permitido que um ministro de um órgão máximo do Poder Judiciário tenha como parente vinculação e que faça atuação nesses escritórios ou que percorram com pessoas que estão intimamente ligadas com o crime organizado? É razoável isso? Na minha concepção, eu não acho razoável, porque tem essa garantia constitucional como um dos princípios que regem a administração pública, a moralidade; não só a legalidade, não só a impessoalidade, mas a moralidade. Então, tem um freio moral antes. O que Kant, com todo o respeito, falava no imperativo categórico: "Aja de tal forma que seu comportamento se torne uma lei universal". Se aquele meu comportamento fosse uma lei universal, você aquiesceria com aquele comportamento?

Então, eu acho, assim, que a gente tem que fazer esse dever de casa. Eu acho que passou da hora, ninguém aqui está acima da lei. Ninguém está acima da lei, independentemente do Poder, seja Legislativo, seja Executivo, seja Judiciário.

Agora, eu faço minha crítica aqui, com todo o respeito, à pauta de segurança pública com relação ao enfrentamento do crime e criminalidade. Eu não acho razoável, e eu falo isso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto professor que fui por 27 anos, ou mais de 20 anos, e como delegado. Eu não acho razoável uma pessoa que viola o principal bem jurídico, como o homicídio doloso por disparo de arma de fogo, que, condenado a nove anos, com um sexto já estar em regime aberto. A cada três dias trabalhados, remissão de pena pelo trabalho. Leu um livro, remissão de pena pelo trabalho. Um terço da pena, livramento condicional. No final do ano, indulto e comutação de pena. E ainda você vai dar saída temporária para esse preso. Não, não tem condição de a gente ter esse tipo de tratamento.

Então, eu acho que a gente tem que fazer esse enfrentamento. E olha que eu defendo direitos humanos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – E olha que eu defendo a readaptação, o convívio sociofamiliar. Mas como que eu explico para aquelas mães lá que aquele rapaz que entrou, com 16 anos, e matou quatro estudantes dentro da escola com duas armas do pai policial militar já saiu solto agora, com três anos de internação? Eu peguei isso não foi da minha cabeça quando eu aprovei... E agradeço aos colegas a sensibilidade. A Senadora Damares pautou na Comissão de Direitos Humanos, o Senador Flávio Bolsonaro relatou e todos os colegas Senadores aprovaram com o Relator, com os colegas que estão aqui, aumentando o período de internação. Eu peguei todos os países do G20: o Brasil é o mais permissivo. Nós não temos como ter um comportamento desses, porque aí o tráfico, as organizações criminosas, as milícias, as facções seduzem os jovens e eles efetivamente entram para a prática criminosa. Então não tem como...

Eu acho que passou da hora de a gente botar os pés no chão, deixar o romantismo de lado, deixar a visão extremamente impactada pela academia. Olha que eu sou da academia! Mas a gente tem que ter um tratamento de acordo com a gravidade, a extensão, a proporcionalidade e o bem jurídico que foi violado, porque, do jeito que está, não dá. Aí passa para a população esta coisa: como o Estado está ausente na segurança pública, ela adere ao discurso de que quer executar, de que quer matar em praça pública, de que quer pena de morte, de que quer castração química, de que quer qualquer tipo de coisa. Por quê? Porque o Estado não está ali presente. Se o Estado não está presente, ela quer que momentaneamente haja ali aquela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

execução de um ser humano, que é o ponto pior, quando a gente aquiesce a esse tipo de comportamento.

Então, acho que a gente tem que ter este comportamento: fazer esse dever de casa, tratar com maior responsabilidade o tema da segurança pública, subir esse andar. Eu estou doido para que esta CPI... Eu não me preocupo com a fala, com todo o respeito ao Senador Girão, porque ele sabe... Nós estivemos um dia na COP e voltamos, e nós não tivemos uma sessão, porque ele é o Relator do PL antifacção, que é no mesmo dia da CPI. Então, com relação a isso, nós não queremos aqui palco para *like*, para recorte de imprensa, nada disso, não. Eu quero é que esta CPI efetivamente dê um resultado, e fale: "Olha, tem Senador envolvido com crime organizado"; "olha, tem Deputado envolvido com crime organizado"; "olha, tem membros do Poder Judiciário envolvido com crime organizado"; "olha, tem membros de grandes escritórios de advocacia envolvidos com o crime organizado". Porque passou da hora de a gente só agir, de forma contundente, contra uma camada economicamente menos favorecida.

Isso não sou eu que estou falando. Se o senhor traçar o perfil, aqui, como Ministro da Justiça, o senhor sabe que quase 80% da população carcerária hoje, no Brasil, é composta de pretos e pardos, quando os crimes com maior prejuízo quem pratica são os políticos, porque, quando um político desvia verba de emenda ou desvia verba da saúde, mata milhões de pessoas. E quantos políticos são presos?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Então, por favor, me desculpem o desabafo, mas, como Presidente, eu só poderia fazer aqui essa intervenção com relação ao Relator, porque eu comungo *ipsis litteris* da fala do Relator.

Com a palavra, pela ordem, rapidamente, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Dando continuidade ao seu desabafo, é importante dizer também: não usar a Justiça para perseguição política. Então, separar o político envolvido com o crime organizado daquele político que está denunciando um sistema corrompido e é perseguido político. Eu fui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecido oficialmente por um órgão internacional ligado à ONU, fundado em 1880, como o primeiro perseguido político na história do Brasil.

Então, com essa questão de ter que perseguir político, a Justiça, concordo plenamente. O que está escrito é o que tem que ser feito. Agora, usar a Justiça como perseguição política, como ato político, isso eu também abomino, porque não tem condições de um adolescente que matou estar solto e um ex-Presidente da República, sem crime nenhum – porque nós somos da área, nós sabemos que não há nenhum indício de crime de fato –, estar preso, sendo torturado psicologicamente. Eu também usei a tornozeleira e eu sei o que é isso psicologicamente, de forma indevida; oficialmente, internacionalmente, reconhecido como perseguido político.

Então, nós temos que ter cautela para também não jogar na seara todos os políticos, como se não prestassem. Compactuo com o seu desabafo no setor, como o de matar e ser solto, enfim, em outros setores, mas não podemos esquecer, e não colocar em pauta, a perseguição política que sofremos hoje em dia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador.

Com a palavra o Vice-Presidente, Senador Hamilton Mourão, para as suas considerações.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia, Ministro!

Vou fazer apenas uma pergunta, já que o Relator, para mim, quase esgotou...

V. Exa. sempre se refere à necessidade de inteligência no combate ao crime organizado. Então, V. Exa. considera que o Sistema Brasileiro de Inteligência, centrado na Agência Brasileira de Inteligência, e que a correta, vamos dizer assim, utilização das fontes humanas, sinais/cibernética e de imagens ocorre realmente aqui no país? V. Exa. se sente realmente informado sobre o que acontece, por parte desse Sistema de Inteligência?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (Para expor.) – Senador e General Hamilton Mourão, obrigado por sua pergunta. É uma pergunta muito técnica.

O que ocorre no Brasil – por isso é que nós estamos discutindo a PEC da segurança – é que as forças de segurança não conversam entre si: a polícia civil não troca informações com a polícia militar; a polícia militar e a civil não trocam informações com a Polícia Federal; e a Polícia Federal não troca informações com a Polícia Penal Federal e muito menos com a Polícia Rodoviária. São sistemas que são isolados, que não se conversam. E a primeira coisa que nós temos que fazer é uma integração dos sistemas de inteligência.

V. Exa., que foi General, com muitos serviços prestados à nação brasileira, sabe que nós temos deficiência. Possivelmente a própria Abin devesse se integrar nesse sistema único, sistema mais amplo de segurança pública.

Eu acho que o primeiro passo – V. Exa. tem razão – é nós integrarmos o sistema de inteligência. Nós fizemos aqui... Ontem, assinamos um sistema único de inteligência, integrando aqui os vários sistemas, pelo menos as informações que nós temos aqui no âmbito federal para compartilhar com as demais forças de segurança dos estados e também dos municípios, excepcionalmente, no primeiro passo; mas, Senador, se nós não tivermos um instrumento como uma emenda constitucional que estabeleça um mínimo de compulsoriedade, um mínimo de obrigatoriedade no compartilhamento de dados, informação e inteligência, nós não vamos avançar. Então, houve uma tentativa, como eu disse, do Ministro Raul Jungmann e também do Presidente Michel Temer de criar esse sistema, mas foi criado por lei ordinária, e parece que não foi suficiente. Então, concordo com a V. Exa.: é disso que nós precisamos. Primeiro passo.

E o segundo são ações coordenadas, a exemplo dessas FICCOs, que custam caro, mas precisam ser incentivadas.

Obrigado, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora o primeiro orador inscrito, o Senador Marcos do Val, com um tempo de dez minutos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para interpelar.)
– Obrigado, Presidente.

Eu vou ser bastante objetivo.

Primeiro, quero dar boas-vindas ao Ministro e dizer, Ministro... Eu vou me basear aqui em fatos oficiais. O Brasil continua com uma taxa de 21 mortos por cada 100 mil habitantes, quase quatro vezes mais que a média mundial. Ao mesmo tempo, facções e milícias passaram a dominar o dia a dia de quase 30 milhões de brasileiros, a violência contra as mulheres e crianças bate recorde, e a letalidade policial permanece altíssima, ou seja, o crime organizado ganha território, e os mais vulneráveis continuam morrendo. Diante disso, eu lhe faço algumas perguntas.

Como o Brasil continuou com um índice quase quatro vezes maior na média mundial, principalmente nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, que é o epicentro, qual resultado concreto a sua gestão entregou ou entregará para derrubar esses índices nas regiões dominadas por facções? Em que indicador o senhor aceita ser cobrado por esta Comissão até o fim do mandato?

Também falo que os dados mais recentes mostram que, em apenas um ano, o número de brasileiros vivendo sob domínio de facções e milícias saltou de cerca de 23 milhões para 28 milhões de pessoas. Isso significa que, sob a sua gestão, o crime organizado passou a controlar mais território e mais populações. Como o senhor explica esse avanço das facções? Onde o Ministério da Justiça foi omissos e ineficaz para permitir esse crescimento?

E...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, desculpe... Eu vou dar até mais um minuto para o senhor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Claro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Eu só quero mais uma vez alertar os colegas de que os dez minutos são para pergunta e resposta, está bom?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Hoje eu estou controlando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senão, não vai dar tempo de ele falar.

Pode colocar mais um minuto para o Senador, mais um só.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Outra pergunta. Em 2024, o país registrou o maior número da série histórica de estupros de vulneráveis, a maioria contra meninas de até 13 anos, e do número de feminicídios já registrados. Qual é hoje a política nacional concreta coordenada pelo ministério para proteger mulheres e crianças? E qual meta e objetivo o senhor assume aqui, perante a nossa Comissão, para reduzir esse número nos próximos anos?

E, coincidentemente, Ministro, ontem, o senhor esteve no meu estado, palestrando no Dia da Justiça, e, no mesmo horário em que o senhor estava... É claro que é coincidência, eu só estou fazendo uma ligação, não uma... uma ligação temporal.

Eu recebo aqui uma denúncia, ontem, dia 08/12, às 12h59: uma mulher estava na delegacia das mulheres, denunciando crime de ameaça – ameaça de morte –, e infelizmente o que está tentando matá-la não sabia que eu conhecia essa pessoa, essa mulher. E ele diz aqui, ó, nas mensagens que mandou para ela pelo WhatsApp:

[...] Estou com uma sede [...] [enorme], foi Deus mesmo que fez tu não ir para o trabalho hoje, que eu ia deixar tu agonizando lá no chão.

Isso ontem, meio-dia e pouco da tarde. Aí ele segue com várias denúncias:

Agora [...] [eu sou um demônio, você vai se sustentar]. [...] eu fui armado ainda, fiquei dentro do miolo. Cadê o cara que está [...] comendo [...].

Desculpa aqui, eu não vou citar as palavras que ele citou aqui, de extremo baixo calão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou da guerra, entendeu? E brota onde for [...] no inferno para te buscar, mas eu vou te matar. Já quase matei [...] [quem] era do meu sangue. [Não] vou [hesitar de] matar vc.

E ele segue com um monte de ameaça:

[...] vou te pegar amanhã no trabalho, [...] [pode ficar] tranquila.

Isso foi ontem.

Já passaram [...] [vezes pessoas que fizeram o que quiseram, mas não interrompi a vida de nenhuma delas, mas a sua interromperei]. É isso que você queria [...], [não era? Conseguiu]. [...] Tu acordou o demônio, foi [...].

Epa, não vou falar aqui a palavra.

Cadê [...] [a tua... Ele estava aí?].

Ele fala muito, muito sem nexos.

[...] Tu estava querendo conseguir despertar o demônio em mim [e conseguiu]. [...] Já passei a visão para a sua mãe que vou te matar.

O nome do ameaçador, que é macho perante essa mulher, mas é frouxo quando chega à Justiça, chama-se Vitor Lopes. Aí estou denunciando esse capixaba chamado Vitor Lopes, que está ameaçando de morte e apareceu na frente do trabalho, ele armado. E aí ela foi para a delegacia de crimes contra as mulheres para pedir proteção, e disseram que ia demorar dois dias, então ela está escondida – eu pedi para ela ficar escondida, porque isso aqui chegou para mim na madrugada de hoje. Então, ela está numa situação em que está escondida, não podendo ir trabalhar, e essa pessoa, esse Vitor, esse covarde, porque não é homem para falar isso com outro homem, ele está perseguindo. Tem até aqui o número do telefone dele, vou até citar: DDD (27) 988083884. Então, já pedi providências ao Delegado da polícia civil, o Dr. Arruda, um cara fantástico, sensacional, que já está tomando providências junto à delegacia das mulheres e já vai emitir ordem de prisão imediata, porque ele está na iminência de fato de tirar a vida dessa mulher.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, coincidiu ser no mesmo dia no qual o Ministro estava presente no estado. Poderia até intimidar ter um Ministro da Justiça no Espírito Santo, os noticiários que foram soltos lá no estado poderiam até inibi-lo, mas não inibiram.

Então, nós precisamos é proteger as mulheres. E eu fiz um projeto, uma PEC, botando a mulher como prioridade na nossa Constituição, na sua defesa da sua honra, da sua dignidade, da sua vida, como eu também apresentei a PEC 30, que fala de botar na Constituição o combate ao crime organizado e à corrupção, e até hoje não é votada.

Mas, Ministro, isso é preocupante, porque isso está acontecendo agora, esse fato, essa possibilidade de um feminicídio no meu Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Com a palavra o Ministro.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcos do Val. Eu agradeço a sua pergunta porque isso me dá uma oportunidade de afirmar, com toda a convicção, que, quando o Governo Federal é cobrado com relação à criminalidade comum e corrente, o que é que o Governo Federal está fazendo? O que o Estado brasileiro, genericamente compreendido, está fazendo? Está fazendo aquilo que está previsto na Constituição, no que concerne ao Governo Federal.

Então, eu respeitosissimamente devolvo a pergunta a V. Exa.; pergunto o seguinte. O que os governos estaduais estão fazendo para combater a criminalidade? Qual foi o governo de estado que resolveu o problema da criminalidade comum ou organizada? Nada. Nada. Nada.

Então, o que acontece? Hoje, como há uma inércia – inércia não por culpa do Governador A, B ou C –, uma inércia que advém de problemas estruturais, históricos, por causa do crescimento desmesurado e surpreendente do crime organizado, não estão fazendo nada; ou estão fazendo aquilo que é possível dentro dos limites que têm, do ponto de vista de material humano, equipamentos, orçamento, etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, claro que agora o Governo Federal é culpado. O que o Governo Federal está fazendo? O Governo Federal não tem nada a ver com roubo de celular, roubo e furto de celular. Não obstante isso, nós fizemos um programa robusto de celular seguro, que é um programa que está no Egov, um aplicativo que permite o bloqueio nacional desses celulares. O que o Governo Federal faz com relação a roubo e furto de veículos? Nada, porque não está na competência dele. Assalto à residência, mesmo assalto a bancos, isso é papel da polícia militar, da polícia historicamente.

Como é que foram criadas as polícias em nosso país? D. João VI saiu de Portugal, fugido das tropas napoleônicas em 1808, e criou, no Rio de Janeiro, a primeira força policial, porque o crime era local, o crime era simples, eram furtos, roubos, homicídios, às vezes latrocínios, homicídios passionais, crime de morte passional. Então, esse modelo foi sendo replicado historicamente, em todas as Constituições: Constituição Imperial de 1824, Constituição Republicana de 1891, todas as Constituições que se seguiram, a partir de então, inclusive a nossa Constituição democrática, Cidadã, em 1988, seguiu esse modelo. O crime é local, a responsabilidade é dos governos locais.

O que sobra para o Governo Federal? É importante que se diga isso, caríssimos e respeitadíssimos Parlamentares aqui presentes. O que diz aqui, no art. 144? O que faz a Polícia Federal? Art. 144, parágrafo 1º, inciso I, compete à Polícia Federal:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, [...] [cuja prática tenha... conforme] se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária [...] [etc.].

Bom, veja, V. Exa., que não fala nada do crime comum aqui.

Então, os 13 mil policiais federais que nós temos hoje se dedicam a combater exatamente um território gigantesco num país continental.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o Governo Federal não se furta a enfrentar esse problema; pelo contrário, ele está de peito aberto, disposto a compartilhar essa responsabilidade histórica, que é dos estados, e talvez parcialmente dos municípios, com as guardas municipais. Quer compartilhar. Ele está sendo chamado à liça, à arena, ao combate, e nós vamos enfrentar esse combate juntos.

Mas nós precisamos, Senador, de instrumentos legais para isso e precisamos da PEC.

Certamente, a sabedoria...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – ... dos representantes do povo melhorará a PEC, assim como o projeto de lei antifacção... Aliás, aqui também me penitencio: o projeto das FICOs é de autoria do eminente Senador Alessandro Vieira, e não do Relator da PEC – e louvo V. Exa. por essa clarividência.

Então, agora é um problema, como diz o *caput* do art. 144: "A segurança pública é dever do Estado, mas responsabilidade de todos". "Todos" são todos mesmo: da sociedade, da iniciativa privada... Inclusive, aquela Operação Carbono Oculto demonstrou que o crime organizado está infiltrado, inclusive, no sistema financeiro.

Então, o que é que acontece? Assim como eu disse, no início, que fiz um repto aos presidentes dos partidos políticos, para que selecionassem melhor aqueles aos quais dão legendas para concorrer aos diversos cargos eletivos, também o setor privado tem que fazer esse trabalho, o chamado *know your client*, conheça seu cliente, saiba de onde vem o dinheiro que está sendo investido.

Então, todos são responsáveis.

O Governo Federal quer ser responsável também, vai assumir essa responsabilidade, assim que o Parlamento lhe der os instrumentos necessários.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Ministro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Senador Marcos do Val.

Agora, como orador inscrito, o Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas antes... Eu gostaria de pedir a palavra pela ordem antes de começar a contar o tempo, só para fazer um encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Pode ser.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A decisão é do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito. Perfeito.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Nós estamos tendo a visita ilustre aqui do Ministro da Justiça e Segurança Pública...

Dez minutos para se fazer as perguntas, com as respostas incluídas, com todo o respeito a quem pensa diferente, isso não vai ser produtivo.

Eu queria pedir permissão a V. Exa., saber se eu posso fazer aqui as perguntas – porque a gente se debruçou, durante esse período, com a nossa equipe –, se eu posso fazer as perguntas, e o Ministro, caso possa responder, eu agradeço, porque...

O senhor me permite fazer nos dez minutos e, depois, conceder o tempo que puder?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeitamente.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Antes de começar a contar o tempo do colega Girão...

Girão, só uma sugestão: acho que não vai ser exequível nesta reunião, mas, em próxima oportunidade, traga uma outra via das suas perguntas, para já deixar de posse do depoente, para que ele possa... Porque, se não, fica...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Boa, boa iniciativa. Vamos trabalhar.

Eu lhe agradeço, Presidente, por esta oportunidade, porque é uma oportunidade rara que nós temos aqui, e eu gostaria de agradecer esta oportunidade aqui.

Sr. Ministro, seja muito bem-vindo a esta Casa, mais uma vez.

Eu vejo que a crise que a gente vive no Brasil não é apenas uma crise de segurança pública, não é apenas uma crise política, não é uma crise econômica; é uma crise, sobretudo, moral, ética, e eu já tive a oportunidade...

O senhor é muito querido aqui pelos Senadores. O Presidente Rodrigo Pacheco o elogia muito e tudo, diz que o trato é muito importante, e eu vejo esse seu trato aqui com todos. Mas eu já disse isto a V. Exa. na outra vez em que o senhor esteve aqui: que o exemplo precisa vir de cima.

Eu acho que esse caos, essa insegurança jurídica que a gente vive no Brasil hoje, um caos institucional que leva à violência generalizada, tem também a violência de não cumprimento da Constituição brasileira. O senhor talvez tenha iniciado isso. Não sei se já fez um mea-culpa com relação ao *impeachment* da Dilma, quando a Constituição foi desrespeitada com relação ao fato de que ela não poderia ser candidata naquele momento, era claro, mas foi feito ali um fatiamento. E ali começou, depois, uma série de situações, especialmente vindas do Supremo Tribunal Federal.

Nós estamos tendo, dia sim dia não, algo que deixa a sociedade lá na ponta... Eu converso com gente de esquerda, gente de direita, com gente que é contra governo, a favor de governo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e eu vejo que a sociedade – e eu compartilho para o senhor –, o cidadão brasileiro, a sociedade está estarecida com essa crise moral, ética que vive o Brasil hoje.

No Ceará, minha terra, nós estamos vivendo este momento em que o povo está sofrendo, meus conterrâneos estão sofrendo muito, Sr. Ministro. E o senhor, um dia após, esteve no Ceará, um dia após a operação no Rio de Janeiro que levantou a esperança de muita gente. O senhor estava no Ceará no dia seguinte, depois que foi ao Rio de Janeiro. O senhor foi receber o título de cidadão cearense. Até aí tudo bem, o senhor escolhe a prioridade, foi para o Ceará primeiro. Agora, Ministro, o senhor disse algo lá que deixou muito cearense – não sei se já chegou para o senhor isso por alguma fonte, mas deixou muito cearense –, que está sendo humilhado todos os dias porque não tem o direito de ir e vir por causa do domínio do estado paralelo... Está aqui o Desembargador do TRE, ex-Desembargador: "O Estado legal foi engolido pelo Estado marginal", aqui é o Dr. Raimundo Nonato. O senhor disse que o Ceará é referência em segurança pública – o senhor falou referência na educação e referência na segurança pública –, mas os números do seu próprio ministério, os números internacionais mostram o inverso: que o Ceará, talvez – talvez, não, é o pior no Brasil, não é referência para nada... O senhor disse agora, há pouco tempo: "Mas os Governadores têm que fazer a parte deles". Eu fico, assim, assustado de o senhor não ter esses números enquanto Ministro da Justiça e Segurança Pública. Olha só, no Estado do Ceará, a média global, como foi colocado aqui pelo Senador Marcos do Val, é de 5,2 homicídios por 100 mil. A do Ceará é 34,42. Já é considerado epidemia pela OMS dez por 100 mil, e o Ceará é 3,4 vezes mais. É o quê? É pandemia o que está acontecendo no Estado do Ceará? Então, assim...

E nós temos aqui crimes, Ministro, que eu não vi o senhor comentar ainda na imprensa. E eu acompanho o seu trabalho, torço por ele e oro pelo senhor. Eu oro pelas autoridades. Todas as autoridades têm o dedo de Deus. O senhor tem uma grande missão pela frente, mas eu não estou vendo ser realizada com êxito. Por exemplo: facção TCP ameaça terreiros de Umbanda e quatro centros religiosos fecham as portas em Maracanaú. Isso aqui é o quê? Tem outro nome para se dar? É terrorismo ou não é? Porque segundo... Olha só esse dado aqui, é importante que a gente tenha – questão religiosa. A Lei Antiterrorismo, a 13.260, de 2016, define o crime de terrorismo como a prática de atos por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, com a finalidade de provocar terror social. A lei em vigor no Brasil!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que o Governo Lula teme em não entender, em não considerar essas facções – teima, né? Teima ou teme? – como terroristas? Até liberdade religiosa não se tem mais!

Sr. Ministro, a cada três dias tem uma família que está sendo expulsa no Estado do Ceará, eu falei aqui no começo. O senhor tem ideia de quantas famílias, de compatriotas como o senhor, de irmãos e irmãs nossos foram expulsos no Estado do Ceará? O senhor tem esse número? *(Pausa.)*

Tem ou não tem?

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI *(Fora do microfone.)* – Não, não tenho esse número.

Talvez V. Exa. possa me subsidiar com isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto!

Duzentas e dezenove famílias, só de janeiro do ano passado para agora, setembro de 2025. Duzentas e dezenove famílias que o Governo do Estado do Ceará manda escoltar para a família ir embora! Olha a que nível nós chegamos no Ceará, Ministro.

O senhor precisa conversar com o Presidente da República.

Eu mandei para ele, em março deste ano, eu mandei para ele, eu fiz um pedido para que a gente pudesse fazer uma intervenção federal, até para que a Força de Segurança possa ajudar, porque já aconteceu casos similares em governos anteriores, porque dá uma sensação de segurança quando chega a tropa de Força de Segurança Nacional.

Pelo amor de Deus, peça ao Presidente, porque ele não me respondeu; está lá o pedido!

O Governador do Ceará não se movimenta, não sei por que não quer dar o braço a torcer, e o Governo a que o senhor serve, que é o Governo Lula, o Governo do PT, também não dá retorno. Inclusive o povo cearense colocou vocês no poder, ajudou a colocar vocês no poder, tenham um pouco de compaixão com a população do Estado do Ceará que vive um terrorismo. Eu não sei que outro nome a gente possa dar!

Está aqui, Sr. Ministro, que facções cobram taxa de funcionamento a provedor de internet e ameaçam clientes. Indo embora, investimentos indo embora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha a taxa de homicídios dolosos do Brasil em 2024, o senhor já estava lá. Olha onde é que está o Ceará! O Ceará está em primeiro lugar, 34,42. Aí vai aqui, Alagoas, Maranhão, Amazônia. O Ceará é o primeiro lugar, Relator Alessandro Vieira. O Ceará é o primeiro lugar, Sergipe está aqui em décimo, mais ou menos, o seu estado.

Então, a quem é que a gente vai pedir socorro com relação a isso?

Outra coisa, eu entrei, Ministro, com o cadastro de famílias expulsas para que o Governo tenha um projeto de lei, para que o Governo tenha um cadastro de famílias que foram expulsas, para que possa ter uma política pública diferenciada. Eu gostaria de saber a sua opinião, a opinião de V. Exa. sobre isso.

Com relação às APACs, o senhor conhece, com certeza, essa Associação de Proteção e Assistência aos Condenados. O senhor citou que há mais ou menos R\$3 mil, 2,5 mil...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone.*) – Três mil e quinhentos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perdão, o senhor está certo, 3,5 mil a 4, o custo de um preso.

Nas APACs é cinco, seis vezes menos...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em Minas Gerais é um sucesso.

Eu pergunto: por que quer o Governo Lula não adota esse olhar humanizado? Inclusive, porque a reincidência é de 13,9%. No sistema prisional tradicional, é 80%, Ministro Lewandowski. Por que que não se caminha para esse tipo de sistema prisional, que é uma invenção positiva do Brasil? O Brasil acertou nesse aspecto.

Eu gostaria de encerrar agradecendo mais uma vez ao nosso Presidente Fabiano Contarato.

(*Soa a campainha.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Nós estamos vivendo uma questão – e nós votamos contra isso, eu votei contra e muitos colegas, fomos minoria – com relação às *bets*, as casas de aposta.

Tudo o que eu avisei lá atrás, dois anos atrás, e que tem, infelizmente, as digitais do Governo a que o senhor serve, porque foi aprovada com o apoio do Governo a regulamentação... e nós temos aí uma lavagem de dinheiro jamais vista pelo crime. O crime organizado nunca ganhou tanto dinheiro por causa das *bets*. O senhor vai recomendar que o Presidente Lula acabe com isso, possa enviar um projeto para proibir novamente?

E por último, o que o senhor acha da separação? Eu vi que o PT parece que está defendendo o Ministério da Justiça e o Ministério da Segurança Pública. O senhor acha isso positivo, ou isso pode atrapalhar a questão dos projetos?

E para encerrar mesmo, uma benevolência do meu irmão, dos 12 municípios mais violentos do Brasil, dez estão entre Ceará e Bahia – administrados pelo Governo do PT. Eu pergunto, tem alguma relação com sinais trocados deste Governo, com relação ao veto do fim da saidinha dos presos? Depois derrubamos o veto do Presidente Lula, inclusive com o voto do Senador Fabiano Contarato, mas esses sinais trocados têm a ver, é leniência, é conivência? Eu pergunto para o senhor: por que que existe essa coincidência de os dez municípios mais violentos do Brasil, dos 12, dez estarem em estados administrados pelo PT?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra o Ministro Ricardo Lewandowski.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (Para expor.) – Muito obrigado pelas questões e obrigado por, mais uma vez, me permitir esclarecer o meu papel no processo de *impeachment* da Presidente Dilma.

E quero deixar novamente claro para os brasileiros que viveram este momento histórico difícil do nosso país que a decisão com relação a preservar os direitos políticos da ex-Presidente não foi minha, foi do Senado Federal – foi do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, naquele momento, instado por um pedido de destaque apresentado por um determinado partido político, se iria ou não colocá-lo em votação na qualidade de Presidente do processo do *impeachment*, eu consultei o Regimento e o Regimento expressamente determinava que, quando um partido político apresentasse um destaque... o destaque era justamente separar as duas votações: a perda do cargo de Presidente da República e a perda dos direitos políticos. Então, esse era o destaque, o Regimento autorizava o destaque e, curiosamente, o Senador Ronaldo Caiado – que é um grande Parlamentar e agora é um Governador respeitável num estado importante da Federação brasileira – foi ele que promoveu a alteração regimental.

Então eu – como Presidente da Mesa, sob pena até de ter uma decisão contestada no Supremo Tribunal Federal, que estava de portas abertas naquele momento por intermédio de um mandado de segurança – entendi que deveria colocar esse pedido de destaque em votação. E o fiz. Em vez de fazer uma leitura literal da Constituição, que dizia, supostamente, que a decisão deveria ser votada conjuntamente – a perda dos direitos políticos com a perda do cargo –, aplicando o princípio da individualização da pena, que é um princípio constitucional, e o princípio da proporcionalidade, da razoabilidade, entreguei ao doutíssimo Plenário do Senado a decisão com relação a esse tema. Quem decidiu foi o Senado Federal, o Senado da República que decidiu, então, preservar os direitos. Então, quero dizer que essa decisão foi tomada à luz dos princípios constitucionais, à luz do Regimento Interno do Senado Federal, enfim, à luz da compreensão que os Senadores tinham da responsabilidade da ex-Presidente da República.

Então, foi um procedimento público, aberto, discutido soberanamente pelo Plenário, de maneira que eu simplesmente encaminhei a votação, mas a responsabilidade é do Senado Federal. Creio que a história saberá, então, distinguir o papel de cada um desses atores num momento importante da nossa história republicana.

Quero dizer que, em primeiro lugar, com muito orgulho, recebi o título de cidadão cearense. Aliás, eu marquei para buscar... Eu recebi esse título quando ainda era Ministro, durante a pandemia, mas por quase dois anos ninguém podia se locomover. Eu, de forma muito honrada, fui à Assembleia Legislativa do estado receber esse título. Claro que eclodiu o problema do Rio de Janeiro. Imediatamente, o Presidente da República nos determinou, a mim e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a outros integrantes do Ministério da Justiça, deslocar até o Rio de Janeiro para ver como é que nós poderíamos auxiliar o Governo local para enfrentar aquele problema.

Eu creio que nós estamos vivendo, no Brasil, um momento lamentável em que as forças de segurança estão, digamos assim, no *corner*, como se dizia antigamente na linguagem futebolística. O crime está avançando, é um problema historicamente enraizado, quer dizer, os governos estaduais – essa que é a verdade – não deram conta do recado.

Assim como V. Exa. mostrou as deficiências, os problemas de determinados estados que são comandados por governos vinculados ao Partido dos Trabalhadores, eu poderia também me debruçar sobre outros estados em que há problemas igualmente sérios. Então, esse problema de deficiência no combate ao crime organizado não é de responsabilidade do partido A, B ou C, do governo X, Y ou Z, não é. É um problema sério, é um problema institucional, é um problema estrutural, como se fala hoje do racismo, um problema estrutural.

O feminicídio, hoje, é um problema estrutural. Aproveitando, agora, para dizer que nós temos vários programas de combate ao feminicídio, à violência contra a mulher, as Patrulhas Maria da Penha. Nós temos milhões e milhões investidos em veículos para a Patrulha Maria da Penha, delegacias da mulher, salas lilases, são aquelas salas de atendimento personalizado para as mulheres vítimas da violência. Eu mesmo inaugurei várias, em distintos estados. Então, esses são problemas sérios que independem da coloração partidária dos Governadores.

Essa questão que V. Exa. me trouxe de um crime organizado que teria invadido um culto religioso, não sei se é afro. Isso é uma questão local, não é questão do Governo Federal. Eu acabei de ler aqui – com muito respeito a V. Exas., que conhecem a Constituição Federal melhor do que eu – a função do Governo Federal. O Governo Federal não é para proteger os cultos afro-brasileiros ou qualquer outro culto; isso é um problema da polícia local. Agora, se houver um extravasamento territorial ou passar a ser um problema nacional, aí, sim, é que a Polícia Federal passa a ser envolvida.

Eu não conheço a questão das migrações, mas eu quero dizer que sou genro de um cearense, de Pentecoste, da família Abreu, e ele também, nos idos de 1940 a 50, se deslocou para São Paulo, onde constituiu família, onde gerou minha esposa, a Yara; de maneira que o problema da migração no Brasil, da fuga dos estados do Nordeste, dessa migração, se deve





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentalmente a questões climáticas, e agora acho que essa questão está sendo agravada pelo lamentável crescimento do crime organizado, especialmente.

Eu quero dizer para V. Exas. que nós demos uma especial atenção ao Ceará. Vou lhe dar os números, aqui, do que nós fizemos, só com relação ao Ceará. Nós fizemos, entre 2024 e 2025, pela Polícia Federal, 18 operações, 230 prisões; 469 mandados de busca e apreensão foram cumpridos; e nós recuperamos mais de R\$21.718.241,55 de arrecadação, de descapitalização do crime organizado no Ceará.

Nós estamos, enfim, com os poucos recursos, com as limitações de pessoal e de equipamentos, e nós estamos fazendo o que podemos. Nós queremos – insisto novamente – ser dotados de instrumentos para podermos trabalhar com mais eficácia, mais eficiência, e um desses nossos instrumentos é justamente o projeto de lei antifacção.

Queria dizer para V. Exas. – e, claro, V. Exas. vão acompanhando com muita atenção o cenário político brasileiro – que, se há um governo que, pela primeira vez na história do país, propôs uma solução estrutural, holística, abrangente para o problema da criminalidade, foi este Governo, ao qual eu com muita honra sirvo agora, depois de ter servido 33 anos na magistratura brasileira e mais de 50 anos no serviço público.

Nós apresentamos uma PEC da segurança pública; nós apresentamos o projeto de lei antifacção. Este é o projeto... São dois projetos que estão pautando a discussão a respeito do tema, não só no Parlamento brasileiro, mas na sociedade de nosso país. Então, nós estamos buscando soluções; nós estamos oferecendo ideias – é claro que essas serão aperfeiçoadas.

Se nós não dermos um salto qualitativo para mudarmos a nossa estrutura legislativa... Concordo também com o Senador Contarato que podemos melhorar a questão, por exemplo, dos menores infratores, mas, mais do que uma questão de governo, penso que é uma questão legislativa e uma questão do próprio Judiciário, que aplica a lei, e aí nós temos uma questão difícil de superar, mas acho que, mediante alterações legislativas e, quiçá, até constitucionais, podemos resolver isso.

O menor de 14, 15 ou 16 anos que é pego e flagrado no cometimento de um crime não recebe uma pena, porque ele é inimputável criminalmente. Então, recebe uma medida





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

socioeducativa; só que essa medida socioeducativa não pode ultrapassar a idade de 18 anos. Então, quando ele atinge 18 anos, ele tem que ir para a rua, o que é um erro também.

Acabo de dizer que, no Espírito Santo, eu soube de um crime de um menor que cometeu um latrocínio pavoroso, atingiu 18 anos, foi solto, embora pudesse, eventualmente, haver uma solução dentro do sistema legal de aplicar uma medida de segurança a esse menor. Quer dizer, ele fica em "tratamento", entre aspas, em avaliação psiquiátrica, psicológica, socioeducativa, enquanto ele tiver violência.

Então, Senador, o problema é complexo, o problema é sério. Nós estamos juntos nessa empreitada, nós estamos de mãos dadas com o Parlamento brasileiro, com a sociedade brasileira, para avançarmos um pouco nisso.

Nós temos dois projetos – um da PEC e o outro, do PL antifacção – que estão em excelentes mãos, dois grandes políticos, grandes profissionais. Eu acho que nós vamos avançar. Precisamos de mais dinheiro, precisamos de mais recursos e precisamos compartilhar as responsabilidades, para que nós não cheguemos aqui e sejamos cobrados por uma responsabilidade que, pelo menos, constitucionalmente, nós não temos.

Obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, tem réplica?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não. Não, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não tem?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu acho que o Ministro esqueceu sobre a questão da separação do Ministério da Justiça...

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI – Ah, sim, sim, sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma questão muito interessante – e agradeço a lembrança. Eu, desde o início, não me coloquei contra. Acho que é uma ideia, como muitas outras ideias que surgiram. Já houve a separação, depois houve a unificação.

Há um problema, digamos assim, técnico, eu acho. Quer dizer, se se separar o Ministério da Justiça do Ministério da Segurança Pública, o que é que vai para o Ministério da Segurança Pública e o que fica com a Justiça? O Ministério da Justiça, sem a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Penal Federal, a Força Nacional, fica muito enfraquecido. Ele fica com o quê? Com a cooperação internacional, extradições, ou isso vai também para o Ministério da Segurança Pública, toda a migração, extradição?

Então, talvez, penso eu – e disse isto até ao Presidente da República, faço uma inconfidência aqui –, eu não vejo nenhum problema que se faça isso, talvez, a médio prazo, que se separe novamente. Mas, talvez, isso pudesse ser considerado dentro de uma reforma ministerial mais ampla. Por exemplo, levar para o Ministério da Justiça, quem sabe... Eu sei que os Ministros responsáveis pelas respectivas pastas estão fazendo um excelente trabalho, mas, quem sabe, direitos humanos, igualdade racial, direitos às mulheres, eventualmente povos indígenas, pudessem ir para o Ministério da Justiça. Ficaria com direito do consumidor, direitos digitais, enfim, outras áreas, talvez, a área de migração, e a parte propriamente dita de segurança pública. Mas essa é uma opção, uma opção legislativa e política de altíssimo nível.

E o Presidente da República disse, numa determinada oportunidade, com muita propriedade, o seguinte: "Olha, enquanto o Congresso não decidir com clareza, nesta PEC, qual é o papel do Governo Federal no que diz respeito à segurança pública, vai ser o mais do mesmo. Vamos simplesmente dividir o orçamento, entregar um orçamento minguado para esse novo ministério, e não resolvemos nada".

Então, é isso. Agradeço a pergunta, essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Ministro.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Jaime Bagattoli. Lembro, Senador, que são dez minutos para perguntas e respostas, por gentileza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero aqui cumprimentar o Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Desculpa, Senador, a assessoria está me falando aqui que, como é não membro, são três minutos, mas eu vou ser mais complacente com V. Exa., pode ter certeza. Aliás, o penteado de V. Exa. está muito bom. *(Risos.)*

Obrigado, Senador.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado.

Quero aqui cumprimentar o Presidente desta Comissão, Fabiano Contarato, e dizer que você foi feliz nas suas colocações; como também o Senador Alessandro Vieira pelas suas colocações, o Relator, pelo que se posicionou; o nosso Senador Hamilton Mourão, e dizer para vocês que a situação do crime organizado no Brasil... O crime só está organizado no Brasil porque a sociedade de bem não está organizada, esse que foi o grande problema. E a sociedade de bem não estar organizada, Ministro Lewandowski, a culpa não é só do Ministro, a culpa não é só do Judiciário, a culpa é do Congresso Nacional, é da Justiça, é de todos nós que aceitamos – aceitamos – diversos crimes, aqui dentro mesmo, no Congresso Nacional, os roubos que foram feitos por diversos políticos, por desvio de dinheiro público, e nada também acontece neste país.

Senhor, olha... O senhor veja bem, o crime organizado, do qual eu conheço muito... participei de audiência já sobre o crime organizado sobre os combustíveis. Eu estive lá; até o Mario Sarrubbo, o Secretário Nacional de Segurança Pública; estava o Diretor também da Receita Federal... E aí eu vejo, assim, o Sr. Mario falar que aquela situação do Rio de Janeiro, aquele ato do Governador lá, do Cláudio Castro, aquelas mortes, tudo o que aconteceu lá, hoje, vai lá, está na mesma situação. Ninguém quer que mate gente, que morra gente, mas tem que se tomar atitudes concretas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que eu vejo, Ministro, é que, neste país, quem paga mesmo são aqueles roubos muito pequenos. Essas pessoas é que são punidas. As grandes pessoas, os grandes criminosos, como essa situação...

(Soa a campainha.)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... do crime organizado do INSS, como essa situação desse crime que cometeu esse cidadão do Banco Master, o Daniel Vorcaro... Esse cara lesou milhões, milhares de pessoas, de correntistas. Nada vai acontecer, e esse cidadão está blindado, ele está blindado para não ser mais investigado. Aonde nós vamos chegar com essa situação?

E o que me deixa, Ministro, indignado: o senhor sabe quem é que paga essa conta? Quem paga essa conta, então, muitas vezes, é aquele pequeno produtor rural, que tem uma propriedade com título, e anos depois, 30, 40 anos depois, chegam lá e dizem que aquilo lá passa a ser uma reserva indígena, uma reserva ecológica. E sabe o que acontece? Tocam fogo nas casas do cidadão e tiram as pessoas de lá. Isso é feito justiça neste país, para essas pessoas, esse cidadão de bem.

V. Exa., Sr. Ministro, quando você fala aqui, você está coberto de razão: 2 bilhões, 2,5 bilhões para a segurança pública... Isso é vergonhoso. Agora, como é que... Eu falo assim: como nós Parlamentares nos sentimos colocando 5 bilhões para política e fazer campanha, sabendo – sabendo, Ministro – que não tem fiscalização desse dinheiro? Pode ir lá ver, quando se faz a prestação de conta, aquele cidadão, aquele político que não pegou nem um centavo público, se custa dez o jurídico dele, no mínimo, aquele cidadão que fez campanha com recurso público, custa, Senador Girão, 40 ou 50, quatro, cinco vezes mais. Então, nós não temos mais... Nós perdemos o rumo do Brasil.

E eu falo, Ministro, assim como eu cheguei ao Senado, eu quero, sim, eu gostaria muito de dar uma retribuição para o povo brasileiro. Eu não falo de sigla partidária, aqui nós não podemos falar de sigla partidária, aqui nós temos que falar pelo bem, pelo que nós podemos fazer pelo Brasil, porque eu lhe digo: se as pessoas que roubam, as pessoas que desviam dinheiro público, as pessoas que desviam essas emendas parlamentares, se isso não for punido,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como é que a outra classe da sociedade que comete crime...? Eles estão indo e falando: "Não, os Parlamentares e tem pessoas até da Justiça envolvidos".

Eu não queria acreditar, Ministro, eu não queria acreditar que tem esposa de Ministro do Supremo Tribunal... Eu quero acreditar que isto não é verdade: que existe um contrato com o Banco Master de mais de R\$100 milhões para dar assessoria jurídica. Eu não quero acreditar, porque eu não gosto de acreditar, eu preciso palpar e ver mesmo que isso é real. Mas, se isso for real, nós chegamos ao submundo.

Eu queria deixar duas perguntas principais – aliás, três.

Ministro, qual o seu posicionamento em um banqueiro cometer fraude no sistema financeiro e ficar blindado por uma decisão de um ministro?

Qual o seu posicionamento com políticos que desviam dinheiro público através de emendas parlamentares ou qualquer ato de desvio de dinheiro público?

E qual seria o seu posicionamento sobre juízes que liberaram liminares que facilitam o crime de sonegação? – porque esse é o maior caso que aconteceu no caso de sonegação de combustível, que são os grandes devedores contumazes. Por que na Justiça sabe-se que isso vai causar mais sonegação ainda, vai causar mais fraude, e a gente não consegue entender o porquê que tem juízes que dão essas liminares? O senhor já foi da Justiça, o senhor é da Justiça, é Ministro da Justiça, então nós precisamos dar um basta, nós precisamos passar a régua e passar o país a limpo. Caso contrário, nós não vamos ter saída do nosso país por essa situação do crime organizado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado. Parabenizo V. Exa. pelas ponderações.

Com a palavra o Ministro Ricardo Lewandowski.

O SR. RICARDO LEWANDOWSKI (Para expor.) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli, muito oportunas suas observações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concordando, inclusive, e retomando uma observação do Senador Girão, eu acho que o Brasil e o mundo vivem uma crise moral sem precedentes – não é só o Brasil, o mundo virou de pernas para baixo: acabar o sistema multilateral de solução de problemas que foi desenvolvido a partir da Segunda Guerra Mundial, a partir da conferência de Bretton Woods, que criou a Organização Mundial da Saúde, a Organização Mundial do Comércio, a Agência Internacional de Energia Atômica, enfim, esses vários organismos. A própria ONU está completamente sem qualquer possibilidade de ação, de resolver as questões de forma mais consensuada, de forma mais debatida.

Nós hoje vivemos, no mundo internacional, um unilateralismo truculento onde as vontades são impostas, o mundo está sendo novamente dividido em zonas de influência, isso claramente está acontecendo sob nossos olhos. Nós vivemos num mundo extremamente complicado, no Brasil também nessa linha, a juventude hoje não sabe separar com clareza o que é certo, o que é errado, nós vivemos numa sociedade extremamente consumista. Eu costumo dizer para os meus alunos: "Vocês não são cidadãos, vocês são consumidores". Acho que nós temos que ser menos consumidores e mais cidadãos, nós temos que nos interessar pelas coisas, pela coisa pública.

Eu quero dizer a V. Exa. que eu tenho 33 anos, 33, quase 34 anos de magistratura, sempre combati com muita energia a criminalidade, nunca compactuei com nenhum malfeito, nenhum ilícito, e V. Exa. é testemunha, assim como os doutos e eminentes Parlamentares aqui desta Casa, do Senado especialmente, que nós, no Ministério da Justiça, não temos poupado nossos esforços para combater a criminalidade. Talvez nunca, nunca tenha havido tantas operações com tanto sucesso e que deixaram de ter foco nas camadas mais humildes da população e foram buscar naquilo que se chama do andar de cima: a operação contra as fraudes do INSS, as operações contra o sistema financeiro, o Carbono Oculto... Em todo o país, nós estamos batendo recordes em termos de prisões, mandados de busca e apreensão, em descapitalização do crime organizado. Agora, é uma tarefa extremamente árdua, complexa, que envolve uma série de atores, envolve, inclusive, o Congresso Nacional, no que diz respeito ao seu poder de fiscalização. O Congresso não tem apenas a competência de legislar, mas de também fiscalizar, o que está exercendo, a meu ver, com bastante proficiência, haja vista o exemplo desta Comissão Parlamentar de Inquérito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é uma questão complexa, nós não compactuamos com nada, pelo contrário, a Polícia Federal está agindo a cada dia... Eu tenho aqui números – que não vou cansá-los – com os recordes que temos batido. Não há nenhuma complacência deste Governo. Aliás, V. Exas. podem verificar que o Poder Executivo, sobretudo o Chefe do Poder Executivo, não tem nenhuma interferência nas atividades das forças de segurança e esse Ministro da Justiça e Segurança Pública tem garantido à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Penal, às Forças todas federais absoluta autonomia na sua atuação.

Nós precisamos aperfeiçoar, sim, os mecanismos de fiscalização. Eu me lembro de que, quando estava no Tribunal Superior Eleitoral examinando – passei oito anos lá, desde juiz substituto até a Presidência – o controle das contas dos partidos políticos... Os políticos têm que ser mais eficientes, saber como é que tem sido utilizado isso, mas é claro que são auditorias, milhares de candidatos, sobre milhares de candidatos, dezenas de partidos políticos, bilhões de reais. É preciso talvez aperfeiçoar isso.

Mas, quero dizer mais uma vez, nós estamos juntos nessa preocupação, nós estamos juntos no combate à criminalidade, nós estamos juntos no sentido de reconstrução de um país mais preocupado com o bem comum. Agora, nós precisamos recomeçar tudo de novo, talvez, porque temos que reescrever a Constituição ou partes dela, a nossa legislação – estamos trabalhando nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Ministro. Agradeço o comparecimento de V. Exa., muito obrigado.

Obrigado a todos os Senadores, obrigado a todos os Senadores pela forma carinhosa, serena, com urbanidade.

E o Senador Relator, no início desta sessão, falou que faria mais dois requerimentos, e eu quero deixar claro que eu tenho tomado a postura de não pautar requerimento extrapauta para não abrir um precedente e hoje, excepcionalmente, eu o farei, porque há a grande possibilidade de, se a gente aprovar esse requerimento do Relator, já na semana que vem, a pessoa vir aqui. Então, apenas nessa hipótese é que eu estou abrindo esta exceção, e peço a compreensão dos colegas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Relator.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O senhor me permita só atualizar aqui o *status* de algumas coisas. Mais cedo, quando perguntei ao Ministro Lewandowski – não vou constranger o Ministro novamente com pergunta, até porque a oitiva dele já está encerrada – sobre a necessidade de um código de ética para Ministros, eu me referia ao escândalo do momento, que era a viagem do Ministro Dias Toffoli – e eu permaneço com o meu hábito, que eu acho que é um hábito virtuoso, de dar nome às coisas. Não gosto de insinuações, não gosto de coisa pela metade.

O escândalo que é o Ministro Dias Toffoli viajar num jatinho para um compromisso particular, junto com o advogado do Banco Master, e despachar, ato contínuo, em favor do pedido do advogado do Banco Master. Era o escândalo do momento, mas já mudou. O Brasil é um país em que o roteirista é muito criativo. Então, o do momento, já é o contrato também com o Banco Master, que foi de forma muito delicada, referida pelo Senador Jaime Bagattoli, mas que eu, não tão delicado quanto ele, expressei, que é o contrato subscrito, o suposto contrato subscrito entre o Banco Master e o escritório da esposa e dos filhos do Ministro Alexandre de Moraes, no valor de impressionantes R\$129 milhões para pagamento numa atuação de três anos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – É uma mega sena aí.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É uma coisa assim... Por um lado, eu, enfim, quando sair dessa vida política e me aposentar da polícia, eu vou para a advocacia. Então, vislumbro aí se essa é a remuneração ordinária. Vão bem os advogados do Brasil. Mas infelizmente não é – infelizmente não é –, então, esse é o escândalo do momento, só atualizando o placar de escândalos brasileiros.

E aí, agradecendo pela compreensão extrema do Presidente Fabiano Contarato, são dois requerimentos que apresento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, durante a nossa fala, a gente tocou nesse ponto. O Rio de Janeiro hoje é, ao mesmo tempo, um laboratório do crime organizado e uma grande vitrine. O estado, que é um patrimônio dos brasileiros, aparentemente foi totalmente dominado pelo crime organizado. Então, apresento o Requerimento nº 138, que convoca a presença do Deputado Estadual Rodrigo Bacellar, Presidente afastado da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. E também o Requerimento nº 137, que convida o Sr. Anthony Garotinho, ex-Governador, ex-Secretário de Segurança, figura pública de longa trajetória, conturbada trajetória, mas que vem apresentando reiteradas e densas denúncias com relação ao estado de coisas do Estado do Rio de Janeiro.

Então, peço a vênica dos senhores e a aprovação desses dois requerimentos para depoimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, só parabenizando o nosso Relator, Alessandro Vieira, pelos dois requerimentos. Aprovo também.

Só queria entender do senhor qual o critério será daqui para a frente. Semana passada nós tivemos, acho que foi cancelada pela agenda do...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Do PL, é.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... do Ministro... O Ministro, inclusive, citou o nome dele, o Senador Ronaldo Caiado. O Governador Ronaldo Caiado foi chamado e foi cancelado. O Cláudio Castro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, foi o Cláudio Castro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Cláudio Castro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Cláudio Castro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Me permita um esclarecimento, Senador Girão. O Governador Cláudio Castro entrou em contato com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão informando que o Estado do Rio de Janeiro estava submetido a um risco climático muito grande.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ah tá, aí pediu o adiamento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ele pediu a compreensão e o adiamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, só para entender quando é que vão ser os outros Governadores, inclusive desses estados que têm tido sofríveis...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Teremos já previstos agora... A previsão original é que para a próxima semana, tomando aqui a vênua do Presidente, seriam a Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, e o Governador Jorginho Mello, do Estado de Santa Catarina. Talvez tenhamos uma alteração por conta dessa perspectiva de uma oitiva relevante para desvendar essa infiltração criminosa no poder público brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

Consulto o Plenário se concordam com a inclusão dos requerimentos do Relator, Alessandro Vieira.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão.

Incluo extrapauta os requerimentos, para apreciação do Plenário.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 137/2025

Requer que seja convidado o Senhor Anthony Garotinho, ex-governador e ex-secretário de segurança do Rio de Janeiro, a comparecer a esta Comissão.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 138/2025

Requer a convocação do Senhor Rodrigo Bacellar, Deputado.

Autoria: Senador Alessandro Vieira

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

Agradeço mais uma vez a compreensão.

Parabéns, Ministro, pela exposição!

E declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos Rogério, Jaques Wagner e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Sérgio Petecão e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Magno Malta e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Oitiva de Anthony Garotinho - Ex-Governador e Ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Finalidade: Depoimento de Anthony Garotinho - ex-governador e ex-secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Oitiva do Anthony Garotinho, Ex-Governador e Ex-Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, em atendimento ao requerimento 137/2025. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato
Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/16>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à oitiva do ex-Governador, ex-Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro Sr. Anthony Garotinho.

Ressalto que o convite foi feito a fim de se obter colaboração do depoente a partir da experiência dos cargos anteriormente ocupados, nos termos da aprovação do Requerimento 137, de autoria do Relator Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 6ª Reunião, realizada no dia 09/12/2025.

Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convido a tomar assento à mesa o convidado, o Sr. Anthony Garotinho. (*Pausa.*)

Hoje esta Comissão Parlamentar de Inquérito recebe o Anthony Garotinho, convidado em razão de denúncias públicas por ele apresentadas envolvendo autoridades, esquemas e práticas que, se confirmadas, representam grave ameaça à legalidade, à segurança pública e à integridade das instituições.

Esta CPI existe para apurar fatos concretos, por isso todas as denúncias que ganham repercussão pública e impactam a confiança da sociedade no Estado devem ser tratadas com seriedade, responsabilidade e compromisso com a verdade.

Ao trazer essas informações ao debate público, V. Sa. assumiu também o dever de apresentá-las de forma clara, objetiva e fundamentada. Este é o espaço institucional adequado para detalhar fatos, indicar contexto, apresentar documentos e esclarecer circunstâncias que auxiliam o trabalho investigativo desta Comissão. Não se trata de prejulgamento, tampouco





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alinhamento político. Esta CPI não atua a partir de narrativas, mas de fatos. Nosso compromisso é exclusivamente com o interesse público, com a apuração responsável e com o fortalecimento das instituições democráticas.

Reiteramos o respeito ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, princípios que orientam todos os trabalhos desta Comissão e asseguram a seriedade dessa investigação. Denúncias dessa natureza exigem responsabilidade, não podem permanecer no campo da insinuação nem da retórica. Cabe a esta CPI apurá-las com rigor técnico, transparência e independência e cabe a quem as formula colaborar de forma efetiva com o esclarecimento dos fatos.

A sociedade brasileira espera respostas. Esta Comissão não se contentará com evasivas ambiguidades ou generalizações. Nosso dever é transformar denúncias em apuração concreta e resultados institucionais.

Agradeço a presença de V. Sa., Sr. Anthony Garotinho, e reafirmo que este espaço está aberto para colaboração clara, objetiva e comprometida com a verdade, para que possamos cumprir nosso papel constitucional e responder à sociedade com seriedade e transparência.

Muito obrigado.

Sr. Anthony Garotinho, mais uma vez agradeço. Bem-vindo ao Senado Federal. O senhor tem... Ali tem um painel com o tempo que será disponibilizado, de 20 minutos, para o senhor fazer a sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Para expor.) – Obrigado, Senador Contarato. É um prazer falar ao Senador Alessandro Vieira, ao Senador Mourão.

Eu queria, Sr. Presidente, antes de falar dos assuntos, fazer dois registros.

O primeiro é que eu sou jornalista há 40 anos. Comecei no rádio, tenho 44 anos de rádio, e depois migrei e continuei no rádio e no jornal.

Quando fiz as denúncias contra o ex-Governador Sérgio Cabral, as pessoas não levavam muito a sério, achando que era uma questão política, e não era política; era uma questão de uso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indevido do dinheiro público para enriquecimento ilícito. Só foram me dar ouvido quando eu consegui, através das minhas fontes, aquelas famosas fotos e gravações da farra dos guardanapos, em Paris, que tomaram conta do noticiário.

Daquele grupo todo que eu denunciei – eu gostaria de ler um documento aqui, rápido – nós tivemos praticamente todos presos, exceto um membro do Poder Judiciário do Rio de Janeiro. Só que à época – V. Exa. sabe como funcionam essas coisas – já havia passado 14 anos que eu tinha saído do Governo do estado e me arrumaram um problema da Prefeitura de Campos para que eu fosse preso no mesmo dia de Sérgio Cabral, para que confundisse a cabeça das pessoas.

Então, eu vou ler para V. Exa. aqui um documento que é uma promoção de arquivamento, porque, como a denúncia foi minha ao Procurador-Geral da República, para que houvesse o arquivamento eu teria que ser ouvido – eu estou diante aqui de dois delegados.

Trata-se de notícia de fato [e crime] instaurada a partir de representação do ex-deputado federal Anthony Garotinho.

Ao longo de extenso procedimento, são listados uma miríade de crimes que teriam sido praticados pelo ex-governador Sergio Cabral e sua organização criminosa.

[...]

Ao longo de quase cinco anos de sua existência, a Força Tarefa da Lava Jato do Rio de Janeiro propôs [...] de 30 ações penais em desfavor de Sérgio Cabral e sua [isto aqui eu queria frisar bem] organização criminosa [que é a segunda pergunta que eu vou fazer], abrangendo os mais diversos crimes e áreas de atuação: desde as obras de reforma do Maracanã (Operação Calicute), passando pelas fraudes na Secretaria de Saúde (Operação Fatura Exposta, [Operação] Ressonância e [Operação] SOS) até o desmantelamento do esquema histórico da caixinha da Fetranspor (Operação Ponto Final).

Após um trabalho [...] que envolveu a cooperação com outros órgãos, como a Polícia Federal, COAF e Receita Federal, a Força-Tarefa promoveu 55 operações, que resultaram em 806 buscas e apreensões, 70 prisões temporárias, 264 prisões preventivas, além da propositura de 104 denúncias, que somaram um total de 894 denunciados e 183 condenados em primeira instância.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Várias dessas operações resultaram em acordos milionários, responsáveis pela devolução aos cofres públicos de [...] R\$4 bilhões [eu devolvi aos cofres públicos R\$4 bilhões], além do requerimento de reparação nas ações penais [...] [de] R\$12 bilhões e outros [...] 12 [...] requeridos em ações de improbidade.

[...]

À vista do exposto, não vislumbrando mais qualquer utilidade no presente feito, que tramita há [...] dez anos, determino o seu arquivamento.

Antes, porém, intime-se o representante para que apresente recurso no prazo de 10 dias.

Assinam aqui todos os Procuradores da República, inclusive o chefe da força-tarefa, Procurador Eduardo El Hage: Fabiana Schneider, Marisa Varotto, Rodrigo Timóteo...

Bom, o que sucedeu o senhor deve saber. Hoje os Procuradores foram punidos, o juiz que recuperou o dinheiro para o estado foi afastado, e o Sérgio Cabral toma banho de piscina, fazendo gracinha e zombando da cara da população do Rio de Janeiro. E o denunciante, que fui eu, fui preso quatro vezes, entrava de manhã e saía de tarde. No total, foram 29 dias.

Então, quero deixar claro que... Eu queria saber de V. Exa... Eu tive uma conversa ontem bastante produtiva com o Senador Alessandro Vieira, que foi o autor do requerimento que me chegou, para saber se eu falo aqui de organização criminosa, que está dentro do Governo todo do Rio de Janeiro, ou se eu falo de associação criminosa. São coisas diferentes, os senhores conhecem os tipos penais. Porque ontem ainda eu comentava com o Senador Alessandro Vieira, falei: "Olha, a coisa é tão grave que eu não sei, pelos próximos dias... Tem um desembargador federal envolvido, que eu acho que o Alexandre de Moraes [falei isso ontem, ele é testemunha] ou vai afastá-lo da função ou vai prendê-lo, porque ele vaza informações para o Presidente da Alerj". Quando eu acordei hoje, o cara já estava preso.

Então, assim, é uma situação... Eu queria saber, eu preciso delimitar, porque o senhor falou 20 minutos, em 20 minutos eu não falo nem da polícia, quanto mais do crime do estado. Eu queria saber, porque a situação ali é a seguinte: tem que escolher qual o lugar que não tem corrupção. Eu até faço uma brincadeira às vezes – de mau gosto até – de que eu dou uma barra





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de ouro, que é o que eles costumam fazer lá, para quem me apontar um órgão do Estado do Rio de Janeiro que não tenha corrupção.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor me permite, Presidente?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, eu queria...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Para encaminhar, Governador, a sua colaboração, uma questão procedimental: o senhor tem de início os seus 20 minutos, como o Presidente falou, mas não vai lhe faltar tempo.

É evidente que o histórico de corrupção do Estado do Rio de Janeiro não caberia num dia inteiro de depoimento, mas o nosso objetivo aqui, o principal, é trazer para esta CPI... dar essa visão para a sociedade da radiografia atual: como é que a gente chegou nessa situação no Estado do Rio de Janeiro, onde eu tenho um desembargador federal preso, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro preso – e agora com tornozelo –, busca e apreensão, não se sabe exatamente com que alvos, mas numa sequência que aponta uma severa infiltração, e aí um fato que o senhor vai poder historiar, mas que me parece que muda um pouquinho o perfil da corrupção no Estado do Rio de Janeiro, que é essa ligação direta com as facções armadas. E me parece que aí é um passo abaixo.

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Para expor.) – Então, eu vou começar por aí, né?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Ótimo.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – O General Mourão sabe que, nas tropas, embaixo, seja da polícia militar, do Exército, da polícia civil, sempre tem, pela natureza dessas pessoas, que vêm do povo, uma certa infiltração, mas, no Rio de Janeiro, o crime subiu de patamar, e eu vou contar aqui. Eu já tinha um pouco de desconfiança pelo que estava vendo na máquina pública, mas, aí, vieram quatro atenções, e eu vou pedir uma atenção especial a um dos episódios ao agora Senador, mas General, Mourão, que envolve o Exército Brasileiro.

Primeiro, um bandido, um dos procurados na lista que o Governo Federal fez agora, pedindo a cada estado que indique seus bandidos mais perigosos, de nome Abelha, saiu pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porta do presídio do Complexo Penitenciário de Gericinó, que é um complexo de vários presídios, pela porta da frente, andando. Todo mundo queria saber... Aí, o Secretário, à época, disse: "Não, foi um erro da Justiça. Eu verifiquei lá no sistema que ele estava em liberdade". Aí, a Justiça: "Não, foi erro do...". Bom, foi erro de um, foi erro do outro, o Abelha está solto até hoje. Eu falei: poxa, isso está me cheirando a alguma coisa muito estranha, mas um fato não é suficiente para você levantar envolvimento de autoridades do nível de Secretários, Governadores envolvidos com o crime.

Aí, veio um segundo episódio, que até foi tirado da minha página e retratado pelo jornal *O Globo* numa ampla matéria: Comando Vermelho ordenou trégua no G20. Aí, eu fui apurar e, de fato, constatei que havia vários *prints* para um acordo entre as facções – nesse caso, não era só o Comando Vermelho, mas as facções –: "Não façam nada durante o G20 nem dentro, nem fora que a gente vai dar uma regalia para vocês". Durante o mesmo período, foi permitido entrar com celular, o Comando Vermelho ganhou um forninho daquele elétrico – tem um nome: *air fryer* –, unzinho em cada ala onde tinha o pessoal mais importante, uma vergonha. E aí eu falei: "Bom...". Eles apresentaram uma estatística aqui numa nota pública, esta nota aqui, dizendo que a matéria de *O Globo* e a minha reportagem eram falsas porque os números não se alteraram do período do evento, do G20. Aí, eu falei: "Não, esperem aí; vocês estão publicando o relatório do mês, e eu quero o do período do G20". Fui até a Secretaria de Administração Penitenciária, conversei com agentes, porque a secretária não atende, levantei e, de fato, foi uma paz. Os números chegam até a ser assustadores.

Mas está bem, pode ser que tenha sido assim uma coincidência, e para os bandidos também talvez seria bom não ter confusão nesse período.

Mas aí vem um terceiro episódio também público, todo mundo tomou conhecimento, que envolveu até o marido de uma Deputada Federal. Tinha um congresso de medicina no Rio de Janeiro e todos se hospedaram num hotel entre o Recreio e a Barra, os médicos desceram para fazer um lanche e tomar uma cervejinha – o congresso começaria no dia seguinte. Passam duas motos com bandidos, criminosos na moto, e confundiram um dos médicos com o Taillon. O Taillon era um miliciano daquela área, inimigo do Comando Vermelho. Eles resolveram retornar por conta própria, dispararam contra os quatro médicos, mataram três, inclusive o irmão da Deputada, e um ficou gravemente ferido. Aí aquilo foi uma repercussão enorme. Aí, logo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manhã, sai uma nota misteriosa de um porta-voz do Comando Vermelho dizendo o seguinte: que o Comando Vermelho já sabia que foram integrantes da facção, mas que não estavam de acordo com aquilo. E os jornais publicando: "Mas vem cá, quem é que fala em nome do Comando Vermelho?". Aí, à tarde, saiu outra nota dizendo o seguinte: "Os criminosos já foram presos e serão julgados hoje à noite" – novamente o porta-voz do Comando Vermelho. "Mas vem cá, tem chefe de polícia nisso aqui? Não tem ninguém que possa explicar como é que é essa situação?" No dia seguinte, sai então a matéria: "Comando Vermelho executa os assassinatos dos médicos". O Comando Vermelho investigou, o Comando Vermelho prendeu, o Comando Vermelho julgou e matou. Isso é um absurdo! Cadê a Secretaria de Segurança do estado, né? Mas eu fiquei tão indignado com aquilo que eu falei: "Olha, eu vou mergulhar mais a fundo".

E aí vem, General Mourão, um fato que é inacreditável. Quando eu soube do fato, eu não acreditei, até que os documentos da portaria do presídio foram entregues. O senhor sabe que sumiram armas do quartel de Barueri – deve saber, sumiram fuzis. Então o Exército, através do seu serviço de inteligência, descobriu que essas armas estavam na Rocinha. Então procurou o Governo do Rio de Janeiro e montou uma operação: o Exército cercaria a Rocinha e a polícia militar subiria e pegaria as armas. Dois dias antes da operação, um membro do Governo do estado, de nome Leonardo Franceschini, que à época ocupava a Subsecretaria de Inteligência do Sistema Penitenciário, falando em nome do Governo, se reuniu com os oficiais do Exército Brasileiro e disse: "Olha, eu acho que isso vai dar confusão, não vai dar certo, não".

"Não, mas temos que pegar. É ordem do general, do Comandante Militar do Leste."

"Eu vou fazer uma proposta a vocês: vocês vão até o presídio, vocês chegam lá, vão entrar lá, tudo direitinho; você usa o nome de Bruno, que é um agente, e você usa o nome de Lima, que é outro agente; e vocês vão passar. Aí, vocês vão ser levados até onde está o chefe do Comando Vermelho, que ele vai mandar entregar as armas."

Só que, na hora lá, alguém esqueceu de avisar que a portaria do presídio estava informatizada, ou seja, eles eram agentes de outro presídio que estariam entrando lá. Quando o cara do Exército botou o dedo, o agente penitenciário, o policial penal disse: "Não; você não é Bruno, não. E você também não é Lima, não". Aí, vejam o ridículo: um policial penal – com todo o respeito – dá voz de prisão a dois oficiais do Exército Brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí se criou aquela confusão, e chamaram o diretor das cadeias de Bangu, dos presídios de Bangu. Ele não sabia o que dizer: "Não; isso é uma operação sigilosa do Exército Brasileiro com a Secretaria de Administração Penitenciária".

"Não, mas, olha, eu" – o diretor do presídio, então, o chefe das cadeias disse – "eu não tenho como"...

Quero saudar aqui o meu amigo Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Prazer em vê-lo recuperado, meu irmão.

Chamam, então, o Franceschini, que tinha acordado. O Franceschini disse: "Olha, faz o seguinte: você quer o quê?". "Não; eu vou lançar isso aqui no livro, porque eu não vou segurar esse negócio aí, não" – o policial penal. Lançou tudo no livro, e ele acompanhou – o chefe da cadeia – a ida dos policiais, dos oficiais do Exército Brasileiro até o chefe do Comando Vermelho preso. E ele disse: "Ó, não precisa ir na Rocinha, não. Amanhã vocês vão lá num lugar em Jacarepaguá chamado Gardênia"...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – ... "As armas vão estar dentro de um carro, e vocês podem pegar lá. Não vai ter ninguém lá, não."

Ocorreu tudo, ninguém foi preso, e as armas, faltando apenas um fuzil, todas as demais foram recuperadas.

Não sei se o senhor tinha conhecimento.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – É, tenho conhecimento. Perfeito.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Aí, eu até estranhei porque depois me ligou um general, em nome do Comandante do Exército: "O senhor podia nos ajudar". Eu falei: "Eu?". "Não; o senhor podia colaborar, pelo menos dizendo aí quem foi que deu a ordem." Eu falei: "General" –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou pedir aqui para não falar o nome do general porque ele não tem nada com isso; ele estava cumprindo o papel dele – "o senhor quer que eu colabore com o quê?". "O senhor, do jeito que detalhou a operação, o senhor deve saber quem deu a ordem aos oficiais para ir lá, porque o General Paiva não foi; o chefe da apuração, General 'fulano de tal', também não foi; o Comandante Militar do Leste também não foi." "Só falta o senhor dizer que fui eu" – falei. Eu disse: "Olha, eu sou jornalista, eu tenho segredo de fonte, eu não sei quem foi que deu a ordem, mas também, se eu soubesse, eu não ia dizer, não. Isso não é problema meu. É problema de vocês apurar essa situação".

Não sei nem como terminou isso. Gostaria até de saber do General Mourão quais foram as providências adotadas dentro do Exército Brasileiro para essa desmoralização de os oficiais se submeterem a negociar a entrega dos fuzis roubados num quartel em Barueri com traficantes do Comando Vermelho, dentro do presídio no Rio de Janeiro. Isso merecia, no mínimo, um esclarecimento, uma nota do Exército Brasileiro, que nunca teve, que eu saiba – pode ser que eu esteja enganado. O senhor, que é um militar agora na reserva, por causa do seu mandato, podia nos informar.

Então, esses quatro fatos me levaram a uma convicção: havia um acordo claro entre as autoridades estaduais e o Comando Vermelho. Aí eu quis traduzir isso em número. E, pasmem os senhores, o Comando Vermelho, além de recuperar todas as áreas que ele havia perdido, conquistou áreas que eram da milícia. Jacarepaguá, por exemplo, era uma área totalmente dominada pela milícia. Hoje, você tem metade milícia, metade Comando Vermelho, em combates sangrentos. O corredor da Estrada de Madureira – não é Madureira bairro –, que liga Itaguaí até Nova Iguaçu, onde tem vários bairros, Conjunto da Marinha, Botafogo, vários bairros, mais de 30 bairros, aquilo era tudo milícia, e Comando Vermelho tomou tudo.

Eu, por uma situação que vivi, hoje sou guardado por 12 homens da Polícia Militar do Rio de Janeiro, a pedido do Ministério Público do estado. E acho que, depois do que eu vou falar aqui, eu vou ter que pedir até ao ilustre Presidente que reforce, embora alguns dos homens que trabalham comigo sejam do Bope e têm muito carinho por mim porque eu fui o autor da construção do Bope.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, o Comando Vermelho recuperou todas as suas áreas, se expandiu, enquanto as outras organizações criminosas encolheram. Bom, mas eu precisava entender alguns aspectos e aí eu fui percebendo o *modus operandi* de uma parte da lavagem do dinheiro do Comando Vermelho em setores que depois – eu estou falando isso aqui, é coisa de um ano atrás – vieram aparecer em relação ao PCC na Operação Carbono Oculto. Eles lavavam e lavam dinheiro através de uma rede de combustíveis cujo empresário foi preso por uma denúncia que eu fiz de uma reportagem chamada Operação Caça Fantasma, porque ele havia aberto uma firma no nome de um morto. Aí, eu denunciei, e o Ministério Público prendeu ele.

Quem foi o advogado dele nessa época? Rodrigo Bacellar. *(Pausa.)*

Quem foi o maior contribuinte da campanha de Cláudio Castro? Esse empresário, dono de uma rede de postos de combustíveis do estado. Quem é esse empresário? Hoje, eu disse até, agora há pouco, numa postagem... *(Pausa.)*

Tomei a sua água, errada. Vou descobrir os seus segredos todos. *(Risos.)*

O nome desse empresário é Fernando Trabach – o senhor anote o nome dele aqui. E a lavagem é feita através de uma associação de postos de combustível do Estado do Rio de Janeiro, a Aporcerj. Só que, na Aporcerj, o Presidente é ele, e o resto da diretoria é a mulher dele, o filho dele e o irmão dele – Aporcerj.

Essa empresa, que eu não consegui quebrar todo o sigilo dela, porque aí também tem que investigar, mas também não pode sair da lei, não pode cometer crime em nome da legalidade. Mas teve um ano em que ela movimentou – ela é uma associação – mais de R\$1 bilhão. Uma associação de postos de gasolina? E eu fui saber, com outras pessoas que têm redes grandes de combustível, se eles estavam filiados, e a maioria nem sabia da existência. *(Pausa.)* Como ele tem muitos postos...

Então, eu já dei aqui dois nomes que os senhores deviam colocar no radar. Um chama-se Leonardo Franceschini, atual Subsecretário-Geral de Administração Penitenciária.

Os presídios do Rio de Janeiro se transformaram – e aí eu vou dar aqui três exemplos – num escritório do Comando Vermelho, tanto que os senhores viram aqui, pela reportagem do *O Globo* que eu mostrei, feita em grande parte com os *prints* que eu consegui junto a agentes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penitenciários que não concordam – perdão –com esse tipo de situação, que, quando eles quiseram decretar paz durante o G20, não teve nada, não aconteceu nada, entrou tudo nesse dia...

Bom, e dei o segundo nome, que é o do Sr. Fernando Trabach.

Pois bem. O que acontece hoje de anormal na Secretaria de Administração Penitenciária? Existia um negócio que todo mundo tentava acabar – eu mesmo tentei acabar, mas era difícil acabar – que são as cantinas. E, finalmente, o Ministério Público determinou que acabassem com as cantinas, e o Governo criou um programa que se chama cesta *online*. Como é que funciona a cesta *online*? Cada preso, a família dele tem direito a comprar dois salários mínimos por semana, através de um programa em que ele entra, acessa e cai para uma das duas firmas, dependendo de onde o preso está. Tem a numeração, então ele sabe: "Olhe, se é do número tal ou tal, cai para uma empresa; se é do número tal ou tal, cai para outra empresa", cesta *online*.

Pois bem. Eu achei interessante, falei: "Dois salários mínimos por semana para família de preso...". Está bom, tem preso que pode pagar, a maioria não pode, mas...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – ... vamos ver a empresa.

Aí comecei a investigar a empresa, aquela coisa habitual de sempre, vamos ver onde fica e tal. Aí eu descubro que uma das empresas – são duas empresas – se chama assim, Cassarotti, e a outra é Locasem. A Cassarotti eu encontrei a sede dela lá perto dos presídios, em Bangu, na Avenida Brasil, tem caminhões; a Locasem, uma pequena casa com telha de amianto, no bairro do... Acho que é Pilar, em Duque de Caxias. Eu até liguei para um colega meu, o Washington Reis, e falei: "Escuta, você conhece esse bairro aí?". Ele disse: "Conheço, até o Governador asfaltou umas ruas lá". Eu falei: "Está bom. Você conhece essa empresa aí?", "Não", "Não conhece a Locasem? Deve ser uma empresa grande, para fornecer alimentação para esses presos todos, são 45 mil presos no sistema prisional do Rio". Ele disse: "Olha, eu não conheço, não".

Aí fui ver o galpão dela, onde ficava. Fica no estacionamento de um supermercado. Não existe, não. Eu falei: "É, rapaz... Não tem sede, não tem galpão... Vamos ver quem é o dono".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pegamos lá o dono, capital social alto da empresa. Descobrimos que o rapaz nem sabia o que era a Locasem. Eu mandei um... Eu trabalho com uma equipe pequenininha lá – né? –, minhas colegas, para quem eu quero até mandar um abraço, a Aline, a Juliana e a Isa, aí descobrimos que o rapaz recebia até Bolsa Família. "Mas como? O senhor é dono de uma empresa que fatura milhões", "Eu?", "Não, consta aqui que o senhor é o dono". Nada.

Na verdade, nós fomos apurando, apurando, apurando e chegamos, Sr. Presidente, à conclusão de que os donos são: o policial civil Fernando Hakme... Aliás, esse cidadão, na CPI do Narcotráfico, foi denunciado pelo Magno Malta, que está aqui. Ele é um homem que fica de plantão dentro do palácio. Foi assim no Governo Sérgio Cabral, foi assim no Governo Witzel e é hoje. No meu período, eu botei ele para fora de lá. Quando apareceu o nome dele na CPI, o Magno me avisou, eu botei ele para fora de lá.

Ele é um dono – um dono –, porque o outro, segundo o rapaz afirmou, era um tal de Abel. "Não, é o Abel, é o Abel..." Eu falei: "Mas como é que você sabe? Quem é esse Abel?", "Eu não sei".

Aí eu fui procurar.... É o Secretário de Governo Rodrigo Abel... Na verdade, ele não é Secretário de Governo, o Secretário de Governo é o seu conterrâneo lá; ele é, vamos dizer assim, é chefe do gabinete ali, é uma pessoa da total confiança do Governador.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – É o chefe da zorra.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Hã?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – É o chefe da zorra.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – É.

Enfim, dois membros do Governo, donos de uma firma fantasma, faturando milhões. Agora, o senhor imagina 45 mil presos comprando... Dois salários mínimos é verdade que não vende, mas aí o que eu fui descobrir? Que os presos, chefes de facção, pegavam autorização com um número, porque, quando você vai fazer o pedido, você coloca um número, com os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presos mais pobres e compravam em nome deles; e as cantinas que antes não existiam e tinham acabado começaram a existir dentro das celas, e eles revendiam.

Eu até peguei uns preços – só para comparar, porque, além de roubarem a população, ainda roubam os presos –, que são os preços que eles colocam dos produtos na tal da cesta *online*.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pode interromper?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. *Fora do microfone.*) – Não, Excelência.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Olha, só para...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não é nem para interromper, é só para contribuir com o Garotinho...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Senador, com todo o respeito, é porque o tempo do convidado era de 20 minutos e nós já estamos...

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Candidato, não, pelo amor de Deus! Eu não sou candidato, não!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Do convidado...

O tempo do convidado era de 20 minutos e nós já estamos indo para 40 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Depois que ele expuser, aí eu vou abrir para o Relator e abro para o Parlamentar.

Quero registrar presença do senhor e do Deputado Luiz Lima. Bem-vindo a esta Casa!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, por gentileza, se o senhor puder já tentar ir para a conclusão, para que o Relator possa fazer as intervenções e o colega Senador também assim contribuir, bem como o Vice-Presidente.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Então, aí eu pedia ao pessoal...

Por exemplo, eu tenho aqui um item, cortador de unha, que, aliás, não devia nem ter cortador de unha para vender para preso, porque é perigoso, mas tem; no Supermercados Mundial, custa 6,99; na cesta online, custa 19,76. Creme dental Oral-B anticárie – eles colocam lá na cesta também a marca –, no supermercado, custa R\$4; na cesta online, custa 9,56. Eu não vou ficar falando aqui de preço; é só para vocês terem noção da safadeza de roubar preso – roubar preso.

Bom, aí eu digo: isso é um absurdo. Aí, começo a me aprofundar no sistema da administração penitenciária. Sou procurado por um fornecedor de alimentação para os presídios, dizendo que ele foi convidado a participar de uma contribuição mínima de R\$1 por quentinha – 45 mil presos, duas quentinhas, almoço e janta, 90 mil quentinhas; R\$1 por quentinha, R\$90 mil por dia. Ele se recusou.

Então, eu publiquei uma matéria dizendo: "O Rio tem uma nova rainha das quentinhas". O Governador me processou, eu pedi exceção da verdade. Na semana do julgamento, ele desistiu. Pode pegar, está aqui, está publicado. Ou seja, a Secretaria de Administração Penitenciária é fraude sobre fraude, uma atrás da outra. Corrupção generalizada, onde participam o Governador, o seu secretário, a secretária da área.

Quer mudar de área? Então vamos. Vamos para a Secretaria de Educação, onde o Sr. Rodrigo Bacellar indicou a Subsecretária de Educação. A Subsecretária de Educação tem um filho que é o operador do sistema.

No final do ano, assim, entre o Natal e o Ano-Novo do ano passado, eles iam comprar, por dispensa de licitação, 497 milhões em livros. Mas não é livro de estudo, não, é aquele livro de historinha, de uma editora famosa. Aí eu chamei o repórter, um amigo meu, o Gabriel, que trabalha numa grande emissora, falei: "Gabriel, isso aqui você tem que fazer antes de eles comprarem". Ele deu a matéria, eles desistiram e compraram 74 milhões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, eu poderia citar, na Secretaria de Educação, centenas e centenas de irregularidades, um escândalo. Quem comanda a Secretaria? Professora Roberta. Indicação? Rodrigo Bacellar. Quem opera a Secretaria? Professora Joilza. Indicação? Rodrigo Bacellar. Quem opera todas as safadezas é o Sr. Guilherme Abreu, filho da Subsecretária.

Sr. Presidente, eu disse que daria nomes, porque é leviandade você chegar aqui, fazer uma acusação e não dizer quem é, né?

(Soa a campainha.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – E aí vamos... Eu ia chegar na parte principal agora. Mas, eu posso mais dez minutos?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – A gente faz um, assim... É que eu entendo o apreço regimental do nosso Presidente, ele tem razão, para a gente manter o método.

Mas, a partir de agora, minha primeira pergunta é: o senhor pode continuar a apresentação? *(Risos.)*

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Para expor.) – Posso.

Aí nós chegamos na Secretaria de Fazenda. Na Secretaria de Fazenda, a equipe principal, secretário... Eu lamento, eu vou ter que citar o nome de todo mundo aqui, inclusive pessoas que... É totalmente administrada por Ricardo Magro – Ricardo Magro. Ele paga e muito bem.

Agora, qual é a vergonha? Eu publiquei os vídeos de um jantar que ele promoveu em Nova York, até quiseram me... Vai, meu irmão. "Mas como é que você conseguiu esse vídeo?". Não é problema meu. Estavam presentes, no jantar em Nova York: o Governador; o Secretário Rodrigo Abel; o Secretário de Fazenda; o Ministro, Ministro não, o Líder do Governo do Senado, o Sr. Jaques Wagner, que discursou; o então Ministro Barroso, representando o Supremo Tribunal Federal, num jantar do maior sonegador de impostos do Brasil; e o Presidente da Câmara, Hugo Motta, além de outras figuras que foram citadas pelo cerimonial do evento.

Gente, eu vi aquele vídeo; eu não acreditava. Patrocínio da Refit.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, ali são milhões, porque ali, Sr. Presidente, é uma engrenagem que envolve Fazenda; AgeRio, que é a agência de desenvolvimento do estado; e Codin, a companhia do distrito industrial, que é a empresa que concede incentivos fiscais. E para o dinheiro do incentivo fiscal voltar uma parte, como é que eles fazem? Contrataram um escritório de consultoria tributária, que tira a nota e devolve o dinheiro. Tudo na cara de todo mundo.

O senhor vai me perguntar: "Ah, mas contra o Sérgio Cabral, o senhor veio aqui em Brasília, fez uma representação [tinha duas mil páginas], mostrou todo mundo, todo mundo foi preso. Por que o senhor não fez agora a mesma coisa?". Bom, eu estava até preparando, disse ao senhor ontem, mas quando eu vi que houve um atalho, que o Ministro Alexandre de Moraes usou o fato de ele ser Relator da ADPF das favelas e, aproveitando-se daquele fato, prendeu o Presidente da Assembleia, que depois foi solto... E eu já tinha conhecimento de tudo que aparecia como informações. O Rodrigo Bacellar, Sr. Presidente, e o Governador montaram duas organizações criminosas: uma na Assembleia Legislativa... O senhor vai ver, se essa investigação for a fundo, a lamentável situação... E vou dizer para o senhor, corrupção não tem partido. Tem gente de tudo quanto é partido envolvido. Tem uma lista de 47 Deputados que recebem mesada – 47 Deputados –; vai aparecer, está no telefone dele.

Ele foi preso com três telefones, dois eram telefones e um era uma agenda. Ele usava o telefone como agenda porque ele achava que nunca ia ser pego.

Agora há pouco eu tive a notícia – vai sair ainda na imprensa, eu acabei de publicar na hora que eu estava entrando aqui – de que já encontraram uma conversa dele com o Corregedor do Ministério Público estadual do Rio de Janeiro. Então o senhor vai ver que esse negócio, se for para passar limpo, vai ser muito forte.

Então, Sr. Presidente, assim, eu teria aqui dezenas de outras situações. Fico à sua disposição; se o senhor quiser tirar dúvidas de qualquer coisa, se o nobre Presidente quiser também perguntar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Agradeço pela colaboração inicial, Governador Garotinho, e agradeço aqui pela concessão do nosso Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor verbalizou que o Rio de Janeiro hoje, nessa esfera de interface entre o crime organizado e o poder público, teria duas organizações criminosas: uma na Alerj e outra no Governo. Definindo isso e tentando traçar uma espécie de organograma, na cabeça da organização criminosa da Alerj eu teria o Deputado Bacellar.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Na cabeça da organização criminosa do Governo, quem seria?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – O Governador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O próprio Castro.

Abaixo deles, quais seriam os nomes mais relevantes dentro dessa estruturação de crime?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Olha, na assembleia tem a chamada "tropa do Bacellar", que são os Deputados Poubel, Alan Lopes – e eu não me recordo, tem um terceiro – Amorim, Rodrigo Amorim, que é o Presidente da CCJ. No Governo, aí é geral, mas tem aquela turma que eles chamam lá de "turma do charuto" – não sei por que esse apelido, não sei nem se o Governador usa charuto, mas é o apelido da "turma do charuto" –, que é o Governador, o seu conterrâneo, o Sr. André Moura...

Aliás, Senador, o Sr. André Moura, o que ele vem aprontando no Rio de Janeiro é quase que um refúgio. Ele está fugindo de Sergipe, porque não é possível que o cara faça as situações que faz lá com tanta desfaçatez. Eu não sei se V. Exa. tem conhecimento, ele estava guardando um alto valor dentro de casa, e aí o dinheiro sumiu. Aí ele deu parte como um assalto. O senhor conhece, o senhor é Delegado de Polícia... O Contarato está até rindo, ele é Delegado de Polícia. Na verdade, ele deu uma volta... A polícia...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – É. Um banho. O termo policial é este: ele deu um banho. Mas eu não vou discordar do delegado de polícia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando ali na "turma do charuto": Rodrigo Abel, André Moura, o Governador. Deixe-me ver mais quem ali... O Fernando César, que é o cara que faz o jogo, assim, mais sujo. Olha, é difícil, o secretariado... O Governador não era uma pessoa experiente, ele era Vereador antes de ser, e caiu ali de paraquedas, assumiu numa eleição e tudo ele terceirizou. Então, assim, entregou para o Rodrigo Bacellar para montar. Então, cada secretaria é um feudo, e cada um quer obter para si e para o grupo o maior lucro possível. É difícil chegar aqui e dizer: "Olha, fulano não está". Entendeu? Mas, assim, quem tem o dever de zelar por isso é o Governador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor pode apontar... O senhor já fez isso na sua declaração inicial, mas falando da organização criminosa, nas suas palavras, na organização criminosa da Alerj, a captura do orçamento se daria por que vias? O senhor deu alguns exemplos, mas particularmente a turma que seria, nas suas palavras, comandada pelo Deputado Bacellar, se apropriaria do orçamento de que forma?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, embora tenha emenda impositiva, não tem na proporção que tem aqui no Governo Federal, é muito pequena.

A captura do dinheiro, não do orçamento, é feita através da seguinte forma: o Rodrigo Bacellar arrecada... O senhor vai ver que vai aparecer na agenda: 400 mil, educação, entregues ao Vinícius – Vinícius é o irmão do Governador –, vai estar na agenda do Bacellar; secretaria tal, tantos mil, dia tal. Aí vem uma outra página: Deputado Fulano de Tal, marca o dia tal, 80 mil. Vai ter até briga entre eles, porque o valor para cada Deputado é diferente. Acho que eles vão acabar ficando chateados, vamos dizer assim, pelo nível que cada um tem.

Então, funciona assim. O Rodrigo fica com uma parte grande – é visível pelo enriquecimento ilícito dele. Eu, inclusive, apresentei uma representação, através de uma interposta pessoa, por enriquecimento ilícito dele ao Ministério Público, e o Ministério Público arquivou; e depois o Conselho Superior do Ministério Público reabriu. Ele está sendo investigado por enriquecimento ilícito. Porque o principal laranja dele... Ele não tem um, ele tem vários, mas o principal laranja dele é um advogado chamado Jansens Calil. Esse Jansens Calil comprou duas coberturas em Botafogo, de frente para o Palácio da Prefeitura, e o Rodrigo Bacellar mora lá. Quanto o senhor acha que custa o aluguel de duas coberturas em Botafogo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

andar inteiro? O Rodrigo Bacellar paga R\$2 mil. Aí foram perguntar ao Sr. Jansens por que ele faria isso. "Não, um homem influente com tanto poder como ele, eu quero ser amigo dele."

O Rodrigo Bacellar – eu mostrei, fiz uma reportagem tem duas semanas – está construindo na minha cidade um clube privado, com quadra de tênis, com campo de futebol, com heliponto... Eu comecei a desconfiar, né? Minha cidade lá... Eu mandei o pessoal ir lá, e disseram: "Não, o Deputado desce ali e está mandando fazer um heliponto para ele descer ali". Na cara de pau! O terreno custou 3,5 milhões. Se a Polícia Federal não achou mais dinheiro hoje, é porque não foi a uma das casas que não está no nome dele, está no nome do irmão dele, que é o outro grande laranja dele, que se chama Nelson Bacellar – estou dando o nome – e que comprou uma casa num condomínio em Campos chamado Granja Corrientes.

Esse caso é interessantíssimo. O cidadão trabalhava nas plataformas, um engenheiro holandês, que foi chamado pela matriz, então teve que vender a casa às pressas. Vendeu lá por 4 milhões. Aí, não satisfeito com isso, o irmão dele comprou o terreno do lado direito, de um policial civil, e, do lado esquerdo, do meu querido Prof. Luciano D'Angelo – vendeu o terreno –, e construiu uma fortaleza, a casa é um negócio impressionante. Não saiu na imprensa, porque ele controla lá a delegacia de polícia, mas um rapaz, procurando uma casa para alugar, passou em frente à casa lá, tomou tiro no carro. Achavam que estavam bisbilhotando, que era alguém ligado a mim, que estava filmando alguma coisa; não, tomou tiro. Lá tem muito dinheiro guardado.

Agora, eu estou falando aqui, eles vão tirar. Tem um lugar aqui que é onde tem mais, eu prefiro não dizer a V. Exa. aqui de público, porque senão eles vão lá e tiram.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Perfeito. Com relação, nas suas palavras, à organização criminosa que seria comandada pelo Governador Cláudio Castro, também a captura do dinheiro, esse sequestro lá dos recursos públicos do Estado de Rio de Janeiro, se daria nas secretarias?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Nas secretarias... Nas secretarias e em negócios, tipo diferimento. Olha, o cara é o maior devedor de imposto do estado, você ainda faz para ele incentivo para importar querosene e óleo diesel? O cara tem que ser punido!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, negócios tipo o Ricardo Magro e outras figuras, o Trabach... Eles controlaram a agência de energia. Então o cara quer botar gás no posto, tem que pagar 500 mil. Se não pagar 500 mil, não autoriza, não tem licença para botar no posto de gasolina gás. Foi um escândalo!

Relator, Senador Alessandro, eu levei dois anos investigando Sérgio Cabral, eu achava que não ia ver nada igual; se bem que o Sérgio Cabral presta consultoria para o Presidente da Alerj, o filho dele trabalha no gabinete do Bacellar, mas não precisava chegar a esse ponto. Eles só não estão roubando mais do que o Cabral porque, na época do Cabral, tinha a Copa do Mundo, tinha a Olimpíada, tinha muitas obras do PAC que o Governo Federal colocou lá, mas em proporção é uma coisa impressionante. Se tiver uma investigação séria, vai faltar... Já falta, né? O Rio de Janeiro hoje tem um déficit de 50% de cadeia, nos últimos sete anos não foi construído um presídio, uma casa de custódia. Mas vai faltar cadeia pra autoridade, porque autoridade lá fica no Bangu 8; vai faltar cadeia.

O seu colega... perdão, o seu conterrâneo, não é seu colega – pela sua postura o senhor não pode ser colega do André Moura. Está se falando desse escândalo aí do Banco Master. Eu fui o criador do Rioprevidência, na época foi a forma como eu e Fernando Henrique, junto com Pedro Malan, encontramos de capitalizar o fundo, pegando valores de *royalties* futuros, trazendo a valor presente e transformando em títulos, que só podiam ser usados para pagar os aposentados. Pois bem, mudaram a lei, e o título hoje pode ser usado para qualquer coisa.

O Rioprevidência, só com o Banco Master, botou R\$930 milhões depois de advertido pelo Tribunal de Contas de que o banco estava em processo de falência. Mas não é só isso, não! A Cedae, que tem um outro fundo de previdência muito forte, botou 250. Vão perder o dinheiro todo, porque foi naqueles títulos que não têm cobertura do Fundo Garantidor de Crédito. Vai quebrar o fundo? Vai atrasar os salários dos aposentados? Não vai, porque o fundo tem R\$9 bilhões, mas quem vai ser responsabilizado? Todo mundo sabe, até as paredes confessam – como diz aquela canção, né? –, que quem indicou essa diretoria do Rioprevidência foi o Rueda junto com o Andre Moura.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – E o senhor tem informação de algum benefício recebido por eles pela aquisição dos títulos podres do Master?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Olha, eu tenho, mas eu não quero falar aqui o valor, porque a pessoa que me informou depois pode não querer confirmar – é diretor lá, trabalha no fundo, né? Mas é um valor alto, acima de R\$1 milhão por aplicação, tá? O Sr. Antonio Rueda e o Sr. Andre Moura, Banco Master.

Então, assim, além daquela corrupção cotidiana, da licitação fraudada, da... Um negócio que a lei tem que mudar rapidamente: adesão de ata! Estão aderindo a ata com uma facilidade enorme. Seria uma coisa boa se não tivesse picareta no mundo, mas, do jeito que tem, não tem como. A adesão de ata no Rio é assim, uma atrás da outra. Então, se o senhor me perguntar, qual a modalidade de corrupção que tem lá? Todas. Todas. É adesão de ata, é superfaturamento, é obra paga e não feita, é material que não foi entregue, é esquema com Trabach no combustível, com Ricardo Magro na Refit, é esquema no Master, é esquema em tudo!

Eu lamento que ainda tenha alguém no estado que não veja isso. Eu acho até que muita gente vê, mas nós chegamos a um ponto de naturalização...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim, é verdade.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – ... do crime que algumas pessoas pensam: "Ah, todo mundo faz isso". Isso é ruim, porque as pessoas honestas acabam sendo julgadas por esse tipo de bandido, né?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Aí, Governador, entrando para o momento da... porque a corrupção se... A corrupção avançou no Rio de Janeiro, a gente já entendeu, nesse cenário, mas um dos pontos, e talvez o ponto fundamental para esta CPI, é o momento em que você tem a vinculação com o crime armado.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Eu citei no início, aqui, os pontos ali...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – ... do Comando Vermelho...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – De conexão entre o Deputado Bacellar e as lideranças do Comando Vermelho, o senhor coloca isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não só do Bacellar, mas do sistema penitenciário, o Leonardo Franceschini.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sim.

Essa conexão tem uma derivação da conexão tradicional da política fluminense com o jogo do bicho ou é uma nova construção?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – É uma nova construção?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não. O jogo do bicho se profissionalizou e criou o Escritório do Crime, cujo elemento principal morreu em "confronto", entre aspas, com a polícia, o Capitão Adriano, que eu prendi quando fui Secretário de Segurança – era um policial valente, mas com pouquíssimo caráter e não honrava a polícia. Então, o Escritório do Crime contrata, é contratado pela contravenção. É assim: "Quer matar fulano?".

É por isso que eu tenho minhas dúvidas – sabe, Excelência? – em relação à morte da Marielle, mas não é o caso aqui, eu não vou tocar no assunto, porque, para mim, a coisa não foi bem como tentaram colocar ali, não, mas em outra oportunidade.

Eu estou procurando aqui, Sr. Presidente, ser o mais objetivo possível, espero que esteja sendo. Eu sei que, amanhã, parte da imprensa vai dizer: "Ah, não falou, não tem prova...". De tudo que eu estou falando aqui eu tenho prova. Eu estou dando o nome, eu estou dando os fatos, eu estou trazendo aqui reportagens que foram feitas. Eu estou trazendo aqui – como no caso que o General Mourão disse que já sabia – a cópia do livro de entrada do presídio onde foi registrado... Então, é para amanhã não dizerem assim: "Não, o Garotinho foi lá e não falou nada". Eu estou falando tudo! V. Exa. pergunte tudo o que quiser.

Porque eu conheço... Eu sofri na pele uma certa tentativa de destruição da minha imagem, porque eu tinha atacado o sistema. E o senhor sabe que quem vai contra o sistema, especialmente o sistema financeiro, neste país não tem muito futuro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – No tocante a essa parceria ou infiltração do Comando Vermelho, em particular o Comando Vermelho, com o Governo do estado, de que forma se deu essa expansão do CV em contrapartida à redução da atuação de milícias e outras facções? E em que ponto você tem indicativos ou notícias de movimentação de tropa, definição de delegacia, titularidade de delegacia ou comando de batalhão vinculados diretamente a essa intersecção entre Comando Vermelho e poder público?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Então, o senhor deve ter lido – porque saiu em todos os jornais – a briga que havia no Rio de Janeiro para indicar chefe de polícia, tanto da civil quanto da militar. Bacellar chegou quase a romper com o Governador se não indicasse o chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Ele queria... Chegou a indicar um delegado, que depois foi afastado. Os atuais chefes me parece que não estão seguindo a orientação dele, quero ser aqui bem sincero, mas funcionava desta maneira: indicava o chefe da civil, aí o Deputado da base, da lista dos 47, chegava e dizia: "Ó, delegacia da minha área é fulano de tal". O senhor vai ver que, dentro de poucos dias, vai ter um Deputado aí que vai ser preso. Ele botou dois – ainda quando era um outro comandante da polícia –, botou dois policiais militares à disposição do gabinete dele, e eles fazem segurança para o Peixão – Peixão, criminoso terrível lá do Rio de Janeiro. Ele vai ser preso, não tenho a menor dúvida. Vai na próxima lista.

Então, assim, esse envolvimento... Eu queria até, se V. Exa. me permitir, tocar aqui num assunto que eu acho que é importante para esta Comissão, mas eu acho que ele é mais importante para o Brasil, porque a gente não chega a um lugar por acaso. Como é que eu fui parar no TH Joias? Eu lhe contei ontem. Um dia, eu estava lá no meu escritório, um rapaz me liga e diz: "Ó, sabe quem desceu de helicóptero aqui na minha cidade?". É uma pequena cidade que o Deputado Luiz Lima conhece, Natividade, Noroeste Fluminense. "Quem desceu aqui de helicóptero agora é o Rodrigo Bacellar", "É mesmo? Dá para você tirar uma foto desse helicóptero e mandar para mim aí?". Aí tirou a cópia e mandou. Eu notei que, além do prefixo, havia duas letras grandes pintadas no helicóptero. O que será isso? Aí comecei a ligar para as empresas de táxi-aéreo para descobrir o que era aquele M-M – M-M, M-M. O que será esse M-M? Bom, descobri a empresa de táxi-aéreo onde o helicóptero estava: "Escuta, de quem é esse helicóptero em que o Deputado está andando aí?", "Não se mete nisso, não; é complicado, esse cara é complicado, esse é o Barão do Ouro aí", "Barão do Ouro? Quem é esse cara?", "É um cara





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Pará aí, é o dono da Gana Gold, uma das maiores empresas de ouro do Brasil". Já tinha sido preso pela Polícia Federal. Até eu depois liguei para uns colegas meus de rádio lá do Sistema Liberal de Comunicação, do Pará: "Rapaz, não se mete com esse cara. Esse cara é tão poderoso que ele se mudou agora para uma cidade pequena, e casou com uma moça lá novinha, e o Prefeito decretou feriado no dia do casamento dele", "O cara tem tanto dinheiro assim?", "Tem muito dinheiro".

Irmão, para que esse cara está emprestando um helicóptero para um Deputado no Rio de Janeiro? Tem nada no Rio, ou eu achava que não tinha.

Aí, você sabe aquele *modus operandi*, né? O cara tem uma grande empresa com capital social grande, ele abre outra em outro estado, coloca no nome de uma outra empresa e coloca o capital da sua empresa. E vai fazendo assim. Aí descobri empresa dele em Minas Gerais, descobri empresa dele no Mato Grosso, descobri empresa dele em Goiás, descobri empresa dele no Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro? O nome da empresa dele se chamava Zocar Caminhões. Caminhão? O que essa empresa tem encontrado? Cedae, para transportar água.

Bom, o Rio de Janeiro fazer transporte de água, naquele volume que estava se dando, tinha fatura de 3 milhões, 4 milhões, 5 milhões. Aí eu falei: "Ih, rapaz, é complicado". Mas vamos ver, né? Pode ser que esse cara tenha tanto interesse assim.

Mas não me conformei, não. Eu falei: "Eu acho que é muito pouco para ele emprestar um helicóptero". Mesmo que eles estejam fraudando, bota 10 caminhões, diz que são 50, ninguém anotou aquilo lá, não atestou. E a Cedae, indicação do Presidente, era do Bacellar também.

Aí eu descobri que ele tinha uma sociedade no Espírito Santo, com uma outra firma. E essa outra firma do Espírito Santo tinha capital social numa construtora no Rio, que tinha um contrato de 400 milhões para fazer o aterramento do Novo Guandu. Aí, 400 milhões, não é transportar água, é outra coisa.

E aí fui me aprofundando, e aí descobri que eles recebiam propina em ouro. Parte do dinheiro que eles recebiam de propina era pago em ouro. Eu até lamento que não esteja aqui um Deputado do Rio de Janeiro, que eu lhe contei ontem, que estava aborrecido com o Governador, e foi lá pedir uma ajuda: "Queria que meu pai fosse nomeado. O Governador tratou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comigo e disse que ia me dar a secretária". Eu falei: "Eu não falo com o Governador, o Governador pode ser...". "Não, mas o senhor me dá uma ajuda aí, me dá uma coisa dele aí para eu falar." "Não, vou vender informação para você? Mas, olha, eu vou escrever isso aqui para você, você vai lá na tribuna da câmara, sobe e fala." Aí escrevi para ele: "Governador, [ele fez o discurso aqui], o senhor vale ouro, o senhor e o Presidente da Assembleia são homens que brilham, são homens de um quilate que não pode ser medido". Segundo ele me contou, quando ele desceu no aeroporto do Rio de Janeiro, o assessor do Governador já estava lá esperando ele; ele não entendeu nem o que ele falou, que ele não sabia também, porque eu não contei para ele o que era, que eu tinha medo dele vender a minha informação. Nomeou o pai dele; infelizmente, veio a falecer depois e tal, mas foi o secretário.

Então, assim, aí eu falei: "Ouro? O que esse pessoal faz com tanto ouro?". Eu disse: "Eu não vou dar todos os detalhes aqui, porque aí eu, para pegar o crime perfeito, eu preciso de uma informação da CVM". O senhor sabe que existem muitos títulos lastreados em ouro, né?

Mas eles pegavam parte do ouro e davam para o TH Joias, e o TH Joias fazia as suas obras de arte, que ele é um excelente joalheiro, para Vini Jr., para grandes artistas e para todos os traficantes do Rio de Janeiro.

Diga-se de passagem, é uma injustiça com o TH Joias dizer que ele é do Comando Vermelho. Ele faz joias e vende armas pra todas as facções.

Ele tem um namorado que é do Comando Vermelho. Ele tem lá uma relação, com o Comando Vermelho, nesse nível. Ponto. Agora, ele fornece droga e *drone* e arma pro Terceiro Comando – milícia não sei, mas deve fornecer também – e pro Comando Vermelho, em maior intensidade, mas ele não é um traficante do Comando Vermelho. Ele é um bandido, que tem ligações com o tráfico.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Dentro desse contexto, Governador, de proximidade com as facções, enfim, infiltração criminosa, o que explica e por que aconteceu, na forma como aconteceu, a Operação Contenção, recentemente realizada pela polícia carioca?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Bom, há várias versões. Eu fico com a seguinte versão: o julgamento do Cláudio Castro por outro crime que ele e o Bacellar cometeram juntos, que foi o caso Ceperj, estava muito próximo, e ele sabia do voto da Relatora, a Relatora Gallotti... Seria um voto pra arrebentar.

E foram contratados 27 mil cabos eleitorais para receber, na boca do caixa, dinheiro.

No Rio, onde ele tem uma ampla maioria, ele ganhou por 4x3 no TRE. Um voto suspeitíssimo do cidadão que votou e, dois meses depois, virou Desembargador.

O senhor sabe que eu, como Governador, nomeei desembargador, e minha esposa também. Esse cidadão que deu o voto ali, que foi o voto minerva, dois meses depois virou Desembargador.

Então, eu acho que a operação, ali, foi um desvio de foco, uma covardia contra a polícia... Morreram cinco policiais, e tem vários outros feridos. E não se tem, até hoje, prova contundente, clara, de que aquelas pessoas que morreram... Tinha criminosos? Tinha, mas e o resto? Cadê ali?

E o Ministro Alexandre de Moraes – eu quero dizer aqui, claramente, por quem eu não tenho a menor simpatia; quero deixar isso bem claro – virou e, como Relator da ADPF das favelas, pediu pra que fosse preservado o local, para que ele mandasse peritos independentes fazerem a perícia.

Sabe qual foi a resposta do Governador? "Só se fizer outra operação, porque não dá pra voltar lá".

Ó... Então, a operação foi para quê?

E o principal alvo, que era o Doca, não foi preso. Doca já estava em Paraisópolis, sob a responsabilidade do Primeiro Comando da Capital.

Porque há também essa ilusão, né?, mas PCC e Comando Vermelho são totalmente diferentes.

O PCC trabalha no atacado; o Comando Vermelho é varejo. Agora o Comando Vermelho começou, muito de forma incipiente – pega aquela matéria aqui só para... –, incipiente, a entrar no atacado. Mas, só para ter uma ideia da dimensão de uma coisa para a outra, o Comando





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vermelho tem muito poder porque ele domina muitas bocas e bicas. Se você chega à Rocinha, por exemplo, há uma boca de fumo. Tem lá 30, 40 bicas. Cada bica dessas tem um gerentinho, e a boca tem um gerentão. E todo mundo armado, né? Então, assim, o poder de gente armada deles é muito grande.

Eu publiquei uma nota no dia 23 de outubro, depois de ter uma longa conversa com um policial que trabalha na Polícia Federal em São Paulo e está dedicado, debruçado, junto com o Promotor cujo nome agora me fugiu, a estudar o caso do PCC lá em São Paulo. É um Promotor bastante conhecedor. Então, ele me relatou, no dia 23 de outubro, o seguinte: o PCC tem o controle absoluto do Porto de Santos, de onde sai a maioria das exportações de cocaína para o exterior. O PCC está hoje em 30 países e tem contato direto com os cartéis de droga do México, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, o que sobrou, a máfia da Calábria e o Hezbollah. Os principais mercados do PCC são Europa, Oriente Médio e África. Eu perguntei: "Estados Unidos?". "Não, Estados Unidos os mexicanos não deixam entrar". O PCC tem hoje, segundo o SIS, uma espécie de sistema de inteligência de Portugal, mil membros em Portugal – mil! É dali que é distribuído para toda a Europa.

O PCC não age da mesma maneira em todos os países. Em Trinidad e Tobago, ele troca cocaína por ouro; em Gana, por diamante; e, no leste europeu, por arma. O PCC financia cursos para membros das suas organizações para serem juízes, delegados da Polícia Federal, promotores de Justiça, delegados da polícia civil e outros cargos estratégicos no Judiciário. Além da infiltração no setor de combustíveis, o PCC tem hoje uma ampla rede de motéis – ele calcula entre 150 a 200 motéis –, mais de 1,5 mil farmácias, imóveis e controla 40% das *bets* legalizadas. E, no setor público, eles estão entrando em construtoras para obras públicas e empresas de ônibus.

Marcola e Fernandinho Beira-Mar aparentemente são chefes dessas facções, porque eu me recuso a acreditar, tendo um pouquinho de inteligência, que um negócio desse tamanho... Um camarada como Marcola pode até ter criado o seu braço armado, mas isso fugiu ao controle. Isso hoje é uma grande empresa multinacional. Ficar achando que vai resolver esse problema dessa maneira é um equívoco – é um equívoco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, ele me falou outras coisas aqui e disse que, através de advogados, Fernandinho... E quem manda hoje no Comando Vermelho ainda é Fernandinho Beira-Mar; eu digo nessa parte operacional, como quem manda é o Marcola. Essa parte operacional é a visível, agora nós estamos entrando na parte invisível. Eles ficam com a menor parte do dinheiro, a grande parte do dinheiro vai para operadores. Como é que você pega uma *fintech*... Acha que o Marcola abriu uma *fintech*, acha que o Marcola controla 1,5 mil farmácias, motéis...? É claro que tem todo um sistema empresarial que se beneficia do crime, e os governos são coniventes, porque hoje, se eu quiser, através do equipamento que a Receita Federal tem, comprar um barbeador, pedir a nota fiscal, a Receita vai saber. E como é que isso tudo se movimenta, bilhões dentro do país e ninguém sabe? Ou não queriam ver, ou não querem ver.

Então assim, para mim, Senador Alessandro, há uma certa – ou houve até determinado momento, não sei – uma certa cumplicidade. É muita gente grande envolvida nisso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Seguramente.

Governador, caminhando já para o encerramento da minha participação aqui, o senhor mencionou uma organização criminosa vinculada à Alerj, uma organização criminosa vinculada ao Governo do estado – na Alerj, sob o comando do Deputado Bacellar, e a do Governo do estado sob comando do Governador Cláudio Castro. O senhor apontou aqui três ou quatro nomes em cada organização criminosa que seriam de maior relevância.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Eu poderia até dar mais nomes aí, mas...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O senhor apontou aqui fatos concretos que podem ser apurados, vinculações a escândalos já conhecidos, outros escândalos novos que estão chegando, formas de lavar dinheiro. Eu quero lhe perguntar com relação à infiltração do crime organizado no Poder Judiciário e no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro: se a gente consegue definir também como novas organizações criminosas ou se essa infiltração ainda é pontual.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Senador, quando eu denunciei o Sérgio Cabral, daquela denúncia, o chefe do Ministério Público foi preso, Cláudio Lopes, recebeu uma mesada de 150 mil. Quem não foi punido? O desembargador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha denúncia era falsa? Não, minha denúncia... Os peritos do CNJ disseram: "Não, está totalmente embasado, tudo que ele falou aqui é verdade". Mas houve um apelo à Ministra Presidente do CNJ, dizendo que ele era formado em direito, não entendia de engenharia, que ele foi induzido a erro pelos engenheiros do tribunal; puniram os engenheiros do tribunal, e o desembargador não foi punido.

Agora, o que nós estamos vendo? Um desembargador federal preso hoje; o Corregedor do Ministério Público estadual – gravações que já estão em poder da Polícia Federal, de conversa dele informando a Bacellar... Então é total. Não vou dizer que "os Poderes", mas, assim, tem... Agora mesmo foi afastado um lá no Rio de Janeiro também: em todo plantão dele, ele soltava traficante. E o senhor deve saber quantos *habeas corpus* foram dados a traficantes durante o ano passado. O senhor sabe o número?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Não tenho o número agora, mas o senhor pode informar à gente?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Seis mil e duzentos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só pela Justiça do Rio de Janeiro?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, Supremo e STJ, as cortes superiores. Se o senhor for botar os tribunais estaduais, aí passa disso. Eu estou falando só dos tribunais superiores.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Sr. Presidente, da minha parte, eu estou satisfeito com a colaboração do Governador. Agradeço pela presença, pela coragem, e fico aqui acompanhando para mais manifestações, conforme o andamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Para interpelar.) – Muito obrigado, Relator. Parabenizo V. Exa. pela forma como vem conduzindo, ao passo que quero também cumprimentar o convidado, o Governador Anthony Garotinho, pela sua exposição, de forma didática.

Eu vou ser bem direto e objetivo. O senhor foi Governador do Estado do Rio de Janeiro de 99 a 2002. Posteriormente, a esposa do senhor o sucedeu, de 2003 a 2007.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Para expor.) – Não, 2006.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – A 2006, desculpa. E o senhor foi Secretário de Segurança Pública...

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Dela, em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Isso. Como Secretário de Segurança Pública... Eu sei que é uma função desafiadora porque, constitucionalmente, à luz da Constituição, se o senhor pegar o art. 144, que tem ali as atribuições das instituições de segurança pública, nós temos ali a competência da polícia estadual para, primeiro, prevenir, através da polícia militar; depois a polícia judiciária, no âmbito estadual, chefiada pela polícia civil; e naquelas infrações residuais, quando há interesse da União ou de caráter internacional ou interestadual, a competência da Polícia Federal. O senhor, como Secretário... tanto como Governador, depois a esposa do senhor como Governadora, depois o senhor como Secretário de Segurança Pública tinha uma missão ali também, de alguma forma, na medida do que era possível, obviamente, de coibir a atuação do Comando Vermelho. O que o senhor fez ou o que o senhor faria diferente, para que não chegasse da forma como chegou hoje, nessa atuação?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Senador Contarato, eu prendi Fernandinho Beira-Mar e prendi 87 líderes do Comando Vermelho. O Comando Vermelho abriu espaço para a existência da milícia, porque eu prendi o Comando Vermelho todo. Eu prendi Marcelinho Niterói, Marcelo PQD e todos eles – não vou ficar aqui nominando esses criminosos. Por quê? Quando eu assumi, o estado estava totalmente desestruturado financeiramente e do ponto de vista da segurança. Nós tínhamos um secretário lá, que era um general, que dizia o seguinte: "Atira primeiro e pergunta depois", General Cerqueira. Eu disse: "Olha, acabou isso, não vai ter mais 'gratificação faroeste', e a minha política de segurança é prevenção, modernização do aparelho policial e repressão qualificada".

Na prevenção, eu implantei 64 programas – Jovens pela Paz, Reservista da Paz –, todos os programas voltados para um público específico: jovens que eram autores e vítimas de crimes, os maiores são para jovens, autores e vítimas de crimes. Reservista da Paz: o sujeito que sobrava do alistamento militar eu botava para ficar no batalhão da polícia da área, pagava um salário





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo, dava uma bolsa, e ele ficava ali. E o Jovens pela Paz tinha programa de cultura, música, enfim, todo tipo de atividade dentro da comunidade. Se o senhor pega o Mumuzinho, era do Jovens pela Paz. Se o senhor pega vários artistas populares, saíram desses programas que nós fizemos, prevenção.

Modernização do aparelho policial. O Bope não tinha sede, eu que construí. O Bope vivia aquartelado no batalhão de choque. Eu construí a mais bonita sede de um quartel no Brasil, era onde ia ser um hotel, na Tavares Bastos, que tinha sido interditado. Eu construí lá a sede do Bope com estande de tiro, com trilha, com tudo que o senhor puder imaginar para treinamento do Bope. Eu posso dizer ao senhor: o Bope pode ter defeito, mas é uma das melhores e mais eficientes polícias do Brasil.

Eu criei a Core, que é uma espécie de Bope, só que da polícia civil, que é a Coordenadoria de Repressão, da polícia civil. A polícia civil e a polícia militar usavam um revólver 38 em 1998. Eu comprei as primeiras pistolas ponto 40, modernizei o aparelho policial. Eu comprei helicópteros para o GAM – o GAM é grupo aéreo marítimo –, por quê? Porque nós detectamos que grande parte das armas entraram pela Baía de Guanabara, como continuam entrando. Então, era preciso fiscalizar. Compramos helicópteros para a polícia militar e para a polícia civil. Nós criamos o Getam. O que é o Getam? Grupamento Especial Tático Móvel. No Rio, tinha mania de ter bonde à noite, aqueles bondes de bandido. Então, eu criei o chamado Bonde do Bem. Eram cinco Blazer, cinco homens em cada um, 25 homens armados com fuzis. No primeiro confronto que teve, acabou bonde no Rio. Voltou depois que eles acabaram com o Getam.

Eu criei o ISP (Instituto de Segurança Pública) porque os números eram fornecidos ao secretário de segurança num pedaço de papel. Cada delegado anotava num papel e mandava para a secretaria. E botei para dirigir o ISP uma pessoa independente, uma socióloga, porque se botar policial ele manipula. Porque eu passei, ao acabar com a "gratificação faroeste", a gratificar pelo desempenho, ou seja, a delegacia que diminuísse o roubo de automóveis, o furto de automóveis, o roubo de transeuntes e fosse mais eficiente, toda a delegacia, era premiada. Então, não era criar auto de resistência matando.

Então, eu poderia falar que dezenas de tudo que tem na segurança pública, ainda hoje, foi criado por mim. Eu peguei o Rio com dez sequestros por dia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peguei o Rio com dez sequestros por dia. Você não vê falar de sequestro mais no Rio de Janeiro há muito tempo, porque eu mudei a Divisão Antissequestro. Coloquei lá um delegado e ele me disse: "Vou ter que prender meus colegas". Eu disse: "Prenda". Os primeiros a serem presos foram quatro delegados, porque a Divisão Antissequestro sequestrava e pedia resgate.

Então, só para concluir, ontem tive uma conversa com o Senador Alessandro, pedi até a ele que fizesse um projeto nesse sentido, porque há maneiras de combater a droga a curto prazo? Há. Mas vai solucionar? Não. Pode melhorar? Pode, mas não vai resolver da maneira como nós precisamos.

Três pesquisadores... Pessoas que, além de pesquisadores, tinham um pouco de conhecimento de filosofia fizeram para si uma pergunta: "Por que cada vez mais pessoas do mundo inteiro estão usando mais droga?". E, ao não encontrar a resposta, partiram para um projeto entre Harvard e Cambridge, duas universidades muito importantes. Pegaram 500 garotos de seis anos e botaram num grupo, e botaram 500 garotos de seis anos em outro grupo. Esse grupo aqui, a partir de seis anos, teve esporte de rendimento obrigatório – obrigatório. Quando chegaram aos 15 anos, 2% foram para droga. Do outro grupo que não teve esporte de rendimento obrigatório, 38% foram para as drogas. Por quê? O que o esporte de rendimento faz no organismo? O que a droga gera? Adrenalina, e o esporte também. Eu estou aqui diante de um atleta. Você não tem adrenalina, serotonina, dopamina? Todas as substâncias, os hormônios que a droga pode produzir no organismo, o esporte de rendimento também pode.

O senhor já imaginou se o Brasil decide pôr, como lei, de forma obrigatória, a prática de esporte de rendimento e o cara ter que passar em português, matemática e esporte de rendimento? Nós viramos uma grande nação, vamos economizar dinheiro na saúde, vamos deixar de gastar um dinheirão comprando equipamento para droga, para combater droga, armamento e vamos ter uma geração muito mais saudável.

O Presidente Biden recebeu esse documento já nos estertores lá do seu Governo. Eu tinha até muita esperança de que o Presidente Trump pudesse implantar esse projeto, porque os Estados Unidos sempre são uma referência para outras nações, mas o senhor sabe que a política





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armamentista nos Estados Unidos é muito forte, o setor, né? Mas, se a gente pensar, em termos de Brasil, o que o Brasil pode ganhar com esses meninos praticando esporte de rendimento... Não é jogar uma peladinha, não, tá? Esporte de rendimento é corrida, é luta. Eles caracterizaram o que vem a ser esporte de rendimento: natação...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Governador.

Eu concedo a palavra e consulto se o Vice-Presidente Senador Hamilton Mourão deseja fazer uso da palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Cumprimentando aí o Governador Garotinho... Uma vez que ele mencionou o incidente havido que envolveu a instituição à qual eu servi por 46 anos, é bom a gente contextualizar tudo o que ocorreu.

Ali naquele ano de 2023 – não é, Governador? – nós tivemos um desvio de armamento, que era armamento já em fase de desfazimento, que estava no arsenal lá de Barueri, estava naquilo que a gente chama de manutenção de quinto escalão. E, a partir daí, o Exército abriu IPM, e tal e coisa, e houve uma atividade de inteligência forte para descobrir onde tinha ido bater isso aí. E efetivamente foi constatado que ele estava – parte dele; outra parte já tinha sido recuperada – estava lá dentro da comunidade da Rocinha. E aí o Exército tinha a proposta de realizar uma operação de investimento naquela localidade, e que realmente seria um problema sério. Se decidiu por uma operação de inteligência envolvendo a questão do presídio. E aí, realmente, uma história cobertura fraca, utilizada pelos dois agentes, levou a esse incidente que o senhor relatou.

No final das contas, é aquela história: em troca de não haver uma operação que resultasse em alto grau de letalidade, se teve que entabular uma negociação, tipo aquela: "Ó, você entrega o armamento ou nós vamos cercar isso aqui, e tu vai ficar sem teu ganha-pão durante uma porção de tempo". Foi mais ou menos nesse estilo. É lamentável? É lamentável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO (Para expor.) – Era isso que eu ia perguntar ao senhor, porque eu tenho uma alta estima pelo Exército Brasileiro. Não gostaria de ver o Exército Brasileiro negociando com o Comando Vermelho.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Na realidade, o que ocorreu foi exatamente isso aí: evitar-se algo que levaria a um grau de letalidade bem elevado. Todo mundo aqui conhece a comunidade da Rocinha e sabe o que seria aquilo ali, de tão complicado que era.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Então, por que no Alemão se decidiu fazer uma operação para prender o Doca, e morreram cento e tantas pessoas, e não fizeram na Rocinha?

Porque eu até entendo... Eu tenho uma matéria aqui que eu queria mostrar a V. Exa. – empresta aqui um pouquinho –, que é fruto de muito trabalho, muita pesquisa – está aí, sim – sobre o arsenal da Rocinha – você pode procurar que está aí.

A Rocinha tem hoje, dentro dela, 1,5 mil fuzis. E esses fuzis... Esta matéria é do jornal *O Globo*, baseada em informações que eles obtiveram: "Maior fortaleza do tráfico, Rocinha é 'blindada' [...] [por] 1.500 fuzis". Ela é do mês de janeiro. Nós estamos em dezembro. Qual foi a atitude do Governo do estado? Nenhuma.

Numa certa ocasião, Sr. Ministro, um cidadão que hoje preside a Abin, chamado Luiz Fernando Corrêa... Eu era Secretário de Segurança, e ele foi até lá propor uma intervenção do Governo Federal. Ele colocaria a Polícia Federal – porque ele, na época, era Diretor-Geral da Polícia Federal – e mobilizaria as Forças Armadas. Eu, que já sabia que a proposta ia ser mais ou menos essa, preparei para ele o seguinte: "Olha, o senhor sabe que o Rio de Janeiro tem o maior contingente de militares até hoje".

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Tinha.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, ainda tem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não dá não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Se contar os aposentados, ainda tem.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Aí, sim, os aposentados... (*Risos.*)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Não, e de ativos, também, o número é grande.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – É, mas não é o maior.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Sim, mas é enorme.

Então, eu disse para ele: "Olha, eu gostaria de fazer uma operação bacana com vocês. Eu preciso ocupar simultaneamente a Rocinha, a Maré, o Complexo do Alemão; eu quero ocupar o Salgueiro, lá em São Gonçalo; quero ocupar o Dendê, na Ilha do Governador; quero ocupar em Senador Camará. Para isso, eu preciso de 4 mil homens da Marinha, do Exército e da Aeronáutica". Ele disse: "Não, mas aí não dá". "Mas vocês não querem acabar com o negócio? Nós vamos acabar".

Porque o senhor sabe como foram as intervenções no Rio. A última, do Braga Netto, para ser sincero, ainda foi a melhorzinha, porque deixou equipamentos, fez investimentos, mas as anteriores... O cara parava um tanque na Avenida Atlântica, apontava para favela e gerava "sensação de segurança". Isso não é combater crime!

Aliás, as pessoas deviam parar de usar esse nome "violência", o nome certo é "criminalidade". O que as pessoas têm que combater é a criminalidade; violência é uma sensação. Pode-se até estar num lugar violento e não sentir. Você pode estar num lugar seguro e se sentir inseguro.

Então, assim, eu acho lamentável essa situação do Exército, e faltou, eu acho, isso que o senhor está fazendo aqui hoje, faltou o General Paiva esclarecer, colocar publicamente essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Mais alguma coisa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Sim, mais uma pergunta aqui, Presidente.

Governador, na sua avaliação, a atuação do Governo Federal tem contribuído, tem sido neutra ou tem dificultado as ações dos estados, no enfrentamento ao crime organizado? Que tipo de postura federal seria necessária para fortalecer e não limitar as iniciativas estaduais de segurança pública?

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Olha, eu começaria dizendo que há um grande equívoco em não caracterizar o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital como organizações terroristas. Em qualquer lugar do mundo, o sujeito que anda no meio da rua com um fuzil é abatido sem questionamento. Então, a primeira questão é a questão legislativa.

Segundo, eu acho que precisa aumentar o efetivo da Polícia Federal. O efetivo da Polícia Federal é mínimo para o tamanho do Brasil. Segundo lugar, tem que investir em tecnologia. Como é que eu consegui, naquela época, sair do grampo e prender aqueles caras todos do Comando Vermelho? Antes de existir o Guardião, eu fui até Israel e comprei um aparelho chamado Bedin, que era usado pelos israelenses. Grampeamos todo mundo, prendemos todo mundo. Então, tem que investir em tecnologia.

Vamos ser sinceros? De 90% da cocaína que passa pelo Brasil, ficam 20%. O resto vai embora, para os mercados. Elas vêm de onde? Elas vêm, basicamente, do Peru, da Colômbia e do Equador – é o grosso.

Tem um pouquinho na Venezuela, mas o grosso é Colômbia e Peru.

Será que não existe, hoje, uma maneira de destruir essas plantações de coca, não? Com tanta precisão, eu sou capaz de localizar hoje uma casa, como Israel faz quando quer atingir...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Pelo Google Maps.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Pelo Google.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, não vamos nem, Otoni... Registrar aqui a presença do Otoni de Paula. Não é nem pelo Google, não; Israel acabou com o Hezbollah o senhor sabe como, com um aparelhinho infiltrado, e explodiu 4 mil pessoas de uma vez.

Então, investir em tecnologia – investir em tecnologia. E acho que crimes de organizações criminosas devem ser federalizados, e eu explico por quê: porque a grande infiltração de agentes públicos dentro dessas organizações criminosas impede a apuração.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Então, se você federaliza, você torna a apuração mais rápida, mais eficiente e mais transparente.

Eu poderia dar outras sugestões aqui.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Obrigado.

Eu quero agradecer o comparecimento do Sr. Anthony Garotinho, o comparecimento e a participação do Relator e do Senador Mourão.

E, nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença, convidado-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, 17/12...

O SR. ANTHONY GAROTINHO *(Fora do microfone.)* – Eu posso fazer um pedido?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – ... no plenário do Senado, com a presença do Sr. Jorginho Mello, Governador de Santa Catarina, e do Sr. Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina.

O SR. ANTHONY GAROTINHO *(Fora do microfone.)* – Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Antes de declarar encerrada, eu concedo a palavra...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTHONY GAROTINHO – Eu queria só fazer um pedido, que é o seguinte: eu já disponho de segurança concedida pelo Ministério Público do estado, mas eu gostaria de pedir um reforço, e, se o senhor puder encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Tá.

Relator, se manifeste, por favor.

O SR. ANTHONY GAROTINHO – ... um ofício ao Governador do estado... Eu ando acompanhado por policiais do Bope e do batalhão de choque. Se o senhor puder pedir para reforçar, eu agradeço sinceramente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Sim, sugerir, através da Comissão, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Perfeito.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... o reforço na segurança do Governador Garotinho.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Será feito isso.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI DO CRIME ORGANIZADO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLÊNARIO Nº 6.

Às dez horas e trinta minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato e Hamilton Mourão, reúne-se a CPI do Crime Organizado com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Otto Alencar e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Jorge Seif, Dr. Hiran e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Marcos do Val, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Magno Malta e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva de Jorginho Mello, Governador de Santa Catarina, e de Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina.** **Finalidade:** Depoimento de Jorginho Mello, Governador de Santa Catarina, e de Flávio Rogério Pereira Graff, Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, em atendimento ao requerimento 1/2025. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da CPI do Crime Organizado

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/17>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da CPI do Crime Organizado da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina à oitiva do Governador e Senador de Santa Catarina, meu querido Senador Jorginho Mello, e do Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, Sr. Flávio Rogério Pereira Graff.

Ressalto que o convite foi feito a fim de se obter a colaboração dos depoentes, a partir da experiência dos cargos que atualmente ocupam, nos termos da aprovação do Requerimento 1, de autoria do nosso Relator, Senador Alessandro Vieira.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião, realizada em 16/12/2025.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu queria aqui fazer um registro e um depoimento simples, porque eu costumo falar que reforço positivo para mim é sempre bom fazer. Às vezes a gente na política recebe tanta crítica – crítica, crítica, crítica –, julgamentos, apontamentos, sofre hostilização, seja de um lado de espectro de um partido político ou outro. Eu não estou entrando nesse mérito, mas eu quero aqui fazer um depoimento da minha admiração enquanto ser humano, enquanto brasileiro, enquanto Senador e da minha alegria de ter partilhado muitos momentos aqui neste Senado Federal com o Senador Jorginho Mello, uma pessoa que eu respeito, eu admiro, eu considero, porque tem coisas na política que transcendem aqui o espaço institucional. Eu acho que é isso que falta, mais efetivamente, nas pessoas, exercer a empatia, se colocar na dor do outro e ter um olhar mais humanizador, sabendo que divergências políticas tem em qualquer lugar, mas a boa prática da política é você convergir com os diferentes e construir pontes, e não separar, e não erguer muros. E é isso que eu tento fazer, humildemente, aqui nesta Casa, no Senado Federal, às vezes não agradando – é óbvio, como é peculiar –, às vezes desagradando ou sendo prejudicado, às vezes levando até para ataques pessoais, como já sofri inúmeras vezes, eu, meus filhos, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu tenho a plena convicção de que o meu relacionamento aqui com o Senador Jorginho Mello, hoje Governador do Estado de Santa Catarina, sempre foi da melhor forma possível.

E, mais uma vez, muito obrigado por estar vindo a esta Casa – esta Casa é de V. Exa. – e muito obrigado por ter atendido esse convite. E V. Exa., assim como o seu Secretário e o apoio que for necessário terão aqui um tempo que eu já disponibilizo para fazerem a sua exposição de 20 minutos, para ambos, e aí vocês podem fazer. Mas eu não poderia deixar de fazer esse registro do meu agradecimento à participação de V. Exa.

Com a palavra, o Governador, ou o Secretário, ou quem...

O SR. JORGINHO MELLO (Para expor.) – Muito bem. Muito bom dia!

Quero cumprimentar os Senadores, o Senador Fabiano, o Senador Alessandro, o Senador Mourão; dizer da minha satisfação de estar aqui no Senado da República. Primeiro, quero agradecer as suas palavras, dizer que sempre tive por V. Exa. respeito, admiração pela qualificação do trabalho, pelas pautas e a forma de atuação. Então, o Senado da República me deu bons amigos e levo daqui impressões de grandes estadistas que ajudam o Brasil na moderação, na revisão, e o Senado tem se prestado muito a esse papel, porque tem figuras como vocês, e V. Exa., de forma especial.

A gente teve aprovações de matérias importantes, mas sempre com um respeito mútuo, indo até onde era possível, ajudando a construir, e sempre o resultado dá o melhor que a gente pode oferecer à sociedade. Então, eu me sinto muito feliz. Passei quatro anos importantes da minha vida aprendendo muito com V. Exas. e contribuindo para que a gente possa, com mais preparo, ajudar e preparar a sociedade de Santa Catarina. Muito obrigado pela sua citação e quero devolver da mesma forma, a alegria, a forma prestigiosa com que eu estou aqui para prestar informações sobre o nosso querido Estado de Santa Catarina.

E reitero o convite a V. Exas., nosso estado está lá à disposição: vão para lá, não só pelo verão, mas também porque a gente recebe de braços abertos, porque os senhores são expoentes da política brasileira e nós precisamos valorizar isso.

Eu quero, sobre segurança pública, eu quero apresentar aqui o Delegado-Geral da Polícia Civil, o Comandante da nossa briosa Polícia Militar, o Secretário Adjunto de Segurança. A Vânia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é a Secretária de Articulação Nacional aqui em Brasília. Essa jovem senhora é a Secretária de Justiça e Reintegração Social e o Coronel Graff é o Secretário de Segurança Pública. Então, eles estão todos me acompanhando para que, se alguma coisa eu não souber informar... Eles estão aqui para nos ajudar, porque a gente quer contribuir da melhor forma, da forma possível, que os senhores entendam.

Eu sei do acúmulo de trabalho, eu sei que os senhores têm que cabecear e fazer gol, eu sei como é que funciona aqui no Senado: a gente tem que correr de um lado para o outro, o preparo físico fica bom.

Então, eu quero iniciar dizendo que o nosso Estado de Santa Catarina é um estado que tem 1% do território nacional, mas é um estado que tem... que se diferencia de todos os outros estados pela forma de empreendedorismo que nós temos lá. Lá alemães, italianos, caboclos, pretos, negros... a nossa convivência formou uma etnia imbatível. A gente tem muito orgulho da mistura de raças que a gente tem lá – muito orgulho. Tenho muito orgulho em ser um estado que mais recebeu migrantes do Brasil. Nós recebemos lá 500 mil pessoas nesses últimos tempos, que a gente acolhe, pessoas que foram em busca de felicidade, em busca de emprego, em busca de uma vida melhor. Então, a gente recebe de braços abertos, procura dar carinho, procura dar assistência, procura dar tudo aquilo que é possível: segurança, educação, saúde, enfim. Então, a gente tem muito orgulho do estado em que a gente reside, pequeno, como já disse, mas um estado que tem... que é um gigante naquilo que representa para a economia do Brasil.

A nossa segurança pública: as forças policiais de Santa Catarina trabalham religiosamente juntas. Lá não tem: "Ah, porque a polícia civil vai para um canto; a polícia militar, para outro; a polícia científica, para outro". A nossa polícia científica, só para os senhores terem uma ideia, ela tem autonomia, ela não está embaixo de ninguém, até porque eu considero que a polícia científica – a nossa PCI – ela dá à Justiça, ela dá às outras áreas uma condição ímpar de uma sentença, de realmente apontar o criminoso. Perícias bem-feitas, independentes, com equipamentos... Nós temos equipamentos de última geração para quebrar senha de telefone, aqueles telefones em que: "Ah, porque não é possível, porque não dá, porque..."; tudo lá para nós dá, porque a gente está preparadíssimo. E a polícia científica atua... Muita gente, quando confunde o antigo IGP, que alguns estados ainda preservam, que cuida só de mortos... Não, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa cuida de vida; 99% é vida: carteira de identidade nacional, laudos, perícias, para desvendar crimes. Lá a gente resolve os crimes ao dobro do que o Brasil resolve: nós resolvemos 85% de todos os casos; o Brasil resolve 40%. Então, é porque a polícia científica também, junto com as outras forças, consegue fazer esse trabalho profissional.

À polícia militar, à polícia civil, eu sempre digo a elas: todo mundo está querendo fazer a mesma coisa. Então, vamos trocar experiência, ideia e força para fazer melhor.

Então, hoje nós temos um número de pessoas encarceradas de 30 mil – de 30 mil e 300. Nós temos... Estamos construindo agora, aumentando o número de presídios. Temos 35% de todos os apenados que trabalham. A gente faz diversas atividades dentro do presídio.

Eu chego ao extremo: nós fazemos vestido de noiva lá no presídio de Chapecó, mas vestido de alta qualidade. Tem um dos apenados que vai sair agora, que ele desenha roupas de mulheres. E foi feito um vestido que foi vendido por R\$40 mil, todo de pérola, e ele está sendo contratado por uma grande empresa para fazer os figurinos. Então, está terminando a pena dele.

Então, a gente faz colchões, a gente faz sofá, a gente faz camisa, a gente faz diversos assuntos de telefonia. A Intelbras, para falar o nome da empresa – até porque eles permitem –, a gente faz, para eles, em São Pedro de Alcântara, os nossos presidiários. Eles nos deram uma informação de que, dos produtos feitos, montados dentro dos nossos presídios, o cliente não reclama, porque está bem encaixado, está bem-feito. Os que eles fazem na empresa, de vez em quando, no transporte, na venda, um cabo não está bem conectado, e geram uma reclamação, devolvem, tem que dar outro e tal; os nossos não, são perfeitos. Isso, para nós, a gente credencia aos presos a qualificação deles, o zelo.

Então, eles ganham um salário mínimo, cada três dias trabalhados é um dia remido; 50% vão para a família, do dinheiro, os outros 50% ficam para o custeio... Os outros 25% ficam para custeio, e 25% vão para uma poupança, um fundo, que eles, quando saem nominalmente, levam aquele dinheiro.

Então, tem sido um sucesso absoluto. Nós estamos fazendo agora 9 mil vagas para ter mais conforto, para receber. Nós temos uma penitenciária na capital que já está muito antiga,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha uns contêineres. Eu fui lá, a gente desmanchou tudo, porque a gente quer fazer uma cidade da cultura ali. Nós vamos transferir esses presos para outras penitenciárias com construção e possibilidade de trabalho.

Nós temos uma única prisão máxima, de segurança máxima, que é São Cristóvão do Sul, no Planalto Serrano, onde tem atividade laboral também muito grande. Nós temos 42 presos em segurança máxima; temos capacidade para 200 presos nesse local.

Então, a nossa polícia militar é uma das polícias mais bem avaliadas do Brasil pela qualificação – todos eles têm curso superior –, a gente vai ao encontro dos anseios deles. Esse último ano foi uma das categorias que mais teve aumento salarial, foram as nossas polícias.

A gente faz com que elas tenham conforto para trabalhar, cuida do fardamento. Na data do aniversário, a gente está dando, agora, um fardamento para o policial, para que ele não precise comprar; a gente faz com que... A gente aumentou o vale-alimentação, ele come onde ele quiser: a gente dá o dinheiro, em vez de pagar o restaurante, a gente dá o dinheiro na conta dele. Fardamento de verão agora a gente distribuiu, mais fino, mais confortável, para que ele possa atuar de forma tranquila. Enfim, viaturas...

A inteligência da polícia é muito forte. Câmeras de leitura facial a gente está instalando em todo o Estado de Santa Catarina.

Por exemplo, só para os senhores terem uma ideia, a Oktoberfest é uma das maiores festas do sul do Brasil. Passaram por lá 700 mil pessoas. Foi furtada meia dúzia de celular. Em duas horas, os celulares estavam na mão dos seus verdadeiros donos.

Antes de começar a festa, a gente convidou alguns, que estavam de mãozinhas dadas com a namorada ou com a esposa, e disse: "O senhor tem um probleminha com a Justiça. O senhor não vai para a festa. O senhor vai ter que deixar a festa para outra hora". Enfim...

Então, a gente tem muito... A qualificação da nossa polícia é muito boa, muito boa, muito boa, e a integração. Então, eles estão sempre trocando informação.

O Coronel Graff é o Secretário de Segurança Pública, e tem os comandos das polícias, todas elas, da polícia científica... Só não está aqui a polícia, a nossa Andreza, porque vai ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mamãe. Então, a gente a está poupando um pouquinho, mas está aqui a nossa Dani, que é de carreira... Todos eles são de carreira. Não tem nenhum que não seja de carreira. Todos eles. Todos eles.

Então, eu tenho muito orgulho em ter um colegiado, um time de gente comprometida, de gente que sabe o que está fazendo...

Pela inteligência da polícia, nós conseguimos, hoje, colaborar com estados amigos, e todos os 27. A nossa polícia tem condições de informar. A inteligência da polícia informa: "Ó, Secretário...". Um secretário liga para o outro: "... dia tal está sendo preparado...". Porque eles pegam em conversas: "... vai ter um episódio aí". Vai ter um "ataque a uma escola", vai ter "um sequestro...". Antes de acontecer.

Então, por isso que a gente tem muito prazer em poder falar que o nosso estado é o estado mais seguro do Brasil e, por isso tudo, a gente gasta 12% do orçamento...

Eu quero um cafezinho, com duas gotinhas, se puder.

A gente gasta 12% do orçamento do estado com a nossa segurança, e isso tem dado um resultado.

A gente tem feito, então, a prevenção, que é... A gente previne o crime com a inteligência da polícia, com a... A polícia entra em qualquer rua, qualquer beco...

Não tem essa história de não entra aqui, não entra ali. Em algumas comunidades não tão privilegiadas financeiramente, mas... Na grande Florianópolis, em algumas cidades maiores, mas, senão...

Santa Catarina é composta de pequenas cidades, cidades que têm uma atividade econômica muito centrada na agricultura.

Os grandes centros... Em Joinville é metalmecânico, e por aí fora. Então é um estado cuja economia é muito diversificada, e a nossa polícia tem conseguido atuar. A gente atua na prevenção, no combate e no controle.

A prevenção é dando escola integral para que, no contraturno, para que o menino e a menina não fiquem à disposição do tráfico, eles tenham ocupação na escola. Nós somos o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estado que tem o menor número de analfabetos do Brasil: 1% da população. Então a prevenção é dando ao jovem formação, escola, contraturno, ensino técnico na fase da vida em que estão fervendo as emoções dele, qualificação profissional para ele arrumar emprego. E depois nós temos o único estado do Brasil que tem o Universidade Gratuita, que é um programa transformador que eu implantei no nosso Governo agora. A gente paga a universidade a quem não consegue passar na federal ou na estadual, a gente paga a universidade e é por carência – não é por cor, não é por nada, é por carência. A gente paga a universidade 100% e, depois de formado, ele trabalha quatro horas por semana durante dois anos para devolver parte do que o estado investiu na vida dele: se ele for médico, vai para dentro do hospital público fazer política pública; se for engenheiro, vai para a estrada; se for professor, vai para a sala de aula. Enfim, então é um programa transformador; hoje nós temos 57 mil alunos cursando e 4 mil já prestando, dando a contrapartida, então é uma transformação.

Então a gente pega lá do ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico – tem muita empresa, a gente faz cursos vocacionados conforme a região – e depois tem a cereja do bolo, que é o Universidade Gratuita, um programa a que eu tenho muito apreço, porque eu fiz duas universidades dando muito cheque pré-datado e eu sei o que é isso. Muitas vezes você não faz a faculdade, o curso superior que o pai, que a mãe, que o tio, que o vô queria por falta de condições financeiras. Então aí é o braço do estado; o estado ajuda para que você devolva parte disso em trabalho com o suor do seu rosto. Isso tem dado uma transformação ainda melhor para Santa Catarina.

No combate, a gente tem índices muito importantes. No combate à criminalidade, no controle das comunidades – controle –, a gente atua firmemente. A gente tem lá – claro que tem – preso do PCC, tem do PGC, tem do Comando Vermelho, tem do Bala na Cara, que veio lá do Rio Grande do Sul, tem do Os Manos também, que veio do Rio Grande do Sul, e temos da Central do Sul. Só do PCC nós temos 1,9 mil presos lá; do PGC tem 6 mil; do Comando Vermelho, 76, os que declararam que têm... Então, como já disse, nós gastamos 14% da receita líquida, 12% do orçamento, não falta recurso para viatura, equipamentos, armas modernas, e o número de apreensão de armas tem sido muito... a polícia tem sido muito implacável – armas do tráfico, armas ilegais, armas do crime.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sempre digo que armas que confrontam os policiais não são armas legais; são armas do crime que a gente tem apreendido.

Então, eu fico à disposição dos senhores para prestar alguma informação. A gente tem, como já disse, prevenção, combate e controle. A gente tem domínio de todas essas áreas, se preparando, com quadro qualificado, com trabalho laboral para recuperar de verdade o apenado, tratando... Claro, está preso, está preso, mas com condições onde ele vai trabalhar, onde ele vai dormir, onde ele vai comer. Enfim, a gente sempre zela muito por isso.

Então, é por isso que o nosso estado é muito procurado em épocas de verão agora, e o pessoal gosta de ir para lá porque sabe que a nossa polícia... A nossa polícia tem agora a Estação Verão; a gente coloca os policiais nas praias que falam cinco idiomas. E eles têm na própria farda, assim, a bandeirinha do país que eles falam. Então, a pessoa olha para o policial e já vê que... É americano? É argentino? Ele já sabe que pode ir conversar que ele sabe falar a língua dele para poder dar informação, prestar informação.

Então, eu fico à disposição, fico muito honrado em ter sido convidado. Acho que a segurança pública no Brasil.... A gente precisa, a gente precisa...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGINHO MELLO – Os senhores vão prestar um grande papel para o Brasil na produção de um relatório conciso, focado.

Se fala muito em construção de PEC, mais uma PEC, mais isso, mais aquilo... Eu acho que a gente tem excesso de PEC, excesso de leis. O Governo Federal precisa verdadeiramente apoiar os estados com recursos e fazer o que é da obrigação do Governo Federal, não criar mais dificuldades.

Eu me manifestei sobre essa PEC porque o Governo Federal precisa cuidar das fronteiras, e cuida muito mal, com todo o respeito, dos aeroportos, dos portos. Tem que cuidar! Arma não vem do céu, droga não vem do céu; vem por água, vem por aeroportos, vem por fronteiras. Então, essas ações precisam ser feitas, dando condições, que cada polícia tenha a sua característica. Então, apoia; pode supervisionar resultados, sem problema nenhum. Agora, eu sempre fui contrário à centralização de muita coisa, porque você engessa. Quanto mais você





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

libera, mais funciona. Assim a gente faz lá nas nossas secretarias; o secretário tem autonomia para trabalhar, a gente gerencia, mas ele tem que gerenciar.

Então, Srs. Senadores, eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui e me colocar à disposição para qualquer informação que a gente possa prestar para contribuir com esse trabalho, que eu... Repito, os senhores vão ter a oportunidade de poder escrever para o Brasil como é que se cuida de segurança, como é que controla, como é que protege, como é que melhora, como é que previne. Que todos nós...

O tema político do ano que vem... Eu não tenho dúvida, um dos temas principais vai ser segurança pública. As pessoas estão assustadas, do mais abastado ao mais simples, ao mais modesto. Não dormem, pensam no seu filho indo para escola, como é que vai, como é que não vai, enfim.

Então, os senhores vão contribuir com um relatório, eu não tenho dúvida, que vai esclarecer muita coisa e vai ajudar o Governo Federal e os Governos estaduais a fazerem com mais eficácia a prevenção e melhorar a segurança pública.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado, Governador Jorginho Mello. Quero aqui parabenizar V. Exa. pela forma serena, tranquila, pela lucidez e pela exposição, porque eu costumo falar que contra fatos não há argumentos. Quando você expõe efetivamente o trabalho que presta, o principal destinatário é a população.

Quero fazer aqui também um registro da minha admiração e respeito por todas as forças de segurança pública, a polícia militar, com trabalho de prevenção, a polícia civil, com trabalho de polícia judiciária, a Polícia Rodoviária Federal, corpo de bombeiros, enfim, a polícia técnica científica. Eu tenho orgulho de falar que eu fui Delegado por 27 anos, assim como o Relator foi Delegado.

E muito me orgulho de estar aqui hoje como Presidente desta Comissão, mas eu não me deixo contaminar, com todo respeito – quem me conhece sabe disso –, por qualquer aspecto partidário-ideológico. Eu tenho projetos aqui... Eu sou autor de um projeto que aumenta o período de internação para adolescentes em conflito com a lei, porque eu trabalhei com isso diretamente. Não é razoável que um adolescente fique três anos, no máximo, internado; ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode praticar qualquer ato infracional. Eu fui radicalmente contra à saidinha, não tem como, você tem inúmeros benefícios dentro da Lei de Execução Penal, dentro do Código Penal. Então antes de ser Senador, independentemente do partido, eu tenho uma responsabilidade, uma honestidade intelectual como função e da onde eu venho, com muito orgulho, porque infelizmente no Brasil, lamentavelmente as pessoas criminalizam a polícia, como se a polícia fosse vilã na história.

Eu sempre falo... Numa ocasião, Governador, eu dei uma entrevista, não sei se foi para o *Estadão* ou *Folha de S.Paulo*, eu falei assim: "Olha, o policial tem que ser visto como garantidor de direitos, ele não é violador de direitos". Quem tem desvio de função que seja responsabilizado, daí a importância das corregedorias serem contundentes, firmes, fortes e atuantes, expulse quem tem que ser expulso, prenda quem tem que ser preso, doa a quem doer, porque a lei tem que ser igual para todo mundo.

Então eu quero aqui fazer esse registro. Muito me orgulha ter sido Relator da Lei Geral da Polícia Civil, da Lei Geral da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, porque eram instituições que estavam ligadas, com todo respeito, ao AI-5. Talvez não tenha sido a melhor lei, mas o ótimo é inimigo do bom.

Então parabéns pela sensibilidade, porque falar em segurança pública é falar em dignidade e dignidade passa por dignidade salarial, por condições de trabalho, por uma saúde mental adequada, para que ele possa dar uma prestação de serviço àquelas pessoas que, infelizmente, desviam à prática criminosa, que é isso que a gente tem que encaminhar. Então parabéns pela disposição do senhor, mais uma vez para mim é uma alegria recebê-lo.

Transfiro a palavra ao Relator, para que ele faça as suas considerações.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Governador Jorginho Mello, nosso amigo, reitero o pedido de desculpas pelo atraso do início dos trabalhos. A gente aqui é sempre muito rigoroso, o Presidente é muito rigoroso, mas a gente abusou da amizade do convidado...

O SR. JORGINHO MELLO – A gente compreende.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – ... e acabamos atrasando um pouco por conta da CCJ. Peço desculpas.

Estou feliz também por ver que o senhor não perdeu o jeito, o senhor continua um excelente orador, o senhor respondeu antecipadamente à imensa maioria das perguntas. E, não foi por acaso, que a gente pediu para Santa Catarina ser o primeiro estado a ser trazido aqui, é porque vocês efetivamente, com grande consistência, têm excelentes resultados na segurança pública. Eu tenho 24 anos de segurança pública – o Fabiano, 27 –, e naturalmente acompanhei, estudei e dirigi a polícia civil do meu estado.

A gente conhece a forma de atuação de Santa Catarina e o senhor antecipou uma série de coisas: investimento pesado, investimento em tecnologia, valorização do homem, o cuidado com o preso, não só no tocante a isolamento desse preso, mas à ressocialização desse preso, porque senão você fica numa roda permanente que o estado não suporta. Então, restam poucos questionamentos para se colocar e são questionamentos muito mais técnicos, porque ficou claro que, em Santa Catarina, você tem a vontade política de fazer e o estado providenciou as condições para fazer. E as polícias com condições adequadas – o Fabiano foi muito bem na sua fala –, as polícias com condições adequadas atendem o resultado. O policial não sai de casa para matar o bandido, para matar ninguém, o policial sai de casa para evitar o crime. As circunstâncias às vezes obrigam confrontos, pode acontecer em qualquer estado, no meu Sergipe ou em Santa Catarina. E se o confronto acontecer, é evidente que a nossa vontade é que permaneça vivo e incólume o policial, e não o bandido que resolveu confrontar, mas isso nunca é o objetivo, então, parabéns para vocês.

No tocante a essa parte da custódia, Jorginho e sua equipe, como se dá a separação dos faccionados – acho que a Secretaria talvez tenha essa informação com mais clareza –, porque vocês recebem, de fato, não só as facções nacionais, mas também regionais, que são muito violentas ali, especialmente vindas do Rio Grande do Sul. Como é que vocês fazem essa distribuição? Esses presos são segmentados por facção, como acontece, por exemplo, no Estado do Rio de Janeiro, ou vocês colocam todos em conjunto? Como é que é feito isso? E como é que vocês tratam o isolamento das lideranças das facções criminosas?

O SR. JORGINHO MELLO (*Fora do microfone.*) – Senador, posso permitir à...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Claro.

O SR. JORGINHO MELLO – ... nossa Secretária poder dar essa informação? Eu sei como é que funciona, mas eu gostaria de prestigiar, até porque ela veio junto conosco e é uma mulher porreta, uma mulher que comanda aquele presídio, que é um zelo no capricho, no silêncio, na disciplina, na valorização, no respeito às pessoas humanas. Então, eu gostaria de que ela pudesse dar essa informação a V. Exa.

A SRA. DANIELLE AMORIM SILVA (Para expor.) – Um bom-dia a todos.

A gente faz a separação das facções, até por questão de segurança. Então, a gente realiza a porta de entrada, que é aquela qualificação no momento da entrada dos presos, e ali a gente já faz toda a identificação. Quando não identificado na porta de entrada, a gente tem uma inteligência muito atuante, essa inteligência já atua em conjunto com as demais forças, e, identificado, a gente faz essa separação por galerias, não por unidades prisionais, mas em galerias, dentro da própria unidade prisional.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Aproveitando a Secretária: a adesão dos custodiados à oportunidade de trabalho, a senhora tem esse percentual?

A SRA. DANIELLE AMORIM SILVA – Sim. Hoje nós temos cerca de 35% dos presos trabalhando, mais de 10 mil, 11 mil presos trabalhando. Todos os internos querem trabalhar, são poucos os que não querem trabalhar, mas a gente faz uma seleção. Nós temos a Comissão Técnica de Classificação, onde é realizado um filtro de qual interno pode trabalhar. Obviamente, nem todo interno vai ser colocado para trabalhar. É realizada também toda uma análise das questões de segurança, segurança da unidade prisional, questão de quantidade da pena, o perfil do preso: se ele é faccionado, a gente não coloca as lideranças para trabalhar, por questão de não fortalecer a organização criminosa, então, aqueles que são considerados lideranças das organizações não vão ter acesso, e isso é também uma forma de estratégia de segurança e de combate ao crime organizado, mas a gente oportuniza àqueles internos que querem trabalhar a possibilidade de sair desse vínculo com a organização e ter uma qualificação e o trabalho dentro da unidade prisional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós entendemos que o trabalho é estratégia de segurança e é, sim, a melhor forma de combate ao crime organizado, porque a gente sabe que a maioria daqueles que cometem crime cometem em busca da questão financeira. Então, a partir do momento que nós, dentro das unidades prisionais, qualificamos esses presos e oportunizamos que, quando saiam, eles possam ser inseridos no mercado de trabalho, isso é uma forma de combate ao crime organizado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Muito bom. Parabéns.

Governador, com relação à integração com as forças federais, Santa Catarina tem um ponto de atenção que são Itajaí e Navegantes, por conta do escoamento de drogas, alguma coisa de ingresso de armas, mas, principalmente, o escoamento de drogas. Como é que está esse ritmo de integração e o que o senhor acha que a gente pode fazer para incrementar isso, para melhorar esse trabalho de combate ao uso dos portos?

O SR. JORGINHO MELLO (Para expor.) – Eu entendo que a nossa integração a gente sempre teve. A orientação que eu sempre passei e eu próprio pratico isto... A gente sempre leva em conta o Governo Federal, qual a sua competência, em que ele pode nos ajudar e em que nós podemos ajudar também. Por exemplo, nós temos seis portos, é o único estado do Brasil que tem esse número de portos. Agora vamos ter mais dois, vamos ter oito portos. E a gente sempre pergunta para que o Governo Federal possa, através daquele programa que tem aí, a Ficco, aquele programa nacional... A gente participa com todas as outras polícias, outras forças de segurança para ter esse controle de portos. A gente sabe que os portos, hoje em dia, são um grande canal de transporte de droga – a gente sabe disso. Então, a nossa participação junto ao Governo Federal, através desse programa, essa Ficco, que é uma integração das forças nacionais com as forças estaduais, lá funciona bem. Funciona bem e a gente sempre está atuando. Me parece que a Polícia Rodoviária Federal deixou de participar desse programa – isso não sabemos por quê –, mas nós participamos e queremos que ele seja fortalecido para trocar informações e se ajudar mutuamente. O objetivo é evitar o crime.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ainda a essa integração nacional, o senhor já antecipou a sua opinião pela desnecessidade da PEC da segurança, pelo menos na forma como ela está ventilada, e eu gostaria que o senhor detalhasse um pouquinho mais isso. E, na questão do acesso a recursos federais, como é que se dá isso? Talvez o nosso Secretário possa informar se esse acesso às verbas do Fundo Nacional de Segurança vem melhorando, se continua muito burocrático. O que a gente tem aí para destravar esse gargalo que a gente sabe que existe entre essa relação?

O SR. JORGINHO MELLO – Eu só quero reafirmar que a Ficco, esse programa, a gente preza muito, a gente valoriza ele muito e as nossas forças de segurança têm conversado, têm atuado para que ele... A gente não entendeu, como já disse, por que a saída da Polícia Rodoviária Federal, que nos ajudava muito nas estradas, para droga, para fiscalização. Esse é um questionamento que nós estamos fazendo, mas nós estamos tentando superar e se desdobrar para que isso não seja um ponto falho.

Mas eu quero pedir ao nosso Secretário de Segurança, o Coronel Graff, que ele possa detalhar para V. Exa. sobre a pergunta sobre os recursos, sobre os fundos nacionais, que ele possa dar todas as informações.

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF (Para expor.) – Senador Alessandro, Senador Mourão, em seus nomes cumprimento todos os integrantes do Senado Federal. Cumprimento também o nosso Governador, a Secretária Danielle, e em seus nomes também os secretários aqui presentes, em especial o Coronel Sinval, que é o nosso Secretário-Adjunto e está de aniversário hoje, então ganhando esse presente diferenciado na sua vida.

Bom, antes apenas de falar dos recursos, se me permitir, nós temos uma estratégia bastante ousada, diria eu, para o enfrentamento às organizações criminosas no Estado de Santa Catarina. E nós atuamos fortemente, como disse o nosso Governador, e quiçá todos os estados tivessem um Governador que dedica o olhar diferenciado para a segurança pública como o Governador Jorginho Mello o faz. Ele já expressou aqui a valorização que ele confere aos integrantes da segurança pública como um todo, a preocupação para que nós tenhamos os melhores equipamentos, os mais modernos, a fim de que nós possamos bem desempenhar as nossas atividades e, evidentemente, a valorização para com a saúde e a família do integrante da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança pública também, permitindo que ele possa se dedicar diuturnamente às suas atividades.

Nós agimos com uma integração operacional bastante acentuada. Prova está que acompanham o Governador o Delegado Geral, o Delegado Ulisses, o nosso Comandante-Geral, Coronel Emerson Fernandes, para que nós possamos trazer as melhores informações a fim de contribuir para o cenário nacional.

A polícia penal, o corpo bombeiros militar e a polícia científica, que também fazem parte, nós nos reunimos constantemente e conversamos sobre a situação da segurança pública, a fim de buscarmos estar um passo adiantado sempre. Usamos a Inteligência também como um eixo central para monitoramento, sobretudo a identificação dessas lideranças, os operadores, financiadores. E nós temos uma ferramenta – se eu posso assim dizer –, lá no estado, que nós chamamos de Gramfacrim, que é um grupo de acompanhamento e monitoramento de facções criminosas, o qual é composto pelas forças de segurança vinculadas à SSP, pela polícia penal, por integrantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, por forças, por órgãos federais como a Abin, a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e as Forças Armadas, tudo isso no sentido de reunir as informações na área de inteligência e poder trabalhá-las para transformar isto em ação firme nas ruas.

Nós também temos, através da polícia civil, uma delegacia especializada de combate à lavagem de dinheiro e também a Draco, de repressão ao crime organizado, que só ao longo deste ano – o Delegado pode nos corrigir, mas salvo engano – já desbancou, digamos assim,, do crime organizado mais de R\$50 milhões. Isso tudo contribui para o enfraquecimento das organizações criminosas, atuando nesse ataque financeiro, nesse ataque patrimonial, além do controle e monitoramento do sistema prisional, como bem disse a Secretária Danielle.

Também temos algo diferencial em relação ao Brasil, senhores, que é o emprego estratégico de tecnologias. Nós temos um sistema integrado de segurança pública que reúne os bancos de dados de todas as nossas forças de segurança, junto com a polícia penal e a Sejuri, e também ele viabiliza o acesso muito prático, muito rápido, do policial que está na ponta para consultar determinada situação, sem contar outros bancos de dados que existem ali, também à disposição do policial, disponíveis nesse Sisp.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para trazer um exemplo para os senhores: certa feita, nós estávamos pesquisando um cidadão de uma outra unidade federativa e, ao contactar com aquela unidade federativa, eles precisaram acessar seis bancos de dados, seis sistemas e uma planilha para nos dar as informações; ao passo que, em Santa Catarina, se nós digitarmos o CPF, o nome da pessoa, do cidadão, nós já temos todas as informações necessárias ali à disposição dos policiais.

O SR. JORGINHO MELLO – E da própria viatura. Ele não precisa ir para uma unidade para poder consultar; ele tem acesso no próprio celular.

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF – Pois bem.

Quanto à questão das verbas do Fundo Nacional de Segurança Pública, quando o Governador nos chama para administrar a Secretaria da Segurança Pública, ele traz algumas recomendações, porque Santa Catarina ocupava um degrau que não combinava com os números que ela apresenta. Ela era a penúltima colocada em execução do Fundo Nacional de Segurança Pública, transferido para o nosso fundo estadual. Houve ali uma série de mexidas, de recomendações, de conversas. Nós temos hoje lá um coronel da polícia militar, um delegado da polícia civil e um coronel do corpo de bombeiros militar que nos auxiliam nesse sentido. E nós passamos desta vexatória, diria eu, penúltima posição para aquele que mais executou recursos públicos no ano passado. Então, isso foi até um *case*. A própria Secretaria Nacional de Segurança Pública, através de seminário que ela fez, chamou-nos para nós darmos esse depoimento e lá, sim, foi demonstrado como nós devemos estar fazendo, buscando fazer exatamente essa execução, para que esses recursos se transformem em armamento, em viaturas, em equipamentos de proteção individual, ou seja, de todos os tópicos que ele vem para atender, ele ser entregue efetivamente aos integrantes da segurança pública.

O SR. ULISSES GABRIEL (*Fora do microfone.*) – Secretário, poderia só fazer uma consideração a respeito do sequestro de patrimônio de criminosos?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Só, colega, vou pedir para acionar o microfone por conta do registro.

O SR. ULISSES GABRIEL (Para expor.) – Só para fazer uma consideração, nós apresentamos para o Governador Jorginho o que foi bloqueado, sequestrado e apreendido de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

patrimônio de criminosos desde 2023, quando ele assumiu o Governo. Quando o Governador Jorginho assumiu o Governo, ele pediu que nós tivéssemos um foco não só na prisão do criminoso, mas na quebra da organização criminosa. Quebrar a organização criminosa implica tirar o patrimônio dela, porque, quando nós temos um CEO de uma empresa e ele sai, outro CEO vai assumir o lugar e aquela empresa continua. Então, nós fortalecemos a Delegacia de Lavagem de Dinheiro da Deic (Diretoria Estadual de Investigações Criminais) e criamos mais três delegacias de lavagem de dinheiro em Santa Catarina, uma em Joinville, uma em Florianópolis e outra em Blumenau, nas cidades com mais de 300 mil habitantes. E elas são criadas depois nas cidades com mais de 200 mil habitantes.

Para se ter uma ideia, no primeiro ano, nós conseguimos fazer o sequestro, o bloqueio de R\$1,1 bilhão de criminosos. Em 2024, mais R\$1,1 bilhão e, no ano de 2025, em razão da melhoria da *expertise*, foram R\$2,2 bilhões que foram sequestrados em imóveis, veículos, barcos e patrimônio de criminosos, o que totaliza aí R\$4,5 bilhões em valores bloqueados ou sequestrados pela Polícia Civil de Santa Catarina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Da minha parte aqui, Senador Mourão, nosso Presidente aqui, e Jorginho – a gente fala Jorginho pelo costume –, Governador Jorginho, é reiterar os parabéns.

O SR. JORGINHO MELLO (*Fora do microfone.*) – Eu era colega.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – O Estado de Santa Catarina, o povo de Santa Catarina, o trabalho da sua equipe, sob seu comando, é uma demonstração daquilo que a gente bate aqui já há algum tempo. O Brasil não precisa tanto de mudança de lei, o Brasil precisa de gestão séria: ouvir os técnicos, ouvir os profissionais, porque essa diferença na ponta quem faz é o profissional que está lá, não vai ser o Governador nem o Senador aqui. Então, parabéns a vocês. Obrigado pela colaboração.

Ao longo do processo da CPI, a gente novamente vai voltar a acionar a sua equipe, pedindo mais dados, porque, ao final, quando a gente refinar essa parte do mapa das organizações criminosas no Brasil, a gente vai passar também pelos colegas das polícias judiciárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou devolver a palavra aqui ao nosso Presidente para as suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Bom, o nosso Relator foi, como sempre, extremamente preciso e conciso nas perguntas. As respostas do Governador já abrangeram aquilo que seriam as minhas perguntas para o amigo.

Então, vamos dar prosseguimento à nossa audiência.

Alessandro, eu vou passar a palavra ao Secretário de Segurança Pública, o Coronel Flávio Graff.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hamilton Mourão. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O senhor tem 20 minutos.

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF (Para expor.) – Na verdade, Senadores, os números que existem em Santa Catarina tornam o nosso estado um estado pujante, um estado trabalhador, como bem disse o Governador. Tem uma série de iniciativas que o Governador adota para que nós possamos estar em um constante desenvolvimento. E as nossas corporações – vinculadas à Secretaria de Segurança Pública e não subordinadas –, porque quando o Governador adota uma metodologia, um formato, em que ele confere autonomia plena a cada uma das instituições, seja na área de pessoal, na área de orçamento, financeiro, operação, enfim, elas estão apenas vinculadas à Secretaria de Segurança Pública, porque à Secretaria de Segurança Pública incumbe os ditames das políticas públicas de segurança, a conversa também da União com o Governo Federal e, sobretudo, e eu acho que é um dos grandes motes que nós temos lá e talvez seja um dos ingredientes dessa receita, é a integração. E isso facilita, a partir do bom comandamento do Coronel Emerson Fernandes, do Delegado-Geral Ulisses, enfim, de todos os integrantes das forças de segurança.

Outrora houve já histórias de algum tipo de conflito, mas hoje os conflitos são altamente éticos, profissionais, no sentido de estar viabilizando o melhor serviço à população. Feito isso, nós acabamos tendo a plena consciência de que vivemos em um país em que temos uma grande dificuldade quando se fala em segurança pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um instituto, com sede na Austrália, que faz a mensuração da violência em diversos países – são 163 países –, e eles classificam, através de 23 quesitos, esses países, esses locais quanto à violência. Evidentemente que os mais seguros são aqueles países nórdicos, Islândia, Suécia, enfim; os mais inseguros, a Ucrânia e a Rússia, todos nós podemos imaginar o porquê; e o Brasil ocupa a 130ª posição, à frente apenas, na América do Sul, da Venezuela e da Colômbia.

E nós, em Santa Catarina, entendemos que nós vivemos numa espécie de uma ilha ante o que é a realidade do país, mas nós temos os nossos problemas também. Temos essas questões de crime organizado, temos as questões da violência, do feminicídio. E aí a gente trabalha uma série de frentes para que nós possamos minimizar isso ao máximo possível.

E um dos programas que o Governador nos determina a fazer, exatamente vislumbrando a diminuição dos números de feminicídio, é um plano estadual de combate à violência contra as mulheres. O Governador lançou isso agora no mês de agosto último, é um plano decenal, são ações que serão incorporadas, implantadas até o ano de 2035, que trazem bastante relevância à questão da prevenção e da educação para que todos tenham ciência desse mal que nos aflige: o atendimento e proteção àquelas mulheres que, por acaso, tenham sido vítimas, e também a responsabilização e reeducação dos agressores, tendo outros dois eixos, mas é mais na área de monitoramento e governança.

O SR. JORGINHO MELLO – Nós estamos fazendo uma campanha muito forte, só para ajudar, Senador Mourão e Senador Alessandro, com um trabalho com os homens, porque os homens são os causadores, a mulher é a vítima. Então nós estamos fazendo um trabalho maciço. A Vice-Governadora é Delegada de Polícia aposentada e está coordenando, junto com a Secretaria de Assistência Social, com a educação, com as forças de segurança, campanhas maciças para dizer para o homem: "Se liga, cara. Você que é o problema, você que tem que aprender a respeitar a mulher. A mulher só quer respeito, não quer mais absolutamente nada". Então tem dado resultado esse programa, porque nos preocupa, e preocupa o Brasil todo, o crescente número de feminicídio. Eu falo por Santa Catarina: não combina com Santa Catarina esse tipo de crime lá. Então a gente tem investido muito na conscientização dos homens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF – Ante toda essa consciência que nós queremos despertar nas pessoas, a fim de aproveitar a fala do Senador Presidente, a ideia é nós darmos a devida dignidade às mulheres, às pessoas, de modo geral, que residem no nosso estado.

Bom, nós temos inúmeras pesquisas que mostram essa sequência de bons resultados em Santa Catarina. O Ranking de Competitividade dos Estados, por exemplo, nos coloca como primeiro em segurança pública, segurança patrimonial, capital humano. Temos as cidades mais seguras do Brasil. Segundo o Anuário deste ano, Santa Catarina o estado mais seguro, como os senhores bem sabem; Florianópolis, a capital mais segura do país; e três cidades, que são Brusque, Jaraguá do Sul e Tubarão, também figurando entre as mais seguras do nosso país. Nós temos um índice de homicídios bem abaixo da média nacional, nós temos 9 a cada 100 mil habitantes. E a gente sempre fala em homicídios e muitas pessoas, talvez quem esteja assistindo, acabem não compreendendo, mas esse é o padrão que a ONU utiliza pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16, da ONU, a fim de que nós possamos, através desses índices, saber onde nós temos melhores condições de desenvolvimento, onde temos mais segurança, ou seja, a taxa de 10 por 100 mil habitantes já insinua problemas de ordem de segurança, crimes, tráfico, e assim por diante; crime organizado.

Nós temos também inúmeros outros números que eu poderia aqui citar, todos eles diminuindo, em relação a roubo, roubo de banco, furto de celulares, enfim, e aí nós nos deparamos com os nossos números, que nós mesmos geramos lá no estado, e vemos que nós estamos caminhando adequadamente. Nos homicídios, nós temos uma redução de mais de 20%, 23%. Nós tivemos uma quebra da série histórica dos últimos 18 anos nos meses de junho, julho, agosto e setembro, os menores números, e outubro também foi o segundo menor número dessa série histórica. Os feminicídios propriamente ditos também estão reduzindo.

Quanto aos homicídios, convém citar que Santa Catarina tem 295 cidades, 68% não registraram um homicídio sequer, isso equivale a dizer que há cerca de 200 cidades sem ter alguém que tenha sido vítima de algum tipo de assassinato. Então, os números são todos positivos para nós, e acreditamos que nós conseguiremos estar em uma condição privilegiada, diferenciada quanto à segurança pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu gostaria apenas de finalizar, ratificando aqui uma situação que é o olhar diferenciado que o Governador tem para com a segurança pública, e isso certamente contribui também para que nós tenhamos esses índices. Não bastasse nós estarmos nessa condição privilegiada, como eu disse, e todos nós sabemos que mais difícil do que chegar ao topo é manter-se nele, o Governador acaba de... Tivemos, na semana passada, aprovada na Assembleia Legislativa, uma reestruturação da Secretaria de Segurança Pública a fim de que nós tenhamos melhores e mais condições de bem desempenhar a nossa atividade, viabilizando que os verdadeiros heróis, que são aqueles que não usam fantasias e, sim, farda, uniformes, possam estar prestando as suas atividades à população. Eu afirmo, em caixa alta e negrito, Srs. Senadores, que em Santa Catarina a população confia plenamente nas forças de segurança. Em qualquer rincão, em qualquer local, no breu abandonado, se um cidadão encontrar um agente que representa o Estado, seja ele da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Científica, do Corpo de Bombeiros ou da própria Polícia Penal, eu tenho certeza de que ele vai se dirigir até esse cidadão, até esse agente de segurança para bem encaminhar aquilo que ele pretende.

Então, agradeço a atenção de todos os senhores. Esperamos que Santa Catarina possa efetivamente contribuir, e que nós tenhamos aí uma legislação, um novo divisor de águas a partir deste trabalho que os senhores estão fazendo para a segurança pública de modo geral.

Muito obrigado e que Deus abençoe a todos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Eu agradeço pelas palavras.

Eu não tenho questionamentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Obrigado.

Consulto o Vice-Presidente Senador Hamilton Mourão se deseja fazer seus questionamentos.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu tenho aqui duas perguntas, Presidente. São perguntas mais técnicas, e eu as reservei para o Coronel Graff, viu, Jorginho?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coronel, como é que o senhor avalia a questão da permeabilidade da fronteira na região de Barracão e Dionísio Cerqueira e as informações ou informes de que a facção PCC e movimentos terroristas como o Hezbollah lá operam?

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF (Para expor.) – A nossa Diretoria de Inteligência e Estatística da SSP trabalha frequentemente e agora nós tivemos, o Governador inaugurou, em parceria com o Governo Federal, recentemente, lá em Dionísio Cerqueira, um Centro Integrado de Comando e Controle. Nós estamos operando com a polícia militar, com a polícia civil, o Governador participou de uma missão internacional na Argentina e conversou também com policiais para termos representantes ali, não só ali, mas em toda a faixa litoral, porque nós recebemos muitos argentinos. Aliás, até complementando uma informação anterior, nós temos 19 mil imigrantes que foram para Santa Catarina, todos eles registrados, esses 19 mil, com carteiras de trabalho, trabalhando sobretudo nas cidades de Joinville, Chapecó e em Florianópolis, a grande maioria deles venezuelanos, mas temos haitianos, temos um bom percentual também de imigrantes argentinos. E nós acompanhamos atentamente, por intermédio das agências de inteligência, com auxílio da polícia militar, da agência central de inteligência e também da agência de inteligência da polícia civil, a fim de que nós sempre possamos ter essas informações e reprimir aquilo que nós conseguirmos, porém, entendemos, reforçando aquilo que o Governador citou anteriormente, e nós pactuamos dessa opinião, que nós precisamos ter reforçadas as instituições federais, para que elas efetivamente possam cumprir a sua função constitucional, permitindo que nós possamos atuar, de modo geral, na prevenção e como polícia judiciária também.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Apenas, Senador Mourão, só para um questionamento, não um questionamento, uma solução de forma procedimental, neste ato, esta Presidência designa V. Exa. como Relator *ad hoc*, apenas para a Comissão não ficar sem Relator, apenas nesse sentido.

Pode continuar a inquirição.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só complementando aqui, Coronel Graff, o senhor não confirma que o PCC opera nessa fronteira?

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF – Não, nós temos ali a operação, sim, de vários grupos de organizações criminosas, vários não, grupos de organizações criminosas, porém, nós acompanhamos e monitoramos no sentido de agir sempre que nós tivermos essa condição e a segurança dos nossos agentes.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, coronel.

E a outra pergunta é: em relação à principal facção do estado, o PGC, que nível o senhor considera, de articulação nacional e internacional, que ela possui?

O SR. FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF – O Primeiro Grupo Catarinense, assim chamado PGC, surge numa penitenciária da Grande Florianópolis, em São Pedro de Alcântara, e surge inicialmente para propósitos de proteção do preso, da família, disciplina, exatamente porque, à época, nós tínhamos algumas dissidências. Aí, com o passar do tempo, ele se aproxima do Primeiro Comando da Capital, o PCC, porém, mais para alianças, digamos assim, afasta-se, e hoje ele está vinculado ao Comando Vermelho. É o principal grupo, organização criminosa que nós temos em Santa Catarina de maior número. A Secretária Danielle tem, através da sua equipe, os registros dos faccionados que estão nas penitenciárias, e nós acompanhamos isso sempre com muita atenção através do nosso Gramfacrim, como eu disse antes, o Grupo de Acompanhamento e Monitoramento de Facções Criminosas, em que todas as instituições que estão envolvidas com a segurança pública de modo geral acabam adotando e complementando-se nessas informações para melhor atuação.

O SR. JORGINHO MELLO – Só para complementar, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Pois não, Governador.

O SR. JORGINHO MELLO – Se V. Exa. me permite. Nós temos 6 mil do PGC, que estão nos nossos presídios, que se declararam do PGC; do PCC, 1,9 mil; do Comando Vermelho, 76; do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bala na Cara, 26; Os Manos, 140. Então, o PGC é, sem sombra de dúvida, o que tem maior número, porque é de origem catarinense.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Obrigado, Governador.

Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Senador Hamilton Mourão.

Eu quero aqui agradecer, mais uma vez, a presença do Governador, de toda a sua equipe, do Secretário, do representante da polícia militar, Comandante, Delegado-Geral da polícia civil. Estendo o meu abraço carinhoso e sucesso na gestão à colega que está lá à frente da polícia técnica e científica. Quero falar para o senhor mais uma vez que eu o considero como amigo, porque acho que às vezes a gente se deixa levar por muita coisa na vida da gente, se deixa contaminar por *status*, cargos, funções, mas o que me move para estar na política é o seguinte: o que eu efetivamente posso fazer para transformar a vida das pessoas? E isso não tem partido, isso não tem nada, é uma questão de civilidade. Então, eu acho que o que me move para estar na política...

E eu sempre relutei, eu criminalizava a política. Fiquei 52 anos criminalizando a política. Eu fui Delegado de polícia, o senhor sabe disso, com muito orgulho e professor de Direito Penal e Processo Penal. As pessoas quando me abordavam para eu entrar na política, eu falava: "Não, isso não funciona para mim, só tem...", eu já usava um adjetivo. Até que eu fui tocado pelo discurso de Martin Luther King, um pastor negro, que dizia que o que mais assusta não é a ousadia dos ruins, mas a omissão dos bons. E a política precisa de pessoas boas, pessoas efetivamente que tenham um bom coração, que tenham boa-fé, que tenham honestidade intelectual e que tenham a capacidade de entender que nós vivemos num Brasil muito desigual e que essa mazela da segurança pública... A segurança pública, o crime é um fenômeno social e todos nós temos interesse na redução desse fenômeno.

Nós temos que lutar para que, efetivamente, os jovens não sejam cooptados pelo tráfico ou pelas organizações criminosas. Nós temos que implementar a escola em tempo integral, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos que ter saneamento básico, iluminação pública, saúde pública de qualidade. São vários fatores que permeiam a redução da criminalidade. Agora, quando a pessoa efetivamente opta por praticar crimes, ela tem que ter o grau de reprovabilidade de acordo com a lesividade que ela tenha praticado. Então, é por isso que eu defendo que, efetivamente, há casos em que nós temos que tratar igualmente os iguais à medida que eles se desigualem. Então, eu não posso fazer aqui...

E eu faço aqui... Eu fiz um enfrentamento aqui, Senador Jorginho, porque o senhor sabe, o senhor ficou aqui nesta Casa por quatro anos, nesta Casa em que muitos já foram Governadores, e foi um projeto de minha autoria, que eu aprovei aqui nesta Casa, para transformar corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, em crimes hediondos, porque, quando um Governador, quando um político desvia verba da saúde, ele mata milhões de pessoas. E aí eu fiz um desafio, fiz isso ao Ministro da Justiça aqui, eu falei: qual é o percentual da população carcerária que está cumprindo presa hoje, no Brasil, crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, concussão? Você não tem. As cadeias estão lotadas, infelizmente, com recorte socioeconômico e racista de pobres pretos e semialfabetizados. Então, para isso tem que ser dada uma resposta. É isso que me faz estar nesta Comissão e é isso que me faz estar no Senado Federal e na política.

Agora, esta Comissão também tem que ser propositiva. Ela não pode ficar aqui dando palanque, palco, de acordo com partido político. Eu, graças a Deus, tenho minha consciência tranquila com relação a isso, tanto o Relator... Mas a gente tem que jogar luz e falar o que nós podemos dar de prestação para a população brasileira, de Norte a Sul do país, para que tenha garantida aquela premissa constitucional expressa no art. 144, de que segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado e que, infelizmente, a população se vê em estado de vulnerabilidade; ela não se sente segura de andar com o celular, ela não se sente segura de estar andando com relógio ou de sair à rua, muitas vezes, porque, infelizmente, o Estado não está presente ali para dar efetividade àquela garantia constitucional.

E que isso não é favor, é uma determinação porque, quando você pega o art. 6º da Constituição Federal, está lá: são direitos sociais o direito de educação, saúde, moradia, lazer, vestuário, higiene, trabalho, previdência. A letra da lei não pode ser uma letra morta, mas essa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei tem que ganhar vida, vez e voz para transformar a nossa sociedade em uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária, mais inclusiva e mais plural.

Desculpa o desabafo, mas eu espero um dia, se Deus me der vida e saúde e a população do Espírito Santo assim permitir, ter orgulho de falar: "Olha, vivemos num Brasil em que todos somos iguais perante a lei, independente da raça, cor, etnia, religião, origem ou orientação sexual". Esse dia ainda não chegou porque, infelizmente, no Brasil, uns são mais iguais que outros. Infelizmente, no Brasil, ainda se julga ou se tenta desqualificar uma pessoa pela orientação sexual, pelo gênero ou pela cor da pele. Infelizmente, no Brasil, ainda quando um político é condenado por corrupção, concede-se a ele prisão domiciliar, quando os pobres pretos estão morrendo dentro do sistema prisional e não é concedida prisão domiciliar.

Eu acho um acinte à população quando você vê um político condenado a 300 anos de cadeia tomando champanhe na sua cobertura, enquanto que os pobres aí... E eu fico, assim, estarecido – tá, Senador? – quando eu vejo aqui esta Casa aumentando a pena para furto de cabo de energia; isso é o Estado criminalizando a pobreza. Aumenta a pena da receptação, transforma em crimes hediondos os crimes de corrupção, como eu fiz; aí sim, nós vamos dar reprovabilidade. Aumentando a pena de estelionato para 19 anos... Ora, a pena do homicídio é de 6 a 20. Então, a gente tem que dar um tratamento de acordo com o grau de reprovabilidade.

Então, fica aqui o meu comprometimento, enquanto Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado, para que ela seja, ao final, propositiva. Temos que alterar a lei, temos que cobrar do Executivo a integração, uma integração participativa, em que ninguém vai ser melhor do que ninguém, as vaidades a que a gente tem que se blindar para que a gente possa prestar um serviço à população que, efetivamente, mais precisa.

Então, parabéns pela postura como político, como ser humano, como Senador que foi e hoje como Governador de um grande estado, de um estado brasileiro que é o Estado de Santa Catarina, ao qual eu quero aqui estender um abraço carinhoso e fraternal.

Muito obrigado por terem vindo.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. JORGINHO MELLO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Ah, concedo a palavra ao Governador.

O SR. JORGINHO MELLO – Sr. Presidente, antes do término, eu quero também cumprimentar todos os Srs. Senadores, agradecer à minha equipe, que está aqui conosco, todas as forças de segurança, e ficar à disposição da Comissão. Quando os senhores precisarem de uma informação, eles estarão lá completamente à disposição para colaborar, para ajudar a construir o melhor documento, a melhor... Porque eles têm experiências do dia a dia. Os senhores podem chamar, a gente faz questão que eles venham aqui. Se for o caso, se os senhores quiserem ir lá conhecer, visitar, eu recebo com o maior prazer, não tenham dúvida, para que a gente possa... que os senhores possam produzir um documento que sirva para a gente aparar arestas, para a gente centralizar, para a gente integrar, para a gente fazer de forma mais limpa a legislação, que a gente possa enxergar a punição mais clara do que subterfúgios de que ali tem benefício daquilo, benefício daquilo, e, no final, sobra para os menos afortunados.

Eu quero me colocar mais uma vez à disposição, agradecer, dizer da honra de Santa Catarina em estar aqui para contribuir com o Brasil. A segurança precisa melhorar em todo o Brasil como um todo, a gente precisa se ajudar, e Santa Catarina é um elo dessa corrente que é forte, a gente zela por ele, a gente dá manutenção a ele e quer ser útil a esta Comissão Parlamentar de Inquérito dirigida por V. Exa., que tem demonstrado, em todos os momentos – no tempo que o conheci, no tempo que convivemos aqui –, o zelo pela verdade, pela justiça, pela coerência e isso faz parte... isso é essencial na vida de cada um de nós.

Por isso, Santa Catarina fica à disposição em todas as áreas da segurança pública para contribuir com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - ES) – Muito obrigado, Governador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero mais uma vez pedir desculpas por ter encerrado antes de te conceder a palavra, talvez impelido pela emoção de rever o colega e querer dar-lhe um abraço fraternal.

Mais uma vez, agradeço a presença de todos e, nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

